DELIVERING



FOR LIFE

PARTE I

Relatório Integrado de Gestão 2023

galp

Este documento constitui uma versão em formato PDF do Relatório Anual 2023 de Galp Energia, SGPS, SA. Esta versão não inclui informação conforme o disposto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815). A versão oficial e auditada do relatório ESEF está disponível no website da CMVM em www.cmvm.pt. Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último.

Índice

Parte I – Relatório Integrado de Gestão

Sobre o relatório 9

Mensagem do Conselho de Administração 11

1. Mundo Galp 15
1.1 Os ativos da Galp no mundo 16
1.2 Criação de valor 18
1.3 A Galp nos mercados de capitais 19
1.4 A nossa marca 21

2. Enquadramento estratégico 22
2.1 Como vemos a evolução do mercado da energia 23
2.2 Criação de valor sustentável 24
2.3 Abordagem ESG 28
2.4 Como gerimos o risco 32

3. Pilares de negócio 35
3.1 Destaques 2023 36
3.2 Upstream 38
3.3 Industrial & Midstream 48
3.4 Commercial 59
3.5 Renewables, Innovation & New Businesses 64

4. Desempenho financeiro 68
4.1 Destaques de 2023 69
4.2 Desempenho operacional 70
4.3 Rendimentos consolidados 71
4.4 Investimento 72
4.5 *Cash flow* 73
4.6 Situação financeira 74

5. Governo Societário 75
5.1 Modelo de governo 76
5.2 Órgãos sociais 78
5.3 Política de remuneração 82
5.4 Conformidade com o Código de Governo Societário 84

6. Proposta de aplicação dos resultados 85

7. Declaração 87

Índice

Parte II – Jornada de Sustentabilidade

1. **O nosso caminho para a descarbonização** ____ **91**
2. **Biodiversidade, Água, Economia Circular** ____ **101**
3. **Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos** ____ **108**
4. **Proteger e empoderar as nossas pessoas** ____ **115**
5. **Promover um negócio consciente e gerador de valor** ____ **120**

Índice

Parte III – Relatório do Governo Societário

Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da Sociedade ____ 127

A. Estrutura acionista ____ 127
B. Órgãos sociais e comissões ____ 131
C. Organização interna ____ 155
D. Remunerações ____ 178
E. Transações com partes relacionadas ____ 192

Avaliação do governo societário ____ 194

I. Identificação do Código de Governo Societário adotado ____ 194
II. Análise de cumprimento do Código de Governo Societário adotado ____ 194

Anexos ____ 204

Biografias e cargos exercidos noutras empresas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização e da Comissão de Remunerações ____ 204

O "Glossário e abreviaturas" deste Relatório Integrado encontra-se disponível na Parte V – Anexos.

Índice

Parte IV – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

1. Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração Consolidada da Posição Financeira 230
Demonstração Consolidada dos Resultados e Demonstração Consolidada do Rendimento Integral 231
Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio 232
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 233
Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023 234
1. Bases de preparação 234
2. Informações materiais sobre as Políticas contabilísticas, julgamentos, estimativas e alterações 234
3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas IFRS 240
4. Informação por segmentos 241
5. Ativos tangíveis 244
6. Ativos intangíveis 251
7. Locações 253
8. Goodwill 256
9. Participações em associadas e empreendimentos conjuntos 258
10. Inventários 261
11. Clientes e outras contas a receber 262
12. Outros ativos financeiros 265
13. Caixa e seus equivalentes 266
14. Dívida 267
15. Fornecedores e outras contas a pagar 270
16. Impostos, imposto sobre o rendimento e contribuições diferidas 271
17. Benefícios pós-emprego e outros benefícios 275
18. Provisões e ativos e passivos contingentes 280
19. Instrumentos financeiros derivados 283
20. Ativos e passivos financeiros 289
21. Gestão de riscos financeiros 292
22. Estrutura de Capital 296
23. Interesses que não controlam 296
24. Proveitos e ganhos 297
25. Custos e perdas 298
26. Custos com o pessoal 299
27. Proveitos e custos financeiros 301
28. Compromissos 302
29. Transações com partes relacionadas 304
30. Informação sobre matérias ambientais 305
31. Empresas do Grupo Galp 306
32. Eventos subsequentes 311
33. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas 311

2. Demonstrações financeiras individuais

Demonstração da posição financeira 322
Demonstração dos resultados e Demonstração do rendimento integral 323
Demonstração das alterações no capital próprio 324
Demonstração dos fluxos de caixa 325
Notas às demonstrações financeiras 326
1. Informação corporativa 326
2. Informações materiais sobre a política contabilística, estimativas e julgamentos 326
3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS 328
4. Ativos tangíveis 329
5. Ativos intangíveis 329
6. Direitos de uso e responsabilidades por locações 329
7. Subsídios 331
8. Goodwill 331
9. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos 332
10. Inventários 333
11. Clientes e outras contas a receber 334
12. Outros ativos e passivos financeiros 336
13. Caixa e seus equivalentes 338
14. Dívida financeira 339
15. Fornecedores e outras contas a pagar 341
16. Imposto sobre o rendimento 342
17. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios 343
18. Provisões 343

19. Instrumentos financeiros derivados 344
20. Ativos e passivos financeiros 344
21. Gestão de riscos financeiros 345
22. Estrutura de capital 346
23. Proveitos e ganhos 348
24. Custos e perdas 349
25. Custos com pessoal 350
26. Proveitos e custos financeiros 352
27. Ativos e passivos contingentes 353
28. Transações com partes relacionadas 354
29. Informação sobre matérias ambientais 355
30. Eventos subsequentes 355
31. Aprovação das demonstrações financeiras 355

Índice

Parte V – Anexos

1. Informação não financeira consolidada ____ 363
2. Normas de Sustentabilidade – GRI, SASB, WEF ____ 300
3. Informação Suplementar sobre Petróleo e Gás (Não auditado) ____ 430
4. Relatório sobre os pagamentos a administrações públicas ____ 439
5. Declaração de conformidade dos membros do Conselho de Administração ____ 442
6 Relatório e parecer do Conselho Fiscal ____ 443
7 Relatório independente sobre informação de sustentabilidade ____ 447
8. Glossário e abreviaturas ____ 448

Sobre o relatório

O relatório integrado da Galp disponibiliza uma descrição global das atividades através das quais criamos valor económico.

Este relatório é composto por cinco partes que, no seu conjunto, formam o Relatório Integrado de 2023. Estas são as seguintes:

I. Um Relatório Integrado de Gestão, que inclui os elementos-chave do enquadramento estratégico da Galp, juntamente com o desempenho operacional, financeiro e de sustentabilidade em 2023, bem como os principais aspetos do governo societário e da gestão do risco;

II. Um caderno sobre Sustentabilidade, que fornece uma visão mais detalhada sobre o nosso desempenho e práticas de sustentabilidade;

III. O Relatório de Governo Societário, que expõe o modelo e as práticas de governo da Galp;

IV. As Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais da Galp Energia, SGPS, SA;

V. Anexos.

Relatório Integrado de 2023				
Parte I	Parte II	Parte III	Parte IV	Parte V
Relatório Integrado de Gestão	Jornada de Sustentabilidade	Relatório de Governo Societário	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais	Anexos

Normas e diretrizes para a elaboração de relatórios

Este relatório foi preparado de acordo com as normas e orientações aplicáveis internacionalmente reconhecidas, nomeadamente:

- Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- Diretrizes do Código das Sociedades Comerciais (CSC), relativas ao conteúdo do relatório de gestão, incluindo as respeitantes à comunicação de informações não financeiras, introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho;
- Modelo de reporte de informação não financeira pelos emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado recomendado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM);
- Disposições do Código dos Valores Mobiliários (CVM) e do Regulamento n.º 4/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), referentes ao relatório anual sobre o governo das sociedades e tendo em conta o Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance;
- Disposições do CVM para a comunicação de pagamentos efetuados às administrações públicas;
- Diretrizes da Value Reporting Foundation (VRF) para a elaboração de relatórios integrados;
- Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), na versão 2023 das Normas GRI, na opção "referência às Normas GRI", incluindo a norma GRI 11 para o setor *Oil & Gas* (link aqui);
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para *Oil & Gas*, incluindo Exploração e Produção, *Midstream* e Refinação e *Marketing* (link aqui);
- Recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD) do Financial Stability Board (FSB), relativas à divulgação de riscos financeiros relacionados com o clima (link aqui);
- Princípios do United Nations Global Compact (UNGC) (link aqui);
- Métricas e divulgações do World Economic Forum, Measuring Stakeholder Capitalism (link aqui);
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (link aqui);
- Princípios de inclusão, materialidade, capacidade de resposta e impacto estabelecidos na Norma AA1000 *Accountability Principles Standard* (AA1000AP 2018), relativamente à informação sobre sustentabilidade.

Non-Financial Reporting Directive

Value Reporting Foundation



Global Reporting Initiative



United Nations Global Compact



Sustainability Accounting Standards Board



Task Force on Climate related Financial Disclosure



WEF Measuring Stakeholder Capitalism



As demonstrações financeiras da Galp foram elaboradas de acordo com as normas IFRS, com o custo dos bens vendidos e das matérias-primas utilizadas avaliado ao Custo Médio Ponderado (CMP).

Quando os preços das mercadorias e matérias-primas oscilam, a utilização deste método de avaliação pode levar à volatilidade dos resultados, através de ganhos ou perdas nos inventários, sem que tal traduza o desempenho operacional real da Empresa durante o período. Este efeito é chamado efeito *stock*. Outros fatores que podem influenciar os resultados incluem eventos especiais, tais como ganhos ou perdas resultantes da venda de ativos, tributações extraordinárias e *mark-to-market* de coberturas financeiras, assim como eventos não recorrentes, que podem não refletir o verdadeiro desempenho da Empresa.

De forma a proporcionar uma melhor avaliação do desempenho operacional da Empresa, excluindo os efeitos acima mencionados, a Galp também divulga os seus resultados consolidados numa base de *Replacement Cost Adjusted* (RCA), excluindo os eventos especiais e o efeito *stock*, este último devido ao facto de o custo dos bens vendidos e das matérias-primas consumidas ter sido determinado utilizando o método de avaliação do Custo de Substituição (*Replacement Cost* – RC). Os resultados IFRS da Galp são auditados. Os resultados RC são revistos pelo auditor, enquanto os resultados RCA não são auditados nem revistos.

Relativamente à informação não financeira, a consolidação da informação e a metodologia de elaboração de relatórios abrangem todas as atividades em que a Galp detém uma participação igual ou superior a 50% e controlo operacional. Sempre que tal for relevante, este relatório inclui também informações sobre atividades não controladas em que a Galp detém uma participação minoritária.

A Galp submete o conteúdo deste relatório a uma avaliação externa, independente e certificada. O âmbito do trabalho do revisor oficial de contas/auditor da Galp, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., para o Relatório Integrado é o seguinte:

Demonstrações financeiras	Informação não financeira	Informação sobre governo societário	Outras informações
Relatório do revisor legal de contas e de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais	Verificação da inclusão de informação não financeira exigida pelo decreto-lei 89/2017 de 28 de julho	Verificação da inclusão dos elementos do reporte de governo societário a que se refere o artigo 29º-H do CVM	Verificação da consistência do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

Relativamente à informação não financeira divulgada neste Relatório, no nosso website e nas Normas GRI e Recomendações TCFD (link aqui), o relatório de garantia independente é emitido pela Pricewaterhouse Coopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., que oferece uma garantia razoável sobre a Pegada de Carbono 2023 (Âmbitos 1 e 2), e uma garantia limitada sobre as restantes informações não financeiras. Como complemento a este relatório, a Galp também publica informação não financeira adicional e detalhada no seu website corporativo (link aqui).

A Galp pretende estabelecer um diálogo constante e inclusivo com os seus *stakeholders*. Pode enviar a sua opinião acerca deste relatório, ou fazer perguntas sobre o mesmo à equipa de Relações com Investidores através dos seguintes contactos:

Galp Energia, SGPS, S.A.
Relações com Investidores
Tel..: +351 217 240 866
E-mail: investor.relations@galp.com

Mensagem do Conselho de Administração

Paula Amorim

Presidente do Conselho de Administração

Durante 2023, o panorama geopolítico ficou ainda mais complexo e fragmentado. A Europa manteve-se envolta em guerra enquanto os conflitos no Médio Oriente escalaram. A inflação no Ocidente mantém-se elevada, conduzindo a taxas de juro demasiado elevadas para as economias e famílias endividadas.

A segurança energética continua a ser uma prioridade neste contexto. Embora seja crucial descarbonizar gradualmente as nossas economias, é necessário trabalhar em conjunto como sociedade para criar o enquadramento ideal para abastecer as nossas populações com energia a preços acessíveis, enquanto aceleramos os investimentos em tecnologias renováveis.

Com a rápida evolução nas dinâmicas de negócio, as empresas devem manter-se ágeis e rápidas, de forma a ajustarem a estratégia e as políticas de alocação de capital, mantendo simultaneamente portefólios resilientes e posições financeiras sólidas.

Na Galp, mantemo-nos focados na maximização de valor ao longo da nossa cadeia de valor integrada. O nosso portefólio competitivo e de longo prazo de Upstream está agora reforçado com oportunidades de exploração entusiasmantes. O Upstream continuará a desempenhar um papel fundamental no financiamento da transformação da nossa posição *downstream*, de maneira a fornecer energia aos nossos clientes de forma sustentável e a responder às necessidades a médio e longo prazo das comunidades que servimos.

O nosso plano de investimento atual sustenta esta direção estratégica, permitindo que a Galp continue a crescer, enquanto executa uma transformação consistente e uma descarbonização dos nossos ativos industriais e da energia fornecida.

O Filipe, tendo desempenhado um papel fundamental na trajetória da Galp ao longo da última década, concluiu agora com sucesso o seu primeiro ano como CEO. O Conselho de Administração foi também reforçado na última Assembleia Geral Anual de Acionistas com executivos com válida experiência. A capacidade na liderança, a cultura de colaboração e a sólida monitorização da estratégia são pontos fortes da nossa Empresa e serão fundamentais para executar com sucesso o nosso ambicioso plano.

As perspetivas para a Galp em 2024 e nos anos seguintes continuam a ser encorajadoras. Estas são apoiadas pelo nosso portefólio único, que inclui muitas oportunidades de valor a serem exploradas e desenvolvidas. A nossa gestão financeira rigorosa e responsável fará parte desse percurso, como sempre. A melhoria da nossa eficiência operacional proporciona-nos válidos recursos para continuarmos a investir em crescimento e transformação, garantindo em simultâneo que os nossos acionistas são recompensados de forma competitiva.

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Anual um dividendo de €0,54 por ação, relativo ao exercício de 2023, em conformidade com a nossa política de dividendos crescentes. Além disso, conforme definido nas nossas orientações relativas à alocação de capital, foi iniciado um programa de recompra de ações no valor de €350 m, que será executado durante 2024.



A firmeza das nossas decisões estratégicas, a disciplina na execução e as oportunidades que vemos para o futuro inspiram-nos confiança. As nossas conquistas coletivas são essenciais para criar valor duradouro para a sociedade e para os acionistas.

Quero expressar a minha gratidão a todos os meus colegas da Galp e felicitá-los pelos seus esforços incansáveis na transformação contínua da Empresa, rumo ao futuro.

Gostaria também de manifestar o meu especial apreço aos nossos estimados clientes e parceiros de trabalho, e o meu sincero agradecimento aos nossos acionistas pela continua relação de apoio e confiança.



Paula Amorim
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Conselho de Administração

Filipe Silva

CEO

Competimos diariamente com as melhores empresas de energia a nível mundial, quase todas com uma dimensão muito superior à da Galp. O nosso sucesso e o nosso *right to win* dependem da rapidez das nossas ações. De forma a assegurar este sucesso, procuramos contratar e reter o melhor talento, servir melhor os nossos clientes, procurar os melhores parceiros e focar nos ativos mais competitivos mundialmente.

Temos de trabalhar mais arduamente e mais depressa do que os nossos concorrentes, enquanto adotamos as mais rigorosas normas para que todos possamos regressar a casa em segurança ao final de cada dia.

Continuaremos a expandir as nossas atividades em toda a cadeia de valor da energia e a explorar as nossas vantagens competitivas como empresa pequena e ágil. As decisões relativas ao nosso portefólio continuarão a dar prioridade às oportunidades de investimento de maior retorno e às que reforcem o nosso modelo de negócio integrado.

Precisamos de mais eletrões verdes para alimentar as nossas próprias operações industriais, os nossos eletrolisadores e para servir os nossos clientes. Uma parte destes eletrões será gerada internamente, através da nossa significativa plataforma ibérica de renováveis. O êxito da nossa estratégia de transição energética depende da nossa capacidade de descarbonizar os nossos próprios ativos industriais e de estarmos preparados para oferecer aos nossos clientes moléculas com uma pegada carbónica cada vez menor.

Estamos muito orgulhosos do crescimento das nossas atividades *upstream* e *downstream*. O negócio de Upstream continuará a ser o nosso principal gerador de fluxo de caixa por muitos anos e apoiará o nosso ambicioso plano de investimento. As características dos nossos projetos, com *breakevens* e intensidades de carbono incrivelmente baixas, permitem a continuação do crescimento através do nosso portfolio atual. O Bacalhau é um desses projetos, e estamos muito satisfeitos com o ritmo de execução de acordo com o plano estabelecido.

Comprovámos recentemente a existência de um sistema de hidrocarbonetos de alta qualidade na Namíbia, criando assim a base para o que poderá vir a ser outra grande via de crescimento para a Galp.

Tomámos decisões finais de investimento arrojadas para avançar com uma grande unidade industrial na refinaria de Sines, para a produção de SAF e HVO, bem como para um dos maiores projetos de eletrólise aprovados até hoje na Europa, para a produção de hidrogénio verde.



Estamos satisfeitos por ver o sucesso de novos produtos e serviços de baixo carbono na nossa oferta comercial. E também por ver a crescer de forma tão rápida e rentável a nossa oferta de conveniência e as nossas plataformas de carregamento de veículos elétricos. Com o apoio total da nossa equipa de Energy Management, estamos agora a fornecer os nossos clientes B2B um conjunto integrado e competitivo de produtos energéticos.

Temos uma grande equipa e um Conselho de Administração que nos apoia. Estou confiante de que, em conjunto, criaremos um futuro mais sustentável e entregaremos a energia competitiva de que as nossas comunidades necessitam.



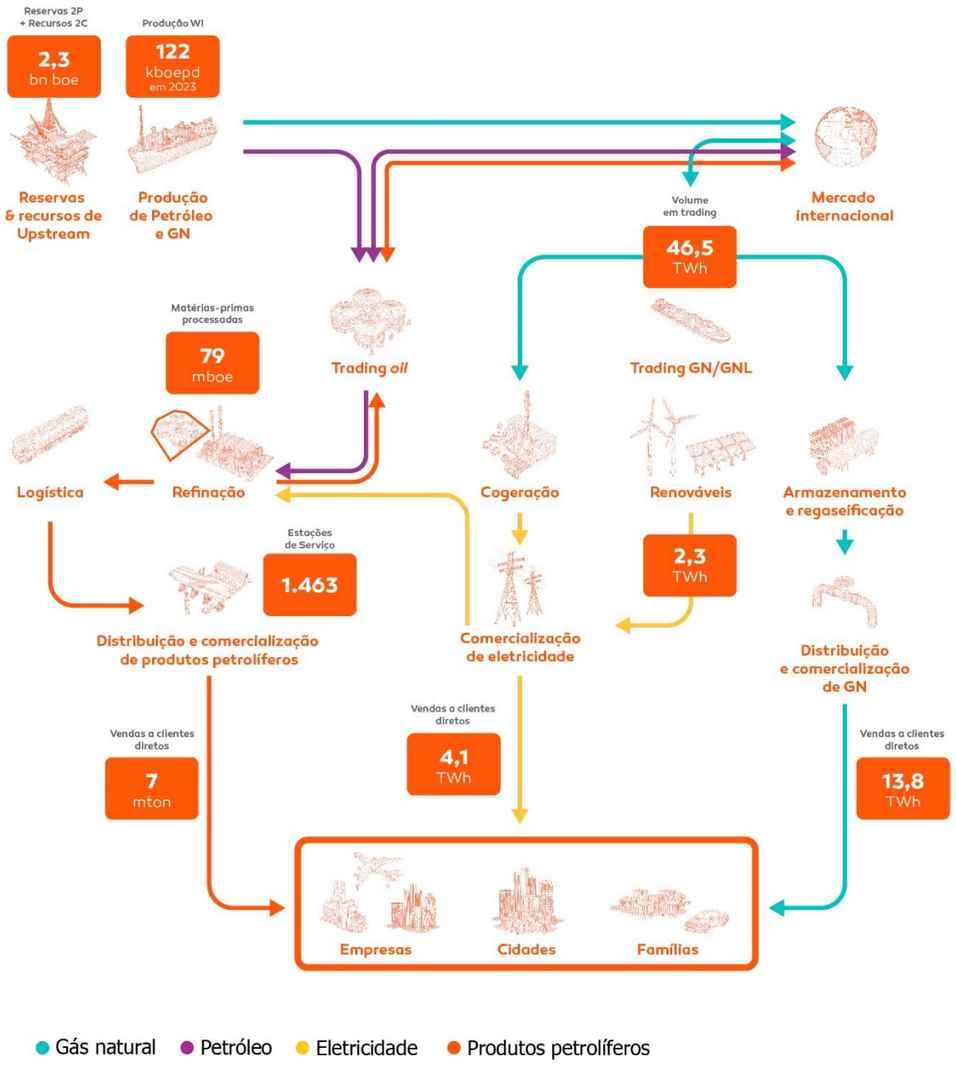
Filipe Silva
CEO



DELIVERING ENERGY FOR A NEW WORLD

1. Mundo Galp

1.1 **Os ativos da Galp no mundo**





1. Portugal
2. Espanha
3. Brasil
4. Moçambique
5. Angola
6. Cabo Verde
7. Guiné-Bissau
8. S. Tomé e Príncipe
9. Namíbia
10. Reino de Eswatini

Upstream
Industrial & Midstream
Commercial
Renewables & New Businesses



Upstream

A Galp tem 19 projetos de upstream em diferentes fases de exploração, desenvolvimento e produção. Os projetos em desenvolvimento da Galp incluem duas das maiores descobertas de petróleo e gás natural das últimas décadas, localizadas no pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e na bacia do Rovuma, em Moçambique. Outros ativos de exploração estão localizados na Namíbia e em São Tomé e Príncipe.



Industrial & Midstream

A unidade de negócio de Industrial inclui as atividades de refinação, logística, biocombustíveis e cogeração na Península Ibérica, bem como o projeto transformacional de hidrogénio verde. A unidade de Midstream abrange as atividades de aprovisionamento e *trading* de petróleo, gás e eletricidade, com foco na maximização de valor da integração dos negócios e das suas cadeias de valor.



Commercial

A unidade de negócio Commercial disponibiliza uma oferta completa, integrada e centrada no cliente, que inclui produtos petrolíferos, gás e eletricidade, a empresas e clientes retalhistas em diferentes geografias. Esta unidade inclui também os negócios de mobilidade elétrica e de energia solar descentralizada na Península Ibérica.



Renewables & New Businesses

A unidade de negócio Renewables & New Businesses da Galp inclui, no segmento de Renewables, o portefólio de produção renovável de energia, atualmente focado na Península Ibérica; e um projeto de conversão de lítio, no segmento de New Businesses. Simultaneamente, esta unidade de negócio identifica, avalia e desenvolve continuamente novas oportunidades de negócio no espaço energético.

1.2 **Criação de valor**

2023 *Inputs*

€14,6 bn
custo das matérias consumidas e mercadorias vendidas

€2,2 bn
fornecimento e serviços externos

€1,1 bn
investimento

€450 m
salários e benefícios

9,1 milhões m³
água bruta

1.506 TJ
eletricidade comprada

25.382 TJ
energia primária consumida

€31 m
investimento real em eficiência energética na refinação

7.054
colaboradores

3.195
mulheres

52
nacionalidades

10
países

392
contratações

223.711
horas de formação

117
parcerias relevantes

3.574
fornecedores

75%
compras locais

98%
contratação local

8.937
horas de voluntariado

€31 m
investimento em inovação e I&D

Segmentos de negócio

Upstream

4 países
com uma posição *core* no Brasil

19 projetos

621 mboe
reservas 2P

1.653 mboe
recursos contingentes 2C

122 kboepd
produção média WI

Industrial & Midstream

226 kbpd
capacidade de refinação

79 mboe
matérias primas processadas

14.8 mton
fornecimento de produtos petrolíferos

91 MW
capacidade de cogeração

Commercial

7,1 mton
vendas de produtos petrolíferos

1.463
estações de serviço

14,0 TWh
vendas totais GN/GNL

4,1 TWh
vendas totais de eletricidade

Renewables & New Businesses

Um dos maiores *players* no mercado solar Ibérico

2,4 TWh
energia renovável gerada

1,4 GW
capacidade instalada para geração de renováveis

271 ktonCO₂
emissões evitadas

2023 *Outputs*

€20,8 bn
venda e prestações de serviços RCA

€3,6 bn
Ebitda RCA

€2,3 bn
fluxo de caixa operacional ajustado

0,4x
dívida líquida / RCA Ebitda

€1,0 bn
resultado líquido RCA atribuível aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A.

2,4 TRIR
taxa total de incidentes registráveis

1
fatalidade

76%
nível de envolvimento

100%
colaboradores avaliados

9,4%
rotatividade

6,3%
absentismo

€9,3
ROI em capital humano

6,1 milhões m³
água residual

5
perdas de contenção que atingiram o ambiente

0,07 Tier 1
0,21 Tier 2
eventos de segurança de processo

74 milhões m³
(Flaring) – *Upstream equity*

29 kton
resíduos

53%
resíduos valorizados

3,0 mton
CO_2e – âmbito 1

0,01 mton
CO_2e – âmbito 2

€34 m
em investimento na comunidade

€2 m
em parcerias relevantes com entidades e associações sectoriais

107
projetos I&D

94
projetos de *Clean R&D*

54
comunicações de irregularidades recebidas

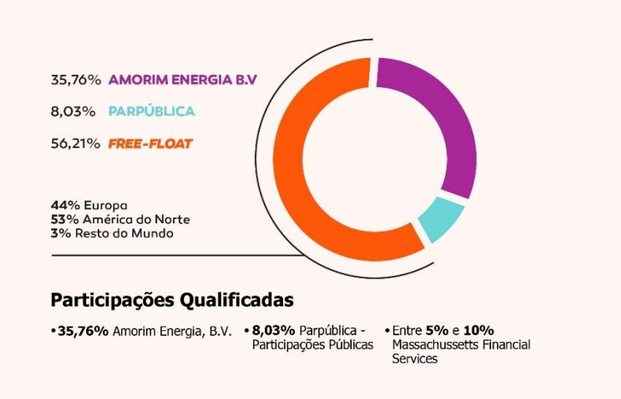
80%
resolvidas

1.3 A Galp nos mercados de capitais

Estrutura acionista

A Galp está listada na Euronext Lisbon desde 23 de outubro de 2006.

No final de 2023, o capital social da Galp compreendia 773.082.725 ações ordinárias, das quais cerca de 92% estão cotadas na Euronext Lisbon. As restantes 8% não são cotadas e são detidas indiretamente pelo Estado Português através da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública).



Todas as ações concedem os mesmos direitos económicos e de voto. No final de 2023, cerca de 36% do capital social da Empresa era detido pela Amorim Energia, B.V., enquanto o restante *free float* era detido por investidores institucionais de 30 países. Para mais detalhes sobre a estrutura acionista da Galp, consulte a Parte III deste relatório – Relatório de Governo Societário, ou o nosso *website* (link aqui).

Desempenho da ação

No final de 2023, a Galp tinha uma capitalização bolsista de cerca de €10,31 bn, em linha com 2022. O rendimento total dos acionistas (TSR) durante o ano, considerando a evolução de preço da ação e os dividendos distribuídos, foi positivo em 10,8%.

Desempenho das ações da Galp em 2023 (€/ação)



Fonte: Bloomberg

Preço das ações a 31 de dezembro de 2022	€12,61
Preço das ações a 31 de dezembro de 2023	€13,34
Preço mínimo das ações durante 2023	€9,71 a 15 de março
Preço máximo das ações durante 2023	€14,79 a 18 de outubro
Média diária de ações negociadas[1] (todos os locais de negociação)	8,25 milhões de ações
Média diária das ações negociadas na Euronext Lisbon	2,1 milhões de ações

[1]Fonte: Bloomberg

Cobertura dos analistas

A ação da Galp é atualmente seguida por 22 analistas financeiros, que produzem análises sobre a Empresa, bem como estimativas de resultados futuros. A 31 de dezembro de 2023, o preço-alvo médio da ação da Galp era de €14,78, com 15% dos analistas a recomendarem a sua compra, 50% a recomendarem não vender e 35% a recomendarem a venda. Toda a informação relacionada com as recomendações de ações da Galp e preços-alvo emitidos pelas várias instituições pode ser consultada no nosso *website* (link aqui).

Dividendos e recompra de ações

O Conselho de Administração da Galp irá propor à Assembleia Geral Anual de Acionistas (AGA) de 2024, a realizar a 10 de maio, um dividendo de €0,54/ação, pago em dinheiro, relativo ao ano fiscal de 2023. Além disso, o Conselho de Administração irá executar uma recompra de ações (*share buyback*) de €350 m, ao longo de 2024, com o objetivo de reduzir o capital social emitido da Empresa. Durante 2023, a Galp executou um programa de recompra de ações no valor de €500 m. Este programa decorreu entre fevereiro e dezembro e resultou na recompra e cancelamento de 42.028.823 ações próprias.

Participação na Assembleia Geral Anual de Acionistas de 2023

A Assembleia Geral Anual de Acionistas da Galp de 2023 realizou-se no dia 3 de maio e os principais pontos da ordem de trabalhos foram: a eleição do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Auditor Externo para o período de quatro anos (2023-26), e a eleição de Ana Perestrelo de Oliveira, José Costa Pinto e Sofia Leite Borges para a Mesa da Assembleia Geral, para o período de quatro anos (2023-26).

Além disso, foram aprovados o relatório integrado de gestão, as contas consolidadas e outras demonstrações financeiras para o ano fiscal de 2022, bem como a proposta para a atribuição dos resultados de 2022. Foi também avaliado o desempenho do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Auditor Externo durante o ano fiscal de 2022.

A Comissão de Remunerações para o mandato de 2023-26 foi eleita, tendo a respetiva remuneração e regulamentos sido aprovados. Foi ainda tomada uma decisão sobre a declaração da Comissão de Remunerações referente à política de remuneração para os membros dos órgãos sociais, bem como sobre a concessão de autorização ao Conselho de Administração para a aquisição e venda de ações e obrigações próprias ou outras dívidas próprias, por parte da Empresa e dos instrumentos das suas subsidiárias. Foi igualmente aprovada a alteração do artigo 10º, nº 4, dos Estatutos da Empresa.

Finalmente, a redução do capital social da Empresa até 9% do seu capital social atual através do cancelamento de ações próprias foi resolvida. Participaram ou estiveram representados na Assembleia Geral 1.605 acionistas, representando 669.895.828 ações, o que equivale a 82,18% do capital social da Empresa. Todas as propostas submetidas para deliberação foram aprovadas.

Informação ao obrigacionista

Nome	ISIN	Data de emissão	Maturidade	Montante	Cupão	Yield no final do ano (%)	Var. desde o pricing (bp)	Local de transação
Galp 2,000% 01/2026	PTGALCOM0013	18/06/2020	15/01/2026	€500 m	2,000%	3,7	514	Euronext Dublin



1.4 **A nossa marca**

A Galp é uma marca de energia integrada que procura manter a sua credibilidade, enquanto reforça o seu papel na inovação e na transição energética.

Atualmente, a Galp tem uma forte presença global, com um valor de marca estimado em €1,9 bn.

A Galp definiu dois grandes pilares de posicionamento para a marca:

- Proximidade com as comunidades em que opera;
- Alinhamento com a transição energética, e a procura de novas formas de criar valor para os seus clientes, tanto para particulares como para empresas.

A marca Galp é cada vez mais integrada, incorporando negócios como a energia solar e a mobilidade elétrica.

A consolidação da Galp como uma marca de referência na Península Ibérica foi um dos grandes focos da Empresa em 2023. Foi implementado um ambicioso plano que incluía a renovação de lojas, de forma a melhorar a experiência do cliente e a reforçar a oferta mais sustentável, assim como a presença da Galp em diversos eventos.

Especificamente no mercado português, a marca reforçou a sua ligação com comunidades, ao estar presente em eventos como o Rock in Rio e manter o apoio à Seleção Nacional no Campeonato do Mundo de futebol.

Para evidenciar a abrangência dos negócios da Empresa, a campanha "Pensar Fora do Carro" deu a conhecer a diversidade de serviços que integram o Mundo Galp, e transmitiu uma mensagem de mobilidade sustentável e consciencialização do papel da Galp na transição energética. A inovação continuou a ser um dos principais focos, demonstrado pela introdução da nossa primeira Smart Store em Portugal, pelo lançamento da nova Pluma, e pela participação em outros eventos estratégicos como a Web Summit.

Estas iniciativas destacaram com sucesso a postura inovadora e transformadora da Galp, ao promoverem relações mais fortes e próximas entre a Empresa e os seus *stakeholders:*

- 81% das pessoas em Portugal reconhecem a Galp como uma das marcas de referência no setor da energia;
- Dois terços do mercado português consideram a Galp uma marca de confiança.

Ainda assim, não foi exclusivamente na Península Ibérica que fortalecemos a presença junto das comunidades. No Brasil, participámos no Rio Oil and Gas. Patrocinámos ainda, pela primeira vez, um festival em África – o Luju Standard Bank Food & Lifestyle Festival, no Eswatini. Por fim, em Moçambique lançámos o novo cartão Galp Frota Corporate, assim como um novo website da marca no país.

A força da marca reside na sua visão global de futuro e na capacidade de inovar a cada dia. Esta é uma mensagem que continuaremos a transmitir às pessoas através da marca Galp, nos diversos territórios em que estamos inseridos.

Construir uma marca poderosa

O nosso compromisso com a excelência permitiu construir uma narrativa que transcende as operações do dia a dia. É uma história de uma marca duradoura, de parcerias e aspirações partilhadas, em que a confiança que os nossos clientes e parceiros comerciais depositam em nós serve de base ao nosso sucesso.

A marca Galp reflete a busca incessante por qualidade, fiabilidade e inovação, o que define todos os nossos esforços. É o resultado de anos passados a criar produtos, serviços e experiências que respondem às necessidades dos clientes e comunidades que servimos e marcam presença nas suas vidas.

O reconhecimento que obtemos enquanto marca é um testemunho da dedicação inabalável das nossas equipas e do impacto que temos nas comunidades com que interagimos.

O aumento do valor da marca, de €1,7 bn para €1,9 bn, é um testemunho do reconhecimento do nosso empenho em prol da excelência e das nossas comunidades. É um sinal da nossa capacidade de nos adaptarmos, evoluirmos e liderarmos num mundo em constante mudança.

RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO 2023

DELIVERING ENERGY FOR CHANGE



2. Enquadramento Estratégico

2.1 Como vemos a evolução do mercado da energia

O setor da energia continua a enfrentar dinâmicas de mercado desafiantes e um enquadramento macroeconómico incerto, encontrando-se ainda a sair de um período caracterizado por perturbações substanciais na cadeia de abastecimento e por uma elevada volatilidade nos preços de produtos. Os recentes acontecimentos geopolíticos intensificam a instabilidade observada.

A criação de valor sustentável no longo prazo e o progresso na descarbonização continuam a ser imperativos chave. Para tal, são necessárias estratégias credíveis, executadas de forma progressiva e pragmática, que equilibrem investimentos contínuos em soluções com baixas emissões de carbono, e que permitam dar resposta às preocupações relacionadas com a segurança e a acessibilidade do fornecimento de energia.

Reconhecendo este ambiente volátil e disruptivo, as convicções da Galp refletem a visão transversal da Empresa relativamente ao futuro do sector energético, servindo de base à nossa estratégia:

- As desafiantes dinâmicas de mercado colocam um maior foco no trilema da energia – sustentabilidade, segurança e acessibilidade dos preços – tanto no que diz respeito ao fornecimento de energia como à resiliência das respetivas cadeias de abastecimento.
- As previsões do nível de procura europeia de petróleo e de gás apontam para o alcance do seu pico durante esta década e a próxima, respetivamente. No entanto, estes produtos continuarão a ser necessários para salvaguardar o aprovisionamento energético e a acessibilidade dos preços à medida que a transição se desenrola.
- As moléculas energéticas continuarão a desempenhar um papel fundamental no abastecimento energético, especialmente nos setores não eletrificáveis e mais difíceis de descarbonizar, onde se verificará uma substituição gradual dos produtos petrolíferos por combustíveis sustentáveis.
- O sistema europeu de refinação deverá continuar a ser pressionado por uma rigorosa regulamentação ambiental, pela diminuição da procura de produtos petrolíferos e pelo aumento dos custos do carbono. Esta pressão levará a uma maior urgência na sua descarbonização e transformação, assim como na garantia de um desempenho operacional de topo, de forma a garantir o seu papel fundamental no abastecimento da região.
- As previsões quanto ao ritmo de eletrificação global indicam uma aceleração cada vez mais alimentada por energias renováveis solares e eólicas em grande escala, apoiadas por uma expansão da cadeia de valor das baterias. Isto torna-se essencial para promover a aceleração dos transportes eletrificados e para apoiar o aumento significativo da procura necessário para desenvolver soluções industriais de baixo carbono em grande escala.



- Biocombustíveis, hidrogénio renovável e outros combustíveis de baixo teor de carbono estão a ganhar protagonismo. Espera-se que a regulação permita uma aceleração desta tendência, que terá como principais impulsionadores da procura o setor dos transportes e outros setores difíceis de descarbonizar.
- O apoio regulamentar, a estabilidade fiscal, a disponibilidade de capital, as infraestruturas e a maturidade tecnológica, a acessibilidade das matérias-primas e dos materiais raros e a fiabilidade da cadeia de abastecimento são fatores determinantes para o ritmo e ambição da transição.

2.2 **Criação de valor sustentável**

A Galp está a gerir ativamente o seu portefólio no sentido de garantir uma maior competitividade na resposta às preocupações globais relacionadas com as alterações climáticas e a segurança energética.

A nossa estratégia visa maximizar a criação de valor a longo prazo. Para alcançar esse objetivo, a Galp está a desenvolver uma seleção de projetos energéticos, de elevada qualidade e resiliência, e a aumentar a integração ao longo de toda a cadeia de valor, enquanto avança na descarbonização progressiva através da incorporação de soluções de baixo ou nenhum carbono.

Esta estratégia está já a ser implementada: a Galp detém hoje um dos portefólios integrados de energia mais eficientes e competitivos do setor. A Empresa está a expandir o seu portefólio de Upstream de baixo carbono, líder no setor, enquanto avança na transformação das suas atividades *downstream*, tanto a nível industrial como comercial, e detém a maior integração de produção de energias renováveis em comparação com os seus pares.

No futuro, a nossa estratégia continuará a ser orientada por uma abordagem responsável, equilibrando o perfil de risco a longo prazo e a rentabilidade associada às atividades e projetos em que investimos, com a sua sustentabilidade ambiental e a avaliação dos efeitos sociais globais.

Para garantir a sustentabilidade e a resiliência da Galp em diferentes ambientes de *commodities*, esta execução estratégica considera uma gestão financeira disciplinada e orientações claras de alocação de capital.

Uma transição alinhada com a procura do mercado

Acreditamos que temos um papel importante a desempenhar para continuar a apoiar e promover uma transição energética justa e satisfazer as necessidades energéticas das comunidades que servimos.

A Galp permanecerá ágil, adaptando-se rapidamente à evolução dos padrões de procura e do cabaz energético, assegurando em simultâneo o equilíbrio com as suas responsabilidades para com a sociedade.

A Galp é um dos principais fornecedores de energia na Península Ibérica. A Empresa opera, em Sines, a única refinaria em Portugal, sendo responsável por assegurar, de forma responsável, o abastecimento seguro de energia do país. A sustentabilidade deste local estratégico para a Empresa e para a região está a ser assegurada através de diversas iniciativas e projetos de grande escala.

Dada a nossa exposição regional, é importante considerar os diferentes perfis possíveis da procura futura de energia, nomeadamente em termos de taxa de eletrificação e de adoção de combustíveis de baixo carbono.

O nosso compromisso de descarbonizar o nosso portefólio dependerá, portanto, do ritmo de mudança das políticas governamentais, da evolução da procura de fontes de energia tradicionais, das mudanças no comportamento dos consumidores para opções mais sustentáveis e da capacidade de garantir o investimento necessário para promover a transição.

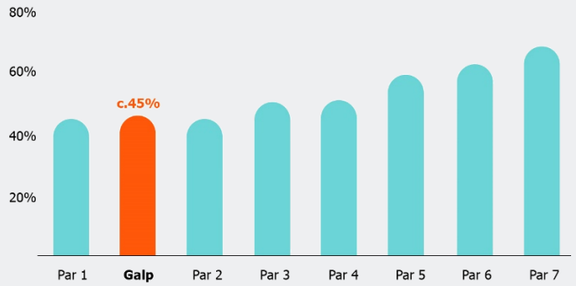
Entrega de valor superior a partir de projectos sancionados

Crescimento OCF (2025 vs 2024)



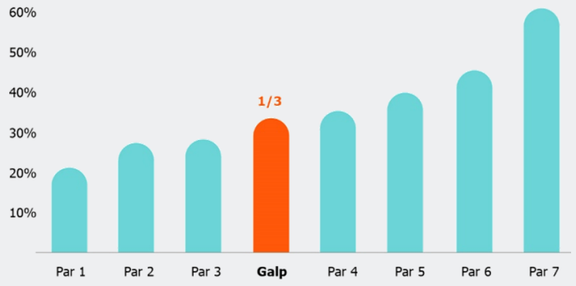
Plano de crescimento equilibrado

Net capex/OCF (2025 vs 2024)



Suportando distribuições competitivas

Distribuições/OCF (média 2024-2025)



Fonte: Guidance interna. Estimativas do setor baseadas no consensus do Visible Alpha a 7 de fevereiro de 2024.
Grupo de pares composto por BP, Eni, Equinor, OMV, Repsol, Shell e Total.

Crescimento e transformação de forma disciplinada

O sucesso na implementação de projetos-chave será fundamental para garantir o crescimento e a transformação do nosso portefólio.

Estaremos focados na gestão estratégica do nosso negócio de Upstream, aproveitando seletivamente novas oportunidades e consolidando uma fonte de geração de fundos sólida, fundamental para financiar a nossa estratégia de transformação. A Galp tem como objetivo continuar a aumentar seletivamente a sua produção Upstream através de participações em projetos de classe mundial, que possam combinar uma elevada competitividade com a introdução na cadeia de barris de petróleo com a menor intensidade de carbono possível, substituindo volumes menos competitivos. Dada a atual posição longa na refinação, evidenciada pelo facto de a Galp processar hoje, na sua refinaria, quase o dobro do que produz no Upstream, em termos de petróleo bruto, este crescimento do Upstream pode ser completamente integrado, não aumentando a exposição à cadeia dos hidrocarbonetos.

Vamos aumentar gradualmente a importância dos nossos negócios de baixo carbono, esperando que estes venham a dar um contributo substancial até ao final da presente década. Este objetivo será alcançado principalmente através da transformação dos nossos ativos industriais, da remodelação das nossas atividades comerciais, que apoiam os fornecimentos e as soluções fornecidas aos nossos clientes, e da integração de renováveis.

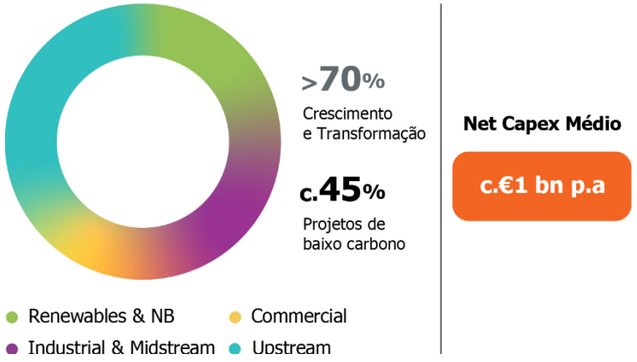
Nas nossas atividades industriais, de onde provém a maior parte da nossa pegada de carbono, a Galp tem como objetivo reduzir as sua pegada carbónica. A transformação em curso já está a proporcionar uma redução significativa das emissões. Neste processo, a Galp tem dado passos importantes na reconfiguração das atividades industriais e na melhoria da eficiência energética das suas operações, estando em curso investimentos relevantes, incluindo a integração, em Sines, de unidades de larga escala de produção de hidrogénio verde e de uma unidade de biocombustíveis avançados. É importante salientar que esta transformação visa garantir a nossa competitividade industrial a longo prazo.

O percurso transformacional da Galp é orientado por diretrizes estratégicas de alocação de capital e de investimento, e por uma revisão contínua do portefólio integrado da Empresa, com disciplina financeira e um forte foco no crescimento rentável. Estamos a implementar iniciativas de redução de riscos à medida que progredimos, em conformidade com as ambições europeias de atingir emissões líquidas nulas até 2050.

Mais de 70% do plano de net capex da Galp para 2023-25 é alocado a projetos de crescimento e transformação, na sua maioria já identificados, e que visam retornos competitivos nos diferentes segmentos de negócio. Neste plano, cerca de 45% dos investimentos totais são direcionados para desenvolvimentos de baixo ou zero carbono, que consideramos alinhados com os objetivos da transição energética.

É ainda de referir que, para além das categorias elegíveis ao abrigo do Regulamento de Taxonomia da UE, a Galp considera também atividades que podem contribuir significativamente para a mitigação das alterações climáticas, tais como investimentos na cadeia de valor das baterias, em hidrogénio, e em projetos de eficiência energética.

Gross Capex 2023-25



Pilares estratégicos de execução



Crescimento focado do Upstream
Foco na execução do potencial do nosso portefólio

Transformação Industrial e Comercial disciplinada
Transformação e descarbonização da nossa posição industrial e comercial de forma a sustentar valor a longo prazo

Integração seletiva de Renováveis
Desenvolvimento de uma plataforma competitiva, priorizando a integração e o valor económico

Crescimento focado do upstream

Embora se preveja que a procura mundial de petróleo atinja o seu pico nesta década, este continuará a ser um recurso essencial para garantir a segurança energética e a acessibilidade dos preços, enquanto a transição evolui.

A Galp detém um portefólio único no Upstream, com um conjunto de projetos operacionais que combinam um baixo *breakeven* (<$20/bbl), baixa intensidade carbónica (cerca de 9kg CO_2e/boe) e longa vida operacional.

A nossa estratégia de Upstream centra-se na melhoria das eficiências e da capacidade de recuperação dos projetos operacionais existentes. Temos projetos identificados para a extração de todo o potencial dos recursos de alta qualidade já descobertos. A nossa produção centra-se atualmente no pré-sal brasileiro e nos desenvolvimentos da bacia

do Rovuma em Moçambique. Espera-se que a produção *working interest* se mantenha estável acima dos 115 kboepd até 2026, altura em que esperamos aumentar a nossa produção em 40 kboepd, com base no desenvolvimento de projetos já aprovados.

Além disso, a Galp está a reduzir o risco das oportunidades de exploração já existentes no seu portefólio. A Empresa irá concentrar-se nas áreas existentes na Namíbia e em São Tomé e Príncipe, direcionando as suas atividades de exploração para os recursos de elevado potencial que possam vir a revelar-se viáveis a nível económico e de sustentabilidade.

Em suma, o negócio de Upstream continua a ser um pilar fundamental da estratégia da Galp, desempenhando o seu papel como uma via de crescimento e de criação de valor e um facilitador para as ambições de transformação do nosso portefólio e para o trajeto global de descarbonização da Empresa.

Transformação disciplinada no downstream

Industrial & Midstream

A Galp tenciona manter as suas operações no seu complexo industrial em Sines, transformando e descarbonizando, de forma a refletir as necessidades de um sistema energético de baixo carbono e assegurando a sua viabilidade a longo prazo.

A recente decisão final de investimento (FID) num dos maiores projetos de eletrolisadores da Europa, para a produção de hidrogénio renovável, e numa grande unidade de biocombustíveis avançados para a produção de HVO e SAF demonstra o empenho da Galp em assegurar o abastecimento energético do futuro. Estes projetos contribuirão significativamente para a transformação e crescimento do setor industrial em Portugal, colocando a Galp na vanguarda do desenvolvimento de soluções de baixo carbono necessárias à transição energética. A execução bem-sucedida destes projetos será o foco principal da Galp, enquanto continuará a explorar oportunidades adicionais na área dos combustíveis sustentáveis, à medida que os casos de negócio forem comprovados.

Isto será acompanhado pela constante adaptação da refinaria, de forma a descarbonizar e aumentar a nossa flexibilidade para diferentes cenários de macroeconómicos e de procura, assim como um foco contínuo no desempenho operacional, na segurança e na fiabilidade.

As atividades de Midstream apoiarão a transformação da Galp, adaptando as suas atividades de abastecimento e comercialização para apoiar as necessidades das cadeias de valor emergentes, integrando investimentos de baixo carbono, compensações de emissões e otimizações de fluxos.

Commercial

A Galp detém uma posição comercial de liderança no mercado ibérico, abrangendo todos os segmentos, desde clientes particulares, a empresas e clientes industriais, com uma oferta que responde à evolução das necessidades energéticas e de descarbonização desta vasta base de clientes. A Galp procura sustentar e aumentar esta posição através da transformação comercial em curso, centrada na transformação da rede de estações de serviço, na eletrificação, na descentralização e na digitalização, aumentando a relevância dos negócios de produtos não combustíveis.

A Galp ambiciona adaptar a sua oferta de acordo com a evolução do mercado de energia. Ao explorar as oportunidades de retalho fora do setor dos combustíveis, a Galp conseguirá continuar a fortalecer parcerias, introduzir novas ofertas e aproveitar serviços e funcionalidades digitais para melhorar a experiência do cliente. A Galp pretende expandir a sua posição de liderança em Portugal, expandindo as suas redes de mobilidade elétrica para mais de 10k pontos de carregamento na Península Ibérica, e duplicando a contribuição das atividades não combustíveis e de baixo carbono até 2025, em comparação com 2021. A Galp prevê um ecossistema de energia interligado que combine gás, eletricidade e soluções energéticas descentralizadas.

Integração seletiva de renováveis

A Galp é já um dos maiores produtores de energia solar fotovoltaica na Península Ibérica, tencionando continuar a aumentar o seu portefólio de energias renováveis, dando prioridade à qualidade em detrimento do aumento de capacidade e procurando criar uma plataforma competitiva para apoiar a integração ao longo da cadeia de valor, enquanto atinge os retornos previstos para o portefólio.

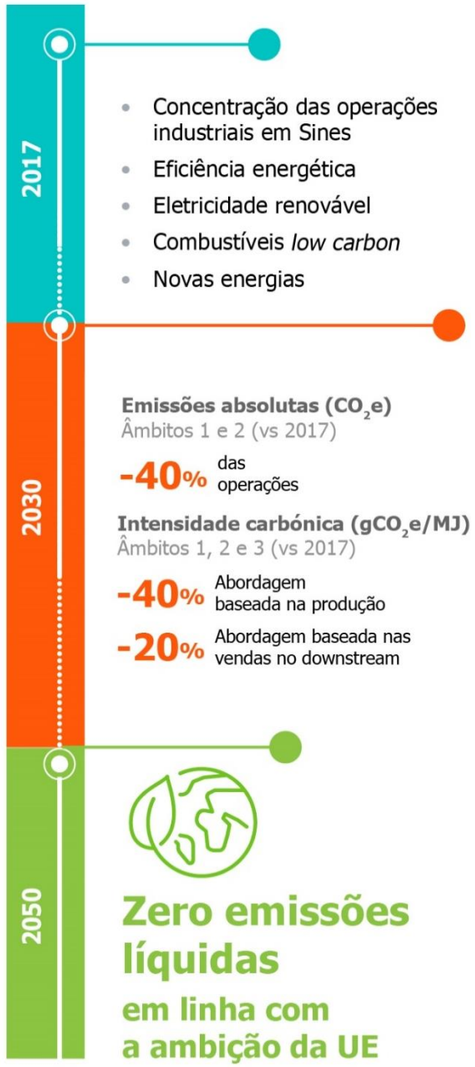
A Galp procurar oportunidades para otimizar a sua exposição à energia solar de grande escala. A Empresa considera a hibridização eólica uma estratégia fundamental para maximizar o valor derivado do seu portefólio de energia renovável e potenciar as suas necessidades industriais, a partir de um perfil de produção mais próximo do *baseload.*

Trajeto rumo à descarbonização em curso

A Galp tem um plano de transição energética ambicioso, mas pragmático.

O portefólio atual da Galp tem uma das intensidades carbónicas mais baixas do setor. O nosso portefólio de upstream tem uma intensidade carbónica de cerca de 50% da média da indústria, de acordo com a International Association of Oil & Gas Producers (IOGP). Adicionalmente, a integração atual de renováveis da Galp é mais de quatro vezes superior à média dos pares, em termos relativos baseados na produção de hidrocarbonetos.

Partindo deste ponto, a Galp procurou orientar a sua jornada de transição utilizando métricas independentes que refletirão o seu progresso rumo a um futuro de baixo carbono, focado na descarbonização gradual das nossas operações industriais e da energia que produzimos e vendemos. O ano de 2017 foi o estabelecido como referência, pois marca o início da diversificação do nosso portefólio e o compromisso com o desenvolvimento de uma estratégia de transição.



Ratings atualizados das principais classificações ESG

A Galp está empenhada em aplicar as melhores práticas em todos os seus negócios. O nosso compromisso com a sustentabilidade é evidente na nossa jornada contínua e a Galp é constantemente reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis por algumas das mais distintas entidades.

B- ISS ESG
Prime

Top 3 (AAA) MSCI
De 22 integradas O&G

Top Quartile SUSTAINALYTICS
De 60 integradas O&G

B Climate B Water CDP DISCLOSER 2023
Acima da média global (C) Acima da média global (C)

86% Bloomberg Gender-Equality Index 2023
Membro desde 2019
83% em 2022

2.3 **Abordagem ESG**

A Galp desenvolve soluções alinhadas com a transição energética de forma ativa, tendo como objetivo um portefólio económico altamente sustentável e com uma agenda ambiental e social clara e responsável, orientada por uma supervisão adequada.

A nossa direção estratégica inclui a sustentabilidade como princípio fundamental. Esta está enraizada na cultura corporativa da Galp, capacitada ao mais alto nível pelo nosso Conselho de Administração, liderada estrategicamente pela nossa Comissão Executiva e pela gestão de topo, e desenvolvida diariamente pelos nossos colaboradores.

Reconhecendo a nossa responsabilidade na transição energética, temos vindo a estabelecer parcerias e a promover o diálogo com os *stakeholders* externos, de forma a acelerar a transformação responsável e o progresso.

Abordagem à materialidade

Damos prioridade à comunicação com os nossos *stakeholders*, sendo crucial o processo contínuo de avaliação da materialidade. Através deste processo, identificamos os principais temas de sustentabilidade para o nosso negócio, incorporando as perspetivas dos nossos *stakeholders*. Em 2023, iniciámos um processo de avaliação da dupla materialidade, incorporando os novos requisitos da Diretiva da UE relativa ao Relato de Sustentabilidade Corporativa (CSRD), para o qual esperamos ter resultados no segundo trimestre de 2024.

Para 2023, considerámos os resultados da nossa última avaliação de materialidade, onde identificámos seis aspetos chave, todos eles incorporados no nosso *Roadmap* de Sustentabilidade e para os quais a Galp estabeleceu objetivos e metas, com o progresso a ser monitorizado e divulgado publicamente. Estão disponíveis informações adicionais no início de cada capítulo da Parte II (Jornada de Sustentabilidade) do presente Relatório Anual.



Outros aspetos relevantes

Governo corporativo | Gestão do risco | Investigação, tecnologia e digitalização | Qualidade do portefólio de produtos e serviços | Inovação de produtos e serviços

Gestão sustentável da cadeia de fornecimento | Estratégia fiscal | Estratégia climática | Economia circular | Eco-eficiência operacional | Biodiversidade e ecossistemas

Gestão da água | Segurança | Saúde | Práticas e condições laborais | Impacto social nas comunidades | Cidadania e filantropia

Roadmap de Sustentabilidade

Em 2023, a Galp continuou a implementação do *Roadmap* de Sustentabilidade. Este *roadmap*, baseado em cinco fundações, orienta os nossos princípios e ações para concretizar as nossas ambições até 2030, tendo o total apoio da nossa Comissão de Sustentabilidade e da Comissão Executiva.

A sustentabilidade como um *Key Result*

Durante a revisão do nosso plano 2023-25, identificámos várias iniciativas para abordar questões ESG relevantes em diferentes negócios e equipas, alinhadas com os nossos principais pilares de sustentabilidade.

Este plano de ação atualizado está agora integrado numa plataforma colaborativa, disponível a todos os colaboradores da Galp. Isto permite criar um espaço de trabalho no qual cada unidade de negócio pode acompanhar o progresso das suas iniciativas do *Roadmap* de Sustentabilidade.

A partir de 2024, cada unidade de negócio terá a implementação do *Roadmap* de Sustentabilidade como um *Key Result*, demonstrando claramente a importância crescente destas questões na organização e para a estratégia de cada unidade de negócio.

Para obter uma visão abrangente de cada ambição, juntamente com as metas e iniciativas associadas e a nossa abordagem à sustentabilidade, consulte o capítulo Jornada da Sustentabilidade na Parte II do presente Relatório Anual.

Destaques ESG 2023

Ambiente

- A Galp conseguiu reduzir as suas emissões absolutas, com a estabilização das condições dos mercados energéticos. Isto permitiu que a refinaria de Sines utilizasse gás natural, em vez de combustíveis mais intensivos em energia utilizados em 2022 como uma ação de proteção de valor, que teve um impacto negativo nos valores de emissão desse ano. O Coral FLNG também atingiu níveis de emissão operacionais eficientes, uma vez que a fase de comissionamento foi concluída. As métricas de intensidade carbónica também foram menores, em comparação com 2022 e com o ano base de 2017, refletindo emissões operacionais mais baixas e a crescente produção e venda de energia renovável.

- Demos um passo significativo no reforço da conservação da natureza. Estamos a desenvolver o *framework* da TNFD e a realizar um piloto da avaliação de riscos LEAP, para obtermos uma compreensão mais profunda em relação a temas relacionados com a natureza relevantes para as nossas atividades e tomar medidas. Além disso, fortalecemos a nossa posição em biodiversidade, aprovando a Política de Biodiversidade do Grupo. Comunicámos também publicamente os nossos compromissos, aderindo à iniciativa act4nature, liderada pelo BCSD Portugal.

- A Galp lançou um projeto-piloto para o desenvolvimento de um plano de ação para a biodiversidade, delineando as medidas e os *KPIs* destinados a alcançar um impacto líquido positivo.

- O desempenho dos consumos energéticos e das captações de água doce evidencia uma redução consistente ao longo dos últimos anos, o que reflete a aposta da Galp na implementação de medidas de ecoeficiência. Por outro lado, as paragens na refinaria de Sines e o desmantelamento em curso do complexo industrial de Matosinhos contribuíram significativamente para o aumento da produção de resíduos e para a redução do processamento de matérias-primas.

Social

- A Galp tem vindo a desenvolver uma cultura de segurança, aumentando o reporte relacionado com segurança em todas as áreas de negócio. Ainda assim, os indicadores globais de desempenho de segurança pioraram face a 2022, tendo-se registado uma fatalidade na Guiné-Bissau, em resultado de um acidente de transporte rodoviário.

- Comunicámos a nossa estratégia de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) à Organização. Esta tem quatro pilares: Género, Juventude, Impacto Social e Deficiência. Para cada pilar, estabelecemos métricas e objetivos que podem ser consultados na Parte II – Jornada de Sustentabilidade (3. Promover uma transição justa para todos) do presente relatório.

- O desenvolvimento da qualificação dos nossos colaboradores e a sua preparação para os desafios da transição energética continuaram a ser das nossas principais prioridades. A Galp proporcionou mais de 220.000 horas de formação a colaboradores presentes em todas as áreas geográficas e unidades de negócio. Foram abrangidos temas como Segurança, Ambiente, Direitos Humanos, Digital e Inovação, Transição Energética, Liderança, entre outros.

- A Galp atingiu um marco significativo com a criação de uma equipa interna totalmente dedicada ao processo de *due dilligence* em matéria de direitos humanos. Esta decisão estratégica permite-nos cumprir as obrigações da Empresa em matéria de direitos humanos em todas as nossas operações e ao longo de toda a cadeia de valor.

Governance e Economia

- O nosso compromisso com a sustentabilidade reflete-se no nosso sistema de avaliação de desempenho, no qual os indicadores ESG influenciam a remuneração variável de todos os colaboradores.

Em 2023, métricas de segurança e de descarbonização corresponderam a 25% dos indicadores de desempenho anual de todos os colaboradores e membros da Comissão Executiva. Adicionalmente, a metodologia *OKR (Objective Key Results)* implementada incluiu em 2023 – assim como nas propostas para 2024 - objetivos com foco na sustentabilidade, nomeadamente em temas como segurança, descarbonização, renováveis, cibersegurança e nível de envolvimento com os colaboradores. Isto culminou num novo *Key Result*, a partir de 2024, que reflete a implementação do *Roadmap* de Sustentabilidade em todas as unidades de negócio da Galp.

- A ética continuou a ser um princípio fundamental para a Galp. Mantivemos o nível de reporte através do nosso canal Open Talk.

- De forma a preparar-se para os próximos requisitos da CSRD da UE, a Galp desenvolveu o Plano de Melhoria da Informação Não Financeira (INF), com o objetivo de melhorar a forma como gerimos a informação relacionada com a sustentabilidade. Este projeto, que continuará ao longo de 2024, entregou um modelo de governo para a INF, um guia interno de todas as divulgações em conformidade com a CSRD da UE, o GRI, o SASB e outros, assegurando a implementação de um *framework* de controlo interno para a INF e de um novo sistema informático para monitorizar e controlar as informações de sustentabilidade comunicadas, de forma ágil e auditável.

- Para garantir uma cadeia de abastecimento resiliente e transparente, estamos a conduzir um programa denominado "Sustainability4Supply". Este projeto centra-se em três objetivos principais: melhorar a nossa compreensão do ecossistema da cadeia de abastecimento da Galp, atualizar os critérios ESG em todos os processos associados e melhorar a avaliação ESG da cadeia de abastecimento. Isto será fundamental para abordar o cenário regulamentar, incluindo a futura CSRD e a proposta CSDDD da UE.

- A Galp está atualmente posicionada no top 5% das empresas do Setor Global de Energia em termos da sua postura de cibersegurança, apresentando um avanço na sua classificação face ao ano anterior. Além disso, em 2023, e por mais um ano, a Galp não registou qualquer falha significativa de cibersegurança, demonstrando mais uma vez a nossa ciber-resiliência.

Alinhamento da Galp com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 das Nações Unidas define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que servem de modelo global para o desenvolvimento sustentável. A Galp está empenhada em contribuir para estes objetivos e realizou uma avaliação para determinar de que forma a sua estratégia e atividades de negócio se alinham com os ODS e impactam os mesmos.

A nossa avaliação envolveu o mapeamento dos ODS para os quais a Galp tem o maior potencial para fazer a diferença, alinhando-os com cada fundação delineada no *Roadmap* de Sustentabilidade para 2030, e identificando também as principais metas associadas a cada objetivo. Classificámos estes objetivos de acordo com três blocos baseados no seu posicionamento nas nossas atividades: ODS materiais, ODS diretos e ODS indiretos.

- **ODS materiais**. Estes são os ODS que estão em linha com a nossa avaliação de materialidade e que representam maior interesse para os nossos *stakeholders*.
- **ODS diretos**. Influenciamos e somos afetados diretamente por estes ODS. Consequentemente, monitorizamos e atuamos sobre estes indicadores, tentando sempre melhorar o nosso desempenho.
- **ODS indiretos**. Apesar de serem classificados como indiretos, estes ODS funcionam como um pilar para muitos outros. Reconhecemos a sua importância e trabalhamos para os influenciar indiretamente através das nossas ações, assegurando que não são ignorados.

17 Parcerias para a implementação dos objetivos

- Membro do WBCSD, BCSD Portugal e apoiante do CDP
- Compromisso com os 10 princípios universais do UNGC, TCFD e iniciativa Zero Routine Flaring

13 Ação climática

- Redução de 40% das emissões absolutas das operações (âmbitos 1 e 2) até 2030
- Redução da intensidade carbónica em 40% na abordagem baseada na produção e 20% na abordagem baseada nas vendas no downstream, até 2030

12 Produção e consumo sustentáveis

- €30,9 m de investimento real em 2023 em projetos de eficiência energética na refinação
- Aquisição de eletricidade 100% renovável nas nossas operações em Portugal em 2023
- 9% de água reutilizada na refinação

ODS materiais	ODS diretos	ODS indiretos
7 | 8 | 9 | 12 | 13 | 17	3 | 6 | 11 | 14 | 15 | 16	1 | 2 | 4 | 5 | 10



7 Energias renováveis e acessíveis

- 132.577 ton de biodiesel produzido
- 2.338 GWh de energia renovável produzida (bruta)
- 63% de eletricidade comercializada de origem renovável

8 Trabalho digno e crescimento económico

- 98% de contratação local
- 13% de colaboradores com menos de 30 anos
- 95% de colaboradores abrangidos por seguro de saúde

9 Indústria, Inovação e Infraestruturas

- Mais de 180 m € de investimento em inovação e I&T planeado até 2025
- €31,3 m investidos em inovação e I&T
- Membro fundador da Singularity University e parceira da Heriot-Watt University

2.4 **Como gerimos o risco**

Quadro de Gestão de Riscos

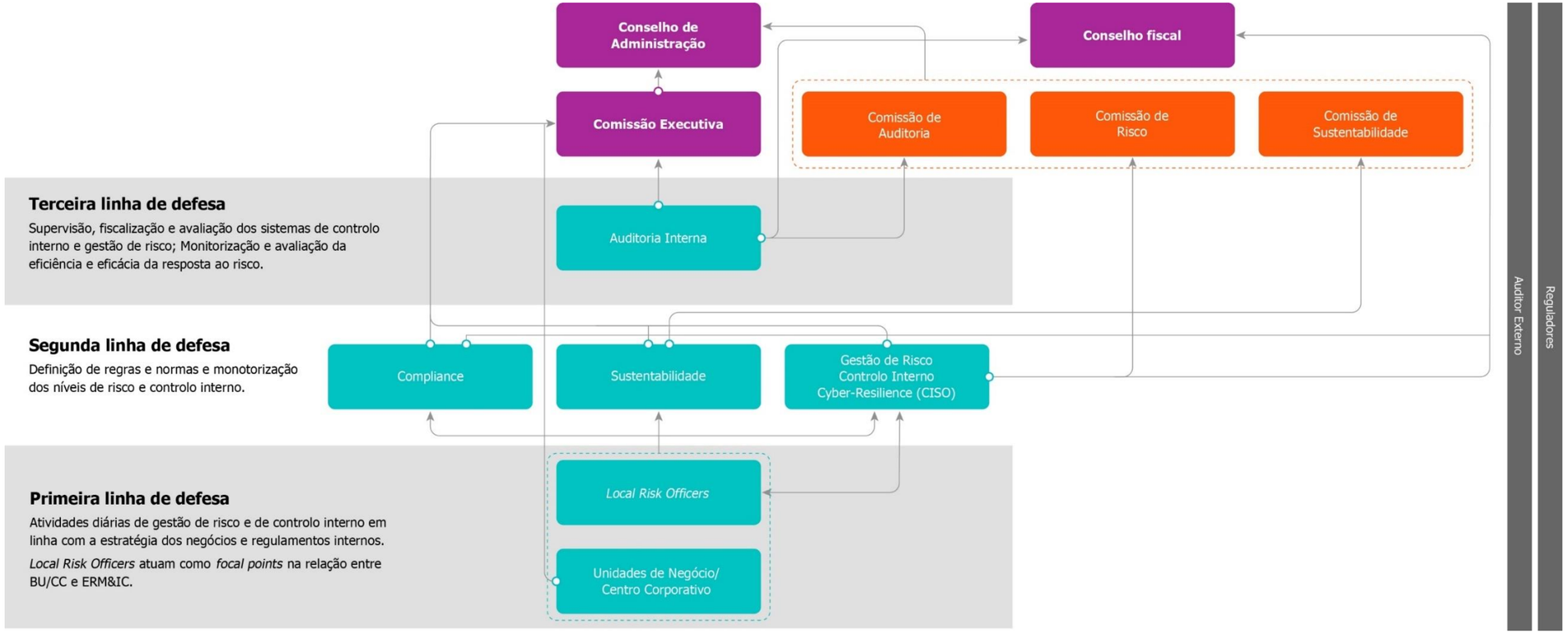
A Galp está exposta a um conjunto de incertezas nos ambientes internos e externos que são inerentes à sua atividade, diversidade e dispersão geográfica das suas empresas. Isto pode desencadear riscos associados a acidentes pessoais ou de segurança de processos, impactos ambientais, danos dos ativos, prejuízos para a reputação, falhas operacionais, incumprimentos, entre outros, com subsequentes perdas financeiras.

A implementação de um quadro de gestão de riscos permite obter uma visão holística dos principais riscos e oportunidades com que a Empresa se depara. O quadro de gestão de riscos torna possível a sua gestão estratégica, no âmbito da sua apetência de risco, aumentando a probabilidade dos objetivos organizacionais serem alcançados.

A gestão destes riscos baseia-se num modelo de Gestão de Riscos que cumpre as normas e diretrizes reconhecidas a nível internacional (ISO 31000 e COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o modelo de governo de riscos com três linhas de defesa (representado na figura).

O objetivo é promover a integração entre a estratégia, gestão de riscos, implementação do controlo e governação da Empresa.

A gestão de riscos na Galp está inserida num quadro regulamentar que abrange um conjunto de políticas, normas e procedimentos baseado na Política de Gestão de Riscos e no Modelo de Governo de Gestão de Riscos, aprovados pelo Conselho de Administração.



Na Galp, os procedimentos, sistemas e estrutura de governo apoiam a Empresa na gestão dos riscos a que está exposta. A gestão de riscos é portanto uma parte fundamental dos processos de tomada de decisão da Galp.

O modelo de governo é discutido em maior detalhe na Parte III deste relatório – Relatório de Governo Societário.

Processo de Gestão de Riscos

A Galp desenvolve um processo sistemático e contínuo para a identificação, avaliação e gestão de riscos e oportunidades. Este é implementado através de três linhas de defesa, de modo a conferir garantia razoável de que os objetivos da Empresa serão alcançados, ao mesmo tempo que se cria e preserva valor para as partes interessadas. Este processo engloba as fases indicadas em seguida:

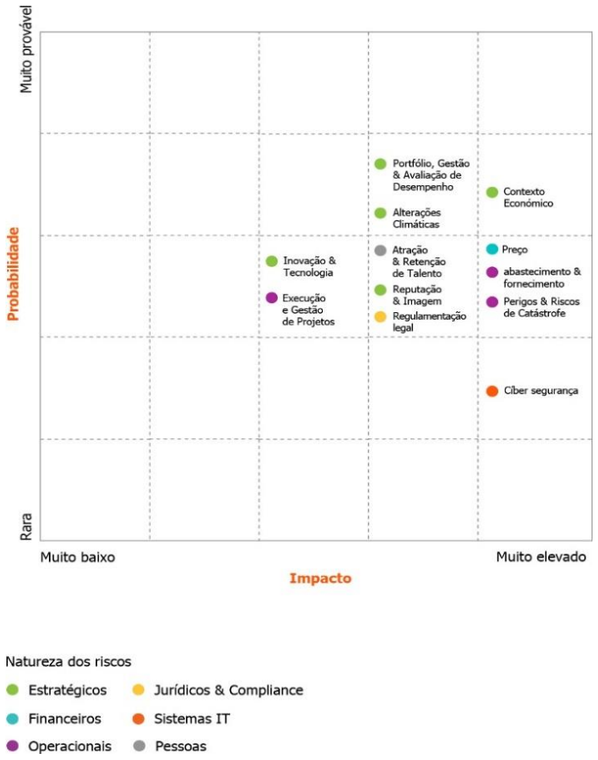


A identificação de riscos e oportunidades implica a compreensão dos ambientes internos e externos, avaliação de eventuais mudanças nestes ambientes, bem como a consideração dos objetivos estratégicos e comerciais da Galp. Esta identificação é realizada de forma contínua, em todos os negócios e atividades, particularmente durante a avaliação de um novo projeto de investimento ou negócio e na fase de análise de risco do Orçamento e Planeamento (O&P).

Com base nas perspetivas para 2024, a Galp conduziu uma avaliação de risco para identificar os riscos que poderiam ter um impacto na concretização dos objetivos estratégicos e comerciais que definiu para o ano (apresentados na tabela abaixo e discutidos em maior detalhe na parte III deste relatório – Relatório de Governo Societário).

Na sequência da identificação dos riscos, a Galp define a sua apetência pelo risco e efetua uma avaliação dos mesmos, em função da probabilidade de ocorrência e do potencial impacto (resultados financeiros, valor acionista, continuidade do negócio, ambiente, reputação, qualidade, saúde e segurança, e capital humano).

Principais Riscos

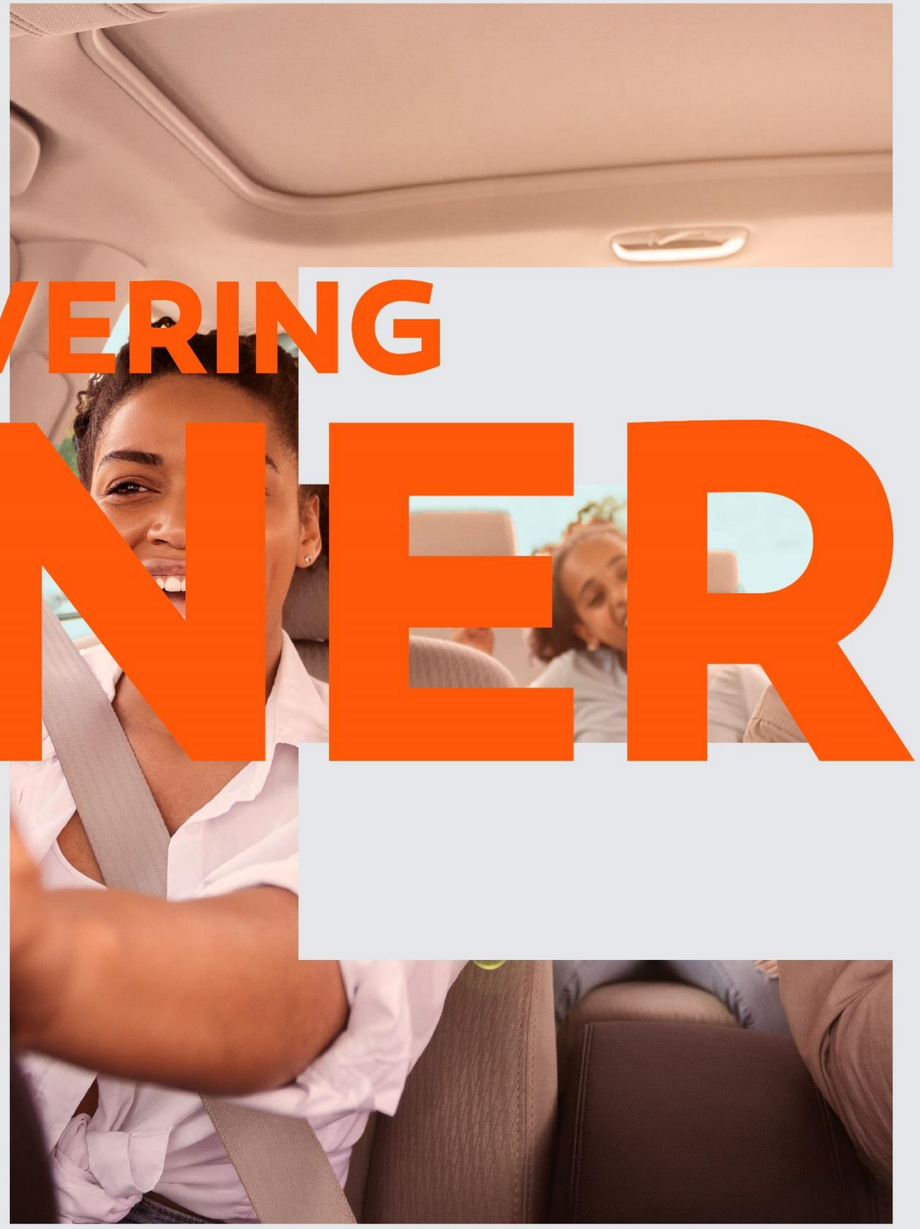


Os níveis de risco expressados correspondem ao nível de risco inerente, que consiste no nível de risco verificado em caso de ausência de controlos ou outras medidas de resposta para reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou impacto do risco.

Mais informações sobre o Processo de Gestão de Risco da Galp podem ser consultadas na Parte III deste relatório - Relatório de Governo Societário.



	Riscos	
Estratégico	Alterações Climáticas	Os riscos físicos (agudos ou crónicos) associados às alterações climáticas podem ter um impacto potencial nas atividades e ativos da Galp, causando danos ou interrupções e atrasos nas suas operações. Os riscos de transição (riscos de mercado, legais e regulamentares, e tecnológicos) conduzirão a uma alteração do comportamento dos consumidores, reduzindo a procura de O&G e afetando potencialmente os seus preços, o que poderá pôr em causa o modelo de negócio da Galp, exigindo investimentos ecológicos significativos que apoiem a transição para negócios com menor teor de carbono e evitem "ativos irrecuperáveis".
	Desempenho e Avaliação do Portefólio	A sustentabilidade da Galp depende da sua capacidade de remodelar o seu portefólio, focando-se em oportunidades que garantam um portefólio capaz de criar valor sustentável a longo prazo, capitalizando as vantagens competitivas existentes da Empresa (ativos de alta qualidade), ao mesmo tempo que diversifica e explora sinergias e oportunidades adjacentes alinhadas com as tendências do mercado, que lhe permitam cumprir com a sua ambição de descarbonização ao ritmo exigido pelo mercado.
	Reputação e Imagem	A marca e reputação da Empresa podem ser prejudicadas por falhas reais ou aparentes no governo (incluindo branqueamento de capitais, fraudes, etc.), devido a comportamentos inadequados de indivíduos, conformidade regulamentar, por falhas na perceção do impacto das operações da Galp sobre as comunidades e o ambiente, ou da forma como a Empresa está a responder às expetativas dos clientes, das partes interessadas e da Sociedade, nomeadamente na área da transição energética.
	Contexto Económico	A Galp opera num setor particularmente exposto ao contexto económico, com a oferta e a procura condicionadas pelo macro ambiente. A sua posição competitiva e desempenho financeiro podem ser prejudicados se a Empresa for, nomeadamente, incapaz de responder adequada e atempadamente a mudanças perturbadoras no mercado, incluindo o impacto de um contexto geopolítico desfavorável. As variações das taxas de câmbio e a trajetória incerta da inflação, que continuam a exercer pressão sobre as taxas de juro, constituem igualmente um desafio para a liquidez das famílias e das empresas.
	Inovação e Tecnologia [risco emergente]	A eficiência, a posição competitiva e o *time-to-market* dos produtos e serviços da Galp podem ser afetadas pela incapacidade de identificar, captar e integrar as novas tendências de transformação digital, particularmente em termos de automatização e resolução de desafios industriais complexos, ou do desenvolvimento de novas práticas laborais que acelerem os tempos de processamento e reduzam o trabalho manual.
Financeiro	Preço das mercadorias	O portefólio de negócios da Galp está exposto à volatilidade dos preços do petróleo bruto, gás natural, GNL, eletricidade, CO_2 e outras matérias-primas. A variabilidade dos preços de mercadorias e financeiros, resultante de fatores macroeconómicos, geopolíticos ou tecnológicos que afetam a dinâmica da procura e da oferta, pode ter um efeito adverso material no valor dos ativos, resultados e desempenho financeiro da Galp.
Operacional	Abastecimento e Fornecimento	O aumento significativo da pressão sobre as cadeias de abastecimento global e doméstica, causando escassez de matérias-primas e mão-de-obra, restrições à capacidade de produção e logística, aumentos de preços, volatilidade da procura, e um risco crescente de ciberataques, pode afetar o cumprimento dos compromissos de fornecimento para com os clientes, e ter um impacto importante nas operações da Galp e no seu desempenho financeiro.
	Perigos e Perda Catastrófica	A natureza, complexidade técnica e diversidade das operações Upstream e Industrial da Galp expõem a Empresa e as suas comunidades a um amplo espectro de riscos imprevisíveis com potencial impacto negativo para a saúde, segurança e ambiente.
	Execução & Gestão de Projetos	A execução dos projetos da Galp está exposta a vários riscos (mercado, liquidez, políticos, legais, técnicos, comerciais, climáticos e outros) que podem comprometer o cumprimento de orçamento e prazos, assim como das especificações definidas e fiabilidade operacional.
Jurídicos e de Conformidade	Jurídico & Regulamentação	A Galp está sujeita a um vasto leque de leis e normas internacionais, sejam estas específicas da indústria, ou transversais, nos vários países em que opera. Estas alteram-se a um ritmo acelerado, e o incumprimento das regulamentações nacionais ou internacionais pode deixar a Galp incapaz de conduzir os seus negócios, afetando a reputação e o desempenho financeiro da Empresa. Além disso, parte da atividade da Galp é realizada em economias emergentes ou em desenvolvimento, com um quadro legal e regulamentar relativamente instável, o que pode levar a alterações legislativas e regulamentares que podem alterar o contexto empresarial em que a Galp opera.
Tecnologias de Informação	Cibersegurança	A maior parte dos processos da Galp depende fortemente de sistemas e dados digitais. Qualquer falha na segurança destes sistemas, seja acidental (devido a falhas de rede, hardware ou software), ou resultante de ações intencionais (cibercrime), ou negligência (interna ou devida a prestadores de serviços) pode ter graves impactos negativos para as finanças da Galp (através de coimas e/ou indemnizações), e para as suas operações, clientes, fornecedores e reputação.
Pessoas	Atração & Retenção de Talentos	A incapacidade de monitorizar e avaliar pontos críticos no trajeto dos colaboradores da Galp, ou de garantir envolvimento e a máxima produtividade dos colaboradores, à medida que se constrói uma cultura holística em torno de um novo modelo de trabalho, pode impedir a Galp de atrair e reter talentos, comprometendo a sua capacidade de executar adequadamente a sua estratégia, e afetando o seu desempenho financeiro e a sua reputação.



DELIVERING ENERGY FOR GROWTH

3. Pilares de negócio

3.1 **Destaques 2023**

Venda de ativos upstream angolanos

No início de 2023, a Galp assinou um acordo com a Etu Energiar (antiga Somoil) para a venda das suas participações de upstream no bloco 14, bloco 14k e bloco 32, em Angola, por um valor total de $830 m. A transação ficará concluída em 2024 e permite à Galp obter valor dos ativos maduros de upstream, apoiando os ativos mais valiosos do portefólio e seguindo o caminho estratégico de transformação e descarbonização da Empresa.

FLNG Coral Sul atinge a fase de *plateau*

Durante o segundo semestre de 2023, a FLNG Coral Sul, instalada no *offshore* moçambicano, na Área 4, concluiu o comissionamento e completou a sua fase de intensificação, após o início da produção no final de 2022. Atualmente a produzir em níveis de *plateau*, espera-se que a contribuição do projeto para a Galp seja de cerca de 9 kboepd líquidos.

Partida da FPSO do Bacalhau e execução bem encaminhada

A execução da fase I do projeto Bacalhau manteve-se bem encaminhada, em várias frentes. O projeto representa uma grande parte dos investimentos de upstream em 2023. Em junho de 2023, o casco partiu com destino a Singapura para integração das partes superiores. As campanhas *Subsea Umbelicals, Risers and Flowlines (SURF)* e *Drilling & Completion* também continuam de acordo com o plano.



Lançamento da campanha de prospeção na Namíbia

Ao longo de 2023, a Galp preparou a campanha de prospeção inicial na PEL 83, no *offshore* da Namíbia, assegurando os principais contratos e licenças, e mobilizando as suas equipas para dar início, de forma segura, a uma campanha de prospeção com duas fases consecutivas em novembro de 2023. Já em 2024, as atividades de exploração nos dois poços confirmaram colunas significativas de petróleo leve e mostraram evidências de características positivas dos reservatórios em termos de porosidade e permeabilidade.

FID em dois projetos de grande escala para reduzir a pegada de carbono industrial

A Galp decidiu avançar com um projeto de eletrolisador de 100 MW para a produção de hidrogénio verde, um dos maiores projetos aprovados na Europa até à data, e com uma unidade de biocombustíveis avançados de 270 ktpa para a produção de óleo vegetal tratado com hidrogénio (HVO) e combustível de aviação sustentável (SAF). Estes projetos contribuirão de forma significativa para a pegada industrial portuguesa e apoiam a estratégia transformacional da Galp, focada na evolução da oferta de produtos de acordo com as necessidades em mudança da sociedade.

Maior paragem planeada da última década na refinaria de Sines

Com o objetivo de melhorar a segurança, a eficiência, a fiabilidade e de garantir a longevidade do valor das suas operações, a Galp efetuou, durante 2023, a sua maior paragem planeada da última década. O âmbito da paragem incluiu todas as principais unidades, nomeadamente a unidade de Destilação Atmosférica, a unidade de *Fluid Catalytic Cracking* e a unidade de *Hydrocracking*. Os procedimentos foram executados em segurança.



Continuação do plano de transformação comercial

Em 2023, a Galp abriu 27 novos *hubs* e realizou atividades de recondicionamento em 143 lojas de conveniência, com o objetivo de transformar as atuais estações de serviço em conceitos inovadores, multi-energéticos e de conveniência.

Na vanguarda da satisfação das necessidades energéticas do futuro

Durante o ano de 2023, a Galp reforçou a sua posição na mobilidade elétrica ao aumentar o número de pontos de carregamento instalados para mais do dobro, atingindo os 4.827 pontos na Península Ibérica. Atualmente, detém a maior rede em Portugal, com 3.954 pontos. Estes investimentos demonstram o compromisso da Galp em fornecer a energia do futuro e em acompanhar a evolução das necessidades dos nossos clientes, alavancando simultaneamente o negócio de conveniência da Empresa.

Diversificação do portefólio de energias renováveis, com hibridização eólica e de armazenamento

Com 0,5 GW em projetos de hibridização eólica *onshore* em fase avançada de desenvolvimento, a Galp também já tomou a Decisão Final de Investimento para instalar um piloto de sistema de armazenamento de energia em baterias à escala utilitária, ambos alinhados com a nossa estratégia de diversificação do portefólio.

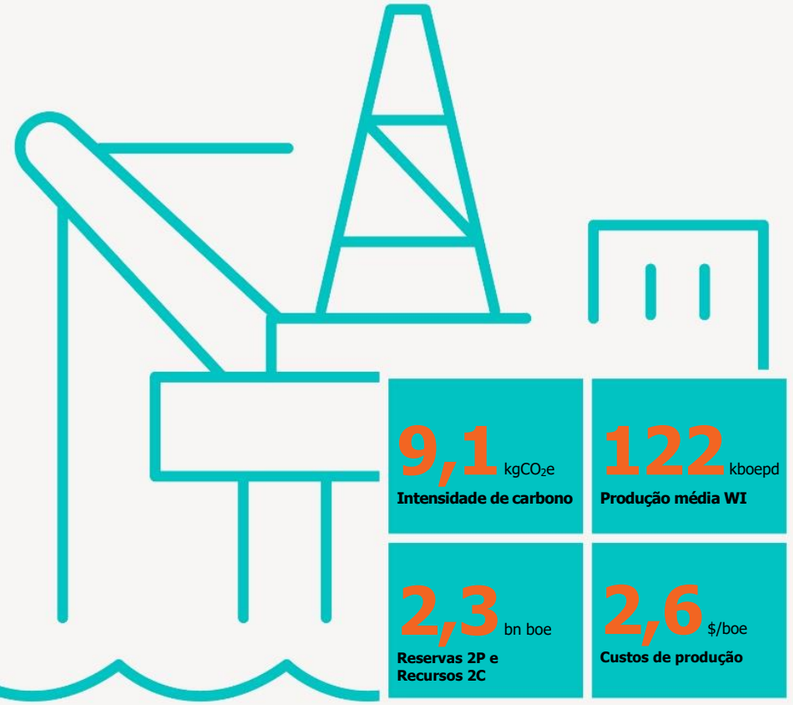
Avaliação de oportunidades na cadeia de valor do lítio

Em 2023, a Galp assinou um Memorando de Entendimento com a TES para a avaliação da instalação de unidades de reciclagem de baterias de iões de lítio na Península Ibérica. Isto demonstra o nosso compromisso com o desenvolvimento de novas soluções de baixo carbono e o alinhamento com a transição energética.

3.2 **Upstream**

Destaques de 2023

- A produção de *Working Interest* (WI) foi de 122 kboepd, já refletindo a exclusão dos ativos upstream, suportada pelo arranque definitivo da FLNG Coral Sul e pela melhoria de eficiências, que sustentara os níveis de produção no Brasil.



- No Brasil, a Galp e os seus parceiros continuaram o desenvolvimento do projeto do Bacalhau, cujo arranque está previsto para 2025. O casco navegou para a Singapura para integração de partes superiores, enquanto as atividades de perfuração e instalação marítima continuam na costa do Brasil.
- Em 2023, iniciou-se a perfuração de um poço RDA (Reservoir Data Acquisition) na zona norte de Bacalhau, com os resultados a servirem de suporte para definir o conceito de desenvolvimento da fase II do campo.
- Em Moçambique, a FLNG Coral Sul concluiu a sua fase de arranque, atingindo níveis de produção de *plateau* durante o quarto trimestre de 2023.
- Os parceiros da Área 4 trabalharam no sentido de levantar o estado de "force majeure" do desenvolvimento *onshore* de Rovuma, com o projeto a progredir no sentido de uma FID para uma capacidade modular de liquefação de 18 mtpa.
- Na Namíbia, a Galp iniciou a campanha de exploração perfurando a prospeção de Mopane em novembro de 2023, através de dois poços exploratórios consecutivos. Os primeiros resultados indicam a presença de petróleo leve e características positivas do reservatório, em termos de porosidade e permeabilidade.
- A Galp assinou no início de 2023 um acordo com a Somoil para a venda das participações no Bloco 14 e no bloco 32 em Angola, por um valor total de $830 m.

Principais indicadores

	2022	2023
Reservas 1P[1] (mboe)	367	342
Reservas 2P[1] (mboe)	668	621
Recursos 1C[1] (mboe)	525	525
Recursos 2C[1] (mboe)	1.653	1.653
Média de Produção *working interest*[2] (kboepd)	127,1	122,3
Produção média *net entitlement*[2] (kboepd)	125,5	122,0
Intensidade de carbono no Upstream[3] ($kgCO_2e$/boe)	10,1	9,1
Realizações de *oil*[4] ($/boe)	98,9	78,7
Realizações de gás natural[4] ($/boe)	52,7	44,1
Custos de produção ($/boe)	2,8	2,6
DD&A[5] ($/boe)	13,6	12,7
RCA Ebitda (€m)	3.083	2.263
RCA Ebit (€m)	2.229	1.739
OCF (€m)	2.022	1.179
Investimento[6] (€m)	640	585

Nota: valores unitários baseados na produção *net entitlement*.
[1] Exclui todas as reservas e recursos referentes a ativos angolanos detidos para venda (em 31 de dezembro de 2022: 1P 12 mbbl, 2P 20 mmbl, 3P 29 mbbl, 1C 20 mbbl, 2C 67 mbbl, 3C 136 mmbbl).
[2] Inclui a produção de gás natural exportado, exclui o gás natural consumido ou injetado. Números de produção excluem os ativos angolanos.
[3] Considera 100% das emissões da produção de petróleo e gás a partir de blocos operados e o working interest a partir de blocos não operados. No caso da FLNG Coral, apenas as emissões de atividades consideradas Upstream (produção de gás) são consideradas nesta métrica, enquanto as atividades Midstream relacionadas com o objetivo principal de produzir líquidos gasosos para venda como liquefação são consideradas fora de âmbito (2023: 195 kton CO_2e).
[4] Exclui realizações de ativos de petróleo e gás angolanos.
[5] Inclui provisões para o abandono e exclui as imparidades relacionadas com os ativos de exploração.
[6] Inclui aumentos/reduções de investimentos, empréstimos e subscrições de capital a outras empresas (i.e. associadas e *joint ventures*).

Crescimento focado do upstream

O portefólio upstream da Galp é considerado único em todo o setor, sendo caracterizado por uma elevada competitividade e reduzida pegada de carbono: custos de produção de cerca de $3/boe, uma intensidade de carbono de quase metade da média do setor e um *break-even* líder em ativos em operação, abaixo dos $20/bbl.

Geografias *premium*, projetos de primeira classe e um crescimento de produção a médio prazo de 30% até 2026 elevam o portefólio da Galp no setor e, em última análise, traduzem-se em fluxos de caixa superiores.

Com 60% do Capex divisional alocado ao crescimento, o portefólio da Galp inclui outras potenciais oportunidades de alta qualidade, como os grandes recursos de gás natural encontrados em Moçambique e os promissores ativos de exploração nas regiões da Namíbia e de São Tomé e Príncipe.

A elevada qualidade e a grande base de reservas e recursos da Galp permitem-lhe concentrar-se em projetos que geram retornos competitivos e acrescentam valor ao portefólio dentro das licenças de exploração existentes.

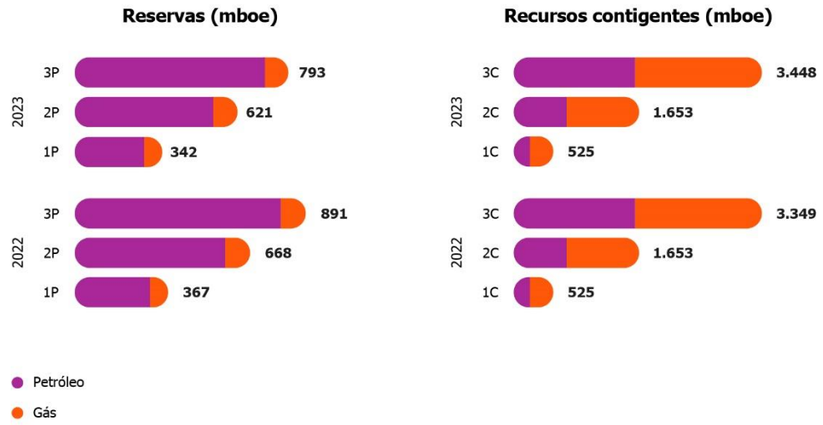
Desenvolvimento de reservas e recursos

As reservas 1P diminuíram 7% YoY para 342 mboe, já considerando a exclusão das reservas de Angola, com uma produção *net entitlement* de 44 mboe durante o ano, embora parcialmente compensada pela revisão em alta das reservas.

As reservas confirmadas e prováveis (2P) seguiram o mesmo rumo, decrescendo 7% YoY para 621 mboe, dos quais 15% correspondem a gás natural.

Os recursos contingentes 2C mantiveram-se estáveis face ao ano anterior, em 1.653 mboe, sem novas adições durante o ano. O gás natural representa 57% dos recursos 2C actuais, principalmente atribuível a Moçambique.

As reservas e recursos da Galp estão sujeitos a uma avaliação independente pela DeGolyer e MacNaughton (DeMac). Os efeitos da campanha de exploração em curso na Namíbia estão excluídos dos valores estimados.



Nota: Reservas numa base *net entitlement*. Recursos contigentes e recursos prospectivos numa base *working interest*.
Todos as reservas e recursos angolanos excluídos em 2022 e 2023.
Valores excluem reservas e recursos relacionados com ativos Angolanos detidos para venda (em 31 de dezembro de 2023: 1P 12 mbbl, 2P 20 mbbl, 3P 29 mbbl, 1C 20 mbbl, 2C 67 mbbl, 3C 136 mbbl).

Panorama geral da produção em 2023

A produção WI foi de 122 kboepd, menos do que em 2022 devido ao impacto da venda de ativos angolanos de upstream. Numa base comparável (Brasil e Moçambique), a produção aumentou 6% após o arranque definitivo da FLNG Coral Sul, em Moçambique, e os desempenhos mais fortes das unidades no Brasil, todas as quais atingiram o *plateau* de produção nos últimos anos.

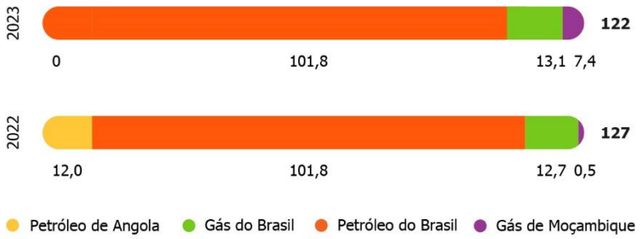
No Brasil, a produção WI foi de 115 kboepd, mantendo-se estável em comparação com 2022. As atividades de manutenção planeadas foram realizadas em todas as unidades (assim como um pequeno conjunto de atividades, resultante da pandemia, foi eliminado). Os eventos não planeados tiveram um impacto menor durante 2023, melhorando a eficiência geral das unidades.

Em Moçambique, a produção WI foi de 7 kboepd, com a FLNG Coral Sul a atingir uma produção recorde em maio e a manter níveis sustentados de *plateau* desde o quarto trimestre de 2023.

A produção a níveis de *plateau* deverá traduzir-se em cerca de 48 cargas de GNL e quatro cargas de condensado por ano, numa base de 100%.

A produção WI deverá permanecer acima dos 115 kboepd até ao arranque do projeto Bacalhau, que contribuirá com cerca de 40 kboepd líquidos quando atingir o *plateau*, sendo um fator chave de crescimento para a Empresa no futuro.

Produção *working interest* (kboepd)



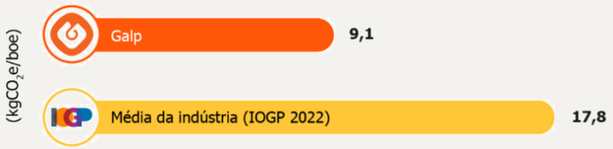
A Galp continuará a concentrar-se na otimização do seu portefolio, no reforço dos planos de desenvolvimento, na gestão dos declínios e na implementação de medidas que garantam a execução de todas as iniciativas de extração de valor.

Portefólio Upstream da Galp

No início de 2023, a Galp assinou um acordo para a venda dos seus ativos angolanos upstream nos blocos 14 e 32. Este negócio permitiu à Galp cristalizar o valor de projetos maduros e elevar o nível de qualidade do seu portefólio global, estando a sua conclusão prevista para 2024.

Após a venda do portefólio angolano, a Galp tem atualmente 19 projetos de upstream em diferentes estados de maturidade. Estes vão da fase de exploração até à produção, estando todos localizados em águas profundas e ultra-profundas. Os projetos mais relevantes incluem o desenvolvimento do bloco BM-S-11 na bacia brasileira de Santos, onde se encontra uma das maiores descobertas de petróleo do mundo nas últimas décadas, as grandes descobertas de gás natural na bacia do Rovuma em Moçambique, e ativos exploratórios promissores na Namíbia e em São Tomé e Príncipe.

Intensidade carbónica no Upstream[1]



O perfil de crescimento da Galp baseia-se num portefólio upstream com características únicas, com ativos com baixos custos de produção e menor intensidade carbónica. A competitividade destes recursos permite uma intensidade de carbono de 9,1 $kgCO_2e$/boe, muito abaixo da média da indústria de 17,8 $kgCO_2e$/boe (fonte: International Association of Oil and Gas Producers (IOGP) 2022).

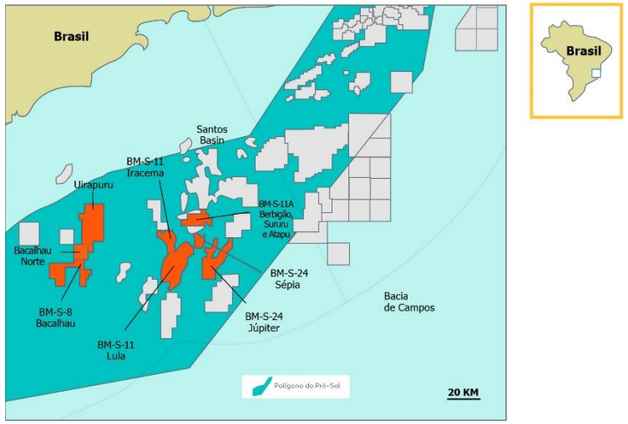
Prevê-se que os projetos em águas ultra-profundas continuem a ser fundamentais para a produção global e segurança energética. Graças ao elevado nível de investimento, competências, tecnologia e inovação, os projetos em águas profundas podem ser desenvolvidos com segurança e são capazes de produzir os barris de petróleo com uma das menores intensidades de carbono em comparação com outros projetos. Para além de uma regulamentação mais apertada em relação a ventilação e *flaring*, nas quais o Brasil é uma referência em matéria de melhores práticas, as novas FPSO incluem tecnologias avançadas que permitem uma maior redução da sua pegada de carbono. Por exemplo, a FPSO do projeto Bacalhau irá utilizar turbinas a gás de ciclo combinado, reduzindo as emissões de CO_2 em cerca de 110 ktpa.

[1] Considera 100% das emissões da produção de petróleo e gás a partir de blocos operados e o working interest a partir de blocos não operados. No caso da FLNG Coral, apenas as emissões de atividades consideradas Upstream (produção de gás) são consideradas nesta métrica, enquanto as atividades Midstream relacionadas com o objetivo principal de produzir líquidos gasosos para venda como liquefação são consideradas fora de âmbito (2023: 195 kton CO_2e)

Brasil

O portefólio *offshore* da Galp no Brasil centra-se principalmente no polígono pré-sal, onde a Empresa está presente desde as fases de exploração e avaliação das primeiras perspetivas, em 2001. O pré-sal brasileiro é uma referência na indústria, principalmente devido à dimensão e qualidade dos seus recursos, que, juntamente com a tecnologia avançada utilizada nos conceitos de desenvolvimento, colocam estes projetos entre os mais competitivos e sustentáveis a nível mundial.

A Galp detém atualmente vários projetos no pré-sal das bacias de Santos e Campos, em fase de avaliação, desenvolvimento e produção. Isto faz da Galp um dos principais agentes no Brasil, sendo atualmente o quarto maior produtor no país.



Unidades de produção no pré-sal da bacia de Santos

A Galp iniciou a produção no pré-sal em 2010, através da FPSO Cidade Angra dos Reis atribuída à área Piloto de Tupi. No final de 2023, a Galp tinha 12 unidades FPSO em funcionamento, sete das quais na acumulação de Tupi, duas no Iracema, uma em desenvolvimento nas acumulações de Berbigão & Sururu, outra no campo de Atapu e finalmente uma atribuída ao projeto Sépia.

Unidade	Designação	Localização	Capacidade de Petróleo | Gás Natural	Início da produção	Participação da Galp
FPSO #1	Cidade Angra dos Reis	Projeto Piloto de Tupi	100 kbpd | 5 mm^3/d	Out. 2010	9,20%
FPSO #2	Cidade de Paraty	Tupi Nordeste	120 kbpd | 5 mm^3/d	Jun. 2013	9,20%
FPSO #3	Cidade de Mangaratiba	Iracema Sul	150 kbpd | 8 mm^3/d	Out. 2014	10,00%
FPSO #4	Cidade de Itaguaí	Iracema Norte	150 kbpd | 8 mm^3/d	Jul. 2015	10,00%
FPSO #5	Cidade de Maricá	Tupi Alto	150 kbpd | 6 mm^3/d	Fev. 2016	9,20%
FPSO #6	Cidade de Saquarema	Tupi Central	150 kbpd | 6 mm^3/d	Jul. 2016	9,20%
FPSO #7	P-66	Tupi Sul	150 kbpd | 6 mm^3/d	Maio 2017	9,20%
FPSO #8	P-69	Tupi Extremo Sul	150 kbpd | 6 mm^3/d	Out. 2018	9,20%
FPSO #9	P-67	Tupi Norte	150 kbpd | 6 mm^3/d	Fev. 2019	9,20%
FPSO #10	P-68	Berbigão e Sururu	150 kbpd | 6 mm^3/d	Nov. 2019	10,0%[1]
FPSO #11	P-70	Atapu	150 kbpd | 6 mm^3/d	Jun. 2020	1,70%
FPSO #12	Carioca	Sépia	180 kbpd | 6 mm^3/d	Ago. 2021	2,40%

[1] As implicações contabilísticas resultantes da unitização foram refletidas nas nossas contas publicadas no terceiro trimestre de 2022, quando a Empresa passou a estar numa posição credora.



Tupi e Iracema

Na licença BM-S-11, os projetos Tupi e Iracema iniciaram produção em 2010, zona piloto de Tupi, sendo os maiores contribuidores para a produção da Galp. Entre 2010 e 2021, foram instaladas nove unidades de produção nestas acumulações, com uma capacidade combinada para processar até 1,3 mbbl de petróleo e 56 milhões de m^3 de gás natural por dia, tendo sido entregues mais de 3,1 bn boe de produção acumulada até à data.

Até ao final de 2023, foram perfurados 139 poços (77 produtores e 62 injetores), dos 151 poços planeados. Atualmente, existem 128 poços ligados às unidades FPSO instaladas.

Os parceiros estão empenhados em maximizar a extração de valor destes ativos, otimizando as operações e aumentando a capacidade de recuperação dos recursos descobertos. Seguindo este princípio, está previsto o início de uma campanha de enchimento de poços, que proporcionará maior apoio à produção face a um declínio natural que permanece de forma resiliente abaixo de 5%.

No final de 2021, a Galp, juntamente com os seus parceiros, apresentou à ANP, a entidade reguladora no Brasil, um Plano de Desenvolvimento (PdD) atualizado para o campo de Tupi. Esta apresentação inclui um conjunto de ações identificadas destinadas a maximizar a criação de valor do campo Tupi, identificando recursos adicionais, a serem desenvolvidos a preços de *break-even* baixos. Além disso, o plano atualizado inclui um pedido de extensão da vida útil do campo por 20 anos, até 2057, o que será crucial para potencializar ainda mais a recuperabilidade máxima destes campos.

O PdD atualizado ainda está sujeito à aprovação da ANP, que aumentou as interações com o consórcio em 2023 e tem visto as suas questões prontamente respondidas. A previsão é que o processo seja concluído em 2024.

Este novo PoD é mais um marco relevante na execução da estratégia de upstream da Galp, em total alinhamento com as diretrizes de alocação de capital da Empresa.

Berbigão, Sururu e Atapu

Através do consórcio BM-S-11A, a Galp detém participações em Berbigão, Sururu e Atapu, três acumulações localizadas na zona central do pré-sal da bacia de Santos, a nordeste dos campos de Tupi e Iracema.

As acumulações do Berbigão e do flanco ocidental de Sururu estão em desenvolvimento através da FPSO P-68, que atingiu o seu *plateau* de produção no final de 2022 e manteve níveis de produção elevados desde então. A unidade tem 10 poços produtores ligados, conforme planeado. Tem também seis poços injetores ligados, dos sete planeados.

A FPSO P-70, na acumulação de Atapu, atingiu o *plateau* de produção em 2021, e, até ao final de 2023, tinha seis poços produtores ligados, de um total de oito planeados.

A campanha de perfuração nas três acumulações está a decorrer de acordo com o plano, com 17 poços de produção e 12 poços de injeção já perfurados até ao final de 2023, dos 34 poços previstos.

Na área de Sururu, a Galp e os seus parceiros continuaram a estudar o subsolo da acumulação para desenvolver a área central do campo. Com base nos dados do EWT (Teste Detalhado ao Poço), que está a produzir através da P-68 desde junho de 2021 e do poço de RDA (Aquisição de Dados do Reservatório) perfurado em 2020, o consórcio está a ajustar o conceito de desenvolvimento, já em conjunto com a ANP.

As acumulações de Berbigão e Sururu estendem-se para além dos limites do bloco BM-S-11A, em direção a uma área de Cessão Onerosa (TdR), e serão objeto de unitização com as áreas vizinhas. Em relação à área de ToR, em 2018, os membros do consórcio, juntamente com a Petrobras, submeteram os Acordos de Individualização da Produção (AIP) à ANP e aguardam a aprovação da agência. Como resultado do acordo de unitização, uma vez aprovado, a Galp reduzirá marginalmente a sua participação no projeto, que passará a incluir um maior pool de reservas. As implicações contabilísticas que a unitização acarreta já foram refletidas nas nossas demonstrações no terceiro trimestre de 2022, quando a Empresa passou a estar numa posição líquida credora.

No final de 2021, a ANP realizou a segunda rodada de licitações dos volumes excedentes dos ToR (Transfer of Rights) das áreas de Sépia e Atapu, tendo adjudicado os direitos de Atapu ao consórcio composto pela Petrobras, Shell e TotalEnergies. A participação da Galp no projeto manteve-se inalterada em 1,7%.

Os parceiros têm vindo a trabalhar num conceito de segunda fase, cujo plano de desenvolvimento será submetido à aprovação da ANP no final de 2022. O conceito prevê uma nova FPSO, a P-84, com capacidade para 225 kbpd de petróleo. Espera-se que a FID seja alcançada em 2024, juntamente com a adjudicação dos contratos EPC e o primeiro óleo é esperado no final da década.

Sépia

O projeto Sépia, que iniciou a produção em agosto de 2021, através da FPSO Carioca, está localizado a cerca de 200 km da costa do estado do Rio de Janeiro, a uma profundidade de 2.200 m. A unidade, fretada à Modec, tem uma capacidade de processamento de até 180 kbpd e 6 mm^3 de gás natural, o que faz dela a maior unidade operacional da Bacia de Santos.

A campanha de perfuração conta com sete poços produtores e quatro poços injetores perfurados no final de 2023, de um total de quinze poços planeados. A unidade já está totalmente em *ramp-up*, tendo atingido o *plateau* de produção em maio de 2022.

Atualmente, existem quatro poços produtores e três injetores ligados à FPSO, com poços adicionais a serem instalados a partir de 2025 destinados a apoiar a produção em níveis de *plateau*.

No final de 2021 a ANP acolheu a segunda ronda de licitações para os volumes excedentes da Transferência de Direitos de Sépia, tendo adjudicado os direitos de Sépia ao consórcio composto pela Petrobras, TotalEnergies, Petronas e Qatar Petroleum. A participação da Galp no projeto permaneceu inalterada nos 2,4%.

Foi apresentado à ANP um plano de desenvolvimento para uma nova fase em finais de 2022, incluindo a instalação de uma FPSO adicional com capacidade para 225 kbpd, P-85, licitado juntamente com a nova unidade de Atapu. De forma semelhante à nova unidade de Atapu, espera-se que a FID seja alcançada em 2024, com contratos EPC a serem concedidos durante os próximos anos e o primeiro petróleo é esperado no final da década.

Júpiter

A descoberta de Júpiter, localizada inteiramente dentro do bloco BM-S-24, é uma acumulação em grande escala. Está ainda em fase de avaliação, tendo em conta o desafio ao conceito de desenvolvimento colocado pelo elevado conteúdo de CO_2 dentro do reservatório.

Os resultados do Teste de Formação (DST) realizado em 2020 reforçaram o potencial do reservatório de Júpiter, com amostra do condensado de alto valor acrescentado. A Galp e os seus parceiros vão continuar com os estudos de desenvolvimento para a descoberta.

Durante 2023, os parceiros continuaram os estudos de desenvolvimento tecnológico e a análise de atividades de avaliação adicionais, a fim de apoiar a solução concetual do projeto.

Bacalhau

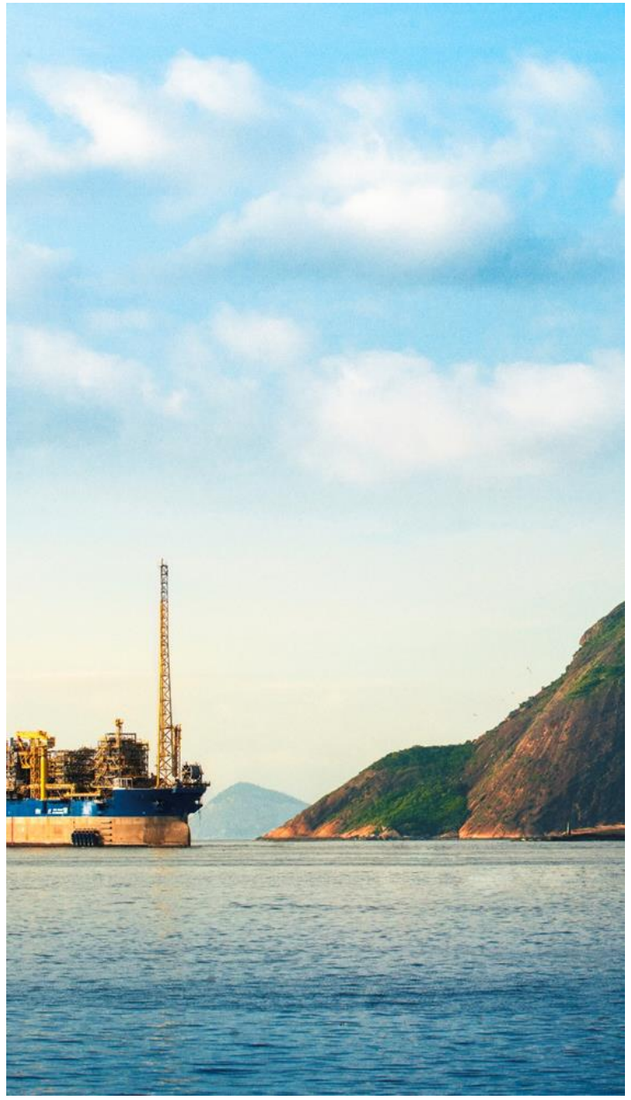
O projeto Bacalhau estende-se pelos blocos BM-S-8 e Bacalhau Norte e é um dos empreendimentos mais competitivos em curso a nível mundial.

Em 2021, a Galp e os seus parceiros tomaram a Decisão Final de Investimento para desenvolver a fase I do campo do Bacalhau. O investimento durante o ciclo de vida total para esta primeira fase está estimado em cerca de $8 bn. Em 2023, o consórcio focou-se na execução da construção do casco na China, tendo depois partido para a Singapura para integração de partes superiores. No Brasil, as campanhas marítimas e de perfuração estão a progredir de acordo com o planeado, apoiadas por 2 plataformas de perfuração e 8 embarcações de apoio.

O projeto Bacalhau é considerado um dos ativos mais promissores no pré-sal da bacia de Santos devido às condições de alta pressão do reservatório e aos seus recursos de elevada qualidade. É um projeto altamente competitivo, tanto em termos económicos como ambientais, com a estimativa do VAL_{10} de Brent para atingir o *break-even* para a fase I bem abaixo dos $35/bbl (depois da FID) e uma intensidade de carbono de cerca de 9 $kgCO_2e/bbl$.

O desenvolvimento da fase I consistirá em 19 poços submarinos ligados a uma FPSO localizada na área. Esta será uma das maiores e mais tecnologicamente avançadas FPSOs do Brasil, com uma capacidade de produção de 220 kbpd e 2 mbbl em capacidade de armazenamento. O petróleo estabilizado será descarregado em navios-tanque e o gás será re-injetado no reservatório.

Na área de Bacalhau Norte, onde foram identificados volumes recuperáveis adicionais, foi concluído um poço ADR no início de 2024. Os resultados deste poço ajudarão a apoiar a definição de novos desenvolvimentos no Bacalhau.



Bacalhau: a executar um projeto de classe mundial

1. Decisão Final de Investimento



No dia 1 de junho de 2021, foi anunciada a FID para o desenvolvimento da Fase I do Bacalhau. O Bacalhau é o primeiro desenvolvimento "greenfield" realizado por um operador internacional na região do pré-sal brasileiro e abrange duas licenças: BM-S-8 e Bacalhau Norte.

A FPSO será a maior unidade instalada na costa do Brasil até ao momento, com uma capacidade bruta de produção de 220 mil barris de petróleo equivalente por dia (kbpd) e armazenamento de 2 milhões de barris de óleo equivalente (mbbl). As características do reservatório e os avanços tecnológicos, como o sistema de Turbina a Gás de Ciclo Combinado (CCGT) para produção de energia e calor, permitem que a intensidade de CO_2 do Bacalhau seja inferior a 9 $kgCO_2e/boe$, e seu ponto de equilíbrio (breakeven) seja bem abaixo de $35/bbl.

2. Construção do casco







A Modec foi premiada com os contratos de Projeto Básico de Engenharia (FEED) e de Engenharia, Procuração, Construção e Instalação (EPCI). Este é o primeiro uso do "M350 Hull", um design de casco duplo completo de próxima geração para FPSOs, desenvolvido para acomodar uma capacidade de convés e de armazenamento maiores do que os navios-tanque VLCC convencionais, resultando em uma vida útil de design mais longa.

O casco tem aproximadamente 364x64x33 metros e uma área de convés de cerca de 18.000 m^2, equivalente a três campos de futebol.

3. *Sail-ayay* do casco



Apesar dos desafios impostos pela pandemia durante a construção, no dia 12 de junho de 2023, o casco partiu em direção a Singapura para a integração *topside* no estaleiro Seatrium. Desde o primeiro corte de aço em 2020, quase 8.000 trabalhadores estiveram envolvidos na construção do casco e nas instalações comuns da FPSO Bacalhau.

4. Integração *topside*





A integração das *topside* é um processo complexo que envolve a montagem e interconexão de vários módulos, transformando o casco em uma unidade de produção de petróleo e gás. Isso inclui separadores de óleo e gás, compressores, unidades de tratamento de água, sistemas CCGT para produção de energia, e sistemas de controle e segurança.

Mais de 20 módulos foram içados e integrados ao casco, sendo fabricados na China (BOMESC) e na Tailândia (Aibel). O restante trabalho de integração e comissionamento das *topside* está agora em andamento, com previsão de conclusão até ao sail-away esperado da FPSO na segunda metade de 2024.

5. Fabrico *SURF* e instalação *offshore*







Entretanto, a 185 km da costa do Brasil, a campanha Subsea Umbilicals, Risers and Flowlines (SURF) teve início no início de 2023, executada pelo vencedor do contrato EPCI, a Subsea Integration Alliance.

Esta campanha envolve o fabrico, preparação e instalação das infraestruturas submarinas que conectarão os poços à FPSO. Estacas de ancoragem, coletores de gás de elevação, ânodos e um quilómetro de gasodutos no leito do mar estão a ser instalados por quatro embarcações de suporte especializadas.

2024

6. Perfuração *offshore*





Em novembro de 2022, a plataforma de perfuração West Saturn iniciou a perfuração do primeiro poço de um total de 19 planeados, localizado em águas com 2.000 m de profundidade, fora da costa do Brasil. Durante o terceiro trimestre de 2023, uma segunda plataforma, a Valaris DS-17, foi mobilizada para avaliar a parte norte da área. Após avaliação, a Valaris DS-17 acelerará a perfuração de poços produtores e injetores que darão suporte ao desenvolvimento da produção da FPSO Bacalhau até ao primeiro petróleo, previsto para meados de 2025, e depois.

Moçambique

A Galp acredita que o gás natural desempenhará um papel fundamental na transição para uma economia global de baixo carbono. As descobertas na bacia do Rovuma permitirão a Moçambique tornar-se um dos principais fornecedores de gás natural do mundo.

Estima-se que a Área 4 contenha 85 biliões de pés cúbicos (tcf) de volumes de gás de alta qualidade. O desenvolvimento da Área 4, na bacia do Rovuma, inclui o projeto *offshore* Coral Sul localizado no campo Coral e o projeto *onshore* Rovuma LNG para desenvolver a grande área de Mamba.

Coral

A descoberta de Coral, localizado inteiramente na concessão da Área 4, caracteriza-se por um reservatório com aproximadamente 16 tcf de gás no local.

Após ter sido aprovado em 2017, o projeto Coral Sul é o primeiro a explorar os recursos de gás natural da Área 4 em grande escala. O projeto consiste numa unidade FLNG ligada à área sul da descoberta do Coral, com uma capacidade de processamento de cerca de 3,4 mtpa de GNL.

A construção da FLNG começou em 2018, com uma execução controlada que levou a unidade a partir da Coreia do Sul em novembro de 2021, conforme o plano e orçamento e apesar da pandemia. A FLNG chegou a Moçambique em janeiro de 2022 e, após os procedimentos de amarração e engate, começou a produzir no final de 2022.

Em 2023, a unidade aumentou gradualmente a produção de GNL e atingiu um *plateau* sustentado em novembro.

A unidade foi concebida para manter, extrair e liquidificar gás natural em alto nível de utilização e sem manutenção significativa nos primeiros anos de operação.

Os parceiros também estão a considerar uma potencial segunda FLNG para desenvolver ainda mais os recursos no Coral, que seria conceptualmente uma réplica da unidade FLNG Coral Sul. A viabilidade económica deste projeto será avaliada durante 2024.

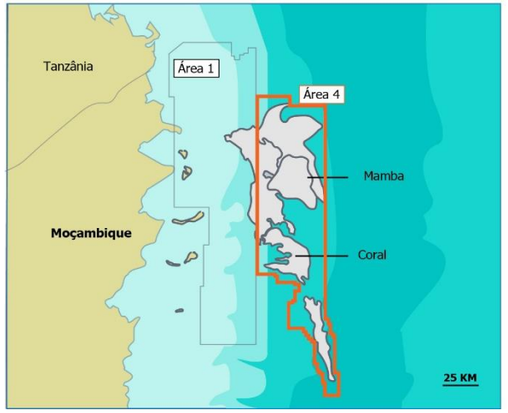
Rovuma LNG

Os desenvolvimentos *onshore* do projeto da bacia do Rovuma são dos campos verdes de gás natural mais competitivos do mundo, beneficiando da posição geográfica privilegiada de Moçambique, da qualidade do gás no local e da proximidade das descobertas à costa.

Na sequência do aumento das tensões internas no país, que se intensificaram em 2021/22, a *joint venture* da Área 4 decidiu alegar motivos de "force majeure", evacuando as suas pessoas e parando temporariamente o projeto. Em 2023, os parceiros focaram-se na otimização do conceito de desenvolvimento e na avaliação de opções que assegurem a solidez económica e sustentável do projeto.

Os parceiros estão agora a solidificar um conceito de desenvolvimento de 12 estruturas modulares de c.1,5 mtpa de capacidade de liquefação cada, para um total de 18 mtpa para a primeira fase do projeto. Foram lançadas propostas de manifestação de interesse (EOI) para obras FEED, tanto para o projeto modular *onshore* como para a infraestrutura submarina.

O consórcio está igualmente a ponderar potenciais sinergias com áreas de desenvolvimento adjacentes e continua a acompanhar de perto a situação de segurança no país.





Namíbia

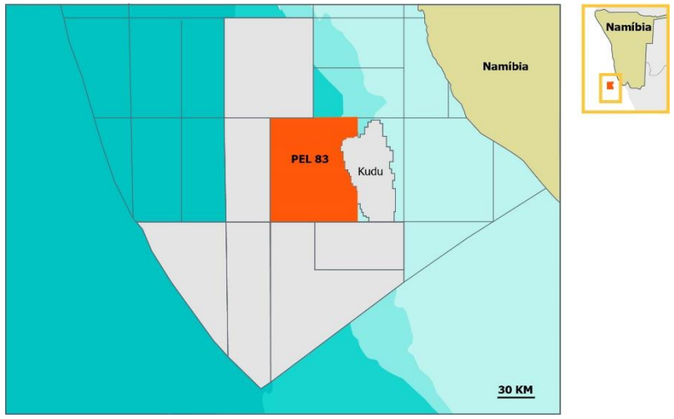
Os ativos de exploração da Galp na Namíbia consistem na Licença de Exploração Petrolífera n.º 83 (PEL83), que abrange uma área de quase 10.000 km^2 na bacia de Orange, localizada na parte sul das águas *offshore* da Namíbia, perto da fronteira com a África do Sul. A Empresa detém uma participação de 80% na Licença, em conjunto com a Empresa de Petróleo Estatal da Namíbia, a Namcor (10%), e a Empresa de Petróleo Independente da Namíbia, a Custos Energy (10%).

Ao longo de 2023, a Galp obteve as licenças necessárias, preparou e reduziu os riscos da campanha de exploração, que começou em novembro de 2023, marcando o regresso da Galp à perfuração na Namíbia desde 2013.

A campanha de exploração previa dois poços exploratórios consecutivos e um DST de contingência. A prospeção identificada, Mopane, é uma área do cretáceo superior, localizada a 200 km da costa da Namíbia, a uma profundidade de água de cerca de 1.900 m. A distância entre os dois poços é de aproximadamente 8 km.

Já em 2024, as actividades de perfuração e registo no primeiro poço de exploração, Mopane-1X, confirmaram a descoberta de duas colunas significativas de petróleo leve em areias de alta qualidade que contêm reservatórios.

A sonda foi então deslocada para o segundo poço de pesquisa, Mopane-2X, que confirmou a extensão lateral da descoberta feita no poço Mopane-1X, revelando também petróleo leve noutros reservatórios. Será efectuado um teste de vapor de perfuração (DST) no primeiro poço.



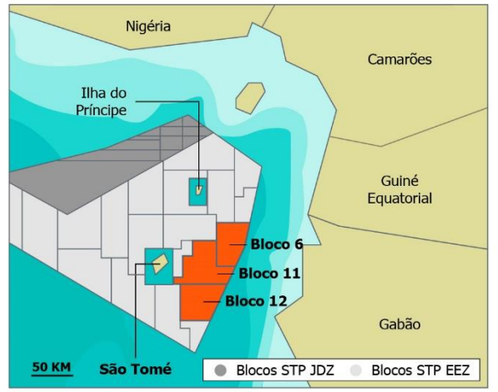


São Tomé e Príncipe

O portefólio de exploração da Galp em São Tomé e Príncipe inclui atualmente três blocos *offshore*, nomeadamente os Blocos 6 e 12, nos quais a Galp opera, e o bloco 11, no qual a Empresa não opera.

Na sequência dos estudos geológicos e geofísicos realizados no Bloco 6, a Galp perfurou um poço exploratório em 2022. O poço, conhecido como Jaca, não demonstrou quaisquer indícios de uma descoberta comercial, embora destacasse um sistema petrolífero ativo e que permitiu à Galp adquirir um grande conjunto de dados valiosos que, durante 2023, foram analisados e integrados para uma melhor compreensão da área.

A Galp continua a trabalhar no sentido de identificar, amadurecer e reduzir o risco de potenciais perspetivas de perfuração em conjunto com os seus parceiros e 2024 será importante para planear os próximos passos exploratórios na região.





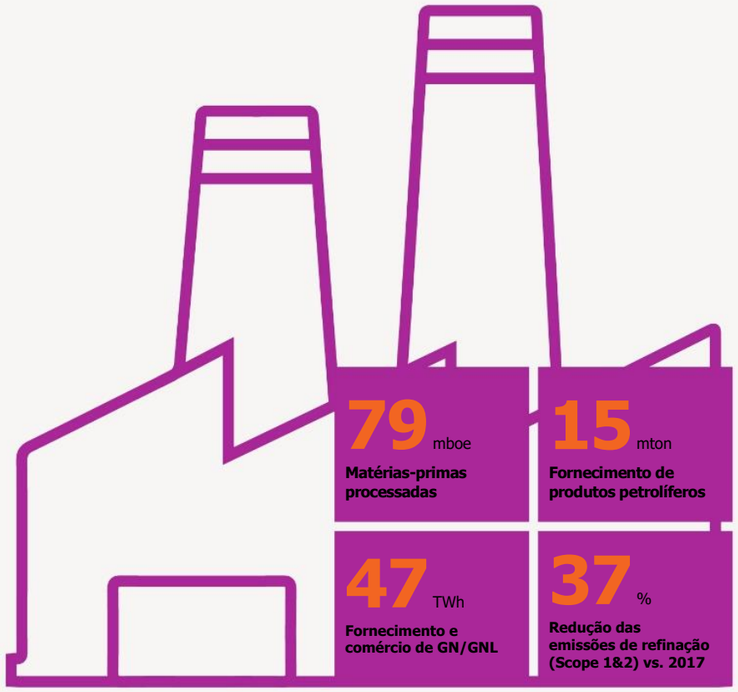
Portefólio atual de projetos Upstream

Bloco(s)	Bacia	Tipo	# Projetos	Principais Projetos	Propriedades do petróleo		Fase	Parceiros
					API (º)	Enxofre (%wt)		
Brasil (via Petrogal Brazil, exceto Barreirinhas)								
BM-S-11	Santos	*Offshore*	1	Tupi	27-34	<0,5	Desenvolvimento e Produção	Galp 9,2% | Petrobras 67,2% (op.) Shell 23,0% | PPSA 0,6%
BM-S-11	Santos	*Offshore*	1	Iracema	28-32	<0,5	Desenvolvimento e Produção	Galp 10% | Petrobras 65% (op.) Shell 25%
BM-S-11A	Santos	*Offshore*	1	Berbigão	25-28	<0,5	Desenvolvimento e Produção	Galp 10% | Petrobras 42,5% (op.) Shell 25% | TotalEnergies 22,5%
BM-S-11A	Santos	*Offshore*	1	Sururu	24-29	<0,5	Desenvolvimento e Produção	Galp 10% | Petrobras 42,5% (op.) Shell 25% | TotalEnergies 22,5%
BM-S-11A	Santos	*Offshore*	1	Atapu	27-29	<0,5	Desenvolvimento e Produção	Galp 1,7% | Petrobras 65,7% (op.) Shell 16,7% | TotalEnergies 15,0% | PPSA 1,0%
BM-S-8	Santos	*Offshore*	1	Bacalhau	30-32	<0,5	Desenvolvimento	Galp 20% | Equinor 40% (op.) ExxonMobil 40%
Uirapuru	Santos	*Offshore*	1				Exploração	Galp 14% | Petrobras 30% (op.) Equinor 28% | ExxonMobil 28%
Sépia	Santos	*Offshore*	1	Sépia	26-30	<0,5	Desenvolvimento e Produção	Galp 2,4% | Petrobras 55,3% (op.) TotalEnergies 16,9% | Petronas 12,7% QP 12,7%
BM-S-24	Santos	*Offshore*	1	Júpiter			Avaliação	Galp 20% Petrobras 80% (op.)
BAR-M-300/ 342/344/388	Barreirinhas	*Offshore*	4				Exploração	Galp 10% | Shell 50% (op.) Petrobras 40%
Moçambique								
Área 4	Rovuma	*Offshore*	2	Coral Sul Rovuma LNG			Desenvolvimento e Produção	Galp 10% | Eni 25% (op.) ExxonMobil 25% (op.) | CNPC 20% Kogas 10% | ENH 10%
Namíbia		*Offshore*						
PEL 83	Orange	*Offshore*	1				Exploração	Galp 80% (op.) | NAMCOR 10% Custos 10%
S. Tomé e Príncipe		*Offshore*						
Bloco 6	Rio Muni	*Offshore*	1				Exploração	Galp 45%(op.) | KE 25% | Shell 20% ANP 10%
Bloco 11	Rio Muni	*Offshore*	1				Exploração	Galp 20% | KE 35% (op.) Shell 30% | ANP 15%
Bloco 12	Rio Muni	*Offshore*	1				Exploração	Galp 41,2% (op.) | Equador 46,3% ANP 12,5%

3.3 **Industrial & Midstream**

Destaques de 2023

- A refinaria de Sines operou perto da capacidade total durante o ano, exceto em períodos de paragens planeadas, aproveitando o enquadramento internacional favorável com uma margem de refinação robusta de $11,0/boe.



- A Galp concluiu com sucesso uma paragem geral na sua refinaria de Sines, a mais longa da última década. Esta operação enquadra-se no objetivo de melhorar a segurança e a eficiência operacional.
- A Galp concluiu a FID de dois projetos de grande dimensão para reduzir a pegada de carbono da refinaria de Sines e dos seus produtos, nomeadamente a instalação de tecnologia de óleo vegetal tratado com hidrogénio (HVO) de 270 ktpa e um projeto de eletrolisador de 100 MW para a produção de hidrogénio verde.
- A Galp manteve uma posição relevante no setor ibérico dos biocombustíveis, através da integração de c.300 kton no gasóleo (biodiesel e HVO) e na gasolina (bioetanol) comercializados pela Empresa, permitindo evitar cerca de 1,000 kton de emissões de CO_2 ao longo do ciclo de vida, quando comparado com um equivalente fóssil.
- A Galp continua empenhada em reduzir as suas emissões operacionais de refinação (âmbitos 1 e 2) em 50% até 2030 (vs. 2017) e continuou a tomar as medidas necessárias identificadas no seu roteiro para descarbonização.
- O Energy Management aumentou efetivamente a captura de valor da integração, contribuindo com mais de €500 m para os resultados operacionais da Galp (RCA Ebitda). Com uma melhoria do desempenho em todas as *commodities*, nomeadamente nas atividades de trading de gás, suportada por uma maior flexibilidade do portefólio.
- Continuação da expansão da presença no mercado liberalizado de gás natural no Brasil, contribuindo com c.4 TWh de volumes de GN/GNL em 2023, um aumento de 105% YoY.

Principais indicadores

	2022	2023
Matérias-primas processadas (mboe)	88,0	78,9
Margem de refinação da Galp ($/boe)	11,6	11,0
Custo de refinação[1] ($/boe)	2,2	4,5
Fornecimento de produtos petrolíferos (mton)	15,8	14,8
Volume de fornecimento e comércio de GN/GNL (TWh)	54,6	46,5
dos quais comercializados (TWh)	23,2	18,4
Emissões diretas de GEE (tonCO_2e)	2.664	2,360
Consumo total de água por matéria-prima tratada (m^3/ton)	0,56	0.60
Percentagem de água reutilizada	10%	9%
RCA Ebitda (€m)	451	929
RCA Ebit (€m)	66	693
OCF (€m)	459	764
Investimento[3] (€m)	72	196

[1] Excluindo o impacto da cobertura da margem de refinação.
[2] Na refinaria de Sines.
[3] Inclui aumentos/reduções de investimentos, empréstimos e subscrições de capital a outras empresas (i.e. associadas e *joint ventures*).

Um marco industrial para o desenvolvimento de soluções energéticas de baixo carbono na Península Ibérica

A Galp está a orientar estrategicamente o complexo industrial de Sines, onde se situa a única refinaria de Portugal, para uma competitividade duradoura, com enfoque no valor e na sustentabilidade. As nossas ambições estendem-se para além das operações convencionais, e estão de mãos dadas com o compromisso de reduzir substancialmente a pegada de carbono tanto do nosso sistema como dos nossos produtos. Este caminho é essencial para a nossa abordagem industrial integrada, e é seguido através de melhorias na eficiência energética das nossas operações de refinação e da incorporação progressiva de produtos renováveis, incluindo hidrogénio verde e biocombustíveis avançados.

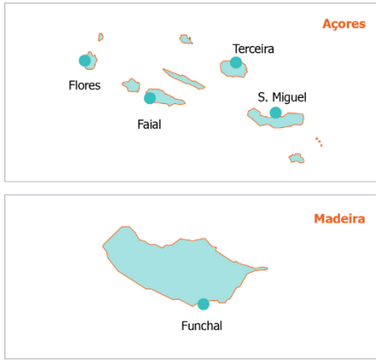
A nossa estratégia surge como resposta direta às oportunidades de crescimento e de transformação. A Galp está a contribuir ativamente para a sustentabilidade a longo prazo do abastecimento de líquidos energéticos em Portugal. O nosso objetivo passa por reduzir as nossas emissões de carbono operacionais em 50% até 2030, o que demonstra a nossa abordagem proativa à preparação do nosso sistema para o panorama energético em rápida transformação.

As atividades industriais da Galp incluem operações de refinação, logística e cogeração. A Empresa continua a focar-se na maximização da criação de valor neste segmento, aumentando a eficiência das suas operações e adaptando o seu portefólio aos padrões futuros de procura e à descarbonização progressiva das suas operações.

Todas as atividades industriais da Galp atuais operam na Península Ibérica. A Empresa detém a única refinaria em funcionamento em Portugal, localizada em Sines, onde também explora terminais marítimos e parques de armazenamento. As atividades industriais da Galp em Sines são fundamentais para a economia do país, empregando mais de 500 pessoas de forma direta.

Ativos industriais e logísticos na Ibéria





Segurança

A segurança é um pilar fundamental do desempenho Industrial e está sempre presente na mente da equipa. Esta unidade de negócio é responsável pelas três principais áreas de risco: segurança pessoal, segurança dos processos e segurança dos transportes. Em 2023 não se registaram fatalidades relacionadas com a atividade Industrial, verificando-se uma melhoria da Taxa de Incidentes de Segurança dos Processos face aos anos anteriores. Durante o ano, a equipa registou ainda lesões pessoais de menor impacto, que foram devidamente investigadas. As lições aprendidas ao longo do ano ajudarão a Galp no seu trajeto para melhorar continuamente o seu desempenho em termos de segurança.

Destacamos duas iniciativas de 2023:

- Foco contínuo no desenvolvimento de uma Cultura de Segurança e Liderança, com o programa Galp Safety Leaders Way a chegar diretamente a perto de 2,900 pessoas desde a sua conceção em 2022, envolvendo os nossos colaboradores e contratantes;
- Segurança do Transporte Rodoviário – implementação integral em 2023 de um roteiro uniformizado para melhoria a gestão de risco de todos os nossos contratos de transporte de combustíveis.

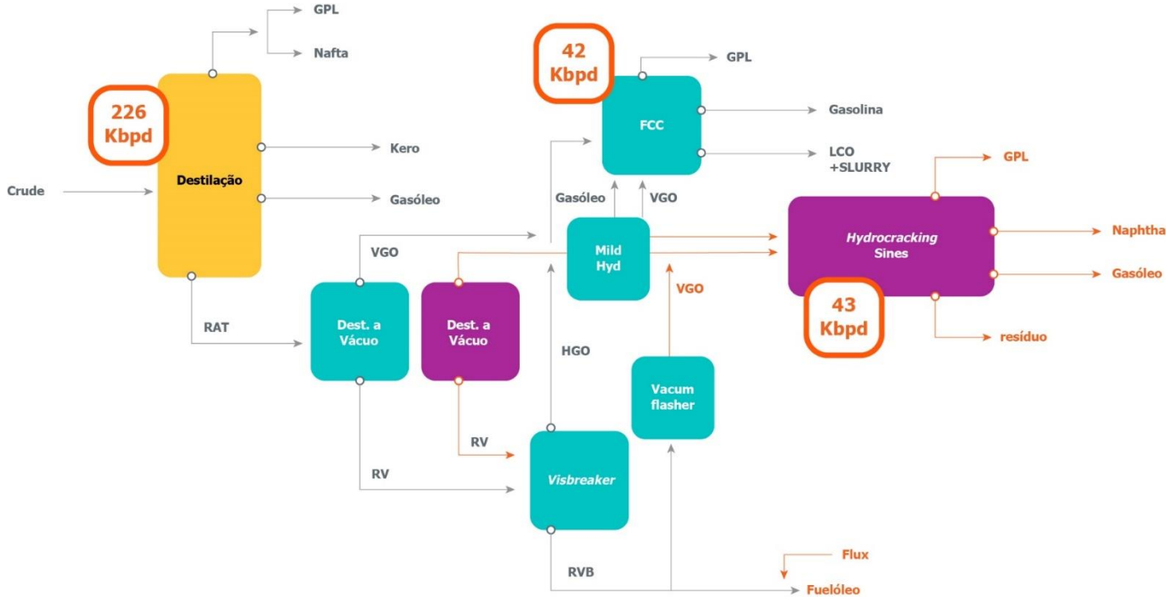
Refinaria de Sines

A refinaria de Sines é uma das maiores da Península Ibérica, com uma capacidade de destilação de cerca de 226 kbpd e também capaz de processar uma variada gama de crudes. O processo começa na unidade de destilação atmosférica, com a produção de produtos valiosos como o gasóleo. Os seus resíduos são depois processados em unidades de destilação a vácuo, que os separam para outros fluxos de produção valiosos. De acordo com as suas características, estes podem servir de matéria-prima para unidades de *fluyd catalytic cracking* (FCC), *hydrocracking* ou de *visbreaker*, otimizando a conversão e os rendimentos desejados de modo a maximizar o valor.

A complexidade e capacidade de conversão da refinaria de Sines, bem como a vantagem estratégica da sua localização costeira e da infraestrutura portuária de águas profundas no local, tanto para o fornecimento de petróleo bruto como para a exportação de produtos, tornam esta refinaria altamente competitiva e bem posicionada para prosperar apesar dos desafios que o setor enfrenta.

A atividade energética da Galp em Portugal baseia-se numa unidade de cogeração, com 91 MW instalados na refinaria de Sines. Esta unidade é altamente eficiente, pois combina produção de calor e eletricidade, e é um importante fornecedor de vapor para as operações da refinaria.

Em 2023, foi produzido um total de 1.984 GWh a partir de atividades de cogeração, com uma redução anual de 5% numa base comparável.





Desempenho operacional em 2023

A Galp continua focada na melhoria da competitividade da sua refinaria de Sines, num ambiente regulador cada vez mais exigente e num mercado de produtos petrolíferos desafiante.

Em 2023, as matérias-primas processadas totalizaram 78,9 mboe, um decréscimo de 10% face a 2022, refletindo as atividades de manutenção planeada que decorreram na refinaria.

Durante o ano, e face a uma maior estabilização do mercado de gás natural e do abastecimento global, a refinaria retomou um consumo normal de gás natural, afastando-se do consumo mais acentuado de nafta em 2022 e contribuindo para a redução de 11% das emissões de Âmbito 1 & 2 face ao ano anterior

A margem de refinação de Galp diminiuiu face ao período homólogo, de $11,6/boe para 11.0/boe, sendo ajudada pelos *cracks* internacionais dos produtos petrolíferos, nomeadamente na gasolina, e beneficiando também da maior estabilização dos preços energéticos.

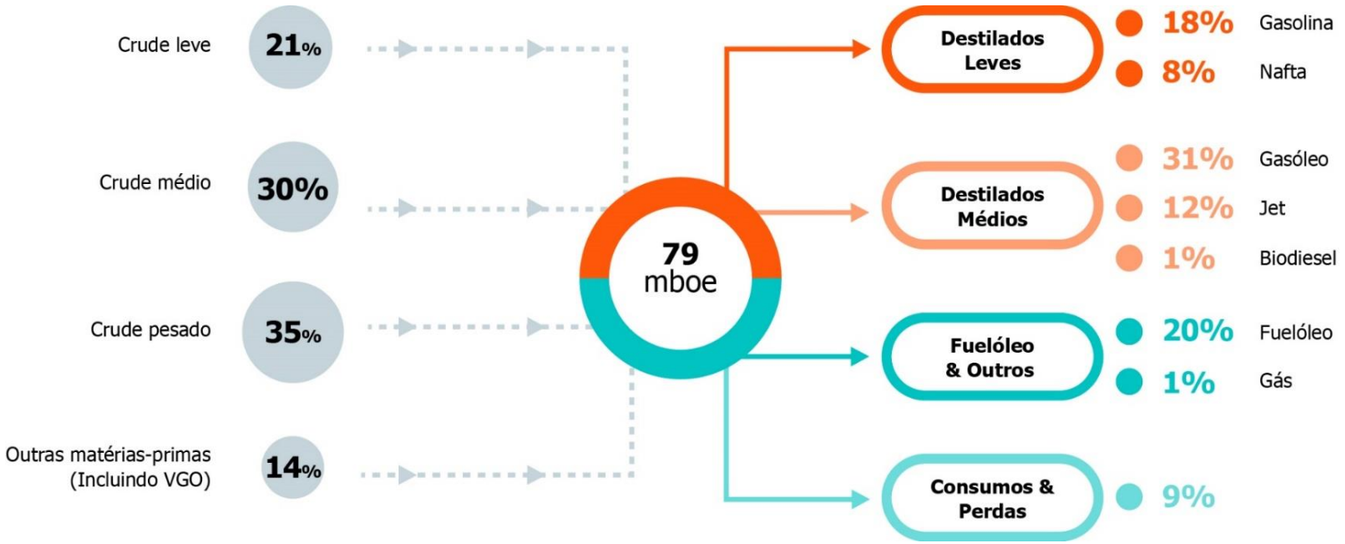
O petróleo bruto representou 85% das matérias-primas processadas, 75% das quais correspondem a crudes médios e pesados. O petróleo bruto processado foi quase exclusivamente de qualidades *sweet*.

O gasóleo e a gasolina foram os produtos mais relevantes na mistura de produção da Galp. Toda a produção foi na forma de fuelóleo com muito baixo teor de enxofre (VLSFO).

Transformação industrial

A Galp está a reconfigurar o seu segmento industrial, com a concentração das operações de refinação em Sines e a melhoria da eficiência energética das operações, ao mesmo tempo que avança gradualmente na substituição de combustíveis fósseis por matérias-primas renováveis, através da integração de hidrogénio verde e do desenvolvimento de combustíveis de baixo carbono. Entre 2017 e 2030, tencionamos reduzir as emissões de carbono operacionais das nossas atividades industriais em 50%.

Entradas/saídas na refinaria de Sines em 2023



Em 2023, a Galp concluiu a FID relativa a dois projetos de grande dimensão para reduzir a pegada de carbono da refinaria de Sines e dos seus produtos. Os projetos incluem uma unidade de biocombustíveis avançados de 270 ktpa, em parceria com a Mitsui, e 100 MW de eletrolisadores para a produção de hidrogénio verde. Prevê-se que ambas as unidades comecem a produzir em 2025.

Ao longo de 2023, foram feitos investimentos avultados para melhorar a eficiência energética da refinaria, incluindo uma atualização tecnológica de vários feixes de permutadores de calor na unidade de crude e de *hydrocracking*, a execução de um projeto de alimentação a quente na unidade de dessulfuração de gasóleo e a instalação de uma nova caldeira de recuperação de calor de gases de combustão mais eficiente na unidade de craqueamento catalítico de fluidos. Em conjunto, estes projetos devem contribuir para uma redução das emissões diretas da refinaria de 53 ktCO_2/ano. Além disso, foi concluído um projeto de avaliação energética de todo o local, o qual ajudou na preparação do roteiro de descarbonização da refinaria.

Transformação em Sines alinhada com a regulação e ambição da UE

A União Europeia tem fortes ambições de descarbonização e, através do pacote de medidas Fit-for-55, a organização elevou ainda mais os objetivos para os seus estados-membros, estabelecendo como meta obrigatória a redução de emissões em 55% até 2030. Estas medidas aumentaram também os objetivos de redução da intensidade de carbono no setor dos transportes, complementando com um mandato conjunto para a incorporação de biocombustíveis avançados e RFNBOs (Combustíveis Renováveis de Origem Não Biológica), como o hidrogénio verde, de 5,5% (com um mandato vinculativo mínimo de 1% para os RFNBOs).

É expectável que os esforços de descarbonização e a regulamentação que os suporta impulsionem um aumento substancial da procura de ambos os tipos de biocombustíveis e reforcem ainda mais o alinhamento estratégico da execução destes projetos transformacionais em Sines.

Combustíveis renováveis

A Galp e a Mitsui uniram esforços para produzir e comercializar biocombustíveis avançados a partir de Sines, criando uma *joint venture* (JV) com divisão 75/25 e investindo numa unidade de grande escala de 270 ktpa junto à refinaria de Sines, a qual deverá começar a produzir em 2025. O investimento total nesta nova fábrica está estimado em cerca de €400 m, sendo a Galp o seu operador.

Esta unidade utilizará resíduos para produzir gasóleo renovável (óleo vegetal tratado com hidrogénio – HVO) e combustível de aviação sustentável (SAF), evitando assim cerca de 800 ktpa de emissões de gases com efeito de estufa, em comparação com as suas alternativas de combustíveis fósseis.

Esta parceria une a vasta experiência industrial de ambas as empresas, combinando as sinergias operacionais e de mercado da Galp com a presença global da Mitsui, apoiando também o aprovisionamento das necessidades de matérias-primas da fábrica.

A estratégia de fornecimento para o projeto está em linha com a tendência da economia circular, utilizando resíduos como matérias-primas, desde óleos usados e resíduos de biomassa a óleos alimentares usados e resíduos de gordura animal.

A Galp está a trabalhar ativamente em acordos de compra futura para garantir flexibilidade e mitigar o risco de abastecimento. Estão também a ser desenvolvidas novas cadeias de abastecimento para otimizar o fornecimento a partir de geografias diversificadas.

A Empresa já produz gasóleo renovável (HVO) numa unidade de hidrogenação na sua refinaria de Sines.

Este biocombustível resulta do co-processamento de óleo vegetal com gasóleo, produzindo um biocombustível com características semelhantes às do gasóleo mineral. Em 2023, a produção desta unidade atingiu cerca de 108 kton, e assim evitar 360 kton de emissões de CO_2.

A Galp também detém a Enerfuel, uma unidade industrial em Sines que produz biodiesel de *Fatty Acid Methyl Ester* (FAME). Este produto é 100% feito através do processamento de gorduras animais e óleos alimentares usados, o que potencia a experiência comercial da Galp no mercado. Em 2023, e em cumprimento da Diretiva das Energias Renováveis (RED), a Galp incorporou 11,5% de biocombustíveis no seu conteúdo energético em Portugal, e 10,5% em Espanha. No total, a Empresa produziu mais de 132,6 kton de biocombustíveis na Península Ibérica, dos quais perto de 25 kton de biodiesel de segunda geração foram produzidos pela Enerfuel.



Hidrogénio verde

A Galp considera o hidrogénio produzido através de eletrólise alimentada por eletricidade renovável (hidrogénio verde) como sendo um instrumento importante para a transição energética, nomeadamente para a descarbonização de setores difíceis de reduzir, tais como os transportes pesados, transporte marítimo, aviação e processos industriais de alta intensidade energética.

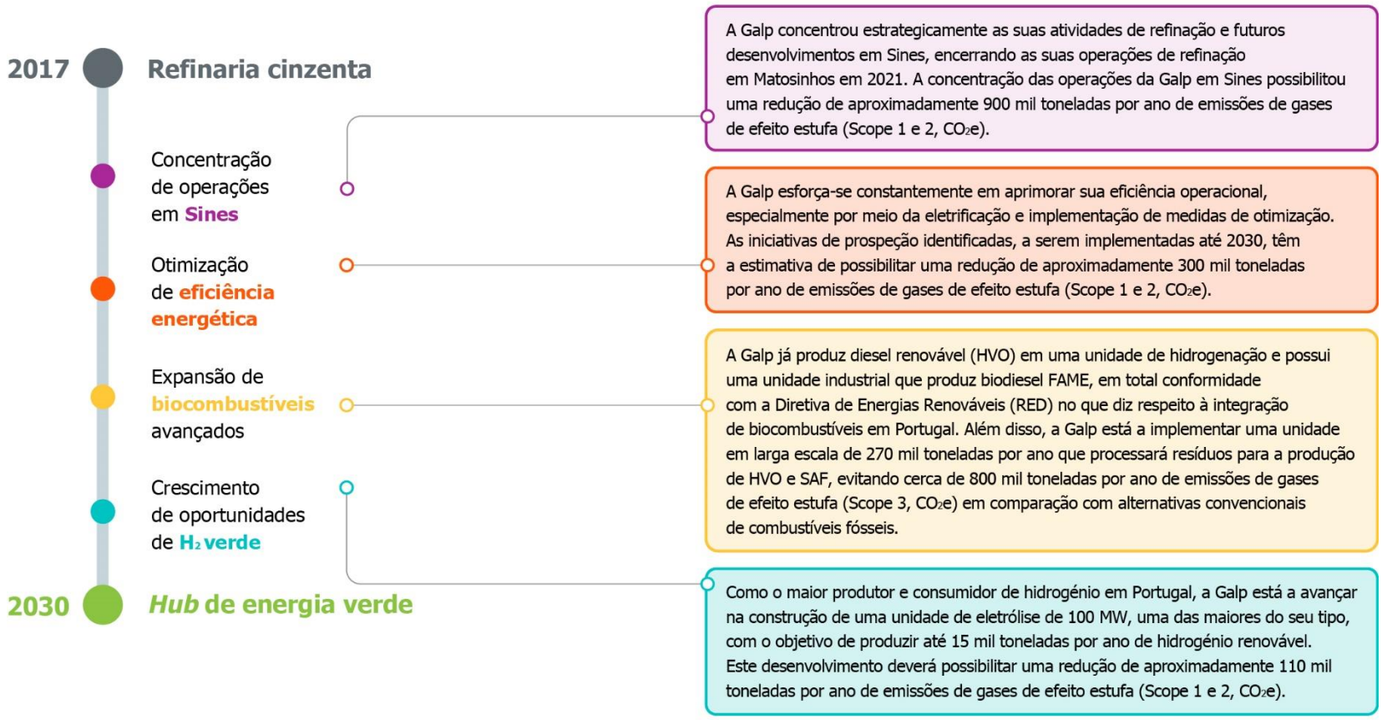
A Galp é atualmente a maior produtora e consumidora de hidrogénio em Portugal, sendo que todo este é atualmente obtido a partir do gás natural. Para descarbonizar as suas atividades industriais, é essencial integrar novos rumos tecnológicos, tais como a produção de hidrogénio verde. Juntamente com um conjunto de vantagens competitivas à disposição de Portugal, especificamente no complexo de Sines, nomeadamente em termos de fontes de energia renováveis, infraestruturas e localização estratégica, torna-se evidente que a Galp se encontra numa posição privilegiada para desenvolver soluções de hidrogénio verde no país.

Em 2023, a Galp tomou a decisão final de investimento na construção de uma instalação de eletrólise de 100 MW, capaz de produzir até 15 ktpa de hidrogénio verde. Este projeto de grande escala permitirá substituir cerca de 20% da atual produção de hidrogénio cinzento da refinaria de Sines e poderá levar a uma redução de emissões de gases com efeito de estufa de cerca de 110 ktpa (Âmbito 1 e 2, CO_2e). O investimento total necessário para este projeto de hidrogénio verde está estimado em cerca de €250 m.

Os eletrolisadores serão alimentados por energia renovável, proveniente de contratos de fornecimento de longo prazo, e que também alavancará a base de ativos de energia renovável da Galp. A unidade utilizará água industrial reciclada, com um consumo anual previsto equivalente a menos de 3% das necessidades médias anuais da refinaria.

A Plug Power recebeu a encomenda dos eletrolisadores de membrana de intercâmbio protónico (PEM) de 100 MW, enquanto a Technip Energies será o principal fornecedor de EPCM.

A Empresa tenciona continuar a substituir a sua produção de hidrogénio cinzento por produção verde e continuar a descarbonizar as suas operações industriais, assegurando simultaneamente uma presença antecipada na cadeia de valor do hidrogénio, a qual tem o potencial de ser uma rampa de lançamento fundamental para um sistema energético mais limpo no futuro.



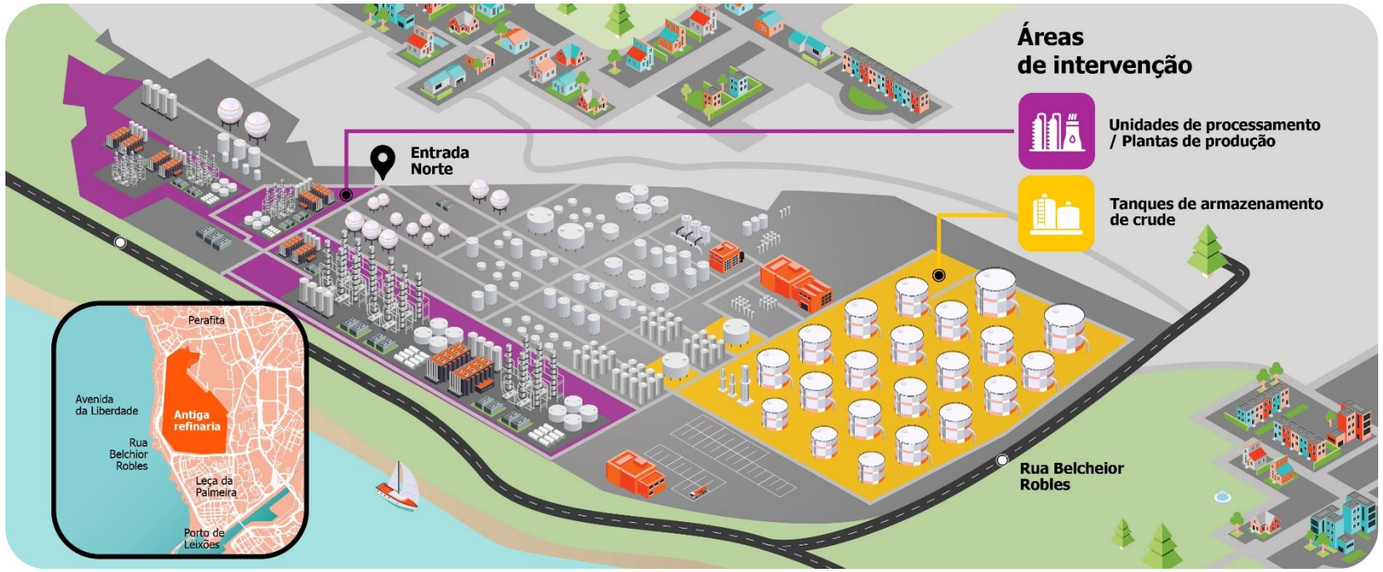
Matosinhos

Após uma rigorosa avaliação de alternativas, a Galp decidiu concentrar as suas atividades de refinação e desenvolvimentos futuros no complexo de Sines e descontinuar as operações de refinação em Matosinhos a partir de 2021.

Com o objetivo de promover o contexto económico, social e ambiental da região norte, a Galp, em conjunto com a Câmara Municipal de Matosinhos e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, está a estudar a reconversão do local num Distrito de Inovação, que poderá também albergar um campus universitário.

As atividades de desmantelamento da refinaria avançaram em 2023, tendo os trabalhos de demolição começado em outubro passado. Estima-se que a duração total desta fase seja cerca de dois anos e meio. Este facto representa um marco importante para a desativação e o desmantelamento da refinaria, que teve início há cerca de dois anos. Ao longo do último período, foi implementada uma vasta gama de operações de preparação, incluindo a paragem segura das unidades de processo, a limpeza e desgaseificação das unidades de processo, equipamento e tubagens para garantir a eliminação de hidrocarbonetos e produtos relacionados.

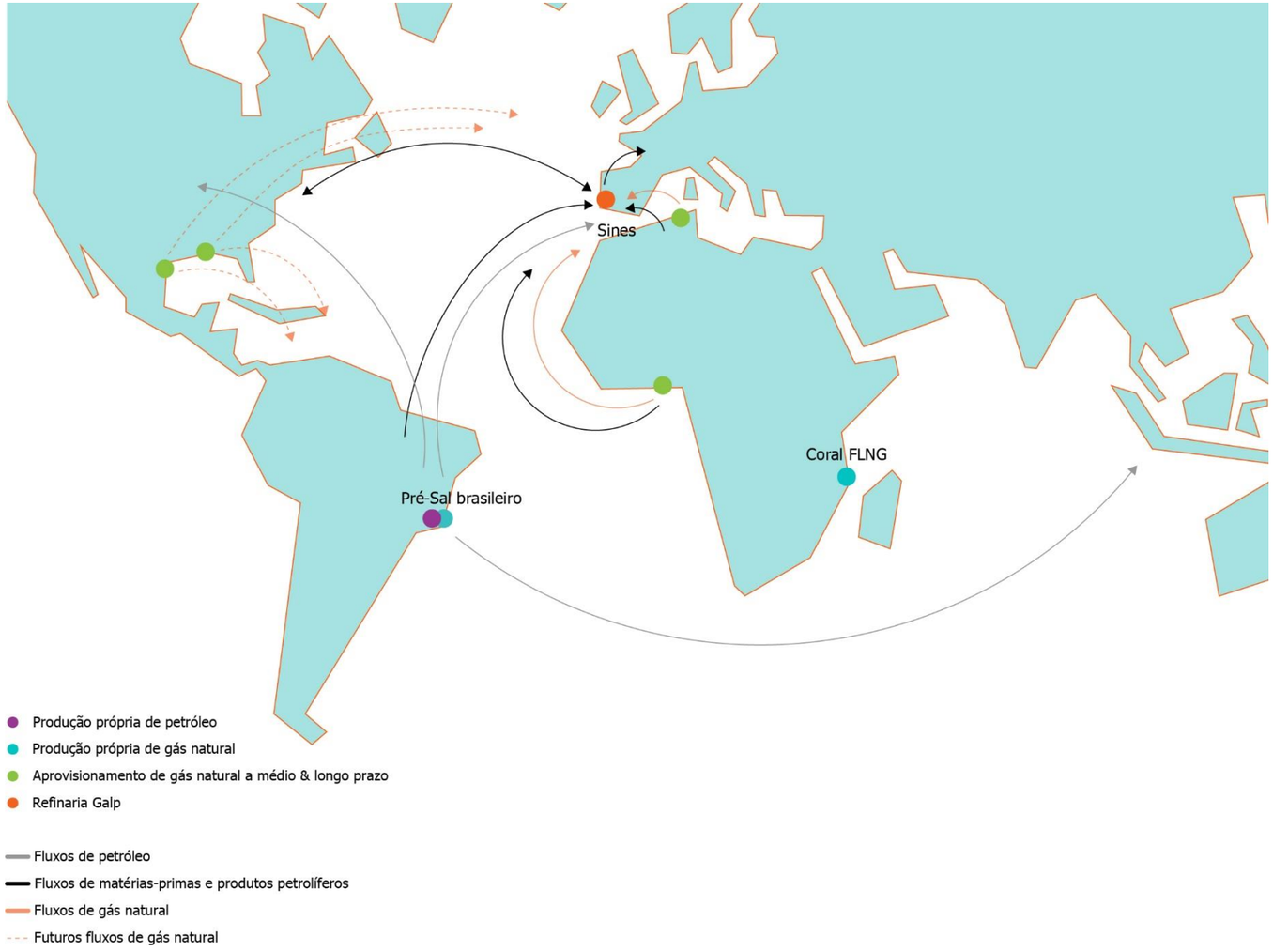
Uma vez concluído o desmantelamento, seguir-se-á a fase de reabilitação ambiental do solo, a fim de permitir a reconversão do local.



Energy Management visa promover valor sustentável a longo prazo na Galp

No Midstream, a equipa de Energy Management, tem vindo a desenvolver uma posição central, proporcionando maior valor em toda a cadeia de valor integrada dos negócios da Galp. A equipa maximiza a margem integrada de forma competente, assegurando ao mesmo tempo a capacidade de navegar as dinâmicas do mercado de energia e da gestão dos riscos de forma segura, procurando ainda aproveitar de forma proativa e precisa as oportunidades comerciais que acrescentem valor para além da nossa posição de capital.

As nossas capacidades internas têm sido reforçadas, promovendo maiores sinergias internas que funcionam como escudo contra os impactos das condições voláteis do mercado. Este processo contínuo não só assegura uma oferta competitiva no principal negócio da Galp, como também nos permite aceder rapidamente a novas fontes de valor. Conseguimos constatar esta realidade através da nossa entrada bem-sucedida no mercado brasileiro de gás natural e do aumento das contribuições das operações de biocombustíveis e de energia renovável. O Energy Management é fundamental para a criação de valor integrado a longo prazo, aproveitando a flexibilidade e resiliência do portefólio em todas as cadeias de valor.



O Midstream, parte das atividades de Energy Management, abrange o abastecimento, a comercialização e a expedição de petróleo bruto, produtos petrolíferos, biocombustíveis, gás natural, eletricidade e produtos ambientais, tanto a partir de capital próprio como oriundo de terceiros. A Galp está capacitada para captar oportunidades comerciais, maximizando a gestão da margem integrada, a otimização do *supply-to-sourcing* e o aproveitamento das dinâmicas do mercado de energia e da gestão do risco.

Durante o ano de 2023, as atividades de abastecimento e comercialização de gás natural do Midstream têm ainda de fazer face a várias restrições de aprovisionamento por parte dos fornecedores de longo prazo da Galp, numa altura de volatilidade constante no aprovisionamento de gás natural no mercado europeu. Focada na melhoria contínua das capacidades internas, a equipa conseguiu melhorar o desempenho das nas operações de petróleo, gás natural e eletricidade. Em particular o abastecimento e comercialização de gás natural foi melhorado, com base numa maior flexibilidade do portefólio e tendo em conta a limitação dos contratos de pré-venda e pré-cobertura, isto apesar da redução dos volumes de aprovisionamento e dos preços do gás natural na Europa.

Fornecimento e Comércio de Petróleo e Produtos Petrolíferos

A Galp está envolvida na comercialização o de petróleo e dos seus derivados. A Empresa participa em atividades Midstream ao longo da cadeia de valor, desempenhando um papel importante nas atividades diárias das unidades de Upstream, Industrial e Commercial.

Produção própria de Petróleo

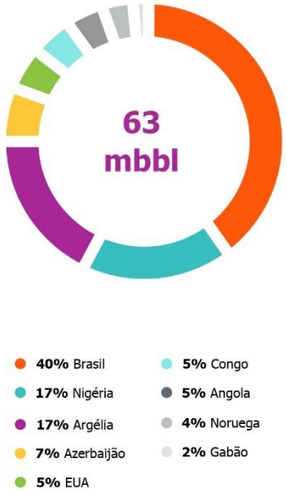
A divisão de Energy Management é responsável pela colocação da produção de petróleo bruto da Galp, que é agora totalmente produzido no Brasil. O objetivo é de maximizar as suas vendas globais, e ajustar as suas atividades mundiais de acordo com as condições de mercado. Em 2023, a equipa colocou eficazmente a sua produção de capital próprio, apesar da pressão contínua de custos logísticos mais elevados e do esforço no mercado que alguns pontos de venda brasileiros enfrentaram durante a maior parte do ano, dado o contexto adverso de procura.

Ao longo de 2023, os volumes vendidos totalizaram 36,5 mbbl, dos quais 91% foram colocados na China, que manteve a sua posição como o principal destino para a produção de petróleo da Galp. Os outros dois principais mercados foram a Europa e a América do Norte, representando 8% e 1%, respetivamente.

Matérias-primas e produtos petrolíferos

O Energy Management gere também a aquisição de petróleo bruto e de outras matérias-primas, de forma a otimizar o sistema de refinação e maximizar a margem capturada, tendo em conta a estratégia de diversificação da oferta e de extração de valor da base de ativos existente.

Origem do crude em 2023

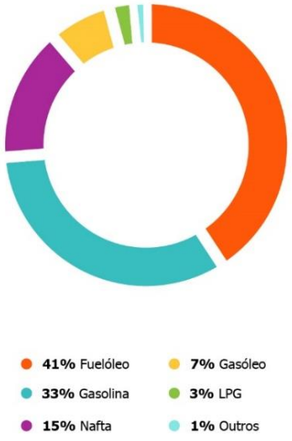


A Galp importou petróleo bruto de 9 países diferentes, sendo os petróleos brutos médios e pesados responsáveis por 75%. O abastecimento de petróleo bruto de Galp foi quase exclusivamente de baixo teor de enxofre e a produção de capital próprio da Galp representou apenas 5% do petróleo bruto obtido. Não foram importadas matérias-primas da Rússia, sendo que a maior parte dos 8,5 mbbl de VGO adquiridos ao longo do ano foram provenientes do Médio Oriente.

Os produtos petrolíferos resultantes das nossas atividades de refinação e comercialização são canalizados para a área Commercial da Galp, e externamente para outros operadores e exportações. Em 2023, os volumes vendidos totalizaram 14,8 mton, refletindo a menor disponibilidade da refinaria causada pelas manutenções planeadas, e pela maior pressão no mercado ao nível global, nomeadamente em Espanha. Destes volumes, 7,1 mton foram vendidos à área Commercial, 3,4 mton a outros operadores e 3,7 mton foram exportados.

Oss EUA, particularmente a Costa Leste, continuaram a ser um dos destinos mais significativos para a exportação de componentes pesados da gasolina, aproveitando a sua posição do outro lado do Atlântico. O fuelóleo, a gasolina e o gasóleo foram os principais produtos exportados, representando 31%, 22% e 12% das exportações totais, respetivamente, maioritariamente para os EUA, Espanha e Gibraltar.

Exportações por produto em 2023



Fornecimento e Comércio de Gás Natural

A Galp dispõe de um negócio ativo de fornecimento e comércio de GN/GNL. A Empresa está envolvida em atividades de abastecimento a longo prazo, através das quais o Midstream abastece as suas atividades de Commercial e de comercialização, no autoconsumo nas operações industriais, bem como diretamente com os produtores de eletricidade. Adicionalmente, a Galp tem uma presença ativa no mercado brasileiro, onde, em 2022, começou a alocar o seu capital próprio e o de terceiros à produção de gás.

Os abastecimentos de GN e GNL da Galp são obtidos principalmente através de contratos a longo prazo estabelecidos com a Sonatrach na Argélia e a NLNG na Nigéria. Estes representaram cerca de 89% das fontes de abastecimento de gás natural da Empresa para a Península Ibérica em 2023. Em paralelo, a Galp explora também outras fontes de aprovisionamento, nomeadamente os mercados grossistas português, espanhol e francês.

A NLNG é atualmente o maior fornecedor de gás natural da Galp a longo prazo. A Galp tem assegurado, até 2027, o fornecimento de cerca de 3,4 bcm (c.41 TWh) de GNL por ano. De 2027 a 2031, restará apenas um contrato com a NLNG, para o fornecimento de 1 mtpa (c.16 TWh) de GNL.

No que toca ao acordo com a Sonatrach, a Galp continuará a abastecer-se de gás natural proveniente da Argélia, através do gasoduto Medgas para a Península Ibérica. Através deste contrato, a Galp assegurou 1 bcm (c.12 TWh) por ano durante um período de 5 anos, com início em 2021.

A Galp conseguiu diversificar o seu cabaz de aprovisionamento de gás natural através de acordos assinados tanto com a Venture Global como com a NextDecade.

Em 2018, a Galp assinou um acordo com a Venture Global LNG para a aquisição de 1 mtpa (c. 16 TWh) do terminal de exportação de GNL em Calcasieu Pass, Louisiana, EUA, durante um período de 20 anos, embora o contrato ainda não tenha entrado em efeito.

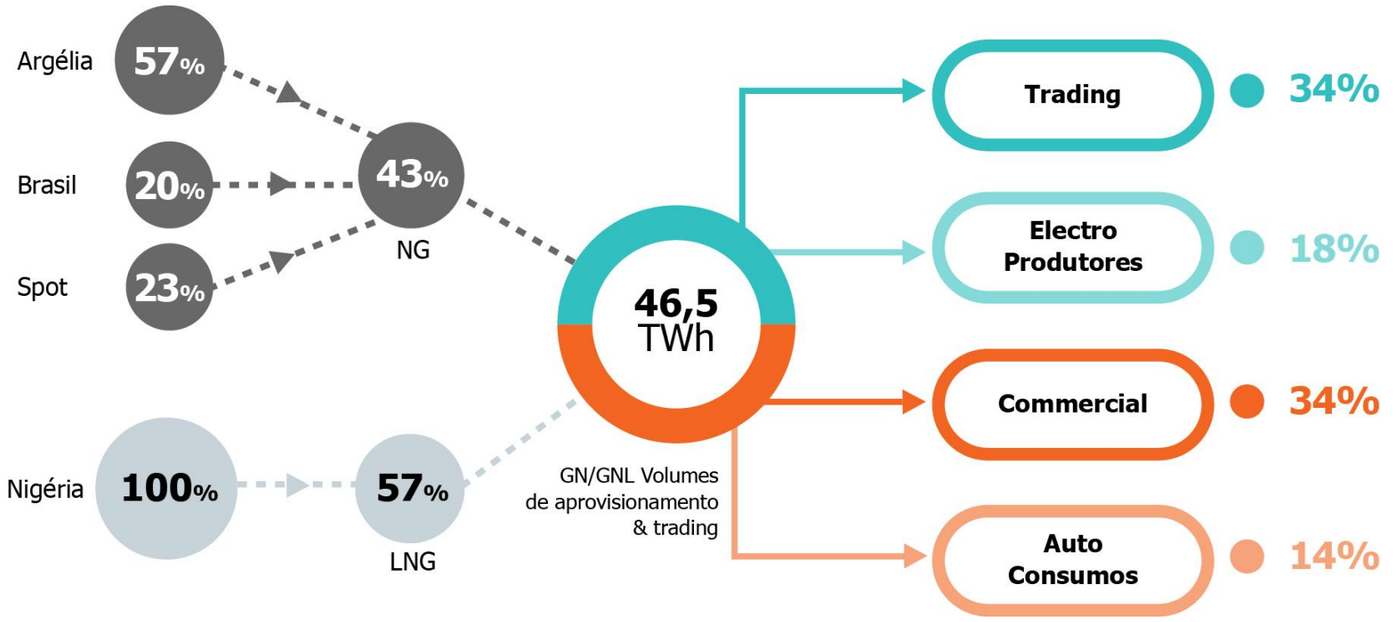
A Galp já chegou a acordo com a Pan Ocean Co., Ltd para contratar um navio de transporte. por um período inicial de 5 anos, para o transporte de GNL da Venture Global LNG.

Em 2022, a Galp assinou um SPA de 20 anos com a NextDecade para aceder a mais 1 mtpa (c.16 TWh) de GNL proveniente dos EUA. As entregas comerciais do projeto Rio Grande LNG (RGLNG) da NextDecade, no Texas, deverão começar em 2027.

Volumes de aprovisionamento e *trading* de GN/GNL em 2023

A Galp está a desenvolver a sua atividade comercial de GN/GNL no mercado internacional e tem também vindo a consolidar a sua posição nos mercados de gás natural em centros europeus, nomeadamente Espanha, França e Países Baixos, através da atividade comercial da rede de GN.

Aproveitando as oportunidades no país, a Empresa expandiu a sua presença ao longo da cadeia de valor do gás natural, procurando novos clientes e criando novas oportunidades de negócio que contribuem para uma melhor realização das vendas de gás associado ao Upstream.



A Galp estabeleceu também acordos de fornecimento com terceiros, assegurando volumes adicionais na região. Durante o ano, continuámos a expandir a nossa presença no mercado, para além da posição de capital próprio, contribuindo com cerca de 4 TWh em volumes de GN/GNL em 2023, um aumento de 105% face ao período homólogo.

A Galp tem neste momento acordos com a Petrobras e empresas de transporte locais para assegurar o acesso direto às infraestruturas de processamento e transporte.

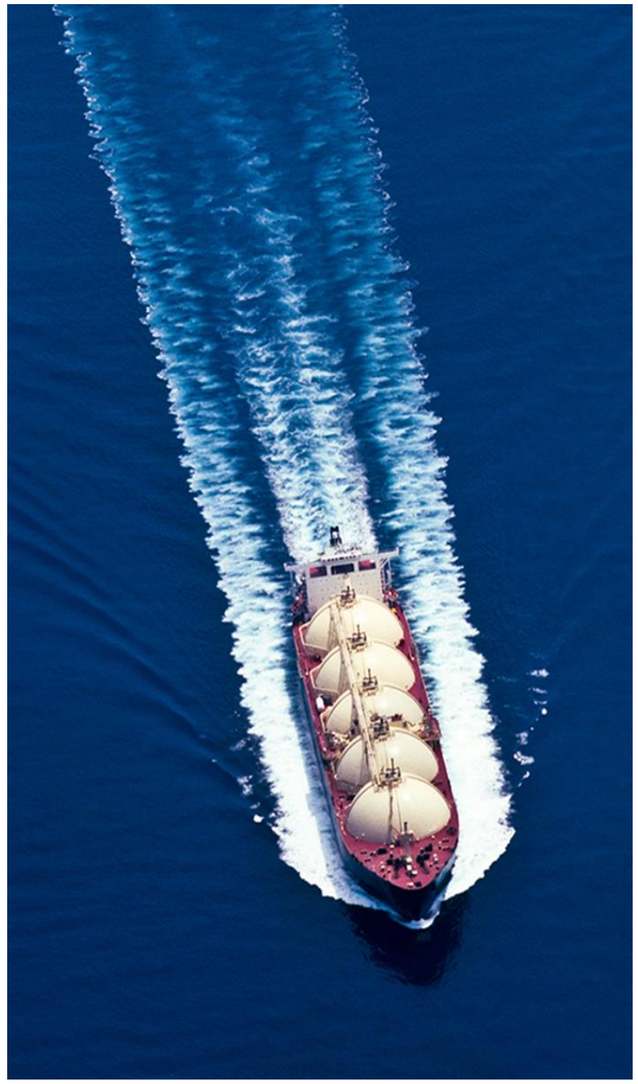
Fornecimento e Comércio de Eletricidade

A Galp está presente no mercado de eletricidade através do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), tanto no mercado à vista (OMIE) como no mercado a prazo (OMIP). Esta atividade visa sobretudo otimizar o aprovisionamento e a produção de energias renováveis da Galp, garantindo as necessidades da área de Commercial e permitindo a criação de valor através da comercialização.

A Galp detém atualmente contratos de longo prazo para a compra de energia renovável de centrais solares, num total de aproximadamente 500 GWh por ano, no âmbito da estratégia para assegurar um fornecimento competitivo de soluções energéticas eficientes e ambientalmente sustentáveis.

Durante o ano, a Empresa celebrou vários acordos bilaterais, principalmente com fornecedores de cogeração na Península Ibérica, para realizar serviços de rota de mercado e serviços auxiliares.

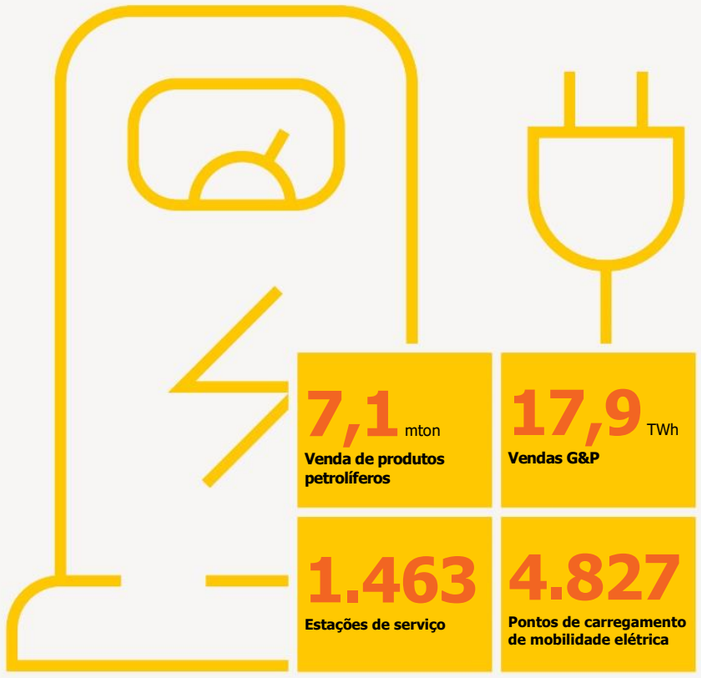
A Empresa também estabeleceu uma unidade de *trading* de energia elétrica brasileira no final de 2022, a qual se tem centrado em estabelecer um portefólio rentável neste mercado em crescimento.



3.4 **Commercial**

Destaques de 2023

- As vendas de produtos petrolíferos atingiram 7,1 mton, devido a um ambiente de pressão no setor Empresarial em Espanha, o que foi parcialmente compensado pela melhoria das condições de procura em Portugal, nomeadamente no setor B2C.



- As vendas de gás natural e de eletricidade atingiram 13,8 TWh e 4,1 TWh, respetivamente. Esta evolução reflete sobretudo a diminuição da procura nos segmentos Residencial e Empresarial na Península Ibérica. A Galp reforçou o seu portefólio de clientes industriais, que contribuirão de forma substancial para as vendas de gás natural e eletricidade nos próximos anos.
- A Galp, em colaboração com a Bosch e a TJA, lançou um combustível inovador 100% renovável, com o objetivo de fornecer soluções de combustível renovável a clientes empresariais e a operadores logísticos.
- A Galp confirmou mais uma vez a sua liderança na mobilidade elétrica, com a sua rede de carregamento a ultrapassar os 4.800 pontos instalados na Península Ibérica.
- A Galp continuou a expandir a sua experiência de cliente, com 26 novos hubs e 169 c-stores remodeladas. Com o objetivo de transformar as atuais estações de serviço em conceitos inovadores, multi-energéticos e de conveniência, os desenvolvimentos das c-stores permitiram aumentar o contributo da conveniência para os resultados operacionais comerciais.
- As soluções solares continuaram a crescer nos segmentos B2C e B2B, com um total de 4.847 instalações em Portugal e 1.323 em Espanha, fechando o ano com 6.170 instalações acumuladas, o que corresponde a uma capacidade instalada equivalente de c.23 MW.

Principais indicadores

	2022	2023
Vendas de produtos petrolíferos a clientes diretos (mton)	7,4	7,1
Vendas de gás natural a clientes diretos (TWh)	19,0	13,8
Vendas de eletricidade a clientes diretos (TWh)	4,1	4,1
Número de estações de serviço	1.475	1.463
Número de lojas de conveniência	860	852
Número de pontos de carregamento de mobilidade elétrica	2.382	4.827
RCA Ebitda (€m)	298	303
RCA Ebit (€m)	75	145
OCF (€m)	290	218
Investimento[1] (€m)	113	111

[1] Inclui aumentos/reduções de investimentos, empréstimos e subscrições de capital a outras empresas (i.e. associadas e joint ventures).

Commercial

Fornecer a energia de hoje e as soluções de amanhã

Enquanto líder no fornecimento de energia em Portugal e com uma posição considerável em Espanha, a Galp encontra-se numa transformação estrutural do seu negócio Commercial. Isto implica uma rápida adaptação da sua oferta e dos seus produtos para responder às tendências emergentes da procura e a reformulação da sua pegada no sentido de propostas multi-energéticas inovadoras e digitalmente otimizadas, centradas na conveniência, e numa oferta cada vez mais relevante de produtos e serviços com baixo teor de carbono, tanto nos segmentos B2C como B2B.

A Galp está na vanguarda da satisfação das necessidades energéticas do futuro, estando em primeiro lugar no que toca a pontos de carregamento de veículos elétricos em território português, e em processo de rápida expansão da sua rede na Península Ibérica para alcançar as 10.000 instalações até 2025. A Galp está também preparada aproveitar o potencial do mercado descentralizado de energia em rápido crescimento na Península Ibérica.

O negócio Commercial da Galp disponibiliza uma oferta completa e transversal aos seus clientes diretos. Esta oferta inclui os produtos petrolíferos, gás natural e eletricidade, assim como outros serviços de conveniência e propostas multi-energéticas, como a oferta energia solar descentralizada e pontos de carregamento de veículos elétricos. Mantendo uma abordagem centrada no cliente, a área Commercial oferece soluções para empresas e clientes nas diferentes geografias, fazendo uso da forte posição da marca Galp na Península Ibérica e num conjunto de países africanos.

O negócio Commercial da Galp adapta-se às necessidades dos diferentes perfis de clientes, com os seguintes setores a constituírem a sua estrutura operacional:

- O setor da **Mobilidade** centra-se na oferta de soluções energéticas (produtos petrolíferos, mobilidade elétrica e novas energias) e numa operação de retalho de conveniência cada vez mais relevante, apoiada por uma forte rede de estações de serviço e uma marca reconhecida no mercado ibérico.

- O setor **Residencial**, através do qual a Galp disponibiliza soluções de gás natural, eletricidade e de eficiência energética para o mercado doméstico, bem como GPL em garrafas e a granel, complementado por uma oferta cada vez mais significativa nas áreas de energia solar e mobilidade elétrica.

- O setor **Empresarial** oferece soluções energéticas a clientes B2B nos produtos petrolíferos, gás natural e eletricidade, bem como uma oferta multi-energética diversificada para apoiar os clientes da Galp na transição para energias de baixo carbono (por exemplo, energias renováveis, mobilidade elétrica, H2 e um portefólio diversificado de serviços energéticos).

- O setor **Internacional** lida com as operações num conjunto específico de países africanos, nos quais a Galp comercializa produtos petrolíferos e GPL através de uma rede de estações de serviço, concessionários e revendedores.

A Empresa está a adaptar-se aos novos padrões de consumo com o objetivo de oferecer produtos e serviços mais sustentáveis e digitais.

Desempenho operacional em 2023

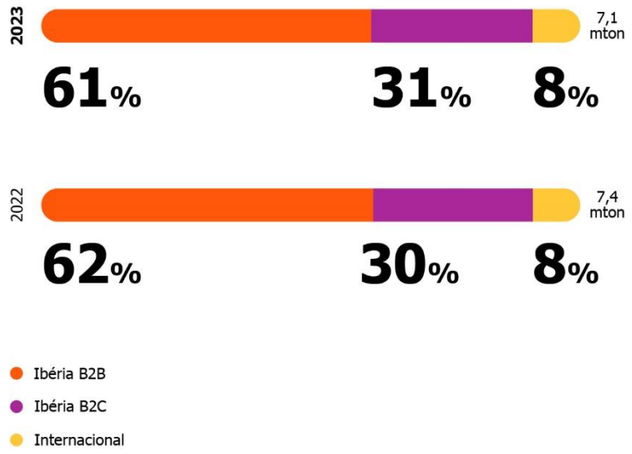
Durante 2023, a Galp continuou a transformação da sua rede retalhista para melhor servir os padrões de consumo futuros e as necessidades emergentes dos clientes no sentido de experiências mais digitais. Mais de 170 lojas de conveniência foram renovadas na Península Ibérica, das quais 27 tiveram novos conceitos de hub implementados em localizações *premium* selecionadas. Isto resultou num aumento da contribuição dos sectores de *non-fuel* e de baixas emissões de carbono.

Paralelamente, a Galp continuou a aumentar a sua rede de carregamento de VE, com 4.827 pontos de carregamento instalados no final do ano, e a expandir a sua pegada solar distribuída, com 6.170 novos painéis solares instalados em Portugal e Espanha durante 2023

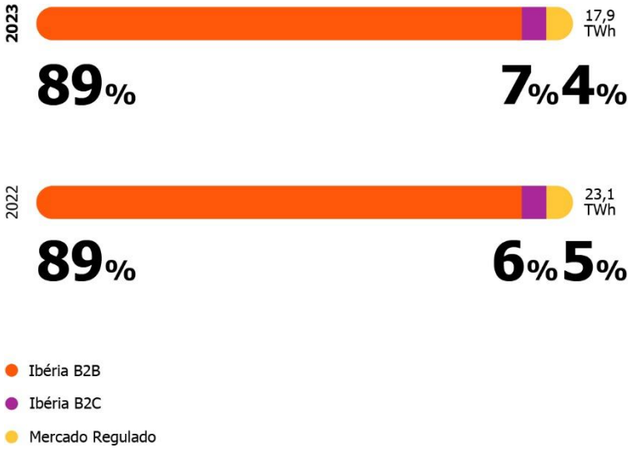
Os volumes de produtos petrolíferos vendidos a clientes diretos diminuíram 4% face ao período homólogo, para um total de 7,1 mton, refletindo o melhor desempenho do setor B2C em Portugal no período. No entanto, esta evolução foi compensada pelo ambiente de procura menos favorável em alguns segmentos empresariais em Espanha.

As vendas de gás natural a clientes diretos ascenderam a 13,8 TWh, um decréscimo de 5,2 TWh face ao período homólogo. Esta evolução reflete uma menor procura na Península Ibérica. As vendas de eletricidade mantiveram-se estáveis face ao período homólogo, em 4,1 TWh, com a deterioração da procura no segmento empresarial em Portugal a ser compensada pelo crescimento significativo das vendas de eletricidade em Espanha.

Vendas de produtos petrolíferos



Vendas de gás natural e eletricidade



Mobilidade

A Galp é líder de mercado em Portugal, com uma das marcas mais reconhecidas e de maior confiança, sendo também um operador relevante em Espanha. A Galp fornece energia e serviços aos seus clientes de mobilidade através de produtos petrolíferos, mobilidade elétrica, novas energias, não combustíveis e produtos/serviços de conveniência.

No final de 2023, a rede comercial da Galp consistia num total de 1.257 estações de serviço na Península Ibérica, 697 das quais em Portugal. Em 2023, a Galp consolidou a sua posição no mercado português e manteve uma posição relevante em Espanha, atingindo uma quota de mercado de cerca de 26% e cerca de 4%, respetivamente.

A Galp tem 341 lojas de conveniência em Portugal e 371 em Espanha e tem vindo a renovar e a melhorar a sua rede, oferecendo também produtos e serviços diferenciados e otimizando a experiência do cliente. A Galp quer converter toda a sua atual rede de retalho ainda nesta década, sendo a digitalização a chave para simplificar e melhorar a jornada do cliente.

Para captar mais oportunidades de mercado, a Galp tem também vindo a explorar novas soluções. Estas incluem o alargamento da exploração no mercado da mobilidade elétrica, expandindo a sua rede de carregadores de veículos elétricos na Península Ibérica para 10.000 instalações até 2025. No final de 2023, tinha 4.827 pontos de carregamento instalados.



Reforço da transformação do conceito das lojas

A aposta na digitalização e na diversificação de serviços é central na estratégia de melhoria contínua da experiência dos clientes Galp. Os postos de abastecimento são a face mais visível dessa transformação, cada vez mais inovadores, multi-energéticos e focados na conveniência.

A Galp continua a investir em fortes parcerias nos vários segmentos de mercado, explorando oportunidades para melhorar o *cross-selling* e diferenciando a marca como prestador de serviços e retalhista diversificado. Em 2023, a Galp estabeleceu uma parceria com a Padaria Portuguesa, uma marca portuguesa de retalho alimentar bem estabelecida, para fornecer uma oferta personalizada de padaria e cafetaria em algumas das lojas. Através de uma parceria com a Amazon, a Inpost e os CTT (esta apenas em Portugal), está também a ser implementado o serviço de pontos de recolha ("cacifos") na rede de estações de serviço da Galp.

Mundo Galp

O Mundo Galp é o programa de fidelização de redes de retalho, lançado em 2021 e concebido para ser utilizado através da sua aplicação móvel e via web (www.mundo.galp.com).

A aplicação Mundo Galp contabilizou mais de 1,9 milhões de registos na Península Ibérica, mais do que duplicando a base de utilizadores da plataforma em relação ao ano anterior. Em parceria com o maior grupo de retalho alimentar em Portugal, a Sonae, a Galp pretende continuar a aumentar a relevância do Mundo Galp como instrumento de fidelização, e estabelecê-lo como uma plataforma chave para promover e entregar propostas de valor significativas aos clientes.

Mobilidade Elétrica

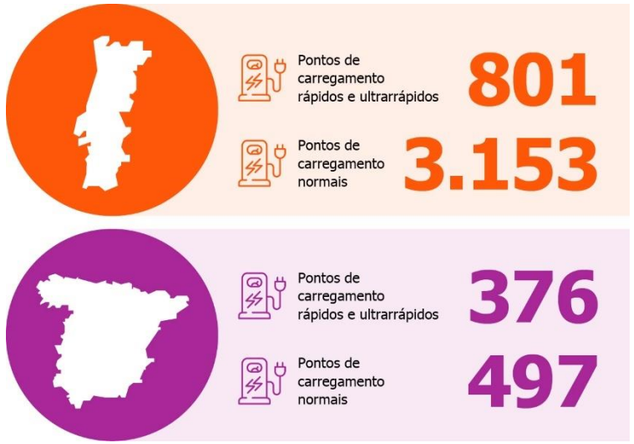
A Galp é um interveniente fundamental de Mobilidade Elétrica na Península Ibérica, operando quer como CPO (Operadora de Pontos de Carregamento), quer como Retalhista de Energia e fornecedor de soluções de carregamento.

Em 2023, a Galp atingiu uma quota de mercado de cerca de 17% na eletricidade em Portugal, o principal mercado onde opera. No mesmo período, a Galp tinha 4.827 pontos de carregamento na Península Ibérica. A Empresa detém atualmente a maior rede em Portugal, com 3.954 pontos de carregamento em operação, dos quais mais de 800 são pontos de carregamento rápido e ultrarrápido. A Galp está também a desenvolver a sua estrutura de rede em Espanha, com 873 pontos de carregamento já instalados.

Durante o ano passado, a Galp forneceu 17,2 GWh de eletricidade através da sua infraestrutura de carregamento, um aumento de 8,3 GWh face ao ano anterior.

Neste período, a Galp e a IKEA uniram-se numa parceria para criar a maior rede de pontos de carregamento em espaços privados para veículos elétricos em Portugal. O acordo prevê a instalação de cerca de 280 pontos de carregamento Galp nos parques de estacionamento das lojas IKEA.

A Empresa continuará focada na expansão da sua rede de pontos de carregamento na Península Ibérica, na sua própria rede de estações de serviço. A Galp irá também identificar locais adicionais, tanto em locais públicos como privados. A Empresa espera ter mais de 10.000 pontos de carregamento instalados na Península Ibérica até ao final de 2025, com este negócio a desempenhar um papel relevante na transformação do portefólio comercial da Galp para uma oferta de baixo carbono.



Residencial

A Galp está próxima dos seus clientes residenciais através da oferta integrada de gás natural, eletricidade e GPL na Península Ibérica. A Empresa presta ainda serviços que visam garantir a segurança, a eficiência e o conforto, bem como apoiar os clientes na adoção de novas soluções energéticas, como a energia solar fotovoltaica e os pontos de carregamento de mobilidade elétrica.

No negócio do GPL, as vendas da nova garrafa Pluma continuaram a aumentar. A Pluma, a primeira garrafa inteligente do mundo, lançada em 2022, permite ao cliente verificar o nível de gás em tempo real através da app Mundo Galp.

A Galp fornece gás natural e eletricidade a mais de 355.000 clientes na Península Ibérica e é um dos principais operadores neste mercado. Em Portugal, detém uma quota de mercado de cerca de 21% no mercado do gás natural e de cerca de 4% no mercado da eletricidade.

Em Espanha, a Galp está presente no mercado do gás e eletricidade através de uma participação de 25% num fornecedor digital, a PODO, que conta atualmente com 53 mil clientes numa plataforma digital que permite o fornecimento combinado de gás, eletricidade e serviços de forma mais ágil.

Galp Solar – soluções energéticas descentralizadas

A Galp desenvolveu uma solução descentralizada de produção de energia renovável, a Galp Solar, baseada em sistemas e serviços de produção de energia solar de menor escala, com o objetivo de maximizar o consumo e a eficiência energética tanto para o segmento B2C como B2B.

A Galp Solar recorre a tecnologias avançadas, tais como a análise de imagem de satélite, algoritmos de inteligência artificial e *big data*, para otimizar o custo de aquisição e instalação e painéis solares descentralizados, oferecendo ao cliente a resposta que melhor se adapta às suas necessidades.

Até ao final de 2023, a Galp tinha realizado 4.847 instalações em Portugal e 1.323 em Espanha. No final do ano, existiam 6.170 instalações no total, o que corresponde a uma capacidade instalada de aproximadamente 23 MW.

A Empresa prevê ainda o desenvolvimento de novos produtos e serviços, tais como baterias, carregadores de veículos elétricos e

soluções domésticas, para capturar o elevado potencial de mercado na Península Ibérica.

Empresarial

A oferta da Galp no segmento B2B na Península Ibérica abrange todo o portefólio, incluindo produtos petrolíferos como combustíveis, químicos e lubrificantes, bem como gás natural, eletricidade, novas energias e serviços. A Galp providencia uma oferta multi-energética integrada para as múltiplas necessidades das empresas, maximizando a criação de soluções de elevado valor acrescentado e apoiando os seus clientes na preparação do caminho para um futuro de baixo carbono.

Neste segmento, a Empresa serve milhares de clientes em toda a Península Ibérica numa variedade de sectores, incluindo os transportes, a marinha, a aviação, a indústria, os serviços e os sectores públicos.

Vendas Ibéricas de produtos petrolíferos no segmento B2B em 2023



- **44%** Transportes terrestres & distribuição
- **18%** Bancas marítimas
- **31%** Aviação
- **5%** Indústria
- **2%** Outros

A Empresa tem vindo a promover a criação de valor para os seus clientes, oferecendo soluções de eficiência energética, e produtos de baixo carbono, bem como serviços técnicos destinados a otimizar e reduzir o consumo de energia através da instalação de equipamento mais eficiente.

Depois de ter sido pioneira em Portugal no fornecimento de combustíveis sustentáveis para a aviação (SAF) e para o transporte marítimo (HVO), a Galp apresentou durante 2023 um novo gasóleo 100% renovável, em parceria com a Bosch e a TJA. O novo gasóleo 100% renovável da Galp é um biocombustível de baixo teor de carbono derivado de matérias-primas residuais ou avançadas, como óleos alimentares usados e resíduos de gordura animal, que permite uma redução das emissões de CO_2 até 90% (ciclo de vida do produto) em comparação com o gasóleo fóssil. A sua utilização em veículos com motores a gasóleo de combustão interna é idêntica à do gasóleo convencional.

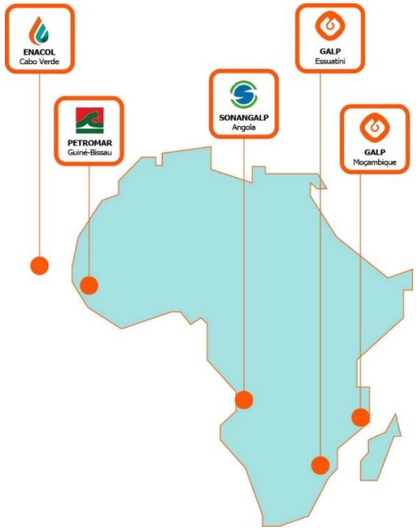
No segmento Empresarial, a oferta da Galp inclui ainda soluções de auditoria, formação e eficiência energética e certificação, bem como serviços técnicos que visam a otimização e redução do consumo de energia através da instalação de equipamentos mais eficientes, como iluminação, postos de carregamento e painéis solares, entre outros.

Internacional

A Galp está atualmente a operar em África através de participações em cinco empresas. É líder de mercado em Cabo Verde e na Guiné-Bissau e tem uma posição relevante nos restantes países onde atua. Cada empresa foca-se num país específico, permitindo às marcas ajustar o seu marketing e operações a diferentes cenários de mercado e maximizar o valor para os clientes em cada região.

A Empresa tem vindo a reforçar a sua posição num grupo restrito de países em África, onde se espera um crescimento significativo do mercado. A qualidade dos produtos, bem como a localização geográfica e as sinergias com as capacidades logísticas e comerciais existentes servem de verdadeiras vantagens competitivas fundamentais que contribuem para o desenvolvimento da presença da Galp nestes países.

Durante o ano, a Empresa manteve a sua rede, com um total de 206 estações de serviço e 140 lojas de conveniência espalhadas por cinco países africanos.



Daloop

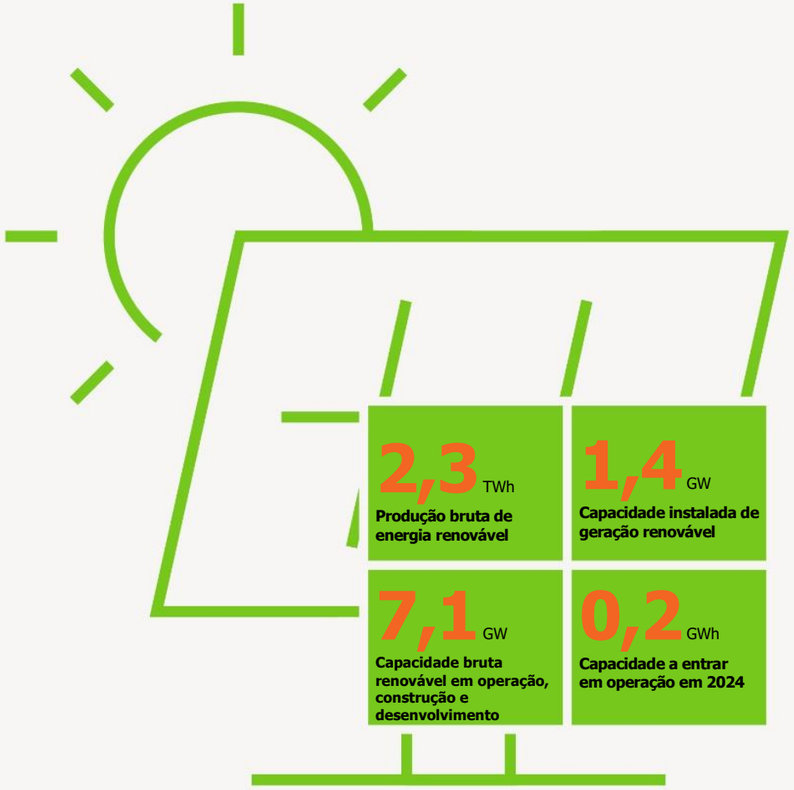
A Daloop oferece uma plataforma de software como serviço (SaaS) para gerir a infraestrutura de carregamento de veículos elétricos, as frotas e as pessoas que a utilizam. A Daloop fornece esta plataforma a várias entidades, tais como operadores de pontos de carregamento, fornecedores de mobilidade, eletricidade e instalações, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para expandir e implementar de forma segura soluções para o ecossistema de VE em rápido crescimento.

Em 2023, a Daloop apoiou de forma direta o negócio de Mobilidade Elétrica da Galp, assegurando ainda clientes internacionais. A Daloop continuará a desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento das capacidades digitais da Galp nos seus diferentes negócios e operações, enquanto expande as suas soluções SaaS para os mercados internacionais.

3.5 Renewables, Innovation & New Businesses

Destaques de 2023

- A produção de energia renovável registou um aumento de 21% face ao ano anterior, numa base comparável, sobretudo devido ao aumento da capacidade instalada.



- Foi inaugurado o primeiro parque solar integrado da Galp em Portugal, com uma capacidade total instalada de >140 MWp.
- A Galp avançou com os projetos de hibridização e armazenamento com 0,5 GW de hibridização eólica *onshore* em fase avançada e com a FID do projeto piloto de armazenamento
- Assinatura de um Memorando de Entendimento com a TES para a avaliação da instalação de unidades de reciclagem de baterias de iões de lítio na Península Ibérica
- O projeto Aurora progrediu em termos de engenharia e espera-se que o DFS esteja concluído no 1º trimestre de 2024
- O programa de Corporate Venture Capital investiu 5 milhões de dólares na inovadora tecnologia de electrolisadores da Verdagy para a produção de hidrogénio verde.

Principais indicadores

	2022	2023
Capacidade instalada de geração renovável[1] (GW)	1,4	1,4
Produção de energia renovável[1] (GWh)	1.930	2.338
Emissões de CO_2e evitadas (tonCO_2e)	309	271
RCA Ebitda (€m)	50	131
Pro-forma Renewables RCA Ebitda[2] (€m)	180	143
Pro-forma Renewables RCA Ebit[2] (€m)	148	35
Pro-forma Renewables OCF[2] (€m)	168	129
Investimento[3] (€m)	402	142

[1] Corresponde, numa base de 100%, à capacidade instalada dos projetos de produção de eletricidade renovável no final do ano.
[2] Pro-forma considera todos os projetos de Renováveis como se fossem consolidados de acordo com as participações da Galp.
[3] Inclui aumentos/reduções de investimentos, empréstimos e subscrições de capital a outras empresas (i.e. associadas e joint ventures).

Desenvolvimento de uma plataforma competitiva para apoiar a integração em toda a cadeia de valor

A unidade de Renewables & New Businesses tem como objetivo o desenvolvimento de um portefólio sustentável e diversificado de produção de energia renovável. Este objetivo é potenciado pela exploração de sinergias com os restantes negócios da Empresa. A Galp explora diferentes oportunidades de crescimento nos mercados em que está presente, dando origem a um portefólio único que é parte do trajeto de transição energética e das ambições de redução da intensidade de carbono da Galp. Além disso, a empresa identifica, avalia e desenvolve novas oportunidades de negócio no espaço energético, procurando maximizar a criação de valor dos negócios atuais.

Renewables

No âmbito da sua estratégia de baixo carbono, a unidade de Renewables & New Businesses, já implementou com sucesso um portefólio relevante e estabeleceu-se como um dos maiores produtores de energia solar fotovoltaica na Península Ibérica.

Em 2023, face a 2022, a Galp aumentou a sua produção global de energia renovável de 1,9 TWh para 2,3 TWh. A produção solar representa a quase totalidade da produção de renováveis da Galp.

O portefólio solar da Empresa inclui projetos em operação, em construção e em diferentes fases de desenvolvimento em Espanha, Portugal e Brasil.

Durante 2023, a Galp racionalizou o seu portefólio de projetos, aplicando um critério de investimento disciplinado e seletivo para garantir retornos adequados dos seus projetos. A Empresa pretende continuar a aumentar a sua posição nas renováveis enquanto executa de forma segura e atempada o seu *pipeline*. O plano de expansão é seletivo, centrado no *pipeline* existente, reduzindo a exposição ao risco e procurando opções de diversificação que se enquadrem estrategicamente no perfil do portefólio.

A estratégia da Galp para as renováveis envolve equilibrar a presença nos seus principais mercados, onde a integração pode representar uma vantagem competitiva, de forma a garantir um portefólio sustentável a longo prazo e ajustado ao perfil natural do mercado. A Galp está a desenvolver ativamente projetos de gestão de energia, de otimização da estrutura de capital e de rotação de ativos, alavancando o modelo de negócio integrado da Empresa.

A diversificação de tecnologias é importante para a construção de um negócio baixo carbono mais resiliente, onde se incluem a exploração de oportunidades de hibridização e armazenamento. A Galp já tem projetos de hibridização de 0,5 GW de energia eólica *onshore* em fase avançada de desenvolvimento e já tomou a decisão final de investimento para instalar um piloto de sistema de armazenamento de energia em baterias à escala da utilidade pública, sendo que ambos irão determinar a nossa estratégia de diversificação do portefólio.

O desenvolvimento e o aumento das energias renováveis serão cada vez mais importantes para a integração da Galp na cadeia de valor energética, prevendo-se que as necessidades de energia dos ativos industriais e dos clientes comerciais continuem a aumentar.

Portefólio de renováveis

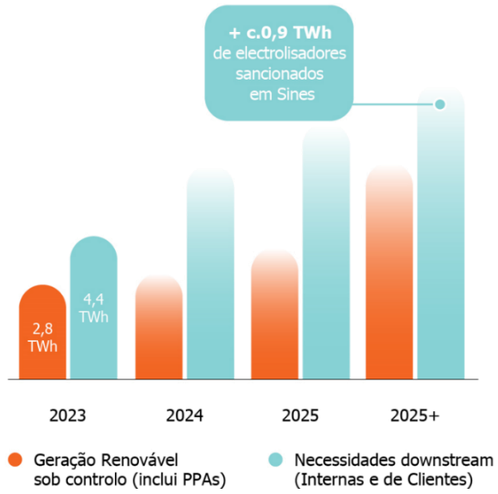
Capacidade Renovável da Galp (GW)	Em Operação	Em Construção	Em Desenvolvimento	Total
Bruto	**1,4**	**0,2**	**5,5**	**7,1**
Espanha	1,3	0,2	2,0	3,5
Portugal	0,2	0,0	0,8	1,0
Brasil	0,0	0,0	2,6	2,6

Considera um portefólio de projetos em fases muito iniciais de desenvolvimento e sem compromissos significativos, estando o desenvolvimento até à fase de construção dependente da avaliação da Empresa.

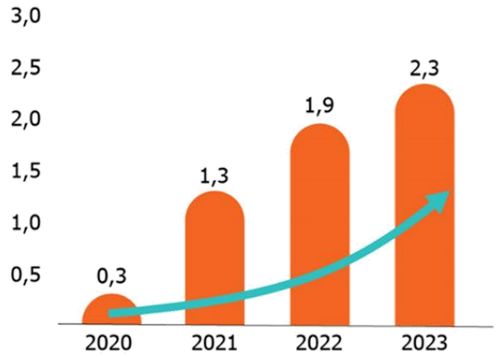
Projeto	País	Região	Capacidade (MW)	Estado
Projetos em operação e construção				
Alcazar	Espanha	Castile la Mancha	190	Operacional
Alcazar I, II, III	Espanha	Castile la Mancha	150	Operacional
Almaraz	Espanha	Caceres	50	Construção
Aragón	Espanha	Aragon	725	Operacional
Ictio Solar	Espanha	Castile la Mancha	50	Operacional
Logro	Espanha	Aragon	50	Operacional
Manzanares	Espanha	Castile la Mancha	36	Operacional
Perea & Vegon	Espanha	Castile la Mancha	100	Construção
Pitarco	Espanha	Aragon	62	Operacional
Toledo & Ahin	Espanha	Castile la Mancha	65	Construção
Alco	Portugal	Algarve	144	Operacional
Vale Grande (vento)	Portugal	Coimbra	12	Operacional

Em 2023, a Galp geriu 2,8 TWh, incluindo c.0,5 TWh de PPAs de terceiros, enquanto as suas necessidades energéticas ascenderam a 4,4 TWh.

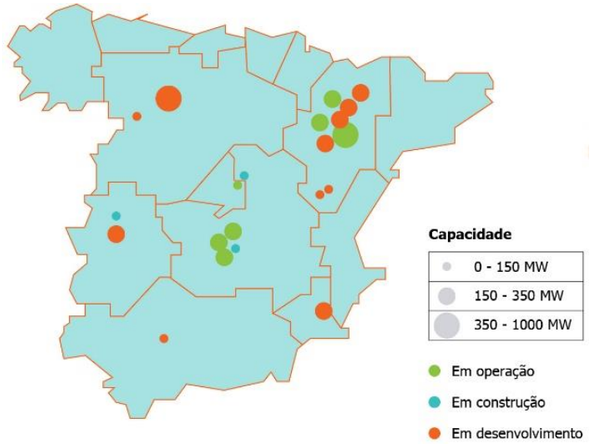
Desenvolvimento orgânico do portefólio



Produção de eletricidade renovável (TWh)

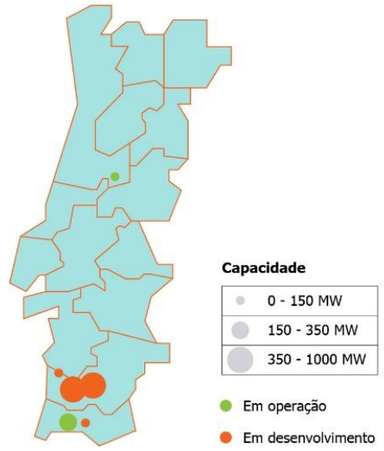


Espanha



A *pipeline* solar de renováveis da Galp em Espanha é inteiramente solar com 3,5 GWp, dos quais 1,3 GWp estão instalados e em operação. No ano transato, os persistentes atrasos no licenciamento continuaram a impactar a instalação de nova capacidade e o início da construção da mesma. Ainda assim, durante o último trimestre, a Galp acrescentou com sucesso 50 MWp à sua capacidade total instalada e, em 2023, a produção total de energia solar em Espanha ascendeu a 2,1 TWh, o que representa um aumento de 12 % em relação a 2022.

Portugal



Em Portugal, o portefólio solar fotovoltaico da Galp inclui uma central de >140 MWp em Alcoutim, o primeiro projeto solar da Galp no país, onde será também implementado o primeiro projeto-piloto de armazenamento de baterias. O *pipeline* solar português inclui ainda cerca de 430 MWp em Ourique e 10 MWp em Odemira, ambos no Alentejo, que se encontram em diferentes fases de desenvolvimento. Para além do portefólio solar em Portugal, a Galp detém ainda um parque eólico de cerca de 10 MW a operar em Arganil.

2023 foi o primeiro ano completo de produção solar da Galp em Portugal, tendo a geração de renováveis ascendido a aproximadamente 260 GWh.

New Businesses

A Galp está a identificar e a desenvolver ativamente novas oportunidades de negócio com potencial de crescimento e rentabilidade em áreas relacionadas com a sustentabilidade, a transição energética, os transportes, as infraestruturas e a produção.

Cadeia de Valor das Baterias

As tecnologias de armazenamento de energia irão desempenhar um papel fundamental no caminho para uma transição sustentável, uma vez que a UE pretende tornar-se ativa na produção de baterias de iões de lítio e na mobilidade elétrica. O caminho da Europa para o *net zero* requer um grande incentivo no sentido da eletrificação das indústrias, e os transportes e a mobilidade elétrica foram identificados como as áreas de onde se podem tirar os maiores benefícios.

Portugal tem potencial para desenvolver uma cadeia de valor integrada graças à disponibilidade de recursos endógenos renováveis, a disponibilidade de espodumena de lítio, capacidade automóvel próxima, infraestruturas e localização geográfica. A Galp encontra-se numa posição privilegiada para participar no desenvolvimento de uma cadeia de valor local e integrada devido à sua experiência na operação de grandes negócios industriais e processos químicos, na obtenção e comercialização de matérias-primas, *know-how* nas energias renováveis e uma mão-de-obra altamente qualificada.

A Galp deu um primeiro passo significativo para se tornar pioneira no que toca ao processamento de lítio da cadeia de valor das baterias. A *joint venture* 50/50 entre a Galp e a Northvolt ("Aurora JV") foi concluída do ponto de vista jurídico em 2022, tendo sido feitos progressos significativos no projeto de construir e colocar em funcionamento uma instalação de processamento de lítio em Portugal, capaz de produzir anualmente até 35 kton de hidróxido de lítio, que podem representar 50 GWh em produção de baterias por ano (aproximadamente 700 mil veículos elétricos por ano).

Este projeto utilizará um processo de conversão comprovado, aproveitando os recentes avanços e tecnologias de processamento para aumentar a sustentabilidade e eficiência. Além disso, a Aurora JV procura fazer uso de energia verde para alimentar o processo de conversão, minimizando assim a dependência do gás natural como acontece na abordagem convencional. O projeto está a avançar, com o objetivo de desenvolver um plano de engenharia sólido para garantir a qualidade da execução do projeto. Prevê-se que o estudo de viabilidade definitivo esteja concluído no primeiro semestre de 2024.

Para além do processamento de lítio, a Galp está também a avaliar a possibilidade de entrar noutras fases da cadeia de valor das baterias. Em 2023, a Empresa assinou um Memorando de Entendimento com a empresa de reciclagem de baterias TES, sediada em Singapura, para avaliar em conjunto a viabilidade de lançar uma operação de reciclagem de baterias de iões de lítio na Península Ibérica.

A Galp continua a explorar outras oportunidades de negócio na crescente cadeia de valor das baterias, aproveitando o *know-how* e a robustez da rede adquirida ao desenvolver o projeto Aurora, e o atual apoio social, político e financeiro de projetos que permitem a transição energética.

Corporate Venture Capital e Outros Negócios

Após a execução do primeiro compromisso de *Venture Capital* da Galp em 2020 para o Fundo Europeu da empresa norte-americana Energy Impact Partners, e a assinatura em 2022 do primeiro investimento na produtora de materiais avançados 6K, Inc., em 2023 a Galp assegurou o seu segundo investimento direto de *Venture Capital*.

A Galp investiu $5 m na Verdagy para acelerar o desenvolvimento e comercialização de um módulo eletrolisador menos dependente de matérias-primas do que outras tecnologias de eletrólise. Espera-se que esta tecnologia reduza significativamente o capex e o opex de um eletrolisador.

Depois de validar a tecnologia, a 6K Inc. abriu agora caminho com a sua primeira unidade industrial para produzir materiais de bateria limpos e de baixo custo à escala no Tennessee, EUA, com o início das operações previsto para 2025. Esta unidade tem como objetivo ser a primeira de uma série de fábricas e fornece um modelo para uma replicação rápida.

Ao longo do ano, a Galp continuou a monitorizar e avaliar oportunidades de investimento direcionadas a áreas de elevada relevância estratégica para as ambições da Empresa na transição energética. Além da atratividade financeira dos investimentos de capital de risco da Galp, a exposição ao ecossistema empreendedor e inovador resultou em diversas colaborações comerciais, com start-ups inovadoras, bem como ideias relevantes para o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio.

Inovação

A missão da Equipa de Inovação é criar oportunidades que apoiem as Unidades de Negócio com novas soluções e com a transição para uma energia mais limpa e uma descarbonização mais rápida, em linha com a estratégia da Empresa. Ao experimentar novas ideias e colaborar com a comunidade de inovação, a Galp pretende testar e validar soluções que tenham o intuito de gerar novos fluxos de lucro.

Através da sua equipa de Inovação, a Galp reforça também as suas parcerias com clientes, fornecedores, centros de investigação e universidades para acelerar a transição energética e oferecer soluções energéticas eficientes.

Os nossos projetos de inovação dão prioridade à otimização dos processos, à promoção da circularidade e da sustentabilidade e à integração inteligente de recursos e materiais.

Em 2023, o modelo de inovação da Galp concluiu com sucesso 12 projetos inovadores com impacto, trabalhou com mais de 55 *startups* e com mais de 100 instituições de investigação. Além disso, foram expandidos 5 projetos de inovação, os quais deram origem a oportunidades de negócio promissoras.

Mais de metade dos novos projetos em 2023 centraram-se na redução das emissões de carbono.

RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO 2023

DELIVERING ENERGY FOR BALANCE



4. Desempenho financeiro

4.1 **Destaques de 2023**

O Ebitda RCA da Galp foi de €3.558 m, refletindo um desempenho operacional robusto em todas as unidades de negócio, enquanto o OCF foi de €2.269 m

O *capex* económico alcançou os €1.076 m, maioritariamente canalizado para o crescimento do upstream, para a transformação do downstream e para a construção de capacidade nas renováveis. Os investimentos em Portugal representaram 1/3 do total das despesas, sendo a maior parte gasta na FID de dois projetos de classe mundial em Sines, nomeadamente eletrolisadores de 100 MW para a produção de hidrogénio verde e uma unidade avançada de biocombustíveis (HVO/SAF), no crescimento da mobilidade elétrica e na modernização da rede de retalho.

O investimento líquido (*net capex*) totalizou €859 m, tendo em conta €209 m em adiantamentos e outros recebimentos relacionados com a alienação em curso dos ativos angolanos de upstream.

O *Free Cash Flow* da Galp em 2023 foi de €1.373 m, tendo servido para pagar dividendos de interesses que não controlam no valor de €169 m, dividendos aos acionistas no valor de €422 m, e um programa de recompra de ações de €500 m.

A dívida líquida foi reduzida para €1,4 bn, fortalecendo a situação financeira da Galp à medida em que se executa o ambicioso plano de crescimento e investimento transformacional. No final do período, a dívida líquida para Ebitda RCA era de 0,4x.

Ebitda e Ebit por segmento de negócio em 2023

€m

	Ebitda IFRS	Efeito *stock*	Ebitda RC	Eventos especiais	Ebitda RCA
Galp	3.710	59	3.769	(211)	3.558
Upstream	2.488	-	2.488	(225)	2.263
Industrial & Midstream	886	43	929	-	929
Commercial	275	15	290	13	303
Renewables & New Businesses	131	-	131	-	131
Outros	(69)	(0)	(69)	-	(69)

€m

	Ebit IFRS	Efeito stock	Ebit RC	Eventos especiais	Ebit RCA
Galp	2.618	59	2.676	(207)	2.469
Upstream	1.960	-	1.960	(221)	1.739
Industrial & Midstream	650	43	693	-	693
Commercial	117	15	132	13	145
Renewables & New Businesses	18	-	18	-	18
Outros	(126)	(0)	(126)	-	(126)

4.2 **Desempenho operacional**

Upstream

O Ebitda RCA foi de €2.263 m, tendo decrescido 27% face ao período homólogo, excluindo qualquer contribuição dos ativos de upstream Angolanos e tendo também em conta a diminuição dos preços do petróleo e gás.

Os custos de produção atingiram os €105 m, excluindo locações IFRS 16, ou $2,6/boe numa base *net entitlement*. As locações IFRS 16 durante o período ascenderam a €158 m.

Os encargos com amortizações e depreciações (incluindo direitos de utilização de ativos) totalizaram €524 m, o que representa uma redução relativamente ao período homólogo, como resultado da classificação dos ativos angolanos como para venda e considerando as imparidades de exploração e avaliação registadas ao longo de 2022. Numa base *net entitlement*, o DD&A foi de $12,7/boe.

O Ebit RCA foi de €1.739 m, um decréscimo de 22% face ao período homólogo, enquanto o Ebit IFRS foi de €1.960 m, com eventos especiais, relacionados sobretudo com os ativos de upstream Angolanos, contabilizados em "ativos não correntes detidos para venda" até à conclusão da transação.

Industrial & Midstream

O Ebitda RCA da unidade Industrial & Midstream foi de €929 m, um aumento de €478 m face ao período homólogo, refletindo sobretudo a maior contribuição das atividades de comercialização de Midstream. O OCF foi de €764 m.

A margem de refinação da Galp diminuiu 5% face ao período homólogo, para os $11,0/boe, com os cracks internacionais de produtos petrolíferos menos favoráveis a serem parcialmente mitigados pela normalização dos custos energéticos. Os custos de caixa unitários de refinação aumentaram face ao período homólogo para $4,5/boe, refletindo as atividades de manutenção planeadas realizadas em Sines durante o 1T23 e o 4T23, e impactados pela inflação.

O Midstream foi impulsionado pelo desempenho robusto das atividades de comercialização de gás natural, após impactos significativos não planeados resultantes do contexto do mercado do gás em 2022, bem como pelo contributo positivo do aprovisionamento e comercialização de petróleo e eletricidade.

O Ebit RCA foi de €693 m, apesar de incluir imparidades e provisões de €116 m durante o ano. O Ebit IFRS foi de 650€ m.

Commercial

O Ebitda RCA aumentou 2% face ao período homólogo, atingindo os €303 m. Este valor deveu-se à maior contribuição dos negócios não-combustíveis e de menor carbono, os quais já representam 33% do Ebitda da Commercial, e beneficiou de um desempenho recorde em segmentos como a conveniência, o gás e a eletricidade.

O Ebit RCA foi de €145 m, um aumento de 94% face ao período homólogo, tendo em conta as imparidades registadas no 4T22. O Ebit IFRS foi de €117 m.

Renewables & New Businesses

O Ebitda RCA de Renewables & New Businesses foi de €131 m. Durante o período, o preço de venda da Galp foi de €80/MWh, abaixo dos €143/MWh registados em 2022, refletindo sobretudo os preços mais baixos no mercado grossista ibérico.

O Ebit RCA foi de €18 m, incluindo €59 m de imparidades relacionadas com o portefólio de renováveis em desenvolvimento no Brasil, face às condições de mercado adversas no país.

O OCF ascendeu a €138 m. Com base nos últimos 12 meses, atingiu-se um retorno de 14% sobre o capital investido de €0,9 bn (em ativos operacionais a 31 de dezembro de 2023).

4.3 **Rendimentos consolidados**

Resultados consolidados (RCA, exceto indicação em contrário)

€m

	2022	2023	% Var.
Volume de negócios	26.840	20.769	(23%)
Custo das mercadorias vendidas	(20.956)	(14.523)	(31%)
Fornecimentos e serviços externos	(1.888)	(2.167)	15%
Custos com pessoal	(370)	(449)	22%
Outros proveitos (custos) operacionais	232	(30)	n.m.
Perdas por imparidade de contas a receber	(9)	(43)	n.m.
Ebitda RCA	**3.849**	**3.558**	**(8%)**
Ebitda IFRS	**3.885**	**3.710**	**(4%)**
Depreciações, amortizações e imparidades	(1.380)	(983)	(29%)
Provisões	(124)	(105)	(15%)
Ebit RCA	**2.345**	**2.469**	**5%**
Ebit IFRS	**2.381**	**2.618**	**10%**
Resultados de empresas associadas	166	2	(99%)
Resultados financeiros	(154)	(62)	(60%)
Juros líquidos	(16)	6	n.m.
Capitalização de juros	30	49	62%
Diferenças de câmbio	10	30	n.m.
Mark-to-market de derivados	(80)	-	n.m.
Juros de locações (IFRS 16)	(85)	(102)	21%
Outros custos/proveitos financeiros	(13)	(44)	n.m.
Resultados antes de impostos e interesses minoritários RCA	**2.358**	**2.409**	**2%**
Impostos	(1.254)	(1.227)	(2%)
Impostos sobre a produção de petróleo e gás natural[1]	(843)	(615)	(27%)
Interesses que não controlam	(223)	(180)	(19%)
Resultado líquido RCA	**881**	**1.002**	**14%**
Eventos não recorrentes	560	278	(50%)
Resultado líquido RC	**1.440**	**1.280**	**(11%)**
Efeito *stock*	35	(38)	n.m.
Resultado líquido IFRS	**1.475**	**1.242**	**(16%)**

[1] Inclui impostos sobre a produção de petróleo e gás natural, tais como a Participação Especial aplicável no Brasil e o Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP) em Angola.

O Ebitda RCA foi de €3.558 m, um decréscimo de 8% face ao período homólogo, com a continuação do bom desempenho operacional derivado de preços de *commodities* mais baixos, bem como dos efeitos da exclusão da contribuição do Upstream angolano.

Na sequência do Ebitda RCA, o Ebit RCA foi de €2.469 m, embora esse valor inclua €265 m de imparidades e provisões.

Os resultados financeiros foram de €-62 m, com os juros sobre locações a serem parcialmente compensados pelos ganhos cambiais.

Os impostos RCA mantiveram-se nos €1.227 m, valor semelhante ao do período homólogo, o que reflete impostos extraordinários de €75 m aplicáveis às atividades ibéricas (extraordinário, CESE e FNEE), bem como €64 m relacionados com a taxa temporária sobre as exportações de petróleo no Brasil, em vigor desde março até ao final de junho.

Os interesses que não controlam foram de €-180 m, relativos à participação da Sinopec na Petrogal Brasil.

O resultado líquido RCA foi de €1.002 m, enquanto que o resultado líquido IFRS foi de €1.242 m, tendo em conta um efeito stock de €-38 m e eventos especiais de €278 m.

4.4 **Investimento**

O investimento totalizou €1.076 m em 2023, não considerando desinvestimentos. O Upstream totalizou 54% dos investimentos totais, enquanto as atividades downstream representaram 29%, e Renewables & New Businesses 13%.

Os investimentos Upstream focaram-se principalmente no Brasil, nomeadamente no projeto Bacalhau e BM-S-11, bem como no início da campanha de prospeção na Namíbia.

Os investimentos em Industrial & Midstream destinaram-se sobretudo a iniciativas de melhoria da eficiência do sistema de refinação e à realização de atividades de manutenção.

Os investimentos na Commercial centraram-se na transformação do negócio.

Os investimentos no segmento Renewables & New Businesses foram direcionados para a execução de projetos solares.

Em 2023, o capex aplicado aos desenvolvimentos na área da energia de baixo ou zero carbono representou 21% do total de investimentos, com cerca de 1/3 dos investimentos a serem aplicados em Portugal.

Investimento por segmento

€m

	2022	2023	Var.
Upstream	640	585	(9%)
Industrial & Midstream	72	196	n.m.
Commercial	113	111	(2%)
Renewables & New Businesses	402	142	(65%)
Outros	39	41	7%
Capex[1]	**1.265**	**1.076**	**(15%)**

[1] Valores de Capex com base na variação dos ativos durante o período.

4.5 *Cash flow*

O OCF da Galp foi de €2.269 m, suportado pelo desempenho robusto do negócio e apesar do aumento dos pagamentos de impostos, onde se incluem €207 m relativos a impostos extraordinários, nomeadamente o imposto extraordinário ibérico, a taxa temporária brasileira sobre as exportações de petróleo e a CESE.

O capex líquido totalizou €859 m, incluindo um encaixe de €209 m referente ao acordo de alienação dos ativos upstream angolanos, nomeadamente o seu pagamento inicial, em conjunto com as distribuições intercalares das subsidiárias detidas para venda (a deduzir ao preço de venda acordado aquando da conclusão).

O FCF foi de €1.373 m. Os dividendos aos acionistas e aos interesses que não controlam totalizaram €422 m e €169 m, respetivamente, e foi executado um programa de recompra de ações no valor de €500 m. A dívida líquida diminuiu €155 m em relação ao final do ano anterior.

Cash flow (valores em IFRS, exceto indicação em contrário)

€m

	2022	2023
Ebitda RCA	3.849	3.558
Dividendos de empresas associadas	26	31
Impostos pagos	(1.087)	(1.320)
Fluxo de caixa operacional ajustado[1]	**2.788**	**2.269**
Eventos especiais	-	(13)
Efeito stock	36	(59)
Variação de fundo de maneio	247	179
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**3.071**	**2.376**
Investimento líquido	(1.266)	(859)
dos quais Desinvestimentos[2]	-	209
Despesas financeiras líquidas	(39)	(42)
Juros de locações (IFRS 16)	(85)	(102)
Fluxo de caixa livre	**1.681**	**1.373**
Dividendos pagos a interesses que não controlam[3]	(245)	(169)
Dividendos pagos a acionistas da Galp	(420)	(422)
Recompras[4]	(150)	(500)
Pagamentos de locações (IFRS 16)	(132)	(157)
Outros	69	30
Variação da dívida líquida	**(802)**	**(155)**

[1] Considera ajustes para excluir a contribuição dos ativos angolanos detidos para venda.
[2] 2023 inclui receitas da venda dos ativos upstream Angolanos.
[3] Sobretudo dividendos pagos à Sinopec.
[4] Referente ao ano fiscal de 2022, o programa de recompra de ações no valor de €500 m teve o seu início em fevereiro e foi finalizado em dezembro de 2023. Após finalização do programa, a Galp adquiriu o equivalente a 5,16% do seu capital próprio na altura. Todas as ações foram recompradas com o propósito de serem canceladas.

4.6 **Situação financeira**

A 31 de dezembro de 2023, os ativos fixos líquidos eram de €7.273 m m, incluindo investimentos em curso no valor de €2,5 bn, maioritariamente relacionados com o negócio de Upstream. Os direitos de utilização de ativos aumentaram na sequência do reconhecimento da IFRS 16 para a FLNG Coral Sul, no montante de €475 m (o que levou também a um aumento das obrigações relativas a locações IFRS 16).

Os ativos/passivos detidos para venda estão relacionados, na sua totalidade, com a posição líquida do portefólio de Upstream de Angola.

O Capital Próprio aumentou €214 m face ao período homólogo, uma consequência do resultado líquido IFRS e dos resultados atribuídos a participações minoritárias no período. No entanto, foi parcialmente mitigado por dividendos aos acionistas e interesses que não controlam, e pelo programa de recompra de ações.

Situação financeira consolidada

€m

	2022	2023	Var.
Ativo fixo líquido	6.876	7.273	397
Ativos de direitos de uso (IFRS 16)	1.116	1.630	514
Fundo de maneio	1.632	1.453	(179)
Outros ativos/passivos	(2.089)	(2.257)	(167)
Ativos/passivos detidos para venda	413	440	27
Capital empregue	**7.948**	**8.540**	**592**
Dívida de curto prazo	800	575	(225)
Dívida de médio-longo prazo	3.187	3.026	(162)
Dívida total	**3.987**	**3.600**	**(387)**
Caixa e equivalentes	2.432	2.200	(232)
Dívida líquida	**1.555**	**1.400**	**(155)**
Passivos de locações (IFRS 16)	1.277	1.810	533
Capital próprio	5.117	5.330	214
Capital próprio, dívida líquida e locações	**7.948**	**8.540**	**592**

RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO 2023

DELIVERING ENERGY FOR PEOPLE



5. Governo Societário

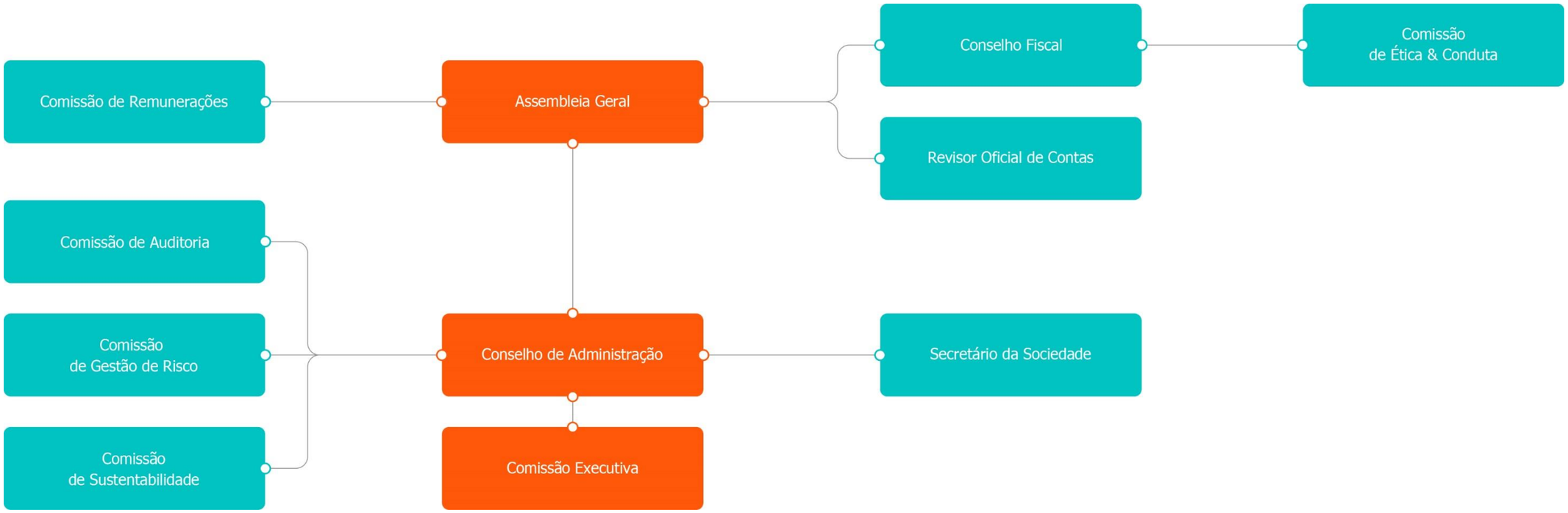
5.1 **Modelo de governo**

A Galp adota o modelo de governo societário clássico, que compreende:

- Assembleia Geral, que reúne os acionistas da Sociedade;
- Administração, correspondente a um Conselho de Administração e uma Comissão Executiva com poderes delegados;
- Fiscalização, que compreende um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas; e
- Secretário da Sociedade, encarregue do apoio especializado aos órgãos sociais.

O modelo de governo da Galp visa a transparência e eficácia do funcionamento do Grupo Galp, assente numa separação de poderes de gestão e de fiscalização. Enquanto o Conselho de Administração desempenha funções de supervisão, de controlo e de acompanhamento das orientações estratégicas, as funções da Comissão Executiva – delegadas pelo Conselho de Administração – são de natureza operacional e consistem na gestão corrente dos negócios e do centro corporativo.

Os poderes de supervisão do Conselho de Administração são reforçados pela existência de um *Lead Independent Director* e de três comissões criadas no seio do Conselho de Administração, compostas exclusivamente por administradores não executivos. Estas comissões providenciam suporte nos temas-chave relacionados com o seu papel de supervisão.



A Sociedade tem ainda outras comissões especializadas dedicadas a temas relevantes, nomeadamente a Comissão de Ética e Conduta e a Comissão de Remuneração.



Competências				
Comissão de Ética e Conduta	**Comissão de Remunerações**	**Comissão de Auditoria**	**Comissão de Gestão de Risco**	**Comissão de Sustentabilidade**
Monitorização da implementação do Código de Ética e Conduta, esclarecimento de questões sobre a sua aplicação e receção e tratamento de comunicações de irregularidades através da linha de ética "Open Talk".	Proposta à Assembleia Geral da política de remunerações dos membros dos órgãos sociais e avaliação do desempenho anual dos administradores executivos.	Monitorização da supervisão do sistema de auditoria interna.	Monitorização do sistema de gestão de risco da Galp.	Monitorização da integração dos princípios de sustentabilidade no processo de gestão.

Para mais informações sobre o modelo de governo, consulte a Parte III deste relatório – Relatório de Governo Societário.

5.2 **Órgãos sociais**

Conselho de Adminstração



Paula Amorim
Presidente não executivo
Presidente da Comissão de Auditoria

Primeira nomeação: 24 Abril 2012
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Adolfo Mesquita Nunes
Lead Independent Director

Primeira nomeação: 12 Abril 2019
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Cristina Neves Fonseca
Vogal do Conselho de Administração
Presidente da Comissão de Sustentabilidade

Primeira nomeação: 12 Abril 2019
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Javier Cavada Camino
Vogal do Conselho de Administração

Primeira nomeação: 17 Dezembro 2021
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Cláudia Almeida e Silva
Vogal do Conselho de Administração
Membro da Comissão de Auditoria

Primeira nomeação: 29 Abril 2022
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Fedra Ribeiro
Vogal do Conselho de Administração
Membro da Comissão de Sustentabilidade

Primeira nomeação: 3 Maio 2023
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Ana Zambelli
Vogal do Conselho de Administração
Presidente da Comissão de Gestão de Risco

Primeira nomeação: 3 Maio 2023
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Filipe Silva
CEO da Comissão Executiva

Primeira nomeação: 26 Julho 2012
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Maria João Carioca
CFO

Primeira nomeação: 3 Maio 2023
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Georgios Papadimitriou
Diretor Executivo, Renewables & New Businesses

Primeira nomeação: 1 Janeiro 2022
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Ronald Doesburg
Diretor Executivo, Industrial

Primeira nomeação: 3 Maio 2023
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Rodrigo Vilanova
Diretor Executivo, Energy Management

Primeira nomeação: 3 Maio 2023
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



João Diogo Silva
Diretor Executivo, Commercial

Primeira nomeação: 3 Maio 2023
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Marta Amorim
Vogal do Conselho de Administração

Primeira nomeação: 14 Outubro 2016
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Francisco Teixeira Rêgo
Vogal do Conselho de Administração

Primeira nomeação: 16 Abril 2015
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Carlos Pinto
Vogal do Conselho de Administração
Membro da Comissão de Gestão de Risco

Primeira nomeação: 12 Abril 2019
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Jorge Seabra
Vogal do Conselho de Administração
Membro da Comissão de Auditoria

Primeira nomeação: 23 Novembro 2012
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Diogo Tavares
Vogal do Conselho de Administração
Membro da Comissão de Sustentabilidade

Primeira nomeação: 22 Fevereiro 2006
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026



Rui Paulo Gonçalves
Vogal do Conselho de Administração
Membro da Comissão de Gestão de Risco

Primeira nomeação: 6 Maio 2008
Data término do prazo: 31 Dezembro 2026

- Presidente do Conselho de Administração
  Presidente da Comissão de Auditoria
- Membro Independente [1]
- Membro Executivo
- Outros Membros

[1] De acordo com os critérios de aferição de independência dos membros não executivos do Conselho de Administração referidos no Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance

O Conselho de Administração inclui 13 administradores não executivos, o que representa 68% do número total de administradores. Seis dos quais são independentes (46%). Este é um número adequado de administradores não executivos e independentes, tendo em conta o modelo de governo adotado pela Sociedade, a estrutura acionista da Galp, o respetivo *free float*, a dimensão da Sociedade e a complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, de acordo com as recomendações do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

Diversidade no Conselho de Administração

- Faixa etária: 36 a 78;
- Género: 37% feminino;
- Geográfica: 6 países; e
- Independência: 46% dos administradores não executivos.

A Política de Diversidade nos órgãos de administração e fiscalização aprovada pelo Conselho de Administração a 15 de dezembro de 2017 teve impacto nas nomeações de membros do Conselho de Administração efetuadas desde essa data. Indivíduos eleitos para o Conselho de Administração, para além de diversidade de idade, de género, e geográfica, possuem diferentes competências, formação académica e experiência profissional, conforme podemos ver na figura abaixo. Enquadram-se nas atividades e estratégia da Galp, trazendo uma diversidade efetiva ao Conselho de Administração, que desempenha um papel relevante no processo decisório da Sociedade.

Poderes do Conselho de Administração

- Supervisão, controlo e acompanhamento das orientações estratégicas;
- Acompanhamento da gestão e do relacionamento entre os acionistas e os restantes órgãos sociais; e
- Decisão sobre matérias da competência exclusiva (não delegadas na Comissão Executiva) e que lhe permitem promover a definição e o acompanhamento das orientações estratégicas da Galp.

Para mais informações sobre os poderes dos membros do Conselho de Administração, consulte a secção 19 da Parte III do presente relatório – Relatório de Governo Societário.

Eleição

Nos termos da legislação portuguesa e dos Estatutos da Sociedade, os membros do Conselho de Administração são eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral, por um período de quatro anos civis, mediante listas, incidindo o voto sobre a totalidade da lista e não sobre cada um dos seus membros.

A continuidade em funções de cada administrador depende de uma apreciação anual do seu desempenho. Esta é determinada por um voto de louvor e/ou de confiança. A ausência de uma apreciação anual positiva, através da atribuição de um voto de desconfiança, pode conduzir à destituição do administrador em causa, nos termos legalmente previstos.

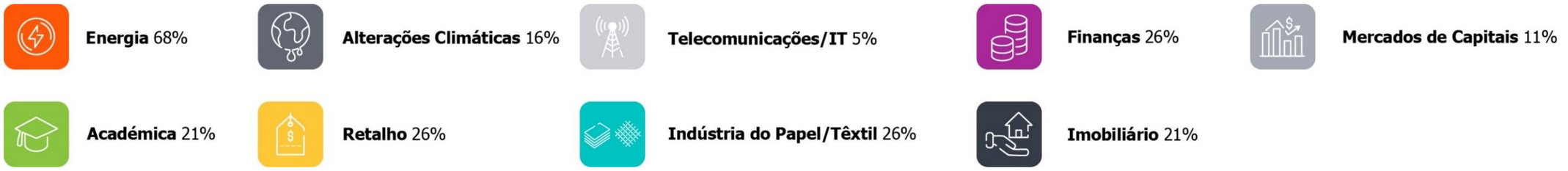
Limitação de cargos

Todos os membros do Conselho de Administração devem ter a disponibilidade necessária para o exercício das suas funções. Assim, o respetivo regulamento interno determina que os administradores não executivos não devem exercer funções de administração em mais de quatro sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado que não integrem o Grupo Galp.

Avaliação de desempenho

O Conselho de Administração avalia anualmente o seu desempenho e o desempenho das suas comissões. Esta avaliação tem em conta o cumprimento do plano estratégico e do orçamento da Sociedade, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para esses objetivos, bem como as relações do próprio Conselho de Administração com as suas comissões.

- Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 2023: 9
- Deliberações aprovadas por voto expresso por correspondência eletrónica em 2023: 2
- Assiduidade: 97% (não contando as presenças por representação).



Poderes da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é responsável pela gestão corrente dos negócios e do centro corporativo, de acordo com a delegação de poderes, as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração e a afetação funcional de poderes relativa aos negócios e atividades da Sociedade e das sociedades do Grupo a cada membro da Comissão Executiva pelo Presidente da Comissão Executiva (CEO).

Avaliação de desempenho

Os administradores executivos são avaliados anualmente pela Comissão de Remunerações, em função do cumprimento de determinados objetivos económicos, financeiros, operacionais e de segurança e sustentabilidade ambiental. Estes são definidos pela política de remunerações proposta pela Comissão de Remunerações e aprovada em Assembleia Geral.

Limitação de cargos

De acordo com o regulamento interno do Conselho de Administração, os membros da Comissão Executiva não devem exercer funções executivas em sociedades cotadas que não integrem o Grupo Galp.

- Reuniões da Comissão Executiva realizadas em 2023: 28
- Deliberações aprovadas por voto expresso por correspondência eletrónica em 2023: 2
- Assiduidade: 100%

Comissão Executiva



CEO
Filipe Silva

- Upstream
- Estratégia & M&A
- Pessoas e Espaços
- Assuntos Jurídicos
- Relações Externas e Comunicação
- Segurança & Qualidade
- Brasil *Country Manager*
- Projeto Matosinhos



CFO
Maria João Carioca

- Finanças Corporativas
- Planeamento & *Performance*
- Contabilidade & Fiscalidade
- Relações com Investidores & Sustentabilidade
- Gestão de Risco & Controlo Interno
- Tecnologia, Dados & Transformação de Negócio
- *Procurement* & Contratação
- Auditoria Interna



EVP RINB
Georgios Papadimitriou

- Business Office RINB
- Renováveis
- Novos Negócios
- Aurora JV
- Inovação



EVP Industrial
Ronald Doesburg

- Business Office, Digital & HSE
- Refinação
- Otimização da Refinaria & Logística
- Project Office
- H2, HVO & e-fuels



EVP Energy Management
Rodrigo Vilanova

- Business Office EM
- Operações Comerciais
- Petróleo, Produtos & Biocombustíveis
- NG & LNG
- Euro Power
- Derivados & Produtos Ambientais
- Shipping & Otimização de Portfólio
- Fornecimento & Comércio nas Américas



EVP Commercial
João Diogo Silva

- Business Office Commercial
- Mobilidade
- Empresarial
- Residencial
- GMI
- Petróleo & Produtos Baixo Teor Carbónico
- Novas Energias
- Operações Digitais
- Apoio ao Cliente & HSE
- Marca, Marketing & Conveniência
- Daloop

Conselho Fiscal

Presidente:

- José Pereira Alves

Membros:

- Maria de Fátima Geada
- Pedro Antunes de Almeida

Poderes:

- Controlo da informação financeira da Sociedade;
- Fiscalização dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno, *compliance* e auditoria interna;
- Receção e tratamento de comunicações de irregularidades através da Comissão de Ética e Conduta;
- Selecionar e propor o Revisor Oficial de Contas à Assembleia Geral e a respetiva remuneração;
- Verificar e controlar a independência do Auditor Externo.

Revisor Oficial de Contas

Efetivo:

- Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., representada por Rui Abel Serra Martins

Suplente:

- Luís Pedro Magalhães Varela Mendes

Poderes:

- Controlo e revisão da informação financeira da Sociedade.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

- Ana Perestrelo de Oliveira

Vice-Presidente:

- José Costa Pinto

Secretária:

- Sofia Leite Borges

A Assembleia Geral é o órgão social máximo da Sociedade. É através desta que os acionistas participam ativamente nas decisões da Sociedade. Qualquer acionista que seja titular de, pelo menos, uma ação na data de registo e tenha declarado a sua intenção de participar na Assembleia Geral nos prazos legais, pode participar, discutir e votar na Assembleia Geral, pessoalmente ou através de representante. Os acionistas da Galp podem ainda exercer o direito de voto por correspondência e participar na assembleia através de meios telemáticos.

5.3 **Política de remuneração**

Em conformidade com o princípio *say-on-pay*, a Assembleia Geral realizada em 3 de maio de 2023 aprovou, com 95,23% dos votos, a nova política de remuneração dos seus órgãos sociais para 2023, proposta pela Comissão de Remunerações, nos termos da lei aplicável.

Os membros não executivos do Conselho de Administração recebem um valor mensal fixo estabelecido pela Comissão de Remunerações, tendo em conta as práticas correntes de mercado. Pode ser distinta no caso de membros não executivos que exerçam funções especiais de supervisão ou sejam um membro de uma comissão especial.

Com vista a fomentar uma gestão alinhada com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos acionistas, a política de remuneração prevê objetivos anuais e plurianuais para os membros executivos do Conselho de Administração. Esta política considera um período temporal de três anos para a determinação do valor da componente variável plurianual da remuneração e diferindo uma parte significativa do pagamento por um período de três anos, o qual está associado e dependente do desempenho da Sociedade durante este período.

A política de remuneração dos administradores executivos para 2023 está delineada na página seguinte.

De forma a garantir um alinhamento total com o projeto da Galp e, em particular, com os interesses de longo prazo, as preocupações de sustentabilidade económica e ambiental da Sociedade e a concretização dos objetivos estratégicos, a Comissão de Remunerações considerou necessária a criação de um incentivo específico à criação de valor a longo prazo, aplicável aos membros da Comissão Executiva da Galp. Assim, além da remuneração, benefícios e condições aplicáveis, a Política de Remuneração de 2023 determina que a remuneração dos membros da Comissão Executiva da Galp é parte de um incentivo a longo prazo através do direito a um conjunto de ações da Galp, atribuíveis após quatro anos.

A remuneração dos administradores da Galp inclui todas as remunerações de cargos desempenhados em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo. A política de remuneração para 2023 prevê a possibilidade de restituição do montante da remuneração variável atribuída a um membro da Comissão Executiva em determinadas situações (*clawback*).

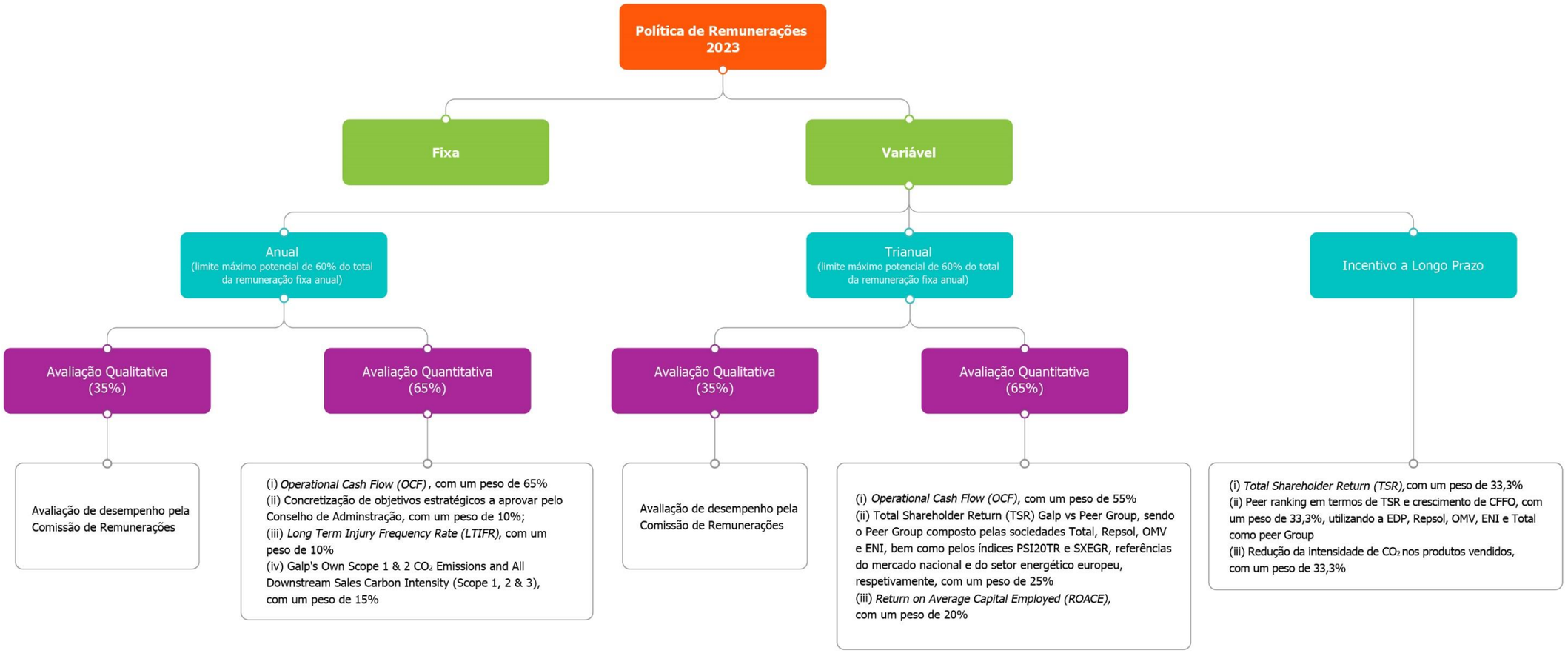
O montante total e individual da remuneração anual recebida pelos membros do Conselho de Administração em 2023, conforme estabelecido pela Comissão de Remunerações, bem como outras informações relacionadas com a Política de Remuneração, está disponível na secção 77, Parte III deste relatório – Relatório de Governo Societário.



Os membros do Conselho Fiscal recebem uma remuneração fixa mensal, paga doze vezes por ano. A remuneração do Presidente do Conselho Fiscal é diferenciada, tendo em conta as suas funções especiais. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal não inclui qualquer componente variável.

O Revisor Oficial de Contas tem a remuneração contratualizada em condições normais de mercado.

Política de Remunerações a 31 de dezembro de 2023



O valor total do Incentivo a Longo Prazo equivale a 60% da remuneração fixa anual bruta, no caso do CEO, e a 30% no caso dos outros membros do Comissão Executiva.

5.4 Conformidade com o Código de Governo Societário

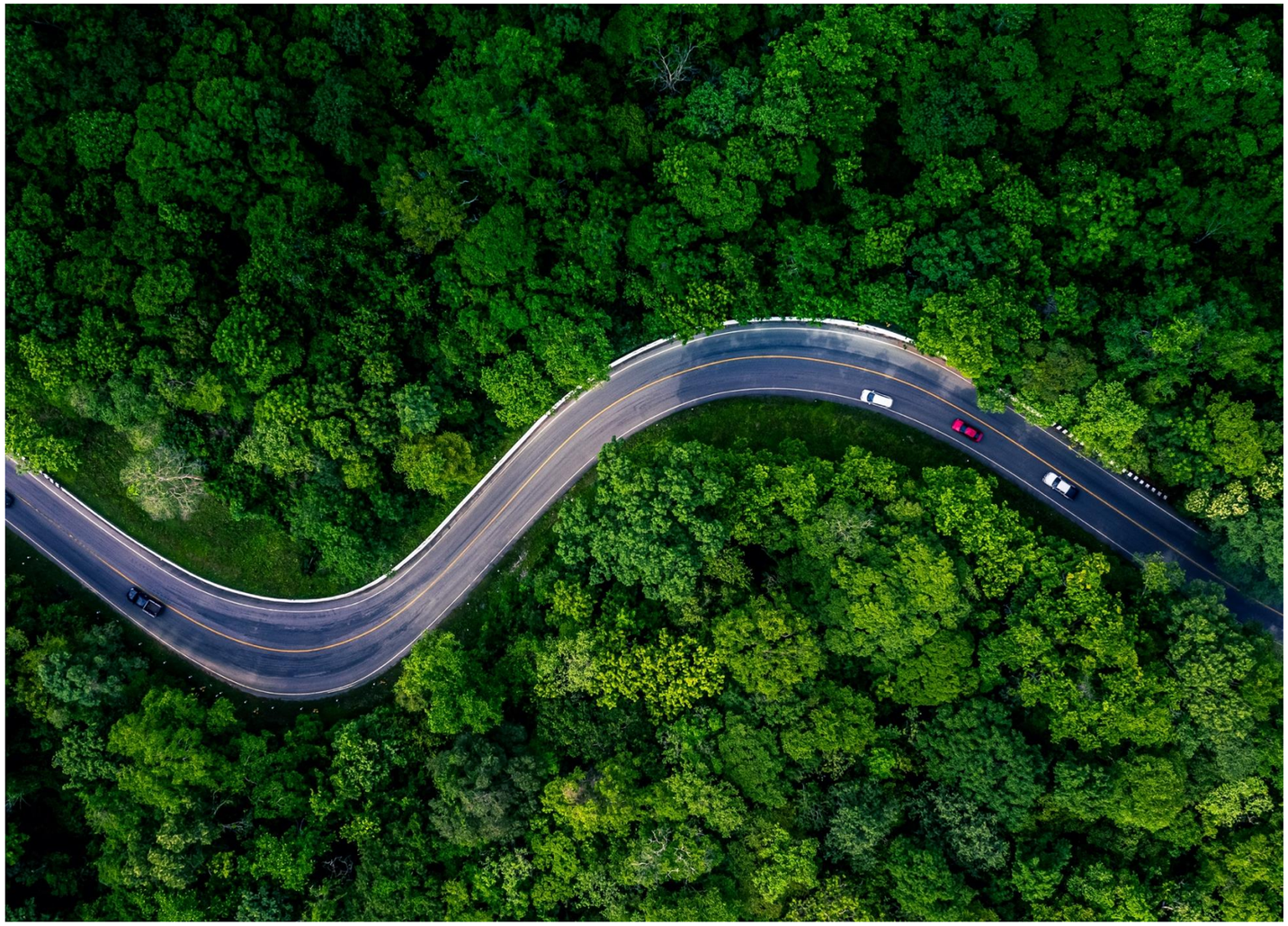
A Galp decidiu adotar voluntariamente o Código de Governo das Sociedades do IPCG, aprovado em 2018 e revisto em 2023 (link aqui). Este código consiste num conjunto de princípios e recomendações de bom governo, de acordo com as melhores práticas internacionais e adaptado à realidade empresarial portuguesa.

Em 2023, a Galp adotou 71 recomendações, de acordo com a sua autoavaliação e em conformidade com a avaliação conduzida pela Comissão Executiva de Supervisão e Acompanhamento e Monitorização (CEAM) do Relatório de Governo Societário da Galp para 2022. Destas recomendações, dois foram explain equivalente a adoção, três não foram adotadas e nove não eram aplicáveis, conforme evidenciado na imagem.

A Parte III deste relatório – Relatório de Governo Societário, inclui uma apresentação sobre a adoção das recomendações, de acordo com a regra "comply or explain".



71 Adotadas
2 *Explain* equivalente a adoção
2 Não adotadas
9 Não aplicáveis



RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO 2023

DELIVERING ENERGY FOR INNOVATION



6. Proposta de aplicação de resultados

6. Proposta de aplicação dos resultados

Os resultados líquidos de 2023 da Galp Energia SGPS, S.A, com base nas suas demonstrações financeiras individuais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, foram de €437.644.228,48.

Em agosto de 2023, a Galp distribuiu, a título de adiantamento de lucros do exercício de 2023, o montante de €213.407.179,47, correspondente a €0,27 por ação em circulação.

O Conselho de Administração propõe, nos termos legais, que seja distribuído aos acionistas, na forma de dividendos, o valor de €0,27 por ação em circulação. Este, juntamente com valor de €0,27 por ação, já pago a título de adiantamento de lucros de 2023, totaliza um dividendo total a distribuir aos acionistas de €0,54 por ação em circulação relativo ao exercício de 2023. O montante total estimado, com base no capital social existente a 31 de dezembro de 2023, é de €422.139.515,22.

O valor remanescente do lucro líquido do ano será transferido para resultados acumulados.

Lisboa, 5 de abril de 2024

O Conselho de Administração:

Presidente:

Paula Amorim

Vice-Presidente e *Lead Independent Director*:

Adolfo Mesquita Nunes

Vice-Presidente:

Filipe Silva

Vogais:

Maria João Carioca

Georgios Papadimitriou

Ronald Doesburg

Rodrigo Vilanova

João Diogo Silva

Marta Amorim

Francisco Teixeira Rêgo

Carlos Pinto

Jorge Seabra

Rui Paulo Gonçalves

Diogo Tavares

Cristina Fonseca

Javier Cavada Camino

Cláudia Almeida e Silva

Fedra Ribeiro

Ana Zambelli

RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO 2023

DELIVERING ENERGY FOR ALL



7. Declaração

7. **Declaração**

O presente documento pode conter declarações prospetivas. Todas as declarações, exceto as declarações referentes a factos históricos, são ou podem ser consideradas declarações prospetivas. As declarações prospetivas expressam expectativas futuras baseadas nas expectativas e pressupostos utilizados pela administração na data em que são divulgadas e envolvem riscos e incertezas, conhecidos e desconhecidos, que podem fazer com que os resultados, desempenho ou eventos difiram materialmente daqueles expressos ou implícitos em tais declarações. Por conseguinte, nem a Galp nem qualquer outra pessoa pode assegurar que os seus resultados, desempenho ou eventos futuros corresponderão a essas expectativas, nem assumir qualquer responsabilidade pela exatidão e integridade das declarações prospetivas. As declarações prospetivas incluem, entre outras, declarações relativas à potencial exposição da Galp a riscos de mercado e declarações que refletem as expectativas, convicções, estimativas, previsões, projeções e pressupostos da administração. Essas declarações prospetivas podem geralmente ser identificadas pela sua utilização do futuro, do gerúndio ou do condicional, ou pela utilização de termos e frases como "objetivo", "ambição", "antecipar", "acreditar", "considerar", "poderia", "desenvolver", "prever", "estimar", "esperar", "metas", "pretender", "poder", "objetivos", "perspetiva", "plano", "potencial", "provavelmente", "projeto", "explorar", "riscos", "programa", "procurar", "dever", "visar", "pensar", "irá" ou a negação destes termos e terminologia semelhante.

A informação financeira por segmento de negócio é reportada de acordo com as políticas de relato de gestão da Galp e apresenta informação interna por segmento que é utilizada para gerir e medir o desempenho do Grupo. Para além dos standards IFRS, são apresentadas certas medidas alternativas de desempenho, como parâmetros de desempenho ajustados para itens especiais (fluxo de caixa operacional ajustado, resultados ajustados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, resultados ajustados antes de juros e impostos e resultados líquidos ajustados), rendibilidade dos capitais próprios (ROE), rendibilidade média sobre capitais investidos (ROACE), taxa de retorno do investimento (IRR), taxa de retorno do investimento de equity (eIRR), nível de endividamento, fluxo de caixa das operações e fluxos de caixa disponíveis. Estes indicadores têm como objetivo facilitar a análise do desempenho financeiro da Galp e a comparação dos resultados e fluxos de caixa entre os diferentes períodos. Adicionalmente, os resultados são ainda medidos de acordo com o método de replacement cost, ajustado para itens especiais. Este método é utilizado para avaliar o desempenho de cada segmento de negócio e facilitar a comparação do desempenho de cada um dos segmentos com o dos seus concorrentes.

Este documento pode incluir dados e informações fornecidos por terceiros, que não estão disponíveis ao público. Tais dados e informações não devem ser interpretados como aconselhamento e não deve confiar nestes para qualquer finalidade. Não pode ainda copiar ou utilizar estes dados e informações, exceto se tal for expressamente autorizado por escrito por esses terceiros. Esses terceiros não aceitam qualquer responsabilidade pela sua utilização desses dados e informações, dentro dos limites máximos permitidos por lei, exceto conforme especificado num acordo escrito celebrado com esses terceiros sobre o conteúdo dessa divulgação.

DELIVERING ENERGY FOR LIFE



PARTE II

Jornada de Sustentabilidade

galp

Otelo Ruivo

Chief Sustainability Officer



Estamos a avançar na nossa trajetória de descarbonização, integrando fontes de energia mais limpas e investindo no desenvolvimento de projetos de larga escala que permitirão continuar a reduzir a nossa pegada de carbono e a fornecer soluções de baixo ou zero carbono aos nossos clientes.

A sustentabilidade é uma parte intrínseca da nossa cultura organizacional, um princípio orientador das ações e decisões que tomamos, reforçando a criação de valor a longo prazo em alinhamento com o que é esperado por parte da Galp.

Nesta secção abordamos os cinco pilares principais da nossa estratégia de sustentabilidade. Convido-o a explorar estes conteúdos e a conhecer mais sobre o nosso percurso e os resultados alcançados para as nossas ambições.

A estratégia de sustentabilidade da Galp consiste em continuar a fornecer soluções energéticas que satisfaçam as necessidades das comunidades, acrescentando valor para todos os *stakeholders*. Estamos empenhados em desenvolver sistemas que ofereçam energia acessível e fiável de uma forma económica e sustentável para o ambiente.

Este compromisso está no centro da nossa jornada de sustentabilidade e assim continuará no futuro. Temos um plano claro para fazermos a descarbonização progressiva do nosso portefólio, participando ativamente na transição energética em curso.

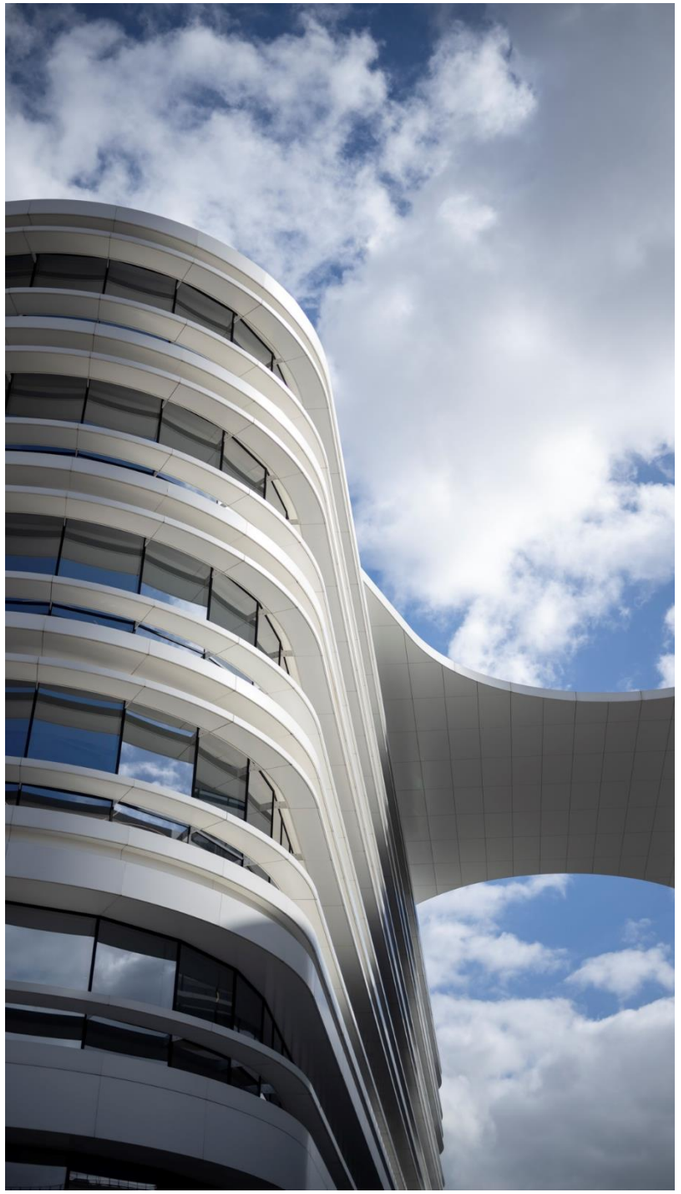
Em 2023, continuámos esta trajetória e trabalhámos no sentido de articular continuamente a sustentabilidade no nosso pensamento estratégico e nas nossas decisões de investimento, bem como na forma como nos envolvemos e aprendemos com o mundo exterior.

As fundações do nosso *Roadmap* de Sustentabilidade orientam a nossa atenção para as prioridades a longo prazo, assegurando uma execução objetiva e disciplinada das iniciativas ambientais, sociais e de governo em todas as Unidades de Negócio e equipas do Centro Corporativo.

Fundações do *Roadmap* de Sustentabilidade

Em 2022, a Galp definiu as suas principais fundações do *Roadmap* de Sustentabilidade, que orientam a Empresa em termos de princípios e ações.

A presente "Parte II - Jornada de Sustentabilidade" está estruturada em torno destes pilares e as suas ambições são detalhadas ao longo do documento.



1. O nosso caminho para a descarbonização

As nossas ambições para **2030**	Acelerar a descarbonização em todo o nosso ecossistema		Transformar o nosso portefólio com foco em baixo carbono
Meta 2023-2030	Reduzir as emissões absolutas das operações em 40% até 2030 vs 2017	Reduzir a intensidade carbónica numa abordagem baseada na produção em 40% até 2030 vs 2017	Reduzir a intensidade carbónica numa abordagem baseada nas vendas no downstream em 20% até 2030 vs 2017
KPI	Emissões absolutas das operações (âmbitos 1 & 2 *equity*)	Intensidade carbónica baseada na produção	Intensidade carbónica baseada nas vendas do downstream
Desempenho 2023	2,9 $mtonCO_2e$ -30% comparado a 2017 (-13% YoY) ●	75,3 gCO_2e/MJ -19% comparado a 2017 (-6% YoY) ●	73,2 gCO_2e/MJ -4% comparado a 2017 (-1% YoY) ●
Aspeto material	Estratégia climática		Portefólio energético sustentável

O nosso alinhamento com os **ODS**



● Desempenho em 2023 de acordo com o plano ● Desempenho de 2023 abaixo do esperado

Acelerar a descarbonização em todo o nosso ecossistema

A Galp é uma empresa integrada de energia empenhada na mitigação dos seus impactos no clima e em alinhar o seu desempenho com os objetivos da União Europeia e do Acordo de Paris. Para tal, a Galp está a aumentar a produção e venda de energias renováveis, a melhorar a sua eficiência energética e a integrar mais energias renováveis nas suas operações.

Garantir uma gestão eficaz das questões relacionadas com o clima é essencial dentro das próprias organizações, de forma a garantir que os riscos críticos são identificados e mitigados e que todas as oportunidades relevantes que possam surgir são também elas identificadas e analisadas. Isto implica a implementação de políticas, práticas e projetos para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, e a colaboração com os *stakeholders* para promover práticas semelhantes. Isto conduzirá, em última instância, à transformação das atividades e do portefólio, aumentando a quantidade de energia com baixo teor de carbono que é produzida e vendida.

Supervisão e gestão clara e eficaz do clima

A incapacidade de enfrentar prontamente os riscos e oportunidades relacionados com o clima pode comprometer a capacidade de uma empresa para manter a criação de valor a longo prazo, atrair investimentos, reter os melhores talentos, salvaguardar a sua reputação e até manter a sua licença para operar.

A Galp reconhece que uma liderança responsável é crucial na supervisão e abordagem aos riscos e oportunidades relacionados com o clima e a transição energética - no curto, médio e longo prazos - tendo-os incorporado no processo de formulação estratégica e no planeamento do investimento da Empresa. Estas responsabilidades, supervisionadas pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva, são geridos diretamente pela Comissão de Sustentabilidade, com o apoio da Comissão de Gestão de Riscos. A CFO supervisiona as equipas de Sustentabilidade e de Gestão do Risco.

Estas duas comissões desempenham um papel fundamental, suportando o Conselho de Administração na inclusão dos princípios de sustentabilidade no seu processo de tomada de decisão, e assistindo a Empresa na identificação e gestão contínua dos principais riscos e oportunidades que enfrenta.

Governo corporativo e Clima

A Comissão Executiva e a Comissão de Sustentabilidade recebem atualizações regulares sobre o desempenho dos indicadores de carbono, os progressos no *roadmap* de descarbonização e quaisquer riscos e oportunidades significativos relacionados com o clima. O Conselho de Administração revê, avalia e aprova regularmente a apetite ao risco, o orçamento anual e os incentivos de curto e longo prazo da Galp. Supervisiona também o desempenho consolidado da Empresa, tal como consta do Relatório Integrado anual, e analisa o plano de atividades para garantir que este se adequa à implementação da estratégia de transição energética da Empresa.

O *Chief Sustainability Officer* (CSO) da Galp tem também o papel de Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Relações com Investidores. O CSO é responsável pela gestão empresarial dos riscos de sustentabilidade e por definir e propor metodologias de avaliação e monitorização. Estas são implementadas em coordenação com as unidades de negócio e a equipas corporativas relevantes, incluindo a equipa corporativa de Gestão de Risco, assegurando assim a definição de um plano de ação para minimizar e mitigar estes riscos.

Integrar o preço do carbono na aprovação de investimentos

A Galp considera que a internalização dos custos das emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), por exemplo através de um preço interno do carbono, é uma ferramenta eficaz para avaliar a sustentabilidade relacionada com o clima e incentivar o investimento em soluções de baixo teor de carbono. A Galp incorpora um preço global do carbono na avaliação de novos projetos e quando se verificam alterações nos projetos existentes. Isto permite à Empresa assegurar a resiliência dos seus investimentos, mesmo em geografias sem regimes de comércio de licenças de emissões em vigor.

Os preços do carbono considerados estão em linha com os cenários externos de transição energética a longo prazo (cerca de 90 €/tonelada de CO_2 até 2025, cerca de 110 €/tonelada de CO_2 até 2030 e cerca de 190 €/tonelada de CO_2 até 2050) e integram a legislação atual, tentando simultaneamente antecipar futuras tendências regulamentares.

Além disso, ao avaliar o desenvolvimento de novos projetos, ou a expansão ou atualização de ativos existentes, a Galp avalia também o impacto das emissões de CO_2 nas suas métricas de descarbonização. Esta abordagem garante que é dada prioridade a projetos de baixa intensidade de carbono, ajudando a Empresa a atingir as suas ambições de descarbonização.

Avaliação das oportunidades e riscos climáticos físicos e de transição

A Galp tem vindo a melhorar a identificação e quantificação dos seus riscos e oportunidades relacionados com o clima, incluindo riscos físicos (agudos e crónicos) e riscos de transição, alinhando-se com as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e preparando os requisitos de divulgação exigidos

pela Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade da UE e pela Taxonomia da UE para as atividades sustentáveis.

Esta avaliação visa avaliar a resiliência da estratégia da Empresa a diferentes cenários climáticos e integrar os riscos associados mais relevantes no *framework* de gestão de riscos. A evolução dos principais riscos climáticos identificados será monitorizada futuramente e serão definidas e aplicadas as medidas de mitigação e adaptação adequadas.

A análise mais recente dos riscos físicos concluiu que a organização tem uma exposição relativamente baixa a riscos físicos crónicos. Os riscos físicos agudos mais significativos identificados são os fenómenos extremos de vento e chuva.

Embora tenham sido feitas avaliações iniciais, a Empresa está a implementar processos e ferramentas que nos permitirão melhorar as avaliações dos riscos físicos e de transição relacionados com o clima. Esta implementação irá providenciar um suporte adicional aos investimentos internos e a outras decisões de gestão, e ajudar a preparar a divulgação futura.

Saiba mais sobre o alinhamento da Galp com as recomendações da TCFD (link aqui), incluindo o modelo de governo da Empresa no que diz respeito a riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas.

Reduzir e mitigar as nossas emissões de GEE

No âmbito do seu trajeto rumo a um futuro com baixas emissões de carbono, a Empresa está focada na redução progressiva das emissões das suas operações e na descarbonização do seu portefólio.

Metas para 2030

A Galp tem em curso uma estratégia de transição energética ambiciosa, mas pragmática. A intensidade carbónica do atual portefólio da Galp é já uma das mais baixas do setor. O nosso portefólio de projetos Upstream tem uma intensidade de carbono inferior em cerca de 50% à média do setor, de acordo com a Associação Internacional de Produtores de Petróleo e Gás (IOGP). Adicionalmente a integração de energias renováveis na Galp é atualmente mais de quatro vezes superior à média dos seus pares, em termos relativos, com base na produção de hidrocarbonetos.

Com uma abordagem pragmática e realista ao setor energético e um plano de redução significativa de emissões já em curso, a Galp tem a ambição de reduzir as suas emissões operacionais absolutas em 40% até 2030[1].

Esta meta baseia-se no desenvolvimento de projetos já identificados e reflete o atual empenho da Empresa na redução da sua pegada de carbono, patente nas recentes decisões de investimento em projetos-chave como os primeiros 100 MW de eletrolisadores para a produção de hidrogénio verde. Acrescem ainda os investimentos significativos em eficiência energética operacional, eletrificação e o compromisso sólido com a produção de eletricidade renovável que irão assegurar a direção certa para continuar a redução das emissões e descarbonizar o nosso portefólio ao longo da década.

Adicionalmente, a Galp definiu duas metas de redução da intensidade carbónica, da energia que produzimos e da energia que vendemos aos nossos clientes, que refletem o seu progresso rumo a um futuro com menos carbono, tendo também como referência 2017.

Para mais informações sobre as métricas da intensidade de carbono, consulte o nosso website.

[1]Esta meta considera 2017 como referência, uma vez que este ano marca o início da diversificação do nosso portefólio e o compromisso com o desenvolvimento de uma estratégia de transição.

Metodologia da intensidade de carbono e *benchmarking*

A Galp reconhece que a comunicação das métricas e metodologias de contabilização de carbono aumenta a confiança dos *stakeholders*. Para atingir este objetivo, a Galp acredita que existe uma necessidade clara de desenvolver uma abordagem comum para o setor de O&G.

A intensidade de carbono da Galp utiliza métricas independentes que incluem também a exposição às emissões indiretas da cadeia de valor (âmbito 3). Trata-se de emissões sobre as quais a Galp tem um controlo direto limitado e cuja gestão é complexa. Além disso, as atuais metodologias para a medição destas emissões consideram diversas abordagens para a avaliação das intensidades e tornam o *benchmarking* extremamente difícil, aspetos que devem ser cuidadosamente considerados ao refletir sobre o caminho a seguir ou no suporte aos processos eficazes de tomada de decisões sobre o portefólio da Empresa.

Tendo em conta as opções do nosso portefólio e as oportunidades e desafios decorrentes da dinâmica do mercado energético nas diversas atividades que integram as nossas cadeias de valor, a Galp poderá rever a aplicabilidade das metas de intensidade de carbono a médio prazo, que se estendem para além das nossas operações diretas.

No entanto, a trajetória mantém-se clara, uma vez que a integração de energias de baixo carbono e o aumento da produção de energia renovável serão fundamentais para preparar a Galp a enfrentar desafios futuros e a continuar a descarbonizar o seu portefólio e a energia que fornece, mantendo o alinhamento com a sociedade e com as metas da UE.

Zero emissões líquidas até 2050 uma ambição em consonância com a sociedade

As atuais metas a curto e médio prazo são o primeiro passo decisivo no sentido de atingir as zero emissões líquidas até 2050, em consonância com a evolução da procura pela sociedade. Com a aceleração da transição energética e o avanço da sociedade para um futuro com menores emissões de carbono, a Galp irá adaptar os seus negócios de acordo com essa realidade, e os nossos investimentos e portefólio serão o reflexo deste progresso. No entanto, para horizontes temporais mais longos, o nível de incerteza das variáveis relevantes é tão elevado que não é viável fazer projeções realistas em termos dos projetos específicos e investimentos associados. Isto é especialmente pertinente visto que pode não ser técnica e/ou economicamente viável atualmente desenvolver algumas das soluções e tecnologias de baixo carbono que estarão disponíveis no futuro.

O nosso portefólio de energias irá continuar a mudar ao longo do tempo, e a Galp continuará empenhada em proporcionar energia acessível, fiável e sustentável aos seus clientes.

Metano

As emissões de metano da Empresa têm um peso relativamente baixo nas suas emissões operacionais (<1% do total das emissões de âmbito 1 e 2 em 2023) e estão sobretudo associadas ao *non-routine flaring* em ativos não operados do Upstream.

Não obstante, a Galp pretende reduzir as emissões de metano dos seus ativos operados, as quais representam 23% das suas emissões globais de metano, em linha com as expetativas do setor.

Todas as ambições de redução de carbono são expressas numa base de CO_2e que incorpora o impacto total das emissões de metano. Por último, todos os operadores dos ativos de Upstream da Galp em produção são signatários da Iniciativa de Redução de Metano da OGCI e *da Oil and Gas Methane Partnership* (OGMP) 2.0.

Atuar sobre as emissões de metano

A refinaria de Sines é o ativo operado pela Galp onde as emissões de metano são mais relevantes. Como tal, foram adotadas várias medidas para mitigar estas emissões ao longo dos anos. A refinaria instalou uma unidade de recuperação num dos seus *flares* para reduzir o *flaring* e as emissões de metano associadas, bem como uma unidade de recuperação de vapores para minimizar as emissões de compostos orgânicos voláteis (VOC) difusos, incluindo o metano proveniente da carga e descarga de hidrocarbonetos.

As emissões fugitivas e difusas são também monitorizadas e tratadas pelo seu Programa LDAR (Deteção e Reparação de Fugas) anual. A refinaria está a desenvolver um plano de gestão de VOC para a gestão integrada de todas as iniciativas de redução e monitorização de emissões fugitivas e difusas, a fim de minimizar ainda mais as emissões de VOC operacionais.

Desempenho em 2023

Durante o ano de 2023, a refinaria de Sines conseguiu retomar o seu perfil normal de consumo de energia, e registou paragens programadas para a realização de manutenção periódica das unidades, o que levou a uma redução significativa das suas emissões operacionais.

O comissionamento da FLNG Coral South concluiu-se no segundo semestre de 2023, estando de momento o ativo a funcionar em condições de *plateau*.

Globalmente, as emissões operacionais (*equity*) da Galp foram 13% inferiores às do ano anterior e 30% inferiores em relação ao valor de referência de 2017.

A intensidade de carbono da energia produzida diminuiu 19% em relação ao valor de referência de 2017 e 6% em termos homólogos, enquanto a intensidade de carbono da energia vendida *downstream* diminuiu 4% em relação ao valor de referência e 1% em relação ao ano anterior. Estes resultados refletem a já referida diminuição das emissões operacionais absolutas, bem como o aumento da produção e venda de energia com baixo teor de carbono, como a eletricidade renovável e os biocombustíveis.

A pegada de carbono da Galp

Todos os anos, a pegada de carbono da Galp (controlo operacional) é calculada com base em metodologias e recomendações internacionalmente reconhecidas, sendo posteriormente monitorizada e verificada por um terceiro.

Emissões CO_2e – âmbitos 1, 2 e 3 ($mtonCO_2e$)	2022	2023
Âmbito 1		
Total	**3,4**	**3,0**
Upstream[1]	0,73 (0,49)[2]	0,61 (0,41)[2]
Industrial & Midstream	2,70	2,38
Commercial	<0,001	<0,001
Renewables & New Businesses	-	<0,001
Outros	0,005	0,006
Âmbito 2 (com base no mercado)		
Total	**0,009**	**0,010**
Upstream	0	0
Industrial & Midstream	<0,001	<0,001
Commercial	0,009	0,008
Renewables & New Businesses	-	0,001
Outros	<0,001	<0,001
Âmbito 3		
Total	**42,6**	**42,1**
Upstream	3,04	3,79
Industrial & Midstream	33,60	30,13
Commercial	9,60	8,22
Renewables & New Businesses	-	0,001
Outros	0,002	0,007
---ou---		
Bens e serviços adquiridos	4,66	4,16
Atividades relacionadas com combustíveis e energia	1,02	0,96
Viagens de negócios	0,002	0,007
Transporte e distribuição (Upstream e Downstream)	0,61	0,68
Processamento de produtos vendidos	1,34	1,17
Utilização de produtos vendidos	38,61	35,16
Emissões líquidas de âmbito 3 [3]	40,0	35,2

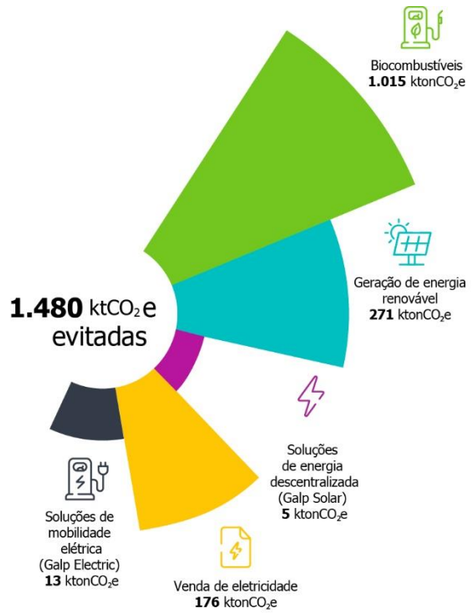
[1] Tem em conta todas as emissões da FLNG Coral, incluindo as resultantes de atividades classificadas como Midstream relacionadas com a intenção primária de produzir líquidos de gás para venda como liquefação, etc.
[2] excluindo as emissões da FLNG Coral que são consideradas como processos Midstream (por exemplo, tratamento de gás, liquefação, etc.). [3] As emissões líquidas de âmbito 3 representam uma estimativa das emissões do ciclo de vida para as diferentes cadeias de valor representadas nas vendas de produtos energéticos da Galp, em que a sua própria produção de energia é integrada e compensada e as compras de terceiros são assumidas como a diferença entre as vendas/entradas de energia e a produção.

Em 2023, a Galp começou a definir uma metodologia para calcular e divulgar a pegada de carbono das suas operações de Renováveis e Novos Negócios. O objetivo foi alinhar os indicadores monitorizados nesta unidade de negócio com os dos restantes negócios e continuar a melhorar as nossas divulgações relacionadas com as emissões, alargando-as à parte menos intensiva em carbono das nossas atividades.

Transição para soluções com baixo teor de carbono

Emissões evitadas

A Galp estima o impacto de várias das suas soluções de baixo carbono, publicando uma estimativa anual das emissões evitadas pela sua implementação. Esta estimativa é calculada com base num cenário de referência em que estas soluções e produtos não teriam sido implementados durante o ano em que foram vendidos ou executados. Em 2023, a Galp evitou a emissão de cerca de 1.500 $ktonCO_2e$ através da integração e venda de biocombustíveis para transporte, do fornecimento de eletricidade para a mobilidade elétrica, da produção e venda de eletricidade renovável e do fornecimento de equipamentos e serviços de produção descentralizada de energia e de eficiência energética.



Abordar as emissões nos nossos negócios

Upstream

Baixa intensidade de carbono do portefólio de Upstream

O portefólio da Unidade de Negócio Upstream da Galp caracteriza-se pela sua elevada eficiência e baixa intensidade de carbono. Com c.9 kgCO_2e/boe[1], é quase metade da média da indústria de c. 18 kgCO_2e/boe (média IOGP de 2022). Isto reflete o compromisso com a sustentabilidade e a eficiência energética na conceção e funcionamento dos projetos. O nosso trajeto começa na avaliação do projeto, na qual incorporamos a quantidade de dióxido de carbono associado à vida útil do campo nas nossas decisões de investimento, concentrando-nos no desenvolvimento de ativos com baixa intensidade de carbono.

- Uma das características dos projetos mais recentes, como o desenvolvimento do campo de Bacalhau, localizado na bacia brasileira de Santos, consiste no baixo nível de emissões durante a vida útil do campo. A FPSO de Bacalhau, atualmente em construção e que se espera estar em funcionamento em 2025, terá um sistema de turbinas a gás de ciclo combinado para aumentar a eficiência do sistema de energia e reduzir as emissões associadas. Este sistema, combinado com um sistema de gás otimizado, permitirá uma maior eficiência energética neste ativo e reduções nas emissões provenientes da produção de energia e do *non-routine flaring*. O resultado será uma intensidade de emissões ao longo da vida de classe mundial, em cerca de 9 kg CO_2e/boe.

- A Empresa mantém-se focada na melhoria contínua da eficiência dos seus ativos não operados em produção. Trabalhamos com os operadores para identificar e implementar novas iniciativas de redução de emissões, tais como a melhoria dos inventários de emissões fugitivas (incluindo metano), a aplicação de sistemas de recuperação de gases de *flare*, bem como a identificação de outras iniciativas que possam resultar numa maior eficiência energética e em menores emissões.

O compromisso da Galp com a sustentabilidade ambiental é demonstrado pela sua adesão à iniciativa *Zero Routine Flaring by 2030* do Banco Mundial. O objetivo é acabar com *routine flaring* em projetos de produção de hidrocarbonetos, que contribuem significativamente para as emissões de gases com efeito de estufa. Atualmente, todos os projetos Upstream em que a Galp está envolvida operam sem *routine flaring*.

[1] O cálculo da intensidade carbónica do Upstream da Galp segue as recomendações da IOGP e inclui emissões do uso de energia e flaring e exclui as emissões dos processos considerados como sendo *midstream* na FLNG Coral.

Industrial & Midstream

- **Eficiência e redução de emissões em Sines**

  Durante 2023, a Refinaria de Sines manteve-se focada na melhoria da eficiência e na integridade das suas operações. Durante a paragem planeada, foram implementados vários projetos de eficiência energética. Estes incluíram a conclusão da substituição e modernização da caldeira de recuperação na unidade de FCC, de vários permutadores por tecnologia mais avançada com maior transferência térmica, e de reatores na unidade de *platforming*. Prevê-se que estes projetos reduzam as emissões em cerca de 70 kton CO_2/ano quando estiverem totalmente operacionais.

  Ao longo do ano, foram identificados e aprovados investimentos adicionais em eficiência energética. Estes estão programados para serem implementados entre 2024-2025 e incluem projetos de eletrificação e reencaminhamento de gás pré-flash, visando uma redução de emissões associada de c.40 kton CO_2e.

  Além disso, foi efetuada em 2023 uma avaliação em toda a instalação para analisar e identificar oportunidades adicionais de melhoria da eficiência energética e complementar o *roadmap* de descarbonização da refinaria.

  Também se verificaram avanços na digitalização das operações, com a ferramenta ELLA (*Energy Lean & Live Advisor*) a apoiar a gestão das *utilities*, permitindo uma maior versatilidade, eficiência e robustez na sua utilização.

- **Combustíveis com baixo teor de carbono**

  Em 2023, a Galp continuou a aumentar a sua produção de HVO por co-processamento na Refinaria de Sines, alcançando um total de 108 kton. Esta quantidade é adicional às cerca de 25 kton de biodiesel FAME de segunda geração produzido na Enerfuel.

  Durante o ano, foram integrados c.362.000 m^3 de biocombustíveis no gasóleo (biodiesel e HVO) e na gasolina (bioetanol) vendidos pela Empresa na Península Ibérica, incluindo os cerca de 25 kton de biodiesel FAME de segunda geração produzido pela Enerfuel. Isto traduziu-se numa redução significativa de aproximadamente 1.000 kton de emissões de dióxido de carbono durante a vida útil do produto, em comparação com o seu equivalente de combustíveis fósseis.

Investir num futuro com baixas emissões de carbono em Sines

A empresa está a aumentar a quantidade de energia renovável utilizada nas suas operações e a procurar desenvolver combustíveis renováveis com baixo teor de carbono para alimentar todas as formas de transporte. Em 2023, a Galp realizou a FID do seu primeiro eletrolisador de 100MW para produção de hidrogénio verde. Este projeto de grande escala permitirá substituir cerca de 20% da atual produção de hidrogénio à base de gás natural na refinaria de Sines e poderá levar a uma redução em cerca de 110 ktpa de emissões de gases com efeito de estufa de âmbito 1 e 2.

Simultaneamente, a Galp aprovou o investimento numa unidade HVO com capacidade de 270 ktpa capaz de produzir biodiesel e SAF, em parceria com a Mitsui. A unidade utilizará resíduos para produzir gasóleo renovável (HVO) e SAF. Isto permitirá evitar cerca de 800 ktpa de emissões de gases com efeito de estufa (âmbito 3, CO_2e), em comparação com a alternativa de combustíveis fósseis.

Estes projetos serão essenciais para a descarbonização da refinaria de Sines e do portefólio da Empresa, e vão permitir-lhe aumentar a sua produção de combustíveis com baixo teor de carbono de modo a disponibilizar combustíveis sustentáveis para todos os meios de transporte.

- **Fornecimento de GNL**

  No final de 2022, a Galp assinou um acordo com a NextDecade para comprar 1 mtpa de GNL a partir do seu projeto Rio Grande GNL, no Texas, durante 20 anos, com entregas a partir de 2027. A instalação está atualmente a ser construída e incluirá soluções de Captura e Armazenamento de Carbono, com capacidade de reduzir substancialmente as emissões do ciclo de vida do GNL. Isto proporciona à Galp a opção de comprar volumes de GNL cujas emissões de liquefação foram capturadas.

- **Captura, Utilização e Armazenamento de Carbono**

  A Galp está a explorar uma gama de caminhos e opções a longo prazo para mitigar, reduzir e utilizar o CO_2 para além de 2030. Embora seja difícil nesta fase prever qual a tecnologia ou utilização final a que a empresa dará prioridade, a Galp pretende transformar este desafio numa oportunidade. Para tal, está a investigar opções de armazenamento ou formas de utilizar diretamente o CO_2 em indústrias como a alimentar e a produção de combustíveis sintéticos, em especial quando associado ao hidrogénio verde.

- **Compensação de emissões de carbono**

  As compensações de emissões não fazem parte da estratégia da Galp para atingir os seus objetivos de descarbonização a curto prazo (2030). Podem, no entanto, constituir um instrumento útil para atingir emissões líquidas nulas até 2050, em conformidade com as normas de fixação de metas climáticas reconhecidas a nível mundial.

  As compensações de emissões de carbono também podem ser importantes para os clientes, cada vez mais preocupados com o seu impacto no clima e que, por conseguinte, podem estar interessados em compensar as emissões do seu consumo de combustível através da Galp, até estes serem substituídos por alternativas viáveis de baixa intensidade de carbono. Para responder a estas necessidades, a Galp está a implementar soluções que integram as compensações de emissões na sua oferta comercial. A Galp está a desenvolver capacidades e normas para gerir as compensações e créditos de carbono, desde o desenvolvimento de projetos até à comercialização, de acordo com as melhores recomendações disponíveis, de forma a garantir a qualidade do projeto e a fiabilidade do processo.

Commercial

A Galp foi pioneira no fornecimento de combustíveis de baixa intensidade carbónica em Portugal em 2022, fornecendo SAF para a aviação e HVO para o transporte marítimo. Em 2023, a Galp deu mais um passo importante para a descarbonização do transporte rodoviário pesado com o lançamento e comercialização do Gasóleo Renovável 100%. Este é produzido a partir de matérias-primas residuais e pode ser utilizado em motores de combustão e geradores a gasóleo, sem necessidade de modificações no motor. Permite uma redução de até 90% das emissões do ciclo de vida em comparação com um equivalente fóssil.

A Galp também alargou a sua oferta de produtos sustentáveis aos lubrificantes com a linha Galp Bio, uma gama de lubrificantes biodegradáveis, à base de óleos vegetais, que estão em conformidade com um vasto leque de especificações, incluindo a Ecolabel. As vantagens dos lubrificantes com uma base biológica incluem a elevada biodegradabilidade, melhor lubrificação, boas propriedades térmicas, renovação do óleo-base e o seu reduzido impacto ambiental.

- **Galp Electric**

  A Galp Electric prosseguiu o crescimento acelerado da sua rede de pontos de carregamento públicos e privados. No total, são mais de 4.800 postos de carregamento em Portugal e Espanha, dos quais cerca de 25% são postos de carregamento rápido e ultrarrápido. As vendas de eletricidade para mobilidade aumentaram para um total de 17 GWh, o que corresponde a cerca de 13 ktons de emissões de CO_2 evitadas em comparação com a mesma energia utilizada num veículo com motor de combustão interna, ao longo do seu ciclo de vida.

Carregamento de veículos elétricos na IKEA em Portugal

A Galp estabeleceu uma parceria com a IKEA para instalar cerca de 280 pontos de carregamento nas lojas IKEA em Portugal. Esta nova infraestrutura garante que 210 veículos podem carregar simultaneamente por hora nos parques de estacionamento IKEA uma autonomia equivalente a 100 quilómetros. A Empresa continuou a construir colaborações importantes que lhe permitem alargar a sua rede de carregamento público, permitindo aos seus parceiros reduzir as suas emissões.

- **Soluções solares descentralizadas Galp**

  A Galp fornece soluções de produção e armazenamento de energia solar descentralizadas a clientes B2B e B2C, dentro dos setores residencial, comercial e industrial, utilizando tecnologia avançada para fornecer soluções personalizadas e resultados de excelência. Em 2023, a Empresa juntou mais de 6.000 instalações à sua rede em Portugal e Espanha, ultrapassando um total de 10.000 instalações na Península Ibérica, num total de c. 20 MW de painéis solares instalados durante o ano. Além disso, instalou mais de 700 baterias nas suas instalações. Isto ajuda os clientes a melhorar a autossuficiência, combinando a produção e o armazenamento de energia, bem como a obter poupanças anuais adicionais. Estima-se que a produção elétrica total dos cerca de 50 MW de equipamentos instalados desde 2020 seja de cerca de 55,9 GWh, o que corresponde a 5 $ktCO_2e$ de emissões evitadas em comparação com a mesma quantidade de eletricidade comprada à rede.

- **Daloop**

  A inovadora plataforma de *Software as a Service* (SaaS) para a gestão de frotas de veículos elétricos e de motor de combustão interna, infraestruturas de carregamento e respetivos utilizadores da Galp continua a crescer. Em 2023, contava com mais de 2.700 veículos e ajudou os clientes a reduzir os custos, evitando simultaneamente cerca de 1,5 kton de emissões de CO_2e em comparação com as condições de funcionamento normais e não otimizadas.

Renewables and New Businesses

A eletricidade renovável é o principal impulsionador do crescimento das energias de baixo carbono da Galp. A Empresa iniciou a produção no seu primeiro parque solar fotovoltaico em Portugal, em Alcoutim, aumentou a sua capacidade instalada para 1,4 GWp em funcionamento e gerou cerca de 2,3 TWh durante 2023. Isto traduz-se em cerca de 270 $ktCO_2e$ de emissões evitadas em comparação com a produção de uma quantidade equivalente de eletricidade no local onde foi gerada.

Consciente do potencial do offshore português em termos de produção de energia eólica, a Galp explorou possíveis oportunidades de desenvolvimento de capacidade eólica offshore.

Através das suas Operações de Capital de Risco, a Galp investiu $5 m na Verdagy, uma empresa norte-americana pioneira no desenvolvimento de uma tecnologia de eletrólise escalável para aplicações industriais, visando um menor custo e menor dependência de matérias-primas críticas.

- **Aurora**

  A *joint venture* (JV) "Aurora", com a Northvolt, está a trabalhar no sentido da decisão final de investimento na construção da maior e mais sustentável fábrica de conversão de lítio da Europa em Portugal.

  Embora a produção de hidróxido de lítio possa levar a um pequeno aumento das emissões operacionais da Galp, este material será fundamental para o fabrico de baterias. Tem capacidade para produzir cerca de 50 GWh de baterias por ano (suficientes para cerca de 700.000 veículos elétricos). Tal contribuiria significativamente para a redução das emissões no setor dos transportes. Para assegurar a mitigação do impacto desta atividade, a JV está ativamente empenhada em garantir a sustentabilidade da sua atividade e a definir *roadmaps* para a redução das emissões das suas operações e do ciclo de vida dos seus produtos.

Centro Corporativo

Novos escritórios em Lisboa - Edifício Allo

O novo escritório da Galp no edifício Allo está atualmente no processo de obter as certificações LEED e WELL Platinum. Os novos escritórios são o reflexo do compromisso da empresa para com a energia e as práticas sustentáveis, uma vez que foram concebidos para enfrentar os desafios do trabalho híbrido, mas colocando o conforto acima de tudo. Os escritórios dispõem de iniciativas e práticas energéticas e de gestão de recursos sustentáveis, tais como iluminação e equipamentos eficientes, produção de eletricidade renovável no local, carregamento de veículos elétricos, equipamento eficiente em termos de água, gestão de resíduos, etc.

O novo edifício ajudará também a atingir a eletrificação da nossa frota de veículos ligeiros, prevista para 2028, e promove ativamente outras formas de mobilidade sustentável. Inclui:

- mais de 130 postos de carregamento de veículos elétricos e híbridos para a frota da empresa, que inclui agora 27% de veículos totalmente elétricos ou híbridos.
- mais de 70 *racks* com carregadores dedicados para estacionamento e carregamento de veículos elétricos ligeiros, tais como trotinetas e bicicletas elétricas.

Transformar o nosso portefólio com foco em baixo carbono

Para atingir a sua ambição, a Galp aposta na promoção da inovação para a transição energética. Para mais informações sobre a nossa estratégia de descarbonização e as nossas iniciativas e projetos relacionados com e produtos de baixo carbono ou transição energética nos diferentes segmentos de negócio, consulte o capítulo correspondente deste relatório (consultar Parte I – Capítulo 3. Pilares de Negócio).

Alocação de capital com baixo teor de carbono da Galp

O plano estratégico da Galp prevê que mais de 45% do investimento bruto previsto para 2023-2025 seja alocado a atividades de baixo carbono. O plano inclui vários projetos já sancionados ou que se encontram numa fase avançada de desenvolvimento.

Potenciar a transição energética através da inovação

A Galp considera que a inovação é vital para o avanço de um sistema energético sustentável. A equipa de inovação promove oportunidades para acelerar a transição energética e a descarbonização, testando novas soluções e colaborando com o ecossistema de inovação para identificar potenciais segmentos de negócio. Estes incluem a descarbonização das atividades industriais, os combustíveis com baixo teor de carbono, a eletricidade renovável, a mobilidade elétrica e a inovação social. Em 2023, mais de metade dos novos projetos foram dedicados a iniciativas de baixa intensidade carbónica, com 12 validações de conceito concluídas com êxito e cinco projetos de inovação que oferecem oportunidades promissoras para as unidades de negócios. A Galp investiu aproximadamente €140 m nos projetos em curso, dos quais cerca de €30 m em 2023.

Os projetos em curso abrangem uma série de temáticas distintas, para diferentes centros de inovação. Os destaques do ano incluem:

- **Centro de Inovação Industrial & Midstream:** A Galp continuou a explorar opções para a produção sustentável de combustíveis, estudando as rotas tecnológicas para a utilização de carbono. O objetivo é transformar o desafio da redução e captura de emissões numa oportunidade, explorando formas de utilizar o CO_2 diretamente em aplicações industriais ou combinando-o com H_2 verde no fabrico de combustíveis sintéticos. Um outro projeto analisou 21 opções tecnológicas para a produção de combustíveis sustentáveis para a aviação e transporte marítimo e incluiu três estudos de pré-viabilidade no Brasil, focando-se na produção de combustíveis através das rotas Fischer-Tropsch e etanol. Estes estudos orientarão a definição das prioridades das rotas de produção de combustíveis *low carbon*. Foram também analisadas as oportunidades *greenfield* e *brownfield* de produção de biometano em várias regiões geográficas. O foco futuro deverá ser o desenvolvimento de um projeto-piloto para validar os pressupostos e melhorar a tecnologia.
- **Centro de Inovação Commercial:** O projeto *Second-life Batteries* instalou um contentor cheio de baterias de veículos elétricos usadas numa estação de serviço da Galp em Madrid. Estas baterias são carregadas com eletricidade renovável proveniente de painéis solares fotovoltaicos instalados localmente e aceleram a implantação de novos centros de carregamento ultrarrápido em locais onde a rede de média tensão é inacessível ou só pode ser acessível mediante pedido. Ao mesmo tempo, serve de banco de ensaio para ferramentas avançadas de análise de dados para prever falhas e prolongar a vida útil das baterias. A comunidade energética do Caxias Living Lab foi também alargada, totalizando agora 85 painéis fotovoltaicos, cinco baterias e duas bombas de calor.

- **Centro de Inovação Renewables:** A Galp lançou o primeiro projeto-piloto agrovoltaico em Portugal, em parceria com o ISA (Instituto Superior de Agronomia), numa vinha, para apoiar a dualidade de utilização dos solos e otimizar a produção agrícola face às alterações climáticas e à transição energética. O projeto-piloto deverá estar operacional em abril de 2024. A Galp também explorou a reciclagem de paineis fotovoltaicos e soluções para minimizar as perdas por sombra em terrenos irregulares com um projeto-piloto numa central fotovoltaica em Espanha.
- **Centro de Inovação Aberta:** A segunda edição do programa "StartUp The Future" reconheceu cinco novas empresas, enquanto que os vencedores dos anos anteriores desenvolveram projetos-piloto em Portugal, Espanha e Moçambique. O centro desenvolveu novas parcerias, incluindo com o Instituto Superior Técnico, para apoiar um espaço de aprendizagem prática dedicado à inovação energética e ao desenvolvimento de protótipos. A Galp criou também, juntamente com a Universidade Nova de Lisboa, uma comunidade interdisciplinar de investigação em "*Sustainable Energy Systems*". A Galp também apoia um programa na Universidade Católica de Lisboa focado na investigação de "Modelos de Negócio Digitais para uma Transição Energética Justa e Sustentável".

2. Biodiversidade, Água, Economia Circular

As nossas ambições para **2030**	**Proteger a biodiversidade**			**Gestão eficiente e sustentável da água**		**Excelência operacional e transição para a circularidade**	
Meta 2023-2030	Não operar em áreas UNESCO[1]	Evitar IUCN[2] I-IV para novos sites e começar a definir PAB[3] para sites existentes nestas áreas até 2025	A partir de 2023, ambicionar produzir um impacto positivo na biodiversidade	Melhorar a eficiência da água		Melhorar a gestão de resíduos	
KPI	Sites em áreas UNESCO	Novos sites em áreas IUCN I-IV	Número de planos de ação para atingir impacto positivo	Captação de água doce	% de água reciclada nas operações	Volume de resíduos	% de resíduos reciclados / recuperados
Desempenho 2023	0 ●	0 ●	1 Projeto-piloto ●	-14% comparado a 2017 (-2% YoY) ●	12% (-2 p.p YoY)	-3% comparado a 2017 (+32% YoY) ●	53% (-9 p.p YoY)
Aspeto material	Biodiversidade e ecossistemas			Gestão da água		Eco-eficiência operacional e Economia Circular	

O nosso alinhamento com os **ODS**



[1]United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, [2]União Internacional para a Conservação da Natureza, [3]PAB - Plano de Ação de Biodiversidade

● Desempenho em 2023 de acordo com o plano ● Desempenho de 2023 abaixo do esperado

De acordo com o Relatório de Riscos Globais 2024 do Fórum Económico Mundial (FEM), os riscos mais severos, previstos para a próxima década, estão associados às alterações climáticas e à natureza. Estão a ser desenvolvidos esforços para enfrentar esta crise através de estratégias e colaborações entre a comunidade global e as forças de mercado, em particular as centradas na natureza.

A Conferência das Partes da Convenção Sobre Diversidade Biológica de 2022 (COP15, realizada em Montreal, Canadá) resultou no acordo Montreal-Kunming. Este definiu metas ambiciosas para travar e inverter a perda de biodiversidade até 2030, incluindo a reestruturação dos sistemas de subsídios prejudiciais e a recuperação de 30% dos ecossistemas degradados do planeta.

Para além disto e tendo em conta outros enquadramentos, tais como a *Task Force on Nature related Financial Disclosures* (TNFD), e tendências emergentes como as *Science-Based Targets for Nature* (SBTN), a Galp está empenhada em apoiar e contribuir para a conservação da natureza.

A Galp estabeleceu um robusto Sistema de Gestão Ambiental aplicável a todas as operações e atividades, em conformidade com as diretrizes da ISO 14001. Este *framework,* em vigor há mais de 10 anos e em melhoria continua, garante o cumprimento da legislação e outros requisitos relevantes, gere proativamente os riscos de ambiente e promove a melhoria contínua do desempenho ao longo do ciclo de vida de nossas atividades, produtos e serviços. Além disso, o nosso sistema de gestão ambiental será progressivamente alinhado com as diretrizes da CSRD. Isso inclui a avaliação e ação sobre riscos e oportunidades, bem como o acompanhamento do desempenho através de métricas ambientais como consumo de energia, gestão de resíduos, uso da água e biodiversidade.

A abordagem da Galp à TNFD

A empresa está a preparar a implementação do *framework* da TNFD, tendo começado por definir o modelo de governo da Galp para as dependências, impactos, riscos e oportunidades relacionados com a natureza e desenvolvendo um projeto-piloto para a avaliação de risco LEAP (Localizar, Avaliar, Analisar e Preparar).

Governo sobre temas relacionados com a natureza
Uma das várias funções que recaem sobre a Comissão de Sustentabilidade, a nossa comissão a nível do conselho de administração, é a de avaliar e supervisionar os riscos e oportunidades relacionados com o clima e a natureza, com o apoio da Comissão de Gestão de Riscos. O pilar de "Governo" da TNFD será objeto de uma análise e melhoria contínuas, conforme necessário, ao longo do processo de desenvolvimento do *framework*.

Projeto-piloto de Avaliação de Riscos LEAP
Esta é uma abordagem abrangente que implica a avaliação de questões relacionadas com a natureza e a identificação de áreas de ação prioritárias. Conscientes de que interagir com a dimensão da natureza é específico a cada local, a nossa abordagem centra-se em avaliações e respostas específicas. Acreditamos que esta é uma oportunidade essencial para compreender, gerir e dar uma resposta eficaz aos riscos e oportunidades relacionados com a natureza para a Galp. Concluímos recentemente as fases "Localizar" e "Avaliar".

- **Âmbito do Projeto**: A nossa análise de portefólio da Galp, envolveu uma análise detalhada dos principais aspetos, incluindo a distribuição geográfica, o tipo de atividade, a estratégia de negócio e a integridade da natureza. Esta análise serviu de base para a nossa prioridade de avaliação, centrada nas atividades específicas da Galp.

- **Fase Localizar e Avaliar:** Começámos por mapear a nossa pegada do negócio e os tipos de ecossistemas. Seguidamente, avaliámos as dependências da Galp em relação aos serviços dos ecossistemas e os principais impactos associados às atividades, combinando o contexto do setor e da empresa, o estado natural atual e o desempenho em termos de eco-eficiência. Este processo culminou numa matriz de materialidade, destacando os ativos prioritários para avaliação e as ações relativas aos riscos e oportunidades associados.

Proteger a biodiversidade

Para alcançar a nossa ambição, a Galp está focada nos seguintes fatores:

- Compromisso de incluir critérios de biodiversidade na tomada de decisão
- Integrar os nossos *sites* no ecossistema
- Colaborar através de iniciativas e parcerias

Compromisso de incluir critérios de biodiversidade na tomada de decisão

A nossa intenção é a de evitar operar/explorar/minar/perfurar dentro dos limites das áreas do Património Mundial da UNESCO e nas áreas protegidas da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) de Categoria I-IV.

Em 2024, reafirmámos a nossa posição em matéria de biodiversidade com a aprovação da nossa Política de Biodiversidade que pode ser consultada no site da Galp (link aqui).

Política de Biodiversidade da Galp

A nossa Política de Biodiversidade articula-se em torno de três princípios fundamentais:

Respeitar as zonas de proteção

Reconhecemos o valor das áreas do Património Mundial da UNESCO e das áreas protegidas da IUCN, e respeitamos os seus limites, não operando ou evitando estas áreas sensíveis em termos de biodiversidade, respetivamente.

Identificar, avaliar e gerir locais de operação novos ou já existentes

Avaliamos a biodiversidade nas nossas operações e na nossa cadeia de valor, incorporando-a na nossa estratégia e gestão de riscos. Planos de ação específicos para locais próximos de áreas protegidas[1] e estratégias focadas num impacto positivo na biodiversidade para novos projetos são parte integrante da nossa abordagem. Em *joint ventures*, promovemos a sua aplicação coletiva através da partilha das nossas diretrizes em matéria de biodiversidade, a fim de promover um compromisso comum para a sua aplicação.

Promover a colaboração e divulgar conhecimentos

Incentivamos as principais partes interessadas a incorporar critérios de biodiversidade nas suas práticas empresariais. Os nossos esforços estendem-se à promoção de iniciativas de formação e sensibilização centradas na biodiversidade junto dos parceiros relevantes.

Preservar e conservar a floresta

Reforçámos o nosso objetivo de alcançar a desflorestação líquida nula[2] nos novos projetos, conforme ficou patente na nossa Política de Biodiversidade. Isto implica evitar a remoção de terras florestais sempre que possível e, caso seja inevitável, compensar com futuros esforços de reflorestação.

O ano de 2023 trouxe a implementação de 3 novos projetos fotovoltaicos da Galp, os quais evitam a desflorestação, e um outro que requer medidas de compensação.

[1] Áreas do Património Mundial da UNESCO e áreas protegidas de categoria I-IV da UICN.
[2] A Galp utiliza a definição de floresta da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAAO): "Terrenos com mais de 0,5 hectares com árvores acima de 5 metros de altura e cobertura de copa superior a 10%, ou árvores capazes de atingir estes limites *in situ*".

Dependências e impactos relacionados com a natureza e rastreio dos riscos para a Biodiversidade

Fazemos uma análise anual do risco de biodiversidade em todos os locais onde operamos. Em 2023, incorporámos a identificação de potenciais dependências e impactos relevantes sobre a natureza que sejam decorrentes das nossas principais atividades existentes, de forma a melhorar o nosso conhecimento e permitir uma avaliação de risco mais eficaz. Além disso, cruzámos a localização dos nossos locais de exploração com áreas relevantes para a biodiversidade[3] utilizando a ferramenta IBAT. O número de espécies ameaçadas nas áreas em redor das nossas operações é também monitorizado de acordo com a *Red List da IUCN*.

Olhando para todas as instalações onde a Galp opera, nenhuma se situa em áreas do Património Mundial da UNESCO ou adjacentes às mesmas. No que diz respeito às áreas protegidas da IUCN de categoria I-IV, 29 instalações (6%) estão situadas dentro ou perto (num raio de 1 km) destas regiões, sobretudo estações de serviço na Península Ibérica, para as quais planeamos desenvolver planos de ação para a biodiversidade.

Pode consultar informações mais detalhadas sobre a Avaliação do Risco para a Natureza da Galp de 2023 (link aqui).

[3] Inclui qualquer área de proteção da biodiversidade ou de conservação prioritária identificada neste relatório, de acordo com os dados fornecidos pela ferramenta IBAT (áreas IUCN, Áreas Chave de Biodiversidade, Ramsar, Rede Natura 2000 e Património Mundial da UNESCO).

Integrar os nossos *sites* no ecossistema

Abordagem às nossas atividades

A nossa abordagem de gestão segue a hierarquia de mitigação (evitar, minimizar, restaurar e compensar). Estamos a planear desenvolver planos de ação para instalações localizadas em áreas protegidas ou adjacentes a elas. Na Refinaria de Sines, estamos a desenvolver um Plano de Ação para a Biodiversidade, com o apoio de especialistas na matéria. Para a fase inicial, foi realizada a caraterização da fauna, flora, vegetação e habitats regionais. O relatório final está em curso e inclui conclusões detalhadas e as respetivas recomendações.

Para novos projetos localizados em áreas protegidas ou adjacentes a estas, a Galp está focada no desenvolvimento de uma estratégia que possa ter um impacto positivo na biodiversidade. Com o apoio de especialistas externos, a Empresa desenvolveu uma metodologia denominada "*Smart Renewable Power Plant*", que visa incorporar centrais solares no ecossistema e obter um impacto positivo.

Alcoutim: Projeto-piloto de impacto positivo líquido



Em 2023, iniciámos um projeto-piloto em Alcoutim, Portugal, para implementar a metodologia "Smart Renewable Power Plant". Inaugurado em setembro e juntando quatro centrais fotovoltaicas - S. Marcos, Viçosa, Pereiro e Albercas - o projeto ocupa uma área de 250 hectares e tem capacidade para produzir cerca de 140 MWp.

Foi elaborado um Plano de Ação para a Biodiversidade (PAB) para este local, que define as medidas para um impacto positivo líquido. O plano visa renaturalizar uma área total de cerca de 73 ha. Algumas das iniciativas incluem pastagens para ovelhas e abrigos para aves e morcegos. Estas e outras ações promovem uma utilização diversificada dos terrenos e a regeneração dos solos, salvaguardando e expandindo a biodiversidade local, e melhorando os serviços dos ecossistemas, entre outros benefícios. Tratando-se de um projeto-piloto, esperamos obter resultados cruciais que nos permitam voltar a aplicar esta abordagem noutras instalações solares semelhantes. Pode consultar informações mais detalhadas no site da Galp (link aqui).

No caso de *joint ventures*, partilhamos as diretrizes do Grupo em matéria de biodiversidade para incorporar coletivamente as temáticas de biodiversidade.

Biodiversidade em projetos Upstream

Nos últimos anos, o projeto FLNG Coral tem desempenhado um papel fundamental na proteção da biodiversidade. As atividades incluem o cultivo de coral, a capacitação de pescadores, o fornecimento de equipamento de laboratório à UniLurio (a universidade local), e campanhas de sensibilização para a conservação da biodiversidade na Escola Comunitária de Vamizi.

Além disso, foi efetuado um estudo de caraterização ambiental na região PEL83 da Namíbia, prevendo-se que o relatório final esteja concluído no primeiro semestre de 2024.

Pode consultar informações mais detalhadas relacionadas com os projetos Upstream no Guia de Boas Práticas para a Gestão da Biodiversidade e respetivos documentos suplementares (link aqui).

Colaborar através de iniciativas e parcerias

A Galp participou em várias iniciativas e colaborações este ano, trabalhando em parceria com partes interessadas relevantes:

- A Galp mantém-se no Fórum TNFD, um grupo consultivo multidisciplinar que partilha a missão e os princípios da TNFD, e que se disponibiliza para contribuir para o trabalho da *Taskforce*.
- A Galp manteve-se como membro da "Fuels Europe" e da CONCAWE, e participa ativamente em iniciativas, *taskforces* e grupos de trabalho no sector do petróleo e do gás (especificamente na indústria de refinação) para responder às preocupações ambientais relevantes.
- Além de pertencer ao BCSD Portugal, a Galp aderiu recentemente ao seu grupo de trabalho sobre a Biodiversidade, contribuindo para a apresentação de soluções para proteger e preservar a biodiversidade.

Galp adere à iniciativa act4nature

Aderimos ao act4nature Portugal, uma iniciativa promovida pelo BCSD Portugal, no âmbito do act4nature internacional. Este programa mobiliza as empresas para a proteção e recuperação da biodiversidade, incentivando-as a aderir e a subscrever 10 compromissos comuns, juntamente com ambições individuais, alinhados com as suas atividades específicas.

Pode consultar mais informações no website do act4nature Portugal (link aqui).

- A Galp associou-se à Universidade de Zaragoza (UNIZAR) e ao Centro de Investigação e Tecnologia Agroalimentar de Aragão (CITA) para desenvolver um plano de renaturalização dos parques solares da região de Aragão, em Espanha. Entre outros benefícios, o plano visa proteger e melhorar a biodiversidade local e regenerar o solo (link aqui).
- PRIMILART: A Galp desenvolveu iniciativas de proteção do habitat do *cernicalo primilla* (em alinhamento com a Diretiva Europeia Aves e o Plano Nacional de Proteção), incluindo a criação de abrigos. Esta iniciativa vai para além da conservação, promovendo um movimento artístico cultural em torno do "primillar", trazendo valor para a comunidade e sensibilizando para a biodiversidade, as tradições e o património cultural.

- Dia Mundial do Ambiente: No dia 5 de junho, várias equipas da Galp visitaram as nossas centrais solares de Alcoutim, Aragão e Minas Gerais (Central Vereda) para celebrar este dia. O evento incluiu atividades como a visita a centrais fotovoltaicas e a instalação de equipamentos dedicados ao aumento da biodiversidade (por exemplo, sensores acústicos, hotéis para insetos e abrigos para morcegos e aves). Foram apresentados planos de ação para projetos de biodiversidade e de economia circular, incluindo a reciclagem de plástico e de equipamento eletrónico.

Dia da Terra



Na semana de 21 a 25 de abril, a Galp celebrou o Dia da Terra. Juntámos os pequenos Energisers da família Galp para comemorar este dia com atividades divertidas e lúdicas nas Torres de Lisboa e na Refinaria de Sines. Juntamente com a Águas do Tejo Atlântico e a Sociedade Ponto Verde, organizámos atividades lúdicas de sensibilização para práticas sustentáveis, nomeadamente nas temáticas da água (ciclo da água, tratamento de águas residuais, eficiência) e reciclagem. Sugerimos também documentários e livros, entre outros materiais, para sensibilizar para temas relacionados com a natureza.

Gestão eficiente e sustentável da água

Prevê-se que a interdependência entre água e energia aumente nos próximos anos, o que terá implicações significativas tanto para a segurança energética como para a segurança hídrica. Tendo em conta esta tendência e dado o âmbito das nossas atividades atuais e futuras - algumas das quais localizadas em regiões com escassez de água - é essencial que seja feita uma gestão eficaz e colaborativa dos recursos hídricos.

Para nos guiarmos em direção à nossa ambição, a Galp está focada na compreensão e conservação dos recursos hídricos.

Compreender e conservar os recursos hídricos

Na nossa análise anual dos riscos para a natureza, utilizamos a Aqueduct Water Tool desenvolvida pelo WRI (World Resources Institute) para mapear e avaliar os riscos para a água nos *sites* que operamos (link aqui). Em 2023, 36% das instalações operadas pela Galp situavam-se em zonas com riscos hídricos globais elevados ou extremamente elevados. Este facto deve-se, em grande parte, à sua localização na Península Ibérica, onde o risco físico de quantidade de água (nomeadamente o stress hídrico) é predominante. A Refinaria de Sines foi identificada como um ponto crítico prioritário.

Embora o negócio do Retalho não esteja normalmente associado a preocupações significativas relacionadas com a água, inclui a maioria das instalações operadas da Galp localizadas em regiões de stress hídrico na Península Ibérica. Apesar de representar menos de 15% do volume total de captação de água doce da Galp, uma melhor eficiência hídrica é uma prioridade, especialmente nas estações de serviço com lavagem de automóveis. A partir deste ano, e abrangendo as instalações existentes que já possuam sistemas de reciclagem de água de lavagem de automóveis, instalações novas ou renovadas que ofereçam este serviço serão equipadas com sistemas de reciclagem de água, de acordo com o orçamento atribuído.

Melhorar a eficiência hídrica – o caso da Refinaria de Sines

A refinaria foi reconhecida como um ponto crítico prioritário devido à sua localização numa região em esforço hídrico e ao seu potencial impacto significativo nos recursos hídricos, o que representa 74% da captação global de água doce de todo o Grupo.

A Galp tem vindo a investir na redução da pressão da atividade de refinação sobre os recursos hídricos. Alguns exemplos incluem a instalação de um biorreator de membrana (MBR) para aumentar a quantidade de águas residuais industriais recicladas e o investimento significativo na manutenção do sistema de combate a incêndios. Iniciativas adicionais, como a reutilização de água nos sistemas de incêndio e de água de rega, juntamente com a reutilização de água de processo, representaram 12% do total de água doce recuperada/reciclada da Galp em 2023.

Prevemos um aumento da sua dependência de água devido aos novos projetos que envolvem unidades de produção de HVO e H_2. Em antecipação, estão a ser planeadas medidas de ecoeficiência e as questões relacionadas com a água estão a ser consideradas nas principais fases destes projetos.

Excelência operacional e transição para a circularidade

A Galp está focada na melhoria do desempenho da ecoeficiência, através da otimização de recursos, efluentes, emissões e resíduos, mediante a melhoria contínua do seu desempenho. Para tal, procura adotar as melhores tecnologias disponíveis, estabelecendo objetivos e metas, e monitorizando periodicamente o desempenho em todas as geografias, sujeito a avaliações de terceiros. A gestão das questões ambientais decorrentes das atividades da Galp é feita através do seu sistema integrado de gestão certificado pela norma ISO 14001.

O objetivo da Galp passa também por expandir e aumentar a circularidade na sua cadeia de valor, desde a construção, até ao funcionamento e desmantelamento. A Galp vai concentrar-se na utilização eficiente dos seus recursos e materiais, aumentando a reutilização e reciclagem e identificando novas oportunidades em novos projetos.

Otimizar recursos, efluentes, emissões e resíduos

Este ano, diminuímos o consumo de energia em 17% em comparação com 2022, relacionado com a redução de 10% de carga processada, influenciada pela paragem realizada este ano na refinaria de Sines.

A captação de água doce diminuiu cerca de 14% em comparação com 2017, mostrando uma redução consistente. Esta tendência não está apenas relacionada à paragem, mas também reflete a nossa dedicação em implementar medidas para melhorar a ecoeficiência nas operações. Observou-se uma ligeira diminuição da taxa de reciclagem de água em 2 p.p. em comparação com 2022, também em consequência da paragem. A captação de água doce aumentou nas zonas sujeitas a stress hídrico. Esta situação deve-se à expansão das regiões que sofrem de stress hídrico, afetando assim um maior número de locais.

O desempenho da Galp noutros indicadores ambientais chave, nomeadamente no que respeita a resíduos produzidos, foi fortemente influenciado pelas duas paragens na refinaria de Sines e pelos trabalhos de desmantelamento do complexo industrial de Matosinhos. Estes dois eventos contribuíram para aumentar a produção total de resíduos (+32% em relação a 2022), em especial os resíduos perigosos (+40% em relação a 2022) devido às intervenções associadas. É importante salientar que 53% do total de resíduos produzidos foram valorizados.

	2020	2021	2022	2023	dos quais, Refinação[1]
Consumo de energia direta por fontes primárias (TJ)	38.863	34.249	30.480	25.382	98%
Compra de eletricidade (TJ)	1.558	1.389	1.271	1.506	81%
Captação total de água (10^3 m^3)	9.881	9.435	9.343	9.125	74%
Captação total de água doce (10^3 m^3)	9.743	9.321	9.219	9.032	74%
Captação total de água doce em zonas com stress hídrico (10^3 m^3)	-	6.764	8.078	8.353	80%
Total de água reciclada (%)	15	14	14	12	56%
Efluentes (10^3 m^3)	5.913	5.822	6.125	6.109	60%
Resíduos produzidos (ton)	27.894	20.355	22.167	29.240	48%
Resíduos perigosos produzidos (ton)	21.701	16.268	17.671	24.776	46%
Taxa de resíduos recuperados/reciclados (%)	56%	60%	62%	53%	-
Número de perdas de contenção primária que afetaram o ambiente [2]	7	11	7	5	0%
Volume das perdas de contenção primária que afetaram o ambiente (m^3)[2]	302	44	64	5	0%
Emissões de GEE no âmbito do CELE (tonCO_2e)	3.067.805	2.674.058	2.664.396	2.359.568	100%
Emissões de NOx (ton) [3]	1.384	1.349	1.539	918	78%
Emissões de SO_2 (ton) [3]	1.113	922	1.454	1.394	100%
Emissões de partículas (ton) [3]	182	183	70	13	54%
Emissões de metano (ton)	682	491	1.318	1.022	23%
Pegada de carbono - Emissões diretas (tonCO_2e) (âmbito 1)	3.591.892	3.198.740	3.442.507	2.991.742	79%
Pegada de carbono - Emissões indiretas (tonCO_2e) (âmbito 2 - *market-based*)	42.026	9.149	9.138	9.848	0%
Gás flaring – Upstream (Mm^3)	40,2	34,5	116,6	74	0%

[1] A atividade de refinação (Refinaria de Sines) é o segmento com maior impacto no desempenho ambiental da Empresa.
[2] Inclui perdas de contenção >0,150 m^3 (cerca de 1 bbl), excluindo produtos gasosos.
[3] As emissões do 4º trimestre da Refinaria de Sines são estimadas

Economia circular

A Galp está focada em fazer com que os materiais durem mais tempo, utilizando os recursos de forma responsável e incorporando princípios circulares desde a conceção até ao encaminhamento para destino final. Procuramos colaborar com os nossos parceiros na partilha de experiências e melhores práticas e na criação de oportunidades que permitam alcançar este objetivo. Aplicamos um prisma circular na nossa reavaliação estratégica do modelo de negócio tradicional, explorando soluções através de iniciativas de Inovação.

- **Biocombustíveis avançados**

A transformação em Sines de uma refinaria cinzenta num centro de energia verde irá permitir à Galp desenvolver projetos de eficiência que utilizem materiais reutilizáveis para criar produtos com baixo teor de carbono.

Em 2023, a Galp e a Mitsui juntaram-se para criar uma *joint venture* 75/25 que está a investir numa unidade de grande escala com 270 ktpa de capacidade, adjacente à refinaria de Sines, para a produção e comercialização de biocombustíveis avançados. Esta unidade utilizará resíduos para produzir óleo vegetal tratado com hidrogénio (HVO) e combustível de aviação sustentável (SAF), reduzindo assim a pegada ambiental em comparação com as suas alternativas de combustíveis fósseis.

Mantemos em funcionamento a Enerfuel, uma unidade industrial em Sines, que produz biodiesel FAME (Fatty Acid Methyl Ester), exclusivamente a partir de gorduras animais e óleos alimentares usados. Na refinaria de Sines, fornecemos Craqueamento Catalítico Fluidizado (FCC) à St. Gobain para a produção de betume. De modo a melhorar o nosso contributo para a circularidade, estamos também a avaliar a classificação de alguns dos nossos resíduos como matérias-primas para outras indústrias.

- **Novos Negócios - Cadeia de valor do lítio**

A Galp está a co-desenvolver uma unidade de processamento de lítio em Setúbal (Aurora). Para este projeto, está a ser planeada a criação de uma rede de fornecedores para os subprodutos da conversão do lítio. Desta forma, promover-se-á uma economia circular e garantir-se-á a atenuação do impacto desta atividade.

- **Renováveis - Centrais solares fotovoltaicas**

A equipa de inovação da Galp avaliou o CERFO (Centro Europeu de Reciclagem Fotovoltaica), uma *start-up* de Aragão que está a construir uma unidade de reciclagem de módulos fotovoltaicos em Espanha. Para o efeito, foi analisado o mercado de reciclagem fotovoltaica, a regulamentação pertinente, bem como a atividade e a tecnologia do CERFO. Com o apoio de uma empresa de consultoria especializada, explorámos os percursos de fim de vida dos módulos fotovoltaicos na Europa e comparámo-los com os padrões do setor.

- **Comercial - Conveniência**

Juntamente com os seus fornecedores, a rede de lojas da conveniência está a implementar práticas para melhorar a circularidade. Isto inclui a redução de embalagens de plástico e a substituição de embalagens descartáveis por embalagens reutilizáveis para o transporte de garrafas, que podem posteriormente ser devolvidas para reutilização. A Galp também converteu os resíduos biológicos do café num subproduto, dando aos seus clientes a oportunidade de levar as borras de café e utilizá-las como biofertilizante.

3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos

As nossas ambições para **2030**	**Transição energética centrada nas pessoas**		**Promover a Diversidade**			**Respeitar os Direitos Humanos**		
Meta 2023-2030	Promover uma transição justa que permita às comunidades prosperar		Convergência acelerada rumo à paridade de género até 2030			Implementar um processo de *due dilligence* adequado em matéria de direitos humanos, através de uma abordagem de risco em linha com os UNGP[1]		
KPI	Comunidades críticas que receberam consultoria social de alto impacto	Contratação local	Mulheres em todas as posições de gestão/liderança	Mulheres no Conselho de Administração	Diferença salarial ajustada entre géneros	Horas de formação em direitos humanos	Auditorias a fornecedores que incluem critérios de direitos humanos	Avaliações de integridade por terceira parte que incluem critérios de direitos humanos
Desempenho 2023	100%	98%	35%	37%	2,6%	>1.500	44	>1.200
	●		●			●		
Aspeto material	Impacto social nas comunidades	Desenvolvimento do Capital Humano	Práticas e condições laborais		Atração e retenção de talento	Direitos Humanos		

O nosso alinhamento com os **ODS**



[1]United Nations Guiding Principles on Business and Human Rights

● Desempenho em 2023 de acordo com o plano ● Desempenho de 2023 abaixo do esperado

Uma transição energética centrada nas pessoas

Um elemento crucial da transição energética é a inclusão e ênfase nas pessoas. A Galp apoia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e alinha-se com os objetivos do Acordo de Paris como parte do esforço coletivo para uma economia de zero emissões líquidas até 2050.

Para alcançar esta ambição, a Galp está focada nos seguintes fatores:

- Encorajar o diálogo social e o envolvimento com as partes interessadas
- Capacitar todos os colaboradores para os desafios da transição energética
- Empoderar as comunidades através de investimento social

Encorajar o diálogo social e o envolvimento com as partes interessadas

A Galp pretende promover ligações e relações mais estreitas com os seus clientes, fornecedores, parceiros, comunidades, governos, universidades e outras partes interessadas relevantes. Os seus conhecimentos apresentam oportunidades de criação de valor mútuo, para benefício da empresa e também da sociedade.

Envolvimento na política climática

A Galp colabora ativamente com as partes interessadas relevantes ao nível da comunidade. O nosso objetivo é contribuir de forma positiva, criando valor e apoiando o desenvolvimento económico nacional e local.

A Empresa participa ativamente em iniciativas de política climática e envolve-se com entidades como a Comissão Europeia e orienta as associações empresariais para uma política climática responsável, a fim de garantir a conformidade, promover a inovação e enfrentar eficazmente os desafios ambientais.

Colaboramos regularmente com associações comerciais para garantir o cumprimento dos principais acordos e princípios climáticos. O nosso relatório das associações setoriais apresenta com transparência as suas perspetivas e eventuais disparidades, facilitando o nosso processo de seleção para futuras afiliações. O relatório atualizado de 2023 pode ser consultado no website da Galp (link aqui).

A nossa presença nos principais eventos

Ao longo de 2023, continuámos a participar em eventos e iniciativas que abordam as temáticas da transição energética e da sustentabilidade.

- **Galp Electric Summit:** A Galp contou com representantes que abordaram questões como a REPowerEU e a evolução do setor Oil & Gas, participando em discussões elucidativas ao lado de outras empresas e organizações como a Repsol, a BP e a Prio.
- **Sustainability and Society Forum:** A Galp participou em painéis importantes como o "Global Energy Trends", "Goals and policies for a sustainable Europe" e "Building a sustainable and inclusive future".
- **Lisbon Energy Summit:** A 1ª edição do evento, apoiado em conjunto pela Galp e pela EDP, promoveu um debate sobre as oportunidades e os desafios do sistema energético do futuro.
- **Web Summit:** Pelo terceiro ano consecutivo, a Galp fez parte do evento com uma abordagem virada para as suas pessoas e para os projetos de inovação que apoia. Cerca de 300 colaboradores foram convidados a participar, o que lhes proporcionou uma oportunidade para o seu desenvolvimento pessoal.
- **COP 28**: A Galp voltou a participar na 28ª edição da COP, no Dubai, Emirados Árabes Unidos. A nossa equipa de Relações Externas teve a oportunidade de participar em vários eventos e conferências onde foram discutidas questões fundamentais como a transição energética para fontes renováveis, o financiamento do clima e das perdas e danos, a tributação da energia, as emissões de metano e a aceleração das tecnologias de baixas emissões.

A Galp também se relaciona com vários investidores, através de reuniões dedicadas, e com associações (por exemplo, WBCSD, BSCD Portugal, UN Global Compact, World Economic Forum, Energy Impact Partners, etc.). Esta é uma oportunidade para trocar conhecimentos, participar em debates e influenciar em várias questões.

Para além disso, a Galp promoveu vários eventos Town Hall abertos a todos os colaboradores em todas as geografias. Cada evento contou com cerca de 2.000 participantes e abordou temas como o contexto atual e os desafios futuros, a evolução da empresa e a nova estrutura de governo, a necessidade da continuidade da atividade e a mudança para a nova sede em Lisboa.

Capacitar todos os colaboradores para os desafios da transição energética

Em 2023, a Galp continuou a promover iniciativas sobre temas relacionados com a transição energética, requalificação, etc. Estas iniciativas envolveram colaboradores e outras partes interessadas.

- **Sessões de formação sobre a Transição Energética:** a Galp intensificou as iniciativas de formação sobre a transição energética e as alterações climáticas para colaboradores, executivos e membros do conselho de administração. As numerosas reuniões realizadas ao longo do ano incluíram

workshops e sessões de atualização de competências, abrangendo vários temas ESG, tais como o *roadmap* da sustentabilidade, o H_2 Verde, as emissões de GEE, o mercado voluntário do carbono e a biodiversidade. Foi realizada uma sessão dedicada à Comissão de Sustentabilidade, para fazer uma análise mais aprofundada dos fundamentos das emissões de GEE, das métricas de descarbonização, do desempenho e das metas da Galp. Algumas das atividades de envolvimento com os trabalhadores incluíram as celebrações do Dia da Terra e os eventos da Semana da Sustentabilidade.

- **Business Roundtable Portugal:** o objetivo final é requalificar 20 mil pessoas desempregadas em Portugal até 2025. Este projeto nacional conta com o empenho e a participação ativa da Galp.

- **Programa de Alfabetização de Dados:** A Galp continuou a sua parceria com a Porto Business School e a International Data Corporation, tendo realizado mais de 200 horas de sessões formais de aprendizagem, assim como aprendizagem no local de trabalho e apoio direto em projetos de dados. Mais de 100 trabalhadores participaram nestas ações, num total de 4.900 horas.

Empoderar as comunidades através do investimento social

Licença social para operar

Assegurar uma licença social para operar continua a ser uma prioridade máxima e implica um diálogo e envolvimento contínuos com as comunidades locais e outras partes interessadas, de modo a abordar de forma transparente os riscos e oportunidades em cada contexto e geografia onde a Galp opera. Em São Tomé e Príncipe, apoiamos a comunidade local através de projetos sociais que envolvem várias partes interessadas, a fim de compreender as suas expectativas e obter a aceitação social para operar.

Impacto social nas comunidades

Em 2023, prestámos consultoria social de alto impacto a 100% das nossas comunidades críticas na Península Ibérica, Brasil e África, garantindo o apoio à execução de projetos e o alinhamento com a estratégia de impacto social da Galp, através de reuniões e interações regulares.

A Galp pretende apoiar a sociedade através da disponibilização de sistemas de energia sustentável, educação, consumo consciente de energia, proteção da biodiversidade e inovação social, de acordo com os seus cinco pilares estratégicos de impacto social.

1. Soluções de energia e mobilidade sustentáveis | O valor partilhado faz parte do caminho da transição energética.

Impacto em 2023: 19 iniciativas desenvolvidas.
Alguns exemplos:

- Colmeia: um novo programa comunitário colaborativo de inovação social, o qual tem o objetivo de impulsionar o empreendedorismo, juntando talentos, *start-ups* e toda a comunidade no âmbito das soluções energéticas sustentáveis.

- Galp "Energia Solidária": em parceria com a "ENTRAJUDA", esta iniciativa visa atenuar o impacto do aumento dos custos energéticos para os mais vulneráveis.

2. Educação/sensibilização | Visa aumentar a sensibilização para a transição energética através da educação e apoiar as comunidades locais ao longo deste processo.

Impacto em 2023: 125.857 beneficiários.
Por exemplo:

- Orquestra Maré do Amanhã (OMA): projeto que ensina música a crianças e adolescentes e promove a criação de oportunidades de educação e emprego para jovens, a fim de afastá-los da violência e do tráfico de drogas, no Rio de Janeiro.

3. Integração de ecossistemas | Promoção de um impacto líquido positivo nos ecossistemas e na biodiversidade.

Impacto em 2023: nove iniciativas desenvolvidas.
Por exemplo:

- Programa Triggers: a Galp manteve a sua participação na 2.ª edição, onde os três finalistas celebraram a economia circular e a otimização dos resíduos e receberam financiamento para implementar os projetos premiados.

4. Apoio a projetos locais | A Galp apoia projetos locais que contribuem para as prioridades de desenvolvimento sustentável das comunidades.

Impacto em 2023: 1.214.069 beneficiários diretos
Objetivo para 2025: 4.500.000 beneficiários diretos (desde 2021).
Alguns exemplos:

- Todos os Passos Contam: nas quatro edições desta iniciativa a Galp entregou 3,2 milhões de refeições à Rede de Emergência Alimentar, em Portugal.

- Vilas em Movimento: este projeto promove a mobilidade sustentável e a inclusão social através de bicicletas elétricas partilhadas, estações de carregamento e instalações remodeladas para a prática de exercício físico, bem-estar social e workshops para mitigar a solidão entre os residentes mais velhos.

5. Emergências sociais | Ajuda na resposta a emergências sociais causadas por problemas económicos, políticos, ambientais ou outros, sejam eles recorrentes ou ocasionais.

Impacto em 2023: 20.432 beneficiários.

Alguns exemplos:

- Programa de Integração Ucraniana da Galp: quase dois anos após a invasão da Ucrânia pela Rússia, este programa implementado no ano letivo de 2022/2023 apoiou 25 estudantes.

- Cabo Delgado: concentrámo-nos em reduzir o impacto do conflito armado na população deslocada através da distribuição de alimentos, vestuário, material escolar e outros bens às crianças e às comunidades escolares.

Atividades de voluntariado

O programa de voluntariado da Galp, em linha com a sua estratégia de investimento social, concede aos colaboradores seis dias por ano para envolvimento com a comunidade, promovendo o alinhamento interno, o desenvolvimento de competências e o investimento na comunidade local. É apoiado pela Comissão Executiva e, em 2023, atingiu 25 % do número total de efetivos em voluntários, aproximando-nos do objetivo de 2025 de 26 %. Os voluntários da Galp dedicaram quase 9 mil horas a atividades de voluntariado, com forte incidência no pilar das emergências sociais.

Pode consultar mais informações sobre a nossa contribuição para as comunidades locais no nosso Relatório de Gestão da Fundação Galp (link aqui).

Medir o nosso impacto social

A Galp mede o progresso em relação aos seus objetivos sociais de acordo com a metodologia Business for Societal Impact (B4SI).

Impacto Social em 2023	
Motivação (€m)	
Donativos	1,5
Investimento na comunidade	33,9
Iniciativas comerciais na comunidade	0,7
Europa	9,5
Médio Oriente e África	1,6
América do Norte	0,02
América do Sul	25
Total (€m)	**36,1**
Motivação (%)	
ODS 4: Educação de Qualidade	74
ODS 7: Energias Renováveis e Acessíveis	7
ODS 10: Reduzir as Desigualdades	8
ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	2
ODS 13: Ação Climática	6
ODS 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos	1
Número de beneficiários	1.712.092
Número de entidades beneficiárias	5.101
Voluntariado	
Número de voluntários	1.756
Horas de voluntariado (colaboradores da Galp)	8.937

Criar, promover e apoiar empregos verdes

Para além dos novos projetos em Sines que apoiarão o acesso e a criação de empregos verdes, a reconversão das instalações da antiga refinaria de Matosinhos também seguirá os princípios da inovação e da sustentabilidade. Os trabalhos de demolição tiveram início em outubro de 2023 e terão a duração de dois anos e meio. A perspetiva abrangente deste projeto de requalificação assenta na capacidade de atrair investimentos que garantam mão-de-obra qualificada através de um polo tecnológico, desenvolvido em torno de um campus universitário, de um parque tecnológico e de centros empresariais.

Pode encontrar mais informações sobre o projeto de Matosinhos no website (aqui).

Promover a Diversidade

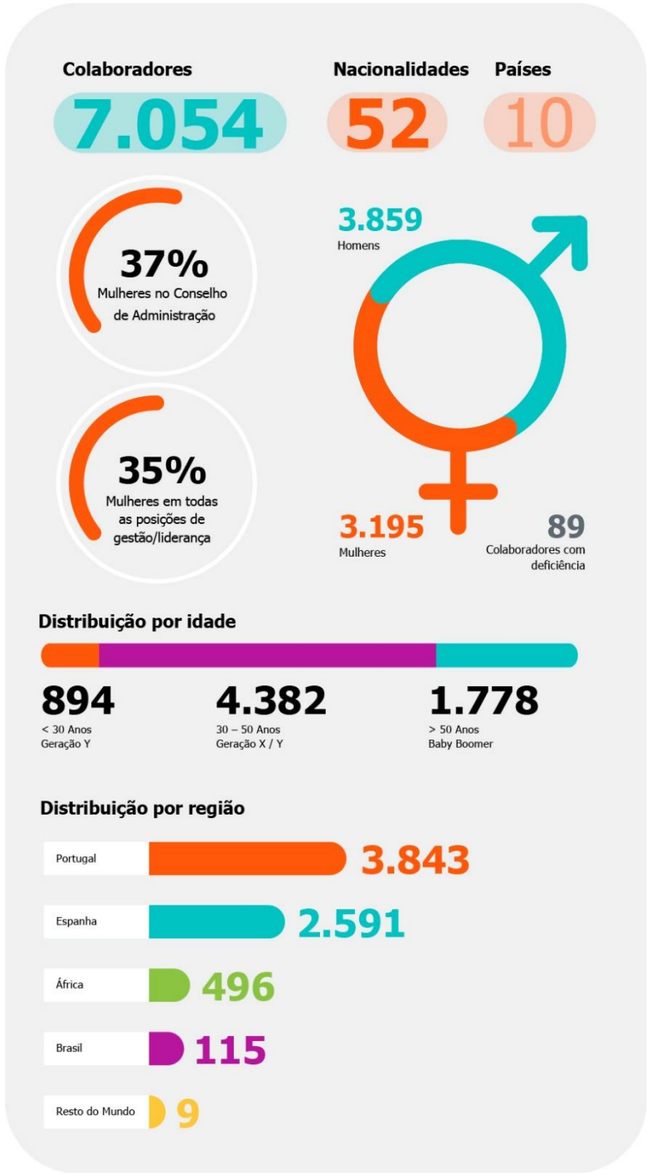
A Galp tem-se dedicado ao desenvolvimento de um plano estratégico de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) para promover uma cultura de sustentabilidade que defenda a diversidade de género, capacidades, origens, raça, idade, diversidade cognitiva, entre outras. Neste processo, a Galp está empenhada em promover uma cultura DE&I e em combater as desigualdades.

Fortalecer a cultura de DEI e enfrentar as desigualdades

Em 2023, a Galp foi novamente incluída no Índice de Igualdade de Género da Bloomberg, tendo sido reconhecida, a par de outras empresas, pela excelência das suas práticas em matéria de género e igualdade, alcançando uma pontuação global de 86%.

Em 2023, mais de 1.500 pessoas em todas as geografias sentiram os efeitos da comunicação da estratégia de DE&I. Para além da disponibilização de informação a todos os colaboradores através da intranet, realizaram-se um conjunto de ações de sensibilização sobre este tema junto dos colaboradores.

A 31 de dezembro de 2023, a Galp tinha 7.054 colaboradores, divididos por 10 países.



Género

Continuaremos a trabalhar para aumentar a representação feminina em cargos de liderança ambicionando convergir para a paridade de género. Esta meta é determinada pelo Plano para a Igualdade, publicado anualmente e aprovado pela Comissão Executiva. O Plano para a Igualdade 2024, que contém os nossos principais objetivos para a prossecução da igualdade de tratamento e de oportunidades para homens e mulheres, pode ser consultado aqui.

A Galp continua a trabalhar no sentido de acelerar a convergência para a paridade de género até 2030. Apesar de mais de 45% dos nossos colaboradores serem do sexo feminino, ainda estamos aquém da nossa meta no que diz respeito à paridade de género em cargos de gestão.

Categoria profissional	Feminino		Masculino	
Gestão sénior	84	30%	197	70%
Gestão média/Outra	293	37%	503	63%
Total	**377**	**35%**	**700**	**65%**
Não gestão	2818	47%	3159	53%

O reforço da igualdade de género na liderança foi notório em 2023, uma vez que aumentámos a percentagem de mulheres no novo Conselho de Administração de 28% para 37%. Além disso, verificou-se uma melhoria notória no equilíbrio de género nas comissões ao nível do Conselho de Administração, sendo que três das quatro comissões são agora presididas por membros do Conselho de Administração do sexo feminino (Comissão de Auditoria, Comissão de Sustentabilidade e Comissão de Gestão de Risco).

Em 2023, os esforços dedicados à igualdade de género estenderam-se a várias práticas de recursos humanos:

Recrutamento e Seleção

- Definimos o objetivo de ter 50% de candidatos de ambos os sexos na lista de espera para seleções ou parceiros de recrutamento externos. Em 2023, 51,4% das novas contratações foram mulheres.

Formação e Desenvolvimento

- Implementação do programa LeadHER, um conjunto de iniciativas destinadas a reforçar e apoiar o desenvolvimento de mulheres que revelem elevado potencial para crescer em posições de maior responsabilidade e impacto.
- Participação em programas externos de liderança como o "Promova", programa executivo da Confederação Empresarial de Portugal e da NOVA School of Business and Economics, e o "Women on Board", um programa executivo desenvolvido pela Academia Vieira de Almeida.
- Implementação da iniciativa "Diversity Talks" durante 2023 e 2024, com convidados internos e externos para abordar os quatro pilares de DE&I na Galp. Destacamos a palestra "Man Up - O que significa ser um homem", uma iniciativa realizada durante o movimento *Movember*.

Igualdade na Remuneração

- Revisão salarial anual com indicadores de género para garantir decisões informadas nesse sentido, estando a avaliação e monitorização das métricas em linha com a ACT e o GEI da Bloomberg.

	2023
Diferença salarial global entre géneros[1]	18%
Diferença salarial ajustada entre géneros[2]	2,6%

[1] a diferença salarial global entre géneros é calculada subtraindo a remuneração média feminina da remuneração média masculina e dividindo o resultado pela média da remuneração masculina. O indicador da diferença salarial entre géneros tem em conta o salário base anual.
[2] a diferença salarial ajustada tem em conta as diferentes categorias profissionais dentro da empresa, sujeitas a ponderação, o que determina a sua posição relativamente a cada estrutura organizacional e a respetiva proporção de colaboradores em cada categoria profissional.

A Galp prosseguiu os seus esforços para promover a equidade e a justiça nas práticas remuneratórias, registando uma diminuição de 1 p.p. na diferença salarial global entre géneros, face a 2022. A métrica ajustada da disparidade salarial entre homens e mulheres, que considera o efeito das diferentes categorias profissionais dentro da empresa, melhorou entre os colaboradores do retalho (-4 p.p. em relação a 2022), que representam cerca de 45% da nossa força de trabalho, e entre os colaboradores não retalho (-2 p.p. em relação a 2022), resultando num valor geral de 2,6%.

Juventude

Em 2023, criámos um percurso integrado para os jovens, a fim de proporcionar mais oportunidades para estes entrarem na força de trabalho e estarem mais bem preparados para o futuro. Por conseguinte, elaborámos um roteiro de eventos para nos aproximarmos dos jovens e introduzimos dois novos programas: Estágios de verão (Summer Break Galp) e Operações Galp (Programa de Trainees para as nossas lojas Galp). Para mais informações, consulte o capítulo 4 do presente relatório - Parte II - Proteger e empoderar as nossas pessoas - A Galp como um ótimo lugar para trabalhar.

Mantemos a nossa meta de aumentar o talento jovem de 12% para 24%. Esta medida é aplicável às empresas do grupo abrangidas pelo "Pacto para Mais e Melhores Empregos para os Jovens", promovido pela Fundação José Neves.

Atualmente, 13% dos nossos colaboradores têm 30 anos ou menos, e temos a intenção de aumentar esta percentagem para 24% até 2026. No primeiro ano, registámos um aumento de cerca de 1 p.p.

Deficiência

Na Galp, rejeitamos qualquer discriminação com base na deficiência e garantimos a paridade de oportunidades e de tratamento no local de trabalho. Temos uma participação ativa na iniciativa do Fórum da Comunidade Inclusiva (ICF), dedicada a promover a integração de pessoas com deficiência na comunidade geral. Como prova da nossa dedicação, a Galp comprometeu-se a aumentar a representação de colaboradores com deficiência, eliminar as principais barreiras à integração e, simultaneamente, promover a sua empregabilidade.

Aumentámos em 20% o número de colaboradores com deficiência, de acordo com a legislação nacional aplicável, em relação ao ano anterior. Prosseguiremos com os nossos esforços para garantir que 2% da totalidade da força de trabalho seja constituída por pessoas com ≥ 60% de deficiência. Esta ambição aplica-se a Portugal, Espanha e Brasil.

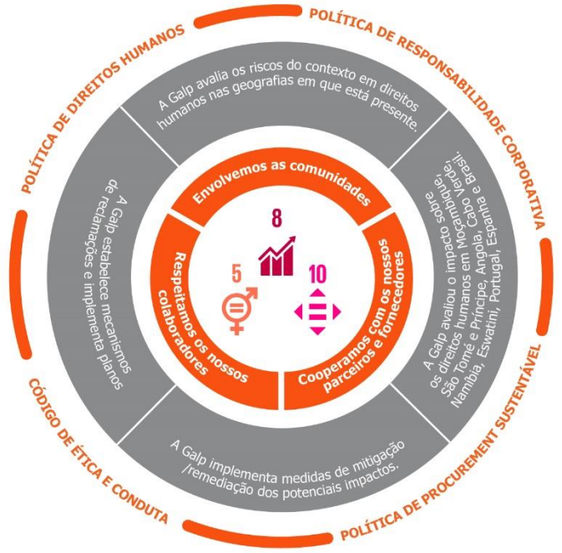
Respeitar os Direitos Humanos

Para alcançar a nossa ambição, a Galp está focada nos seguintes fatores:

- Endereçar as irregularidades e potenciais impactos
- Sensibilizar o nosso ecossistema para os Direitos Humanos

A nossa Política de Direitos Humanos, (acessível aqui) reflete os padrões globalmente reconhecidos referentes a negócios e direitos humanos, tais como os princípios relevantes do Pacto Global das Nações Unidas (do qual a Galp faz parte), os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e Empresas (os "UNGP"), as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, bem como os princípios e direitos definidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e a Carta Internacional dos Direitos Humanos. Com base na sua Política, a Galp compromete-se a incentivar os seus fornecedores, parceiros de negócio e clientes a respeitar os direitos humanos e a assegurar processos de gestão baseados no risco, de acordo com uma perspetiva de cadeia de valor com base numa conduta empresarial responsável.

Por conseguinte, são implementados procedimentos para evitar abusos diretos ou indiretos ou violações de direitos humanos internacionalmente reconhecidos resultantes das nossas operações e para assegurar que as nossas atividades comerciais estão em linha com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os UNGP.



O respeito pelos direitos humanos é também crucial para cumprir os critérios de salvaguarda mínimas exigidos pelo Regulamento da Taxonomia da UE. O objetivo das salvaguardas mínimas é garantir que as entidades que se dedicam a atividades económicas consideradas alinhadas com a taxonomia não se envolvem em violações de princípios sociais fundamentais e em violações dos direitos humanos. A Galp efetua a *due diligence* em matéria de direitos humanos, de acordo com as normas acima referidas, e está empenhada em proteger e defender os direitos humanos em todas as suas atividades na cadeia de valor. Saiba mais sobre os documentos e políticas empresariais da Galp (link aqui).

Endereçar as irregularidades e potenciais impactos

A Galp avalia os potenciais impactos e riscos associados a violações de direitos humanos. Foram feitas avaliações de impacto dos direitos humanos nas nossas operações que resultaram na elaboração de planos de ação. Todas estas informações estão disponíveis ao público no Relatório Anual sobre o estado dos Direitos Humanos (disponível aqui).

A Galp reconhece as complexidades associadas à implementação da *due diligence* em matéria de direitos humanos nas suas operações comerciais e cadeia de valor. Por conseguinte, está a tomar medidas proativas para identificar, avaliar, prevenir, atenuar e responsabilizar-se sistematicamente pelas suas obrigações em matéria de direitos humanos, em conformidade com as normas estabelecidas. Para garantir a eficácia do seu processo de *due diligence*, a Galp constituiu uma equipa interna e recorreu a um especialista em Direitos Humanos para uma orientação especializada e alinhada com os objetivos definidos no *Roadmap* de Sustentabilidade. O *roadmap* 2023-25 também estabelece planos para a realização de avaliações abrangentes de risco de direitos humanos em todas as operações e cadeia de valor da Galp, seguidos pelo desenvolvimento e execução de estratégias de remediação direcionadas com base nas conclusões da avaliação.

Sensibilizar o nosso ecossistema para os Direitos Humanos

Conforme ficou definido na nossa Política de Direitos Humanos, a Galp está empenhada em aumentar a sensibilização para as questões de direitos humanos no seu ecossistema, envolvendo todas as partes interessadas relevantes. Em 2023, os Direitos Humanos foram um dos temas da ordem de trabalhos da Comissão de Sustentabilidade, focada nos requisitos da proposta de diretiva CSDDD (Diretiva de *Due Diligence* para Sustentabilidade Corporativa) da UE. Além disso, dedicámos cerca de 1.500 horas de formação em temas relacionados com os Direitos Humanos aos nossos colaboradores em todas as geografias.

4. Proteger e empoderar as nossas pessoas

As nossas ambições para **2030**	Ser a Empresa de energia mais segura do mundo				Galp como um ótimo lugar para trabalhar		
Meta 2023-2030	Atingir um IFA ≤ 0,9 até 2023 Atingir um IFAT ≤ 2,0 até 2024		Zero Fatalidades	Zero eventos de segurança de processo Tier 1	Atingir um nível de envolvimento acima de 75%[1]		
KPI	IFA	IFAT	Fatalidades	Eventos Tier 1	Nível de envolvimento		
Desempenho 2023	1,6	2,4	1	2	76%		
Aspeto material			Segurança		Desenvolvimento do Capital Humano	Atração e retenção de talento	Práticas e condições laborais

O nosso alinhamento com os **ODS**



[1]Obtido a partir de um questionário interno e comparado com o benchmark da Indústria da Energia e empresas de alto desempenho

● Desempenho em 2023 de acordo com o plano ● Desempenho de 2023 abaixo do esperado

Ser a Empresa de energia mais segura do mundo

A nossa ambição é elevar a saúde, segurança e proteção do ambiente como valores fundamentais. Seguindo as diretrizes internacionais reconhecidas e implementando as melhores práticas de segurança, asseguramos que os sistemas de gestão de segurança estão totalmente incorporados nas nossas operações. O nosso objetivo é melhorar o desempenho através da integridade dos ativos, promovendo uma cultura de segurança em toda a organização.

Para alcançar a nossa ambição, a Galp está focada nos seguintes fatores:

- Garantir zero danos pessoais para todos
- Prevenir acidentes industriais significativos
- Incorporar uma cultura de segurança no nosso ADN

Garantir zero danos pessoais para todos

A Galp trabalha no sentido de reduzir os acidentes com base na firme convicção de que todas as ocorrências podem ser evitadas. Semanalmente, a equipa de quadros superiores elabora um relatório do desempenho da segurança, incluindo o desempenho IFA e IFAT, juntamente com outras informações relevantes a destacar. A Galp dispõe de um processo estruturado de avaliação de riscos que abrange toda a organização, sendo estabelecidas medidas de mitigação sempre que necessário.

Este ano, implementámos várias iniciativas para melhorar a segurança, incluindo programas focados nos desafios específicos associados à condução.

Continuámos a realizar ações de sensibilização em todas as instalações da Galp. Estas incluem sessões dedicadas à condução segura, nomeadamente simulações da *Life Saving Rule* da Condução Segura - Velocidade de Condução e utilização de telemóveis.

A Galp reconhece os riscos de segurança significativos que o transporte rodoviário envolve. Infelizmente, apesar dos nossos esforços, em 2023 ocorreu uma fatalidade na Guiné-Bissau que envolveu um motorista de camiões-cisterna do Grupo Galp e outro veículo. Foi prestada assistência imediata aos feridos. Na sequência do incidente e para garantir uma investigação independente e sólida, uma equipa multidisciplinar efetuou uma análise exaustiva. A Galp disponibilizou igualmente todo o apoio à família da vítima.

Programa de Segurança Rodoviária

Foi implementado um Programa de Segurança Rodoviária nas transportadoras da área Comercial, com as seguintes **áreas principais de foco operacional**:

- Resposta a emergências
- Competências do condutor e sensibilização para os riscos
- Vigilância médica
- Manutenção dos veículos
- Plano de gestão de viagens e deslocações
- Gestão da fadiga

Resposta à Emergência

Trabalhamos para dar uma resposta eficaz às emergências, garantindo uma gestão adequada da resposta para todos os nossos ativos. Seguimos as normas da empresa e cooperamos com as partes interessadas relevantes para definir planos para emergências internas nas nossas instalações. A nossa estratégia também envolve o desenvolvimento de planos, programas de formação de emergência e simulacros.

Desempenho de Segurança

Em 2023, o desempenho global em termos de segurança diminuiu em relação a 2022. Registou-se um aumento dos acidentes com baixa médica, envolvendo 18 colaboradores e 27 prestadores de serviços. Tal deveu-se, em parte, à paragem da Refinaria de Sines. No entanto, é de salientar a evolução positiva no reporte em vários departamentos da empresa, o que reflete uma crescente cultura de segurança.

	Colaboradores		Prestadores de serviços		Total	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Fatalidades	0	1	0	0	0	1
Acidentes LTI [1]	7	19	24	27	31	46
Acidentes RWC e MTC[2]	3	9	20	14	23	23
IFA [3]	0,6	1,6	1,8	1,6	1,2	1,6
IFAT [4]	0,8	2,4	3,3	2,5	2,1	2,4

[1] LTI: *Lost-time injuries* – Acidentes de trabalho com baixa médica.
[2] RWC e MTC: *Restricted Work and Medical Treatment Cases* - Ocorrências de Trabalho Restrito e Tratamento Médico.
[3] IFA (Índice de Frequência de Acidentes): todos os acidentes com horas de trabalho perdidas (incluindo fatalidades) por milhão de horas de trabalho. Alinhado com a definição da CONCAWE.
[4] IFAT (Índice de Frequência de Acidentes Totais): todos os acidentes (incluindo fatalidades, acidentes com baixa e tratamento médico, exclui primeiros socorros) por milhão de horas de trabalho.

Prevenir acidentes industriais significativos

A Galp assegura uma gestão proativa do risco através de uma análise rigorosa e da prevenção dos riscos da atividade. A prevenção é fundamental para nós, e é atingida através de práticas de segurança eficazes, como manutenções e inspeções regulares em todos os ativos.

Proporcionamos programas de comunicação e formação para garantir que as pessoas envolvidas na operação, manutenção e inspeção têm a informação e o conhecimento necessários da segurança de

processo. Um exemplo disto é a adoção dos Fundamentos de Segurança de Processos (FSP) da IOGP, um complemento às *Life Saving Rules* da Galp. O objetivo é prevenir ocorrências de segurança de processo e aumentar a sensibilização, em especial dos colaboradores da linha da frente e dos empreiteiros. Estes princípios começaram a ser implementados na refinaria de Sines e espera-se que sejam alargados às outras equipas em 2024.

Paragem da Refinaria de Sines

A Refinaria de Sines efetuou em 2023 uma paragem significativa que abrangeu a maioria das suas unidades. Exigiu mais de um ano de preparação e mais de 50% do âmbito estava relacionado com a Segurança/Integridade.

A paragem envolveu cerca de 2.500 pessoas e decorreu de acordo com o planeado, em segurança e sem qualquer incidente significativo.

Principais objetivos da paragem:

- Garantir a integridade e a segurança do equipamento para o ciclo seguinte
- Assegurar a continuidade do negócio
- Conformidade com a legislação europeia, nomeadamente a Diretiva para os Equipamentos Sob Pressão (2014/68/UE)

A nossa taxa de eventos de segurança do processo (ambos os *tiers*) melhorou significativamente desde 2021, em parte devido ao nosso enfoque na integridade dos ativos.

Taxa de eventos de segurança de processo	2021	2022	2023
Tier 1[1]	0,13	0,04	0,07
Tier 2[2]	0,49	0,28	0,21

[1] O Tier 1 representa uma falha de contenção primária com consequências significativas: libertação não planeada de um processo de qualquer material, incluindo materiais não tóxicos e não inflamáveis, resultando em consequências muito graves.
[2] O Tier 2 representa uma falha de contenção primária com consequências menores: libertação não planeada de qualquer material, incluindo materiais não tóxicos e não inflamáveis, com consequências.

Incorporar uma cultura de segurança no nosso ADN

Em 2023, a Galp promoveu iniciativas para reforçar a sua cultura de segurança, com impacto nas várias geografias onde operamos:

- **Galp Safety Leaders Way (GSLW)**

Continuámos a promover o programa de liderança, que envolve três grupos principais - quadros superiores, líderes da linha da frente e colaboradores - a fim de enraizar uma visão de segurança em todos os colaboradores da empresa e contratantes. Em 2023, criámos os primeiros "Lead Safe Work Champions", com as primeiras sessões de formação iniciadas na unidade de negócio Industrial.

- **Metodologia TRIPOD Beta**

Adotámos a metodologia TRIPOD Beta, como uma ferramenta de apoio à nossa atual análise de investigação de incidentes. Este novo método é utilizado principalmente para incidentes complexos, devido ao seu carácter pormenorizado. Foi dada formação a várias equipas, de forma a assegurar a aquisição das capacidades e competências necessárias para a aplicação efetiva desta nova abordagem em toda a organização.

Galp Safe Energy Day

No âmbito da nossa jornada de segurança, celebrámos o nosso segundo Safe Energy Day a 12 de dezembro de 2023. O tema escolhido para este ano foi a "Autoridade para Parar o Trabalho". Apesar de não ser um tema novo na Galp, o seu âmbito de utilização foi reforçado, clarificando que todos, incluindo os parceiros, têm a responsabilidade e a autoridade para utilizar esta ferramenta quando confrontados com uma situação que ponha em risco a sua pessoa, os outros, o público ou o ambiente.

O CEO da Galp, bem como outros membros da Comissão Executiva e da Equipa de Liderança, aproveitaram o dia para sublinhar a importância do papel dos nossos parceiros neste processo.

Galp como um ótimo lugar para trabalhar

Na Galp, damos prioridade à aprendizagem ao longo da vida, à diversidade, à inclusão, ao bem-estar e aos direitos humanos. A nossa abordagem integrada abrange o recrutamento, a gestão do desempenho, as recompensas, a aprendizagem, a mobilidade e a sustentabilidade.

Para alcançar a nossa ambição, a Galp está focada nos seguintes fatores:

- Energizar as nossas pessoas
- Assumir como prioridade de topo o bem-estar das pessoas

Por mais um ano consecutivo, realizámos um inquérito de pulso que foi enviado a todos os colaboradores. Este inquérito pretende melhorar a nossa perceção de como estamos a progredir em questões-chave que fazem parte da nossa experiência global na organização e identificar oportunidades de melhoria.

A taxa de resposta foi de 73% e o índice de envolvimento atingiu os 76%, acima do nosso objetivo de 75%, o que representa uma melhoria em relação ao ano passado. 86% dos nossos colaboradores sentem orgulho em trabalhar na empresa e 81% recomendá-la-iam como um bom lugar para trabalhar. Continuaremos a identificar as áreas de maior impacto com pontuações mais baixas e a definir, em colaboração com as diferentes Unidades de Negócio, os planos de ação para responder a essas preocupações, monitorizando continuamente o impacto da iniciativa e promovendo a comunicação frequente com todos os colaboradores ao longo de todo o processo.

Energizar as nossas pessoas

O nosso foco no desenvolvimento de novas capacidades promove a agilidade e melhora o desempenho organizacional, apoiado nos nossos cinco pilares estratégicos: Cuidados, Mudança Cultural, Desenvolvimento de Liderança, Experiência das Pessoas e Novas Formas de Trabalho.

Um resultado significativo desta estratégia é o nosso programa de mobilidade interna, que constitui uma oportunidade de desenvolvimento para os nossos colaboradores. Em 2023, um total de 124 indivíduos foram alvo de mudanças internas de departamento, com os candidatos internos a preencherem 23% do total de contratações internas.

Continuámos a expandir os benefícios dos nossos colaboradores. A partir de 1 de janeiro de 2023, garantimos a todos os colaboradores do grupo Galp um mínimo de 25 dias de férias anuais, com a respetiva compensação.

Atrair e fortalecer o talento

No que toca a atrair jovens talentos, a Galp promoveu várias iniciativas, com impacto em várias regiões onde opera:

- **Generation Galp**

  A 25ª edição do programa acolheu 56 *trainees*, em Portugal, Espanha e Moçambique, dos quais 43% são homens e 57% são mulheres. Abrangendo pessoas de diversas áreas académicas, este programa está alinhado com a nossa estratégia de DE&I. Com 924 trainees contratados desde 1998, a Galp conta atualmente com 551 colaboradores oriundos deste programa, dos quais 38% ocupam cargos de liderança.

- **Operations Galp**

  A Galp introduziu um Programa de *Trainees* focado em indivíduos entusiasmados com o negócio Comercial e de Retalho. A primeira edição acolheu três estagiários em Portugal e Espanha. As futuras edições em 2024 estão planeadas para envolver mais jovens talentos de novas geografias e promover uma distribuição de géneros mais diversificada.

- **Ready.Set.Galp**

  Pelo terceiro ano consecutivo, a Galp lançou o programa de estágios "Ready.Set.Galp". Este programa, iniciado em 2021, tem como objetivo proporcionar aos estagiários a sua primeira experiência de trabalho na Galp enquanto finalizam os seus estudos. Esta edição contou com cinco estagiários, dos quais 80% eram mulheres e 20% homens. Para além disso, foram recrutados 26 estágios curriculares fora deste programa.

- **Galp Integration Program**

  Em novembro de 2023, 13 colaboradores, dos quais 77% mulheres e 23% homens, foram recrutados ao abrigo do Programa de Integração da Galp, no âmbito da *taskforce* "Juntos pela Ucrânia", que visa capacitar os indivíduos, proporcionando-lhes oportunidades de carreira nas respetivas áreas de especialização, e ajudando-os a reconstruir as suas vidas de forma a contribuírem para a comunidade local.

- **Expand**

  No início de 2024, lançámos o programa Expand, com uma abordagem centrada nas necessidades de aprendizagem de cada colaborador, proporcionando acesso a vários recursos de aprendizagem, que podem ser personalizados para diferentes fases da carreira e adaptados à disponibilidade de cada colaborador.

Para além destes programas internos, em 2023, também recrutámos e integrámos 68 profissionais através de estágios. Estamos focados em atingir a meta de 24% de emprego jovem até 2026, estabelecida pelo "Pacto para Mais e Melhores Empregos para os Jovens", e nesse sentido pretendemos melhorar os programas existentes, tornando-os ainda mais apelativos.

Criação de uma cultura de reconhecimento

Em 2023, foram implementadas melhorias no modelo de avaliação de desempenho para abordar o feedback organizacional e reforçar o alinhamento cultural e para melhorar a experiência geral, simplificando o processo e obtendo melhores resultados do modelo.

Lançámos também o programa GROW (Great Recognition of Outstanding Work), com o objetivo de promover uma cultura de reconhecimento e experimentação. Em 2023, foram reconhecidos 205 colaboradores.

Assumir como prioridade de topo o bem-estar das pessoas

Centramo-nos numa estratégia global de saúde e bem-estar que inclui a saúde física e mental. Os nossos principais pilares de objetivos são:

- Promover uma estratégia holística de saúde e bem-estar com uma presença global;
- Considerar a proteção da saúde de uma perspetiva global, tendo em conta todos os aspetos da saúde física e mental e do bem-estar das nossas pessoas;
- Reforçar o apoio em domínios como a saúde mental ou o bem-estar financeiro;
- Maior preparação e envolvimento dos líderes nas questões do bem-estar.

Proteger a saúde das nossas pessoas

Uma força de trabalho saudável é vital para uma organização próspera e sustentável, uma vez que aumenta a moral, a satisfação no trabalho e o desempenho geral. Promove um ambiente de trabalho positivo e ajuda a atrair e reter os melhores talentos para o sucesso e a sustentabilidade a longo prazo.

Em 2023, a nossa equipa de Medicina do Trabalho continuou a desenvolver várias iniciativas destinadas a melhorar e a sensibilizar para temas relacionados com a saúde. Algumas das iniciativas incluem a implementação de uma sala de amamentação na nova sede de Lisboa, e em Sines, Matosinhos e Madrid, a divulgação de informação e ferramentas de apoio à saúde mental e a continuação da realização de exames médicos periódicos, contando com mais de 200 exames de saúde e cerca de 700 vacinas da gripe administradas.

Lançámos o nosso Programa Balance com várias iniciativas realizadas, começando com uma fase de ativação, seguida da definição de embaixadores, oferta de workshops físicos e financeiros, dicas para líderes e ferramentas e recursos como folhetos sobre vários temas relacionados com saúde e bem-estar. Na nossa nova sede em Lisboa, criámos também um espaço que promove o bem-estar físico e mental. Desde a introdução de secretárias reguláveis em altura no espaço de trabalho até ao acesso a um centro de bem-estar exclusivo para colaboradores, todos os aspetos do edifício foram concebidos para contribuir para o conforto dos seus utilizadores e oferecer acesso a ambientes diversificados e inclusivos. Além disso, mantivemos o nosso envolvimento com os colaboradores através de várias Talks@Galp que abordaram temas como Saúde Financeira, Sono, Nutrição e Saúde Oral, Prevenção e Rastreio do Cancro da Mama e o Dia Mundial do Coração.

A partir de 2024, continuaremos a promover um roteiro robusto de saúde e bem-estar que dê prioridade às pessoas e as ajude a adaptarem-se à mudança, contribuindo positivamente para a sua felicidade e sucesso a longo prazo.

Promoção de condições de trabalho flexíveis

Após a implementação do "Smart Work" - Política Híbrida de Teletrabalho - em 2022, continuámos a melhorar este aspeto em 2023 com várias iniciativas, como o projeto piloto de avaliação de riscos de escritório em casa, um inquérito e uma avaliação dos riscos de trabalho em casa conduzida pela medicina do trabalho. Este projeto foi implementado com um grupo de 160 colaboradores. O programa "Trabalhar bem, parar melhor" ofereceu apoio específico a um grupo de cerca de 100 colaboradores de alto risco devido à elevada exigência das suas cargas de trabalho, requisitos cognitivos e ritmos de trabalho.

5. Promover um negócio consciente e gerador de valor

As nossas ambições para **2030**	Integrar a sustentabilidade na nossa cultura	Transparência e ética como princípios-chave		Cadeia de fornecimento sustentável que conduz o nosso negócio	Nenhuma falha significativa de cibersegurança
Meta 2023-2030	Integrar o roadmap de Sustentabilidade na organização	Implementar um framework de controlo interno para a informação não financeira (INF) até 2024	Zero tolerância para corrupção e outras práticas não éticas	100% de fornecedores de nível 1 avaliados em termos de ESG até 2025	Zero falhas significativas de cibersegurança
KPI	Avaliação de desempenho ligada a métricas ESG	Plano de Melhoria de INF	Casos reportados que exigiram medidas disciplinares (Open Talk)	Fornecedores de nível 1 avaliados em termos de ESG	Falhas significativas de cibersegurança
Desempenho 2023	Métricas de segurança e clima para todos os colaboradores e membros executivos (ponderação de 25%)	Modelo de Governo para o Reporte de INF definido e iniciada a execução	0%	95%	0
Aspeto material	todos os tópicos de sustentabilidade	Ética empresarial		Gestão sustentável da cadeia de fornecimento	Segurança

O nosso alinhamento com os **ODS**

- 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
- 8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO
- 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS
- 10 REDUZIR AS DESIGUALDADES
- 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
- 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS
- 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
- 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

● Desempenho em 2023 de acordo com o plano ● Desempenho de 2023 abaixo do esperado

Integrar a sustentabilidade na nossa cultura

Responsabilidade partilhada para o sucesso

Compromisso da gestão

A criação efetiva de valor sustentável exige uma liderança empenhada, uma estratégia clara e um *governance* robusto. Neste sentido, a Galp promove o envolvimento do Conselho de Administração através da sua Comissão de Sustentabilidade. Em 2023, a Comissão abordou temas-chave como o *roadmap* da sustentabilidade, a descarbonização, os riscos e oportunidades climáticos e relacionados com a natureza, o contexto regulamentar e requisitos de divulgação sobre matérias de ESG, os índices ESG e os compromissos externos, entre outros.

O Fórum Corporativo ESG foi criado em novembro de 2023, reunindo quadros superiores de diferentes departamentos para alavancar a capacitação estratégica do grupo e garantir a sua preparação para abordar e desbloquear potenciais riscos e oportunidades.

Incentivos à sustentabilidade

O compromisso da Galp com a descarbonização e a liderança na Transição Energética reflete-se na sua avaliação de desempenho através de indicadores ESG, ligada à remuneração variável, sendo aplicável a todos os colaboradores.

Colaboradores

O *scorecard* de 2023 continuou a dar destaque às métricas relacionadas com a Sustentabilidade, nomeadamente a segurança e a descarbonização, que representaram um peso total de 25% de todos os indicadores de desempenho anuais. Além disso, 35% do *scorecard* dos colaboradores é atribuído à obtenção de marcos estratégicos que incluem, entre outros, temas relacionados com o portefólio de energias renováveis, a cibersegurança e o nível de envolvimento dos colaboradores.

Comissão Executiva

A política de Remuneração dos órgãos sociais foi revista, com um aumento do peso dado às métricas relacionadas com a sustentabilidade. O novo *scorecard* inclui um total de 25% de indicadores de desempenho anuais ligados à segurança e à descarbonização, coerentes com os aplicáveis a todos os colaboradores. Adicionalmente, para um alinhamento total com os objetivos de longo prazo e de sustentabilidade da Galp, os administradores executivos têm um incentivo específico a longo prazo sob a forma de ações da Galp, atribuídas ao fim de quatro anos. A Política de Remuneração é revista anualmente e disponibilizada ao público (link aqui).

Objective Key Results (OKR)

A metodologia OKR, implementada na Galp em 2022, fornece um enquadramento claro para alinhar equipas, definir objetivos ambiciosos e medir o progresso de uma forma transparente e orientada para os resultados. A lista de OKR inclui vários OKR relacionados com a sustentabilidade em matéria de segurança, descarbonização, energias renováveis, cibersegurança, envolvimento dos colaboradores, entre outros.

As nossas certificações

O nosso Sistema Integrado de Gestão inclui as seguintes componentes: certificação externa nas normas ISO 9001 e ISO 14001, ISO 50001 na Refinaria de Sines, EN 12591:2009 (marcação CE) no Parque de Viana do Castelo e SEVESO nos sites aplicáveis. Além disso, o nosso sistema interno integrado de Saúde e Segurança incorpora quatro processos principais: gestão da mudança, autorização de trabalho, preparação para emergências e investigação de acidentes. A nova sede em Lisboa iniciou o processo para obter as certificações LEED e WELL Platinum, indicando claramente a prioridade de ter um edifício sustentável que tenha em conta as emissões eficientes, a água, as práticas de economia circular, assim como a saúde e o bem-estar.

Transparência e ética como princípios-chave

Temos tolerância zero para a corrupção e outras práticas não éticas e esforçamo-nos por fomentar a confiança entre todos os *stakeholders*, atuando consistentemente de forma ética e transparente, sublinhando a forma como estes princípios são imperativos para a Galp.

Para alcançar a nossa ambição, a Galp foca-se nos seguintes fatores:

- Tolerância zero para práticas antiéticas
- Fomentar uma maior, mais clara e fiável divulgação de informação ESG

Tolerância zero para práticas antiéticas

O nosso Código de Ética e Conduta (link aqui) reflete os valores e compromissos corporativos da Galp e define as orientações éticas fundamentais aplicáveis a todos os *stakeholders*.

Adotar a ética

No âmbito do nosso compromisso de ser um ótimo lugar para trabalhar, a Galp está a reforçar a cultura de ética, assegurando um ambiente de trabalho seguro e livre de práticas antiéticas tanto interna como externamente.

Combate à corrupção e outras práticas antiéticas

A Galp proíbe terminantemente qualquer envolvimento em práticas de corrupção. Para reforçar estes esforços, implementámos uma política sólida de prevenção da corrupção e uma política abrangente de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (link aqui). Estas políticas descrevem os nossos compromissos e são aplicáveis a todo o grupo e aos seus colaboradores. A nossa dedicação a esta questão estende-se a assegurar uma adesão consistente às disposições do Código de Ética e Conduta. Este compromisso está alinhado com os mais elevados padrões e reflete as melhores práticas referidas em várias referências internacionais, como a Convenção das Nações Unidas de 2004 para o Combate à Corrupção (10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas).

Comunicação de irregularidades

O OpenTalk da Galp é um canal seguro, confidencial e, se assim o desejar, anónimo para abordar questões, preocupações ou para reportar infrações no âmbito do Código de Ética e Conduta da Galp. Por exemplo, possíveis infrações aos direitos humanos, como casos de assédio ou discriminação, ou atos de fraude e corrupção. O canal está acessível a qualquer *stakeholder* da rede Galp e é supervisionado pela Comissão de Ética e Conduta.

As denúncias e chamadas efetuadas através do canal Open Talk chegam à Galp através de um fornecedor independente de linhas de ética que se encarrega de as comunicar à Comissão de Ética e Conduta, assegurando um processo de vigilância que protege os indivíduos contra qualquer forma de retaliação.

Fomentar uma melhor, mais clara e mais fiável divulgação de informação ESG

A Galp está empenhada em aumentar a transparência na divulgação do desempenho não financeiro, aderindo a normas e quadros de reporte globalmente reconhecidos.

O papel crucial da informação não financeira (INF)

Após submeter o processo de controlo da Informação Não Financeira (INF) a uma avaliação independente em 2022, a Galp iniciou a implementação de um plano de melhoria centrado em quatro áreas-chave - modelo de governo, modelo de controlo interno, processos e sistemas de suporte. Isto reforçará a nossa preparação para cumprir a futura regulamentação e as divulgações voluntárias a partir de 2024, nomeadamente a Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD da UE). Este projeto é ativamente patrocinado pela Comissão de Sustentabilidade, o órgão de fiscalização eleito para a NFI, e pela Comissão Executiva, a quem compete promover uma cultura de reporte de INF rigorosa, consistente e auditável e avaliar, em conjunto com o Conselho Fiscal, a eficácia operacional do sistema de controlo interno sobre a INF.

Os nossos reconhecimentos



e quadros de informação ESG



Taxonomia da UE

A regulamentação da Taxonomia da UE, que faz parte do quadro do European Green Deal e do financiamento sustentável, proporciona um quadro comum para avaliar a sustentabilidade das atividades económicas. Orienta os investimentos para empreendimentos que tenham um impacto positivo no ambiente e na sociedade, e define critérios para reconhecer atividades economicamente sustentáveis que apoiem os objetivos ambientais da UE. Em 2023, foi adotado o Ato Delegado do Ambiente. Este aborda os restantes quatro objetivos ambientais: utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, transição para uma economia circular, prevenção e controlo da poluição e proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas. Este ato delegado vem juntar-se ao ato delegado do clima relativo aos objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, adotado em 2021.

Em 2023, foram publicadas e adotadas pela Comissão Europeia alterações ao ato delegado do clima. Estas corrigem alguns critérios e acrescentam outros para novas atividades. Estas alterações são extensivas ao Ato de Divulgações.

Tal como no ano anterior, em 2023 a Galp voltou a realizar uma análise da elegibilidade e do alinhamento das suas atividades económicas, considerando os Atos Delegados descritos no Regulamento da Taxonomia da UE, e incluindo o mais recente Ato Delegado do Ambiente.

Para mais informações sobre o contexto, o alinhamento e o desempenho da Taxonomia UE da Galp, consulte a Parte V - Anexos (1. Informação não financeira consolidada).

Alocação de capital com baixo teor de carbono da Galp

A estratégia da Galp passa por alocar uma parte significativa dos seus investimentos para projetos ou iniciativas que apoiem a transição energética, tenham um impacto reduzido nas emissões de carbono e contribuam para um futuro mais sustentável. As atividades da Galp elegíveis para a Taxonomia da UE foram incluídas nesta estratégia de alocação de capital, juntamente com outras atividades que, até ao momento, não são consideradas elegíveis ao abrigo deste regulamento, mas que podem contribuir significativamente para mitigar as alterações climáticas, tais como investimentos na cadeia de valor das baterias e projetos de eficiência energética industrial na Refinaria. O plano estratégico da Galp prevê que mais de 45% do investimento bruto previsto para 2023-2025 seja alocado a atividades de baixo carbono. O plano inclui vários projetos já sancionados ou que se encontram numa fase avançada de desenvolvimento.

Cadeia de fornecimento sustentável que conduz o nosso negócio

Trabalhar em conjunto com os nossos cerca de 3.500 fornecedores e parceiros é essencial para conseguir uma cadeia de abastecimento estável, resiliente e transparente e, em última análise, para melhorar a trajetória global de ESG.

Para alcançar a nossa ambição, a Galp está focada nos seguintes fatores:

- ESG como critério principal para a gestão dos nossos fornecedores
- Atuar pela mudança, junto com os nossos fornecedores

A Galp envolve-se com os seus fornecedores para que estes partilhem, atuem e façam cumprir na sua própria cadeia de fornecimento o nosso Código de Ética e Conduta e os princípios fundamentais da Política de Procurement Sustentável, atualizada em 2022 (link aqui):

- Respeitar os direitos humanos e as condições laborais
- Atuar com transparência e integridade
- Assumir a qualidade como um fator crítico de sucesso
- Proteger o ambiente, as pessoas e ativos

A relação com os nossos parceiros de negócio assenta em políticas, códigos e práticas reconhecidos, alinhados com os mais elevados padrões éticos, sociais, ambientais e de qualidade. Para além de incluir cláusulas de critérios de sustentabilidade nos seus contratos de compras, a Galp tem também processos em vigor para avaliar e gerir os riscos de ESG da cadeia de fornecimento.

ESG como critério principal para a gestão dos nossos fornecedores

A sustentabilidade está enraizada em todas as fases do processo de *procurement*. Desenvolvemos um programa de gestão da cadeia de fornecimento (apoiado pela plataforma Supply4Galp) que permite avaliar melhor a nossa cadeia de valor, desde o registo e qualificação até aos contratos e monitorização.

Sustainability4Supply

Estamos a desenvolver um programa de gestão da cadeia de fornecimento sustentável, começando com fornecedores estratégicos e envolvendo a colaboração de diferentes equipas em toda a Organização. O programa tem como objetivo reforçar o nosso caminho em direção a uma cadeia de fornecimento mais responsável e transparente, estando atualmente focado em três prioridades-chaves:

- Melhorar o nosso conhecimento do ecossistema da cadeia de fornecimento da Galp
- Atualizar e reforçar os critérios ESG, integrando-os em todo o processo da cadeia de fornecimento
- Robustecer a fase de avaliação ESG na cadeia de fornecimento

Este programa irá aumentar a eficácia do nosso processo e permitirá abordar melhor os riscos e oportunidades atuais e potenciais relacionados com os tópicos ESG na cadeia de fornecimento. Prevemos também que esta medida irá incentivar os nossos fornecedores a avançarem ainda mais nas suas práticas ESG.

Monitorização contínua do desempenho dos fornecedores

A Galp efetua auditorias regulares aos seus fornecedores de nível 1. Estas auditorias têm em consideração a legislação aplicável do país onde foram efetuadas. Se for detetado uma não-conformidade relevante durante uma auditoria, a Galp certifica-se de que o fornecedor prepara formula e executa um plano de ação corretiva.

O objetivo da Galp para 2023 era realizar 60 auditorias presenciais a fornecedores. Este objetivo foi claramente ultrapassado, tendo se realizado 72 auditorias presenciais. Para 2024, o objetivo é novamente atingir as 60 auditorias presenciais.

Procuramos também promover o desenvolvimento local, dando prioridade aos contratos com produtos e serviços locais - cerca de 75% do nosso aprovisionamento indireto total é de base local.

A Galp esteve envolvida com 3.574 fornecedores, dos quais 1.109 eram fornecedores nível 1 e 523 fornecedores críticos[1].

[1] Fornecedores críticos são fornecedores que se enquadram em pelo menos um destes critérios: > €250k, com riscos em matérias de SSA, cibersegurança, RGPD ou continuidade de negócio; fornecedores insubstituíveis, fornecedores de bens ou serviços que afetariam as atividades do Grupo Galp se deixassem de fornecer ou operar, em áreas como a conformidade jurídica e a segurança de pessoas, ativos e ambiente.

Nos últimos três anos, 96% dos fornecedores de nível 1 foram submetidos a avaliações para determinar a sua exposição a riscos de sustentabilidade, excedendo o objetivo. Esta tendência demonstra um aumento constante do número de fornecedores avaliados desde 2021.

Percentagem de fornecedores avaliados nos últimos 3 anos	2021	2022	2023	Meta
Nível 1	88%	95%	96%	95%
Críticos Não-Nível 1	90%	81%	91%	95%

A Galp valoriza os fornecedores que possuem certificações em normas reconhecidas internacionalmente, considerando-as como garantia do seu compromisso em melhorar consistentemente o seu desempenho em matéria de sustentabilidade. O número de fornecedores certificados tem vindo a aumentar de forma consistente desde 2021. Adicionalmente, em 2023, 10% dos fornecedores críticos de nível1 da Galp auditados, eram certificados.

Fornecedores certificados	2021	2022	2023
ISO 9001	2.426	2.643	3.024
ISO 14001	1.389	1.540	1.808
OHSAS 18001/ISO 45001	1.387	1.525	1.757
Outras certificações	366	497	699

Atuar pela mudança, junto com os nossos fornecedores

Estamos confiantes na nossa capacidade de desafiar ativamente os nossos fornecedores a melhorarem as suas práticas de sustentabilidade e a reforçarem o seu caminho de sustentabilidade.

Iniciativas de *procurement* corporativo

No âmbito da nossa jornada de sustentabilidade, particularmente no contexto da dimensão da cadeia de fornecimento, a equipa de Global Procurement & Contracts organizou um conjunto de iniciativas, incluindo a Convenção denominada "2023 Procurement Bloom" nos dias 29 e 30 de novembro. Este evento abordou a "Confiança, Inovação e Parcerias", como fatores-chave de sucesso para o próximo ano. As nossas Unidades de Negócio e Centro Corporativo tiveram a oportunidade de trocar e alinhar perspetivas, aprender com especialistas externos e reforçar laços.

As informações relevantes e os materiais de apoio estão disponíveis no Website da Galp Global Procurement, Supply4Galp (link aqui).

Nenhuma falha significativa de cibersegurança

Perante a evolução da tecnologia e o aumento das ameaças cibernéticas, a Galp deu uma prioridade significativa à cibersegurança de forma a evitar falhas significativas, reforçando a resiliência e incorporando uma forte cultura cibernética nas suas operações.

Para alcançar a nossa ambição, a Galp está focada nos seguintes fatores:

- Fortalecer as infraestruturas de dados nas nossas operações
- Incorporar uma cultura de *cyber* no nosso ADN

Fortalecer as infraestruturas de dados nas nossas operações

A nossa Red Team dedicada realiza avaliações e um exercício anual de Crise Cibernética que envolve membros da gestão para garantir prontidão. Continuam a ser feitos investimentos substanciais para reforçar a ciber-resiliência nas nossas áreas industriais, dando resposta à evolução das ameaças no setor da energia.

A Galp mantém uma equipa de resposta a incidentes de cibersegurança (CSIRT - *Cyber Security Response Team*), que funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, para coordenar a resposta a incidentes e garantir a resiliência. Melhoramos continuamente a nossa postura em matéria de cibersegurança, identificando e monitorizando as lições aprendidas, e participamos ativamente na partilha de informações sobre ameaças com as autoridades e os nossos pares. A nossa equipa CSIRT foi reconhecida na comunidade CSIRT europeia (TF-CSIRT) e incluída no Fórum de Equipas de Resposta a Incidentes e Segurança (FIRST), demonstrando o nosso empenho nas melhores práticas.

Incorporar uma cultura de *cyber* no nosso ADN

Em 2023, a Galp definiu também um novo *Roadmap* de Cibersegurança e iniciou a implementação de várias iniciativas que visam alinhar a Maturidade *Cyber* da Galp com o quartil superior global para todos os setores, estando já acima da referência mundial.

A Galp como top performer na área da cibersegurança

De acordo com a avaliação efetuada por uma empresa de Cyber Ratings, a Galp encontra-se atualmente entre os 5% das melhores empresas do Setor Energético Global no que respeita à sua postura de cibersegurança, melhorando a sua classificação relativamente ao ano passado.

Em 2023, foram lançadas várias iniciativas para sensibilizar os colaboradores para as ameaças cibernéticas que ganharam destaque neste macro-contexto, bem como alertas públicos aos clientes e à sociedade em geral, relativamente a situações em que os cibercriminosos tentaram tirar partido da reputação de Galp para levar a cabo tentativas de fraude cibernética. A Galp continuou a investir na promoção de um programa de Cultura Cibernética através da sua marca "CyberOn". Para além de dezenas de conteúdos de sensibilização, campanhas e formações - incluindo exercícios regulares de phishing - está a ser implementada uma nova plataforma Cyber Gamification para explorar outras lacunas de segurança cibernética e avaliar a eficácia dos conteúdos de sensibilização e formação que estão a ser desenvolvidos através desta abordagem de aprendizagem adaptativa. Também alinhados com o nosso objetivo de incorporar a cultura cibernética no nosso ADN, desde 2023 que temos formações obrigatórias sobre temas de cibersegurança.

Reforçar a cibersegurança no ecossistema em conjunto com os nossos pares

Enquanto membro da Aliança Portuguesa de Cibersegurança e membro da sua Comissão Executiva, a Galp continua a investir na promoção da cooperação entre empresas e entidades públicas na proteção da economia digital. A Aliança pretende atuar como uma plataforma de cooperação, agregando as melhores práticas e acelerando proativamente a sua adoção no mercado.

A Galp, em colaboração com os nossos colegas do WEF, contribuiu para o desenvolvimento de um guia para desbloquear a ciberresiliência em ambientes industriais.

DELIVERING ENERGY FOR LIFE



PARTE III

Relatório do Governo Societário

galp

O presente relatório descreve, de forma detalhada, a estrutura e as práticas de governo societário adotadas pela Galp, durante o ano de 2023, em cumprimento do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários (CVM)[1] e do modelo de relatório de governo societário, aprovado pelo Regulamento da CMVM n.º 4/2013, disponível no *website* da CMVM em: https://www.cmvm.pt/PInstitucional/PdfViewer?Input=38D2CD1EBB37EE2FC8CB0539860E8DAA93C5489987FA3D15B2E5EAA697C78B28

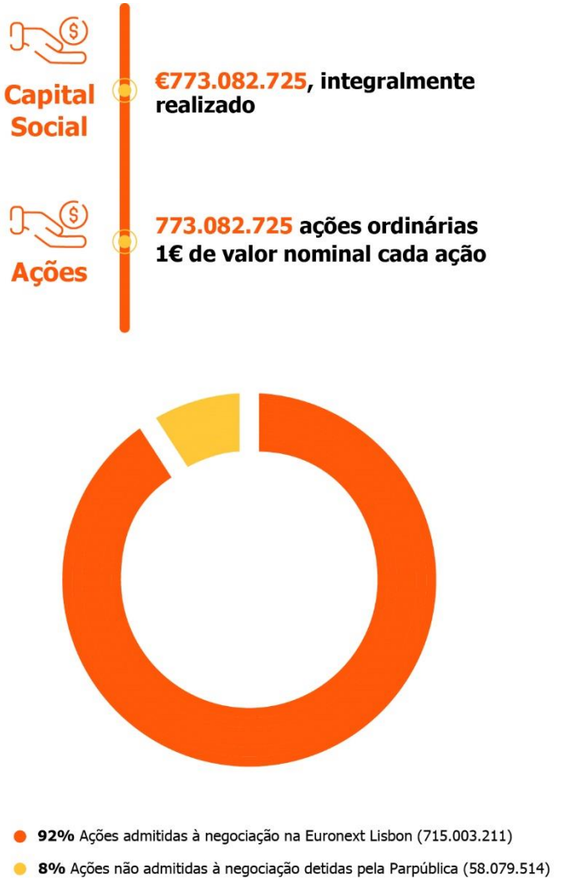
[1] Consideram-se feitas ao CVM todas as referências a artigos sem indicação do respetivo diploma legal.

Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da Sociedade

A. Estrutura acionista

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. a)).



Nota: as ações não admitidas à negociação são detidas pela Parpública e, nos termos legais aplicáveis, devem ser colocadas em mercado, por não terem sido utilizadas para o reembolso das *exchangeable bonds*. Estas ações não dispõem de qualquer direito especial e podem ser fungíveis com as restantes, mediante solicitação, não carecendo da aprovação de nenhum órgão social.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. b)).

As ações da Galp são livremente transmissíveis, não existindo restrições estatutárias à sua transmissibilidade ou titularidade.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. a)).

A 31 de dezembro de 2023, a Galp não detinha ações ou obrigações próprias.

4. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, exceto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. j)).

A Galp não é parte de acordos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

De acordo com a prática de mercado, alguns contratos de financiamento e emissões de obrigações incluem cláusulas de alteração de controlo da Sociedade, com a possibilidade de os detentores de dívida/titulares das obrigações solicitarem o reembolso antecipado. Estes contratos não têm efeitos financeiros adversos na transmissão das ações da Galp nem a livre apreciação do desempenho dos administradores pelos acionistas.

A Galp não adotou, tão pouco, qualquer tipo de medida que implique pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do Conselho de Administração que se afigurem suscetíveis de prejudicar a transmissibilidade das ações e a apreciação do desempenho dos titulares do Conselho de Administração pelos acionistas.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não aplicável. Os Estatutos da Galp consagram o princípio de "uma ação, um voto", não existindo disposições estatutárias nem outros instrumentos jurídicos que prevejam qualquer limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, ou ainda em concertação com outros acionistas, nem outras medidas defensivas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. g)).

A Sociedade não tem conhecimento da existência de acordos parassociais relativos à Galp que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de exercício de direitos de voto.

II. Participações sociais e obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas ou direitos especiais (Artigo 29.º-H, n.º 1, als. c) e d) e Artigo 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis e da fonte e causas de imputação.

Os acionistas e outras entidades estão sujeitos a deveres de comunicação de participações qualificadas à CMVM e à Galp quando as participações que lhes sejam imputáveis atinjam, ultrapassem ou se reduzam em relação aos limites de 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 1/3, 50%, 2/3 e 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Galp.

As participações qualificadas no capital social da Galp, a 31 de dezembro de 2023, calculadas de acordo com o regime dos artigos 20.º e seguintes do CVM e comunicadas à Galp para os efeitos do artigo 16.º do CVM, são as seguintes:

Amorim Energia B.V.	N. º de ações	% De capital com direitos de voto
Diretamente	276.472.161	35,76%
Total atribuído	**276.472.161**	**35,76%**

Parpública – Participações Públicas (SGPS) S.A.	N. º de ações	% De capital com direitos de voto
Diretamente[1]	62.061.975	8,03%
Total atribuído	**62.061.975**	**8,03%**

[1] 58.079.514 das quais sujeitas a processo de privatização.

Massachusetts Financial Services Company	N. º de ações	% De capital com direitos de voto
Diretamente	30.354.831	3,93%
Indiretamente[2] [3]	11.780.164	1,52%
Total atribuído	**42.134.995**	**5,45%**

[2] Inclui 11.682.177 ações e 97.987 *depository receipt converted to the common stock shares*.
[3] Detidas através das seguintes entidades: MFS Institutional Advisors Inc, MFS Investment Management Canada Limited, MFS Heritage Trust Company, MFS Investment Management Company (LUX) S.a.r.l., MFS International Singapore Pte. Ltd, MFS International (UK) Limited e MFS Investment Management K.K..

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

	Total de ações a 01.01.2023	Entre 01.01.2023 e 31.12.2023						Total de ações a 31.12.2023
		Aquisição			Alienação			
		Data	N.º ações	Valor (€/ação)	Data	N.º ações	Valor (€/ação)	
Membros do Conselho de Administração								
Presidente								
Paula Amorim[1]	0							0
Vice-Presidentes								
Filipe Silva	20.000							20.000
Adolfo Mesquita Nunes	0							0
Vogais								
Georgios Papadimitriou	0							0
Maria João Carioca	0							
Ronald Doesburg	0	2023-07-31	1.500	11.941,00 €				1.500
Rodrigo Vilanova	0							0
João Diogo Silva	1.000							1.000
Marta Amorim[1 2]	19.915							19.915
Francisco Teixeira Rêgo[1 2]	17.680							17.680
Carlos Pinto	0							0
Jorge Seabra[1]	0							0
Diogo Tavares	30.540							30.540
Rui Paulo Gonçalves[1]	0							0
Cristina Fonseca	0							0
Javier Cavada Camino	0							0
Cláudia Almeida e Silva	0							0
Fedra Ribeiro	0							0
Ana Zambelli	0							0
Membros do Conselho Fiscal								
Presidente								
José Pereira Alves	0							0
Vogais								
Maria de Fátima Geada	0							0
Pedro Antunes de Almeida	5							5

	Total de ações a 01.01.2023	Entre 01.01.2023 e 31.12.2023						Total de ações a 31.12.2023
		Aquisição			Alienação			
		Data	N.º ações	Valor (€/ação)	Data	N.º ações	Valor (€/ação)	
Suplente								
Jorge Costa	0							0
Revisor Oficial de Contas								
Efetivo								
Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. representada por Rui Martins	0							0
Suplente								
Luís Pedro Magalhães Varela Mendes	0							0

[1] Para efeitos do artigo 447.º, n.º 2, alínea d), do Código das Sociedades Comerciais ("CSC"), declara-se ainda que a Amorim Energia B.V., na qual o administrador indicado exerce igualmente funções de administração, é titular de 276.472.161 ações da Galp.
[2] Ações detidas por partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2023, nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Galp era titular de obrigações emitidas pela Sociedade.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. i)), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

O Conselho de Administração dispõe dos poderes de administração da Sociedade previstos no Código das Sociedades Comerciais ("CSC") para o respetivo modelo de governo. Os Estatutos não conferem quaisquer poderes especiais àquele órgão, nomeadamente não confere o poder especial para deliberar sobre aumentos do capital social.

A Assembleia Geral anual de acionistas de 2023 conferiu ao Conselho de Administração o poder de decisão relativamente à aquisição e alienação de ações e obrigações próprias, nos termos que venham a ser decididos, em função das condições do mercado, e atendendo aos critérios aprovados pela Assembleia Geral, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

A deliberação relevante está disponível no website da Galp em:
https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Investidores/SharedResources/Assembleias/PT/2023/Extrato%20Ata%20AG_03_05_2023%20-%20Galp%20Energia.pdf

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.

Em 2023, não existiram relações significativas de natureza comercial entre titulares de participações qualificadas e a Galp.

B. Órgãos sociais e comissões

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e cargo dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim).

Nos termos do artigo 11.º, n.º 2, dos Estatutos da Galp, a Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral eleitos para o mandato 2023–2026, com início a 3 de maio de 2023 e termo a 31 de dezembro de 2026 (sem prejuízo da permanência no cargo até à eleição de novos membros, caso aplicável), são os seguintes:

Presidente: Ana Perestrelo de Oliveira

Vice-Presidente: José Costa Pinto

Secretária: Sofia Leite Borges

b) Exercício do direito de voto

12 Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. f)).

Os Estatutos consagram o princípio de "uma ação, um voto", não existindo disposições estatutárias ou outros instrumentos jurídicos que restrinjam o exercício dos direitos de voto. Não existem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

A Galp não estabeleceu qualquer mecanismo que tenha por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos, ou à subscrição de novos valores mobiliários, e o direito de voto de cada ação.

O direito de voto é exercido nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos, de acordo com o regime das Diretivas dos Direitos dos Acionistas I e II, conforme transpostas para o CVM. Assim, qualquer acionista pode participar, discutir e exercer o seu direito de voto na Assembleia Geral, pessoalmente ou através de representante, de acordo com os seguintes requisitos:

- Na data de registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior à data da realização da Assembleia Geral, seja titular de, pelo menos, uma ação;
- O acionista comunica a sua intenção de participar na Assembleia Geral ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado de valores mobiliários se encontra aberta até ao dia anterior à data de registo;
- O intermediário financeiro deverá notificar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da intenção do acionista e enviar a informação sobre o número de ações registadas em nome do seu cliente até ao final do 5.º dia de negociação anterior à data da Assembleia Geral.

O exercício destes direitos não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior às 00:00 horas (GMT) da data de registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a da Assembleia Geral. No entanto, os acionistas que, tendo declarado a intenção de participar na reunião da Assembleia Geral, vierem a transmitir a titularidade das ações entre as 00:00 horas (GMT) da data de registo e o encerramento da Assembleia Geral, devem comunicar de imediato esse facto ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e à CMVM, não podendo ser impedidos de exercer o direito a participar e votar na Assembleia Geral.

O artigo 10.º, n.os 6 a 9, dos Estatutos permite o exercício do voto por correspondência sem nenhuma restrição e, apesar de não estar expressamente previsto nos Estatutos, pode ser exercido por meios telemáticos, nos termos da lei e de acordo com os requisitos definidos pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocatória de cada Assembleia Geral, com vista a assegurar a sua autenticidade e confidencialidade.

Esta possibilidade tem sido incluída em todas as convocatórias de Assembleias Gerais da Galp, incluindo na convocatória para a Assembleia Geral anual de 2023, sendo já uma prática reiterada desde 2015.

Conforme especificado na convocatória para a Assembleia Geral relevante, os acionistas podem participar na Assembleia Geral através de meios telemáticos. As instruções detalhadas de participação estão incluídas na relevante convocatória.

A possibilidade de participação através de meios telemáticos foi também disponibilizada para todas as Assembleias Gerais realizadas desde 2018, incluindo a Assembleia Geral Anual de 2023, sendo que esta última foi exclusivamente realizada com recurso a meios telemáticos.

A realização de uma Assembleia Geral anual exclusivamente com recurso a meios telemáticos reforça a prática reiterada da Galp na permissão da participação dos acionistas em Assembleias Gerais à distância, bem como do exercício do direito de voto também à distância, através de comunicação eletrónica, mecanismos que já estavam ao dispor dos acionistas em anos anteriores, mas não eram habitualmente utilizados.

A Galp tem a intenção de continuar a incentivar a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais, o que, no caso particular de acionistas residentes ou com sede fora de Portugal, é particularmente facilitado pela possibilidade de votar e de participar remotamente.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º.

Não aplicável. Os Estatutos não preveem qualquer limitação aos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do CVM.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

As deliberações da Assembleia Geral são aprovadas por maioria simples dos votos emitidos, salvo nos casos em que a lei ou os Estatutos exijam maiorias qualificadas.

Para além das legalmente previstas, o n.º 4 do artigo 12.º dos Estatutos exige maioria qualificada de dois terços dos votos emitidos nas seguintes situações:

a) Primeira e segunda convocatórias nas matérias de gestão da Sociedade que sejam submetidas à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração;

b) Segunda convocatória nas seguintes matérias:

(I) alterações dos Estatutos, incluindo aumentos de capital e limitação ou supressão do direito de preferência dos acionistas;

(II) fusão, cisão, transformação ou dissolução da Sociedade.

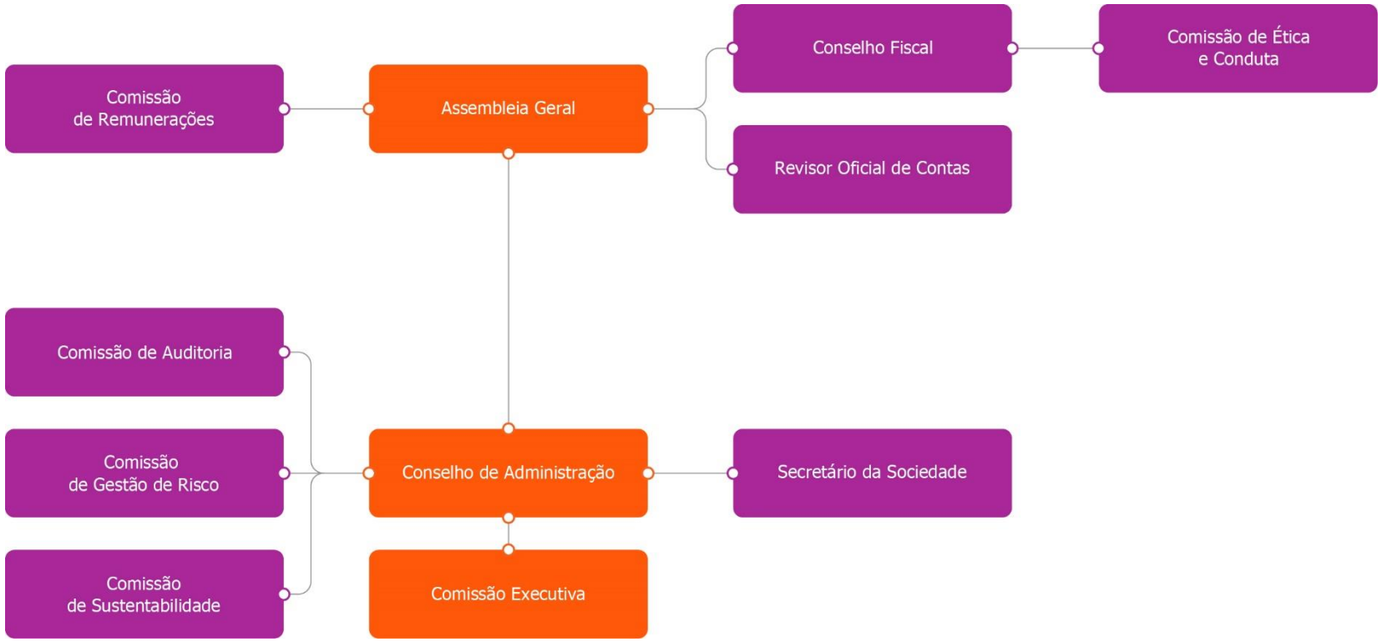
Apesar de estas disposições dos Estatutos fixarem um quórum deliberativo que pode, em determinadas situações, ser superior ao previsto na lei, as mesmas não têm por objetivo dificultar a tomada de deliberações por parte dos acionistas, nem se trata de um mecanismo de defesa anti-OPA que prejudique o *market for control* (que na Galp não está limitado). O objetivo é assegurar a representação adequada dos acionistas, particularmente dos acionistas minoritários, ao aprovarem deliberações sobre matérias de importância estratégica para a Sociedade e matérias fundamentais da Galp, que caracterizam a sua essência, e evitar o clássico problema de agência. Assim sendo, este mecanismo foi criado com o objetivo primordial de proteger a própria Sociedade, assegurando a sua estabilidade, assim como os acionistas minoritários, em matérias nucleares para a Galp. Note-se, ainda, que a aplicação de um quórum deliberativo de dois terços em segunda convocatória apenas é exigida para temas que são estratégicos e de suma importância para a Sociedade.

II. Administração e supervisão

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado



O modelo de governo societário da Galp compreende:

(i) Uma estrutura de administração constituída por um Conselho de Administração, do qual é escolhida uma Comissão Executiva;

(ii) Uma estrutura de fiscalização reforçada, que integra o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;

(iii) Um Secretário da Sociedade, encarregue do apoio especializado aos órgãos sociais.

Os órgãos sociais que compõem o modelo de governo da Galp com um modelo de supervisão reforçada são obrigatórios para as sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado nas empresas que, como a Galp, adotam o modelo monista clássico, previsto no artigo 278.º, n.º 1, alínea a), artigo 413.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea a), e artigo 446.º-A, n.º 1, todos do CSC.

O modelo de governo da Galp visa a transparência e a eficácia do funcionamento do Grupo, assente numa separação de poderes entre os diversos órgãos sociais. Enquanto o Conselho de Administração desempenha funções de definição, supervisão, controlo e acompanhamento das orientações estratégicas, bem como de acompanhamento da gestão e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais, as funções da Comissão Executiva – delegadas pelo Conselho de Administração – são de natureza operacional e consistem na gestão corrente dos negócios e do centro corporativo.

A existência de assuntos da competência exclusiva do Conselho de Administração (não sendo suscetíveis de delegação na Comissão Executiva) assegura que este órgão promova a definição e o acompanhamento das orientações estratégicas da Galp.

O Regulamento do Conselho de Administração estabelece que os seus membros têm, para o efeito estrito do exercício das respetivas funções e com respeito pelos limites legais aplicáveis, acesso à informação necessária, nomeadamente através do acesso a documentos ou da prestação de informações ou esclarecimentos por colaboradores da Sociedade, para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da Sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de apoio às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões da Comissão Executiva.

Ao Presidente do Conselho de Administração compete, sem prejuízo das demais competências previstas nas disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, coordenar e supervisionar a relação entre a Sociedade e os seus acionistas, atendendo aos objetivos da Sociedade, aos interesses de longo prazo dos seus acionistas e ao desenvolvimento sustentável da atividade da Galp.

Com vista ao reforço do governo da Galp, designadamente ao nível do acompanhamento, avaliação e supervisão da atividade da Sociedade por parte dos administradores não executivos, o Conselho de Administração, na sua reunião de 30 de junho de 2023, decidiu delegar no administrador não executivo Rui Paulo Gonçalves o encargo especial de acompanhar a atividade da Comissão Executiva, conforme previsto no artigo 6.º, n.º 1, do Regulamento do Conselho de Administração.

Os poderes de supervisão do Conselho de Administração são reforçados pela existência de um *Lead Independent Director* e três comissões especializadas criadas no seio do Conselho de Administração – Comissão de Auditoria, Comissão de Sustentabilidade e Comissão de Gestão de Risco – compostas exclusivamente por administradores não executivos, que se encontram descritas nos pontos 27 e 29 deste relatório.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exercício de funções de fiscalização dos negócios sociais em cinco dimensões essenciais:

(i) a supervisão da atividade social;

(ii) o controlo da informação financeira da Sociedade;

(iii) a fiscalização dos sistemas internos de gestão de riscos, controlo interno, *compliance* e auditoria interna;

(iv) a receção (e tratamento) de comunicações de irregularidades; e

(v) a salvaguarda da independência do Auditor Externo.

O Revisor Oficial de Contas é responsável por exercer o controlo da informação financeira da Sociedade.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. h)).

Eleição

Os membros do Conselho de Administração, incluindo o respetivo presidente, são eleitos pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, por períodos de quatro anos civis, contando o ano civil da designação como um ano completo, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes.

Os membros do Conselho de Administração consideram-se empossados no momento da sua eleição e mantêm-se no exercício das respetivas funções até à eleição, cooptação ou designação de substituto, salvo em caso de renúncia ou destituição, em que o exercício de funções é mantido pelos prazos previstos no CSC.

A eleição dos membros do Conselho de Administração é efetuada por listas, com indicação dos acionistas proponentes, incidindo o voto sobre a totalidade da lista e não sobre cada um dos seus membros, de acordo com a lei e os Estatutos.

A lei e os Estatutos da Galp incluem mecanismos para permitir que os acionistas que não apoiem a lista vencedora e detenham um mínimo de 10% de direitos de voto, por si ou agrupados com outros para o efeito, disponham do direito a propor a eleição isolada de um administrador.

Os acionistas deliberam ainda, anualmente, a continuidade em funções de cada administrador, em caso de apreciação positiva do seu desempenho, mediante voto de louvor e/ou de confiança.

Uma apreciação anual negativa, através da atribuição de um voto de desconfiança, pode conduzir à destituição do administrador em causa, nos termos legalmente previstos.

Em face do enquadramento jurídico português, que atribui em exclusivo aos acionistas a competência de eleger os membros do Conselho de Administração, e que exclui o poder do Conselho de Administração em matérias que competem aos acionistas, na Galp não existe uma comissão de nomeações na estrutura do Conselho de Administração. Com efeito, tal comissão não poderia substituir-se à competência dos acionistas, de acordo com o artigo 391.º do CSC.

Contudo, a Sociedade aprovou a Política de Diversidade e tem promovido, habitualmente, processos de seleção exaustivos a fim de identificar, atrair e selecionar perfis específicos para o cargo de membro do Conselho de Administração, uma estratégia adaptada à criação de valor orientada para os diferentes e relevantes cargos de gestão, com recurso a empresas internacionais reputadas e especializadas em seleção de executivos de nível C.

Substituição

Em caso de falta ou impedimento definitivo de algum dos membros do Conselho de Administração, compete ao próprio órgão de administração proceder à respetiva substituição, devendo submetê-la a ratificação na Assembleia Geral seguinte. Para este efeito, os Estatutos consideram que um administrador falta definitivamente quando, sem justificação aceite pelo órgão de administração, faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco reuniões interpoladas.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatuário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de 19 e um máximo de 23 administradores.

Atualmente, o Conselho de Administração é composto por 19 membros. Os membros atuais do Conselho de Administração, eleitos para o mandato referente ao quadriénio 2023–2026, constam da tabela seguinte. Esta informação encontra-se sempre atualizada no *website* da Galp.

Nome	Cargo	Data da primeira nomeação	Data do termo do mandato*	Idade
Presidente				
Paula Amorim	Presidente não executiva	24 de abril de 2012	31 de dezembro de 2026	53
Vice-Presidentes				
Adolfo Mesquita Nunes	*Lead Independent Director* (desde 3 de maio de 2023)	12 de abril de 2019	31 de dezembro de 2026	46
Filipe Silva	Presidente da Comissão Executiva (CEO) (desde 1 de janeiro de 2023)	26 de julho de 2012	31 de dezembro de 2026	59
Vogais				
Georgios Papadimitriou	Administrador executivo, Renováveis, Inovação & Novos Negócios (desde 1 janeiro 2022)	1 janeiro 2022	31 de dezembro de 2026	51
Maria João Carioca	Diretor Financeiro (CFO) (desde 3 de maio de 2023)	3 de maio de 2023	31 de dezembro de 2026	52
Ronald Doesburg	Administrador executivo, Industrial (desde 3 de maio de 2023)	3 de maio de 2023	31 de dezembro de 2026	45
Rodrigo Vilanova	Administrador executivo, Gestão de Energia (desde 3 de maio de 2023)	3 de maio de 2023	31 de dezembro de 2026	43
João Diogo Silva	Administrador executivo, Comercial (desde 3 de maio de 2023)	3 de maio de 2023	31 de dezembro de 2026	48
Marta Amorim	Administradora não executivo	14 de outubro de 2016	31 de dezembro de 2026	51
Francisco Teixeira Rêgo	Administrador não executivo	16 de abril de 2015	31 de dezembro de 2026	51
Carlos Pinto	Administrador não executivo	12 de abril de 2019	31 de dezembro de 2026	45
Jorge Seabra	Administrador não executivo	23 de novembro de 2012	31 de dezembro de 2026	63
Diogo Tavares	Administrador não executivo	22 de fevereiro de 2006	31 de dezembro de 2026	78
Rui Paulo Gonçalves	Administrador não executivo	6 de maio de 2008	31 de dezembro de 2026	56
Cristina Fonseca	Administradora não executiva independente	12 de abril de 2019	31 de dezembro de 2026	36
Javier Cavada Camino	Administrador não executivo independente	17 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2026	48
Cláudia Almeida e Silva	Administradora não executiva independente	29 de abril de 2022	31 de dezembro de 2026	50
Fedra Ribeiro	Administradora não executiva independente	3 de maio de 2023	31 de dezembro de 2026	51
Ana Zambelli	Administradora não executiva independente	3 de maio de 2023	31 de dezembro de 2026	51

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

De acordo com o Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance ("Código de Governo das Sociedades do IPCG"), os membros do Conselho de Administração consideram-se independentes se não estiverem associados a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem se encontrem em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

a) Terem exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da Sociedade;

b) Terem sido colaboradores da Sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;

c) Terem, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a Sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;

d) Serem beneficiários de remuneração paga pela Sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo, além da remuneração decorrente do exercício das funções de membro do Conselho de Administração;

e) Viverem em união de facto ou serem cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de membros do Conselho de Administração ou de pessoas singulares titulares, direta ou indiretamente, de participação qualificada;

f) Serem titulares de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.

Atualmente, 13 dos 19 membros do Conselho de Administração correspondem a administradores não executivos, representando mais de metade (68,42%) do total de administradores, o que constitui um número adequado, tendo em conta, em particular, a estrutura acionista da Galp, a significativa dispersão de capital e dimensão da Sociedade e a complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

Os administradores não executivos desempenham atividades de supervisão e avaliação contínua da gestão da Sociedade, garantindo a efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos administradores executivos.

Conselho de Administração

Administradores não executivos


Paula Amorim


Adolfo Mesquita Nunes


Marta Amorim


Francisco Teixeira Rêgo


Carlos Pinto


Jorge Seabra


Diogo Tavares


Rui Paulo Gonçalves


Cristina Neves Fonseca


Javier Cavada Camino


Cláudia Almeida e Silva


Fedra Ribeiro


Ana Zambelli

Administradores executivos


Filipe Silva


Maria João Carioca


Georgios Papadimitriou


Ronald Doesburg


Rodrigo Vilanova


João Diogo Silva

Considerando os critérios de aferição de independência dos administradores não executivos, previstos no Código de Governo das Sociedades do IPCG, o Conselho de Administração compreende os seguintes seis administradores não executivos independentes, com base na respetiva autoavaliação:

Administradores não executivos independentes

Adolfo Mesquita Nunes (*Lead Independent Director*)
Cristina Neves Fonseca
Javier Cavada Camino
Cláudia Almeida e Silva
Fedra Ribeiro (desde maio de 2023)
Ana Zambelli (desde maio de 2023)

Tendo em conta o modelo de governo adotado pela Sociedade, a sua estrutura acionista e o respetivo *free float*, a Galp considera que a proporção de administradores independentes entre os administradores não executivos (46,15%) é adequada, sendo superior à recomendada pelo Código de Governo das Sociedades do IPCG (1/3).

Nas reuniões do Conselho de Administração, e conforme previsto no seu Regulamento, os membros não executivos promovem e participam na definição da estratégia da Sociedade, das suas principais políticas, da sua estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a Sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do respetivo cumprimento.

O Conselho de Administração decidiu a atribuição a dois administradores não executivos – Carlos Pinto e Ana Zambelli – do encargo especial de acompanhamento da evolução dos mercados de Angola e do Brasil, respetivamente, com a perspetiva de assegurar uma análise estratégica detalhada destes dois mercados chave para a atividade da Sociedade. Os administradores não executivos independentes também nomearam Adolfo Mesquita Nunes como *Lead Independent Director*, com a finalidade, entre outras, de: (I) atuar, sempre que necessário, como interlocutor entre o Presidente do Conselho de Administração e os restantes membros; e (II) zelar para que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções.

Foi também decidido atribuir a Javier Cavada Camino a responsabilidade especial de acompanhar as matérias de transição energética no contexto da Galp.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Os membros do Conselho de Administração têm uma série de competências e variedade de *backgrounds* académicos e de experiência profissional, tal como descrito no quadro seguinte, que se mostram adequadas às atividades prosseguidas pela Galp e à estratégia definida para os próximos anos.

Tal evidencia a diversidade existente no seio do Conselho de Administração, em linha com a Política de Diversidade nos órgãos de administração e fiscalização, aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2017, e com impacto nas nomeações realizadas após esta data, nomeadamente na Assembleia Geral eletiva de 3 de maio 2023. Esta política está acessível no *website* da Galp em: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Politica_de_Diversidade_nos_Orgaos_de_Administracao_e_Fiscalizacao_-_versao_publicada-_pt.pdf

A Política de Diversidade nos órgãos de administração e fiscalização tem como objetivo desenvolver, de acordo com as competências de cada órgão, esforços para promover a diversidade no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, particularmente no que respeita aos seguintes critérios: idade, género, origem geográfica, formação académica e experiência profissional.

A Galp reconhece os benefícios da diversidade no seio dos seus órgãos de administração e fiscalização, como forma de assegurar maior equilíbrio na sua composição, melhorar o desempenho dos seus membros, reforçar a qualidade dos processos de tomada de decisão e de controlo, evitar o efeito de *group thinking* e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Sociedade, sem prejuízo da exigência de características individuais de cada membro, adequadas ao desempenho do cargo em causa.

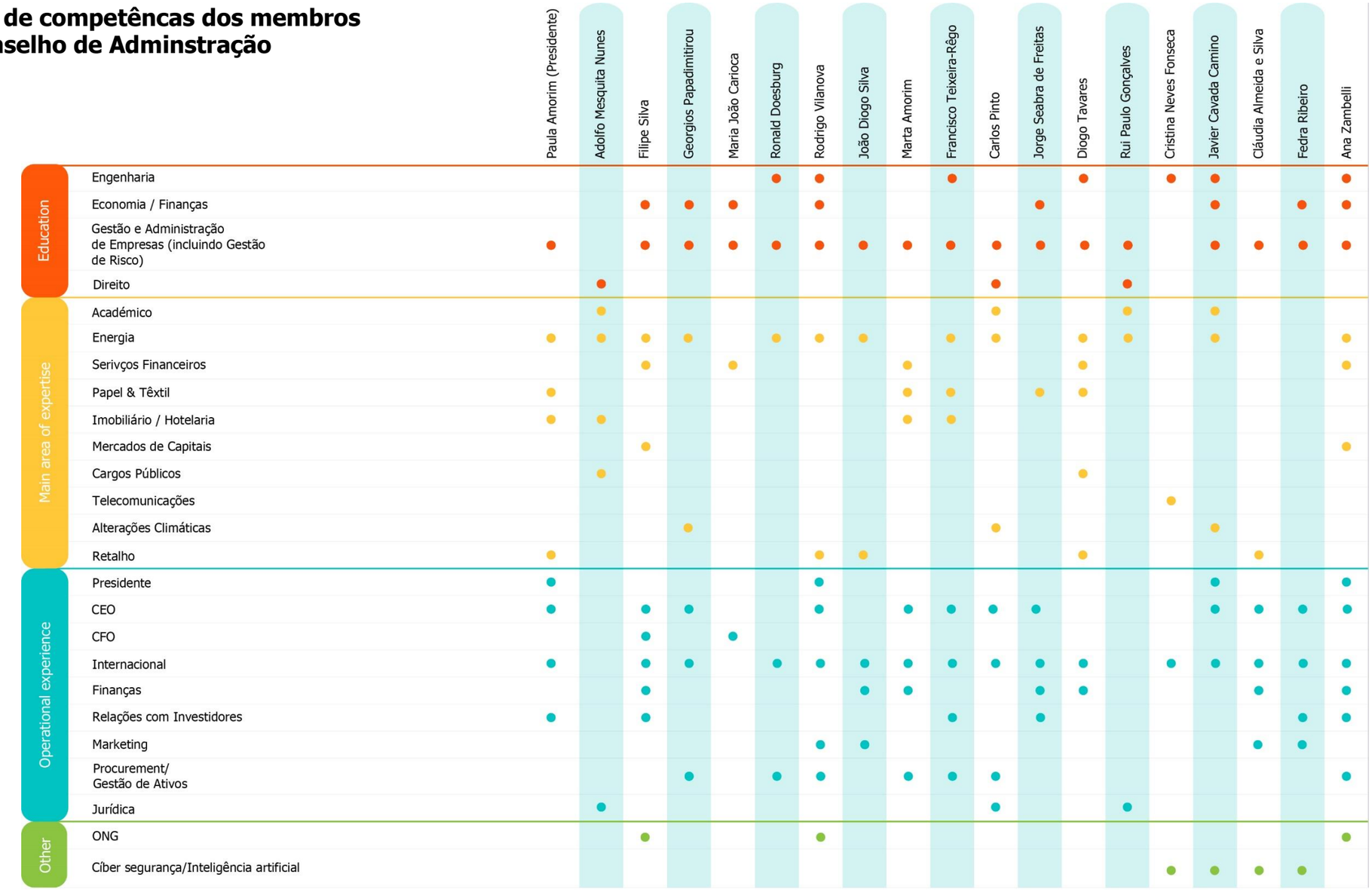
Para além da diversidade de competências, da variedade de *backgrounds* académicos e de experiência profissional, o Conselho de Administração dispõe da diversidade adequada em termos de origem, idade e género dos seus membros. Atualmente, o Conselho de Administração integra membros de seis nacionalidades, incluindo de países em que a Galp opera, e membros com experiência de gestão nos vários setores de energia. A cooptação de Javier Cavada Camino e Georgios Papadimitriou em 2021 e 2022, respetivamente, e a eleição de Ronald Doesburg em maio de 2023 deu continuidade a esta tendência de diversidade de nacionalidades, sendo naturais de Espanha, Grécia e Países Baixos, respetivamente. Atualmente, a percentagem de mulheres no Conselho de Administração é de 36,84%, sendo superior à percentagem estabelecida na lei. Os membros do Conselho de Administração têm idades compreendidas entre os 36 e 78 anos.

Com o objetivo de assegurar o adequado conhecimento e acompanhamento pelos administradores não executivos das atividades prosseguidas pelas unidades de negócio, tem sido implementado, desde 2018, um plano periódico de *knowledge development*.

Neste contexto, em 2023, o Conselho de Administração participou em diversas iniciativas (*workshops*) sobre projetos desenvolvidos pelas unidades de negócio, incluindo, mas não exclusivamente, no domínio das energias renováveis.

As biografias de cada membro do Conselho de Administração em funções e os cargos exercidos noutras empresas constam dos Anexos ao presente relatório. A figura abaixo mostra a matriz de competências de cada um dos membros do Conselho de Administração atualmente em funções.

Matriz de competências dos membros do Conselho de Adminstração



20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 5% dos direitos de voto.

As relações dos membros do Conselho de Administração com acionistas com participação qualificada superior a 5% dos direitos de voto são as seguintes:

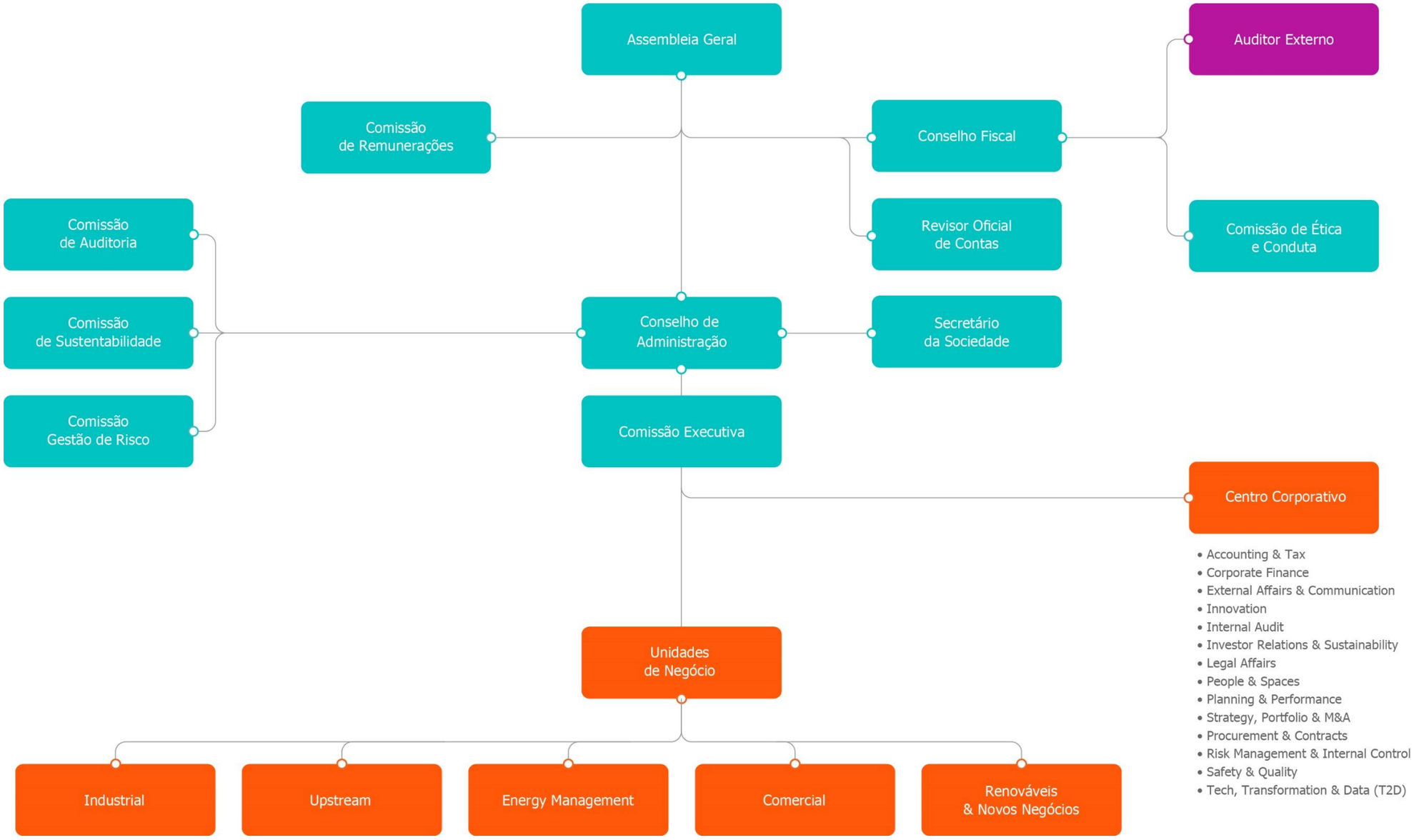
Administrador	Acionista com participação qualificada	Relação
Paula Amorim	Amorim Energia	Administradora
Marta Amorim	Amorim Energia	Administradora
Francisco Teixeira Rêgo	Amorim Energia	Administrador
Jorge Seabra	Amorim Energia	Administrador
Rui Paulo Gonçalves	Amorim Energia	Administrador

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à administração quotidiana da Sociedade.

A estrutura organizativa atual da Galp assenta em cinco unidades de negócio e um centro corporativo, que é coordenado por cada um dos administradores executivos, conforme descrito no ponto 29 deste relatório.

O centro corporativo presta serviços às unidades de negócio e empresas do Grupo, em matérias tão diversas como IT, planeamento e controlo, contabilidade, assessoria jurídica, *governance* e recursos humanos.

O modelo organizativo da Sociedade prevê, ainda, a existência de um conjunto de comissões, as quais são descritas nos pontos 27 e 29 deste relatório.


Assembleia Geral
Comissão de Remunerações
Conselho Fiscal
Auditor Externo
Revisor Oficial de Contas
Comissão de Ética e Conduta
Comissão de Auditoria
Comissão de Sustentabilidade
Comissão Gestão de Risco
Conselho de Administração
Secretário da Sociedade
Comissão Executiva
Centro Corporativo
• Accounting & Tax
• Corporate Finance
• External Affairs & Communication
• Innovation
• Internal Audit
• Investor Relations & Sustainability
• Legal Affairs
• People & Spaces
• Planning & Performance
• Strategy, Portfolio & M&A
• Procurement & Contracts
• Risk Management & Internal Control
• Safety & Quality
• Tech, Transformation & Data (T2D)
Unidades de Negócio
Industrial
Upstream
Energy Management
Comercial
Renováveis & Novos Negócios

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração foi aprovado pelo Conselho de Administração na sua reunião realizada em 3 de maio de 2023 e é aplicável para o mandato de 2023-2026, nos termos do artigo 16.º dos Estatutos. Este Regulamento está disponível no *website* da Galp em: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Maio2023_alteracoes/20230503%20Regulamento%20CA%20-%202023-2026.pdf

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

O Conselho de Administração reúne ordinariamente de acordo com o calendário de reuniões aprovado no final do ano anterior, e sempre que for convocado pelo Presidente ou por quaisquer dois administradores.

Os Estatutos permitem que as reuniões do Conselho de Administração se realizem através de meios telemáticos e também admitem o voto por correspondência.

Em 2023, o Conselho de Administração realizou nove reuniões, nenhuma delas exclusivamente por meios telemáticos (videoconferência), tendo ainda deliberado em duas ocasiões através de votos expressos por comunicações eletrónicas. Foram elaboradas atas de todas as reuniões e deliberações.

O grau de assiduidade dos membros do Conselho de Administração nas nove reuniões deste órgão realizadas em 2023 (considerando o número de reuniões que ocorreram durante o período em que cada um dos administradores esteve em funções em 2023) foi o seguinte:

Nome	Presente	Representado	Ausente	Assiduidade[1]
Paula Amorim	9	0	0	100%
Miguel Athayde Marques[1]	3	0	0	100%
Adolfo Mesquita Nunes	8	1	0	88.89%
Filipe Silva	9	0	0	100%
Maria João Carioca[2]	6	0	0	100%
Georgios Papadimitriou	9	0	0	100%
Ronald Doesburg[2]	6	0	0	100%
Rodrigo Vilanova[2]	6	0	0	100%
João Diogo Silva[2]	6	0	0	100%
Thore E. Kristiansen[1]	3	0	0	100%
Teresa Abecasis[1]	3	0	0	100%
Marta Amorim	8	1	0	88.89%
Francisco Teixeira Rêgo	9	0	0	100%
Carlos Pinto	9	0	0	88.89%
Luís Todo Bom[1]	3	0	0	100%
Jorge Seabra	9	0	0	100%
Diogo Tavares	9	0	0	100%
Rui Paulo Gonçalves	9	0	0	100%
Edmar de Almeida[1]	3	0	0	100%
Cristina Fonseca	9	0	0	100%
Javier Cavada Camino	7	2	0	77.78%
Cláudia Almeida e Silva	6	0	0	100%
Fedra Ribeiro[2]	6	0	0	100%
Ana Zambelli[2]	5	0	1	83%

[1] Deixou de fazer parte do Conselho no dia 3 de maio de 2023.
[2] Eleito para o Conselho no dia 3 de maio de 2023

24. Indicação dos órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Comissão de Remunerações, eleita pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 8.º dos Estatutos, realiza a avaliação de desempenho anual dos administradores executivos para a fixação da respetiva remuneração variável, tanto na vertente quantitativa (em função do cumprimento de determinados objetivos económicos, financeiros e operacionais, conforme definido anualmente pela própria Comissão), como na vertente qualitativa (recorrendo à auscultação dos administradores não executivos quanto ao desempenho qualitativo dos administradores executivos).

Por outro lado, os administradores não executivos, no âmbito da sua função de supervisão, acompanham o desempenho dos administradores executivos.

Também de acordo com o artigo 376.º, n.º 1, al. c), do CSC, a Assembleia Geral procede anualmente à apreciação geral da administração da Sociedade. Essa apreciação é expressa através de um voto de confiança ou desconfiança em cada um dos administradores, podendo, em caso de apreciação negativa, levar à destituição do respetivo administrador.

Além disso, o Conselho de Administração avalia anualmente o seu desempenho (incluindo o dos administradores executivos) e o desempenho das suas comissões, de acordo com o artigo 16.º do respetivo Regulamento. Esta avaliação tem em conta o cumprimento do plano estratégico e orçamento da Sociedade, a sua gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para esses objetivos, bem como as suas relações com os outros órgãos e comissões da Sociedade.

Na sua reunião realizada em 19 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração realizou esta avaliação de desempenho, em referência ao ano de 2023.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A avaliação de desempenho dos administradores executivos é realizada em função do cumprimento de determinados objetivos económicos, financeiros e operacionais, incluindo critérios de sustentabilidade ambiental e de eficiência energética, conforme definido pela política de remunerações a cada momento em vigor.

Os critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos, no exercício de 2023, nos termos aprovados pela Comissão de Remunerações e submetidos à aprovação da Assembleia Geral, constam do ponto 69 do presente relatório.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração noutras sociedades, dentro e fora do Grupo Galp, e outras eventuais atividades relevantes exercidas pelos membros daquele órgão, no decurso do exercício de 2023, são apresentados nos Anexos deste relatório.

De um modo geral, os membros do Conselho de Administração apresentam um elevado grau de disponibilidade para o exercício das respetivas funções, sendo esta disponibilidade confirmada pela sua assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, e pelo trabalho desenvolvido no seio da Galp, anualmente verificado pela Comissão de Remunerações no âmbito da avaliação qualitativa do desempenho dos administradores.

Os Anexos deste relatório dão prova do cumprimento destes requisitos, visto que as funções exercidas noutras empresas pelos membros da Comissão Executiva da Galp são em órgãos de administração de sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Galp.

Relativamente aos administradores não executivos com maior número de cargos exercidos noutras empresas fora do Grupo Galp, constata-se que os mesmos cumprem os limites abaixo indicados e exercem essas funções no âmbito do mesmo grupo – Grupo Amorim ou Américo Amorim –, não prejudicando a sua disponibilidade para o exercício dos cargos e das funções de acompanhamento, avaliação e supervisão.

Limitação de cargos

De acordo com o Regulamento do Conselho de Administração:

(i) Os membros da Comissão Executiva não devem exercer funções executivas em sociedades emitentes de ações cotadas em mercado regulamentado que não integrem o Grupo Galp; e

(ii) Os administradores não executivos não devem exercer funções de administração em mais de quatro sociedades emitentes de ações cotadas em mercado regulamentado que não integrem o Grupo Galp.

Faltas

De acordo com os Estatutos e o Regulamento do Conselho de Administração, considera-se que um administrador falta definitivamente quando, sem justificação que tenha sido aceite pelo Conselho de Administração, não tenha participado em três reuniões consecutivas ou cinco reuniões de forma interpolada.

Caso qualquer membro da Comissão Executiva esteja ausente em mais de 20% das reuniões da Comissão Executiva durante o mesmo mandato, o CEO informa o Conselho de Administração, transmitindo-lhe os motivos que foram comunicados relativamente às ditas ausências.

No seguimento, o Conselho de Administração pode substituir o membro da Comissão Executiva por outro administrador, passando o primeiro a administrador não executivo.

Conflitos de interesse

A Galp cumpre as disposições legais, estatutárias e regulamentares destinadas a prevenir e tratar eventuais conflitos de interesse entre os administradores e a Sociedade em virtude do exercício de outros cargos fora do Grupo Galp.

De acordo com o artigo 398.º do CSC, os administradores não podem:

- Exercer qualquer atividade concorrente com a Sociedade ou sociedade em relação de domínio ou de grupo com esta, por conta própria ou alheia, e exercer funções em sociedade concorrente ou ser designado por conta, ou em representação desta, salvo autorização da Assembleia Geral;

- Exercer qualquer função ao abrigo de contrato de trabalho celebrado com a Sociedade ou sociedade em relação de domínio ou de grupo com esta (o contrato de trabalho considera-se extinto caso tenha sido celebrado menos de um ano antes de se ter tornado administrador, ou suspenso caso tenha sido celebrado há mais de um ano).

De acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, os administradores devem informar de imediato esse órgão, especificamente o seu presidente, sobre quaisquer factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.

A Sociedade também aprovou um regulamento interno, que é aplicável, entre outros, aos administradores e que estabelece que os administradores que forem identificados como estando em situação de conflito de interesses devem abster-se de discutir, votar, tomar decisões, opinar, participar ou exercer qualquer influência sobre

qualquer processo de tomada de decisão diretamente relacionado com a situação de conflito de interesse. Isto sem prejuízo de fornecer qualquer informação ou esclarecimentos necessários. O Regulamento está disponível no *website* da Galp em https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governance2019/regulamentos/NT-R-023%20-%20Gestao%20de%20Conflitos%20de%20Interesses.pdf

Adicionalmente, o Regulamento do Conselho de Administração (i) estabelece ainda mecanismos especiais de acesso a informação sensível aplicável aos membros do Conselho de Administração em situação de conflito de interesses, devido ao exercício de uma atividade concorrente com a Galp autorizada pela Assembleia Geral e (ii) dispõe que os seus membros devem informar de imediato o seu presidente sobre quaisquer factos que possam constituir ou originar conflito entre os seus interesses e os interesses da Sociedade.

Ainda no sentido da salvaguarda do interesse do Grupo Galp em situações de eventual conflito de interesses entre a Sociedade e os seus administradores decorrente da realização de negócios entre estes e a Sociedade ou sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Galp, destaca-se a norma regulamentar, aprovada pelo Conselho de Administração, com parecer prévio favorável do Conselho Fiscal, que regula os procedimentos a que estão sujeitas as transações do Grupo com partes relacionadas, conforme descrito nos pontos 89 e 91 deste relatório.

Durante o exercício de 2023, não foram prestadas nos termos legalmente previstos, autorizações aos membros do Conselho de Administração para a realização de negócios com a Sociedade ou sociedades em relações de domínio com o grupo.

c) Comissões no seio do Órgão de Administração ou Supervisão e Administradores-Delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Comissão Executiva

O Conselho de Administração designou, na reunião de 3 de maio de 2023, uma Comissão Executiva que é atualmente composta por seis administradores, identificados no ponto 28, tendo igualmente aprovado a respetiva delegação de competências e o Regulamento da Comissão Executiva, que define os princípios e as regras relativas à organização e funcionamento da Comissão Executiva.

A composição da Comissão Executiva está disponível em https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/modelo-e-orgaos-de-governo/comissao-executiva

O respetivo regulamento interno encontra-se disponível em https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Maio2023_alteracoes/20230503%20-%20Regulamento%20CE_PT.pdf

Comissão de Sustentabilidade

Em 30 de junho de 2023, o Conselho de Administração criou uma Comissão de Sustentabilidade, composta por três administradores não executivos, com o objetivo de garantir a integração de princípios de sustentabilidade na gestão do Grupo e promover as boas práticas do setor nas áreas comerciais e corporativas.

Atualmente, a Comissão é presidida pela administradora Cristina Neves Fonseca, contando ainda com outros dois administradores – Fedra Ribeiro e Diogo Mendonça Tavares.

A composição da Comissão de Sustentabilidade pode ser consultada em https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/modelo-e-orgaos-de-governo/comissoes/comissao-de-sustentabilidade

O Regulamento da Comissão de Sustentabilidade está disponível em https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/Comissões%202023-2026/Regulamento%20Comissão%20Sustentabilidade%20vf.pdf

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria foi criada na reunião de 30 de junho de 2023 do Conselho de Administração, com o objetivo de auxiliar o Conselho na supervisão e monitorização das atividades de auditoria interna do Grupo.

É composta por três administradores não executivos, sendo atualmente presidida pela Presidente do Conselho de Administração, Paula Amorim. As outras duas vagas são ocupadas por José Seabra de Freitas (Administrador) e Cláudia Almeida Silva (Administradora). A composição da Comissão de Auditoria está disponível em https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/Comiss%C3%B5es%202023-2026/Regulamento%20Comiss%C3%A3o%20Auditoria%20vf.pdf

O respetivo regulamento interno encontra-se em https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/Comiss%C3%B5es%202023-2026/Regulamento%20Comiss%C3%A3o%20Auditoria%20vf.pdf

Comissão de Gestão de Risco

A Comissão de Gestão de Risco, criada pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2023, tem como missão apoiar e monitorizar a definição e execução da estratégia e política de gestão de risco da Galp, prestando assessoria ao Conselho de Administração nesse âmbito.

É composta por três administradores não executivos da Galp. Atualmente é presidida por uma administradora não executiva independente, Ana Zambelli, sendo as outras duas posições ocupadas por Rui Paulo Gonçalves (Administrador) e Carlos Pinto (Administrador). A composição da Comissão de Gestão de Risco está disponível em https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/modelo-e-orgaos-de-governo/comissoes/comissao-de-gestao-de-risco

O Regulamento da Comissão de Gestão de Risco encontra-se disponível em https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/Comiss%C3%B5es%2020232026/Regulamento%20Comiss%C3%A3o%20Gest%C3%A3o%20de%20Risco%20vf.pdf.

Outras comissões

A Sociedade criou ainda comissões especializadas para tratar (i) das remunerações e avaliação de desempenho dos membros dos órgãos sociais e (ii) questões de ética e conduta.

De acordo com a lei portuguesa, a nomeação de administradores é uma responsabilidade atribuída em exclusivo aos acionistas. A fim de evitar quaisquer conflitos de interesses ou problemas de agência, o Conselho de Administração não designou qualquer comissão para tratar de questões relacionadas com a nomeação dos seus membros ou de membros de outros órgãos sociais (como os membros do Conselho Fiscal), sem prejuízo da adoção de uma política de diversidade aplicável aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, que inclui também critérios de perfil pessoal dos membros a propor.

Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações é constituída por três acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, tal como consta do ponto 67, cabendo-lhe determinar o valor das remunerações devidas aos membros dos órgãos sociais da Galp e realizar a avaliação de desempenho anual dos administradores executivos da Galp.

No que se refere à composição da Comissão de Remunerações, remetemos para o ponto 67 do presente relatório.

O Regulamento da Comissão de Remunerações pode ser consultado em https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Regulamento%20Comissao%20de%20Remuneracoes_2019.pdf

Comissão de Ética e Conduta

Nomeada pelo Conselho Fiscal, a Comissão de Ética e Conduta é composta por três membros com comprovados conhecimentos nas áreas de ética e *compliance*, auditoria e recursos humanos, sendo o Presidente proposto pelo Presidente do Conselho de Administração.

Os atuais membros desta Comissão são: Tito Arantes Fontes (Presidente), Sandra Bomtempo Costa, responsável pela Auditoria Interna, e Nuno Moraes Bastos, Secretário da Sociedade e responsável por Compliance.

A composição da Comissão está disponível em https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/modelo-e-orgaos-de-governo/comissoes/comissao-de-etica-e-conduta

O Regulamento da Comissão encontra-se disponível em https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/%C3%89tica/Regulamento%20Comiss%C3%A3o%20de%20%C3%89tica%20e%20Conduta_aprovado.pdf

28. Composição, se aplicável, da Comissão Executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

A Comissão Executiva da Galp é atualmente composta pelos seguintes quatro administradores:

CEO
Filipe Silva (CEO)
Membros
Georgios Papadimitriou
Maria João Carioca (CFO)
Ronald Doesburg
Rodrigo Vilanova
João Diogo Silva

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Comissão Executiva

Competências

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente da Galp, de acordo com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração e ao abrigo dos poderes que lhe foram delegados por este mesmo órgão, nos termos dos artigos 17.º e 18.º dos Estatutos e dos n.os 3 e 4 do artigo 407.º do CSC.

A delegação de poderes na Comissão Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração na reunião de 3 de maio de 2023, não abrange a tomada de deliberações sobre as seguintes matérias:

a) Aprovação de investimentos estratégicos da Sociedade e do Grupo Galp, e aprovação dos respetivos financiamentos;

b) Aprovação de desinvestimentos estratégicos da Sociedade e do Grupo Galp;

c) Participação, nomeadamente através da aquisição direta ou indireta de participações, em sociedades que não prossigam as atividades operacionais principais prosseguidas pelas sociedades dominadas pela Sociedade (i.e., exploração, produção, refinação, transporte, comercialização e distribuição de petróleo e gás, energias renováveis e cadeias de valor do hidrogénio e das baterias);

d) Estabelecimento de parcerias estratégicas no contexto das atividades operacionais principais prosseguidas pelo Grupo Galp;

e) Aprovação e modificação dos planos estratégicos da Sociedade e do Grupo Galp;

f) Aprovação do orçamento anual e planos de negócios do Grupo Galp, bem como modificações aos mesmos que excedam em 20% o valor da rúbrica em causa do orçamento ou em 10% o valor total do orçamento anual;

g) Realização de transações com entidades relacionadas ou com quaisquer acionistas da Sociedade de montante unitário ou global superior a € 20.000.000 (vinte milhões de euros);

h) Escolha do Presidente da Comissão Executiva da Sociedade;

i) Cooptação de administradores;

j) Pedido de convocação de assembleias gerais da Sociedade;

k) Aprovação de relatórios de gestão e contas anuais da Sociedade;

l) Prestação de cauções e de garantias pessoais ou reais pela Sociedade;

m) Aprovação da política de gestão de risco e do sistema de controlo interno;

n) Mudança de sede e aumentos de capital da Sociedade, nos termos previstos nos Estatutos;

o) Aprovação de projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade e das sociedades dominadas pela Sociedade;

p) Definição e alterações substanciais da organização da estrutura societária do Grupo Galp;

q) Proposta e exercício do direito de voto, na eleição dos conselhos de administração das sociedades dominadas pela Sociedade;

r) Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários pela Sociedade ou pelo Grupo Galp;

s) Celebração pelas sociedades dominadas pela Sociedade, de contratos de subordinação e contratos de grupo paritário.

Sem prejuízo dos limites da delegação de poderes indicados acima, cabe à Comissão Executiva um especial dever de iniciativa e de proposta ao Conselho de Administração sobre as matérias *supra* referidas.

Áreas de atuação específica

Na reunião do Conselho de Administração de 3 de maio de 2023, foi definida pelo CEO uma afetação funcional entre os membros da Comissão Executiva, relativa aos negócios e atividades da Sociedade e das sociedades do Grupo, nos termos previstos no seu Regulamento. A atual afetação de funções é detalhada abaixo e está disponível no *website* da Galp em https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/modelo-e-orgaos-de-governo/comissao-executiva.

CEO **Filipe Silva**	CFO **Maria João Carioca**	Executive director RINB **Georgios Papadimitriou**	Executive director Industrial **Ronald Doesburg**	Executive director Energy Management **Rodrigo Vilanova**	Executive director Commercial **João Diogo Silva**
- Upstream - Estratégia & M&A - Pessoas e Espaços - Assuntos Jurídicos - Relações Externas e Comunicação - Segurança & Qualidade - Brasil *Country Manager* - Projeto Matosinhos	- Finanças Corporativas - Planeamento & *Performance* - Contabilidade & Fiscalidade - Relações com Investidores & Sustentabilidade - Gestão de Risco & Controlo Interno - Tecnologia, Dados & Transformação de Negócio - *Procurement* & Contratação - Auditoria Interna	- Business Office RINB - Renováveis - Novos Negócios - Aurora JV - Inovação	- Business Office, Digital & HSE - Refinação - Otimização da Refinaria & Logística - Project Office - H2, HVO & e-fuels	- Business Office EM - Operações Comerciais - Petróleo, Produtos & Biocombustíveis - NG & LNG - Euro Power - Derivados & Produtos Ambientais - Shipping & Otimização de Portfólio - Fornecimento & Comércio nas Américas	- Business Office Commercial - Mobilidade - Empresarial - Residencial - GMI - Petróleo & Produtos Baixo Teor Carbónico - Novas Energias - Operações Digitais - Apoio ao Cliente & HSE - Marca, Marketing & Conveniência - Daloop

Acompanhamento e controlo da atividade

Foram adotados diversos mecanismos destinados a assegurar um eficiente e efetivo acompanhamento e controlo da atividade da Comissão Executiva pelos administradores não executivos e a facilitar o exercício do respetivo direito à informação.

Com efeito, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, o CEO informa regularmente o Presidente do Conselho de Administração sobre a agenda das reuniões da Comissão Executiva, as decisões adotadas nas suas reuniões e outras matérias que considere relevantes para o bom desempenho das atribuições e responsabilidades do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração e quaisquer outros dois administradores não executivos podem pedir diretamente ao CEO informações sobre a atividade da Comissão Executiva.

As convocatórias e as atas das reuniões da Comissão Executiva são enviadas, pelo Secretário da Sociedade, ao Presidente do Conselho de Administração, ao administrador não executivo especialmente responsável para assistir às reuniões da Comissão Executiva e, quando aplicável, ao Presidente do Conselho Fiscal.

Reuniões

De acordo com o seu Regulamento, a Comissão Executiva reúne-se habitualmente uma vez por semana. Em 2023, reuniu vinte e oito vezes, tendo ainda deliberado duas vezes através de votos expressos por comunicações eletrónicas. Foram elaboradas atas de todas as reuniões. A assiduidade às reuniões em 2023 foi de 100%.

As principais atividades desenvolvidas pela Comissão Executiva durante o ano de 2023, no âmbito das suas responsabilidades, envolveram, entre outras:

a) Aprovação de operações a realizar pelas unidades de negócio e empresas do Grupo Galp;

b) Apreciação dos resultados mensais;

c) Aprovação de propostas a submeter ao Conselho de Administração sobre matérias da sua competência;

d) Aprovação de transações relevantes;

Comissão de Sustentabilidade

As principais responsabilidades da Comissão de Sustentabilidade são as seguintes:

a) Analisar o contexto interno e externo de sustentabilidade e regulação, em particular de transição energética, responsabilidade social, direitos humanos, segurança e ambiente de trabalho, como suporte à estratégia e desenvolvimento das operações nas diferentes geografias;

b) Avaliar e monitorizar o progresso em relação às ambições, objetivos e metas do *roadmap* de sustentabilidade;

c) Avaliar e supervisionar os riscos e oportunidades relacionados com o clima, a natureza e outras questões de sustentabilidade, com o apoio da Comissão de Gestão de Risco;

d) Monitorizar como é que os temas de ESG são considerados na tomada de decisões, incluindo decisões de investimento;

e) Informar o Conselho de Administração sobre quaisquer situações ou ocorrências de que tenha conhecimento e que, na sua opinião, constituam incumprimento das práticas de sustentabilidade exigidas;

f) Avaliar as regras e princípios gerais que a preparação e publicação de informação sobre sustentabilidade deve seguir, e analisar e emitir um parecer sobre a adequação da declaração anual de sustentabilidade, antes da sua aprovação pelo Conselho de Administração;

g) Emitir os pareceres e recomendações que entenda adequados ou que sejam solicitados pelo Conselho de Administração no âmbito da sustentabilidade, incluindo sobre as políticas da Galp nas matérias incluídas no respetivo âmbito.

Em 2023, a Comissão de Sustentabilidade reuniu formalmente sete vezes, tendo sido elaboradas atas das reuniões formais, que abordaram as seguintes matérias:

a) Análise do desempenho da Galp em matéria de sustentabilidade;

b) Discussão sobre a perspetiva de sustentabilidade do plano de negócios para 2024-2028;

c) Revisão do roadmap de sustentabilidade da Galp para 2023-2025, incluindo os destaques de desempenho nos seus pilares fundamentais;

d) Sessão de aprofundamento centrada nos fundamentais das emissões e análise do progresso da Galp em relação às metas de descarbonização;

e) Análise da evolução das métricas da Galp sobre o clima e dos desafios relacionados com benchmarking;

f) Acompanhamento das tendências sobre questões climáticas e análise dos principais eventos e respetivos resultados (por exemplo, COP28);

g) Análise do desenvolvimento regulatório sobre o clima e outras matérias da sustentabilidade (por exemplo, a CSRD, o Regulamento Taxonomia, a CSDDD, a proposta de diretiva sobre alegações ecológicas, etc.), bem como, do seu impacto nos processos internos e nas divulgações externas da Galp;

h) Avaliação das molduras analíticas internacionais sobre sustentabilidade (por exemplo, TNFD, SBTN, ISSB, etc.);

i) Discussão sobre a evolução das diretrizes internas em matéria de biodiversidade;

j) Discussão sobre os planos de preparação da Galp para a evolução do contexto regulatório e de diretrizes internacionais em matéria de sustentabilidade;

k) Discussão sobre a comparação de indicadores relacionados com o clima e ESG no sector;

l) Análise das avaliações e classificações ESG externas;

m) Visão geral dos compromissos externos em matéria de ESG.

Na sua reunião de 19 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração foi informado sobre a atividade desenvolvida pela Comissão de Sustentabilidade durante 2023.

Comissão de Auditoria

A atividade prosseguida pela Comissão de Auditoria da Galp incide sobre todas as unidades organizacionais do Grupo Galp e sociedades em que a Galp detenha o controlo da sua gestão, englobando todas as geografias em que o Grupo opera. As suas atribuições consistem em:

a) Acompanhar as atividades de auditoria interna;

b) Avaliar o funcionamento do sistema de auditoria interna do Grupo Galp;

c) Supervisionar o plano anual de atividade de auditoria interna e o reporte periódico da atividade desenvolvida, incluindo-se aqui a avaliação de resultados e conclusões atingidas no âmbito das atividades de auditoria interna;

d) Aprovar, após parecer prévio do Conselho Fiscal, a norma orgânica de auditoria interna e os manuais de procedimentos fundamentais do sistema de auditoria interna, bem como os planos anuais de atividades de auditoria interna;

e) Avaliar, após parecer prévio do Conselho Fiscal, a adequação dos recursos financeiros e humanos afetos ao sistema de auditoria interna;

f) Designar e destituir o responsável de auditoria interna;

g) Aprovar, após parecer prévio do Conselho Fiscal, a avaliação de desempenho, remuneração e promoção do responsável de auditoria interna;

h) Emitir os pareceres e recomendações que considere apropriado ou que sejam solicitados pelo Conselho de Administração, no âmbito da auditoria interna;

i) Analisar periodicamente os temas relevantes apresentados à Comissão pelas áreas de *compliance* e proteção de dados.

A Comissão de Auditoria realizou quatro reuniões em 2023, tendo sido elaboradas atas de todas as reuniões. A Comissão de Auditoria supervisionou a execução do plano anual de atividades de auditoria interna, bem como os relatórios periódicos da atividade realizada pelo departamento de Auditoria Interna, incluindo a implementação das recomendações da auditoria interna.

Na reunião do Conselho de Administração de 19 de dezembro de 2023, a atividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria durante 2023 foi apresentada ao Conselho de Administração.

Comissão de Gestão de Risco

A Comissão de Gestão de Risco tem como objetivo aconselhar o Conselho de Administração sobre a supervisão e controlo das atividades de gestão de riscos no Grupo Galp, sendo as suas principais responsabilidades:

a) Monitorizar o cumprimento da Política de Gestão de Risco da Galp;

b) Monitorizar os principais riscos da Galp, o nível de exposição efetiva ao risco e a sua potencial evolução;

c) Monitorizar a eficácia dos planos de mitigação dos principais riscos da Galp;

d) Avaliar o funcionamento do sistema de controlo interno e gestão de risco do Grupo Galp;

e) Monitorizar a execução do plano anual de atividades de gestão de risco;

f) Emitir os pareceres e recomendações que entenda adequados.

Durante o ano de 2023, a Comissão de Gestão de Risco (CGR) realizou quatro reuniões regulares, tendo sido abordados os temas identificados como os mais relevantes, numa perspetiva de risco para o Grupo Galp, nomeadamente:

a) *BP 2024-2028 e Declaração de Apetite ao Risco* – a CGR analisou a avaliação de risco do BP 2024-2028, com base nos resultados do teste multivariado, *back-testing* e uma análise de teste de esforço inverso. Avaliou também o impacto no balanço e nos *covenants* financeiros do financiamento/dívida da Galp.

b) *Análise de risco da operação da Namíbia* – discutiu-se em profundidade a operação de exploração na Namíbia, os níveis de impacto e probabilidade de risco, os principais indicadores de risco e medidas de mitigação, e a sua evolução foi monitorizada ao longo do ano. A CGR emitiu as recomendações que considerou adequadas para mitigar o risco da operação.

c) *Principais projetos de Investimento* – a CGR monitorizou os projetos de investimento das principais unidades de negócio, através da análise realizada pela equipa de Gestão de Risco

Corporativo a vários projetos, nomeadamente o 100MW H2 Green; HVO, Refinaria de Sines – paragem programada; Antiga Refinaria de Matosinhos – descomissionamento, desativação, descontaminação e reconversão; e uma análise ao impacto dos riscos climáticos extremos sobre as energias renováveis. A CGR emitiu as recomendações consideradas adequadas para mitigar os riscos do projeto.

d) *Risco país* – a CGR apreciou e discutiu as análises aprofundadas sobre algumas das geografias onde a Galp opera, avaliando os respetivos contextos macroeconómicos e sociopolíticos, para além dos aspetos operacionais e empresariais da Galp.

e) *Risco operacional* – discutiu as conclusões das análises de simulação de vários ativos/infraestruturas críticas da Galp, em termos das principais preocupações suscitadas pelo funcionamento dessas infraestruturas, impactos resultantes de quaisquer perturbações e medidas de mitigação identificadas, e monitorizou a sua implementação. A CGR emitiu as recomendações consideradas adequadas para mitigar este risco.

f) *Estratégia de Hedging* – a CGR monitorizou a estratégia de *hedging* do Brent e da margem de refinação aprovada pela Comissão Executiva e analisou a evolução do *Market to Market* associado com os instrumentos financeiros usados.

g) *Cyper Resilience Roadmap* – a CGR continuou a prestar especial atenção ao risco de Cibersegurança, incluindo o desenvolvimento de iniciativas críticas, avaliou e aprovou o novo *roadmap* de Cibersegurança, focando-se especialmente no *roadmap* de Cyber OT para o período 2023-2024. A CGR também discutiu o impacto de vários incidentes internos e externos de cibersegurança.

h) *Sistema de Controlo Interno para Reporte Financeiro ("SCIRF")* – os desenvolvimentos do projeto SCIRF foram acompanhados, nomeadamente em termos de principais indicadores de execução e preocupações suscitadas na sua implementação, os resultados da auditoria interna realizada ao projeto CIRF e do exercício de autoavaliação.

i) *Matriz de Risco Galp* – a CGR acompanhou a evolução dos principais riscos da Galp ao longo do ano, e o seu posicionamento de matriz de risco, através do Relatório Trimestral desenvolvido pela equipa de Gestão de Risco Corporativo.

j) *Revisão de Políticas* – a CGR avaliou as propostas de revisão das Políticas de Gestão de Risco, Continuidade do Negócio e Cibersegurança.

Comissão de Ética e Conduta

A Comissão de Ética e Conduta constitui a estrutura interna que, com independência e imparcialidade, é responsável, nos termos definidos no respetivo Regulamento, por:

a Monitorizar a implementação do Código de Ética e Conduta e das normas internas que expressamente a ele se refiram e o desenvolvam;

b) Acompanhar e esclarecer dúvidas acerca da aplicação do Código de Ética e Conduta e, em casos excecionais e devidamente justificados, validar situações de exceção na sua aplicação;

c) Proceder à receção e tratamento de informações transmitidas ao abrigo do Procedimento de Comunicação de Irregularidades, em vigor na Galp e sociedades do Grupo Galp, que respeitem a alegadas irregularidades ou infrações ao estipulado no Código de Ética e Conduta ou de normas que o desenvolvam ou que versem sobre temas nele elencados;

d) Promover a formação dos colaboradores em matérias de ética e conduta;

e) Promover outras iniciativas em matérias de ética e conduta que contribuam para sensibilizar os colaboradores.

O Conselho Fiscal é o órgão social responsável por zelar pelo bom funcionamento e aplicação do Código de Ética e Conduta através do reporte periódico e regular da Comissão de Ética e Conduta.

Durante o exercício de 2023, a Comissão de Ética e Conduta realizou sete reuniões, tendo sido elaboradas atas detalhadas das reuniões. Estas reuniões trataram, em particular, de:

- Acompanhamento do plano anual de ética, que tem como objetivo principal reforçar (i) a importância do cumprimento e respeito pelo Código de Ética e Conduta da Galp, (ii) a existência e funções da Comissão de Ética e Conduta e (iii) a comunicação da existência de uma Linha de Apoio à Ética disponível para procurar aconselhamento ou comunicar quaisquer violações do Código de Ética e Conduta;

- Acompanhamento de alegadas violações do Código de Ética e Conduta comunicadas à Comissão de Ética e Conduta.

Em 2023, a Comissão de Ética e Conduta recebeu 54 reportes que foram investigados ao abrigo da Norma Interna sobre Comunicação de Irregularidades. Dos reportes recebidos, 21 estavam relacionados com assédio moral no local de trabalho, 5 com potencial conflito de interesses, 3 com proteção de consumidores e 3 com discriminação. Dos 54 casos reportados, 22 foram encerrados devido a falta de provas dos factos descritos, 6 exigiram a adoção de medidas pela Sociedade a fim de adaptar a conduta às normas estabelecidas no Código de Ética e Conduta, 11 ainda estão em curso e 15 são denúncias fora do âmbito que não têm medidas de mitigação definidas.

Em 2023, a Comissão de Ética e Conduta participou em quatro reuniões do Conselho Fiscal, tendo-lhe fornecido um relatório completo.

Todos os semestres, a Comissão de Ética e Conduta remete um relatório ao Conselho Fiscal para reporte das comunicações recebidas, dos procedimentos adotados e das ações ou medidas propostas, contendo ainda uma avaliação da implementação e desempenho do Código de Ética e Conduta.

Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações tem competência para determinar o montante da remuneração paga aos membros dos órgãos sociais da Galp e realizar a avaliação anual de desempenho dos membros do Conselho de Administração da Galp, de acordo com o mandato conferido pela Assembleia Geral.

Para mais informação sobre a Comissão de Remunerações, remetemos para os pontos 24, 25 e 66 a 68 do presente relatório.

III. Fiscalização

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

De acordo com o modelo de governo adotado, o Conselho Fiscal é o órgão societário responsável pela fiscalização da gestão da Sociedade.

A fiscalização da Galp, enquanto sociedade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, no que respeita à certificação das contas da Sociedade, integra ainda um Revisor Oficial de Contas, com as funções previstas no artigo 446.º do CSC, e que não pode ser membro do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 413.º, n.º 1, alínea b) do CSC.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no ponto 17.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos por deliberação da Assembleia Geral, que elege igualmente o seu presidente, para um mandato de quatro anos, conjuntamente com os membros dos restantes órgãos sociais.

A identificação dos membros do Conselho Fiscal que foram eleitos na reunião da Assembleia Geral de 3 de maio de 2023 para o mandato de 2023-2026 consta do quadro seguinte e está publicada no *website* da Galp.

Nome	Cargo	Data da primeira designação	Data de termo do mandato
José Pereira Alves	Presidente	12 de abril de 2019	31 de dezembro de 2026
Maria de Fátima Geada	Vogal	12 de abril de 2019	31 de dezembro de 2026
Pedro Antunes de Almeida	Vogal	23 de novembro de 2012	31 de dezembro de 2026
Jorge Costa	Suplente	3 de maio de 2023	31 de dezembro de 2026

Tendo em conta o modelo de governo da Sociedade e o apoio dado ao Conselho Fiscal por vários departamentos corporativos, em particular os Departamentos de Gestão de Risco e Controlo Interno e Auditoria Interna, que asseguram em permanência a identificação, gestão, monitorização e mitigação dos riscos a que a Galp se encontra sujeita, e tendo em conta estes riscos, a Galp considera que o número de membros do seu Conselho Fiscal, que é o número padrão adotado pela maioria das empresas portuguesas comparáveis, é adequado em relação à sua dimensão e complexidade, além de ser suficiente para o desempenho eficiente das suas funções. Acresce que, o Conselho Fiscal pode contratar a prestação de serviços de peritos que o coadjuvem.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do artigo 414.º, n.º 5, do CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no ponto 18.

Nos termos do artigo 414.º, n.º 5, do CSC, consideram-se independentes os membros do Conselho Fiscal que não estejam associados a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontrem em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, inclusive em virtude de:

a) ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da Sociedade;

b) ter sido reeleito por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

Dois dos três atuais membros efetivo do Conselho Fiscal são independentes, atentos os referidos critérios.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no ponto 21.

Os membros do Conselho Fiscal apresentam competências e qualificações profissionais adequadas para o exercício das respetivas funções.

Nos Anexos deste relatório apresenta-se a síntese curricular de cada membro.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no ponto 22.

As regras relativas ao funcionamento e competências do Conselho Fiscal encontram-se definidas no seu Regulamento, aprovado a 5 de maio de 2023, que pode ser consultado no *website* da Galp, em: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Conselho-Fiscal/Regulamento%20Conselho%20Fiscal_20230511.pdf

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no ponto 23.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento do Conselho Fiscal, este órgão reúne pelo menos uma vez por trimestre e sempre que o seu Presidente o convoque para o efeito, por sua própria iniciativa ou a pedido do Presidente do Conselho de Administração, do CEO ou do Revisor Oficial de Contas.

Em 2023, o Conselho Fiscal realizou quinze reuniões, tendo ainda deliberado uma vez através de votos expressos por comunicações eletrónicas. O grau de assiduidade dos membros do Conselho Fiscal nas reuniões realizadas em 2023 foi de 100%. Foram elaboradas atas de todas as reuniões e deliberações.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação, por força do disposto no ponto 26.

Os membros do Conselho Fiscal apresentam um elevado grau de disponibilidade para o exercício das respetivas funções.

Apresentam-se, nos Anexos deste relatório, os cargos exercidos pelos membros do Conselho Fiscal noutras empresas em 2023.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo.

Em conformidade com o regime jurídico da supervisão de auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que transpôs a Diretiva 2014/56/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, a contratação pela Galp ou por sociedade em relação de domínio ou de grupo de serviços adicionais ao Auditor Externo, ou a qualquer entidade que com ele se encontre em relação de participação, ou que integre a mesma rede, depende de autorização prévia do Conselho Fiscal, nos termos de procedimentos internos aprovados pelo Conselho Fiscal e previstos em norma interna em vigor no Grupo Galp.

Esta norma interna estabelece, também, os serviços não relacionados com a auditoria que não podem ser fornecidos pelo Auditor Externo (serviços proibidos).

O Conselho Fiscal analisa o cumprimento dos requisitos de independência do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, a possibilidade de prestação de eventuais serviços pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, e o seu enquadramento no limite legal permitido de honorários, de acordo com os critérios, o processo de seleção, a metodologia de comunicação e os procedimentos de inspeção em vigor, para garantir a independência do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas.

Os serviços adicionais prestados em 2023 pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nos pontos 46 e 47 do presente relatório.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

De acordo com o regime jurídico aplicável, os Estatutos e o Regulamento do Conselho Fiscal, este órgão é responsável pela monitorização das atividades da Sociedade e pela supervisão da respetiva administração, nomeadamente, os processos de preparação e divulgação de informação financeira, tendo competência para apresentar recomendações ou propostas para garantir a integridade e o cumprimento da lei e dos Estatutos da Sociedade.

Em termos de competências e poderes de monitorização específicos, o Conselho Fiscal:

(i) Acompanha o funcionamento do sistema de governo societário adotado pela Galp e o cumprimento das normas legais e estatutárias, bem como a evolução legislativa e regulamentar em matéria de governo societário, designadamente recomendações e regulamentos;

(ii) Recebe, através da Comissão de Ética e Conduta, comunicações de irregularidades;

(iii) Acompanha, avalia e pronuncia-se, dentro dos poderes legalmente conferidos ao Conselho Fiscal, sobre as linhas estratégicas e a política de risco previamente à sua aprovação final pelo Conselho de Administração;

(iv) Emite parecer sobre os planos de trabalho e recursos que foram alocados aos serviços de controlo interno, incluindo gestão de risco, *compliance* e auditoria.

Relativamente aos poderes do Conselho Fiscal de supervisão e auditoria das contas da Galp, nota-se que nos termos do artigo 8.º do Regulamento do Conselho Fiscal, este deve, especificamente, verificar a exatidão das contas e dos princípios contabilísticos e critérios de avaliação adotados pela Sociedade para a correta determinação dos seus ativos e resultados. Para além de outras competências previstas na lei e no Regulamento, o Conselho Fiscal emite também um parecer sobre o relatório de gestão anual e as contas.

Especificamente, durante o ano de 2023, o Conselho Fiscal acompanhou o funcionamento do sistema de governo societário e a observância deste às normas legais, regulamentos e estatutos, bem como a evolução legislativa e regulamentar em matéria de governo societário, tendo estado presente em todas as reuniões do Conselho de Administração do ano de 2023.

Relativamente à gestão de risco, o Conselho Fiscal é responsável por verificar a eficácia dos sistemas de gestão de risco, controlo interno e auditoria interna, incluindo todos os aspetos relativos ao processo de preparação e divulgação de informação financeira e propor quaisquer alterações necessárias. Adicionalmente, o Conselho Fiscal é também responsável pela supervisão da adoção pela Sociedade dos princípios e políticas para a identificação dos principais riscos financeiros e operacionais envolvidos na atividade da Sociedade, para além dos deveres de supervisão das ações destinadas a controlar, monitorizar e divulgar esses riscos.

De acordo com o Regulamento do Conselho Fiscal, a avaliação e parecer sobre as orientações estratégicas e a política de gestão de risco da Galp é realizada pelo Conselho Fiscal antes da sua aprovação final pelo Conselho de Administração. Em 2023, a avaliação positiva do Conselho Fiscal foi realizada na reunião realizada em 15 de dezembro, antes da reunião do Conselho de Administração que aprovou a declaração de apetência pelo risco, objetivos e níveis de risco subjacentes do Orçamento e Plano para 2024-2028/34, realizada em 19 de dezembro de 2023.

Para além de outros poderes conferidos pela lei e pelo Regulamento do Conselho Fiscal, nas suas relações com outros órgãos sociais, o Conselho Fiscal é responsável pelo seguinte:

(i) Selecionar e propor o Revisor Oficial de Contas à Assembleia Geral e propor a respetiva remuneração;

(ii) Verificar e controlar a independência do Revisor Oficial de Contas e verificar a adequação e aprovação da prestação de quaisquer serviços não relacionados com auditoria;

(iii) Realizar reuniões regulares com o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo e avaliar anualmente o seu trabalho, sendo o seu principal interlocutor e recetor dos seus relatórios;

(iv) Propor a destituição ou cessação do contrato de prestação de serviços com o Revisor Oficial de Contas à Assembleia Geral sempre que exista justa causa.

De acordo com o Regulamento do Conselho Fiscal, este é também responsável por garantir que, dentro da Sociedade, sejam estabelecidas condições adequadas para a prestação dos serviços do Revisor Oficial de Contas.

O Conselho Fiscal elabora anualmente um relatório sobre as suas ações de supervisão.

Os membros do Conselho Fiscal têm acesso às informações estritamente necessárias para o desempenho das suas funções, e no cumprimento dos limites legais aplicáveis, em particular por meio de acesso a documentos, ou prestação de informações ou esclarecimentos de colaboradores da Sociedade, para a avaliação do desempenho da situação e das perspetivas da Sociedade e do seu desenvolvimento – incluindo, em particular as atas, a documentação que fundamenta as decisões tomadas, as convocatórias e os arquivos das reuniões da Comissão Executiva e do Conselho de Administração –, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas cujo esclarecimento possa ser solicitado.

Pode ainda contratar especialistas que possam ajudar os seus membros nas funções que lhes foram atribuídas.

De acordo com o Regulamento do Conselho Fiscal, os seus membros devem informar de imediato o seu Presidente sobre quaisquer factos

que possam constituir ou originar conflito entre os seus interesses e o interesse social.

Além disso, a Sociedade aprovou, em 26 de outubro de 2018, o regulamento interno que é aplicável, entre outros, aos membros do Conselho Fiscal, o qual estabelece que os membros em situação de conflito de interesses devem abster-se de discutir, votar, tomar decisões, opinar, participar ou exercer qualquer influência sobre qualquer processo de tomada de decisão, diretamente relacionado com a situação de conflito de interesses, sem prejuízo de fornecer qualquer informação ou esclarecimentos necessários.

IV. Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor de Contas Oficial que o representa.

A Assembleia Geral aprovou, na reunião de 3 de maio de 2023, sob recomendação do Conselho Fiscal, a eleição, para o mandato relativo ao quadriénio 2023-2026, de:

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("OROC") sob o n.º 178 e registada na CMVM sob o n.º 20161480, representada por Rui Abel Serra Martins, inscrito na OROC sob o n.º 1119, para o exercício das funções de Revisor Oficial de Contas efetivo, e Luís Pedro Magalhães Varela Mendes, inscrito na OROC sob o n.º 1841, para o exercício das funções de Revisor Oficial de Contas suplente.

40. Indicação do número de anos em que o Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade.

O Revisor Oficial de Contas da Galp exerce as respetivas funções desde o dia 12 de abril de 2019, consequentemente, há cerca de 5 anos consecutivos.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade.

A descrição de outros serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade encontra-se nos pontos 46 e 47 deste relatório.

V. Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo designado para os efeitos do artigo 8.º e do Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

Em 31 de dezembro de 2023, o Auditor Externo do Grupo Galp era a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., registada na CMVM sob o n.º 20161480, representada pelo sócio Rui Abel Serra Martins, inscrito na OROC sob o n.º 1119.

43. Indicação do número de anos em que o Auditor Externo e o respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do Grupo.

O atual Auditor Externo e o respetivo sócio que o representa iniciaram funções junto da Galp a 1 de janeiro de 2019, consequentemente, há cerca de 5 anos consecutivos.

44. Política e periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções.

A política de rotação do Auditor Externo da Galp prevê a seleção do Auditor Externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas pelo Conselho Fiscal no limite até ao decurso do prazo máximo previsto na lei, mediante um processo de consulta prévia às principais auditoras de reputação internacional.

Conforme estabelecido no Regulamento do Conselho Fiscal, a seleção do Revisor Oficial de Contas deve basear-se numa avaliação comercial (valor global das propostas) e numa avaliação técnica, que se baseia nos seguintes critérios:

a) Conhecimento dos negócios do Grupo Galp;

b) Experiência como auditor/revisor oficial de contas em empresas cotadas nos mercados nacional e internacional;

c) Abordagem metodológica do processo de auditoria contabilística aplicável à Galp;

d) Planeamento dos trabalhos/alocação das pessoas/ articulação com a Galp (Conselho Fiscal, Contabilidade e Auditoria Interna);

e) Curriculum vitae dos responsáveis e da equipa de auditoria diretamente afeta ao trabalho (experiência nos negócios do Grupo Galp).

O atual Auditor Externo foi selecionado e aprovado pelo Conselho Fiscal após um processo de consulta realizado de acordo com as normas estatutárias e procedimentos internos.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

O Conselho Fiscal, que é o principal interlocutor do Auditor Externo na Sociedade e primeiro destinatário da informação elaborada pelo Auditor Externo, avalia anualmente a atividade, a adequação e a independência do Auditor Externo, avaliando criticamente os relatórios e outra documentação e informação relevante que este produza.

O Conselho Fiscal apresenta anualmente, no relatório anual de atividades, a avaliação do Auditor Externo.

O papel específico do Revisor Oficial de Contas na auditoria e revisão legal de contas inclui a verificação de que as remunerações pagas aos membros dos órgãos sociais respeitam a política de remunerações e as deliberações da Comissão de Remunerações sobre essas matérias.

Com referência aos mecanismos de controlo interno, o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo verifica as suas operações e eficiência anualmente, reportando quaisquer deficiências e sugestões de melhorias aos procedimentos internos ao Conselho Fiscal.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Em 2023, foram prestados, pelo Auditor Externo e pelas entidades pertencentes à sua rede, à Sociedade e a sociedades que com ela se encontram em relação de domínio os seguintes serviços distintos dos de auditoria:

- Revisão limitada das contas de subsidiária exigida por contrato de concessão;
- Revisões limitadas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares da Galp Energia SGPS, S.A.
- Revisão das quantidades físicas, taxas de ocupação subterrânea e contas de empresas de gás natural do Grupo para fins regulatórios;
- Revisão de rácios financeiros;
- Verificação da conformidade da informação financeira reportada no relatório designado por "*Country-by-Country Report*", com as demonstrações financeiras auditadas;
- Validação da taxa de mão de obra aplicável à prestação de serviços;
- Revisão dos recharge costs ao abrigo de um secondment agreement;
- Procedimentos acordados sobre informações financeiras para efeitos de concurso;
- Validação dos resultados dos custos de substituição;
- Serviços relacionados com o Sistema de Controlo Interno para Reporte Financeiro;
- Procedimentos acordados para os relatórios sobre custos com a aquisição de gás natural, conforme exigido pela Entidade Reguladora do Setor Energético (ERSE);
- Validação do relatório anual sobre custos com a aquisição de gás natural e outros custos, conforme exigido pela Entidade Reguladora do Setor Energético (ERSE);
- Procedimentos acordados para a "declaração anual de embalagem" exigida pela ECOEMBES;
- Procedimentos acordados para a "declaração anual de embalagem" exigida pela SICBIOS-MITERD;
- Procedimentos acordados sobre a "declaração anual de embalagem" exigida pela DGPEM;
- Procedimentos acordados sobre a "declaração anual de embalagem de produtos petrolíferos" e da "declaração anual de embalagem da GPL" exigidas pela CORES.

Na contratação de serviços ao Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas são observados suficientes procedimentos internos de salvaguarda da independência do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, estabelecidos em norma interna, a qual define, em consonância com a lei aplicável, os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo Auditor Externo e pelo Revisor Oficial de Contas.

As propostas de serviços apresentadas pelo Auditor Externo e pelo Revisor Oficial de Contas são analisadas e avaliadas e, sempre que possível, comparadas por meio de processos de consulta ao mercado, que são posteriormente enviados ao Conselho Fiscal para aprovação, conforme descrito na Secção 37 deste relatório.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao Auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio de 2002).

Em 2023, a remuneração do Auditor Externo e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede foi a seguinte:

Pela Sociedade		
Serviços de revisão de contas	€ 261.600	12,9%
Serviços de garantia de fiabilidade	€ 396.800	19,5%
Serviços de consultoria fiscal	€ 0	0%
Outros serviços que não revisão de contas	€ 0	0%
Por outras sociedades do Grupo		
Serviços de revisão de contas	€ 1.246.588	61,2%
Serviços de garantia de fiabilidade*	€ 129.800	6,4%
Serviços de consultoria fiscal	€ 0	0%
Outros serviços que não revisão de contas	€ 0	0%

Em 2023, os serviços distintos de auditoria representaram 43% da média dos honorários do Auditor Externo em 2022, 2021 e 2020, pelos serviços de auditoria financeira prestados à Galp e às entidades sob o controlo da Galp no mesmo período, abaixo do limite de 70% estabelecido no artigo 4.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 537/2014 (Regulamento Europeu de Auditoria).

C. Organização interna

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. h)).

As deliberações da Assembleia Geral sobre quaisquer alterações dos Estatutos só se consideram aprovadas se reunirem uma maioria qualificada de dois terços dos votos emitidos (artigo 12.º, n.º 4, al. b), dos Estatutos e artigo 386.º, n.ºs 3 e 4, do CSC).

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e políticas de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade.

A Galp dispõe de vários mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, os quais se encontram regulados, nomeadamente no seu Manual de Controlo Interno, assim como no Código de Ética e Conduta, revisto em 2023, na Política de Prevenção da Corrupção e normas relacionadas, nas Políticas de Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e de Prevenção e Reação ao Assédio, e no procedimento interno de verificação de integridade de terceiros, que se encontram publicados no *website* da Galp em https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/documentacao

A Galp tem uma linha de ajuda disponível para comunicar irregularidades ("Open talk"), nomeadamente infrações ao Código de Ética e Conduta e não cumprimento destas ou outras normas. Esta linha de ajuda é gerida pela Comissão de Ética e de Conduta, é confidencial e pode ser anónima.

A norma sobre Comunicação de Irregularidades – Linha de Ética permite que qualquer parte interessada relacionada com a Galp, nomeadamente os colaboradores, membros de órgãos sociais, acionistas, investidores, clientes, fornecedores ou parceiros de negócio, comuniquem ao Conselho Fiscal, através de comunicação dirigida à Comissão de Ética e Conduta, o conhecimento ou fundadas suspeitas da ocorrência de quaisquer irregularidades, incluindo, especificamente no âmbito dos mecanismos referidos acima, situações de incumprimento do Código de Ética e Conduta, de normas que o desenvolvam ou que versem sobre os temas nele elencados.

A segurança da informação recebida acerca de irregularidades e dos respetivos registos encontra-se assegurada por normas internas da Galp, em conformidade com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados e segurança de informação.

Os dados pessoais, no âmbito da norma sobre Comunicação de Irregularidades – Linha de Ética, são tratados em conformidade com o artigo 19.º da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e as orientações emitidas pela Autoridade de Proteção de Dados – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Por motivos de confidencialidade, apenas têm acesso aos processos de comunicação de irregularidades os membros do Conselho Fiscal, os membros da Comissão de Ética e Conduta e, numa base de estrita necessidade, os membros da Comissão Executiva e os colaboradores ou consultores externos expressamente designados para apoiar o trabalho da Comissão de Ética e Conduta.

Os procedimentos e políticas acima referidos aplicam-se à Galp e a todas as sociedades em que a Galp detenha, direta ou indiretamente, o controlo de gestão, em todas as zonas geográficas onde o Grupo Galp opera.

A comunicação de irregularidades deve ser efetuada à Comissão de Ética e Conduta, para os meios disponíveis no *website* da Galp, em https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/etica-e-conduta/opentalk.

III. Controlo interno e gestão de risco

50. Indivíduos, conselhos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

O sistema de controlo interno da Galp baseia-se nas diretrizes estabelecidas pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e adotou as cinco componentes deste modelo:

1. Ambiente de controlo;
2. Avaliação de risco;
3. Atividades de controlo;
4. Informação e comunicação;
5. Atividades de monitorização.

O Manual de Controlo Interno estabelece os princípios e requisitos gerais das componentes de controlo interno, bem como o modelo organizacional em vigor que estabelece a gestão integrada e transversal do controlo interno no Grupo Galp. Define-se como o conjunto de processos executados pelos órgãos sociais da Sociedade, comissões especializadas, auditor interno e colaboradores da Galp, com vista a conferir garantia razoável do cumprimento dos objetivos da Galp relacionados com as operações, reporte e conformidade.

A Direção de Auditoria Interna informa e alerta regularmente a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, nas suas reuniões regulares, sobre todos os factos relevantes, identificando oportunidades de melhoria do controlo interno e promovendo a sua implementação.

A Direção de Auditoria Interna reporta hierarquicamente à Comissão de Auditoria, funcionalmente ao Conselho Fiscal e administrativamente à Comissão Executiva, seguindo as linhas de comunicação recomendadas pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA). A Direção de Auditoria Interna define um Plano de Auditoria anual, de modo a avaliar os sistemas de gestão de risco e de controlo interno. O Plano Anual de Auditoria é validado pela Comissão de Auditoria e aprovado pelo Conselho Fiscal, que controla a sua execução.

A Direção de Auditoria Interna cumpre as normas internacionais do IIA e é periodicamente sujeita a avaliações externas de conformidade. Adicionalmente, de acordo com as diretrizes do IIA, são realizados uma avaliação anual da qualidade e um programa de melhoria contínua.

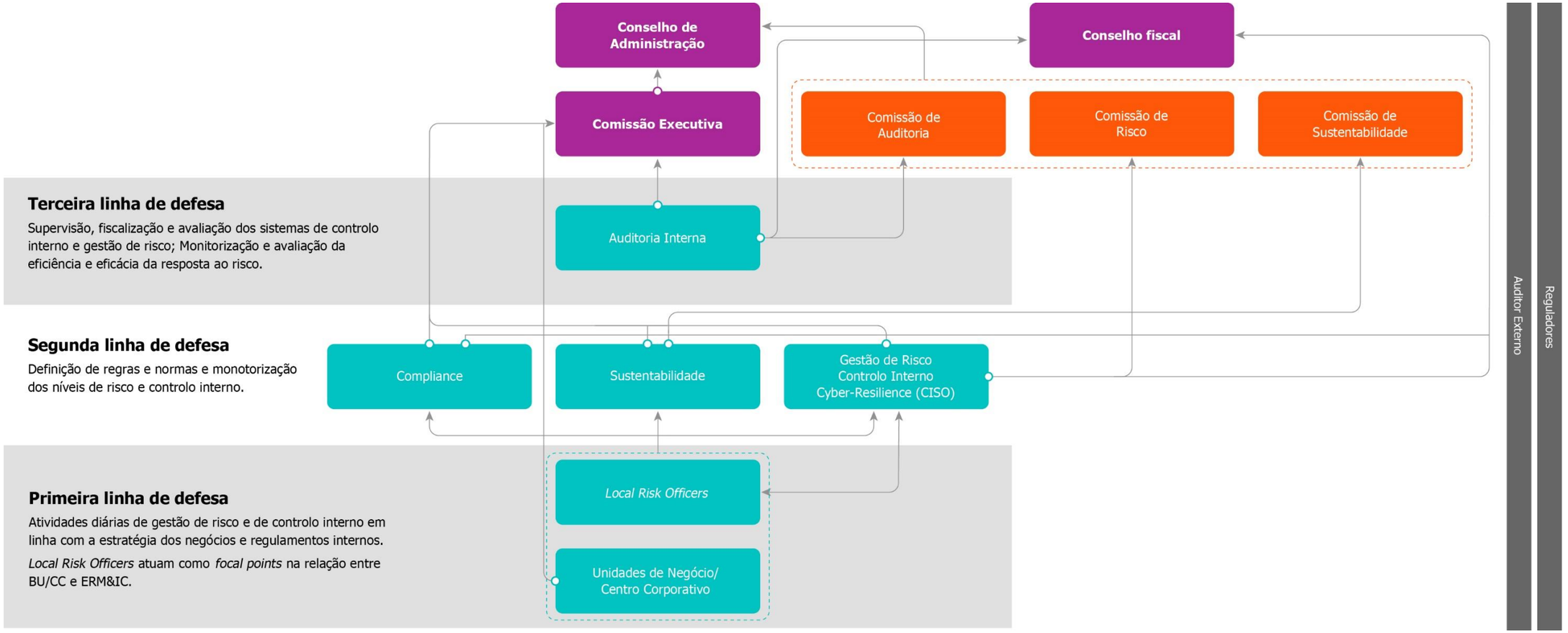
O Auditor Externo, o Revisor Oficial de Contas, as áreas corporativas responsáveis pela realização de auditorias de ambiente, qualidade, segurança, sustentabilidade e conformidade ética e regulamentar e o Conselho Fiscal são também responsáveis pela monitorização da eficácia do sistema de controlo interno e pela avaliação do seu funcionamento e procedimentos.

A implementação de atividades de controlo interno é da responsabilidade das áreas operacionais das unidades de negócio do Grupo, das funções corporativas e das empresas do Grupo Galp.

51. Detalhes, incluindo a estrutura organizacional das relações hierárquicas e/ou funcionais com outros órgãos ou comissões da Sociedade.

A estrutura organizacional e de governo para o controlo interno e gestão de risco baseia-se no modelo das três linhas de defesa, como representado no gráfico abaixo.

Risk Management Framework



A abordagem das três linhas de defesa assegura que:

- A primeira linha de defesa é responsável pela gestão diária dos riscos e pelas atividades de controlo interno. Os responsáveis pelos riscos e pelas funções de controlo das unidades organizacionais e os *Local Risk Officers* (LRO) devem desempenhar as suas funções diárias de acordo com a estratégia de negócio e as políticas, normas e procedimentos internos, incluindo a Política de Gestão de Risco da Sociedade;

- A segunda linha de defesa é responsável pela definição dos normativos de *compliance*, de risco e de controlo interno e verificação da sua implementação transversalmente, bem como desafiar a identificação e quantificação dos riscos realizada pela primeira linha de defesa, e pela monitorização regular dos níveis de risco;

- A terceira linha de defesa supervisiona, controla e avalia a eficácia dos processos de gestão de risco e de controlo interno, e monitoriza a eficiência e eficácia das ações de resposta ao risco.

O **Conselho de Administração**, assessorado pelas comissões especializadas, define a estratégia de gestão de risco; aprova a Política de Gestão de Risco e o apetite ao risco subjacente ao Orçamento e Plano e supervisiona a gestão de risco; acompanha as atividades e as recomendações das Comissões de Gestão de Risco, Auditoria Interna e Sustentabilidade.

O **Conselho Fiscal** é responsável pela monitorização da eficácia dos sistemas de gestão de risco, controlo interno, *compliance* e auditoria interna.

No âmbito da sua função de supervisão, o Conselho Fiscal avalia anualmente os procedimentos internos de controlo interno e auditoria; supervisiona a adoção de princípios e políticas de gestão de risco, bem como dos processo de monitorização, controlo e reporte de risco; acompanha as atividades das direções de Gestão de Risco e Controlo Interno, de Auditoria Interna, e da área de *Compliance* da Direção Assuntos Jurídicos, *Compliance* & DPO auditoria interna, recebendo relatórios periódicos destas direções, incluindo o Plano Anual de Auditoria e os relatórios das auditorias realizadas, o Plano Anual de *Compliance* e informações sobre questões de denúncia, identificação ou resolução de conflitos de interesse e deteção de potenciais ilegalidades, e a documentação e resultados das reuniões da Comissão de Gestão de Risco.

O Conselho Fiscal reúne mensalmente com o responsável da Auditoria Interna e trimestralmente com os responsáveis da Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno e das áreas de Secretaria Societária e *Compliance* da Direção de Assuntos Jurídicos, Secretaria Societária, *Compliance* & DPO.

A **Comissão Executiva** assegura o alinhamento da gestão de risco com a estratégia definida e os objetivos dos negócios; promove uma cultura de risco e o compromisso da Sociedade com a gestão de risco; estabelece e assegura o cumprimento dos normativos de gestão de risco; define linhas de reporte, competências e responsabilidades relacionadas com a gestão de risco; e valida os *Top Risks*, os *Key Risk Indicators* (KRI) e os planos de tratamento reportados pela Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno. O membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva com o pelouro da Gestão de Risco, assegura que o apetite de risco é tido em consideração na tomada de decisão; supervisiona e orienta os processos de avaliação de risco e respetivas ações de resposta em toda a organização; assegura que as diretrizes de gestão de risco definidas pela Comissão Executiva são cumpridas e refletidas nos normativos internos de gestão de risco; promove e controla a implementação das recomendações relacionadas com o risco emitidas pela Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno, pela Comissão de Gestão de Risco, pela Comissão Executiva, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal.

A **Comissão de Gestão de Risco**, constituída por três membros não executivos do Conselho de Administração (CA), é responsável por aconselhar o CA na supervisão e monitorização dos principais riscos da Galp, avaliando o cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e a execução e eficácia das ações de mitigação; avaliar os sistemas de controlo interno e de gestão de risco do Grupo Galp; emitir os pareceres e recomendações considerados adequados; e avaliar o cumprimento da política de gestão de risco da Galp.

A **Comissão de Auditoria**, constituída por três membros não executivos do Conselho de Administração, é responsável por aconselhar o CA na supervisão e controlo das atividades de auditoria interna do Grupo Galp, avaliando os respetivos resultados e conclusões e emitindo pareceres e recomendações apropriadas.

A **Comissão de Sustentabilidade**, constituída por três membros não executivos do Conselho de Administração, é responsável por coadjuvar o CA na integração dos princípios de sustentabilidade, nomeadamente da transição energética, responsabilidade social, direitos humanos, segurança e ambiente (incluindo tópicos relacionados com o clima), no processo de gestão do Grupo Galp, promovendo as melhores práticas da indústria em todas as suas atividades. A Comissão de Sustentabilidade, com o apoio da Comissão de Gestão de Risco, é a comissão responsável pelos riscos relacionados com o clima.

O modelo de relacionamento entre os órgãos de supervisão, comissões e áreas responsáveis pela implementação dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno favorece a gestão centralizada do risco na **Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno**. Esta direção é responsável, entre outros, por:

- Promover a aplicação das melhores práticas de gestão de risco para assegurar uma cultura de risco robusta.

- Propor a política, normas e procedimentos de gestão de risco e respetivas revisões.

- Propor anualmente a declaração de apetite ao risco ao Conselho de Administração, assegurando a sua coerência com as orientações estratégicas refletidas nos planos de negócios aprovados.

- Definir ferramentas de suporte à gestão de risco a serem utilizadas pelas unidades organizacionais, incluindo modelos e metodologias de avaliação de risco, e respetiva agregação, mantendo a sua atualização de acordo com os normativos existentes.

- Agregar os riscos das unidades organizacionais e identificar os *Top Risks* do Grupo classificados nas seguintes naturezas: Estratégicos, Financeiros, Operacionais, Jurídicos & *Compliance*, Tecnologias de Informação e Pessoas.

Monitorizar o risco ao nível corporativo, emitindo alertas quando este excede os limites e tolerâncias definidos para os KRI.

- Produzir informações periódicas, numa base trimestral, para a Comissão Executiva, a Comissão de Gestão de Risco e o Conselho Fiscal, sobre os *Top Risks*, a evolução dos KRI e o estado das ações de mitigação.

- Apoiar o Comité de Investimento, a Comissão Executiva, a Comissão de Gestão de Risco e o Conselho Fiscal em matérias de risco que se enquadrem nas respetivas competências e no quadro de funcionamento destes órgãos.

Aos **responsáveis pelos riscos** compete a identificação e compreensão do ambiente de risco das suas unidades organizacionais (considerando tanto o ambiente interno com o externo); a realização da gestão diária dos riscos e oportunidades; e a integração da informação de risco nos seus processos de tomada de decisão, assegurando o cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de risco. São também responsáveis por identificar, avaliar e quantificar o valor potencial de exposição ao risco; definir os KRI e propor limites e tolerâncias para monitorização da evolução do nível de exposição ao risco; e definir as medidas de resposta ao risco.

Os ***Local Risk Officers*** (LRO) apoiam as unidades organizacionais na identificação, avaliação e quantificação de riscos e oportunidades e na definição de KRIs e respetivos limites e níveis de tolerância. São também responsáveis por assegurar uma visão integrada e a identificação dos *Top Risks* das unidades organizacionais e por monitorizar a evolução da exposição ao risco, de acordo com os KRIs definidos. Além disso, preparam e reportam à Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno informações sobre a exposição ao risco nas suas unidades organizacionais, alertando sobre incidentes ou riscos iminentes, e asseguram que as medidas de resposta são definidas e implementadas.

De modo a poder acrescentar valor distintivo à função de LRO, permitindo a realização de um conjunto mais amplo de objetivos, a Galp definiu uma estrutura de LRO *multi-layered* que inclui LROs com diferentes níveis de senioridade e diferentes posições hierárquicas na Sociedade, que desenvolvem atividades distintas, mas complementares.

52. Existência de outras áreas funcionais com responsabilidades de controlo do risco.

Para além dos acima descritos, a área de Sustentabilidade da Direção de Relação com Investidores e Sustentabilidade, a área de *Compliance* da Direção de Assuntos Jurídicos, Secretaria Societária, *Compliance* e DPO e as áreas de *Cyber-Resilience* e de Controlo Interno da Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno estão também envolvidas na gestão e controlo do risco.

A área de **Sustentabilidade** é responsável pela gestão corporativa dos riscos de sustentabilidade (incluindo os decorrentes das alterações climáticas) e pela definição e apresentação de propostas de metodologias de avaliação e monitorização destes riscos. Estas devem ser implementadas conjuntamente com as unidades de negócio, assegurando assim a definição de um plano de ação para mitigar ou eliminar estes riscos.

O Conselho de Administração, a Comissão Executiva e a Comissão de Sustentabilidade são informadas trimestralmente sobre o desempenho do roteiro de descarbonização da Galp face às metas definidas, sobre o *status* das ações deste roteiro ou quaisquer questões relevantes relacionadas com as alterações climáticas, através de um relatório especializado, preparado pelas equipas de Relações com Investidores e Sustentabilidade, com o apoio da equipa de Gestão de Risco, quando necessário.

A Galp reconhece a importância de uma liderança responsável que integre na sua estratégia os principais desafios relacionados com as alterações climáticas e transição energética. Assim, os riscos e oportunidades relacionados com, e decorrentes das alterações climáticas e a transição energética – a curto, médio e longo prazo – integram o processo de formulação estratégica e planeamento de investimento da Sociedade. Estes são supervisionados pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva, sendo o *Chief Executive Officer* (CEO) o membro designado responsável pela estratégia climática.

A área de **Controlo Interno** é responsável por promover, coordenar e monitorizar a implementação de um sistema formal de controlo interno no Grupo Galp, nomeadamente em termos de controlo interno sobre relato financeiro e não financeiro (ESG), bem como por supervisionar e monitorizar os mecanismos necessários à sua eficácia, e por definir e promover o ciclo anual das atividades relevantes no âmbito do Sistema de Controlo Interno sobre o Relato Financeiro (SCIRF), assegurando a sua consistência e coerência internas, em conformidade com o quadro de referência internacional COSO *Internal Control Framework* 2013 e COSO *Internal Control over Sustainability Report* 2023. A identificação dos riscos de relato financeiro e não financeiro é realizada com as unidades organizacionais, com a implementação dos controlos relevantes para mitigar estes riscos, a partir dos diferentes níveis de responsabilidade da estrutura organizacional.

A área de ***Compliance*** estabelece controlos éticos e de conformidade; monitoriza o sistema de controlo interno conduzindo investigações internas, auditorias ou avaliações de risco sobre questões de ética e de conformidade (tais como suborno e corrupção, branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, conflitos de interesse, sanções políticas, económicas e financeiras e outras

medidas restritivas, conformidade com regulamentação financeira e de mercado), e realiza *due diligences* nas mesmas matérias a parceiros e transações relevantes. Adicionalmente, assegura formação aos colaboradores da Galp em matérias de *compliance* e avalia o desempenho em termos de ética e *compliance* das várias unidades organizacionais. Também desenvolve projetos especiais com o objetivo de melhorar consistentemente o *compliance* com a ética e regulamentação por parte da Galp.

A área de ***Cyber-Resilience*** é responsável pela definição e monitorização de políticas, procedimentos e ações relacionadas com a cibersegurança, nos domínios das Tecnologias de Informação (IT) e Tecnologias Operacionais (OT), extensível ao universo de parceiros e fornecedores Galp relevantes, garantindo também a divulgação imediata de alertas e promovendo um elevado nível de maturidade de segurança da informação, em conformidade com as melhores práticas.

Embora não seja parte da organização interna, o **Auditor Externo** desempenha um papel importante na estrutura de controlo, analisando os sistemas contabilísticos e o sistema de controlo interno na medida do necessário para emitir o seu parecer sobre as demonstrações financeiras e fazer recomendações aos *stakeholders*, incluindo à Comissão Executiva, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

Tal como o Auditor Externo, os **Reguladores** não fazem parte da organização, mas têm um papel de controlo significativo, definindo as regras de funcionamento e estabelecendo controlos de avaliação de conformidade, nomeadamente no negócio regulado de eletricidade e gás natural da Galp.

53. Detalhes e descrição dos principais tipos de riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a Sociedade está exposta no exercício da sua atividade comercial.

A Galp dispõe de uma Taxonomia de Risco, um instrumento dinâmico de apoio à gestão de risco e que sistematiza os principais riscos da Galp, organizados em três níveis: natureza, risco e fator de risco.

A Taxonomia de Risco da Galp é um documento dinâmico, que é revisto anualmente pelos elementos da Direção de Gestão de Riscos e Controlo Interno, em colaboração com os LROs, visando capturar todas as alterações de ambientes interno e externo para a *framework* de risco da Galp.

A natureza de longo prazo das operações comerciais da Galp significa que muitos dos riscos a que está exposta podem ser considerados permanentes. No entanto, os fatores, internos ou externos, que desencadeiam os riscos e oportunidades podem desenvolver-se e evoluir com o tempo, podendo variar em termos de probabilidade e impacto, pelo que a Galp desenvolve um processo sistemático e contínuo de identificação, avaliação e gestão de riscos e oportunidades, realizado ao longo das 3 linhas de defesa, com o objetivo de proporcionar uma garantia razoável de concretização dos objetivos da Sociedade e de criação e preservação de valor para os *stakeholders*.

Para além dos principais riscos e oportunidades inerentes à atividade da Galp, identificamos abaixo os riscos emergentes, definidos como aqueles que (i) não têm atualmente um impacto significativo na Sociedade e são altamente incertos devido ao facto da sua evolução ser rápida e não linear, ou ambos, (ii) ou, mesmo que já tenham começado a ter impacto nos negócios da Sociedade, continuarão a ter um impacto a longo prazo e poderão influenciar materialmente o modelo de negócio da Galp.

As medidas de mitigação adequadas são também identificadas abaixo.

Principais Riscos



Riscos Estratégicos

Contexto Económico

A capacidade da Galp de responder adequada e atempadamente às alterações no mercado é crucial para assegurar um bom desempenho financeiro e alcançar os objetivos estratégicos.

Fator de risco	Medidas de mitigação
O sector de Oil & Gas está particularmente exposto ao contexto económico, com a oferta e a procura muito condicionadas pelo ambiente macro, sendo, nessa medida, caracterizado por grande volatilidade de preços e ocasionais ruturas de abastecimento. Fatores de natureza diversa, desde operacionais, climáticos (p. ex., catástrofes naturais), económicos (p. ex., períodos de contração/expansão económica, inflação agravada, aumento das taxas de juro), geopolíticos (que incluem também ações dos principais países produtores de petróleo e gás), comerciais (p. ex., aumento da concorrência), legais (p. ex., novos regulamentos), influenciam a dinâmica da procura e oferta no sector de Oil & Gas, e impactam nos preços do petróleo e gás. O acelerado crescimento da mobilidade elétrica, dinamizado pelas políticas internacionais, é impulsionador do surgimento de novos modelos de negócio, ao mesmo tempo que influencia, de forma linear, a redução de consumos dos produtos de origem fóssil. Situações disruptivas, nomeadamente pandemias como a COVID-19, preocupações crescentes com as alterações climáticas que favorecem energias com menores emissões de GEE, ou conflitos políticos como a guerra Rússia-Ucrânia ou a guerra Israel-Hamas, podem exacerbar as perturbações no sector. As continuadas sanções impostas à Rússia pela Comissão Europeia, durante o período da guerra, retiram alguma liquidez do mercado em alguns dos produtos, aumentando a competição pelos produtos disponíveis, o que se reflete numa imprevisibilidade sobre o preço de alguns produtos e matérias-primas. A posição competitiva da Galp pode ser prejudicada se for incapaz de responder adequada e atempadamente a qualquer situação adversa ou disruptiva, e as suas atividades e o seu desempenho financeiro podem ser negativamente afetados.	A Galp avalia continuamente os mercados e os inerentes fatores económicos, políticos, sociais e ambientais, de forma a antecipar mudanças que possam afetar o modelo de negócios da Sociedade. Qualquer variação do contexto macro é alvo de uma análise de risco aprofundada, permitindo uma maior preparação da Sociedade para quaisquer efeitos adversos, potenciando a sua resiliência, tanto financeira como operacional. Através da análise regular dos padrões de consumo (temas demográficos, sociais, etc.), a Galp atua proactivamente na reorganização da sua oferta, de modo a dar resposta às necessidades diárias dos seus clientes, assumindo um papel de parceira com estes. A estratégia de reformulação do portefólio para as energias renováveis e novos negócios, e o desenvolvimento de competências internas permitirá à Sociedade estudar, criar e implementar novas e melhores soluções técnicas e tecnológicas, permitindo-lhe responder aos novos desafios do mercado, assegurando uma posição competitiva. Utilizando a modelação de cenários, a Galp realiza *stress tests* para avaliar a contribuição da integração e diversificação de negócios para mitigar estes riscos, bem como para testar a resiliência da sua estratégia. Adicionalmente, a Galp possui uma sólida estrutura de capital e vantagens competitivas significativas, nomeadamente uma presença de longa data e uma experiência operacional robusta na indústria e nos mercados onde opera, além de ser uma operadora de referência na Península Ibérica, fatores que lhe conferem resiliência perante flutuações negativas nas condições de mercado.

Desempenho e Valorização do Portefólio

A execução da estratégia da Galp poderá ser afetada se a Sociedade for incapaz de desenvolver, manter ou gerir eficientemente um portefólio de elevado valor.

Fator de risco	Medidas de mitigação
A sustentabilidade e o crescimento dos negócios da Galp dependem da capacidade de construir e manter um portefólio de elevado valor. A Galp está fortemente empenhada em remodelar o seu portefólio, focando-se em oportunidades que garantam a capacidade de criar valor sustentável a longo prazo, tirando partido das vantagens competitivas existentes na Sociedade, ao mesmo tempo que diversifica e explora sinergias e oportunidades adjacentes alinhadas com as tendências do mercado. Uma parte significativa dos investimentos da Galp está orientada para negócios de baixo ou zero carbono, alinhados com as ambições de descarbonização da Sociedade. No entanto, a obtenção de um portefólio de baixo carbono orientado para a criação de valor coloca alguns desafios à Galp, nomeadamente a disponibilidade do conhecimento especializado necessário, as restrições regulatórias e as questões tecnológicas, que podem ser um obstáculo à descarbonização da Sociedade ao ritmo que o mercado exige. Manter um portefólio *Upstream* de projetos de elevada qualidade (baixas emissões de carbono), geradores de resultados, poderá ser afetado negativamente, principalmente por fatores externos, tais como riscos geopolíticos, fiscais e regulatórios. Adicionalmente, o peso ainda significativo do segmento do sector do Oil e Gás (O&G) no portefólio da Galp pode representar um desafio adicional para a Sociedade em face da transição energética e do novo paradigma da procura. A elevada exposição à Península Ibérica e ao Brasil, onde estão concentrados os principais ativos e operações da Galp, pode criar um risco de dependência destes países, bem como vulnerabilidade a fatores políticos, regulatórios ou sociais que os afetam. Na prossecução da sua estratégia, a Galp pode pretender efetuar desinvestimentos, mas se não o fizer a preços aceitáveis ou no tempo adequado, isso poderá resultar numa maior pressão sobre a sua situação de tesouraria e implicar potenciais prejuízos. A incapacidade de construir um portefólio diversificado e de alto valor poderá ter um efeito material adverso na competitividade, nos resultados e no desempenho financeiro da Galp.	Para assegurar a sustentabilidade da Sociedade e gerar valor sustentável para as partes interessadas a longo prazo, a Galp está empenhada em diversificar o seu portefólio para energias renováveis e novos negócios, em linha com a transição energética, o que inclui tanto a diversificação de tecnologias, como a entrada em novas geografias, reduzindo o risco global da Sociedade e proporcionando novas fontes de criação de valor. Ao mesmo tempo, a Sociedade está empenhada em transformar os seus negócios consolidados – Industrial, Energy Management e Comercial – para se adaptar às novas tendências da procura, e tornar-se mais sustentável e menos carbono-intensiva, focando-se nas sinergias e integração entre todas as suas unidades de negócio. Para tal, a Galp identifica continuamente novas oportunidades de negócio que são avaliadas numa perspetiva de risco-retorno, através da modelação de cenários de variáveis críticas, incluindo métricas de carbono. Além disso, a Galp constitui proactivamente as equipas e define a estrutura de governo adequada à execução das suas opções estratégicas. Para avaliar potenciais desinvestimentos na execução da sua estratégia, a Galp acompanha continuamente a evolução do mercado para aproveitar as melhores oportunidades.

Alterações Climáticas

A incapacidade de responder adequada e atempadamente às preocupações relativas às alterações climáticas poderá comprometer a sustentabilidade da Galp a longo prazo.

Fatores de risco	Medidas de mitigação
O crescente enfoque nas alterações climáticas e nos efeitos da transição energética criou um cenário de riscos e oportunidades que evolui muito rapidamente em resposta a várias ações das partes interessadas. De acordo com a *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), os riscos e oportunidades climáticas devem ser classificados como físicos (quer agudos, quer crónicos) e de transição (relacionados com alterações tecnológicas, regulatórias e legais, e no mercado). O impacto potencial e a probabilidade dos efeitos das alterações climáticas na Galp dependem das componentes específicas do risco: Os *riscos físicos* (subida do nível da água, tornados, seca, chuvas fortes, inundações, escassez de água, aumento da temperatura média, etc.) podem causar danos ou interrupções e atrasos nas operações dos ativos físicos da Galp, alguns dos quais estão localizados em regiões sujeitas a tais fenómenos. De referir que se tem registado um aumento de incidência de alguns destes fenómenos na Península Ibérica, onde a Galp tem parte relevante dos seus ativos; Os *riscos de transição* (riscos de mercado, legais e regulatórios, e tecnológicos) podem afetar profundamente o sector do O&G devido às alterações no comportamento dos consumidores, com redução da procura por O&G, e com potencial afetação dos respetivos preços; devido aos elevados investimentos em tecnologias estruturais, nomeadamente a eletrificação e o hidrogénio, que suportam a transição para um sistema económico de baixo carbono, energeticamente eficiente; mas também devido ao potencial de antecipação de perda de valor dos ativos, impulsionando a criação de "ativos irrecuperáveis". Adicionalmente, o ativismo climático está a ganhar força, , tornando-se um risco crescente para as organizações, forçando a mudanças na sua estratégia ou governo climático, e aumentando a pressão regulatória. Com a opinião pública, os governos, os investidores e as preferências dos clientes a favorecerem as empresas que contribuem para uma economia mais sustentável; com os investidores e outras partes interessadas a exercerem uma pressão crescente para descarbonizar, o posicionamento da Galp está sob escrutínio, e a inação ou ação tardia poderão ter um impacto material na sua competitividade, resultados, desempenho financeiro e reputação e, em última análise, pode comprometer a sua sustentabilidade a longo prazo.	A Galp responde ao risco climático através da sua estratégia de aceleração (inserida no seu roteiro de descarbonização), de forma determinada e rentável, da transição para emissões líquidas zero, suportada pela remodelação do seu portefólio (com a expansão da sua pegada energética renovável, e o desenvolvimento de biocombustíveis e hidrogénio verde, entre outros), ao mesmo tempo que se concentra na aplicação de novas tecnologias e melhores práticas, com o objetivo de alavancar a transformação dos negócios, adaptando as operações e aumentando a eficiência energética. A gestão de riscos climáticos é sustentada numa estrutura de governo que envolve o Conselho de Administração, a Comissão Executiva, e as Comissões de Sustentabilidade e Gestão de Risco, bem como num conjunto de normas e políticas relacionadas com qualidade, saúde, segurança, ambiente e questões sociais. Os riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas são abordados e incorporados no processo de planeamento estratégico, considerando cenários alternativos e diferentes horizontes temporais. Adicionalmente, consciente das potenciais futuras alterações na regulamentação e nos padrões de consumo e tecnológicos, e dos riscos associados aos planos de negócios a longo prazo, ao avaliar desenvolvimentos de novos projetos, expansões ou atualizações de ativos existentes, a Galp analisa as possíveis emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) ao longo da sua cadeia de valor e considera um preço interno do carbono na análise de investimento, que varia ao longo do tempo. A Galp acredita que a evolução do cenário de risco exige transparência no reporte de informação sobre o seu desempenho atual, bem como o estabelecimento quer de ambições a longo prazo (tais como tornar-se uma empresa com emissões líquidas zero até 2050), quer de objetivos a médio prazo até 2030, nomeadamente: • Redução das emissões absolutas de GEE das suas operações (âmbitos 1 e 2) em 40%; e • Redução da intensidade carbónica (âmbitos 1, 2 e 3) da energia produzida em 40%, de acordo com uma abordagem baseada na produção, e de 20% no seu portefólio de vendas, de acordo com uma abordagem baseada nas vendas *Downstream*. Ao mesmo tempo, a Galp está empenhada em revelar resiliência na adoção das orientações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD). Adicionalmente, todos os ativos da Galp encontram-se protegidos contra danos físicos e de interrupção de negócio gerados por catástrofes naturais, através das coberturas de seguros contratualizadas no mercado internacional.

Reputação e Imagem

A degradação da reputação da Galp poderia ter um efeito material adverso na estratégia da Sociedade devido a maior dificuldade no acesso aos mercados de capitais e financeiros, e em atrair clientes e colaboradores.

Fatores de risco	Medidas de mitigação
A reputação de Galp é uma mais-valia inestimável. A reputação da Sociedade pode ser prejudicada por qualquer comportamento incorreto ou irregularidade (real ou alegada) por parte dos seus colaboradores ou de terceiros; por falta de conformidade com o quadro regulamentar que rege a atividade da Galp nos seus vários negócios, ou com normas e políticas transversais; por falhas no governo societário; ou por falta de compreensão de como as nossas operações afetam comunidades locais e o ambiente. Um comportamento menos apropriado da Sociedade, dos seus colaboradores, órgãos sociais, fornecedores/prestadores de serviços ou contrapartes pode refletir-se sobre a Galp. Vale a pena notar que, no contexto das alterações climáticas e da transição energética, existe um escrutínio ainda maior do sector do O&G, pelo que o não cumprimento de enquadramentos jurídico/legais externos, ou o atraso ou incumprimento do Plano de Descarbonização comunicado pela Galp pode ter um impacto significativo na sua reputação. Qualquer risco associado às dimensões Ambiental, Social e Governança (*Environmental, Social and Governance* – ESG) terá impactos desfavoráveis na imagem da Galp, na atração de investimento e na relação com as partes interessadas. Muitos outros fatores, incluindo os apresentados em vários dos outros riscos, podem afetar negativamente a reputação da Galp e ter um impacto material adverso nos seus resultados, desempenho financeiro e valorização da Sociedade.	A cultura corporativa da Sociedade, consubstanciada na sua Política de Responsabilidade Social Corporativa, é orientada por elevados valores éticos e padrões de responsabilidade social. Para assegurar o cumprimento das melhores práticas e legislação, e para prevenir condutas irregulares ou comportamentos inadequados, a Galp tem várias políticas e normas, nomeadamente um Código de Ética e Conduta, uma Política de Prevenção da Corrupção, uma Política de Direitos Humanos, uma norma de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, e uma Política de Proteção de Dados, apoiadas por uma estrutura de governo que envolve a área de *Compliance* e por linhas de informação bem estabelecidas. A Galp monitoriza constantemente o comportamento ético das suas pessoas, assegurando o cumprimento dos seus valores e das políticas e normas, e avalia permanentemente o ambiente externo para identificar potenciais riscos de reputação. Mantém um diálogo permanente com as suas principais partes interessadas, acionistas e investidores, parceiros comerciais, fornecedores e clientes para obter mais informações sobre as expectativas da sociedade em relação aos seus negócios. Através da *framework* interna de Gestão de Crises, a Galp encontra-se preparada para lidar com diversos fatores de risco que podem afetar a sua reputação, garantindo uma comunicação eficaz com todos os seus *stakeholders* (incluindo os *media*). Além disso, a Galp tem planos de mitigação para os outros riscos que podem afetar a Sociedade e ter um impacto potencial na sua reputação.

Inovação & Tecnologia | Risco Emergente

A incapacidade de identificar e integrar os desenvolvimentos tecnológicos pode comprometer a posição competitiva da Galp.

Fatores de risco	Medidas de mitigação
A crescente transformação digital obriga as empresas a reestruturar os modelos de negócio através de modelos de *business-intelligent* e operacionais, apoiados por tecnologias inovadoras e análise de dados, para aumentar a velocidade, permitir perspetivas mais aprofundadas e aumentar a eficiência na gestão do desempenho. A transformação digital em curso é também visível no setor de O&G, que está a explorar formas de digitalizar, automatizar e resolver desafios complexos da indústria (quer em plataformas e refinarias associadas a negócios tradicionais, quer em projetos de produção de energia a partir de energias renováveis, ou outros novos negócios como o hidrogénio verde), e também questões transversais (p. ex., o desenvolvimento de novas práticas que aceleram os tempos de processamento e reduzem o trabalho manual). A falha em incorporar a solução mais adequada contribuirá para processos menos eficazes na definição de objetivos estratégicos, na análise e avaliação de desempenho, no reporte e revisão do desempenho, podendo prejudicar a capacidade da Galp de tomar decisões informadas e de incorporar as lições aprendidas. Haveria uma subutilização da recolha de dados em tempo real entre instalações e geografias se a Galp não fosse capaz de utilizar a *"Internet of Things"* (*IoT*); a Galp teria insuficiente conhecimento acerca do cliente se não utilizasse *"Big Data & Analytics"*; teria menos capacidade de previsão e análise cognitiva sem Inteligência Artificial (IA); e menor eficiência e maior probabilidade de erros humanos sem Robótica e Automação (R&A). No entanto, estas tecnologias novas e inovadoras trazem riscos crescentes de ameaças de cibercrime e riscos em torno da privacidade dos dados para as empresas. A falha na monitorização desses riscos poderá também levar a efeitos muito adversos. A falha na identificação e integração de novas tendências e inovações tecnológicas pode afetar a eficiência da Galp e a sua posição competitiva, resultando num efeito material adverso nos seus resultados e desempenho financeiro.	A Galp encara a tecnologia e os dados como pilares essenciais para a vantagem competitiva da Sociedade e uma fonte de geração de valor. Nesse sentido, a Sociedade promove, através de uma estrutura de governo apoiada por um *Tech, Transformation & Data (T2D) Office*, um novo modelo de gestão de desempenho empresarial assente na transformação abrangente e integrada em tecnologia e dados, visando acelerar a evolução digital da Sociedade, através do reforço das capacidades analíticas de dados; acelerar a transformação e eficiência dos negócios, através da otimização da alocação de recursos; e maximizar a geração de valor, através da análise de dados e da integração da IA Gen.. Ao mesmo tempo que impulsiona tecnologia e dados, a Galp visa garantir o alto desempenho e a segurança dos sistemas e tecnologias de informação (SI/TI) da Sociedade. Para mitigar os riscos de cibercrime potenciados pelas novas tecnologias, a Galp tem vindo a reforçar as suas capacidades de Ciber-Segurança e Ciber-Resiliência, que asseguram a Identificação, Proteção, Deteção e Resposta/Recuperação de ciberameaças e riscos para a Sociedade.

Riscos Financeiros

Preço de *Commodities*

Os ativos e resultados da Galp dependem de vários fatores de mercado, incluindo o preço dos produtos petrolíferos, gás natural, GNL, margem de refinação, eletricidade e CO_2.

Fatores de risco	Medidas de mitigação
O preço do petróleo, produtos petrolíferos, gás natural, GNL e eletricidade varia de acordo com a oferta e a procura, tanto a nível nacional como internacional. Fatores como incertezas macroeconómicas, geopolíticas e tecnológicas, restrições de fornecimento e circunstâncias operacionais podem afetar a oferta e procura dos produtos e os custos de produção da Galp. Mudanças nos padrões de consumo, com maior procura de soluções com menor intensidade de carbono, catástrofes naturais e situações extremas, como a pandemia da COVID-19, podem também afetar a procura e a oferta de petróleo e gás, influenciando os preços destas *commodities*. O prolongamento do conflito na Ucrânia é suscetível de continuar a ter um impacto inflacionário contínuo nos custos das matérias-primas. Os preços do petróleo e do gás, em particular, subiram devido à elevada dependência das importações da Rússia que, antes do conflito, fornecia cerca de 40% do gás consumido na Europa. O fornecimento e o preço do *Vacuum Gas Oil* (VGO), proveniente principalmente da Rússia (c. 50% da produção mundial), também foi afetado pelo conflito. Adicionalmente, uma eventual escalada do conflito entre Israel e o Hamas, com o envolvimento de países produtores e exportadores de petróleo, pode ter um efeito no aumento do preço do petróleo e gás face a eventuais problemas de produção, mas também à segurança do transporte que desencadearia um aumento do custo de seguro da carga e do frete dos petroleiros. Acrescem ainda as recentes movimentações dos membros da OPEP e OPEP+ no sentido de cortes na produção para aumentar os preços. O preço do CO2 é também determinado por flutuações resultantes da dinâmica da oferta e da procura ou por alterações na legislação nacional e internacional. Alterações adversas nos principais parâmetros do mercado podem ter um impacto negativo significativo no valor dos ativos, resultados e desempenho financeiro da Galp.	A presença da Galp nos negócios *Upstream* e *Downstream* (petróleo, gás e eletricidade) permite uma cobertura natural parcial deste risco. Além disso, a Galp mantém um portefólio diversificado que mitiga o impacto da volatilidade dos preços e avalia, proactivamente, a resiliência dos novos projetos para um conjunto de cenários de preços e custos. Adicionalmente, o risco de volatilidade dos preços das *commodities* é também parcialmente mitigado através de instrumentos disponíveis nos mercados de câmbio e de balcão (OTC). A gestão destes riscos é definida numa política de risco específica, incluindo estratégias de cobertura e limites de exposição, e o *Strategic Hedging Programme* é definido/revisto anualmente. A gestão e mitigação deste risco assegura o cumprimento do perfil de risco definido, sendo elaborados relatórios periódicos da evolução dos fatores de risco e das estratégias de cobertura.

Riscos Operacionais

Fornecimento e Aprovisionamento

O aumento dos desafios da cadeia de abastecimento global, com potenciais falhas no abastecimento, pode ter um grande impacto nas operações da Galp e no seu desempenho financeiro.

Fatores de risco	Medidas de mitigação
As crises da cadeia de abastecimento podem ser causadas por diversos fatores, incluindo desastres naturais, pandemias, guerras e crises energéticas. Após o impacto da pandemia Covid-19, a guerra Rússia-Ucrânia causou uma rutura nas cadeias de abastecimento globais, desencadeando um efeito dominó, desde os fornecedores de matérias-primas até ao transporte e logística. A Ucrânia e a Rússia estão entre os principais *players* mundiais no fornecimento de metais, hidrocarbonetos, minerais, energia e trigo, pelo que o prolongamento do conflito tem provocado, entre outros, escassez de matérias-primas e aumento dos preços; escassez de mão-de-obra; impactos na capacidade de produção, com atrasos associados; volatilidade da procura; restrições na capacidade e rotas logísticas. Adicionalmente, o efeito da guerra entre Israel e o Hamas e a crescente tensão gerada nos países circundantes, assim como os ataques de rebeldes Houthis a embarcações comerciais que navegam no Mar Vermelho para abastecimento da Europa, impactando a segurança do transporte do petróleo, são fatores que vão incrementar o risco de abastecimento. Associado a estes conflitos, o risco de ataques cibernéticos a cadeias de abastecimento globais recrudesceu. Com um comércio à escala global baseado no *online*, os efeitos em cascata de um ataque cibernético à cadeia de abastecimento poderiam ser significativos. A indisponibilidade de materiais, equipamentos e mão-de-obra para execução dos projetos da Galp pode comprometer a execução da sua estratégia de acordo com o calendário previsto; a escassez de GNL nos mercados internacionais e o aumento dos preços pode comprometer a capacidade da Galp de cumprir os seus compromissos de fornecimento aos seus clientes nas condições planeadas. Estas situações podem ter um efeito material adverso nas operações, desempenho financeiro e reputação da Galp.	Para mitigar o impacto da materialização deste risco, a Galp explora e identifica fontes alternativas de abastecimento, não só para encontrar fontes mais baratas, mas também para garantir o abastecimento e o cumprimento dos compromissos contratuais assumidos com os seus clientes. Para além disso, de forma a minimizar as interrupções da cadeia de fornecimento e assegurar a entrega atempada e dentro do orçamento, a Galp define mecanismos contratuais nos contratos de fornecimento. Adicionalmente, a Galp está a trabalhar na remodelação das cadeias de abastecimento e estratégias de externalização, antecipando necessidades de curto, médio e longo prazo, identificando matérias-primas e produtos chave, assinando contratos com fornecedores chave e assegurando a previsibilidade dos preços, para melhorar a resiliência operacional.

Acidentes e Perdas Catastróficas

As principais operações da Galp estão expostas ao risco de ocorrências significativas que envolvam fatalidades e/ou danos significativos nas instalações, nos equipamentos ou no ambiente.

Fatores de risco	Medidas de mitigação
A natureza, complexidade técnica e diversidade das operações da Galp – nomeadamente no *Upstream* ou nos processos industriais – expõem a Sociedade a um vasto espectro de riscos disruptivos para a saúde, segurança física e processual, e ambiente (HSSE). Tanto as operações *Upstream* como as Industriais são realizadas em ambientes extremamente adversos, sujeitos aos efeitos de catástrofes naturais, ações criminosas, agitação social e falhas técnicas ou de segurança. A materialização de um acidente grave pode resultar em lesões, perda de vidas e danos ambientais e, ainda, comprometer a fiabilidade operacional ou as instalações e perturbar a continuidade das operações. Além disso, embora a Galp transfira uma parte da sua exposição ao risco para as companhias de seguros externas, um incidente de segurança ou ambiental em grande escala teria um elevado impacto financeiro. Este tipo de evento poderá resultar num efeito material adverso sobre a reputação da Galp, o valor dos ativos do Grupo e o seu desempenho financeiro.	A Galp dispõe de várias normas e de uma estrutura de governo clara para ajudar a gerir os riscos HSSE e desenvolver estratégias de mitigação para reduzir a probabilidade e o impacto de um potencial acidente grave. A Galp também proporciona formação regular sobre estes temas aos seus colaboradores e subcontratados, com o objetivo de aumentar a sensibilização para a importância do tema, tendo como objetivo ser a companhia de energia mais segura do mundo em 2025. A Galp possui ainda um programa de seguros que cobre, entre outros, responsabilidade civil, *Business Interruption* e responsabilidade ambiental, a fim de minimizar o impacto dos riscos que se possam materializar. Adicionalmente, a Galp avalia continuamente, através de equipas internas e peritos em resseguro, o desempenho de segurança das suas operações, identificando e gerindo os riscos operacionais nas várias fases de desenvolvimento dos seus projetos, equipamentos e ativos, com o objetivo de prevenir acidentes, proteger as pessoas e preservar o desempenho operacional. Além disso, são efetuadas regularmente auditorias específicas internas e externas em matéria de HSSE. A Galp dispõe de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios que acelera a recuperação de atividades chave e o fornecimento de produtos no caso de um acidente grave, e que permite gerir qualquer evento adverso com impacto elevado através da ativação do seu Gabinete de Gestão de Crises.

Gestão e Execução de Projetos

O crescimento orgânico e os resultados da Galp dependem da execução dos seus principais projetos de investimento dentro do planeado e do orçamentado.

Fatores de risco	Medidas de mitigação
A execução dos projetos em que a Galp está envolvida está exposta a uma diversidade de riscos (mercado, liquidez, políticos, jurídicos, regulatório, técnicos, comerciais, climáticos e outros) que podem comprometer a sua execução dentro do orçamento e dos prazos; o cumprimento das especificações definidas; a sua fiabilidade operacional; e, em última instância, o cumprimento da estratégia da Galp. Por outro lado, se os pressupostos ou informações utilizadas para a avaliação e aprovação dos projetos se revelarem erradas, as decisões tomadas podem ser incorretas. A execução dos projetos também depende do desempenho de terceiros, incluindo parceiros, fornecedores, prestadores de serviços e outras partes contratadas sobre as quais a Galp tem um controlo limitado, e que pode trazer riscos adicionais para a execução do projeto, nomeadamente riscos financeiros, de conformidade e cibernéticos. A execução de novos projetos carece da aquisição de licenças, sejam elas emitidas por parte dos municípios ou por entidades independentes. O atraso na obtenção destas licenças pode provocar desvios ao planeamento. Qualquer ocorrência que impeça a execução dos melhores projetos nas melhores condições técnicas e financeiras poderá ter impacto no valor dos ativos e resultados da Galp.	Na Galp, uma decisão final de investimento num projeto baseia-se em estudos de viabilidade realizados por equipas multidisciplinares, incluindo uma avaliação integrada dos principais riscos que podem ter impacto na execução e na definição de medidas de mitigação para proteger a execução futura do projeto e o resultado gerado. A execução do projeto é continuamente monitorizada, permitindo a identificação dos riscos que podem causar desvios ao planeamento inicial, e a implementação de medidas corretivas, se necessário. Além da monitorização da execução, a Galp mantém uma disciplina de controlo de custos exigente, começando por uma orçamentação completa, com inclusão de contingências, assim como um controlo de custos regular de modo a responder a possíveis desvios de forma proativa. No caso de consórcios, a Galp estabelece parcerias com empresas líderes do setor, com vastos conhecimentos e experiência em projetos, o que ajuda a mitigar o risco de execução de projetos com desempenho inferior ao esperado. A Galp promove um cuidadoso processo de seleção e contratação de parceiros, fornecedores, prestadores de serviços e outras entidades terceiras, que inclui critérios operacionais, de cibersegurança, de conformidade, de HSSE e de sustentabilidade, mitigando o risco de execução do projeto. Uma parte significativa do risco restante é transferida, através de um conjunto abrangente de apólices de seguros (essencialmente relativas a danos materiais, responsabilidade civil de terceiros e ambiente) para companhias de seguros, permitindo mitigar o impacto de grandes acidentes/pedidos de indemnização.

Riscos Jurídicos e *Compliance*

Conformidade Legal e Regulação

Alterações no ambiente legal e regulatório podem alterar o contexto de negócio em que a Galp opera.

Fatores de risco	Medidas de mitigação
A Galp está sujeita a um amplo espectro de leis e normas internacionais ou de cada um dos países em que opera, quer específicas da indústria de O&G, quer transversais (p.ex., leis de concorrência, leis de proteção de dados, leis anti suborno, evasão fiscal e de combate ao branqueamento de capitais). Parte da atividade da Galp (nomeadamente nos negócios de *Upstream, Energy Management* e *Downstream*) é desenvolvida em economias emergentes, ou em desenvolvimento, com um quadro jurídico e regulamentar relativamente instável, o que pode levar a alterações legislativas e regulatórias que a Galp é obrigada a cumprir e que podem alterar o contexto de negócio em que a Sociedade opera. As atividades *Downstream* e de energias renováveis da Sociedade na Península Ibérica estão também sujeitas a riscos políticos, legislativos e regulatórios, particularmente no que diz respeito a temas de regulação e leis da concorrência. Os riscos jurídicos associados à potencial violação de contrato pelas contrapartes da Galp no âmbito dos vários projetos e transações em curso são também transversais às atividades da Galp. A alteração dos quadros jurídicos ou qualquer comportamento incorreto, irregularidade (real ou alegada) ou falta de *compliance* com esses enquadramentos jurídicos por parte da Sociedade, dos seus colaboradores, órgãos sociais, fornecedores/prestadores de serviços ou contrapartes pode ter um impacto negativo na atividade da Galp e afetar negativamente os seus resultados, desempenho financeiro e reputação.	A Galp monitoriza proactivamente o quadro legislativo internacional, nacional e das jurisdições onde opera, assegurando que se encontra sempre em conformidade com as leis em vigor nestes países. O risco de enquadramento jurídico e regulamentar é gerido de forma proativa pela Galp no âmbito do processo de avaliação dos investimentos, sendo as decisões de investimento avaliadas por equipas multidisciplinares dentro da Sociedade, nomeadamente a Direção de Assuntos Jurídicos, Secretaria Societária, *Compliance* & DPO, que também fornece aconselhamento jurídico ativo no processo de negociação, garantindo uma gestão adequada dos riscos reais e potenciais. Este risco é continuamente monitorizado, pelas mesmas equipas multidisciplinares, durante toda a fase de operação dos ativos, a fim de avaliar quaisquer alterações na lei ou regulamentação do país onde o ativo está localizado, e para avaliar de forma recorrente os mecanismos legais e contratuais que permitem evitar e/ou mitigar tais riscos. Os impactos são avaliados e as decisões são tomadas no sentido de proteger os interesses da Galp e das partes interessadas.

Riscos de Tecnologias de Informação

Cibersegurança

Garantir a resiliência cibernética e digital da Galp é essencial, dado que uma potencial violação da segurança digital ou falha da infraestrutura digital pode prejudicar a disponibilidade dos nossos serviços e operações, aumentar os custos e ter impacto na reputação da Galp.

Fatores de risco	Medidas de mitigação
A maior parte dos processos da Galp depende fortemente de sistemas e dados digitais. Qualquer falha na segurança desses sistemas, seja acidental (por falhas de rede, de hardware ou de software), ou resultante de ações intencionais (cibercrime) ou de negligência (interna ou devida a prestadores de serviços), pode ter impactos extremamente negativos para a Galp, para os seus clientes e fornecedores. Nos últimos anos tem havido um aumento exponencial, tanto em volume como em sofisticação, da criminalidade informática, com destaque para as atividades criminosas dirigidas às organizações, com um foco na exploração de fragilidades na sua tecnologia, pessoas e processos, com o objetivo de roubar dados sensíveis e/ou interromper operações para posteriormente exigir resgates financeiros elevados. O conflito Rússia-Ucrânia exacerbou esta tendência, provocando um aumento dos ataques cibernéticos às infraestruturas energéticas em vários países europeus, com graves consequências. A indisponibilidade ou falhas de sistemas digitais críticos podem comprometer o desenvolvimento normal das atividades da Galp e, se não forem detetadas atempadamente e solucionadas de forma eficaz, podem causar interrupções, ou afetar a qualidade das suas operações; prejudicar a sua reputação pela eventual perda, violação, uso indevido ou abuso de dados pessoais e/ou confidenciais; causar a perda de vidas, danos ao ambiente ou aos ativos da Empresa; e/ou resultar em incumprimento legal ou regulatório, com possíveis coimas ou qualquer outro tipo de sanções. Todos estes cenários podem ter um efeito material adverso na reputação, resultados e desempenho financeiro da Galp.	A Galp mitiga este risco através das suas competências de Cibersegurança e Ciber-Resiliência, que assegura a Identificação, Proteção, Deteção e Resposta/Recuperação de ciberameaças e riscos para a Empresa (afetando a sua tecnologia, pessoas e processos), em todas as empresas do Grupo e em todos os locais onde opera. Para identificar fatores de riscos cibernéticos é implementado um conjunto de medidas técnicas e processuais com o objetivo de assegurar a visibilidade de possíveis fragilidades nos sistemas digitais da Galp e dos seus prestadores de serviços, bem como o seu acompanhamento até à mitigação. São realizados assessements regulares, quer para simular ataques externos, quer para validar a adequação das medidas face às políticas da Galp. Foi implementado um conjunto de medidas e mecanismos de Proteção e Deteção considerado adequado ao tipo de ameaças cibernéticas que a Galp enfrenta para garantir a proteção da nossa tecnologia, pessoas e processos, adaptando e ajustando continuamente estas medidas. A Galp avalia as capacidades dos seus fornecedores/parceiros aquando da realização de consulta ao mercado/contratualização, através de um mecanismo de Third Party Risk Management, identificando medidas de mitigação e monitorizando a respetiva implementação. Adicionalmente, de modo a aumentar a cultura ciber da Galp, a equipa de Ciber-Resiliência assegura formação de Cibersegurança a todos as pessoas, colaboradores ou subcontratados. Em termos de resposta, a Galp, através da sua CSIRT (Cyber Security Incident Response Team), assegura uma capacidade de resposta 24/7 a incidentes cibernéticos, assegurando assim a sua resiliência através da coordenação da resposta a incidentes que afetam a organização, e da identificação e monitorização das lições aprendidas, como forma de melhorar continuamente a segurança cibernética da organização. A Galp continua a implementar as melhorias identificadas durante o assessment global e holístico de maturidade em Cibersegurança desenvolvido em 2022 e agora reforçou e expandiu este roadmap até 2024.

Riscos de Pessoas

Atração e Retenção de Talento

A capacidade da Galp de atrair, reter e gerir talentos é fundamental para assegurar a consecução dos seus objetivos estratégicos.

Fatores de risco	Medidas de mitigação
Atrair, reter e gerir talentos qualificados está a tornar-se uma preocupação para a maioria das organizações. Desde o início da pandemia COVID-19, o panorama do emprego mudou significativamente. O modelo híbrido ganhou expressão, obrigando as empresas a encontrar formas de manter o envolvimento e a produtividade dos colaboradores, evitando falhas na gestão de talentos, ao mesmo tempo que tentam assegurar a manutenção da cultura da Sociedade. Adicionalmente, as empresas são confrontadas com as crescentes ambições dos colaboradores por um melhor equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal; por um ambiente de trabalho mais transparente e flexível; por um melhor bem-estar no local de trabalho; para além de pacotes de benefícios mais competitivos (salário, benefícios flexíveis, experiências de aprendizagem, gestão de carreiras, etc.). Por outro lado, as elevadas taxas de rotatividade dos trabalhadores estão a causar perturbações nas organizações, com o aumento dos níveis de concorrência para reter o talento. Se Galp não for capaz de implementar um processo adequado de atração de pessoas, retenção e gestão do desempenho, pode correr o risco de perder talento, o que a poderá impedir de executar corretamente a sua estratégia, impactando os resultados, o desempenho financeiro e a reputação.	A Galp colocou o tema do bem-estar no topo da agenda, com o objetivo de garantir o envolvimento e a produtividade dos colaboradores, e simultaneamente manter a competitividade da Sociedade como empregador. Consciente de que o trabalho remoto esbate a fronteira entre a vida profissional e a pessoal, a Galp aposta na construção de uma cultura de bem-estar holístico, alargando o seu âmbito para além da dimensão física, incluindo também as dimensões emocional, financeira, social e de carreira. A Sociedade está igualmente consciente que a monitorização da jornada do colaborador na sociedade é uma peça essencial para garantir a felicidade e retenção deste, dando atenção aos feedbacks gerados, as necessidades formativas e de crescimento pessoal e profissional, assim como a outras necessidades adicionais. Adicionalmente, a Galp implementou um novo modelo de gestão de desempenho, centrado no desenvolvimento das pessoas, e no alinhamento das suas aspirações com os objetivos da Sociedade, realizando a avaliação da satisfação dos colaboradores e definindo planos de melhoria, bem como planos de acompanhamento de carreira. A nova estratégia, baseada numa nova estrutura organizacional, visa atrair e reter o talento necessário para impulsionar o desenvolvimento do modelo de negócio da Galp. Adicionalmente, a mudança de escritórios que ocorreu no final de 2023, permitindo aproximar as diversas equipas, visou potenciar uma atitude mais colaborativa e um maior compromisso para com a Sociedade.

54. Descrição do procedimento para a identificação, avaliação, monitorização, controlo e gestão dos riscos

A Galp está exposta a um conjunto de incertezas nos ambientes interno e externo que são inerentes à sua atividade, à diversidade e dispersão geográfica dos seus negócios, e que podem desencadear riscos envolvendo acidentes pessoais, impactos ambientais, danos nos ativos, danos à reputação, falhas operacionais, não conformidades, entre outros, com consequentes perdas financeiras. Mas também podem originar oportunidades, como o desenvolvimento do portefólio de negócios, expansão de mercado e o desenvolvimento de parcerias estratégicas.

Neste contexto, a Galp dispõe duma *framework* de gestão de risco que permite obter uma visão robusta e holística dos principais riscos e oportunidades enfrentados pela Sociedade e geri-los estrategicamente, no contexto do apetite ao risco definido, aumentando a probabilidade de alcançar os seus objetivos organizacionais.

O modelo de gestão de risco adotado na Galp baseia-se em normas e orientações internacionalmente reconhecidas (ISO 31000-Gestão do Risco e COSO-*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e no modelo de *governance* de risco das três linhas de defesa, e visa promover a integração entre a estratégia da Sociedade, a gestão de risco, a implementação dos controlos e a *governance*.

A gestão de risco na Galp está enquadrada num ambiente normativo que engloba um conjunto de políticas, normas e procedimentos, suportado na Política de Gestão de Risco.

Sustentado no modelo de *governance* e no ambiente normativo expostos, a Galp desenvolve um processo sistemático e contínuo de identificação, avaliação, resposta, monitorização e supervisão/revisão de riscos e oportunidades inerentes à sua estratégia, incluindo os riscos e oportunidades emergentes, que se desenvolve conforme diagrama abaixo.



Identificação de Riscos e Oportunidades:

A identificação de riscos/oportunidades é realizada tendo por base o conhecimento dos ambientes externo e interno, da avaliação de potenciais mudanças nestes ambientes, bem como dos objetivos estratégicos e de negócio da Sociedade. É realizada de forma contínua, e em particular na avaliação de um novo projeto de investimento, desinvestimento ou negócio, e na fase de elaboração do Orçamento e Plano (O&P).

A identificação dos riscos correntes e emergente é suportada na Taxonomia de Riscos que dá uma visão global dos riscos que podem afetar a Sociedade, e está estruturada nas seguintes naturezas de risco: estratégicos, financeiros, operacionais, jurídicos e *compliance*, tecnologias de informação e pessoas.

Os modelos de negócio são analisados visando identificar os riscos subjacentes e construir um conjunto de cenários alternativos futuros que garantam a construção de um portefólio mais resiliente, e a realização dos objetivos de negócio estratégicos da Sociedade.

Avaliação de Riscos e Oportunidades:

Após a identificação de riscos e oportunidades, a Galp define o apetite por riscos, indicando, em toda a Sociedade, o tipo e o nível de riscos que a Galp está disposta a aceitar para alcançar os seus objetivos estratégicos e de negócio, garantindo a conformidade com requisitos regulatórios e legais.

A Política de Gestão de Risco estabelece o compromisso da Galp em gerir a sua exposição inerente ao risco em conformidade com o Apetite ao Risco da Sociedade, assegurando o cumprimento dos requisitos legais, regulatórios e de conduta ética. Nesse âmbito, o Conselho de Administração aprova uma Declaração de Apetência pelo Risco, que é revisto anualmente de forma a incorporar quaisquer mudanças na estratégia e nos contextos interno e externo. A definição do apetite ao risco fornece os limites de desempenho em torno dos objetivos estratégicos da organização e ajuda os órgãos de gestão a tomarem decisões informadas e a adotarem as mitigações apropriadas.

Para a avaliação dos seus riscos e oportunidades, a Galp utiliza uma metodologia que permite à Sociedade obter uma visão geral de seus principais riscos e oportunidades, classificando-os qualitativa e quantitativamente. A análise qualitativa baseia-se no nível de risco que avalia a criticidade do risco. É calculado multiplicando a probabilidade de ocorrência pelo impacto em caso de ocorrência. A probabilidade e o impacto são classificados numa escala de muito baixo a muito alto, sendo o impacto avaliado em oito dimensões – resultados financeiros, valor acionista, continuidade das operações, ambiental, reputacional, qualidade, saúde e segurança das pessoas, e capital humano –, de acordo com os efeitos da materialização do risco.

A análise quantitativa permite priorizar os riscos de acordo com o seu impacto monetário e é realizada utilizando o *Expected Financial Impact* (EFI).

A Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno realiza anualmente um *assessment* ao Orçamento & Plano recorrendo a análises de *multivariable test, back-testing e reverse stress testing* aos principais riscos que podem impactar o modelo de negócio subjacente ao Orçamento e Plano, o que lhe permite obter uma visão holística do risco ao nível da Galp, e uma visão geral do portefólio numa perspetiva de risco/retorno.

Trimestralmente, a Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno, com base nas matrizes de impacto/probabilidade das unidades organizacionais, reavalia a matriz global de riscos da Galp e as principais medidas de mitigação e reporta-as à Comissão Executiva, à Comissão de Gestão de Risco e ao Conselho Fiscal. Isto permite uma tomada de consciência dos principais riscos e oportunidades através de uma avaliação *top-down* e *bottom-up*.

Definição de Medidas de Resposta:

A Sociedade define quer as medidas de resposta adequadas, visando a redução da probabilidade e/ou do impacto de ocorrência dos riscos, para garantir que este é reduzido para um nível tão baixo quanto razoavelmente praticável e se situa dentro dos níveis do apetite ao risco, quer as medidas de captura das oportunidades.

Com base na probabilidade e no impacto do risco em comparação com o apetite por riscos, podem ser definidos diferentes tipos de medidas de resposta ao risco: aceitar; mitigar; transferir; evitar. No caso de oportunidades, a resposta deve incluir a definição de ações para garantir sua captura.

A Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno controla a implementação das medidas de resposta e trimestralmente reporta o seu *status* à Comissão Executiva, à Comissão de Gestão de Risco e ao Conselho Fiscal.

Monitorização e Reporte de Riscos e Oportunidades:

A Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno, em conjunto com os LROs (*Local Risk Officers*), monitoriza continuamente as oportunidades e os riscos residuais, bem como as medidas de resposta aos riscos, assegurando a sua execução e avaliando a sua eficácia na redução do risco. Paralelamente, identifica as mudanças nos ambientes interno e externo que podem afetar os riscos/oportunidades identificados anteriormente para conseguir tomar as medidas de resposta adequadas, de forma atempada.

Adicionalmente a Gestão de Risco e Controlo Interno desenvolve *reportings* periódicos para os *stakeholders*, internos e externos, nomeadamente para Comissão de Gestão de Risco, sobre a exposição aos/oportunidades, em termos consolidados e por unidade operacional.

Supervisão e revisão:

A Galp avalia continuamente a eficácia do processo de gestão de risco na identificação, avaliação e gestão dos riscos/oportunidades a que a Sociedade está exposta, visando ajustá-la a mudanças nos ambientes externo e interno.

A Comissão de Gestão de Risco e o Conselho Fiscal da Galp são responsáveis por supervisionar o processo de gestão de risco. As informações reportadas trimestralmente pela Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno à Comissão de Gestão de Risco (reavaliação da matriz de riscos e *status* das ações de mitigação) permitem-lhe supervisionar, fiscalizar e rever o processo de gestão de risco. Paralelamente, as principais decisões e atividades realizadas pela Comissão de Gestão de Risco são comunicadas trimestralmente ao Conselho Fiscal.

Adicionalmente, a Direção de Auditoria Interna realiza uma auditoria bianual do processo de gestão de risco e faz recomendações sempre que considera que são necessárias melhorias.

A Sociedade desenvolve também uma revisão dinâmica anual da taxonomia de riscos com o objetivo de a adaptar a eventuais alterações nos ambientes interno e externo, ou na estratégia da Sociedade, com o aparecimento de novos riscos e fatores de risco.

É ainda promovida a revisão do normativo de gestão de risco pelo menos trienalmente, visando adaptá-lo às melhores práticas internacionais ou a alterações no ambiente interno, e melhorar a eficiência e eficácia do processo de gestão de risco.

55. Detalhes essenciais dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade para o procedimento de informação financeira (artigo 29.º-H, n.º 1, al. l)).

A Galp elaborou e implementou regras e procedimentos que são aplicáveis às atividades de controlo para a preparação e comunicação de informação financeira. Elabora as suas contas em conformidade com as normas contabilísticas IFRS aprovadas pela União Europeia. A fim de lidar com quaisquer situações não cobertas ou insuficientemente cobertas pelas normas IAS/IFRS ou interpretações SIC/IFRIC, a Galp dispõe de um manual de contabilidade que segue as melhores práticas de mercado e que é aplicado internamente como complemento às regras IFRS.

Reconhecendo a dependência tecnológica destas áreas, a Galp caracterizou as atividades de controlo para relatórios financeiros em relação à utilização de tecnologias de apoio (aplicação/sistema de informação) e identificou as atividades de controlo para essas tecnologias.

Os documentos que divulgam informações financeiras aos mercados de capitais são preparados pela Direção de Relações com os Investidores, com base nas informações fornecidas pela Direção de Contabilidade e Fiscalidade e pela Direção de Planeamento e Performance. Em relação às contas semestrais e anuais, os documentos são enviados ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal para aprovação antes de serem divulgados.

A Galp implementou um sistema (SCIRF) para rever, sistematizar e documentar o seu sistema de controlo interno no que diz respeito à informação financeira, de forma a reforçar os controlos de mitigação do risco de informação financeira e assim manter-se como entidade de referência no que diz respeito à fiabilidade da sua informação financeira.

Em 2018, a Galp desenvolveu e implementou um sistema de informação para monitorizar o registo de *insiders* e pessoas com acesso a essa informação (*insiders* permanentes e ocasionais), incluindo informação financeira, de acordo com os requisitos decorrentes da recente reforma legislativa europeia nesta área (Regulamento sobre Abusos de Mercado).

IV Apoio ao investidor

56 Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O serviço responsável pelo apoio ao investidor é o Departamento de Relações com Investidores.

Composição

Diretor: Otelo Ruivo.

Equipa: João G. Pereira, Teresa Toscano, Tommaso Fornaciari e César Teixeira.

Principais funções

O Departamento de Relações com Investidores assume todas as funções do gabinete de apoio aos investidores. Este Departamento reporta diretamente ao CEO e tem como missão elaborar, gerir e coordenar todas as atividades necessárias para que sejam atingidos os objetivos da Galp no que respeita às relações com o mercado de capitais, nomeadamente acionistas, investidores institucionais e analistas financeiros.

O Departamento de Relações com Investidores é responsável por garantir que o resultado da comunicação da Sociedade ao mercado de capitais seja uma perceção integral e consistente da estratégia e das operações da Galp, permitindo, desta forma, que os investidores tenham um suporte de informação suficiente e atualizado durante o seu processo de decisão. Para este fim, o Departamento de Relações com Investidores produz e presta ao mercado informação relevante, clara e precisa acerca da Galp, de forma regular, transparente e oportuna, visando a simetria de informação ao mercado.

O Departamento de Relações com Investidores tem também como responsabilidade o cumprimento das obrigações legais de informação junto das autoridades de regulação e do mercado, abrangendo a elaboração dos relatórios de divulgação de resultados e das atividades do Grupo, a redação e divulgação de comunicados acerca de informação privilegiada, a resposta aos pedidos de informação de investidores, analistas financeiros e outros participantes no mercado de capitais, assim como o apoio à Comissão Executiva em aspetos relacionados com o estatuto de sociedade emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado.

O Departamento de Relações com Investidores acompanha a evolução da cotação da ação Galp e dos seus pares e apoia a equipa de gestão através de contactos, diretos e regulares, com analistas financeiros e investidores institucionais, nacionais e estrangeiros, quer em conferências e apresentações coletivas direcionadas a investidores, quer em reuniões bilaterais.

Informação disponibilizada

A política de comunicação da Galp com o mercado de capitais tem como objetivo disponibilizar toda a informação relevante, de modo a permitir a formação de juízos fundamentados acerca da evolução da atividade da Sociedade, dos resultados alcançados e esperados, assim como dos diversos riscos e oportunidades que podem afetar a sua atividade.

Neste sentido, a Galp promove uma comunicação transparente e coerente, assente na explicação dos critérios utilizados na prestação da informação e no esclarecimento dos motivos conducentes à eventual alteração da mesma, de modo a facilitar a comparação da informação prestada em períodos diferentes de relato.

Execução da estratégia

O *website* disponibiliza informação relativa às atividades e estratégia da Sociedade, incluindo elementos direcionados ao mercado de capitais e demais *stakeholders*, onde se incorporam informações atualizadas sobre a execução estratégica e as expetativas futuras.

Governo societário

Neste sentido, a Galp promove uma comunicação transparente e consistente baseada na explicação dos critérios utilizados na prestação de informação e no esclarecimento dos motivos de eventuais alterações à mesma, para facilitar a comparação da informação prestada em diferentes períodos de reporte.

Governo societário

O *website* disponibiliza informação sobre o governo societário, de acordo com as normas em vigor no mercado português, atendendo às práticas adotadas pela Galp.

Resultados

A Sociedade apresenta os seus resultados trimestralmente, em datas previamente anunciadas e incluídas no calendário financeiro da Sociedade.

A informação divulgada ao mercado inclui também uma síntese da informação operacional de cada trimestre, denominada *Trading Update*, que é comunicada antecipadamente à publicação dos resultados trimestrais.

Os relatórios de resultados trimestrais e os respetivos documentos de apoio são divulgados normalmente antes da abertura do mercado do

dia estabelecido para a comunicação, seguindo-se de uma apresentação com os principais pontos de destaque relativos aos resultados reportados, existindo um período para perguntas e respostas. Durante os dias seguintes à apresentação dos resultados, são ainda publicados outros elementos de apoio, nomeadamente as tabelas de resultados em formato editável e os registos áudio e respetivas transcrições das conferências telefónicas.

Calendário de eventos corporativos de 2023

Evento	Data
Atualização da Negociação do 4.º Trimestre de 2022	30-01-2023
Resultados e Atualização de Curto Prazo do 4.º Trimestre de 2022	13-02-2023
Relatório & Contas Anuais de 2022 (Auditadas)	03-04-2023
Atualização da Negociação do 1.º Trimestre de 2023	17-04-2023
Assembleia Geral Anual	03-05-2023
Resultados do 1.º Trimestre de 2023	05-05-2023
Atualização da Negociação do 2.º Trimestre de 2023	17-07-2023
Resultados do 2.º Trimestre de 2023	31-07-2023
Atualização da Negociação do 3.º Trimestre de 2023	16-10-2023
Resultados do 3.º Trimestre de 2023	30-10-2023

Calendário de eventos corporativos de 2024 (*)

Evento	Data
Atualização da Negociação do 4.º Trimestre de 2023	29-01-2024
Resultados e Atualização de Curto Prazo do 4.º Trimestre de 2023	12-02-2024
Relatório & Contas Anuais de 2023 (Auditadas)	08-04-2024
Atualização da Negociação do 1.º Trimestre de 2024	15-04-2024
Resultados do 1.º Trimestre de 2024	30-04-2024
Assembleia Geral Anual	10-05-2024
Atualização da Negociação do 2.º Trimestre de 2024	08-07-2024
Resultados do 2.º Trimestre de 2024	22-07-2024
Atualização da Negociação do 3.º Trimestre de 2024	14-10-2024
Resultados do 3.º Trimestre de 2024	28-10-2024

(*) datas sujeitas a alteração.

Consensus

A Galp publica o seu consenso dos resultados trimestrais e de médio e longo prazo estimados pelos analistas que acompanham a ação da Sociedade e divulga um sumário das suas recomendações sobre a cotação da ação.

Ações Galp

O *website* inclui uma secção com a informação histórica das cotações da ação Galp, comparações com a evolução do PSI-20 e a cotação das ações dos seus pares. Adicionalmente, é disponibilizada nesta secção do *website* a informação sobre a estrutura acionista da Sociedade, nomeadamente a descrição das participações qualificadas, assim como a informação detalhada e histórica sobre o pagamento de dividendos.

Comunicação ao mercado

Toda a informação relevante é divulgada preferencialmente antes da abertura ou após o fecho da sessão diária de mercado da Euronext Lisbon, sendo disponibilizada no sistema de difusão de informação da CMVM.

A fim de facilitar o acesso à informação, esta é também disponibilizada de modo célere e sem custos específicos, a uma base de dados não discriminatória, sendo enviada através de correio eletrónico a todos os investidores e a outras partes interessadas que o tenham solicitado previamente.

A base de dados conta atualmente com mais de 2.140 contactos. A informação relevante é divulgada simultaneamente na secção "Investidor" do *website* da Galp em https://www.galp.com/corp/pt/investidores

Contactos

A Sociedade realiza teleconferências para apresentar os seus resultados trimestrais e fornecer as atualizações da execução da estratégia nas datas de divulgação dos resultados.

A Galp promove uma relação estreita com a comunidade financeira, de modo a informar de forma regular e consistente sobre a estratégia da Sociedade e a sua execução. Tal é garantido através do Departamento de Relações com Investidores e, quando adequado, pela equipa de gestão, através de ações proativas e reativas, usando para tal vários canais de contacto, como email, telefone, vídeo, entre outros, bem como promovendo ou participando ativamente em reuniões e conferências com investidores institucionais e analistas.

Em 2023, a Galp participou em 7 conferências e 9 *roadshows*. Ao todo, incluindo reuniões *ad-hoc* e *conference calls*, o Departamento de Relações com Investidores participou em mais de 120 reuniões com investidores institucionais, abrangendo cerca de 100 instituições financeiras na Europa, na América do Norte e na Ásia. Em mais de 40% destas reuniões, esteve presente, pelo menos, um membro da Comissão Executiva, o que comprova o empenho da equipa de gestão, ao mais alto nível, em divulgar a estratégia da Sociedade e a respetiva execução junto do mercado de capitais. Por fim, o Departamento de Relações com Investidores acolhe outras interações recorrentes com outros agentes do mercado, tais como analista de vendas, investidores de retalho, regulador e outros intervenientes relevantes.

O Departamento de Relações com Investidores pode ser contactado através do e-mail investor.relations@galp.com e do telefone +351 217 240 866.

57. Representante para as relações com o mercado.

O representante da Galp para as relações com o mercado é Otelo Ruivo, Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Relações com Investidores.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

Para promover uma relação estreita com a comunidade do mercado de capitais, o Departamento de Relações com Investidores assegura a resposta aos pedidos de informação recebidos através de contacto telefónico e de correio eletrónico.

As respostas e os esclarecimentos são facultados com a maior brevidade possível, adequando o prazo de resposta à natureza e complexidade das questões em causa, e assegurando sempre a transparência, simetria e consistência da informação disponível no mercado.

V. Sítio de Internet

59. Endereço(s).

A Galp disponibiliza a informação no seu *website*: https://www.galp.com/corp/pt/.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC.

As informações constantes do artigo 171.º do CSC encontram-se no *website* da Galp em https://www.galp.com/corp/pt/footer/contactos.

61. Local onde se encontram os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os Estatutos da Sociedade e os regulamentos dos órgãos sociais e das comissões da Galp que estabelecem, nomeadamente, os seus deveres, poderes e responsabilidades, a presidência, a periodicidade das suas reuniões, o seu funcionamento e os deveres dos seus membros, estão disponíveis no website da Sociedade, da seguinte forma:

- Estatutos: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Estatutos_PT_2024.01.02.pdf
- Regulamento do Conselho de Administração: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Maio2023_alteracoes/20230503%20Regulamento%20CA%20-%202023-2026.pdf
- Regulamento do Conselho Fiscal: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Conselho-Fiscal/Regulamento%20Conselho%20Fiscal_20230511.pdf
- Regulamento da Comissão Executiva: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Maio2023_alteracoes/20230503%20-%20Regulamento%20CE_PT.pdf
- Regulamento da Comissão de Auditoria: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governance2019/Comiss%C3%B5es/Regulamento%20Comissao%20Auditoria.pdf
- Regulamento da Comissão de Sustentabilidade: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/Comiss%C3%B5es%2020232026/Regulamento%20Comiss%C3%A3o%20Sustentabilidade%20vf.pdf
- Regulamento da Comissão de Gestão de Risco: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governance2019/Comiss%C3%B5es/Regulamento%20Comissao%20Gestao%20de%20Risco.pdf
- Regulamento da Comissão de Ética e Conduta: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/%C3%89tica/Regulamento%20Comiss%C3%A3o%20de%20%C3%89tica%20e%20Conduta_aprovado.pdf
- Regulamento da Comissão de Remunerações: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Regulamento%20Comissao%20de%20Remuneracoes_2019.pdf

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

As informações sobre os membros dos órgãos sociais estão disponíveis no *website* da Galp em https://www.galp.com/corp/pt/governo-societario/modelo-e-orgaos-de-governo

A informação sobre o Departamento de Relações com os Investidores está disponível no *website* da Galp em https://www.galp.com/corp/pt/investidores/apoio-ao-investidor/equipa-de-relacoes-com-investidores

Além disso, o número de reuniões realizadas em 2023 pelos órgãos e comissões da sociedade está disponível no *website* da Galp, sob o separador de cada órgão e comissão.

63 Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas referentes a, pelo menos, dez anos, estão disponíveis no *website* da Galp em https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados

O calendário de eventos societários está disponível online no *website* da Galp em https://www.galp.com/corp/pt/investidores/apoio-ao-investidor/calendario-do-investidor

64 Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

A convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada são divulgadas no *website* da Galp em https://www.galp.com/corp/pt/investidores/informacao-ao-acionista/assembleias-gerais

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos três anos antecedentes.

O acervo histórico dos anos transatos com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais, o capital social representado e os resultados das votações desde 2007 estão disponíveis no *website* da Galp em https://www.galp.com/corp/pt/investidores/informacao-ao-acionista/assembleias-gerais

D. Remunerações

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da Comissão Executiva ou administrador-delegado e dos dirigentes da Sociedade.

A Comissão de Remunerações é a entidade competente para determinar as remunerações a pagar aos membros dos órgãos sociais e da Comissão Executiva da Galp, com base na política de remunerações em vigor, aprovada pela Assembleia Geral de 3 de maio de 2023. A Comissão de Remunerações é constituída por três acionistas que foram eleitos pela Assembleia Geral e que não são membros do Conselho de Administração nem do Conselho Fiscal, de acordo com o disposto no artigo 8.º dos Estatutos, que estipula a incompatibilidade entre os referidos cargos.

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 29.º-R do CVM, as únicas pessoas qualificadas como dirigentes da Galp são os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

II. Comissão de Remunerações

67. Composição da Comissão de Remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A atual Comissão de Remunerações foi eleita para o mandato de 2023-2026 na Assembleia Geral de 3 de maio de 2023, sendo composta pelos seguintes membros:

Amorim Energia B.V. (Presidente);

Jorge Armindo Carvalho Teixeira;

Joaquim Alberto Hierro Lopes.

Joaquim Alberto Hierro Lopes esteve presente na Assembleia Geral Anual de 2023 para fornecer informações e esclarecimentos aos acionistas sobre matérias de remuneração.

O facto de os administradores não executivos Paula Amorim, Marta Amorim, Francisco Teixeira Rêgo, Rui Paulo Gonçalves e Jorge Seabra serem membros do Conselho de Administração da Amorim Energia não prejudica a independência da Amorim Energia enquanto membro da Comissão de Remunerações, tendo em conta que aqueles membros, individualmente ou no seu conjunto, não têm autonomia total para tomar as decisões do Conselho de Administração da Amorim Energia.

O Regulamento da Comissão de Remunerações compreende uma obrigação de acordo com a qual os membros devem informar de imediato o órgão sobre quaisquer factos que possam constituir ou originar conflito entre os interesses dos seus membros e os interesses da Sociedade.

Além disso, a Sociedade aprovou um regulamento interno, que é aplicável, entre outros, aos membros da Comissão de Remunerações, e que estabelece que os membros que sejam identificados como estando em situação de conflito de interesses devem abster-se de discutir, votar, tomar decisões, opinar, participar ou exercer qualquer influência sobre qualquer processo de tomada de decisão diretamente relacionado com a situação de conflito de interesses. Isto sem prejuízo de fornecer qualquer informação ou esclarecimentos necessários.

A Comissão de Remunerações reuniu cinco vezes em 2023 e foram elaboradas atas das referidas reuniões.

Durante 2023, a Comissão de Remunerações não contratou quaisquer serviços de consultoria, sem prejuízo de ser assegurada essa possibilidade, quando a Comissão de Remunerações o entenda necessário, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do seu Regulamento e sujeito às condições nele previstas.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da Comissão de Remunerações em matéria de política de remunerações.

Os membros da Comissão de Remunerações têm competência em matéria de política de remunerações baseada na sua formação académica e vasta experiência profissional em empresas, sendo considerados adequados à reflexão e decisão sobre todas as matérias da competência da Comissão de Remunerações, conforme evidenciado pelas notas biográficas constantes dos Anexos ao presente relatório.

Em concreto, o membro da Comissão de Remunerações Jorge Armindo Carvalho Teixeira apresenta um vasto currículo profissional que inclui experiência em sociedades cotadas, em cargos de administração, incluindo na qualidade de presidente, que lhe conferiu um adequado *know-how* em matéria remuneratória de órgãos sociais deste tipo de sociedade.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 26.º-A.

A política de remunerações dos órgãos sociais da Galp foi submetida pela Comissão de Remunerações e aprovada na Assembleia Geral realizada a 3 de maio de 2023, delineando os processos de fixação e implementação da política de remunerações da Galp para 2023, bem como os seus objetivos e princípios gerais, de acordo com a Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, o CVM e o Regulamento n.º 4/2013 da CMVM, e que também atende ao Código de Governo Societário do IPCG. Esta política está publicada no *website* da Galp em: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/Maio2023_alteracoes/Politica%20Remunera%C3%A7%C3%B5es_PT.pdf

A política de remuneração dos administradores executivos para 2023 mantém os princípios da política de remuneração de 2022.

A Galp é agora obrigada, ao abrigo do artigo 26.º-E do CVM, a elaborar informações específicas sobre a estrutura de remuneração dos membros dos órgãos sociais da Sociedade. A Galp aprovou a sua primeira política de remuneração ao abrigo do artigo 26.º-B do CVM em 2021, pelo que as remunerações pagas em 2023 e aqui relatadas devem ser analisadas neste contexto.

Nos termos do artigo 26.º-B do CVM, a Política de Remuneração foi aprovada na Assembleia Geral Anual de 2023, com uma clara maioria de 95,23% dos votos emitidos. Assim, os acionistas ficaram, em geral, satisfeitos com os termos da política de remuneração. Abaixo é apresentada uma breve descrição da Política de Remunerações de 2023.

Conselho de Administração

Administradores não executivos – valor mensal fixo, pago doze vezes por ano, em montante fixado pela Comissão de Remunerações, tendo em conta as práticas correntes de mercado. Esse montante pode ser diferenciado no caso do Presidente do Conselho de Administração, pelas especiais funções de representação da Sociedade que lhe são legalmente cometidas, e dos administradores não executivos que exerçam funções especiais de supervisão e acompanhamento da Sociedade ou integram comissões especializadas.

A remuneração dos administradores não executivos não inclui qualquer componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da Sociedade, nem o seu valor, nem quaisquer outros benefícios suplementares.

Administradores executivos – a remuneração dos administradores executivos em 2023 integra três componentes: uma fixa, uma variável e um incentivo de longo prazo.

1. *Remuneração fixa* – retribuição mensal, paga catorze vezes por ano, cujo montante é determinado pela Comissão de Remunerações, tendo em atenção a natureza das funções e responsabilidades cometidas e as práticas observadas no mercado relativamente a posições equivalentes em empresas comparáveis nacionais e internacionais.

2. *Remuneração variável* – A componente variável da remuneração, sob a forma de pagamentos únicos, é determinada pela Comissão de Remunerações e dependente da realização de determinados objetivos económicos, financeiros, operacionais e de sustentabilidade, com vista a criar um quadro remuneratório competitivo e implementar um sistema de recompensas que assegure o alinhamento dos interesses da direção executiva com os interesses da Sociedade e dos seus respetivos *stakeholders*, numa perspetiva de sustentabilidade económica e financeira a longo prazo e que, por sua vez, se divide em duas componentes:

a) *Remuneração variável anual* – o limite potencial máximo representa 50% da remuneração variável total, sendo a determinação do respetivo montante efetuada com base nos seguintes indicadores:

(i) *Operational Cash Flow* (CFFO), com um peso de 65%;

(ii) Concretização de objetivos estratégicos a aprovar pelo Conselho de Administração, com um peso de 10%;

(iii) Long Term Injury Frequency Rate (LTIFR), com um peso de 10%;

(iv) Galp's Own Scope 1 & 2 CO_2 Emissions and All Downstream Sales Carbon Intensity (Scope 1, 2 & 3), com um peso de 15%.

b) *Remuneração variável trianual* – o limite potencial máximo representa 50% da remuneração variável total, sendo a determinação do respetivo montante efetuada com base nos seguintes indicadores:

(i) *Operational Cash Flow* (CFFO), com um peso de 55%;

(ii) Total Shareholder Return (TSR) Galp vs. *Peer Group*, sendo este composto pelas sociedades Total, Repsol, OMV e ENI, bem como pelos índices PSI20TR e SXEGR, referências do mercado nacional e do setor energético europeu, respetivamente, com um peso de 25%;

(iii) Return on Average Capital Employed (ROACE), com um peso de 20%.

Os indicadores acima mencionados contribuem em 65% para a definição do montante da remuneração variável anual e trianual aplicável. Os restantes 35% de cada uma das aludidas componentes da remuneração variável correspondem ao resultado da avaliação qualitativa, pela Comissão de Remunerações, da atividade desenvolvida pelos administradores executivos no exercício ou no triénio relevante, consoante o caso, tendo em conta uma visão holística não só dos resultados atingidos mas também do contexto em que foram obtidos.

3. *Incentivo de longo prazo* – Para garantir o pleno alinhamento com o projeto da Galp e, em particular, com os interesses de longo prazo, as preocupações de sustentabilidade económica e ambiental da Sociedade e a concretização dos objetivos estratégicos, a Comissão de Remunerações considerou necessário criar um incentivo específico de criação de valor a longo prazo, aplicável aos membros da Comissão Executiva da Galp. Assim, para além da remuneração, benefícios e condições aplicáveis, a remuneração dos membros da Comissão Executiva da Galp faz parte de um incentivo de longo prazo através do direito a um conjunto de ações da Galp, atribuível após 4 anos.

A quantidade de ações provisionalmente atribuídas em cada ano será calculada com base na cotação média das ações da Galp na Euronext Lisbon nos 10 (dez) dias úteis seguintes ao anúncio ao mercado dos resultados do ano fiscal precedente, devendo o valor nominal global dessas ações ser equivalente, no caso do Presidente da Comissão Executiva da Galp, a 60% da sua remuneração fixa anual bruta, e, no caso dos restantes membros da Comissão Executiva, a 30% da respetiva remuneração fixa anual bruta.

O número de ações efetivamente atribuídas, no final do período de 4 anos, será calculado pela multiplicação do número de ações provisionalmente atribuídas por um fator de desempenho, graduado de 0 a 2,25, assente nas 3 categorias, todas elas com o mesmo peso relativo:

(i) *Total Shareholder Return* (TSR);

(ii) Classificação por pares em termos de TSR e de crescimento do *Cash Flow From Operations*, utilizando a EDP, Repsol, OMV, ENI e Total como *Peer Group*;

(iii) Redução da intensidade de CO_2 em produtos comercializados.

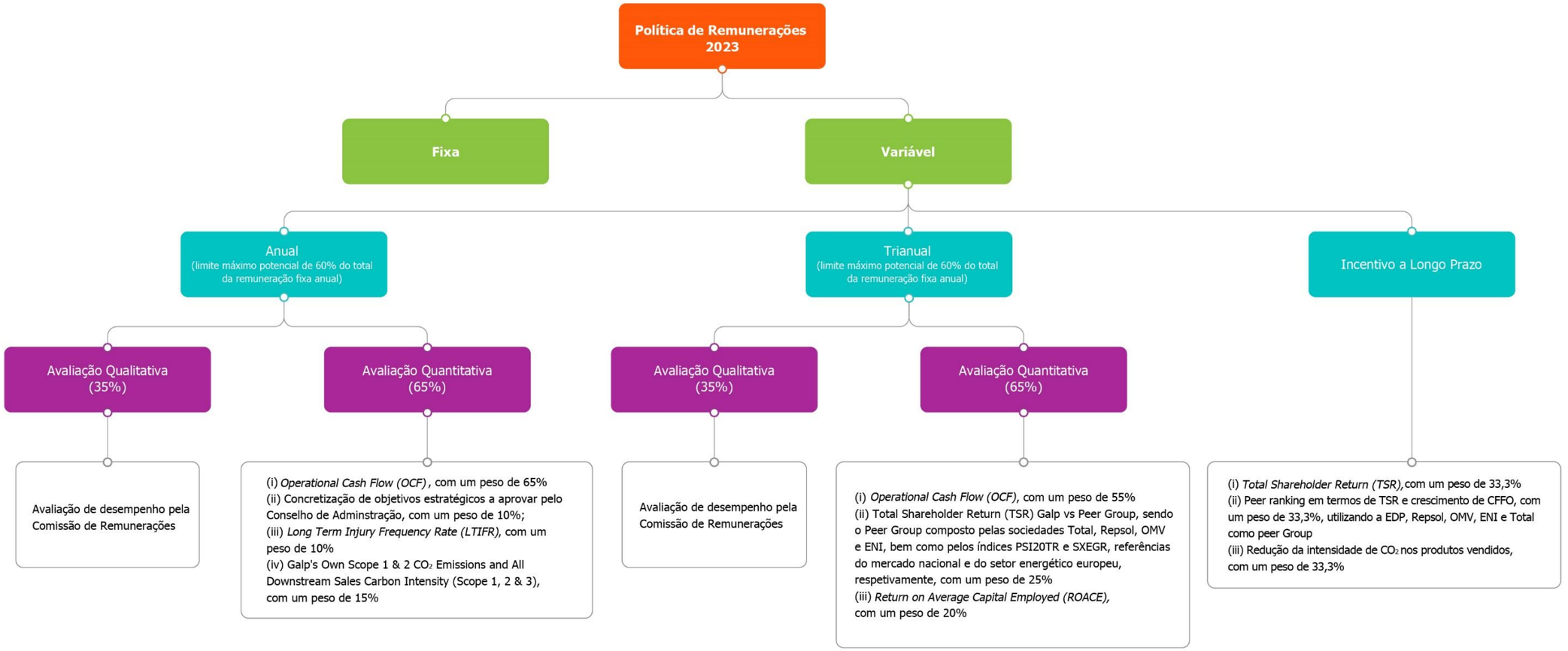
Se o TSR for negativo no termo do período de 4 anos, o fator de desempenho corresponderá a zero em todas as categorias. O valor do incentivo de longo prazo que seja apurado poderá ser liquidado através da entrega de ações ou em dinheiro, sendo, em qualquer dos casos, acrescido de um montante equivalente aos dividendos distribuídos, por referência aos 4 anos em apreço, correspondentes às ações efetivamente atribuídas.

Globalmente, esta política contribui para a concretização da estratégia da Sociedade, através da definição de critérios de avaliação (indicadores definidos pela Comissão de Remunerações) alinhados com os objetivos estratégicos da Sociedade, conforme detalhado em seguida:

Cash Flow das Atividades Operacionais (CFOO); Frequência de Acidentes Totais (TRIR) (anual); ROACE (plurianual); TSR vs. *Peer Group* (plurianual).

Metas dos indicadores baseadas no Plano de Negócios: expandir o negócio de energias renováveis da Galp, gerar crescimento a partir de ativos *upstream* e acelerar a transformação das atividades industriais e comerciais, sustentando ambos um quadro de afetação de capital equilibrado para melhorar o seu portefólio e proporcionar um retorno competitivo aos acionistas. A política de remuneração é assim clara e compreensível, contribuindo para a estratégia comercial da Sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade.

A estrutura de remuneração dos administradores executivos é a seguinte:



Outros benefícios

Os administradores executivos têm direito a beneficiar de um Plano Poupança Reforma, ou de outro produto financeiro de natureza similar, através do pagamento de um montante a suportar pela Galp.

Cada membro executivo do Conselho de Administração beneficia igualmente das regalias (*fringe benefits*) em vigor na Galp pelo desempenho da respetiva função, de acordo com os termos e condições vigentes na Sociedade, incluindo a utilização de automóvel e sendo suportado o pagamento de seguros de saúde, de vida e para acidentes profissionais, mais pormenorizado na Política de Remuneração.

Para os administradores executivos cuja residência permanente se situe fora da área em que a Sociedade está sediada, a Comissão de Remunerações fixa um valor a título de subsídio para despesas de habitação.

Caso venha a existir uma condenação judicial de membro(s) da Comissão Executiva por atuação ilícita que determine, ou tenha determinado, a necessidade de reformulação ou o registo de diminuições patrimoniais nas demonstrações financeiras da Sociedade em sentido adverso a esta, a Comissão de Remunerações pode solicitar ao Conselho de Administração que adote as iniciativas consideradas adequadas para a restituição do montante de remuneração variável paga a tal/tais membro(s) da Comissão Executiva que se entenda apropriado em relação ao período a que respeite a aludida atuação.

Sem prejuízo da informação contida no ponto 77 abaixo relativa a montantes pagos a administradores como compensação pela cessação antecipada de funções, não existiram situações divergentes das regras de aplicação da política de remuneração.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade baseia-se nas práticas do mercado nacional e internacional e está alinhado com os interesses da Sociedade e dos seus *stakeholders*.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a uma retribuição fixa mensal, paga doze vezes por ano, sendo a remuneração do Presidente do Conselho Fiscal diferenciada, tendo em conta as funções especiais por si desempenhadas.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal não inclui nenhuma componente que dependa do desempenho ou valor da Sociedade, nem benefícios suplementares. A remuneração do Revisor Oficial de Contas recompensa a análise e certificação legal das contas da Sociedade e está alinhada com as condições de mercado, conforme proposto pelo Conselho Fiscal.

Revisor Oficial de Contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas retribui o trabalho de revisão e certificação legal das contas da Sociedade e é contratualizada em condições normais de mercado.

Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral corresponde a um montante fixo anual definido pela Comissão de Remunerações de forma diferenciada para o Presidente, o Vice-presidente e o Secretário da mesa, em linha com as práticas de mercado.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

De forma a alcançar um melhor alinhamento da atuação dos administradores com os objetivos da Sociedade a longo prazo, foi introduzida em 2012, reforçada em 2019 e mantida em 2020, 2021, 2022 e 2023, uma política de definição de objetivos plurianuais.

Conforme resulta da política de remuneração descrita no ponto 69 deste relatório, a remuneração variável dos administradores que exercem funções executivas integra uma componente variável anual e outra trianual, com a mesma ponderação (cada com um limite máximo potencial de 60% do total da remuneração fixa anual). Esta ponderação depende da avaliação do desempenho realizada pela Comissão de Remunerações com base em critérios específicos, mensuráveis e predefinidos que, em conjunto, consideram indicadores de sustentabilidade e de crescimento da Sociedade e riqueza gerada para os acionistas de forma sustentada, a curto, médio e longo prazo, com desfasamento de três anos relativamente ao exercício em causa no caso da componente plurianual, nos termos constantes da política de remunerações para 2023 anteriormente descrita.

Neste sentido, a utilização de critérios qualitativos orientados para uma perspetiva estratégica de médio prazo no desenvolvimento da Sociedade, o período temporal de três anos considerado para a determinação do valor da componente variável plurianual da remuneração e a existência de um limite máximo para a remuneração variável, constituem os elementos determinantes para fomentar uma gestão alinhada com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos acionistas.

Os administradores executivos não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito atenuar o risco inerente à variabilidade da remuneração conforme lhes for fixada pela Sociedade.

Além disso, a remuneração da Comissão Executiva inclui um incentivo a longo prazo através do direito a ações da Galp, atribuível após quatro anos.

Tendo em consideração a estrutura de remuneração acima descrita, designadamente o equilíbrio entre remuneração fixa e variável, a existência de remuneração variável anual e trienal e os critérios definidos para a determinação da remuneração variável, a Galp considera que o seu mecanismo de remuneração permite o alinhamento entre os interesses da Sociedade e dos seus administradores executivos, incentivando o crescimento a longo prazo e sustentável, evitando a visão a curto prazo, bem como a assunção excessiva de riscos.

A tabela abaixo mostra a variação anual da remuneração dos administradores, desempenho da Sociedade e o valor médio da remuneração dos colaboradores nos últimos cinco anos, como referido no artigo 26.º-G, n.º 2, alínea c), do CVM:

Variação Anual	2019 vs 2018	2020 vs 2021	2021 vs 2020	2022 vs 2021	2023 vs 2022
Administradores Executivos					
Filipe Silva[1]	-0.7%	4.6%	-16.9%	12.1%	93,2%
Georgios Papadimitriou	-	-	-	-	16,6%
Maria João Carioca[2]	-	-	-	-	-
Ronald Doesburg[2]	-	-	-	-	-
Rodrigo Vilanova[2]	-	-	-	-	-
João Diogo2	-	-	-	-	-
Ex-Administradores Executivos					
Andy Brown	-	-	-	47,2%	-88,0%
Thore E. Kristiansen	0.3%	4.1%	-16.2%	15.6%	-50,6%
Teresa Abecasis	-	-	-	147.1%	-44,1%
Carlos Gomes da Silva	1,3%	5,0%	120,4%	-99,0%	0,0%
Carlos Costa Pina	-0.7%	4.6%	-16.9%	77.2%	-
José Carlos Silva	-5.3%	6.1%	55.9%	-93.4%	-
Sofia Tenreiro	-	80.2%	34.3%	-40.9%	-
Susana Quintana-Plaza	-	58.3%	32.1%	-42.7%	-
Administradores não Executivos					
Paula Amorim[3]	-	-	-	-	-
Marta Amorim	10.3%	-9.3%	0.0%	0.0%	0.0%
Francisco Teixeira Rêgo	10.3%	-9.3%	0.0%	0.0%	0.0%
Jorge Seabra	71.9%	16.3%	0.0%	0.0%	0.0%
Rui Paulo Gonçalves	71.9%	16.3%	0.0%	0.0%	0.0%
Diogo Tavares	71.9%	16.3%	0.0%	0.0%	0.0%
Carlos Pinto	-	39.0%	0.0%	0.0%	7,4%
Cristina Fonseca[4]	-	39.0%	204.0%	-61.2%	38,3%
Adolfo Mesquita Nunes	-	158.9%	-6.0%	0.0%	0,0%
Javier Cavada Camino	-	-	-	2380.0%	-6,9%
Cláudia Almeida e Silva[5]	-	-	-	-	104,5%
Ana Zambelli	-	-	-	-	-
Fedra Ribeiro	-	-	-	-	-
Ex- Administradores não Executivos					
Miguel Athayde Marques[6]	15.4%	5.2%	0.0%	0.0%	-65,9%
Luís Todo Bom[6]	82.2%	17.6%	0.0%	0.0%	-65,9%
Edmar de Almeida[6]	-	39.0%	0.0%	0.0%	-65,9%

Variação Anual	2019 vs 2018	2020 vs 2021	2021 vs 2020	2022 vs 2021	2023 vs 2022
Desempenho da Sociedade					
Cash Flow das Atividades Operacionais (CFFO)	+19% YoY	-46% YoY	+73% YoY	2.4% YoY	N/A
Crescimento da Produção de Energia	+14% YoY	+10% YoY	+2.6% YoY	-2.9% YoY	N/A
Taxa de Frequência de Acidentes por Tempo Perdido	N/A	N/A	N/A	20.1% vs. avg. 5 year	
Índice de Intensidade Carbónica	-0.1% YoY	-0.3% YoY	-1.4% YoY	0.6% YoY	N/A
Retorno Total Acionista Galp vs. Peer Group	N/A	N/A	-13 p.p.	-10.1 p.p.	-3.2 p.p.
CFFO 3 anos vs. 2018	N/A	N/A	-17% vs. 3Y CFFO	-33% vs. 3Y CFFO	-27%
ROACE 3 anos vs. 2018	N/A	N/A	-7 p.p.	-7.28 p.p.	-9.02 p.p.
OCF 2023 vs BP OCF (aprovado em Dez.22)	N/A	N/A	N/A	N/A	36%
# Strategic Milestones atingidos	N/A	N/A	N/A	N/A	90%
Galp Absolute CO_2 Emissions (Target vs 2017)	N/A	N/A	N/A	N/A	-35.2%
All Downstream sales carbon intensity (Target vs 2017)	N/A	N/A	N/A	N/A	-3.8%
Remuneração média numa base de equivalência a tempo inteiro dos trabalhadores					
Trabalhadores da Sociedade[6]	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Trabalhadores do Grupo	1.7%	-0.8%	3.8%	6.0%	5,7%

[1] CEO desde 1 de janeiro de 2023.
[2] Administradores executivos eleitos em 3 de maio de 2023.
[3] Paula Amorim decidiu abdicar da sua remuneração, destinando-a à Fundação Galp.
[4] Cristina Fonseca esteve ausente por licença de maternidade entre novembro de 2021 e março de 2022 (neste período, a remuneração foi paga pela Segurança Social).
[5] Cláudia Almeida e Silva só faz parte do Conselho de Administração desde 29 de abril de 2022.
[6] Deixaram de fazer parte do Conselho de Administração a 3 de maio de 2023.
[7] A Sociedade não tem trabalhadores.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

O valor da remuneração variável total para cada ano é fixado pela Comissão de Remunerações de acordo com o cumprimento dos indicadores previamente definidos.

Os indicadores acima mencionados contribuem em 65% para a definição da remuneração variável anual e trienal aplicável.

Os restantes 35% de cada uma das componentes da remuneração variável resultam da avaliação qualitativa da Comissão de Remunerações da atividade exercida pelos administradores executivos, anualmente ou durante o período relevante de três anos, conforme o caso, no contexto da gestão adequada da respetiva intensidade carbónica.

Com o objetivo de manter a coerência entre os *cash flows* obtidos e o montante total da remuneração variável pago, este está dependente dos *cash flows* das atividades operacionais da Galp. Assim, se o *cash flow* das atividades operacionais da Galp for inferior a 80% dos objetivos para o respetivo ano, não haverá lugar ao pagamento da remuneração variável.

A remuneração variável trianual representa um limite potencial máximo de 50% da remuneração variável total, estando em linha com as práticas geralmente reconhecidas no mercado nacional e com o regime aplicável às instituições bancárias. A remuneração da Comissão Executiva também inclui um incentivo a longo prazo como mencionado no ponto 73.

A determinação da remuneração variável anual e trianual pode considerar ajustamentos que sejam razoáveis respeitantes a fatores exógenos e decisões económicas não previstas, assim como os necessários para garantir a comparabilidade, que sejam adequados para incentivar os objetivos da gestão, conforme previamente definido pela Comissão de Remunerações.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

A fim de melhor estimular o alinhamento das práticas dos administradores executivos com os interesses sustentáveis a longo prazo da Sociedade, em 2012 foi introduzida uma política de objetivos plurianuais, para entrar em vigor em 2013. Esta política adia uma parte significativa do pagamento da remuneração variável por um período de três anos, o qual permanece associado e dependente do desempenho da Sociedade durante este período e está de acordo com a Recomendação V.2.9. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, que também recomenda um diferimento de pagamento por um período não inferior a três anos.

Anualmente, são definidos objetivos para o triénio seguinte, sendo a avaliação trianual efetuada no final desse período. O primeiro triénio para o qual foram estabelecidos objetivos plurianuais foi o de 2013-2015. Em 2023, o período trienal de 2020 – 2022 foi avaliado e não foi atribuída ou paga qualquer remuneração.

A remuneração variável trienal é determinada anualmente pela Comissão de Remunerações, a qual estabelece um valor provisório com base na avaliação efetuada em cada ano que integra o triénio. Porém, o valor efetivo diferido da remuneração variável trianual depende: (I) do cumprimento dos objetivos globais para o triénio em causa; e (II) de uma avaliação qualitativa realizada pela Comissão de Remunerações, o que significa que os valores provisórios definidos no primeiro ano do triénio podem ser reduzidos ou aumentados no final do triénio em causa, em função da respetiva avaliação.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações, bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

A remuneração da Comissão Executiva também inclui um incentivo a longo prazo através do direito de receber ações da Galp, atribuído passados quatro anos.

Para os exercícios de 2021 e 2022, foram atribuídas provisoriamente 60.329 ações (2021) e 56.737 ações (2022) ao anterior Presidente da Comissão Executiva, Andy Brown, resultando o número de ações efetivamente atribuídas da aplicação de um fator de desempenho, a ser determinado em 2024 após a apresentação das contas de 2023 para as ações atribuídas provisoriamente em 2021 e em 2025, após a apresentação das contas de 2024 para as ações atribuídas provisoriamente em 2022.

Para o exercício de 2023, foram atribuídas provisoriamente 50.727 ações ao atual Presidente da Comissão Executiva, Filipe Silva, e 10.871 ações a cada um dos restantes atuais membros da Comissão Executiva, resultando o número de ações efetivamente atribuídas a cada um deles da aplicação de um fator de desempenho, que será calculado em 2027 após a apresentação das contas de 2026.

Apresentamos abaixo um resumo das condições para o exercício do direito de receber ações no futuro.

O número de ações atribuídas provisoriamente em cada ano será calculado com base no preço médio das ações da Galp na Euronext Lisbon nos 10 (dez) dias úteis seguintes ao anúncio ao mercado dos resultados do ano fiscal anterior, sendo o valor nominal global destas ações equivalente, no caso do Presidente da Comissão Executiva da Galp, a 60% da remuneração fixa anual bruta, e, no caso dos

restantes membros da Comissão Executiva, a 30% da respetiva remuneração fixa anual bruta.

O número de ações efetivamente atribuídas, no final do período de quatro anos, será calculado multiplicando o número de ações provisórias atribuídas por um fator de desempenho, graduado de 0 a 2,25, com base nas três categorias seguintes, todas com o mesmo peso relativo:

(i) *Total Shareholder Return* (TSR);

(ii) Classificação por pares em termos de TSR e de crescimento do *Cash Flow From Operations*, utilizando a EDP, Repsol, OMV, ENI e Total como *Peer Group*;

(iii) Redução da intensidade de CO_2 em produtos comercializados.

O desempenho é avaliado, relativamente à primeira categoria, através da aplicação de uma fórmula composta que considera a variação do preço da ação Galp e o valor dos dividendos distribuídos por ação durante os quatro anos de referência. A avaliação da segunda categoria, por sua vez, é realizada comparando o desempenho da Sociedade nos dois subindicadores com o *Peer Group* acima mencionado.

Finalmente, a avaliação da terceira categoria é feita por referência aos objetivos de redução da intensidade de CO_2 em vigor.

Se o TSR for negativo no termo do período de 4 anos, o fator de desempenho corresponderá a zero em todas as categorias.

O valor do incentivo de longo prazo que seja apurado poderá ser liquidado através da entrega de ações ou em dinheiro, sendo, em qualquer dos casos, acrescido de um montante equivalente aos dividendos distribuídos, por referência aos 4 anos em apreço, correspondentes às ações efetivamente atribuídas

Para além do incentivo de longo prazo aplicável aos membros da Comissão Executiva, o pagamento da restante remuneração variável pode ser parcialmente efetuado através de planos de atribuição de ações ou de opções de aquisições de ações, ou de outros métodos de pagamento, a serem aprovados em regulamento interno pela Comissão de Remunerações que, no primeiro caso, deve estabelecer, *inter alia*, o número de ações ou de opções sobre ações concedidas, e as principais condições para o exercício dos respetivos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

A Galp não tem, atualmente, qualquer sistema de atribuição de remuneração variável em opções ou outros instrumentos financeiros direta ou indiretamente dependentes do seu valor.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Na Galp, não está estabelecido qualquer sistema de prémios anuais além da remuneração variável descrita supra.

Para os administradores executivos cuja residência permanente seja fora da área onde a Sociedade está sediada, a Comissão de Remunerações fixará um subsídio de alojamento. São ainda concedidos aos administradores executivos os seguintes benefícios não pecuniários: utilização de veículo abastecido de combustível e respetiva manutenção e seguro, telemóvel, iPad e portátil, seguro de saúde, seguro de vida e seguro de acidentes de trabalho. Estes benefícios não pecuniários têm correspondido a uma percentagem entre 5% e 10% da remuneração total.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais.

A Comissão de Remunerações é, de acordo com o artigo 8.º dos Estatutos, competente para aprovar a pensão ou o complemento de pensão, a cargo da Sociedade, que é atribuída aos administradores executivos.

A Política de Remunerações para 2023, aprovada pela Assembleia Geral e descrita no ponto 69 deste relatório, prevê a atribuição de um Plano Poupança Reforma ou de outro produto financeiro de natureza similar através do pagamento de um montante a suportar pela Galp.

Este plano poupança não implica qualquer encargo para a Galp no futuro, na medida em que corresponde apenas à atribuição de um montante para aplicação financeira, enquanto os membros da Comissão Executiva exercem as suas funções, não se enquadrando nos termos previstos no n.º 1 do artigo 402.º do CSC.

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Este ponto é referente ao artigo 26.º-G, n.º 2, alínea a), do CVM e inclui a remuneração atribuída e devida aos membros do Conselho de Administração e paga pela Sociedade em 2023, como demonstrado na tabela abaixo:

Na tabela abaixo, encontra-se discriminada a remuneração individual bruta auferida pelos membros do Conselho de Administração no ano de 2023:

Administradores Executivos — EUR[1]

Nome	Cargo	Remuneração fixa ilíquida	Remuneração variável anual ilíquida (2022)[2]	Remuneração variável trianual (2020-2022)[3]	PPR ilíquido	Outros[4]	Remuneração ilíquida total	Proporção de remuneração variável e fixa (RV/RF)[1]
Atuais Administradores Executivos								
FILIPE SILVA[5]	CEO	980.000	93.900	0	245.000	0	**1.318.900**	93% / 7%
GEORGIOS PAPADIMITRIOU	Administrador Executivo	420.000	93.900	0	105.000	138.788	**757.688**	88% / 12%
MARIA JOÃO CARIOCA	Administradora Executiva	279.883	0	0	69.971	0	**349.854**	100% / 0%
RONALD DOESBURG	Administrador Executivo	246.591	0	0	61.648	0	**308.239**	100% / 0%
RODRIGO VILANOVA	Administrador Executivo	279.883	0	0	69.971	46.003	**395.857**	100% / 0%
JOÃO DIOGO	Administrador Executivo	279.883	0	0	69.971	0	**349.854**	100% / 0%
Ex-Administradores Executivos								
ANDY BROWN[6]	EX-CEO	0	219.100	0	0	0	**219.100**	0% / 100%
CARLOS GOMES DA SILVA	EX-CEO	0	0	0	0	80.877	**80.877**	100% / 0%
THORE KRISTIANSEN	Ex-Administrador Executivo	190.054	109.550	0	62.158	132.547	**494.309**	78% / 22%
TERESA ABECASIS	Ex-Administradora Executiva	162.903	93.900	0	53.278	50.209	**360.290**	74% / 26%
Total		**2.559.313**	**610.350**	**0**	**667.025**	**448.423**	**4.596.956**	**N/A**

[1] Valores arredondados.
[2] Corresponde à remuneração variável ilíquida relativa ao ano anterior.
[3] Corresponde à remuneração variável ilíquida relativa ao triénio anterior.
[4] Em "Outros" estão incluídos benefícios, tais como subsídio de alojamento, subsídio de educação e outros custos de saída.
[5] Filipe Silva exerceu o cargo de administrador executivo e CFO até 31 de dezembro de 2022. Na sequência da renúncia de Andy Brown, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2022, Filipe Silva foi nomeado CEO pelo Conselho de Administração, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023, acumulando temporariamente com o cargo de CFO.
[6] Andy Brown renunciou ao cargo de Presidente da Comissão Executiva com efeitos a 31 de dezembro de 2022.

Administradores Não Executivos		EUR[1]
Nome	**Cargo**	**Remuneração fixa bruta**
Administradores Não Executivos Atuais		
PAULA AMORIM[1]	Presidente Não Executivo	0
MARTA AMORIM	Administrador Não Executivo	48.000
FRANCISCO TEIXEIRA RÊGO	Administrador Não Executivo	48.000
JORGE SEABRA DE FREITAS	Administrador Não Executivo	78.000
RUI PAULO GONÇALVES	Administrador Não Executivo	78.000
DIOGO TAVARES	Administrador Não Executivo	78.000
CARLOS PINTO	Administrador Não Executivo	90.194
CRISTINA FONSECA	Administrador Não Executivo	78.194
ADOLFO MESQUITA NUNES	Administrador Não Executivo	84.000
JAVIER CAVADA	Administrador Não Executivo	78.194
CLÁUDIA ALMEIDA E SILVA	Administrador Não Executivo	66.000
ANA ZAMBELLI	Administrador Não Executivo	58.000
FEDRA RIBEIRO	Administrador Não Executivo	49.742
Ex-Administradores Não Executivos		
MIGUEL ATHAYDE MARQUES	Ex-Administrador Não Executivo	34.823
LUIS TODO BOM	Ex-Administrador Não Executivo	30.726
EDMAR DE ALMEIDA	Ex-Administrador Não Executivo	28.677
Total		**952.805**

[1] A Presidente do Conselho de Administração decidiu renunciar à sua remuneração, direcionando-a para a Fundação Galp.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

A remuneração dos administradores da Galp inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em órgãos de administração de sociedades do Grupo Galp, tendo em consideração a definição de grupo na aceção da alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 158/2019, de 13 de julho; por essa razão não foram pagos quaisquer montantes a qualquer título por sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

A Galp não tem qualquer outro sistema de pagamento de remuneração a administradores sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

A Política de Remunerações não contempla a atribuição de indemnização ou compensação a administradores em caso de cessação de funções, sem prejuízo da aplicação das regras legais em vigor nesta matéria, não sendo, nesse caso, exigível pelo administrador um montante indemnizatório ou compensatório superior ao que resulta do disposto na lei.

A Política de Remunerações e as deliberações da Comissão de Remunerações constituem o instrumento jurídico adequado e necessário para determinar a natureza inexigível de tais montantes.

81 Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto.

A remuneração agregada paga aos membros efetivos do Conselho Fiscal em 2023, de acordo com o fixado pela Comissão de Remunerações, foi de € 144.000,00.

A seguir, apresenta-se a respetiva remuneração individual paga em 2023 aos membros atuais do Conselho Fiscal:

Nome/Cargo	Remuneração fixa bruta (EUR)
José Pereira Alves (Presidente)	60.000
Maria de Fátima Geada (Vogal)	42.000
Pedro Antunes de Almeida (Vogal)	42.000

Conforme previsto no artigo 26.º-G, n.º 2, alínea b), do CVM, a tabela infra contém a variação anual da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, o desempenho da Sociedade e a média de remuneração dos colaboradores durante os últimos cinco exercícios.

Variação Anual	2019 vs 2018	2020 vs 2019	2021 vs 2020	2022 vs 2021	2023 vs 2022
Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal					
José Pereira Alves	-	39,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pedro Antunes de Almeida	48,0%	12,6%	0,0%	0,0%	0,0%
Maria de Fátima Geada	-	39,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Desempenho da Sociedade					
Cash Flow das Atividades Operacionais (CFFO)	+19% YoY	-46% YoY	+73% YoY	2,4% YoY	N/A
Crescimento da Produção de Energia	+14% YoY	+10% YoY	+2,6% YoY	-2,9% YoY	N/A
Frequência de Acidentes Totais	-39% vs, média 5 anos	-57% vs, média 5 anos	-12% vs, média 5 anos	N/A	N/A
Taxa de Frequência de Acidentes por Tempo Perdido	N/A	N/A	N/A	20,1% vs, média 5 anos	0
Índice de Intensidade Carbónica	-0,1% YoY	-0,3% YoY	-1,4% YoY	0,6% YoY	N/A
Retorno Total Acionista Galp vs Peer Group	N/A	N/A	-13 p,p,	-10,1 p,p,	-3.2 p.p.
CFFO 3 anos vs. 2018	N/A	N/A	-17% vs, CFFO 3 anos	-33% vs, CFFO 3 anos	-27%
ROACE 3 anos vs. 2018	N/A	N/A	-7 p,p,	-7,28 p,p,	-9.02 p.p.
Remuneração média numa base de equivalência a tempo inteiro dos trabalhadores					**36%**
Trabalhadores da Sociedade[1]	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Trabalhadores do Grupo	1,7%	-0,8%	3,8%	6,0%	5,7%

[1] A Sociedade não tem trabalhadores.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Em 2023, a título de remuneração, foi pago ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral o montante de € 3.000,00.

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existem na Galp quaisquer contratos em vigor que prevejam pagamentos em caso de destituição sem justa causa de administrador. Os montantes que sejam devidos correspondem aos que resultam das disposições legais aplicáveis, não havendo lugar à atribuição de montantes remuneratórios respeitantes à componente variável (excluindo o incentivo a longo prazo do CEO) se o *cash flow* das atividades operacionais do Grupo Galp for inferior a 80% dos objetivos do ano fixados.

Para detalhes sobre os montantes de indemnizações pagas em 2023, dever-se-á consultar as secções 77 e 80.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 1 do artigo 29.º-R, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. K)).

A Galp não é parte em qualquer acordo com os titulares do órgão de administração ou dirigentes, na aceção do n.º 1 do artigo 29.º-R, que prevê uma futura indemnização em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma oferta pública de aquisição.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*stock options*)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

A Galp não dispõe de planos de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e ao preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Tal como mencionado, a Galp não tem planos de opção de compra de ações.

Com referência ao mecanismo acima mencionado aplicável aos membros da Comissão Executiva para o pagamento parcial do incentivo a longo prazo através de ações da Galp: as ações serão recebidas (e somente poderão ser transferidas) no final do plano quadrienal e após a avaliação de desempenho.

Para além do incentivo a longo prazo, o pagamento da restante remuneração variável pode ser parcialmente efetuado através de planos de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações, ou outros métodos de pagamento, a serem aprovados em regulamento interno pela Comissão de Remunerações, que, no primeiro caso, deve estabelecer, entre outros componentes, o número de ações ou opções sobre ações concedidas e as principais condições para o exercício dos respetivos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (stock *options*) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da Sociedade.

A Galp não dispõe de planos de opção de compra de ações.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Artigo 29.º-H, n.º 1, al. E)).

A Galp não dispõe de sistema de participação dos trabalhadores no capital.

E. Transações com partes relacionadas

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

De modo a salvaguardar os interesses do Grupo Galp em situações de potencial conflito de interesses, a Galp adotou regras internas para o controlo de transações entre a Galp (ou sociedades participadas ou outras empresas que estejam sob o domínio de gestão da Galp, ou seja, as "entidades do Grupo Galp") e partes relacionadas para cumprimento da legislação e normas financeiras pertinentes, em particular a IAS 24.

Estas regras internas impõem os seguintes princípios:

(I) Qualquer compromisso de natureza contratual e qualquer ato jurídico estabelecido entre quaisquer entidades do Grupo Galp e qualquer parte relacionada deve ser realizado no âmbito da atividade corrente da entidade do Grupo Galp em causa e em condições normais de mercado;

(II) A execução por qualquer entidade do Grupo Galp e uma parte relacionada de quaisquer transações relevantes (conforme descrito abaixo) requer a aprovação pela Comissão Executiva ou pelo Conselho de Administração e o parecer prévio do Conselho Fiscal (consulte o ponto 91 deste capítulo para obter mais detalhes sobre os procedimentos aplicáveis);

(III) Todas as demais transações com partes relacionadas são verificadas *a posteriori* e periodicamente pelo Conselho Fiscal.

Para este efeito, as transações relevantes incluem, em particular: (I) investimentos financeiros, financiamentos, empréstimos de acionistas, prestação de garantias, aquisição, venda, comercialização ou fornecimento de produtos e serviços, bem como aquisição, venda, comercialização ou fornecimento de produtos energéticos e/ou produtos e serviços conexos e outras transações semelhantes com valor económico superior a €10 milhões (salvo algumas exceções); (II) aquisição ou alienação de participações sociais ou outros ativos; (III) transações não realizadas no âmbito da atividade corrente da entidade do Grupo Galp em causa ou em condições normais de mercado; e (IV) quaisquer outras transações que tenham alto risco de conflito de interesses.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

No ano de 2023, houve uma transação com partes relacionadas sujeita a controlo prévio do Conselho Fiscal.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

A realização, pela Galp, de transações com partes relacionadas, conforme definido na IAS 24, depende de parecer prévio do Conselho Fiscal, nos termos previstos na lei e na norma interna "Transações do Grupo Galp com Partes Relacionadas", com vista a salvaguardar o interesse do Grupo em situações de eventual conflito de interesses, sem prejuízo do cumprimento das normas legais. Esta norma interna está disponível em: https://www.galp.com/corp/Portals/0/Recursos/Governo-Societario/SharedResources/Documentos/PT/NT-026%20Transacoes%20do%20Grupo%20GALP%20com%20Partes%20Relacionadas.pdf

Cabe ao Secretário da Sociedade submeter a parecer prévio do Conselho Fiscal as propostas recebidas das unidades de negócio ou do centro corporativo de transações relevantes com uma parte relacionada juntamente com a informação de apoio, incluindo, designadamente, o seu valor económico, a menção dos procedimentos de formação contratual adotados, a demonstração da adequação das condições da transação à atividade corrente da entidade do Grupo Galp em causa e às condições normais de mercado e, no caso de transações que não sejam realizadas no âmbito da atividade corrente da entidade do Grupo Galp em causa e/ou que não sejam realizadas em condições normais de mercado, tal deve ser referido e deve ser incluída fundamentação quanto ao caráter justo e razoável da transação, do ponto de vista da Sociedade e dos acionistas que não são partes relacionadas, incluindo os acionistas minoritários.

O Conselho Fiscal deve emitir um parecer prévio, quando aplicável, no prazo máximo de cinco dias úteis.

Em casos de urgência e natureza excecional, previamente aprovados e devidamente justificados, conforme as regras de aprovação aplicáveis, quando não for exequível ou possível obter o parecer prévio favorável do Conselho Fiscal sem perda de valor significativo na transação relevante com o Grupo Galp, o parecer será solicitado imediatamente a seguir, com exceção das transações não realizadas no âmbito da atividade corrente da entidade do Grupo Galp em causa ou em condições normais de mercado.

Caso o Conselho Fiscal emita parecer prévio desfavorável, o órgão de administração da entidade do Grupo Galp competente pode decidir realizar a transação relevante com fundamento justificado na prossecução do interesse social da Galp ou da entidade do Grupo Galp em causa (com exceção das transações não realizadas no âmbito da atividade corrente da entidade do Grupo Galp em causa ou em condições normais de mercado), devendo tal parecer negativo ser divulgado, quando aplicável.

As transações com partes relacionadas não sujeitas ao seu parecer prévio são comunicadas ao Conselho Fiscal semestralmente, de forma a confirmar que estas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da entidade do Grupo Galp relevante e em condições normais de mercado, não participando as partes relacionadas nas referidas transações na verificação em causa.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24 ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre transações com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, está disponível na Nota 29 do Anexo às Contas Consolidadas.

Avaliação do governo societário

I. Identificação do Código de Governo Societário adotado

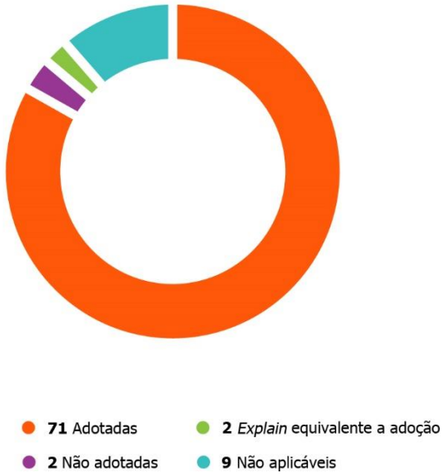
Para os efeitos do artigo 2.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, a Galp decidiu sujeitar-se voluntariamente ao Código de Governo das Sociedades do IPCG, conforme aprovado em 2018 e revisto em 2020, que se encontra disponível no *website* desta entidade: Códigos de Governo (cgov.pt)

II. Análise de cumprimento do Código de Governo Societário adotado

A Sociedade acolheu 71 recomendações, 2 *explain* equivalente a adoção, 2 não adotadas e 9 não aplicáveis do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

A justificação quanto à adoção de cada recomendação (ou subrecomendação, no caso de divisão da mesma) e a remissão para o ponto, ou pontos, do presente relatório onde a respetiva temática é desenvolvida (ponto, parte, capítulo), encontra-se indicada no quadro seguinte, incluindo a justificação para a não adoção ou a não aplicação de determinada recomendação e, ainda, a respetiva indicação de eventual mecanismo alternativo determinado pela Sociedade para a prossecução do mesmo objetivo da recomendação relevante (*explain* equivalente a *comply*).

As classificações abaixo destacadas têm já em conta a avaliação efetuada pela Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização do relatório de governo da Galp referente ao ano de 2021.



Recomendação IPCG	*Comply* ou *explain*	Remissão para o presente relatório
Capítulo I Relação da Sociedade com acionistas, *stakeholders* e a comunidade em geral		
I.1.(1) A Sociedade explicita em que termos a sua estratégia procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo.	Adotada	Relatório de Gestão Parte I – 2. Quadro estratégico
I.1.(2) A Sociedade explicita quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	Adotada	Relatório de Gestão Parte II – Jornada de Sustentabilidade (3. Impulsionar uma transição justa para todos – Capacitar as comunidades através do investimento social)
I.2.(1) A Sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais.	Adotada	Relatório de Gestão Parte IV – 1. Informação consolidada não financeira (I. Informação sobre as políticas adotadas)
I.2.(2) A Sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos sociais.	Adotada	Relatório de Gestão Parte IV – 1. Informação consolidada não financeira (I. Informação sobre as políticas adotadas)
Capítulo II · Composição e funcionamento dos órgãos da Sociedade		
II.1 Informação		
II.1.1 A Sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes interessadas e ao mercado em geral.	Adotada	Pontos 38, 56 e 59 to 65
II.2 Diversidade na Composição e Funcionamento dos Órgãos da Sociedade		
II.2.1. A Sociedade estabelece, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros dos órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência) e requisitos de diversidade (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Adotada	Ponto 19
II.2.2. (1) O órgão de administração dispõe de regulamentos – nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros – divulgados na íntegra no sítio da internet da Sociedade.	Adotada	Ponto 61
II.2.2. (2) *Idem* em relação ao órgão de fiscalização.	Adotada	Ponto 61
II.2.2. (3) *Idem* em relação às comissões internas dos órgãos de administração e de fiscalização.	Adotada	Ponto 51

Recomendação IPCG	*Comply* ou *explain*	Remissão para o presente relatório
II.2.2. (4) Devem ser elaboradas atas das reuniões do órgão de administração.	Adotada	Ponto 23
II.2.2. (5) *Idem* em relação ao órgão de fiscalização.	Adotada	Ponto 35
II.2.2. (6) *Idem* em relação às atas das comissões internas dos órgãos de administração e de fiscalização.	Adotada	Ponto 29
II.2.3. (1) A composição dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio da Internet da sociedade.	Adotada	Ponto 62
II.2.3. (2) O número de reuniões em cada ano dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio da Internet da Sociedade.	Adotada	Ponto 62
II.2.4. (1) A Sociedade adota uma política de comunicação de irregularidades (*whistleblowing*) que explicite as principais regras e procedimentos a serem seguidos perante cada comunicação, nos termos previstos na lei aplicável.	Adotada	Ponto 49
II.2.4. (2) A Sociedade adota um canal de denúncia interno que inclua o acesso também por não trabalhadores, nos termos previstos na lei aplicável.	Adotada	Ponto 49
II.2.5. (1) A Sociedade dispõe de comissão especializada em matéria de governo societário.	Não Adotada	
II.2.5. (2) *Idem* em matéria de remunerações.	Adotada	Ponto 29
II.2.5. (3) *Idem* em matéria de nomeações de membros dos órgãos da Sociedade.	Não Adotada	
II.2.6. (4) *Idem* em matéria de avaliação de desempenho.	Adotada - A Comissão de Remunerações procede à avaliação anual dos membros da Comissão Executiva	
II.3. Relação entre órgãos da Sociedade		
II.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela Sociedade estabelecem mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da Sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Adotada	Pontos 15 e 38
II.3.2. Cada órgão e comissão da Sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Adotada	Pontos 15, 29 e 38

Recomendação IPCG	*Comply* ou *explain*	Remissão para o presente relatório
II.4. Conflitos de interesses		
II.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse da Sociedade.	Adotada	Pontos 15, 29 e 38
II.4.2. A Sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.	Adotada	Pontos 26, 38 e 67
II.5 Transações com partes relacionadas		
II.5.1. O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Adotada	Pontos 26, 89 e 91
Capítulo III Acionistas e Assembleia Geral		
III.1 (1) A Sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto.	Adotada	Pontos 5 e 12
III.1 (2) A Sociedade informa no relatório de governo sobre a sua opção sempre que a cada ação não corresponda um voto.	Não Aplicável	
III.2 A Sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por previsão dos Estatutos da Sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural.	Não Aplicável	
III.3 A Sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	*Explain*, equivalente a adoção. As disposições estatutárias que exigem aprovações por dois terços dos votos não têm por objetivo dificultar a tomada de deliberações por parte dos acionistas, nem se trata de um mecanismo de defesa anti-OPA que prejudique o *market for control* (que na Galp não está limitado). O objetivo é assegurar a representação adequada dos acionistas, particularmente dos acionistas minoritários, ao aprovarem deliberações sobre questões de importância estratégica para a Sociedade e matérias fundamentais da Galp, que caracterizam a sua essência, e evitar o clássico problema de agência. Assim sendo, este mecanismo foi criado com o objetivo primordial de proteger a própria Sociedade, assegurando a sua estabilidade, assim como os acionistas minoritários, em matérias nucleares para a Galp. Note-se, ainda, que a aplicação de um quórum deliberativo de dois terços em segunda convocatória apenas é exigida para temas que, por serem estratégicos e de suma importância para a Sociedade, a própria lei exige para deliberações sobre a mesma matéria em primeira convocatória.	
III.4 A Sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.	Adotada	Ponto 12

Recomendação IPCG	*Comply* ou *explain*	Remissão para o presente relatório
III.5 A Sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Adotada	Ponto 12
III.6 Os estatutos da Sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não Aplicável	Ponto 13
III.7 Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Adotada	Ponto 4
Capítulo IV Administração		
IV.1. Órgão de Administração e Administradores Executivos		
IV.1.1. (1) O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da Sociedade.	Adotada	Ponto 29
IV.1.1. (2) *Idem* ii) organização e coordenação da estrutura empresarial;	Adotada	Ponto 29
IV.1.1. (3) *Idem* iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Adotada	Ponto 29
IV.1.2 O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Adotada	Ponto 26
IV.2. Órgão de Administração e Administradores Não Executivos		
IV.2.1 Sem prejuízo das funções legais do presidente do Conselho de Administração, se este não for independente, os administradores independentes – ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos – designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o Presidente do Conselho de Administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções, e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação VI.1.1.; em alternativa, pode a Sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Adotada	Pontos 15 e 18
IV.2.2 O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da Sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Adotada	Ponto 18
IV.2.3 O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivos.	Adotada	Ponto 18

Recomendação IPCG	*Comply* ou *explain*	Remissão para o presente relatório
IV.2.4 O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: i Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da Sociedade, sendo este prazo contado independentemente de coincidir, ou não, com o termo do mandato; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a Sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela Sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da Sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na Sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.	Adotada	Ponto 18
IV.2.5 O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (*cooling-off period*).	Não Aplicável Não há administradores nestas condições.	
Capítulo V Fiscalização		
V.I. (1) Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Adotada	Ponto 38
V.I. (2) Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	Adotada	Ponto 38
V.2. (1) O número de membros do órgão de fiscalização deve ser adequado à dimensão da Sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Adotada	Ponto 31
V.2. (2) *Idem* em relação ao número de membros da comissão para as matérias financeiras.	Não Aplicável	
Capítulo VI Avaliação de desempenho, remunerações e nomeações		
VI.1 Avaliação Anual de Desempenho		
VI.1.1 (1) O órgão de administração – ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos – avalia anualmente o seu desempenho, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da Sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da Sociedade.	Adotada	Ponto 24
VI.1.1 (2) *Idem* em relação ao desempenho da comissão executiva / dos administradores executivos.	Adotada	Ponto 24

Recomendação IPCG	*Comply* ou *explain*	Remissão para o presente relatório
VI.1.1 (3) *Idem* em relação ao desempenho das comissões da Sociedade.	Adotada	Ponto 24
VI.2 Remunerações		
VI.2.1 A Sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Adotada	Pontos 66 e 67.
VI.2.2 A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões da Sociedade compete à Comissão de Remunerações ou à Assembleia Geral, sob proposta daquela comissão.	Adotada	Ponto 66
VI.2.3 A Sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da Sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da Sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa.	Adotada	Pontos 76 a 83
VI.2.4 A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou outro membro da Comissão de Remunerações deve estar presente na Assembleia Geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da Sociedade, ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Adotada	Ponto 67
VI.2.5 Dentro das limitações orçamentais da Sociedade, a comissão de remunerações pode decidir livremente a contratação, pela Sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.	Adotada	Ponto 67
VI.2.6 A Comissão de Remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência.	Adotada	Ponto 67
VI.2.7 Os prestadores desses serviços não serão contratados, pela própria Sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à Sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da Comissão de Remunerações, sem que haja autorização expressa da Comissão.	Não Aplicável	
VI.2.8 Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a Sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes tem natureza variável que reflita o desempenho sustentado da Sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Adotada	Pontos 69 a 71
VI.2.9 Uma parte significativa da componente variável é parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, em termos definidos na política de remunerações da Sociedade, à confirmação da sustentabilidade do desempenho.	Adotada	Ponto 72
VI.2.10 Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício é diferido por um prazo não inferior a três anos.	Adotada	Ponto 73
VI.2.11 A remuneração dos administradores não executivos não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da Sociedade ou do seu valor.	Adotada	Ponto 69

Recomendação IPCG	*Comply* ou *explain*	Remissão para o presente relatório
VI.3 Nomeações		
VI.3.1 A Sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, que as propostas para eleição dos membros dos órgãos da Sociedade sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar.	Adotada	Pontos 16 e 19
VI.3.2 A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes.	Não Aplicável	
VI.3.3 A não ser que a dimensão da Sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações.	Não Aplicável	
VI.3.4 A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres.	Não Aplicável	
Capítulo VII Controlo Interno		
VII.1 (1) O órgão de administração debate e aprova o plano estratégico.	Adotada	Pontos 29 e 51
VII.1 (2) O órgão de administração debate e aprova a política de risco da sociedade, a qual inclui a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Adotada	Pontos 29 e 51
VII.2 A Sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração.	Adotada	Pontos 15 e 27
VII.3 O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela Sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Adotada	Ponto 38
VII.4 O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna, é estruturado em termos adequados à dimensão da Sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Pontos 51, 52 e 54
VII.5 A Sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adotada	Pontos 38, 51, 52 e 54
VII.6 (1) Tendo por base a sua política de risco, a Sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade.	Adotada	Pontos 51, 52 a 54
VII.6. (2) *Idem* (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto.	Adotada	Pontos 51, 52 a 54

Recomendação IPCG	*Comply* ou *explain*	Remissão para o presente relatório
VII.6. (3) *Idem* (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação.	Adotada	Pontos 51, 52 a 54
VII.6. (4) *Idem* (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Adotada	Pontos 51, 52 a 54
VII.7 A Sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a Sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.	Adotada	Pontos 53 e 54
VII.8 A Sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera, nos processos de decisão, a análise do risco climático.	Adotada	Ponto 53
VII.9 A Sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.	*Explain*, equivalente a adoção A Galp utiliza mecanismos de inteligência artificial na elaboração das propostas que várias funções e unidades orgânicas apresentam aos Órgãos Sociais. No entanto, os Órgãos Sociais não utilizam eles próprios mecanismos de inteligência artificial.	
VII.10 O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Adotada	Pontos 38 e 51
VII.11 O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Adotada	Pontos 38 e 51
Capítulo VIII Informação e revisão legal de contas.		
VIII.I Informação		
VIII.1.1 O regulamento do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada..	Adotada	Pontos 34, 37 e 38
VIII.2 Revisão Legal de Contas e Fiscalização		
VIII.2.1 Através de regulamento, o órgão de fiscalização define, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do Revisor Oficial de Contas.	Adotada	Pontos 34, 38, 44 a 46
VIII.2.2. (1) O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do Revisor Oficial de Contas na Sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	Adotada	Ponto 38

Recomendação IPCG	*Comply* ou *explain*	Remissão para o presente relatório
VIII.2.2. (2) O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do Revisor Oficial de Contas na Sociedade, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adotada	Ponto 38
VIII.2.3 O órgão de fiscalização avalia anualmente o trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propõe ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotada	Ponto 38

Anexos

Biografias e cargos exercidos noutras empresas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização e da Comissão de Remunerações



Presidente do Conselho de Administração | Paula Amorim

Natural do Porto, Paula Amorim é membro do Conselho de Administração da Galp desde abril de 2012, foi Vice-Presidente de 2015 a 2016 e é Presidente desde outubro de 2016. É também Presidente da Comissão de Auditoria da Galp desde abril de 2019.

Representando a quarta geração do maior grupo empresarial familiar português, com 150 anos de história, Paula Amorim é a Vice-Presidente da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A., que integra no seu portefólio a Corticeira Amorim, a maior produtora mundial de cortiça.

Como sucessora natural no Grupo Américo Amorim, Paula Amorim é acionista na holding familiar do Grupo, Amorim Holding II, SGPS, S.A.. Juntou-se ao Grupo Américo Amorim em 1992, com apenas 19 anos, e desde então ocupa diversos cargos de direção e administração.

Em 2005, Paula Amorim fundou a sua própria empresa, a Amorim Fashion. Cinco anos depois, fundou o Grupo Amorim Luxury.

A sua experiência na indústria da moda foi um fator determinante para que o grupo familiar se tornasse um importante investidor na Tom Ford International (TFI).

Em novembro de 2018, adquiriu parte de ativos do Fundo da Herdade da Comporta, dando um novo e importante passo na sua estratégia de crescimento e posicionamento enquanto marca portuguesa de elevada qualidade internacional nos setores de Hotelaria, Restauração e Lifestyle – JNcQUOI.

Paula Amorim frequentou o curso de Gestão Imobiliária da Escola Superior de Atividades Imobiliárias.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
No Grupo Américo Amorim	
Portugal	
Amorim Holding II, SGPS, S.A.	Membro do Conselho de Administração
Projeto Inverso, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Negócios, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
AMOFIX INVESTIMENTOS, S.A.	Membro do Conselho de Administração
GAIVINA – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Dreaming FIX, Lda.	Gerente
Netherlands	
Amorim Energia, B.V.	Administradora
Power Oil & Gas Investments, B.V.	Administradora
Reino Unido	
Platforme International Limited, Inc.	Membro do Conselho de Administração
No Grupo Amorim	
AMORIM – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
No Grupo Amorim Luxury	
Amorim Luxury, S.A.	Administradora Única
Amorim Fashion, S.A.	Administradora Única
Amorim Guedes de Sousa, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Guedes de Sousa II, Lda.	Gerente
Amorim Guedes de Sousa III, Lda.	Gerente
AP – Amorim Prime, Sociedade de Investimentos, Lda.	Gerente
Amorim Luxury Comporta, S.A.	Administradora Única
Outros	
Fundação GALP	Presidente do Conselho de Administração
STOCKPRICE, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Alqueva Verde, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
AMORIM E ALEGRE – Sociedade Imobiliária, S.A.	Administradora
Sociedade Agroflorestal do Panasquinho, Lda.	Gerente



Lead Independent Director e Vice-Presidente | Adolfo Mesquita Nunes

Adolfo Mesquita Nunes nasceu a 29 de novembro 1977. É membro não executivo independente do Conselho de Administração da Galp desde 12 de abril de 2019 e Presidente da Comissão de Ética e Conduta da Galp desde 7 de novembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2023, Adolfo era sócio da Gama Glória Sociedade de Advogados. É também Professor Auxiliar Convidado na Nova SBE e árbitro de Direito Público no CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa.

Anteriormente integrou os XIX e XX Governos como Secretário de Estado do Turismo entre fevereiro de 2013 e novembro de 2015, tendo igualmente sido deputado do Parlamento Português de junho de 2011 a fevereiro de 2013.

Iniciou o seu percurso como advogado estagiário em setembro de 2000 na Sociedade de Advogados Morais Leitão, J. Galvão Teles e Associados. Entre abril de 2005 e junho de 2011 atuou como advogado associado sénior na Sociedade de Advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados. Entre junho de 2002 a agosto de 2003 exerceu as funções de assessor do vereador da Câmara Municipal de Lisboa Pedro Feist.

É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e mestre em Direito e Ciências Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
Gama Glória Sociedade de Advogados	Sócio



CEO e Vice-Presidente | Filipe Silva

Filipe Crisóstomo Silva nasceu em Lisboa, Portugal, em 4 de julho de 1964. É Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva desde 1 de janeiro de 2023. É membro do Conselho de Administração desde julho de 2012.

Desde 1999 e antes de ingressar na Galp, foi responsável pelas áreas de *investment banking* do Deutsche Bank em Portugal, acumulando desde 2008 as funções de CEO do Deutsche Bank em Portugal.

Filipe Silva é licenciado em Economia e Gestão Financeira e possui mestrado em Gestão Financeira, ambas pela Catholic University of America, Washington D.C.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, Associação para a Investigação e Formação Avançada	Vogal da Direção
Fundação GALP	Vogal do Conselho de Administração



CFO e Vogal| Maria João Carioca

Maria João Carioca, nasceu em Lisboa, em 10 de agosto de 1971. Atualmente é Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Galp, desde 3 de maio de 2023.

Antes de ingressar na Galp, foi CFO e vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., bem como administradora não executiva dos seguintes Conselhos de Administração (até 2023):

- Conselho de Administração da CGA – Caixa Geral de Aposentações, IP.
- Conselho de Administração da Caixa – Banco de Investimento, S.A.
- Conselho de Administração da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.

Iniciou a sua carreira profissional na Mckinsey & Company em 1994, tendo saído como *Senior Associate* em 2004 para o cargo de Diretora Coordenadora do Gabinete de Análise Estratégica (GAE) da UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A., que ocupou até 2008. Depois deste cargo, foi Diretora do Gabinete Corporativo e Estratégico da SIBS Forward Payment Solutions / SIBS SGPS (2008-2013), membro não executivo do Conselho de Administração da MULTICERT – Serviços de Certificação Electrónica, S.A., (2009-2013) e também membro executivo do Conselho de Administração da SIBS Pagamentos (2011-2013).

Foi também Presidente Não Executiva do Conselho de Administração da Caixatec – Tecnologias de Comunicação, S.A. (CGD) e da Sogrupo – Sistemas de Informação, S.A. (CGD), entre 2013 e 2016.

Entre 2017 e 2022, foi membro não executivo do Conselho de Administração da SIBS, SGPS e da SIBS – Forward Payment Solutions, S.A. Além disso, foi também Presidente do Conselho de Administração da Euronext Lisboa, Interbolsa e Euronext Technologies (2016-2017) e membro do Conselho de Administração da Euronext NV, (2016-2017).

Maria João Carioca é licenciada em Economia pela Universidade Nova de Lisboa e tem um MBA pelo INSEAD, tendo também participado no *Leading Change e Organizational Renewal* (LCOR) da Harvard Business School, em 2012 e no *Driving Strategic Innovation*, no Massachusetts Institute of Technology, em 2018, no *Design Thinking*, na Columbia Business School, em 2019 e no Programa Avançado de Corporate Finance Internacional, no INSEAD, em 2021.

Maria João não ocupava qualquer cargo noutras entidades, por referência a 31 de dezembro de 2023.



Vogal | Georgios Papadimitriou

Georgios Papadimitriou nasceu em Atenas a 2 de outubro de 1972.

É membro executivo do Conselho de Administração da Galp e membro da Comissão Executiva desde 1 de janeiro de 2022, sendo responsável pela área de Energias Renováveis e Novos Negócios (incluindo Cadeia de Valor de Baterias) e Inovação.

Antes de ingressar na Galp, Georgios desempenhou diversas funções na Enel durante 13 anos, nomeadamente como Responsável de Assuntos Regulatórios da Enel Green Power (EGP), Responsável da EGP em França, Responsável de Desenvolvimento de Negócios da EGP na Europa e na América Latina, Responsável da EGP Europa e, mais recentemente, Responsável da EGP na América do Norte.

No início de sua carreira, Georgios colaborou no setor de energia a nível internacional, nomeadamente para a Scottish Power (Escócia), Fortum (Inglaterra), Nuon (Holanda), Gazprom (Grécia) e ContourGlobal (Grécia) em uma variedade de funções desde gestão de risco e gestão comercial de plantas ao desenvolvimento de negócios e comercialização de eletricidade.

Georgios Papadimitriou é licenciado em Economia pelo American College of Greece e detém um Mestrado em Pesquisa Operacional pela University of Strathclyde.

Georgios não ocupava qualquer cargo noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023.



Vogal| Ronald Doesburg

Ronald Doesburg nasceu em Eindhoven, Países Baixos, em 21 de março de 1978. Atualmente é membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Galp, desde 3 de maio de 2023.

Antes de ingressar na Galp, Ronald Doesburg trabalhou na Shell Chemicals entre 2011 e 2023, tendo sido *Site General Manager* de um grande complexo químico em Singapura, entre 2021 e 2023. Antes disso, Ronald trabalhou na Shell Downstream Oil Products entre 2003 e 2011.

Tem um Mestrado em Engenharia Industrial pela Universidade Técnica de Eindhoven e um Mestrado em Economia pela Universidade de Tilburg. Além disso, participou num programa de liderança que preparava os participantes para funções executivas e não executivas no Conselho de Administração Executivo, na Universidade de Nyenrode, denominado "The New Board Program".

Ronald Doesburg não ocupava qualquer cargo noutras entidades, por referência a 31 de dezembro de 2023.



Energy Management da Comissão Executiva, Vogal | Rodrigo Vilanova

Rodrigo Vilanova nasceu no Rio de Janeiro, Brasil, em 19 de outubro de 1980. Atualmente é vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Galp, desde 3 de maio de 2023, e é também Presidente do Conselho de Administração e CEO da Galp Trading.

Antes de ingressar na Galp, trabalhou na BP plc. entre 2016 e maio de 2021, no cargo de *Global Head of Power*, Infrastructure e Greenfield LNG, em Londres (Reino Unido).

Também foi Administrador da Cheniere Energy, Inc., em Houston, Texas (EUA) e Executivo na Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.), além de ter trabalhado no Operador Nacional do Sistema Elétrico Brasileiro (ONS) e na Eletrobrás, no Rio de Janeiro (Brasil).

Rodrigo Vilanova é licenciado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é membro do IEEE – Institute of Electrical and Electronics Engineers (Houston). Além disso, tem um Mestrado em Economia pelo Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (IBMEC-RJ), um MBA Executivo pela Jones Graduate School of Business (Universidade de Rice) e participou no Programa de Liderança Executiva na Universidade de Oxford.

Rodrigo Vilanova não ocupava qualquer cargo noutras entidades, por referência a 31 de dezembro de 2023.



Comercial da Comissão Executiva e Vogal | João Diogo Silva

João Diogo Marques da Silva nasceu em Lisboa, em 4 de fevereiro de 1975. Atualmente é Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Galp, desde 3 de maio de 2023. Trabalha na Galp desde 1997, tendo ocupado anteriormente os cargos de Diretor da área B2C da Galp e *Country Chair* na Galp Espanha.

Tem mais de 20 anos de experiência nos negócios de petróleo e gás da Galp, projetos de inovação, funções corporativas, *corporate finance*.

Entre maio de 2014 e outubro de 2017, foi responsável pela área de Corporate Finance da Galp, e entre maio de 2008 e outubro de 2014, ocupou o cargo de CFO na unidade de *Gas & Power*.

É licenciado em Gestão de Empresas pelo ISCTE, tendo também recetivo formação executiva na London Business School (Liderança, Estratégia e Inovação) e na Stanford University Graduate School of Business (Estratégia e Organização).

João Diogo Silva não ocupava qualquer cargo noutras entidades, por referência a 31 de dezembro de 2023.



Vogal | Marta Amorim

Marta Amorim nasceu em Espinho, Portugal, a 29 de abril de 1972. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde outubro de 2016.

É atualmente presidente do Grupo Américo Amorim e membro do Conselho de Administração da Amorim Energia B.V.

Marta Amorim é licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa e possui experiência de vários anos no sector bancário, designadamente no Banco Nacional de Crédito (atualmente denominado Banco Santander Totta, S.A.).

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
No Grupo Américo Amorim	
Portugal	
Amorim Holding II, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Solfim SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Projeto Inverso, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Negócios, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Amofix Investimentos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Dreaming FIX, Lda.	Gerente
Financimgest – Sociedade de Consultoria de Gestão de Créditos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SOTOMAR – Empreendimentos Industriais e Imobiliários, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Gaivina – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Energia, B.V.	Administradora
Power Oil & Gas Investments, B.V.	Administradora
Amorim Aliança, B.V.	Administradora
Oil Investments, B.V.	Administradora
Banco Luso-Brasileiro, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Outras	
A.P.I. – Amorim Participações Internacionais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Paisagem do Alqueva, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
S.S.A. – Sociedade de Serviços Agrícolas, S.A.	Administradora Única
IMOBIS – Empreendimentos Imobiliários Amorim, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Mosteiro de Grijó – Empreendimentos Turísticos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Casa Das Heras – Empreendimentos Turísticos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Grents, Lda	Gerente



Vogal | Jorge Seabra

Jorge Seabra de Freitas nasceu no Porto, Portugal, em 27 de fevereiro de 1960. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012 e membro da Comissão de Auditoria da Galp desde 12 de abril de 2019.

Desde 2011, é administrador da Amorim Holding II e foi presidente do Conselho de Administração da Coelima Indústrias Têxteis, S.A. entre janeiro de 1992 e maio de 2011.

Jorge Seabra é licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto. Frequentou os Programas *International Executive* e *Competitive Strategy*, ambos do INSEAD.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
No Grupo Américo Amorim	
Amorim Energia, B.V.	Administrador
Amorim Holding II, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Solfim SGPS, S.A	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Negócios, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Projeto Inverso, SGPS, S.A	Vogal do Conselho de Administração
Financimgest – Sociedade de Consultoria de Gestão de Créditos, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Sotomar – Empreendimentos Industriais e Imobiliários, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Gestimóvel, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
CS01, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
GESFER, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
TRILOGIA, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Aliança B.V.	Administrador
Power Oil & Gas Investments B.V.	Administrador
Oil Investments B.V.	Administrador
Banco Luso-Brasileiro, S.A.	Conselheiro



Vogal | Francisco Teixeira Rêgo

Francisco Teixeira Rêgo nasceu no Porto, Portugal, em 9 de julho de 1972. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde abril de 2015.

É, desde 2004, administrador da Amorim Energia, B.V., da Amorim Holding II e de outras empresas do grupo Américo Amorim. Entre 2002 e 2004, integrou o Departamento Comercial da SODESA, S.A., empresa de comercialização de energia elétrica. De 1997 a 2002, integrou a ECOCICLO, empresa de engenharia, auditoria e consultoria energéticas.

Francisco Teixeira Rêgo é licenciado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e concluiu Pós-Graduação Avançada em Métodos Quantitativos de Gestão na Escola de Gestão do Porto da Universidade do Porto.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
No Grupo Américo Amorim	
Amorim Holding II – SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Solfim, SGPS, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Amorim Negócios – SGPS, S.A.	Administrador
Projeto Inverso, SGPS, S.A.	Administrador
Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.	Administrador
AMOFIX Investimentos, S.A.	Administrador
Financimgest – Sociedade de Consultoria e Gestão de Créditos, S.A.	Administrador
Gaivina, Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.	Administrador
SOTOMAR – Empreendimentos Industriais e Imobiliários, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Amorim Aliança, B.V.	Administrador
Amorim Energia, B.V.	Administrador
Oil Investments, B.V.	Administrador
Outras	
Vintage Prime – SGPS, S.A.	Administrador
Mercado Prime, SGPS, S.A.	Administrador
Mercado Urbano, Gestão Imobiliária, S.A.	Administrador
Herdade Aldeia de Cima do Mendro – Soc. Comercial, Agrícola e Turística, Lda.	Gerente
Folha da Fonte – Agropecuária, Lda	Gerente
Amorim Negócios II, SGPS, S.A.	Administrador
Luynes – Investimentos, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Época Global, SGPS, S.A.	Administrador
FRGALB – INVESTMENTS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Moreira, Gomes & Costas, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Agência de Viagens Sandinense, Lda.	Gerente



Vogal | Rui Paulo Gonçalves

Rui Paulo Gonçalves nasceu no Porto, Portugal, em 30 de maio de 1967. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde maio de 2008.

É administrador e diretor-geral da Amorim – Investimentos Energéticos, SGPS, S.A. desde dezembro de 2007. É ainda Presidente da Mesa da Assembleia Geral of Amorim Holding II, SGPS, S.A.

Antes de ingressar na Galp, exerceu advocacia no Porto e foi professor convidado do Instituto Português de Administração e *Marketing* no curso de licenciatura e em vários cursos de pós-graduação entre 2004 e 2007. Foi consultor jurídico do grupo Unicer entre 2002 e 2007 e, concomitantemente, diretor-adjunto do gabinete jurídico do mesmo grupo.

Rui Paulo Gonçalves é pós-graduado em Gestão para Licenciados em Direito pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica e licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da mesma universidade.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
No Grupo Américo Amorim	
Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A.	Administrador e Diretor-Geral
Amorim Energia, B.V.	Administrador
Amorim Holding II, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Vogal | Carlos Pinto

Carlos Pinto nasceu a 14 de abril de 1978. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde 12 de abril de 2019.

Exerceu a função de Administrador Executivo na Sonangol, E.P. de 2017 até 8 de maio de 2019. Exerceu a função de Coordenador-Adjunto do Grupo de Trabalho para a Revisão de Legislação Petrolífera em Angola, em 2017. Exerceu a função de Consultor Jurídico na Total Angola, de 2004 a 2014, tendo desempenhado diferentes cargos e missões na Total S.A. em França em 2012 e em 2009 na Total E&P USA. É Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto desde 2009.

É membro da AIPN, Associação de Negociadores de Petróleo, desde 2013.

Carlos Pinto é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e mestre em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Concluiu ainda com sucesso um Programa Avançado de Gestão em Harvard.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto	Professor Auxiliar
P&P Sociedade de Advogados, R.L.	Sócio



Vogal | Diogo Mendonça Tavares

Diogo Tavares nasceu no Montijo, Portugal, em 31 de outubro de 1945. Foi membro não executivo do Conselho de Administração da Galp entre 2006 e 2008. É membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde abril de 2012. É também membro da Comissão de Sustentabilidade da Galp desde 12 de abril de 2019.

Antes de ingressar na Galp, foi assessor do Presidente da Amorim Holding II, SGPS, S.A. entre 2006 e 2011, e administrador da mesma sociedade entre 2011 e 2013, bem como administrador não executivo na Galp Energia, S.A. entre 2006 e 2008. Foi presidente da UNIRISCO, a primeira capital de risco em Portugal e, entre outros cargos, foi vice-presidente do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, vice-presidente do Instituto de Turismo de Portugal, administrador do IFADAP, presidente da IPE-CAPITAL, vice-presidente do ICEP e presidente da Urbimeta, S.A. Sociedade Imobiliária.

Diogo Tavares é licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e graduado pelo Programa de Alta Direção de Empresa (IAESE/Harvard Business School).

Diogo Tavares não ocupava qualquer cargo noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023.



Director | Cristina Fonseca

Cristina Fonseca é membro não executivo independente do Conselho de Administração da Galp e membro da Comissão de Sustentabilidade da Galp desde 12 de abril de 2019.

Iniciou o seu percurso profissional como empresária, tendo sido cofundadora da Talkdesk em 2011, a primeira solução *cloud call center* que captou $500M de investimento de investidores internacionais de topo.

A Cristina é atualmente investidora e membro da administração de várias empresas como parte da equipa fundadora da Indico Capital Partners, a empresa líder em capital de risco, focada na tecnologia e sustentabilidade, sediada em Portugal. A Indico Capital Partners concentra-se em empresas relacionadas com a tecnologia e os oceanos, direcionando os investimentos de Pré-*Seed* para o nível da Série B. Fundada em 2017, a equipa da Indico Capital Partners foi anteriormente responsável pela maioria das histórias de sucesso da tecnologia global portuguesa, incluindo 6 unicórnios, como investidores e empresários.

Em 2018, Cristina foi cofundadora da Cleverly.ai, uma empresa de automação de Inteligência Artificial, que foi adquirida em 2022 pela Zendesk, Inc, líder mundial em software de serviço ao cliente. Como Vice-Presidente de Produto, Cristina é atualmente responsável pela sua estratégia de Inteligência Artificial.

Designada como Jovem Líder Global pelo Fórum Económico Mundial em 2021, é licenciada em Engenharia Informática e Telecomunicações pelo Instituto Superior Técnico (Lisboa). Cristina é também membro da Singularity University Portugal e membro do Conselho Geral da Universidade de Lisboa.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
Indico Capital Partners	*General Partner*
Zendesk, Inc	Vice Presidente, Produto; Diretora de Inteligência Artificial
Singularity University Portugal	Membro
Universidade de Lisboa	Membro do Conselho Geral



Vogal | Javier Cavada Camino

Javier Cavada Camino nasceu em Espanha, em 10 de novembro de 1975.

É membro não executivo independente do Conselho de Administração da Galp desde 17 de dezembro de 2021.

É Presidente e CEO da Mitsubishi Power na Europa, Médio Oriente e África, Presidente do Conselho de Administração da Gazelle Wind Power, Presidente do Conselho da JC Navalips e membro do Conselho de Administração da Highview Power's Cryogenic Energy e da britânica Bagnall Energy.

Javier Cavada Camino é licenciado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Cantabria em 1998, possui um MBA em Gestão Empresarial pelo Instituto de la Calidad em 2005, um Mestrado científico em Engenharia Industrial pela Universidade de Cantabria em 2010 e um Mestrado científico em Gestão Internacional pela Universidade de Liverpool, no mesmo ano. É doutorado em Engenharia Industrial pela Universidade de Cantabria desde 2012.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
Mitsubishi Power Europe, Mitsubishi Power Middle East e Mitsubishi Power Africa	Presidente e CEO
Gazelle Wind Power	Presidente do Conselho de Administração
JC Navalips	Presidente do Conselho de Administração
Highview Power	Vogal do Conselho de Administração
Bagnall Energy	Vogal do Conselho de Administração



Vogal | Cláudia Almeida e Silva

Cláudia Almeida e Silva nasceu em 24 de setembro de 1973.

Cláudia Almeida e Silva é membro não executivo independente do Conselho de Administração da Galp desde 29 de abril de 2022.

Antes de se juntar à Galp, Cláudia desempenhou durante 9 anos várias funções no Grupo FNAC DARTY, designadamente direção de loja e direção comercial, assumindo em 2008 como CEO a direção da operação da FNAC em Portugal. Como membro da Comissão Executiva do grupo, assumiu a responsabilidade de Coordenação da FNAC Espanha e, posteriormente, da FNAC Brasil.

Anteriormente, Cláudia desempenhou igualmente funções no setor do retalho, designadamente para a Conforama Portugal (Grupo PPR-Pinault Printemps Redoute), onde assumiu as funções de Diretora de Marketing e Diretora Comercial. Desempenhou ainda funções na área de consultoria, tanto na PwC Consulting, como na Coopers&Lybrand e na PricewaterhouseCoopers, com particular incidência nas áreas de Corporate Finance, ECR e CRM, bem como no setor de marketing e publicidade.

Cláudia é licenciada em Administração de Empresas pela Católica Lisbon School of Business and Economics e tem uma Pós-Gradução em Consultoria de Gestão Geral pelo INDEG/ISCTE. Cláudia frequentou o UNext no INSEAD/PPR University, o Uknow Finance na PPR University, o Programa Executivo Managing for Value no IMD International Institute for Management, o PADE – Programa de Alta Direção de Empresas na AESE/IESE, Programa de Liderança Executiva na THINK School of Creative Leadership e o Advanced Management Program da Kellogg School of Management e Católica Lisbon School of Business and Economics.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
Singularity Capital	Diretora-Geral
Praça Hub	Fundadora e CEO
Start Up Lisbon	Mentora
Católica Lisbon School of Business and Economics	*Executive in Residence*
Grupo Carrefour	Membro independente do Conselho de Administração e membro da Comissão de Auditoria e da Comissão de SER
Carrefour Brasil – Atacadão SA	Membro independente do Conselho de Administração e membro da Comissão de Auditoria
Grupo Adeo – Leroy Merlin Portugal	Conselheira do *Conseil de Surveillance Committee*
Fundação Carrefour	Membro do Conselho de Administração



Vogal | Ana Zambelli

Ana Zambelli nasceu em São Paulo, Brasil, em 25 de novembro de 1972. Atualmente é membro não executivo independente do Conselho de Administração da Galp, desde 1 de junho de 2023 (eleita em 3 de maio de 2023).

Com vasta experiência na área da energia, atualmente é membro dos Conselhos de Administração da Seadrill e BW Energy, bem como Vice-Presidente *pro bono* do Conselho de Administração do Museu do Amanhã. Foi também membro do Conselho de Administração da Petrobras, Braskem, Unidas, BRK Ambiental, Aldo Solar, VIX Logística e Alcoa América Latina.

Além disso, foi também Diretora-Geral da Brookfield Private Equity, entre 2020 e 2023. Anteriormente, foi também CCO da Maersk Drilling, na Dinamarca, entre 2015 e 2017, Diretora-Geral da Transocean, tanto na América do Sul como nos EUA, entre 2012 e 2015, e também trabalhou entre 1996 e 2011 na Schlumberger, em várias jurisdições, inclusive como Presidente no Brasil.

Ana Zambelli é licenciada em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Brasil, e tem um Mestrado em Engenharia Petrolífera pela Heriot-Watt University, no Reino Unido. Além disso, fez uma pós-graduação em Gestão e Inovação no MIT, nos EUA, e, mais recentemente, em *Digital Business* na Columbia University, também nos EUA.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 3 de maio de 2023:

Entidade	Cargo
Seadrill	Membro do Conselho de Administração
BW Energy	Membro do Conselho de Administração
Museu do Amanhã	Vice-Presidente do Conselho de Administração (pro bono)



Vogal| Fedra Ribeiro

Fedra Ribeiro nasceu em São João do Marrere, Nampula, Moçambique, em 12 de junho de 1972. Atualmente é membro não executivo independente do Conselho de Administração da Galp, desde 3 de maio de 2023.

Foi CEO da Mobilize – Beyond Automotive, do Grupo Renault, desde dezembro de 2022, e foi COO da mesma empresa, entre novembro de 2021 e janeiro de 2023. Foi também CEO da Karhoo, entre fevereiro e dezembro de 2022. Antes disso, ocupou cargos na SPX, Raytheon e Volkswagen.

Fedra Ribeiro é licenciada em Gestão de Empresas, Assuntos Internacionais e tem um Mestrado (MSc) em Finanças Internacionais pela Universidade Moderna de Lisboa, tendo frequentado a pós-graduação em Educação de Adultos da Universidade Nova de Lisboa. Também participou no Programa Avançado de Coaching de Liderança no Sigmund Freud Institute – Frankfurt, no programa de Gestão e Liderança Organizacional na Indiana University Bloomington, de Liderança Organizacional na ESMT Berlin e de Ecossistemas Digitais no INSEAD.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
Northwestern Capital Mobility	Conselheira

Conselho Fiscal



Presidente | José Pereira Alves

José Pereira Alves nasceu a 29 de setembro de 1960. É Presidente do Conselho Fiscal da Galp desde 12 de abril de 2019.

É Presidente do Conselho Fiscal da Sierra IG, SGOIC, S.A. desde maio de 2023, Presidente do Conselho Fiscal da The Fladgate Partnership, S.A. desde outubro de 2018, Presidente do Conselho Fiscal da NOS, SGPS, S.A. desde maio de 2019 e Presidente do Conselho Fiscal e administrador não executivo da Corticeira Amorim, SGPS, S.A. desde abril de 2021.

Ao longo da sua carreira como auditor e consultor, esteve envolvido em projetos da empresa em diversas áreas, nomeadamente como técnico responsável pela realização de trabalhos de auditoria na Texaco (Angola), Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC) e Electra (Cabo Verde), todos no setor de energia. Permaneceu na PwC por 32 anos, deixando-a em 30 de junho de 2016. Exerceu o cargo de Territory Senior Partner (Presidente) de 1 de julho de 2011 a 30 de junho de 2015. Na PwC foi responsável por mais de 22 anos pela coordenação de auditoria e revisão legal de contas de diversos grupos, nomeadamente Amorim, RAR, Salvador Caetano, Nors, Ibersol, TAP, CTT, Semapa e Jerónimo Martins, entre outros.

É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (FEP) e Revisor Oficial de Contas desde 1990.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
Fundação Galp	Presidente do Conselho Fiscal
Sierra IG, SGOIC, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
The Fladgate Partnership, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
NOS, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal
Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal e Administrador Não Executivo



Vogal | Maria de Fátima Geada

Maria de Fátima Castanheira Cortês Damásio Geada nasceu a 2 de novembro de 1960. É vogal do Conselho Fiscal da Galp desde 12 de abril de 2019.

Exerce também o cargo de Presidente da Direção do Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI), membro do Conselho Fiscal de diversas empresas do Grupo TAP Air Portugal e é membro do Global Council do IIA.

Assumiu o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Cateringpor, entre 1997 e 2020, de vogal do Conselho Fiscal da PGA – Portugália Airlines (até 2018) e de membro do Conselho Fiscal da LF Portugal (até 2018). Ocupou também o cargo de membro da Assembleia de Representantes da Ordem dos Economistas. Foi também Diretora do Gabinete de Auditoria Interna da TAP Portugal até abril de 2021. Desde 2014, é membro do Conselho Estratégico do ISCAC – Coimbra Business School. Entre 1993 e 1996, desempenhou funções enquanto Diretora-Geral Adjunta da Direção Geral de Manutenção e Engenharia da TAP Air Portugal e, entre 1994 e 2003, Administradora de uma Empresa de Cuidados Integrados de Saúde. É Professora Universitária, tendo assumido ao longo da sua carreira, de mais de trinta anos de docente, os cargos de Diretora do Curso de Gestão, do Curso de Contabilidade e Auditoria e de Presidente do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico em diversas instituições. Desempenha também a função de Coordenadora/Regente da Unidade Curricular de Gestão Financeira e Coordenadora da Pós-Graduação de Auditoria, Risco e Ciber-segurança do IDEFE e Diretora do MBA Lisboa Atlântico – UAL e é atualmente conferencista em diversas escolas de negócios.

É licenciada em Economia pelo ISEG, com Mestrado em Métodos Quantitativos aplicados à Economia e Gestão de Empresas e Doutoramento em Economia – "Keynesianos versus Monetaristas" pela Universidade Técnica Lisboa. Pós-Graduação em Auditoria.

Possui certificação pelo IIA – EUA CRMA em *Certified Risk Management Assurance*.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
Fundação Galp	Vogal do Conselho Fiscal
Instituto Português de Auditoria Interna (IPAI)	Presidente da Direção
TAP, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
Ordem dos Economistas	Vice-Presidente do Conselho Fiscal
ISCAC	Membro do Conselho Estratégico



Vogal | Pedro Antunes de Almeida

Pedro Antunes nasceu em Lisboa, Portugal, em 31 de dezembro de 1949. É vogal efetivo do Conselho Fiscal da Galp desde novembro de 2012.

Foi consultor para os assuntos económicos e empresariais do Presidente da República de Portugal, de 2006 a 2015.

Consultor independente de empresas no setor do turismo, foi Presidente do Conselho de Administração do ICEP, Presidente da Comissão Executiva da ENATUR – Pousadas de Portugal, Secretário de Estado do Turismo (XV Governo) e embaixador de Portugal junto da Organização Mundial de Turismo. Entre 2011 e 2012, foi secretário da Mesa da Assembleia Geral da Galp.

Pedro Antunes de Almeida é licenciado em Economia e Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa, com pós-graduação em Estudos Económicos Europeus, pela Universidade Católica Portuguesa, e tem o curso de Relações Públicas, Marketing e Publicidade, pela Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, e o curso de Auditores da Defesa Nacional, pelo Instituto de Defesa Nacional.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
Fundação Galp	Vogal do Conselho Fiscal
Fidelidade Seguros	Vogal do Conselho Fiscal



Suplente | Jorge Costa

Jorge Costa nasceu em Lisboa, em 25 de fevereiro de 1959. Atualmente e Vogal Suplente do Conselho Fiscal, desde 3 de maio de 2023.

Anteriormente, trabalhou na Coopers & Lybrand, tendo começado em 1982 como assistente de auditoria, e chegou ao cargo de sócio em 1 de janeiro de 1996, tendo sido posteriormente *partner* na PricewaterhouseCoopers até 30 de junho de 2021.

Foi também orador em eventos promovidos pela PwC e num dos Congressos da Ordem dos Revisores Oficial de Contas.

Jorge Costa é licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, sendo Revisor Oficial de Contas desde 1993.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
Brisa Autoestradas de Portugal, SA	Vogal do Conselho Fiscal
Jerónimo Martins Retalho, SA	Vogal suplente do Conselho Fiscal
Controlauto, SA	Vogal suplente do Conselho Fiscal
Controlauto – Controlo Técnico Automóvel, SA	Vogal suplente do Conselho Fiscal

Comissão de Remunerações

Presidente | Amorim Energia B.V.

A Amorim Energia B.V., registada na *Netherlands Chamber of Commerce* sob o número CCI 33256360, é titular de 276.472.161 ações emitidas pela Galp Energia, SGPS, S.A., correspondentes a 35,76% do seu capital social e está sediada nos Países Baixos.

Vogal | Jorge Armindo Carvalho Teixeira

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira é membro do Conselho de Administração (CEO) da Amorim Turismo, SGSP, S.A. e suas associadas.

Iniciou a sua carreira profissional em 1976 como assistente da Faculdade de Economia do Porto, lecionando Gestão de Empresas e Gestão Financeira Internacional até 1992. Em 1982, ingressou no agora designado Grupo Amorim, como diretor financeiro, tendo em 1987 sido nomeado vice-presidente do grupo, cargo que exerceu até 2000. Em 1997, a convite do Governo, foi nomeado presidente da Portucel – Empresa de Celulose e Papel de Portugal, SGPS, S.A., tendo assumido também a presidência de todas as empresas participadas pela Portucel, SGPS, S.A. até à sua privatização.

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira é licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Jorge Armindo de Carvalho Teixeira detém 11.054 ações emitidas pela Galp Energia, SGPS, S.A. e não detém quaisquer obrigações emitidas pela Galp Energia, SGPS, S.A..

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
Amorim Turismo, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (CEO)
Amorim – Entertainment e Gaming Internacional, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração (CEO)
SFP – Sociedade Figueira Praia, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
SFP Online	Vogal do Conselho de Administração
Estoril Sol, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Fundição do Alto da Lixa, S.A.	Presidente do Conselho de Administração (PCA)
Caetano Coatings, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Caetano Coatings Internacional, S.A.	Presidente do Conselho de Administração (PCA)
Iberpartners – Gestão e Reestruturação de Empresas, S.A.	Presidente do Conselho de Administração (PCA)
Iberpartners Cafés, SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração (PCA)
Newcoffee – Indústria Torrefatora de Cafés, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Fozpatrimónio, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
APC – Associação Portuguesa de Casinos	Vice-Presidente
CTP – Confederação do Turismo Português	Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Vogal | Joaquim Alberto Hierro Lopes

Joaquim Alberto Hierro Lopes é sócio e managing partner da sociedade GED Partners e, concomitantemente, membro do Conselho de Administração das Sociedades Gestoras dos Fundos GED V España, GED VI, GED Eastern Fund II, GED Sur, GED Conexo Ventures (CEO), GED Tech Seed e do Conselho de Administração de várias empresas participadas pelos Fundos GED. É Presidente do Conselho de Direção do ISAG – Instituto Superior de Administração e Gestão.

Antes de ingressar na Galp, foi administrador executivo da Norpedip/PME Capital – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco (atual Portugal Ventures), presidente e membro do Conselho de Administração de várias empresas, designadamente FiberSensing, Altitude Software, Payshop, Cabelte, Bluepharma, TV Tel Grande Porto, Fibroplac, tendo participado no lançamento e administração de diversos fundos de investimento.

Entre 2007 e 2014, foi membro do Conselho Fiscal da Corticeira Amorim SGPS, S.A.

Entre 1990 e 2010 foi professor de Matemática Financeira e Contabilidade de Gestão no ISAG – Instituto Superior de Administração e Gestão.

Joaquim Alberto Hierro Lopes completou o bacharelato em Contabilidade e Administração no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, licenciou-se em Matemáticas pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e é graduado com MBA pela Porto Business School. É mestre em Gestão de Empresas pela Universidade do Porto.

Joaquim Alberto Hierro Lopes detém 10 ações emitidas pela Galp Energia, SGPS, S.A. e não detém quaisquer obrigações emitidas pela Galp Energia, SGPS, S.A.

Cargos exercidos noutras entidades com referência a 31 de dezembro de 2023:

Entidade	Cargo
GED Partners, SL	Vogal do Conselho de Administração
Capital Promoción Empresarial del Sur, S.A..	Vogal do Conselho de Administração
GED Capital Development, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
GED Iberian Private Equity, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
GED Ventures Portugal, SCR, S.A.	Presidente da Comissão Executiva
Fundo GED Tech Seed, FCR	*Managing Partner*
Fundo GED Conexo Ventures	*Managing Partner*
Fundo GED Sur	*Managing Partner*
Fundo GED Eastern Fund II	Vogal da Comissão de Investimento
Fundo GED V Espanha	Vogal da Comissão de Investimentos
Fundo GED VI Espanha	Vogal da Comissão de Investimentos
Serlima Services, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
ISAG – European Business School	Presidente do Conselho Diretivo
Fundação Consuelo Vieira da Costa	Presidente do Conselho Fiscal

DELIVERING ENERGY FOR LIFE



PARTE IV

Demonstrações Financeiras
Consolidadas e Individuais

galp

Demonstração Consolidada da Posição Financeira

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhões de Euros - € m)

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo não corrente:			
Ativos tangíveis	5	6.029	5.700
Ativos intangíveis	6	659	672
Goodwill	8	44	70
Direitos de uso de ativos	7	1.630	1.116
Participações em associadas e empreendimentos conjuntos	9	255	417
Ativos por impostos diferidos	16	615	559
Outras contas a receber	11	305	263
Outros ativos financeiros	12	351	256
Total de ativos não correntes:		**9.888**	**9.055**
Ativo corrente:			
Inventários	10	1.447	1.361
Outros ativos financeiros	12	207	339
Clientes	11	1.395	1.464
Outras contas a receber	11	931	942
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	16	0	3
Caixa e seus equivalentes	13	2.200	2.432
Ativos não correntes detidos para venda	2,2	537	500
Total dos ativos correntes:		**6.716**	**7.041**
Total do ativo:		**16.606**	**16.096**

Capital Próprio e Passivo	Notas	2023	2022
Capital próprio:			
Capital social e prémios de emissão	22	773	897
Ações próprias	22	0	0
Reservas	22	1.449	1.562
Resultados transitados		2.187	1.701
Total do capital próprio atribuível aos acionistas:		**4.409**	**4.161**
Interesses que não controlam	23	920	956
Total do capital próprio:		**5.329**	**5.117**
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Dívida financeira	14	3.026	3.187
Responsabilidades por locações	7	1.543	1.095
Outras contas a pagar	15	95	99
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	17	225	252
Passivos por impostos diferidos	16	476	555
Outros instrumentos financeiros	19	99	48
Provisões	18	1.437	1.430
Total do passivo não corrente:		**6.900**	**6.666**
Passivo corrente:			
Dívida financeira	14	575	800
Responsabilidades por locações	7	267	182
Fornecedores	15	1.268	1.005
Outras contas a pagar	15	1.758	1.505
Outros instrumentos financeiros	19	100	373
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	16	311	361
Passivos diretamente associados a ativos não correntes detidos para venda	2,2	97	87
Total do passivo corrente:		**4.376**	**4.314**
Total do passivo:		**11.276**	**10.979**
Total do capital próprio e do passivo:		**16.606**	**16.096**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira e devem ser lidas em conjunto.

Demonstração Consolidada dos Resultados e Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração Consolidada dos Resultados e Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro 2022

(Montantes expressos em milhões de Euros - € m)

	Notas	2023	2022
Vendas	24	20.455	26.485
Prestação de serviços	24	314	355
Outros proveitos operacionais	24	441	321
Proveitos financeiros	27	134	877
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	9;24	49	152
Total de proveitos e ganhos:		**21.394**	**28.189**
Custo das vendas	25	(14.580)	(20.920)
Fornecimentos e serviços externos	25	(2.224)	(1.888)
Custos com o pessoal	26	(450)	(370)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	25	(987)	(1.380)
Provisões e imparidades de outras contas a receber	25	(162)	(133)
Outros custos operacionais	25	(189)	(88)
Custos financeiros	27	(215)	(164)
Total de custos e perdas:		**(18.807)**	**(24.943)**
Resultado antes de impostos e outras contribuições:		**2.585**	**3.246**
Impostos e PE	16	(997)	(1.434)
Contribuição extraordinária sobre o setor o energético	16	(44)	(34)
Taxa sobre lucros extraordinários	16	(95)	(53)
Resultado líquido consolidado do exercício		**1.451**	**1.726**
Resultado líquido atribuível a:			
Acionistas da Galp Energia SGPS, S.A.		**1.242**	**1.475**
Interesses que não controlam	**23**	**209**	**251**
Resultado básico por ação (valor em Euros)		**1,56**	**1,81**
Resultado diluído por ação (valor em Euros)		**1,56**	**1,81**

Resultado líquido consolidado do exercício		**1.451**	**1.726**
Itens que no futuro não serão reciclados para o resultado do exercício:			
Remensurações	17	13	(30)
Imposto relacionado com remensurações	17	0	0
Itens que no futuro poderão ser reciclados para o resultado do exercício:			
Diferenças de conversão cambial		(187)	299
Reservas de cobertura	19	53	(13)
Imposto relacionado com os itens acima	16	(19)	3
Subtotal do rendimento integral do exercício		**(141)**	**258**
Total do rendimento integral do exercício, atribuível a:		**1.310**	**1.983**
Acionistas da Galp Energia SGPS, S.A.		**1.147**	**1.680**
Interesses que não controlam		**163**	**304**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados e da Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

Galp Energia, SGPS, S.A

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhões de Euros - € m)

	Notas	Capital social e Prémios de emissão		Reservas							
		Capital Social	Prémios de Emissão	Ações próprias	RCC (*)	Reservas de cobertura	Outras reservas	Resultados transitados	Subtotal	IQNC (**)	Total
Em 1 de janeiro de 2022		**829**	**82**	**0**	**(232)**	**24**	**1.535**	**813**	**3.052**	**918**	**3.970**
Resultado líquido consolidado do exercício		0	0	0	0	0	0	1.475	1.475	251	1.726
Outros ganhos e perdas reconhecidos no capital próprio		0	0	0	245	(10)	0	(31)	205	53	258
Rendimento integral do exercício		**0**	**0**	**0**	**245**	**(10)**	**0**	**1.444**	**1.680**	**304**	**1.983**
Distribuição de dividendos		0	0	0	0	0	0	(420)	(420)	(266)	(686)
Recompra de ações		0	0	(150)	0	0	0	0	(150)	0	(150)
Cancelamento de ações		(14)	0	150	0	0	0	(136)	(0)	0	(0)
Aumento/redução em reservas de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rendimento cumulativo em 31 de dezembro de 2022 - RCC com Ativos não correntes detidos para venda		**0**	**0**	**0**	**160**	**0**	**0**	**0**	**160**	**0**	**160**
Perdas cumulativas em 31 de dezembro de 2022 - Outros RCCs		**0**	**0**	**0**	**(147)**	**0**	**0**	**0**	**(147)**	**0**	**(147)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**815**	**82**	**0**	**13**	**14**	**1.535**	**1.701**	**4.161**	**956**	**5.117**
Saldo em 1 de janeiro de 2023		**815**	**82**	**0**	**13**	**14**	**1.535**	**1.701**	**4.161**	**956**	**5.117**
Resultado líquido consolidado do exercício		0	0	0	0	0	0	1.242	1.242	209	1.451
Outros ganhos e perdas reconhecidos no capital próprio		0	0	0	(141)	34	0	13	(95)	(46)	(141)
Rendimento integral do exercício		**0**	**0**	**0**	**(141)**	**34**	**0**	**1.255**	**1.147**	**163**	**1.310**
Distribuição de dividendos	22, 23	0	0	0	0	0	0	(422)	(422)	(197)	(619)
Recompra de ações		0	0	(500)	0	0	0	0	(500)	0	(500)
Cancelamento de ações		(42)	0	500	0	0	0	(458)	0	0	0
Diminuição em reservas de capital		0	(82)	0	0	0	(31)	111	(2)	(2)	(4)
Incentivos a longo prazo		0	0	0	0	0	25	0	25	0	25
Rendimento cumulativo em 31 de dezembro de 2023 - RCC com Ativos não correntes detidos para venda		**0**	**0**	**0**	**142**	**0**	**0**	**0**	**142**	**0**	**142**
Perdas cumulativas em 31 de dezembro de 2023 - Outros RCCs		**0**	**0**	**0**	**(270)**	**0**	**0**	**0**	**(270)**	**0**	**(270)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**773**	**0**	**0**	**(128)**	**48**	**1.529**	**2.187**	**4.409**	**920**	**5.329**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio e devem ser lidas em conjunto.
(*) Reservas de conversão cambial
(**) Interesses que não controlam

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro 2022

(Montantes expressos em milhões de Euros– € m)

	Notas	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Resultados antes de impostos do período		**2.586**	**3.246**
Ajustamentos por:			
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	25	987	1.380
Provisões		105	124
Ajustamentos ao valor realizável líquido de inventários	25	(36)	70
Mark-to-market de derivados	27	22	(806)
Outros custos/proveitos financeiros	24, 25	59	93
Underlifting e/ou *Overlifting*	24, 25	(24)	(55)
Ganhos/(perdas) em empreendimentos conjuntos e associadas	9	(49)	(152)
Outros		123	(13)
Aumento/redução em ativos e passivos:			
(Aumento)/redução em inventários		(50)	(473)
(Aumento)/redução em contas a receber correntes		68	(221)
(Redução)/aumento em contas a pagar correntes		264	225
(Aumento)/redução em outras contas receber, líquido		(103)	714
Resultados relativos a participações em associadas e empreendimentos conjuntos	9	31	26
Impostos pagos	16	(1.355)	(1.087)
Fluxos das atividades operacionais		**2.628**	**3.071**
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis		(1.056)	(1.078)
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, líquido		0	(48)
Outras saídas de caixa de investimentos		(38)	(140)
Outras entradas de caixa de investimentos	15	77	0
Fluxos de atividades de investimento		**(1.017)**	**(1.266)**
Empréstimo obtidos	14	1.904	4.297
Empréstimos reembolsados	14	(2.409)	(4.483)
Juros reembolsados		(57)	(39)
Locações reembolsadas	7	(157)	(132)
Juros de locações	7	(102)	(85)
Alterações em interesses não controlados		0	0
Dividendos pagos aos acionistas da Galp	22	(422)	(420)
Dividendos pagos a interesses que não controlam	22, 23	(169)	(245)
Aquisição de ações próprias	22	(500)	(150)
Fluxos de atividades de financiamento		**(1.912)**	**(1.257)**
(Redução)/aumento em caixa e seus equivalentes		(302)	547
Diferenças de conversão de moeda em caixa e seus equivalentes		(48)	62
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13	2.421	1.812
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**13**	**2.071**	**2.421**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023

A Galp Energia SGPS, S.A. (a Empresa) é a empresa mãe do Grupo Galp.

Em 2 de janeiro 2024 A Empresa mudou a sua sede para a Avenida da Índia, em Lisboa, Portugal.

As ações da Galp encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

O Grupo desenvolve as suas atividades no setor da energia, nomeadamente eletricidade de fontes renováveis, exploração, produção e comercialização de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), refinação e distribuição de lubrificantes, gás, gasolina, gasóleo, *fuel oil*, combustível para aviação, asfalto e outros, e aquisição e distribuição grossista de gás natural.

1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia SGPS, S.A. e das suas subsidiárias (coletivamente referidas no presente documento como Galp ou Grupo Galp) foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e sujeitas a endosso pela União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Galp foram preparadas tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, e ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

As políticas contabilísticas descritas abaixo foram aplicadas de forma consistente na preparação das demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios apresentados, exceto para a adoção a 1 de janeiro de 2023 das alterações à IFRS 17 Contratos de seguro (IFRS 17) e IAS 12 Impostos sobre o rendimento (IAS 12). A transição dos pronunciamentos contabilísticos, listados abaixo, não têm impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas da Galp (Nota 3).

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euros e todos os valores são arredondados para o milhão de Euros mais próximo, salvo indicação em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

2. Informações materiais sobre as Políticas contabilísticas, julgamentos, estimativas e alterações

2.1 Informações materiais sobre as Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas materiais da Galp são divulgadas nas respetivas notas das demonstrações financeiras consolidadas.

Aplicação da materialidade

As demonstrações financeiras consolidadas são o resultado da agregação de um grande número de transações por natureza. Quando agregadas, as transações são apresentadas em classes de itens semelhantes. Se um item não for individualmente material, será agregado a outros itens de natureza semelhante nas demonstrações financeiras consolidadas ou nas notas explicativas. A Administração inclui as divulgações específicas exigidas pelas IFRS, a menos que as informações sejam consideradas irrelevantes para a tomada de decisão económica dos utilizadores das presentes demonstrações financeiras ou caso as mesmas não sejam aplicáveis.

Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa-mãe Galp Energia, SGPS, S.A. e entidades sob o seu controlo. O controlo existe quando a Galp detém poder efetivo sobre uma entidade e está exposta a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade. Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos, proveitos e custos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração consolidada dos resultados, desde a data da sua aquisição ou data de exercício do controlo até à data da sua venda. Os interesses que não controlam representam a percentagem de capital das subsidiárias que não é atribuível, direta ou indiretamente, aos acionistas da Galp.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de entidades do Grupo Galp são mensurados usando a moeda do ambiente económico principal em que a subsidiária opera (moeda funcional). A moeda de apresentação do Grupo é o Euro, que é a moeda funcional da empresa-mãe.

Conversão de transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos, no caso dos ativos e passivos monetários, são registadas na demonstração dos resultados.

Conversão de empresas do Grupo

Na consolidação, os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das demonstrações financeiras e os custos, proveitos, outro rendimento integral e os fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada em outro rendimento integral na rubrica reservas de conversão cambial.

As seguintes variações cambiais são reconhecidas em outro rendimento integral: (i) A conversão da demonstração do rendimento integral das subsidiárias estrangeiras é efetuada tendo em conta a média histórica das taxas de câmbio do final do exercício; (ii) Empréstimos concedidos por acionistas a subsidiárias em moedas distintas da moeda funcional da entidade-mãe que não possuam prazo de pagamento estipulado são tratados como extensão líquida ao investimento nestas subsidiárias estrangeiras. Nesta conformidade, as variações cambiais resultantes desses empréstimos que não foram eliminadas na consolidação são reclassificadas do resultado para o capital próprio atribuível aos acionistas, para a rubrica de reservas de conversão cambial.

Principais estimativas e julgamentos

Inerente à aplicação das políticas contabilísticas utilizadas na preparação das presentes demonstrações financeiras encontra-se a necessidade da Administração efetuar julgamentos, estimativas e pressupostos, que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a divulgação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas e pressupostos considerados.

Os julgamentos e as estimativas contabilísticas que possam ter um impacto material nos resultados do Grupo são descritos no anexo às demonstrações financeiras, juntamente com as políticas contabilísticas materiais correspondentes. As áreas que requerem um maior nível de julgamento e estimativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são: (i) Contabilização de participações em acordos conjuntos e associadas (Nota 9); (ii) Contabilização das atividades de petróleo e gás natural, incluindo a estimativa de reservas de petróleo e gás e preços futuros sobre commodities (Nota 5); (iii) Recuperabilidade do valor contabilístico dos ativos (Notas 5, 6, 8 e 9); (iv) Provisões e contingências (Nota 18); (v) Pensões e outros benefícios pós-emprego (Nota 17); (vi) Imposto sobre o rendimento (Nota 16); (vii) Locações (Nota 7); (viii) Mensuração de derivados financeiros, incluindo instrumentos financeiros ao justo valor (Nota 19 e 20). Quando uma estimativa apresenta um risco significativo de resultar em ajustes relevantes nos valores contabilísticos de ativos e passivos em exercícios financeiros seguintes, é especificamente mencionado na respetiva nota.

Transição Energética

A transição energética refere-se à mudança gradual de uma produção e consumo energético baseados em combustíveis fósseis para fontes de energia renovável como a energia eólica, solar e hidroelétrica, assim como baterias de iões de lítio, hidrogénio e biocombustíveis.

Embora seja expectável que o consumo de energia continue a aumentar, a maior incidência de fontes de energia renováveis na cadeia de fornecimento energético, o aumento da eletrificação nos transportes, na manufatura e nos edifícios, e as subsequentes necessidades de melhoria no armazenamento de energia, de novas soluções de mobilidade e de tecnologias de eficiência energética são os principais impulsionadores e desafios da transição energética.

A Galp pretende desempenhar um papel importante na transição energética, adaptando a sua carteira de negócios para acompanhar a mudança de paradigma nas fontes de energia, aproveitando ao máximo as sinergias com os negócios e redes de distribuição existentes. O Grupo já deu nos últimos anos passos significativos para diversificar a sua base de ativos, simultaneamente trabalhando para uma melhoria da eficiência operacional da energia e eletrificação, com vista a mitigar a pegada de carbono nas áreas de negócio relacionadas com os combustíveis fósseis, mantendo-se empenhado rumo à sua continua jornada da sustentabilidade, uma vez que a integração de energias de baixo carbono e o aumento da geração de energia renovável serão fundamentais para preparar a Galp para enfrentar opções futuras e continuar a descarbonizar o seu portefólio, mantendo um alinhamento com a sociedade e os objetivos da UE.

Consulte as secções 2.1 a 2.3 do capítulo 2, no relatório integrado de gestão (Livro I) para mais detalhes sobre o quadro estratégico relacionado com a transição energética.

Esta nota descreve como a Galp considerou os impactos relacionados com o clima em algumas áreas-chave das demonstrações financeiras e como isso se traduz na avaliação de ativos e mensuração de passivos à medida que a Galp avança na transição energética.

A secção "Informações materiais sobre as políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas" acima fornece a referência específica às notas onde as incertezas relevantes, incluindo aquelas que têm o potencial de ter um efeito material no balanço patrimonial consolidado nos próximos 12 meses, são descritas.

Esta nota descreve as principais áreas de impactos climáticos que potencialmente têm efeitos de curto e longo prazo sobre os valores reconhecidos no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023. Quando relevante, esta nota contém referências a outras notas às demonstrações financeiras consolidadas e objetivos para fornecer um resumo abrangente.

Planeamento financeiro e pressupostos

As ambições de descarbonização do Grupo (ver acima) estão inseridas no plano de negócios da Galp. A Galp continuará a rever o seu plano de negócios, perspetivas de preços e pressupostos à medida que avança para o objetivo de emissões líquidas zero até 2050.

O plano financeiro inclui o custo esperado para a evolução das regulamentações de carbono com base numa previsão da participação financeira da Galp nas emissões de ativos operados e não operados, considerando também o impacto estimado das licenças gratuitas. As estimativas do custo de carbono variam em torno de 120€ por tonelada de emissões de GEE em 2030, €220 por tonelada em 2040 e €330 por tonelada em 2050 (em termos nominais).

Potenciais Impactos Contabilísticos da Transição Energética

Alterações futuras no preço das mercadorias e potenciais imparidades

Conforme referido, de acordo com as IFRS, as demonstrações financeiras da Galp baseiam-se em pressupostos razoáveis e suportáveis que representam a melhor estimativa atual da Administração do conjunto de condições económicas que podem existir no futuro previsível.

Espera-se que a transição energética traga volatilidade e há grande incerteza sobre a forma como os preços de *commodities* se desenvolverão nas próximas décadas. Os cenários climáticos externos ao nível de preços diferem entre si apresentando um preço estrutural mais baixo durante o período de transição, enquanto outros pressupostos de preços consideram preços estruturais de *commodities* mais altos como consequência das alterações na oferta e na procura.

Consulte a nota 5 para a melhor estimativa da Galp quanto a preços futuros de petróleo e gás, incluindo margens de refinação, e sensibilidades relacionadas. Se forem utilizadas perspetivas de preços diferentes de cenários externos e mudanças climáticas normalizadas, isso poderá impactar a recuperabilidade de determinados ativos reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023. Esses cenários externos não são representativos da razoável estimativa da Administração sobre os preços.

Alterações à Carteira

A estratégia da Galp em desempenhar um papel importante na transição energética poderá também resultar em novos investimentos e desinvestimentos em ativos, que irão impactar a demonstração da posição financeira e os resultados futuros do Grupo. As alterações à carteira foram iniciadas em exercícios anteriores com o encerramento da refinaria de Matosinhos, com a aquisição da Titan 2020, S.A.(tendo-se obtido controlo integral em 2022 na sequência da aquisição dos remanescentes interesses participativos de 25%) um grande *player* do setor solar fotovoltaico e o desinvestimento dos ativos de *Upstream* em Angola (Nota 2.2.2, concentrando-se nos seus ativos com menor intensidade na emissão de dióxido de carbono.

O Grupo continua a executar a sua estratégia proposta focando-se na execução dos projetos chave de sucesso, combinando crescimento e transformação na sua carteira com disciplina financeira e com grande foco em crescimento rentável.

Término antecipado das provisões para abandono

A transição energética pode levar a compromissos de descomissionamento/restauração ambiental mais cedo do que o planeado. A Galp reconheceu nas suas contas provisões para abandono para todos os ativos cujos custos de abandono sejam relevantes, exceto para o complexo industrial da refinaria de Sines. A Galp pretende manter as suas operações na área industrial em Sines, transformando-se e descarbonizando-se naturalmente para responder às necessidades de um sistema energético de baixo carbono e garantindo viabilidade a longo prazo. A recente decisão final de investimento (FID) num dos maiores projetos de eletrolisadores na Europa para a produção de hidrogénio renovável e numa grande fábrica de biocombustíveis avançados para produzir HVO e SAF demonstram o compromisso da Galp em garantir o fornecimento de energia do futuro.

Alterações Climáticas

A par da Transição Energética, a Galp tem vindo a trabalhar na avaliação do potencial impacto dos riscos das alterações climáticas nas suas atividades. Esta análise tem o duplo objetivo de avaliar a resiliência da estratégia da Galp em diferentes cenários e, ao mesmo tempo, identificar as oportunidades e ameaças relevantes.

A Galp integrou as recomendações da TCFD na identificação das alterações climáticas. De forma a estimar o impacto das alterações climáticas e *value at risk* nas operações da Galp foram recolhidas um conjunto de variáveis físicas e de mercado.

Potencial impacto contabilístico das alterações climáticas

Riscos físicos dos Ativos devido a catástrofes climáticas

A Galp está a realizar múltiplos estudos que permitem aumentar a compreensão dos riscos físicos. Estes estudos irão permitir uma melhor compreensão da resiliência dos ativos físicos da Galp no curto e longo prazo, tendo em conta o ritmo das alterações climáticas.

A Galp detém vários ativos associados à sua atividade principal nas zonas costeiras e detém participações em operações conjuntas em águas profundas e em unidades flutuantes de extração e produção ("Floating Production and Offloading Vessels" - FPSO). Estes ativos, bem como outros ativos da Galp, estão cobertos por seguros.

Alterações nos preços de commodities e CO_2

As alterações climáticas poderão afetar a oferta e procura de energia, tanto a nível local como a nível global, que por sua vez, poderá impactar as demonstrações financeiras do Grupo Galp através de variáveis como os preços de CO_2 ou o preço e quantidades das mercadorias no geral. Tais riscos são monitorizados pelo Grupo e são adequadamente refletidos nas demostrações financeiras caso ocorram.

2.2 Alterações significativas durante o ano

2.2.1 Mudança da morada da sede

A 2 de janeiro de 2024, a Galp alterou a morada da sua sede para a Avenida da Índia, 8, em Lisboa, Portugal.

2.2.2 Ativos e passivos não correntes detidos para venda

A 16 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração decidiu proceder ao desinvestimento do segmento *Upstream* em Angola, através da venda da Galp Energia Overseas Block 32 BV e da Galp Energia Overseas Block 14 BV. Em 13 de fevereiro 2023, a Galp assinou um acordo para a venda dos seus ativos de *upstream* em Angola. É expectável que o encaixe atinja cerca de $830 m, já deduzido de impostos sobre mais-valias, incluindo cerca de $655 m a receber até a concretização do negócio e $175 m em pagamentos contingentes até 2024 e 2025, dependente do preço do brent. Espera-se, agora, que a concretização do negócio ocorra durante 2024. Em 2023, a Galp recebeu €77 m de sinal (que se encontra registado na rubrica de "Outros proveitos diferidos" – nota 13) e €132 m de *leakage* (distribuição de dividendos interinos).

O Conselho de Administração considerou que os critérios a serem classificados como Ativos não correntes detidos para venda ainda se mantém: (i) os ativos estão disponíveis para venda imediata e podem ser vendidos ao comprador no seu estado atual; (ii) as ações para completar a venda foram iniciadas e espera-se que estejam concluídas no prazo de um ano a partir da data da classificação inicial; (iii) foi identificado um potencial comprador e as negociações à data de relato encontram-se numa fase adiantada.

Os respetivos ativos e passivos das entidades do segmento *Upstream* em Angola encontram-se classificados como "Ativos não correntes detidos para venda" e "Passivos diretamente associados a ativos não correntes detidos para venda", apresentados separadamente, como correntes, nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023.

Os ativos, passivos e reservas de conversão acumuladas no capital próprio que compõem os valores apresentados nas demonstrações financeiras são os seguintes:

Unid: € m

	2023
Ativos não correntes detidos para venda	**537**
Ativos intangíveis	7
Ativos tangíveis	487
Direitos de uso de ativos	1
Inventários	5
Outras contas a receber	37
Passivos diretamente associados a ativos não correntes detidos para venda	**(97)**
Passivos por impostos diferidos	(5)
Provisões	(78)
Outras contas a pagar	(15)
Capital Próprio	**(142)**
Reservas de conversão acumuladas	(142)

2.2.3 Alterações no perímetro de consolidação

Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, a Galp participou nas seguintes principais transações:

Entidade Legal	País	%	Transação	Método de Consolidação
Acauã Solar Energia SPE Ltda	Brasil	100%	Devolvido SER	-
Citrino Solar Energia SPE Ltda	Brasil	100%	Devolvido SER	-
C-M-791 - operação conjunta	Brasil	20%	Devolvido às autoridades brasileiras	-
PEPB-M-783 – operações conjuntas	Brasil	20%	Devolvido às autoridades brasileiras	-
PEPB-M-839 - operação conjunta	Brasil	20%	Devolvido às autoridades brasileiras	-
Ventos de Santo Antão Energias Renováveis, S.A.	Brasil	100%	Aquisição	Consolidação integral
Vereda Solar Energia, S.A. (8 entidades de II-IX)	Brasil	100%	Fundada	Consolidação integral
Enacolgest, Lda	Cabo Verde	48%	Fusão	Fundida com a Enacol, S.A.R.L. (a entidade resultante da fusão)
Carriço Cogeração, S.A.	Portugal	65%	Liquidação	-

Para mais informações sobre o perímetro de consolidação e participações financeiras do Grupo Galp, ver Nota 31.

2.2.4. Determinação do justo valor de empréstimos que não vencem juros

O Grupo estabeleceu em 2017, um empréstimo que não vence juros com determinadas especificações firmes com a Coral FLNG para suportar as suas atividades. Sob a IFRS 9, no reconhecimento inicial o empréstimo deve ser reconhecido ao justo valor e subsequentemente mensurado ao custo amortizado, pela estimativa da calendarização de reembolso até à maturidade do empréstimo, bem como pela determinação de uma taxa de desconto que possa refletir quer a maturidade quer o risco de crédito da empresa para passivos financeiros similares. Na originação, a diferença entre o empréstimo e o seu justo valor (valor presente usando taxas de mercado para instrumentos similares) é tratada como uma contribuição de capital para a Coral FLNG, que representa um investimento adicional pelo Grupo à Coral FLNG.

Em 2023, como resultado da modificação do calendário de reembolso do empréstimo, a gestão reanalisou o tratamento contabilístico do empréstimo conforme a IFRS 9 (que anteriormente estava caracterizado para fins contabilísticos como uma contribuição de capital – participação financeira) (nota 9).

2.2.5 Aquisição de ações próprias

Os instrumentos de capital próprio readquiridos (ações próprias) são reconhecidos ao custo e deduzidos ao capital próprio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido nos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos de capital próprio do Grupo.

A Galp iniciou em 15 de fevereiro de 2023 um programa de recompra de ações próprias da Galp Energia SGPS, S.A., no valor de €500 m.

Em 15 de dezembro de 2023, a Galp concluiu este programa de recompra de ações. No âmbito da conclusão do programa, o Conselho de Administração da Galp aprovou a redução do capital social da Empresa através da extinção de 42.028.823 ações próprias, representativas de aproximadamente 5,16% do seu capital social em 1 de janeiro de 2023. O preço médio da recompra das ações foi de €11,90/ação.

3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas IFRS

3.1 Novas normas e alterações aprovadas pela União Europeia com aplicação a 1 de janeiro de 2023 e em exercícios posteriores

As normas IFRS aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício de 2023 e com aplicação contabilística em 2023 ou nos exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IFRS/IFRIC	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IFRS 16 Locações: Passivo de locação numa operação de venda e de relocação (emitido em 22 de setembro de 2022)	21/11/2023	01/01/2024	2024	Sem impactos contabilísticos materiais
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras: • Classificação de Passivos como Correntes e Não correntes (emitida em 23 de janeiro de 2020); • Classificação de Passivos como Correntes e Não correntes - Diferimento da Data Efetiva (emitida em 15 de julho de 2020); e • Passivos não Correntes com *Covenants* (emitida em 31 de outubro de 2022)	20/12/2023	01/01/2024	2024	Sem impactos contabilísticos estimados

Normas IFRS/IFRIC	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma da tributação internacional – Regras do modelo do Pilar Dois (emitida em 23 de maio de 2023)	09/11/2023	01/01/2023	2023	**
Alterações à IFRS 17 Contratos de seguros: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação comparativa (emitida a 9 de dezembro de 2021)	09/09/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos materiais *
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (emitido a 7 de maio de 2021)	12/08/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos materiais
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras e Declaração Prática 2 da IFRS: Divulgação de Políticas contabilísticas (emitido a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Impacto contabilístico na divulgação
Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos materiais
IFRS 17 Contratos de seguro (emitida a 18 de maio de 2017); incluindo alterações à IFRS 17	23/11/2021	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos materiais *

*Espera-se que o impacto relativo à entidade resseguradora Tagus RE detida pelo Grupo Galp não seja material para as contas consolidadas. A Galp decidiu não aplicar a IFRS 17 nas contas consolidadas de acordo com o parágrafo 8 da IAS 8.

** Em 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma da tributação internacional – Regras do modelo do Pilar Dois, estando o Grupo Galp (Galp) abrangido por estas regras. Dada a data de aprovação desta legislação (ainda em curso em alguns países onde a Galp opera) e dada a extensão da informação a analisar, a Galp, com base na aplicação da isenção temporária, não irá ainda reconhecer impostos diferidos no âmbito do Pilar Dois, nem divulgar informação sobre os mesmos, tal como previsto na IAS 12. Assim, a Galp está atualmente a proceder à avaliação dos impactos relacionados com este tema, pelo que não é possível avançar, para já, com uma estimativa razoável do impacto destas alterações.

4. Informação por segmentos

Segmentos operacionais

O Grupo está organizado em quatro segmentos operacionais os quais foram definidos com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados: (i) *Upstream*, (ii) Industrial & *Midstream* e (iii) Comercial e (iv) Renováveis e Novos Negócios.

O segmento de *Upstream* representa a presença da Galp no sector de exploração e produção da indústria de petróleo e gás, que envolve a gestão de todas as atividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente, no Brasil, Moçambique, Namibia e Angola[1] (até ao fim de 2022).

O segmento Industrial & *Midstream* opera o complexo industrial de Sines em Portugal, que inclui todas as atividades correntes de refinação, bem como todas as atividades relacionadas com o *Midstream*, nomeadamente a gestão energética de produtos petrolíferos, gás e eletricidade. Este segmento compreende ainda toda a infraestrutura de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos, gás e a venda de eletricidade para a rede em Portugal e Espanha, tanto para exportação como para importação.

O segmento de Comercial engloba a área de venda ao consumidor final B2B e B2C de produtos petrolíferos, gás, eletricidade e conveniência.

O segmento das Renováveis e Novos Negócios representa a presença da Galp na indústria das energias novas e renováveis.

Para além dos quatro segmentos de negócio, o Grupo classifica como "Outros" a empresa-mãe Galp Energia, SGPS, S.A. e as empresas com atividades diversas, incluindo a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A., resseguradora e prestadora de serviços partilhados ao nível corporativo, respetivamente.

O relato por segmentos é apresentado numa ótica de *replacement cost* (RC ou custo de reposição), que consiste no indicador utilizado pelo *Chief Operating Decision Maker* (neste caso a Comissão Executiva) para tomar decisões quanto à alocação de recursos e avaliação de desempenho. Com base no método do custo de reposição, o custo das vendas apurado ao abrigo das IFRS (método do custo médio ponderado) é substituído pelo preço de referência do crude (p.e. *Dated Brent*) à data do balanço, como se o custo das vendas fosse mensurado ao custo de reposição dos inventários vendidos. Foi ainda incluída nesta nota uma reconciliação entre os resultados apurados de acordo com os IFRS e os resultados apresentados no relato por segmentos.

[1] Apesar das entidades do segmento *Upstream* angolanas serem classificadas como Ativos não correntes detidos para venda, os seus resultados são incluídos na demonstração consolidada dos resultados.

A informação financeira relativa aos segmentos anteriormente identificados, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é apresentada como segue:

Unid: € m

	Consolidado		*Upstream*		*Industrial* & *Midstream*		Comercial		Renováveis e Novos Negócios		Outros		Ajustamentos de consolidação	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Vendas e prestação de serviços	**20.769**	**26.840**	**3.717**	**4.401**	**8.317**	**11.000**	**10.296**	**13.410**	**161**	**190**	**293**	**236**	**(2.016)**	**(2.320)**
Custo das vendas	**(14.521)**	**(20.956)**	**(193)**	**(367)**	**(6.542)**	**(9.904)**	**(9.444)**	**(12.472)**	**26**	**(91)**	**(19)**	**(8)**	**1.651**	**1.811**
Das quais variação de produção	(121)	304	(136)	(28)	15	332	0	0	0	1	0	0	0	0
Outros proveitos e custos	**(2.479)**	**(2.035)**	**(1.036)**	**(951)**	**(846)**	**(645)**	**(563)**	**(640)**	**(57)**	**(48)**	**(342)**	**(263)**	**365**	**509**
Dos quais *Underlifting* e *Overlifting*	24	55	24	55	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EBITDA a custo de reposição	**3.769**	**3.849**	**2.488**	**3.083**	**929**	**451**	**290**	**298**	**131**	**50**	**(69)**	**(34)**	**0**	**0**
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	(987)	(1.380)	(532)	(855)	(154)	(266)	(157)	(217)	(113)	(18)	(32)	(24)	0	0
Provisões (líquido)	(105)	(124)	4	1	(82)	(119)	(1)	(7)	0	0	(25)	1	0	0
EBIT a custo de reposição	**2.676**	**2.345**	**1.960**	**2.229**	**693**	**66**	**132**	**75**	**18**	**32**	**(126)**	**(57)**	**0**	**0**
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	49	152	(32)	28	51	(13)	7	8	21	126	2	3	0	0
Resultados financeiros	(81)	713												
Impostos a custo de reposição	(1.017)	(1.432)												
Contribuição extraordinária sobre o setor o energético	(44)	(34)	0	0	(21)	(20)	(14)	0	0	0	(9)	(14)	0	0
Taxa sobre lucros extraordinários	(95)	(53)	(64)	0	0	0	(31)	0	0	0	0	(53)	0	0
Resultado líquido consolidado a custo de reposição, do qual:	**1.489**	**1.691**												
Atribuível a interesses que não controlam	209	251												
Atribuível a acionistas da Galp Energia SGPS SA	1.280	1.440												
OUTRAS INFORMAÇÕES														
Ativos do Segmento ([1])														
Participações financeiras ([2])	255	417	110	283	29	18	27	35	89	81	(0)	0	0	0
Outros ativos	16.351	15.678	8.528	7.540	3.538	3.263	2.850	2.889	1.704	2.061	2.743	2.536	(3.012)	(2.611)
Ativos do Segmento	**16.606**	**16.096**	**8.638**	**7.823**	**3.567**	**3.281**	**2.877**	**2.924**	**1.792**	**2.142**	**2.743**	**2.536**	**(3.012)**	**(2.611)**
dos quais Direitos de uso de ativos	1.630	1.116	1.070	702	235	165	159	167	91	70	75	12	0	(0)
dos quais ativos tangíveis e intangíveis	6.732	6.442	3.860	3.825	741	662	700	711	1.308	1.168	123	76	0	(0)
Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis ([3])	**1.091**	**1.078**	**581**	**595**	**196**	**72**	**125**	**113**	**147**	**260**	**41**	**39**	**0**	**0**

[1] Montante líquido

[2] Inclui "Participações financeiras em assocadas e empreendimentos conjuntos" (Nota 9) e "Outros ativos financeiros" – Ativos financeiros não mensurados ao justo valor – Empréstimos e capital subscrito" (Nota 12)

3 Exclui provisões de abandono (€53 m) e Carry interest do segmento Upstream (€20 m)

As informações detalhadas sobre vendas e prestação de serviços, ativos tangíveis e intangíveis e investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos para cada região geográfica em que a Galp opera são as seguintes:

Unid: € m

	Vendas e prestações de Serviços [1]		Ativos tangíveis e intangíveis		Participações financeiras	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	20.769	**26.840**	**6.732**	**6.442**	**255**	**417**
África	758	757	830	710	130	301
América Latina	2.567	3.971	3.122	3.218	79	77
Europa	17.444	22.112	2.779	2.514	45	39

[1] Valor líquido consolidado

As transações comerciais e financeiras entre partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições usuais de mercado, de forma semelhante às transações entre partes independentes.

A reconciliação entre o Relato por Segmentos e a Demonstração dos Resultados Consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

Unid: € m

	2023	2022
Vendas e prestação de serviços	**20.769**	**26.840**
Custo das vendas	**(14.580)**	**(20.920)**
Ajustamento custo de reposição (1)	59	(36)
Custo das vendas a custo de reposição	(14.521)	(20.956)
Outros proveitos e custos	**(2.479)**	**(2.035)**
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	(987)	(1.380)
Provisões (líquido)	(105)	(124)
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	49	152
Resultados financeiros	(81)	713
Resultado antes de impostos e outras contribuições a custo de reposição	**2.645**	**3.210**
Ajustamentos do custo de reposição	(59)	36
Resultado antes de impostos e outras contribuições em IFRS	**2.585**	**3.246**
Imposto sobre o rendimento	(997)	(1.434)
Imposto sobre o Rendimento (Ajustamento do custo de reposição) (2)	(20)	2
Contribuição extraordinária sobre o setor o energético	(44)	(34)
Taxa sobre lucros extraordinários	(95)	(53)
Resultado líquido consolidado do exercício a custo de reposição	**1.489**	**1.691**
Custo de reposição (1) +(2)	(38)	35
Resultado líquido consolidado do exercício em IFRS	**1.451**	**1.726**

5. Ativos tangíveis

Políticas contabilísticas

Reconhecimento

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço da fatura, as despesas de transporte, montagem, obrigações de descomissionamento e os encargos financeiros suportados pela Empresa durante o período de construção. Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Gastos com reparação e manutenção

As despesas com grandes manutenções ou reparações representam o custo de ativos de reposição de ativos ou partes de ativos, custos de inspeção e custos de revisão. Quando um ativo ou parte de um ativo que foi depreciado separadamente é substituído e é provável que os benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para o Grupo, a despesa é capitalizada e o valor contabilístico do ativo substituído é abatido. Os custos de inspeção associados aos principais programas de manutenção são capitalizados e amortizados ao longo do período até a próxima inspeção. Os custos de revisão dos principais programas de manutenção e todos os outros custos de manutenção são registados como gastos do exercício, quando incorridos.

Ativos tangíveis *upstream*

Os custos de exploração de hidrocarbonetos são contabilizados de acordo com o método de Esforços Bem Sucedidos (*Successful Efforts Accounting*) pelo qual os custos de exploração são reconhecidos no resultado quando incorridos (i.e. despesas relacionadas com estudos geológicos e geofísicos (G&G) e gastos gerais e administrativos (G&A)), exceto custos de perfuração exploratória, incluídos nos ativos tangíveis (em ativos em curso) sujeitos à determinação de reservas confirmadas e sujeitos a análises de imparidade quando identificados indícios. Poços secos são reconhecidos como custos do exercício. No início da produção, os custos capitalizados são depreciados com base na política de depreciação em uso.

Depreciações

Ativos tangíveis upstream

Os Ativos tangíveis relacionados com atividades de produção de hidrocarbonetos, incluindo os oleodutos respetivos, direitos minerais e custos futuros com descomissionamento são, por princípio, depreciados numa base de unidades de produção (UOP) sobre as reservas confirmadas e desenvolvidas na área em causa.

A taxa UoP para a depreciação de ativos comuns considera as despesas incorridas à data, conjuntamente com a estimativa de despesas futuras a incorrer para o desenvolvimento das reservas não desenvolvidas e que se espera venham a ser processadas utilizando as infraestruturas comuns. Plataformas flutuantes (FPSO) são presentemente depreciadas tendo em consideração o método de amortização linear, com base no mais baixo de entre a vida útil estimada do ativo e o período de concessão do campo em que a plataforma está implantada.

Taxas de depreciação para Ativos tangíveis

As taxas de depreciação anuais médias efetivas podem resumir-se como segue:

Taxas de depreciação	2023	2022
Edifícios e outras construções	4,0%	2,2%
Equipamento básico	10,0%	13,4%
Equipamento de transporte	12,0%	11,0%
Ferramentas e utensílios	11,0%	20,0%
Equipamento administrativo	14,0%	27,0%
Taras e vasilhame	11,0%	14,0%
Outros ativos tangíveis	12,0%	13,0%

Análise de Imparidade

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contabilístico dos ativos não seja recuperável ou que as imparidades registadas em anos anteriores tenham que ser revertidas. Na realização dos testes de imparidade, os ativos tangíveis são alocados à respetiva Unidade Geradora de Caixa (UGC). A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertença, com base no método de fluxos de caixa descontados. As taxas de desconto são calculadas através do ajustamento da taxa pós-imposto para refletir os níveis específicos de risco das UGC.

Testes de imparidade aos ativos dos segmentos Industrial & Midstream e Comercial

Ativos tangíveis e intangíveis relacionados com os segmentos de Industrial & *Midstream* e Comercial são avaliados pelo Grupo quanto à existência de imparidade no final de cada período de relato, ou quando indicadores de imparidades (ou indicadores de reversão de imparidades) são identificados, considerando fontes internas e externas de informação.

Comercial

No seu teste anual de imparidade ao segmento Comercial, o Grupo considera a unidade geradora de caixa da estação de serviço como sendo cada estação de serviço individual.

O teste de imparidade efetuado pelo Grupo tem por base a estimativa da quantia recuperável na rede de postos em comparação com o seu valor líquido contabilístico no final de cada período de relato. A quantia recuperável (valor de uso) determinada pelo Grupo, resulta da atualização para o valor presente dos fluxos de caixa futuros determinados com base em orçamentos anuais e planos de negócio para o posto na sua condição atual, utilizando-se como taxa de desconto uma taxa pós-imposto ajustada dos riscos específicos para este segmento de negócio.

Industrial & Midstream

São ainda efetuados testes de imparidade a outros ativos do segmento de Industrial & *Midstream*, nomeadamente a refinaria de Sines e aos ativos tangíveis associados às atividades de logística e armazenamento. O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

A determinação do valor em uso dos ativos de refinação foi baseada nos pressupostos definidos no plano de negócio, como se segue:

i. Margem de refinação
ii. Preços do carbono
iii. Disponibilidade de refinação
iv. Futuros custos operacionais e de investimento
v. Taxa de desconto

Testes de imparidade aos ativos do segmento Upstream

As imparidades dos ativos na atividade de exploração e produção petrolífera são determinadas quando:

- Não forem encontradas reservas economicamente viáveis;
- O período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração;
- Uma área adquirida for entregue ou abandonada; e
- O valor contabilístico exceda o valor recuperável.

Os ativos tangíveis e intangíveis do segmento *Upstream* são sujeitos a uma avaliação periódica (anual e revisões trimestrais ou quando existem indícios) quanto à existência de imparidade. A unidade geradora de caixa será o projeto ou o Bloco específico, dependendo da fase de maturidade em que se encontram os investimentos. A avaliação de imparidade é efetuada pelo modelo *Expected Monetary Value* (EMV) através da comparação do valor contabilístico dos investimentos efetuados com o valor presente esperado de fluxos de caixa futuros, através de uma taxa de desconto pós-imposto ajustada pelo risco específico do ativo para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não foram ajustadas, calculados atendendo a estimativas de:

i. Reservas prováveis;
ii. O investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar as reservas prováveis;
iii. Recursos contingentes, corrigidos por um fator de probabilidade de sucesso;
iv. Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar os recursos contingentes;
v. Preço de referência do Barril de Brent;
vi. Taxa de câmbio aplicável;
vii. Mecanismos de tributação da Unidade Geradora de Caixa (UGC);
viii. Nível de produção estimado e período de concessão; e
ix. Custos de abandono e recuperação ambiental.

O modelo EMV toma em consideração no seu cálculo a *Probability of Geological Success* (ou *Probability of Success* - PoS) que é uma probabilidade condicional estatística (probabilidade Bayesiana). Esta probabilidade utilizada na ciência da Geologia segue uma matriz probabilística tendo por base informação sísmica e outra informação de G&G. Essa informação é mensurada tendo em consideração a quantidade, qualidade e certeza das reservas (*data controls*). O período de projeção de fluxos de caixa é igual ao da recuperação das reservas e recursos, limitado ao período dos contratos de concessão, quando aplicável.

A Galp efetua testes de imparidade em qualquer fase da atividade de Exploração & Produção, isto é, na fase de exploração, de desenvolvimento e produção, quando os factos e circunstâncias sugerem que o valor líquido contabilístico de um ativo de exploração e produção poderá exceder o montante do seu valor recuperável.

Na fase de exploração, a UGC depende das características/condições de investimento de cada projeto. Numa fase inicial de investimento a UGC é o país, dado que o investimento compreende o investimento em bónus de assinatura e a eventual pesquisa genérica à área/áreas totais. Quando as áreas totais são repartidas pelo organismo oficial do país em blocos, a Galp passa a definir a sua UGC como sendo o bloco, descendo assim de nível de avaliação nos testes de imparidade. Nesta fase onde ainda não existem reservas, a Galp utiliza nos testes de imparidade os recursos prospetivos e contingentes com PoS muito baixa.

Assim, se reservas concretas forem registadas, o investimento passa para a fase seguinte, a de desenvolvimento, tendo sido previamente sujeito a testes de imparidade. Na fase de desenvolvimento e se for necessário, os testes de imparidade também têm em consideração a PoS (mais elevadas que na primeira fase, dado já haver reservas comercialmente viáveis) e reservas 2P (reservas prováveis), de forma a estimar os fluxos de caixa futuros que são expectáveis de ser gerados pelo bloco em análise.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Pressupostos de preço de commodities

Os pressupostos de preço futuro de *commodities* e margens de refinação usadas nos testes de imparidade no segmento de *Upstream* e *Industrial & Midstream* (ativos da refinação), respetivamente, são avaliados regularmente pela Administração.

A estimativa da Administração das margens de refinação usada no teste de imparidade foi baseada num software de simulação linear de refinação considerando a configuração atual da refinaria e para gerar, de uma forma otimizada, rendimentos estimados de produtos de refinaria e dados de consumo de energia com base numa mistura de refinação de brent disponível e outras matérias -primas de refinaria. A margem de refinação da Galp incorpora também os custos associados de CO_2.

Os futuros preços das *commodities* e as margens de refinação utilizadas nos testes de imparidade fornecem uma fonte de incerteza de estimativa, conforme referido no parágrafo 125 da IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras (IAS 1.125).

As informações sobre os valores contabilísticos de ativos e imparidades e sua sensibilidade a mudanças nas estimativas significativas são apresentadas nesta nota 5.

Reservas de petróleo e gás

As estimativas das reservas de petróleo e gás são parte integrante do processo de tomada de decisão relativamente aos ativos da atividade de exploração e desenvolvimento de ativos *Upstream*. O volume de reservas confirmadas é utilizado para o cálculo da depreciação dos ativos afetos à atividade de exploração e produção petrolífera, de acordo com o método das unidades de produção. Os volumes de produção esperados, que compreendem as reservas provadas e as reservas não provadas são usadas para se determinar o valor recuperável dos projetos. A estimativa das reservas provadas é também utilizada para a avaliação anual dos custos com o abandono de áreas de desenvolvimento. A estimativa das reservas provadas está sujeita a julgamento e a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, preços, ou fim de contrato. O impacto das alterações de estimativas nas amortizações, depreciações e provisões para custos de abandono resultantes de variações nas reservas confirmadas estimadas é tratado de forma prospetiva. A estimativa de reservas de petróleo e gás e os movimentos ocorridos no exercício encontram-se descritos na Informação Suplementar a este Relatório Integrado, a qual não foi auditada.

Vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis

A determinação dos valores residuais e das vidas úteis dos ativos, bem como o método a aplicar são essenciais para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada período. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas a nível internacional. Alterações na vida económica dos ativos são registadas de forma prospetiva.

Unid: € m

	Terrenos, recursos naturais e edificações	Equipamento básico	Outros equipamentos	Imobilizações em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Custo aquisição	1.338	11.401	534	2.641	15.913
Imparidade	(37)	(226)	(3)	(234)	(501)
Depreciação acumulada	(812)	(8.131)	(441)	0	(9.384)
Valor Líquido	**489**	**3.044**	**90**	**2.406**	**6.029**
Em 31 de dezembro de 2022					
Custo aquisição	1.300	11.167	523	2.189	15.179
Imparidade	(39)	(232)	(3)	(279)	(553)
Depreciação acumulada	(801)	(7.668)	(456)	0	(8.925)
Valor Líquido	**459**	**3.267**	**64**	**1.910**	**5.700**

Os movimentos em ativos tangíveis em 2023 e 2022 são os seguintes:

Unid: € m

	Terrenos, recursos naturais e edificações	Equipamento básico	Outros equipamentos	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**462**	**2.866**	**46**	**1.794**	**5.169**
Adições	0	321	1	714	1.036
Depreciações e imparidades	(36)	(763)	(19)	(176)	(994)
Alienações e abates	(2)	(16)	(2)	(5)	(25)
Transferências	21	580	25	(625)	0
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	13	279	13	209	514
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**459**	**3.267**	**64**	**1.910**	**5.700**
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**459**	**3.267**	**64**	**1.910**	**5.700**
Adições	1	56	0	1.056	1.113
Depreciações e imparidades	(22)	(594)	(25)	(35)	(677)
Alienações e abates	(3)	(34)	0	(50)	(87)
Transferências	54	443	51	(548)	0
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	1	(94)	0	73	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**489**	**3.044**	**90**	**2.406**	**6.029**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo realizou essencialmente investimentos no segmento *Upstream* relacionados com projetos no Brasil (€431 m), Moçambique (€43 m) e Namíbia (€117 m). Também foram feitos investimentos nos segmentos Industrial & *Midstream* (€196 m), Comercial (€119 m), Renováveis (€145 m) e Outros (€14 m). Os valores acima mencionados não incluem a capitalização de encargos financeiros no montante de €48 m (Nota 27).

No ano corrente, a Galp reconheceu uma imparidade nos ativos tangíveis no valor de €40 m relacionadas com os ativos do segmento das renováveis no Brasil (€5 m) e em Espanha (€6 m), ativos do segmento industrial e comercial em Portugal (€15 m) e com ativos da distribuição de retalho (Portugal e Espanha) (€3.5 m). As alienações e abates no período estão relacionadas com ativos de exploração totalmente em imparidade no Brasil (€50 m) e ativos do segmento industrial (€33 m).

Ativos do segmento *Upstream*

O detalhe das imobilizações em curso e dos ativos em produção do segmento *Upstream* para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, incluindo Ativos Tangíveis e Intangíveis, são apresentados na tabela abaixo:

Unid: € m

	África		América Latina		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos de Exploração e Produção	**740**	**623**	**3.121**	**3.203**	**3.860**	**3.826**
Imobilizações em curso	**541**	**382**	**1.616**	**1.161**	**2.157**	**1.543**
Bónus de assinatura	0	0	0	0	0	0
Na fase de exploração	389	322	0	137	389	459
Na fase de desenvolvimento	115	0	1.492	981	1.607	981
Juros capitalizados	9	37	123	43	132	80
Outros	28	23	0	0	28	23
Ativos em produção	**199**	**241**	**1.505**	**2.042**	**1.704**	**2.283**
Bónus de assinatura	6	9	0	289	6	298
Na fase de produção	193	216	1.503	1.639	1.696	1.855
Juros capitalizados	0	16	2	113	2	129
Outros	0	0	0	1	0	1

Análise de imparidade

Refinaria, logística e armazenamento

Foram realizados testes de imparidade para diversas UGCs do segmento de Industrial & *Midstream* incluindo instalações de refinação e armazenamento. Com base no teste de imparidade realizado os benefícios futuros esperados dos ativos são superiores ao valor contabilístico.

As projeções de fluxo de caixa ao nível da UGC foram descontadas usando uma taxa de desconto adequada que reflete os riscos específicos do ativo (2023: 8,3% e 2022: 9,2%).

A análise de final de ano da sensibilidade do valor contabilístico dos ativos de refinação inclui variações nos fluxos de caixa, na margem de refinação e nas taxas de desconto. A margem de refinação (em termos nominais) considerada no teste de imparidade esteve no intervalo de $6,7/bbl a $8,8/bbl durante o período do plano de negócios, diminuindo até cerca $4/bbl a longo prazo (a partir de 2034).

O teste de sensibilidade dos pressupostos consistiu na redução de 10% nos fluxos de caixa ou no aumento de 1% na taxa de desconto, não tendo sido identificada qualquer imparidade.

Ativos de distribuição a retalho

Uma perda por imparidade total no valor de € 3,5 m em Ativos Tangíveis relativa aos ativos de distribuição a retalho em Portugal e Espanha.

As projeções de fluxo de caixa futuro ao nível da UGC foram descontadas usando uma taxa de desconto adequada que reflete os riscos específicos do ativo (2023: 6,3-6,5% e 2022: 6,6%).

Os pressupostos do teste de sensibilidade apontaram para uma redução de 10% nos fluxos de caixa ou um aumento de 1% na taxa de desconto, o que poderia levar a uma potencial perda adicional de imparidade no valor de €18 m relativamente aos ativos de distribuição a retalho em Portugal e Espanha.

Ativos do segmento Upstream

Os ativos tangíveis e intangíveis do segmento *Upstream* foram sujeitos no final do exercício a um teste de imparidade e uma análise de sensibilidade ao valor contabilístico dos principais ativos face às flutuações no preço do Brent.

Os preços previstos do Brent (em termos nominais) considerados no teste de imparidade foram os seguintes: $80/bbl a $83/bbl durante o período de 2024 a 2028, $81/bbl a $87/bbl de 2029 a 2033 e para o longo prazo (2034 em diante) cerca de $70/bbl (em termos reais).

Para os ativos já em desenvolvimento e produção, e apesar de não terem sido identificados indícios de imparidade, as avaliações de imparidade mostram que os benefícios futuros esperados dos ativos são superiores ao valor contabilístico por UCG para as regiões em que Galp opera (Moçambique e Brasil). Para Angola foi feita uma análise do justo valor, uma vez que os ativos serão vendidos em vez de serem utilizados pela Galp. Não se espera qualquer imparidade nos ativos disponíveis para venda.

A taxa de desconto utilizada reflete os riscos específico dos ativos relacionados com os ativos de segmento *Upstream*, para os quais não foram ajustadas as estimativas de fluxos de caixa futuros, calculada em base de Dólares (2023: 11,7% e 2022: 11,6%).

Foi realizada uma análise de sensibilidade para verificar o impacto da volatilidade do preço do Brent no valor dos principais ativos do segmento *Upstream*. A análise de sensibilidade foi preparada com base numa redução de 10% nos fluxos de caixa e um aumento de 1% na taxa de desconto. Os resultados desta análise indicaram nenhuma imparidade nas áreas geográficas em que a Galp opera.

Ativos do segmento das Renováveis

Foi efetuado um teste de imparidade aos ativos tangíveis e intangíveis do segmento das renováveis. As projeções de fluxo de caixa futuro ao nível da UGC foram descontadas usando uma taxa de desconto adequada que reflete os riscos específicos do ativo (2023: 5,8-6,2% e 2022: 6,4%). Foi reconhecida uma perda de imparidade no valor de €52 m relativamente ao segmento das renováveis no Brasil (dos quais €5 m relacionados com ativos tangíveis e €42 m relacionados com ativos intangíveis) e em Espanha (dos quais €6 m relacionados com ativos tangíveis). Para os outros ativos do segmento das renováveis foi realizada uma análise de sensibilidade considerando uma redução de 10% nos fluxos de caixa ou um aumento de 1% na taxa de desconto. A utilização destes pressupostos poderia levar a uma potencial perda por imparidade no valor de €8 m.

6. Ativos intangíveis

Políticas contabilísticas

Reconhecimento

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que estes sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos intangíveis incluem despesas incorridas com projetos de desenvolvimento informático, prémios pagos a revendedores de produtos Galp e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados durante o período de duração dos respetivos contratos.

Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisa não relacionadas com a atividade de exploração e produção petrolífera são reconhecidas como custo do exercício. As despesas com desenvolvimento somente são reconhecidas como ativos intangíveis se o Grupo demonstrar capacidade técnica e financeira para desenvolver o ativo, tiver tomado a decisão de completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio e demonstrar igualmente que é provável que o ativo criado gere benefícios económicos futuros.

Upstream

Os bónus de assinatura (p.e. Direitos Minerais) consistem em direitos de propriedade para exploração de recursos subterrâneos, como petróleo e gás natural e são reconhecidos como ativos intangíveis.

Ver informação adicional sobre as políticas de reconhecimento para os ativos do segmento *Upstream* na Nota 5.

Amortização

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método linear. As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível. Os ativos intangíveis reconhecidos com a atividade de exploração e produção petrolífera, nomeadamente bónus de assinatura, encontram-se registados ao custo de aquisição e são amortizados com base na taxa UoP após o início da produção.

Imparidade

Os testes de imparidade dos ativos intangíveis são baseados nas projeções da Administração sobre o valor presente da estimativa futura de fluxos de caixa. Os valores residuais são baseados na expectativa de vida útil dos respetivos produtos, na previsão do ciclo de vida e nos fluxos de caixa para esse período, bem como nas vidas úteis económicas dos ativos subjacentes.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Vidas úteis e valores residuais dos ativos intangíveis

O cálculo dos valores residuais e da vida útil dos ativos, bem como o método de amortização a ser aplicado, são essenciais para determinar a amortização reconhecida na demonstração consolidada dos resultados de cada período. Esses parâmetros são definidos com base no julgamento da Administração, bem como nas práticas adotadas pelos *peers* do setor.

Imparidade de ativos intangíveis

Determinar se ocorreram imparidades de ativos requer um elevado nível de julgamento por parte da Administração, especificamente em torno da identificação e avaliação dos indicadores da imparidade ou reversão da imparidade, projeção de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Vide Nota 5 para detalhes acerca da análise de imparidades.

Unid: € m

	Propriedade industrial e outros direitos	Ativo intangível em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo de aquisição	1.319	93	1.412
Imparidade	(169)	(23)	(192)
Amortização acumulada	(561)	0	(561)
Valor líquido	**589**	**69**	**659**
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo de aquisição	1.247	126	1.372
Imparidade	(156)	(24)	(180)
Amortização acumulada	(520)	0	(520)
Valor líquido	**571**	**102**	**672**

Os movimentos em ativos intangíveis em 2023 e 2022 foram como segue:

Unid: € m

	Propriedade industrial e outros direitos	Ativo intangível em curso	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**595**	**50**	**645**
Adições	(7)	48	41
Amortizações e imparidades	(182)	0	(182)
Abates/Alienações	0	0	0
Transferências	37	(37)	0
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	129	41	170
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**572**	**101**	**672**
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**572**	**101**	**672**
Adições	6	45	51
Amortizações e imparidades	(92)	0	(92)
Abates/Alienações	(21)	0	(21)
Transferências	45	(45)	0
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	81	(32)	48
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**589**	**69**	**659**

As adições de ativos intangíveis ocorreram essencialmente no segmento Comercial de €24 m e no segmento *Corporate* de €27 m.

No ano corrente, a Galp reconheceu uma imparidade no valor de €42 m relacionada com ativos do segmento das renováveis no Brasil.

7. Locações

Políticas contabilísticas

Reconhecimento

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontada a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental do Grupo. Em geral, o Grupo utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em espécie;
- Pagamentos de locação variáveis, dependentes de uma determinada taxa ou índice, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa aplicável á data de início do contrato;
- Montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual; e
- Preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção e pagamentos de locação relativos à renovação do período de opção, se for razoavelmente certo que o Grupo exercerá a opção; e Pagamento de penalidades pela cessação antecipada do contrato, exceto se for razoavelmente certo que o locatário não cancele antecipadamente o contrato.

A responsabilidade por locação é mensurada pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. É remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros de locação derivados de uma alteração da taxa ou índice, se ocorrer uma alteração na estimativa do Grupo do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso o Grupo altere a sua avaliação acerca a opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se o valor contabilístico do ativo do direito de uso já se encontrar reduzida a zero.

O Grupo apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração consolidada da posição financeira.

Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

O Grupo não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, os contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. O Grupo reconhece os pagamentos associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

Depreciações

O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, a estimativa das suas vidas úteis e as taxas de desconto aplicadas têm por base as premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Administração, assim como as melhores práticas em uso na indústria.

Imparidade dos Direitos de uso de Ativos

Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Administração, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Direitos de uso são sujeitos aos requisitos de imparidade mencionados nos Ativos Tangíveis (Nota 5).

Os direitos de uso são detalhados como se segue:

Unid: € m

	FPSOs[1]	Edifícios	Áreas de Serviço	Afretamento a tempo	Outros direitos de uso	Total
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo aquisição	1.200	93	319	316	284	2.212
Depreciação acumulada	(237)	(18)	(78)	(132)	(83)	(549)
Imparidade	0	0	(33)	0	0	(33)
Valor líquido	**963**	**75**	**208**	**184**	**200**	**1.630**
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo aquisição	697	37	291	227	288	1.540
Depreciação acumulada	(187)	(21)	(43)	(76)	(64)	(391)
Imparidade	0	0	(33)	0	0	(33)
Valor líquido	**510**	**16**	**215**	**151**	**224**	**1.116**

Os movimentos dos direitos de uso em 2023 e 2022 são como se segue:

Unid: € m

	FPSOs[1]	Edifícios	Áreas de Serviço	Afretamento a tempo	Outros direitos de uso	Total
Em 1 de janeiro de 2022	**565**	**75**	**212**	**59**	**168**	**1.079**
Adições	0	0	29	137	23	189
Depreciações e perdas por imparidade	(47)	(5)	(68)	(50)	(15)	(185)
Abates/Alienações	0	(54)	0	0	0	(54)
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	(8)	0	41	5	48	86
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**510**	**16**	**215**	**151**	**224**	**1.116**
Em 1 de janeiro de 2023	**510**	**16**	**215**	**151**	**224**	**1.116**
Adições	485	69	29	96	29	708
Depreciações e perdas por imparidade	(58)	(7)	(36)	(59)	(18)	(178)
Abates/Alienações	0	0	0	0	0	0
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	26	(3)	0	(4)	(35)	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**963**	**75**	**208**	**184**	**201**	**1.630**

[1] Unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga ("floating, production, storage and offloading unit") - sistema flutuante de produção, construído com base numa estrutura de navio, dotado de capacidade de processamento da produção de petróleo e gás natural, armazenamento líquido e descarga de petróleo para navios (inclui o navio FLNG (*Floating Liquidified Natural Gas*).

No corrente ano a Galp celebrou novos contratos de arrendamento, sendo os mais relevantes a participação proporcional no navio FLNG (€ 485m), a nova sede (€ 69m) e o novo acordo de afretamento a tempo da APEX (€ 90m).

As responsabilidades por locações são como se segue:

Unid: € m

	2023	2022
Análise de maturidade – fluxos de caixa contratuais não descontados	**2.649**	**1.835**
Inferior a um ano	309	209
Um a cinco anos	1.038	697
Mais de cinco anos	1.301	929
Responsabilidades por locações na posição financeira consolidada	**1.810**	**1.277**
Corrente	267	182
Não Corrente	1.543	1.095

Os montantes reconhecidos nos resultados consolidados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

Unid: € m

	Notas	2023	2022
		769	**600**
Juros relativos a locações	27	102	85
Despesas relacionadas com locações operacionais de curta duração, baixo valor e pagamentos variáveis [1]		667	515

[1] Inclui locações operacionais de curta duração e com pagamentos variáveis reconhecidos na rubrica de Transporte de mercadorias.

Os montantes reconhecidos na demonstração consolidada dos fluxos de caixa são como segue:

Unid: € m

	2023	2022
Atividades de financiamento	**259**	**217**
Pagamentos relativos a locações	157	132
Pagamentos relativos a juros locações	102	85

8. Goodwill

Reconhecimento

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica de Goodwill (caso respeite a empresas do Grupo) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas). As diferenças negativas são registadas de imediato nos resultados do exercício.

Imparidade

O valor contabilístico do Goodwill é alocado à respetiva UGC. O valor recuperável é estimado para a UGC à qual pertence. A metodologia do valor em uso é usada para determinar o valor recuperável. O valor em uso representa o fluxo de caixa futuro esperado da UGC, descontado a uma taxa de desconto apropriada que reflete os riscos específicos da UGC. O valor contabilístico do Goodwill é testado anualmente por imparidades.

Vide Nota 5 para detalhes sobre a análise de imparidades.

Unid: € m

	2023	2022
	44	**70**
Galp Comercialização Portugal, S.A. (incorporada na Petrogal)	34	34
Galp Eswatini (PTY) Limited	0	21
Galpgest – Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.	6	6
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L.	4	4
Galp Moçambique, Lda.	0	4
Outros	0	1

Durante o exercício de 2023 e 2022, o movimento de Goodwill apresentou-se como se segue:

Unid: € m

	Goodwill
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**70**
Adições	0
Imparidade	(25)
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**44**
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**84**
Adições	1
Imparidade	(16)
Efeito da variação cambial e outros ajustamentos	0
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**70**

As imparidades registadas em 2023, no montante de €25 m, referem-se ao negócio do segmento Commercial em África (ativos do retalho).

As imparidades respeitantes a 2022 são relacionadas com os ativos do retalho (distribuição) em Portugal, sendo que a imparidade do Goodwill foi refletida na demonstração de resultados consolidada na rubrica de "Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos".

9. Participações em associadas e empreendimentos conjuntos

Políticas contabilísticas

Acordos conjuntos e associadas

Os acordos ao abrigo dos quais a Galp concordou contratualmente em partilhar o controlo com outra parte ou partes são considerados como acordos conjuntos. Estes podem ser empreendimentos conjuntos onde as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo, ou operações conjuntas onde as partes têm direitos sobre os ativos e obrigações decorrentes dos passivos relacionados com o contrato. Os investimentos em entidades sobre as quais a Galp tem o direito de exercer influência significativa, mas não tem controlo nem controlo conjunto, são classificados como associadas.

Os investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e subsequentemente ajustado pela participação da Galp nos resultados líquidos pós-aquisição. Os investimentos também são ajustados pelos dividendos recebidos e pela participação da Galp em outro rendimento integral. O goodwill relacionado com a associada ou empreendimento conjunto está incluído no valor contabilístico do investimento e não é testado separadamente por imparidades.

A demonstração de resultados reflete a participação da Galp nos resultados das operações da associada ou empreendimento conjunto. Qualquer alteração em Outros rendimentos integrais dos investimentos é apresentada como parte dos Outros rendimentos integrais da Galp. Além disso, quando houver uma alteração reconhecida diretamente no capital próprio da associada ou empreendimento conjunto, a Galp reconhece a sua parte de quaisquer alterações, quando aplicável, na Demonstração de alterações no capital próprio. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre o Grupo Galp e a associada ou empreendimento conjunto são eliminados na medida do interesse na associada ou empreendimento conjunto.

As demonstrações financeiras da associada ou empreendimento conjunto são preparadas para o mesmo período de relato que o Grupo Galp.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos aos saldos e resultados do exercício das demonstrações financeiras de empreendimentos conjuntos e associadas para uniformizar as políticas contabilísticas utilizadas com as da Galp. A Galp reconhece os seus ativos e passivos relacionados com interesses em operações conjuntas, incluindo a sua parte de ativos detidos conjuntamente e passivos incorridos em conjunto com outros parceiros.

Imparidade

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Galp determina se é necessário reconhecer uma perda por imparidade no seu investimento na sua associada ou empreendimento conjunto. Em cada período de relato, a Galp determina se existem indícios objetivos de que o investimento na associada ou no empreendimento conjunto tem imparidade registada. Caso existam tais indicios, a Galp calcula o montante da imparidade como a diferença entre o montante recuperável da associada ou empreendimento conjunto e o seu valor contabilístico, e depois reconhece a perda em "Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos" na demonstração de resultados.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Imparidade

Determinar se ocorreram imparidades de ativos requer um elevado nível de julgamento por parte da Administração, especificamente em torno da identificação e avaliação dos indicadores da imparidade ou reversão da imparidade, projeção de fluxos de caixa futuros e taxas de desconto aplicáveis. Os pressupostos-chave utilizados para determinar o montante recuperável do empreendimento conjunto relevante (Coral FLNG), que pertence ao segmento *Upstream*, são divulgados na Nota 5.

Informações sobre acordos conjuntos e associadas encontram-se na Nota 31.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os valores contabilísticos líquidos dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas eram os seguintes:

Unid: € m

	2023	2022
	255	**417**
Empreendimentos conjuntos	131	292
Associadas	124	125

Os movimentos em participações financeiras em empreendimentos conjuntos são como se segue:

Unid: € m

	Em 31 de dezembro de 2022	Aumento / redução do capital social	Método de Equivalência Patrimonial	Outros ajustamentos	Dividendos	Reclassificações	Em 31 de dezembro de 2023
	292	**(182)**	**(23)**	**47**	**(4)**	**0**	**131**
Coral FLNG, S.A.	279	(174)	(23)	28	0	0	110
Outros empreendimentos conjuntos	13	(7)	0	19	(4)	0	21

A diminuição no valor de € 174 m na participação do Coral FLNG está relacionada com a reclassificação do "Acordo de empréstimo acionista" para Ativos financeiros não mensurados ao justo valor (Nota 12). O empréstimo sem juros tem uma amortização final em 31 de janeiro de 2035 e foi descontado utilizando taxas de juro correntes de mercado para ativos similares. A diferença entre o montante do empréstimo e o seu justo valor, que na sua constituição é tratada como uma contribuição para uma participação financeira para a Coral FLNG (sendo apresentado nessa rubrica), totaliza em €76 m.

Seguidamente é apresentado um resumo dos indicadores financeiros dos empreendimentos conjuntos mais significativos a 31 de dezembro de 2023:

Unid: € m

	Coral FLNG, S.A.*
Total de ativos não correntes	**7.247**
Total de ativos correntes	**624**
Dos quais caixa e seus equivalentes	434
Total do ativo	**7.871**
Total de passivos não correntes	**5.783**
Dos quais dívida	4.200
Total de passivos correntes	**854**
Dos quais dívida	-
Total do passivo	**6.637**
Total de proveitos operacionais	**102**
Total de custos operacionais	**(120)**
Resultados operacionais	(18)
Resultados financeiros líquidos	(144)
Resultados antes de impostos	(161)
Imposto sobre o rendimento	28
Resultado líquido do exercício	**(133)**

* Demonstrações financeiras previsionais à data de fecho utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial, convertidas à taxa de câmbio de fecho e média para os indicadores da demonstração da posição financeira e dos resultados, respetivamente.

Os movimentos em participações financeiras em associadas são como se segue:

Unid: € m

	Em 31 de dezembro de 2022	Aumento / redução do capital social	Método de Equivalência Patrimonial	Diferenças cambiais e outros ajustamentos	Dividendos	Reclassificações	Em 31 de dezembro de 2023
	125	(17)	33	(7)	(9)	0	124
Belém Bioenergia Brasil, S.A.	73	(19)	25	3	(3)	0	79
Floene Energias, S.A.	8	0	0	0	0	0	8
Outras associadas	43	2	8	(10)	(6)	0	37

Para informações comparativas sobre Empreendimentos Conjuntos e Associadas, consultar as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos ascenderam a um ganho de € 10m.

Dividendos recebidos no período adicionado de distribuições com reduções de capital social totalizaram a €31 m (2022: €26 m).

Com base na análise de imparidade efetuada aos investimentos relevantes em empreendimentos conjuntos e associadas, não foram identificados indícios de imparidade e, como tal, não foi registada qualquer imparidade.

Transações com empreendimentos conjunto e associadas

Vide Nota 29 para detalhes sobre a natureza das transações e saldos.

10. Inventários

Políticas contabilísticas

Os inventários, para além do Petróleo bruto detido para venda, encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal, deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização. As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de custo das vendas.

Unid: € m

	2023	2022
	1.447	**1.361**
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	383	276
Petróleo bruto	19	103
Petróleo bruto em trânsito	115	0
Outras matérias-primas	96	126
Gás	4	0
Matérias-primas em trânsito	150	46
Produtos acabados e intermédios	713	811
Produtos acabados e intermédios em trânsito	44	0
Mercadorias	375	389
Reduções de Inventários	(69)	(115)

As alterações nas reduções de inventários são como segue:

Unid: € m

	Notas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Mercadorias	Total
Reduções no início do exercício		**43**	**57**	**14**	**115**
Reduções líquidas	25	(33)	(17)	13	(37)
Outros ajustamentos		0	0	(9)	(9)
Reduções no final do exercício		**10**	**40**	**18**	**69**

11. Clientes e outras contas a receber

Políticas contabilísticas

As contas a receber são inicialmente registadas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor. A Galp realiza atividades de *Underlifting* e *Overlifting* face à sua quota bruta de petróleo. *Underlifting* e *Overlifting* são práticas comuns da indústria destinadas a otimizar a alocação de custos de transporte entre parceiros. Os pagamentos e recebimentos relacionados com *Underlifting* e *Overlifting* são efetuados numa data subsequente em barris de petróleo bruto, conforme definido pelo contrato de partilha da produção (CPP) aplicável.

Clientes e outras contas a receber são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais para os fluxos de caixa (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando estão em imparidade.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Imparidades de contas a receber

O Grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta a perda em caso de *default*. A probabilidade de *default* representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando um *default* ocorre.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Administração relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

Risco de crédito

Para fins de Risco de Crédito, se os clientes forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, a avaliação do risco de crédito avalia a qualidade de crédito do cliente, considerando sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pelo Conselho. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Administração.

As vendas a clientes do retalho são liquidadas em dinheiro ou utilizando os principais cartões de crédito, reduzindo assim o risco de crédito. Não há concentrações significativas de risco de crédito, seja por exposição a clientes individuais, setores específicos da indústria e/ou regiões.

Como medidas de mitigação adicionais do risco de crédito, faz parte da política de risco global da Galp a utilização de garantias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns.

Clientes

Unid: € m

	Notas	2023	2022
		1.395	**1.464**
Clientes		1.507	1.595
Provisões para créditos de cobrança duvidosa		(111)	(131)
Antiguidade da dívida líquida de clientes	**Exposição ao risco**	**1.395**	**1.464**
Não vencidos	Baixo	1.304	1.382
Vencidos até 180 dias	Médio	74	24
Vencidos entre 181 dias e 365 dias	Alto	3	16
Vencidos há mais de 365 dias	Muito alto	14	42

Movimento em provisões para créditos de cobrança duvidosa			
Provisões no início do exercício		**131**	**136**
Aumento	25	38	9
Diminuição	25	(50)	(4)
Utilização		(7)	(7)
Outros ajustamentos		0	(3)
Provisões no final do exercício		**111**	**131**

Outras contas a receber

Unid: € m

	Notas	2023 Corrente	2023 Não Corrente	2022 Corrente	2022 Não Corrente
		931	**305**	**942**	**263**
Estado e outros entes públicos		**109**	**0**	**82**	**0**
Outros devedores		**328**	**225**	**320**	**167**
Blocos não operados		26	0	65	0
Underlifting		108	0	90	0
Outras contas a receber		195	225	165	167
Partes relacionadas		**2**	**0**	**2**	**0**
Ativos resultantes de contratos		**347**	**48**	**401**	**64**
Vendas e prestação de serviços realizadas e não faturadas		224	0	323	0
Acertos de desvio tarifário – "pass through"		26	0	27	0
Outros acréscimos de proveitos		97	48	51	64
Custos diferidos		**154**	**32**	**147**	**32**
Contribuição extraordinária sobre o setor o energético	16	6	11	8	16
Custos diferidos relacionados com serviços		4	11	4	13
Outros custos diferidos		144	11	134	3
Imparidade de outras contas a receber		**(10)**	**0**	**(10)**	**0**

A diminuição da dívida dos blocos não operados está essencialmente relacionada com a diminuição dos devedores da Petrogal Brasil, S.A.

Os outros custos diferidos não correntes incluem o montante de €9 m (2022: €1 m) relacionado com o ativo de benefícios pós-emprego (Nota 17). Outros custos diferidos (correntes) incluem €73 m (2022: €85 m) de licenças de CO_2 adquiridas a serem utilizadas essencialmente em 2024 para satisfazer obrigações ambientais.

O saldo outras contas a receber não correntes inclui um montante de €222 m (2022: €164 m) de um depósito judicial referente a uma ação entre o consórcio BM-S-11 e a ANP. A ANP alega que os campos petrolíferos de Lula e Cernambi, que se encontram localizados dentro do BM-S-11, devem ser unificados para fins de PE, contudo o consórcio tem outro entendimento. Assim, o depósito judicial representa parte da diferença entre os dois critérios em discussão.

Vendas e prestação de serviços realizadas e não faturadas diminuíram em comparação com o ano anterior, refletindo um ambiente de preços mais baixos das commodities (gás e eletricidade) no final do ano, bem como de uma menor procura por gás natural.

Os outros acréscimos de proveitos (correntes) incluem principalmente acréscimos relativos a outros proveitos operacionais, enquanto os não correntes incluem desvios de tarifas de gás natural do mercado regulado.

12. Outros ativos financeiros

Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas a Outros ativos financeiros, consulte a divulgação na Nota 20.

Unid: € m

	Notas	2023		2022	
		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
		207	**351**	**339**	**256**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados– derivados	19	165	96	304	110
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		0	1	0	3
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor – Empréstimos e Capital Subscrito		41	235	34	102
Outros		1	19	1	42

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados refere-se a derivados financeiros (nota 19). O aumento da rubrica Ativos financeiros não mensurados ao justo valor – Empréstimos e Capital Subscrito inclui uma reclassificação de um empréstimo de Investimentos em empreendimentos conjuntos no montante de €174 m (nota 9). A 31 de dezembro de 2023, o justo valor do "Acordo de empréstimo acionista" da Coral FLNG ascende a €169 m (Nota 29).

Durante o ano o empréstimo à Galp IPG Matola Terminal, Lda. foi totalmente reembolsado (€39 m).

13. Caixa e seus equivalentes

Políticas contabilísticas

Os montantes incluídos em caixa e seus equivalentes correspondem a valores monetários, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações financeiras com vencimento inferior a três meses e que podem ser imediatamente mobilizados com risco de alterações de valor insignificantes.

Para efeitos da demonstração do fluxo de caixa, caixa e seus equivalentes incluem também os descobertos bancários registados na demonstração da posição financeira como empréstimos e descobertos.

Os recursos financeiros incluem caixa e seus equivalentes, títulos e valores mobiliários com vencimento original inferior a três meses e linhas de crédito comprometidas, mas não utilizadas, que expiram após um ano.

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os detalhes de caixa e seus equivalentes são os seguintes:

Unid: € m

	Notas	2023	2022
		2.071	**2.421**
Caixa e depósitos bancários		2.200	2.432
Descobertos bancários	14	(129)	(11)

14. Dívida

Política contabilística

Os empréstimos são inicialmente registados pelo justo valor nominal, líquido de gastos incorridos na emissão destes empréstimos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Os gastos de financiamento são calculados pela taxa de juro efetiva, e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo princípio da especialização dos exercícios de acordo com cada contrato de empréstimo.

Unid: € m

	Notas	2023		2022	
		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
		575	**3.026**	**800**	**3.187**
Empréstimos bancários		**279**	**1.392**	**50**	**1.470**
Origination fees		0	(6)	(0)	(6)
Empréstimos bancários e papel comercial		150	1.398	39	1.476
Descobertos bancários	13	129	0	11	0
Obrigações e outros títulos de dívida		**295**	**1.634**	**750**	**1.717**
Origination fees		0	(5)	0	(7)
Obrigações		295	1.139	250	1.224
Outros títulos de dívida		0	500	500	500

O custo médio da dívida financeira no exercício em análise, incluindo encargos com linhas de crédito e descobertos bancários, foi de 3,53% (1,68% em 2022). Em 31 de dezembro de 2023, do montante total de € 3.601m relativo a dívida total (excluindo linhas de crédito e descobertos), cerca de € 1.489m referem-se a empréstimos com taxa de juro fixa.

O justo valor das Notes era de € 484m em 31 de dezembro de 2023 e € 460m em 31 de dezembro de 2022, mensurado com base em variáveis observáveis de mercado e classificado como Nível 1 da hierarquia do Justo Valor (ver a hierarquia do Justo Valor na Nota 20).

Os empréstimos bancários e obrigações, correntes e não correntes, excluindo *origination fees* e descobertos bancários, têm o seguinte plano de amortização em 31 de dezembro de 2023:

Unid: € m

Vencimento	Empréstimos		
	Total	Corrente	Não Corrente
	3.483	**445**	**3.038**
2024	445	445	0
2025	543	0	543
2026	784	0	784
2027	1.046	0	1.046
2028 e seguintes	665	0	665

Para informações comparativas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As variações da dívida durante o período compreendido entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram como se segue:

Unid: € m

	Saldo inicial	Empréstimo obtidos	Amortizações de capital	Movimentações em descobertos bancários	Diferenças cambiais e outros	Saldo final
	3.987	**1.904**	**(2.409)**	**118**	**(0)**	**3.600**
Empréstimos bancários:	**1.520**	**1.685**	**(1.654)**	**118**	**2**	**1.671**
Origination fees	(6)	0	0	0	0	(6)
Empréstimos bancários e papel comercial	1.515	1.685	(1.654)	0	2	1.548
Descobertos bancários	11	0	0	118	0	129
Obrigações e outros títulos de dívida:	**2.467**	**219**	**(755)**	**0**	**(2)**	**1.929**
Origination fees	(7)	0	0	0	2	(5)
Obrigações	1.474	219	(255)	0	(4)	1.434
Outros títulos de dívida	1.000	0	(500)	0	0	500

Para informações comparativas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As seguintes obrigações foram emitidas durante o exercício de 2023:

Unid: € m

Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Vencimento
	219		
GALP ENERGIA/2023	150	EURIBOR 6M + spread	Março 2028
GALP PARQUES FOTOVOLTAICOS DE ALCOUTIM/2023	69	EURIBOR 6M + spread	Junho 2043

Os reembolsos das obrigações emitidas durante o exercício de 2023 foram como segue:

Unid: € m

Reembolsos	Montante em dívida	Taxa de juro	Vencimento	Reembolso
	750			
GALP ENERGIA/2017-EMTN-EUR 500.000.000 OUTROS TÍTULOS DE DÍVIDA FIXOS	500	Fixo	Fevereiro 2023	Fevereiro 2023
EUR 100.000.000 Obrigações com taxa flutuante com vencimento em 2023	100	EURIBOR 6M + spread	Fevereiro 2023	Fevereiro 2023
EUR 150.000.000 Obrigações com taxa flutuante com vencimento em 2023	150	EURIBOR 6M + spread	Março 2023	Março 2023

Adicionalmente, a Galp reembolsou, durante 2023, €5 m de divida programada no âmbito de Project Finance.

15. Fornecedores e outras contas a pagar

Política contabilística

Fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Em geral, o custo amortizado não difere do valor nominal.

Unid: € m

	2023		2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores	**1.268**	**0**	**1.005**	**0**
Outros credores	**1.758**	**95**	**1.506**	**99**
Estado e outros entes públicos	**421**	**0**	**346**	**0**
IVA a pagar	264	0	246	0
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	107	0	88	0
Outros impostos	51	0	12	0
Outras contas a pagar	**279**	**43**	**331**	**44**
Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis	184	43	196	44
Outros credores	95	0	135	0
Empresas relacionadas	**38**	**(3)**	**20**	**0**
Outras contas a pagar	**130**	**11**	**88**	**10**
Acréscimos de custos	**781**	**23**	**701**	**36**
Fornecimentos e serviços externos	579	0	515	0
Remunerações a liquidar - férias e subsídio de férias e respetivos encargos	102	1	83	6
Outros acréscimos de custos	101	21	103	30
Passivos resultantes de contratos	**28**	**0**	**17**	**0**
Outros proveitos diferidos	**81**	**21**	**4**	**10**

Os montantes registados em fornecedores são maioritariamente referentes a compras de petróleo, gás natural, eletricidade e mercadoria em trânsito nessas datas.

"Estado e outros entre públicos – Outros impostos" incluem um montante de €33 m referente ao montante a pagar relacionado com taxas sobre lucros extraordinários.

A rubrica "Outros credores" inclui €18 m de adiantamentos de Clientes (2022: € 49 m) e € 75 m de contas a pagar a blocos petrolíferos não operados (2022: €89 m).

"Outros proveitos diferidos" incluem €77 m de um sinal relacionado com a venda dos ativos de upstream e Angola (Nota 2.2.2).

16. Impostos, imposto sobre o rendimento e contribuições diferidas

Políticas contabilísticas

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo Galp.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e dos respetivos montantes para efeitos de tributação e os prejuízos fiscais reportáveis. O montante dos prejuízos fiscais reportáveis é incluído nos ativos por impostos diferidos quanto existem expectativas de que estes venham a ser utilizados em lucros tributáveis futuros. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas no final do período de relato.

O Grupo paga impostos e Participação Especial no âmbito da atividade de *Upstream* que a Empresa classifica como imposto sobre o rendimento e Participação Especial, nomeadamente:

- Imposto sobre o Rendimento Petrolífero (IRP) em Angola, regulado pela Lei 13/04. A taxa aplicável aos contratos de partilha da produção (CPP) é de 50% sobre o *profit oil* dos projetos. O cálculo do IRP é, em todos os aspetos, semelhante a um imposto sobre o rendimento. Assim, as empresas petrolíferas sujeitas ao IRP não estão sujeitas a outros impostos sobre o rendimento em Angola;

- Participação Especial (PE) no Brasil, regulado pelo Decreto-Lei n.º 2.705 emitido pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). A PE é uma contribuição, devida trimestralmente, calculada pelas concessionárias de petróleo e gás natural com base na produção de cada projeto. A Participação Especial é calculada sobre um determinado proveito, dos quais qual os custos operacionais relacionados com a produção de hidrocarbonetos são deduzidos. A taxa de PE varia entre 0% e 40%, dependendo do nível de produção do projeto.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

A Galp está sujeita a imposto sobre o rendimento nas localizações em que opera. Julgamentos e estimativas significativas são necessários para determinar a estimativa global para imposto sobre o rendimento, ativo e passivo por imposto diferido e provisão para posições fiscais incertas.

Ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os ativos por impostos diferidos são avaliados pela Administração no final de cada período, tendo em conta as expectativas do desempenho futuro do Grupo (ou seja, o Plano Orçamental), e tais ativos só são reconhecidos se houver uma elevada expectativa de recuperação futura.

Estimativas relativas a posições fiscais incerta

No âmbito da realização de negócios a nível global, podem ocorrer disputas relacionadas com impostos e preços de transferência. A Administração exerce o seu julgamento para avaliar o possível desfecho destas disputas. A mensuração de posições fiscais incertas respeitante a estimativas de imposto é efetuada pelo seu valor mais provável e a Galp considera que as provisões constituídas para este efeito são adequadas. No entanto, a obrigação real pode ser diferente deste montante, dependendo do resultado das litigâncias e dos acordos que se venham a celebrar com as autoridades relevantes.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o imposto sobre o rendimento corrente a pagar apresenta-se como segue:

Unid: € m

	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
	0	**3**	**(311)**	**(361)**
Estado e outros entes públicos	0	3	(311)	(361)

O montante total de imposto sobre o rendimento, IRP, PE e CESE I pago durante o exercício de 2023 ascendeu a €1.355 m (2022: €1.087 m).

Os Impostos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram como segue:

Unid: € m

	2023			2022		
	Imposto corrente	Imposto diferido	Total	Imposto corrente	Imposto diferido	Total
Imposto do período	**1.147**	**(149)**	**997**	**1.615**	**(181)**	**1.434**
Imposto sobre o rendimento	507	(152)	355	771	(180)	591
IRP - Imposto sobre o Rendimento Petróleo	25	2	28	26	(1)	25
PE - Participação Especial	615	0	615	818	0	818

Em 31 de dezembro de 2023 os detalhes da Contribuições Extraordinárias sobre o Setor Energético foram os seguintes:

Unid: € m

	Demonstração da posição financeira						Demonstração dos resultados	
	Estado e outros entes públicos	Provisões (Nota 18)			Custo diferido "CESE II" (Nota 11)		Contribuição extraordinária sobre o setor o energético	Taxa sobre lucros extraordinários
	Outros impostos	Taxa sobre lucros extraordinários	CESE I	CESE II	Corrente	Não Corrente		
Em 1 de janeiro de 2023	**0**	**(53)**	**(133)**	**(247)**	**8**	**16**	**0**	**0**
Aumento	(95)	0	(11)	(11)	0	0	44	95
Diminuição	0	0	1	0	(3)	(6)	0	0
Utilização	116	0	79	0	0	0	0	0
Outros ajustamentos	(53)	53	0	0	0	0	0	0
31 de dezembro de 2023	**(33)**	**0**	**(64)**	**(258)**	**6**	**11**	**44**	**95**

Os "outros ajustamentos" na rubrica de "Taxa sobre lucros extraordinários" dizem respeito a uma reclassificação de "Provisões – Taxa sobre lucros extraordinários" (Nota 18) para a rubrica de "Estado e outros entes públicos – Outros impostos".

Durante o período foi reconhecido um custo de €95 m (2022: €53 m) como "Taxa sobre lucros extraordinários" (€31 m de taxa sobre lucros extraordinário na Península Ibérica e €64 m de taxa sobre lucros extraordinário no Brasil – taxa temporária sobre a exportação de produtos petrolíferos), que foi refletido na Demonstração da posição financeira na rubrica "Estado e outros entes públicos - Outros impostos".

Durante o período foi pago um montante de €116 m, respetivamente a taxas sobre lucros extraordinários (Iberia e Brasil), além de um montante €79 m referente à CESE I (Nota 18).

Adicionalmente, foi reconhecido um custo de €44 m (2022: €34 m) como "Contribuição extraordinária sobre o setor o energético" no período, dos quais €14 m foram já pagos.

A rubrica "Estado e outros entes públicos - Outros impostos" do quadro acima refere-se apenas à Taxa sobre lucros extraordinários.

O Grupo Galp opera em várias geografias, através de entidades jurídicas estabelecidas localmente, cujo rendimento tributável é calculado com base nas taxas legais em vigor em cada jurisdição, variando entre 25% em Espanha, 25,8% no Países Baixos, 31,5% em Portugal e 34% no Brasil.

Unid: € m

	2023	2022
Taxa efetiva de imposto	**38,50%**	**44,50%**
Taxa de imposto sobre o rendimento da sociedade Galp Energia SGPS, S.A.	31,50%	31,50%
Aplicação do método de equivalência patrimonial	(0,60%)	(1,30%)
PE- Participação Especial e IRP - Imposto sobre o Rendimento do Petróleo*	24,80%	26,10%
Outros acréscimos e deduções	(17,20%)	(11,80%)

* Os custos relativos a PE, registados na demonstração dos resultados, são dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento no Brasil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos apresenta-se como se segue:

Unid: € m

	Em 1 de janeiro de 2023	Impacto na Demonstração dos resultados	Impacto em Capital Próprio	Efeito da variação cambial	Em 31 de dezembro de 2023
Ativos por impostos diferidos	**559**	**70**	**(19)**	**4**	**616**
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	126	58	0	2	187
Benefícios de reforma e outros benefícios	73	(7)	0	0	66
Prejuízos fiscais reportáveis	36	(7)	0	0	29
Proveitos permitidos	8	(5)	0	0	2
Provisões temporariamente não aceites fiscalmente	246	(12)	0	2	237
Outros	70	43	(19)	0	95
Passivos por impostos diferidos	**(555)**	**79**		**0**	**(476)**
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	(540)	83	0	0	(457)
Proveitos permitidos	(14)	5	0	0	(9)
Outros	(1)	(9)	0	0	(10)

Os prejuízos fiscais relativamente aos quais foram reconhecidos ativos por impostos diferidos foram os seguintes:

Unid: € m

	Prejuízos fiscais reportáveis	Ano limite de utilização	Impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis	**110**		**27**
Espanha	65	Sem limite	16
Moçambique	34	2029	8
Portugal	11	Sem limite	2

Para além dos €110 m acima referidos, existem €65 m (2022: €105 m) de prejuízos fiscais transitados em Espanha para os quais não foram contabilizados ativos fiscais diferidos, com base no julgamento da Administração relativamente ao calendário provável e ao nível de lucros tributáveis futuros.

17. Benefícios pós-emprego e outros benefícios

Políticas contabilísticas

Planos de contribuição definida

A Galp possui um plano de contribuição definida financiado por um fundo de pensões gerido por entidades independentes. As contribuições da Galp para o plano de contribuição definida são registadas na demonstração de resultados no período em que ocorram.

Planos de benefício definido

A Galp tem planos de benefício definido que proporcionam os seguintes benefícios: complemento de pensão de reforma, invalidez e complemento de pensões de sobrevivência; pré-reforma; reforma antecipada; prémio de reforma; e seguro social voluntário.

O pagamento de complementos de pensão por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência, é financiado por um fundo de pensões gerido por uma entidade independente.

Reconhecimento de planos de benefício definido

Os custos do exercício por planos de benefícios pós-emprego são determinados com base no método *Projected Unit Credit*. Este método reflete os serviços prestados pelos empregados à data da avaliação, baseando-se em pressupostos atuariais, bem como na utilização de uma taxa de desconto para determinar o valor presente dos benefícios e as taxas projetadas de crescimento das remunerações. A taxa de desconto é baseada na taxa de rendimento de obrigações de elevada qualidade na Zona Euro. Os ganhos e perdas atuariais resultantes dos ajustamentos de experiência e alterações de pressupostos atuariais são registados em outro rendimento integral no período em que ocorram. As Responsabilidades por Serviços Passados (RSP) são reconhecidas de forma imediata na demonstração dos resultados. O excedente líquido de um plano de benefícios definidos (p.e., ativo) só é reconhecido na medida em que a Galp seja capaz de obter benefícios económicos futuros, tais como reembolsos do plano ou reduções de contribuições futuras. Quando um plano não é financiado, é reconhecido um passivo pelas obrigações com benefícios de reforma na demonstração da posição financeira. Os custos reconhecidos com benefícios de reforma estão incluídos em Custos com o pessoal. A obrigação líquida reconhecida na posição financeira é reportada no passivo não corrente.

Outros benefícios pós-emprego

Juntamente com os planos acima mencionados, a Galp fornece benefícios adicionais relacionados com cuidados de saúde, seguro de vida e benefícios mínimos (para invalidez e sobrevivência).

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Pressupostos demográficos e financeiros usados para calcular as responsabilidades com benefícios pós-emprego

A contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego requer que sejam feitas estimativas ao mensurar o excesso ou insuficiência do plano de pensões do Grupo. Essas estimativas requerem a utilização de pressupostos em relação a eventos incertos, incluindo taxas de desconto, inflação e esperança de vida.

Benefícios pós-emprego

Unid: € m

	Notas	2023	2022
Ativo registado na rubrica "Outras contas a receber" (não correntes)	11	9	1
Passivo		(225)	(252)
Responsabilidades líquidas		**(216)**	**(250)**
Obrigações, das quais:		**(414)**	**(453)**
Serviços passados cobertos pelo Fundo de Pensões		(188)	(202)
Passivos relativos a outros benefícios		(226)	(251)
Ativo		**198**	**203**

Obrigações pós emprego

Unid: € m

	2023	2022
Responsabilidades por serviços passados no final do exercício	**414**	**453**
RSP no final do exercício anterior	453	500
Custo dos serviços correntes	5	6
Custo de juros	13	7
(Ganhos)/perdas atuariais	(3)	1
Pagamento de benefícios efetuados pelo fundo	(21)	(21)
Pagamento de benefícios efetuados pela Empresa	(30)	(34)
Alterações ao plano de benefícios	0	0
Cortes - Reformas antecipadas	0	0
Cortes - Pré-reformas	1	1
Cortes - Migração para CD	0	1
Outros ajustamentos	(4)	(8)

A maturidade média dos passivos associados aos planos de benefícios definidos é de 8,3 anos (2022: 8,5 anos).

Em 31 de dezembro de 2023, a repartição do valor esperado dos pagamentos de benefícios futuros para os próximos quatro anos é como segue:

Unid: € m

Expetativa de pagamento do Grupo	Total	Benefícios de reforma	Outros benefícios
	97	**51**	**46**
2024	29	18	12
2025	26	14	12
2026	22	11	11
2027	20	8	11

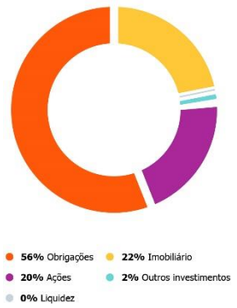
Fundo de pensões de benefício definido

Unid: € m

	Notas	2023	2022
Valor dos ativos no final do exercício corrente		**198**	**203**
Valor dos ativos no final do exercício anterior		203	248
Juro líquido	26	6	4
Contribuição dos associados		0	0
Pagamento de benefícios		(21)	(21)
Cortes		0	1
Ganhos/(perdas) financeiras		10	(29)

A hierarquia do justo valor dos ativos é maioritariamente Nível 1 para ações e outros investimentos e uma combinação uniforme de Nível 1 e 2 para obrigações e imóveis. O Nível 1 inclui instrumentos financeiros avaliados com base em cotações de mercado líquidas, p.e. da Bloomberg. O Nível 2 inclui instrumentos financeiros avaliados a preços observáveis nos mercados líquidos atuais para o mesmo instrumento financeiro fornecido por contrapartes externas, disponíveis através da Bloomberg.

Tipo de ativos



Unid: € m

	2023	2022
Retorno Real dos Ativos do Plano (%)	8,36%	(10,45%)
Retorno Real dos Ativos do Plano	16	(26)

O número de participantes e beneficiários dos fundos de pensões foi de 5.385 em dezembro de 2023 e de 5.564 em dezembro de 2022.

Custos com benefícios pós-emprego

Unid: € m

	Notas	2023	2022
Custo dos serviços correntes	26	5	6
Custo de juros	27	7	3
Custo líquido do exercício antes de eventos especiais		**12**	**9**
Impacto de cortes - reformas antecipadas	26	0	0
Impacto de cortes - pré-reformas	26	1	1
Outros ajustamentos	26	(6)	(9)
Custo líquido do exercício com gastos do plano de benefícios definidos		**8**	**1**
Contribuição definida	26	6	5
Custo líquido do exercício com gastos do plano de contribuição definida		**6**	**5**
Total		**14**	**6**

Remensurações

Unid: € m

	Notas	2023	2022
		(13)	**(30)**
Ganhos e perdas reconhecidos através de outro rendimento integral		**(13)**	**(30)**
Ganho/(perda) atuarial de experiência		(23)	(14)
Ganho/(perda) atuarial por alteração de pressupostos		0	12
Ganho/(perda) financeiro		10	(29)
Outros ganhos/perdas		0	0
Impostos relacionados aos ganhos e perdas atuariais	**16**	**0**	**0**

Pressupostos

	Benefícios de reforma		Outros benefícios	
	2023	2022	2023	2022
Taxa de rendimentos dos ativos	3,75%	3,00%	-	-
Taxa de desconto	3,75%	3,00%	3,75%	3,00%
Taxa de crescimento dos salários/custos	3% (2024);2% (2025);1% (2026-)	4% (2023-24);1% (2025-)	3% (2024);2% (2025);1% (2026-)	4% (2023-24);1% (2025-)
Taxa de crescimento das pensões	1,50% (2024);1,00% (2025);0,5% (2026-)	[1.40% - 4,00%] -2023-24: [0,5%-1,40%] - 2025-	[1,40% - 3,00%] -2024-25: [0,5%-1,40%] - 2026-	4,00% (2023-24);1,00% (2025-)
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	TV88/90	TV88/90	TV88/90	TV88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV88/90	TV88/90	TV88/90	TV88/90
Tábua de invalidez	50% EVK 80	50% EVK 80	50%EVK80	50%EVK80
Idade normal de reforma	67 anos, exceto para os casos de antecipação para 66 ou 65 anos se pelo menos com 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos, respetivamente	67 anos, exceto para os casos de antecipação para 66 ou 65 anos se pelo menos com 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos, respetivamente	67 anos, exceto para os casos de antecipação para 66 ou 65 anos se pelo menos com 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos, respetivamente	67 anos, exceto para os casos de antecipação para 66 ou 65 anos se pelo menos com 43 ou 46 anos de descontos para a S.S. aos 65 anos, respetivamente
Método	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada	Unidade de crédito projetada

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade da taxa de desconto

		Unid: € m
Taxa de desconto 3,75%		-0,25%
Total	**414**	**8**
Benefícios de reforma	263	4
Outros benefícios	151	4

Análise de sensibilidade da taxa de crescimento dos custos do seguro de saúde

			Unid: € m
Taxa de Crescimento de 3%		-1,00%	1,00%
Serviços Passados	132	(13)	16

18. Provisões e ativos e passivos contingentes

Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas unicamente quando: (1) o Grupo tem uma obrigação presente resultante de um evento passado; (2) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (3) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. A Galp calcula as suas estimativas com base na avaliação do desfecho mais provável. Disputas para as quais não pode ser efetuada uma estimativa fiável são divulgadas como passivos contingentes.

As provisões para custos de descomissionamento e restauração de blocos destinam-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp no final da vida útil de produção das áreas petrolíferas. O cálculo é efetuado com base numa estimativa de custos totais de abandono enviada pelo operador, os quais são reconhecidos pela Galp de forma proporcional assim que constrói cada poço produtor. Estas provisões são capitalizadas como parte dos ativos (Nota 5).

As provisões para despesas ambientais surgem principalmente em ligação com instalações de fabrico de produtos petrolíferos, tais como refinaria, logística e instalações de armazenamento. As despesas ambientais necessárias para que o Grupo obtenha benefícios económicos futuros dos seus ativos são capitalizadas como parte desses ativos. As despesas relacionadas com uma condição existente causada por operações passadas que não contribuem para resultados futuros são consideras despesas. As responsabilidades por custos ambientais são reconhecidas quando surge uma obrigação legal ou construtiva ou quando uma descontaminação é provável e os custos associados podem ser estimados de forma fiável. Tais obrigações também podem concretizar-se durante o período de funcionamento de uma instalação ou de parte dela através de uma alteração na legislação ou através de um compromisso com um plano de ação formal, uma decisão de terminar as operações ou, se anterior, durante o desinvestimento ou o encerramento de instalações inativas. O montante reconhecido é a melhor estimativa para satisfazer a obrigação. As provisões ambientais para descontaminação são estimadas, tendo como base tecnologia existente, preços futuros e atualizadas com uma taxa de desconto nominal.

Outras disposições são reconhecidas no período em que uma obrigação surge, e o montante pode ser razoavelmente estimado.

As provisões para disputas legais incluem vários tipos de provisões vinculados a disputas legais em curso. A Administração faz estimativas referentes a provisões e contingências, incluindo a avaliação da probabilidade de desfecho dos resultados de litígios pendentes e potenciais. Estes são, por natureza, dependentes de eventos futuros inerentemente incertos. Ao determinar os resultados prováveis do litígio, a Administração considera os pareceres dos seus advogados, bem como a experiência passada.

Embora a Administração acredite que os montantes totais das provisões para processos judiciais sejam adequados tendo por base as informações atualmente disponíveis, não há garantias de que não ocorrerão mudanças nos factos ou de que os valores de futuros processos, reivindicações, procedimentos ou investigações não sejam materiais.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Provisões para ações judiciais e outros litígios

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar das estimativas efetuadas devido a diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registada.

Provisões para descomissionamento

As provisões para custos de descomissionamento e restauração, que surgem principalmente associadas a instalações de produção de hidrocarbonetos e oleodutos, são mensuradas com base nos requisitos, tecnologia e níveis de preços atuais; o valor presente é calculado com base em valores descontados e considerando a vida útil económica dos bens. O passivo é reconhecido (juntamente com o valor correspondente ao ativo tangível em questão) sempre que exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelar um ativo, restaurar o local em que o mesmo está localizado e quando uma estimativa razoável possa ser efetuada. Os efeitos das alterações decorrentes de revisões no prazo ou no valor da estimativa original da provisão são refletidos prospectivamente, ajustando o valor contabilístico do ativo tangível relacionado. No entanto, quando não há ativo relacionado, ou a alteração implica um valor contabilístico nulo, o efeito, ou o valor excedente da redução do ativo relacionado, é reconhecido na demonstração de resultados. A taxa de desconto aplicada em 31 de dezembro de 2023, situou-se entre 3,68% - 4,25% (2022: 3% - 4,6%).

Provisões ambientais

A Galp efetua igualmente juízos e estimativas para o cálculo das suas obrigações conhecidas nomeadamente as obrigações relativas o abandono de instalações e descontaminação de solos, baseados na informação atual relativa a custos esperados e planos de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações da legislação e regulamentos, alterações das condições de uma determinada localização, bem como variação nas tecnologias de reabilitação. Desse modo, qualquer alteração nas circunstâncias associadas a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos, poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estas matérias. O prazo e o valor dos gastos futuros, relacionados com provisões ambientais são revistos anualmente, juntamente com a taxa de juro utilizada no desconto dos fluxos de caixa.

A taxa de desconto aplicada em 31 de dezembro de 2023, situou-se entre 2,11% - 3,63% (2022: 3% - 4,6%).

Os custos de abandono das instalações (desmantelamento) associados à refinação, logística e instalações de armazenamento não são geralmente reconhecidos, uma vez que as potenciais obrigações não podem ser mensuradas, dadas as suas datas de liquidação indeterminadas. Relativamente aos ativos de refinação (Sines), a Administração está a desenvolver planos para as instalações existentes remanescentes na carteira, que seriam compatíveis com a estratégia de Transição Energética da Galp (Nota 2.1). A Galp revê periodicamente os seus ativos de longa duração das instalações de refinaria, logística e armazenamento de forma regular para determinar quaisquer alterações nos factos e circunstâncias, incluindo a vida útil esperada, que possam resultar no reconhecimento de uma provisão.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as provisões apresentavam o seguinte detalhe:

Unid: € m

	Dezembro 2023					Dezembro 2022
	Descomissionamento/matérias ambientais	CESE (I e II)	Taxa sobre lucros extraordinários	Outras provisões	Total	
No início do exercício	**715**	**380**	**53**	**282**	**1.430**	**1.208**
Provisões adicionais e aumento das provisões existentes	33	22	0	58	113	219
Diminuição das provisões existentes	(11)	(1)	0	(1)	(13)	(2)
Utilização no exercício	(6)	(79)	0	(11)	(96)	(30)
Regularizações	52	0	(53)	(44)	(45)	(64)
Ajustamentos no exercício	(14)	0	0	62	48	99
No final do exercício	**769**	**322**	**0**	**346**	**1.437**	**1.430**

Os aumentos e diminuições das provisões durante o exercício apresentam-se como se segue:

Unid: € m

	Processos judiciais	Provisões	Ativos tangíveis	(Ganhos) e perdas financeiras	CESE	Custos diferidos CESE	Resultados de participações financeiras	Outros	Total
2023	**34**	**49**	**(42)**	**16**	**30**	**(8)**	**0**	**22**	**100**
Custos de descomissionamento/ambientais	0	47	(42)	16	0	0	0	1	22
Taxa sobre lucros extraordinários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CESE I e II	0	0	0	0	30	(8)	0	(1)	21
Outras provisões	34	2	0	0	0	0	0	21	57

Para informações comparativas, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Descomissionamento de blocos e custos ambientais

O montante de €769 m inclui essencialmente uma provisão para o abandono de blocos (€389 m), estabelecida para cobrir os custos a incorrer para obrigações de reforma de ativos no final da vida útil dessas áreas (€370 m no Brasil e €19 m em Moçambique) e uma provisão para custos ambientais estabelecida para custos de desmantelamento, descomissionamento e descontaminação da refinaria de Matosinhos (€269 m) e uma provisão para desmantelamento e descontaminação de estações de serviços e parques logísticos (€70 m).

CESE I e II

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica CESE (I e II) - "Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético I e II" no montante de €322 m representa a responsabilidade total à data e corresponde às contribuições efetuadas entre 2014 e 2023. Em 2023, o Grupo pagou um montante de €79 m, relativo à CESE I para os períodos de 2014 a 2017.

Em 2014, o Grupo foi sujeito a um imposto especial (Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético CESE I), nos termos do artigo n.º 228 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, que declara que as empresas do sector da energia que detém ativos líquidos em determinadas atividades, a partir de 1 de janeiro de 2014, estão sujeitas a um imposto calculado sobre o montante de ativos líquidos elegíveis a partir dessa data.

Em 2015, o Grupo foi sujeito a um imposto especial (Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético, CESE II), nos termos da Lei n.º 33/2015 de 27 de abril e da Portaria n.º 157-B/2015, de 28 de maio. A CESE II aplica-se ao valor das vendas futuras, com base nos quatro contratos existentes de fornecimento de GNL de longo prazo, em regime de *take-or-pay*. Em 2017, nos termos da Portaria n.º 92-A/2017 de 2 de março, o valor económico dos contratos *take-or-pay* foi alterado, o que se refletiu no aumento da provisão da CESE.

De acordo com a lei e os regulamentos fiscais, a Galp contabilizou adequadamente a obrigação legal da CESE I e II, embora estas obrigações estejam atualmente sujeitas a litígio legal.

Outras provisões

O valor de €344 m de outras provisões inclui uma provisão de €222 m (2022: €162 m) referente a uma disputa entre a ANP e o consórcio do BM-S-11, conforme explicado na Nota 11 e uma provisão de €26 m (2022: €72 m) relativamente ao compromisso de reembolsar a CESE I aos acionistas da Floene na sequência do contrato de compra e venda. A regularização no período, no valor de €44 m, respeita a uma reversão parcial da obrigação (CESE I) resultante da decisão favorável do tribunal constitucional a uma entidade pertencente ao Grupo Floene Energias, S.A. relativamente ao litígio existente com a autoridade fiscal. Os ajustamentos no período, no valor de €62 m dizem sobretudo respeito ao aumento de €60 m do litígio com a ANP.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa e as suas subsidiárias apresentavam processos de liquidações adicionais de IRC no montante total de €33 m para os quais provisões no montante de €11 m foram constituídas em anos anteriores.

Não foram reconhecidas provisões para contingências fiscais relacionadas com operações no Brasil no montante de €318 m (2022: €230 m), essencialmente relacionadas com a retenção na fonte (IRRF) e outros impostos ou taxas (PIS/COFINS e CIDE) relacionadas com pagamentos de aluguer de embarcações no exterior (2023: €185 m e 2022: €159 m). Não é esperado que seja requerido um pagamento para satisfazer a obrigação. Caso a Galp seja requerida a pagar tais impostos ou taxas, poderá resultar num potencial passivo de aproximadamente €318 m (€230 m em 2022).

19. Instrumentos financeiros derivados

Políticas contabilísticas

Instrumentos financeiros derivados

Por vezes, o Grupo utiliza instrumentos derivados para cobrir o risco de taxa de juro e outros riscos de mercado, particularmente no que respeita ao risco de variações no preço de petróleo bruto, produtos acabados e margem de refinação, bem como o risco de variação de preço de gás natural e eletricidade que afetam o valor financeiro dos ativos e os fluxos de caixa futuros expectáveis das suas atividades.

Os ganhos e perdas realizados na liquidação financeira das mercadorias (isto é, Brent, eletricidade e gás) futuros e *swaps* são apresentados dentro do custo das vendas, exceto se os futuros de *commodities* forem fisicamente liquidados, enquanto os ganhos e perdas serão registados em vendas como um ajustamento de preço da *commodity* vendida. Alterações de justo valor de posições em aberto são apresentadas em resultados financeiros, na rubrica de Rendimentos de instrumentos financeiros. Dado que os futuros são negociados em bolsa, sujeitos a compensação central, os ganhos e perdas são continuamente registados em rendimentos de instrumentos financeiros derivados até à data de maturidade, exceto se designados numa relação de cobertura de fluxo de caixa em que são registados em reservas de cobertura.

Ganhos e perdas realizados com *Forwards* e *Swaps* cambiais são apresentados em Custo das Vendas se estiverem relacionados com transações de *commodities*, caso contrário, são apresentados em resultados financeiros, em diferenças de câmbio realizadas. Alterações ao justo valor de posições em aberto são apresentadas em resultados financeiros, em diferenças de câmbio não realizadas.

Alguns contratos bilaterais de *Title Transfer Facility* – "TTF" que são de entrega física são contabilizados como derivados porque satisfazem o critério de liquidação pelos valores líquidos e não satisfazem o critério de isenção para uso próprio (*own use exemption criteria*). O justo valor desses contratos é apresentado conjuntamente com *Swaps* nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos financeiros são compensados se a Galp tiver um direito legalmente executável de compensação e se existir intenção de os liquidar numa base líquida ou de realizar o ativo e passivo em simultâneo.

Os resultados do 1º dia (*Day one gains or losses*) classificados como nível 3 na hierarquia do justo valor não se qualificam para reconhecimento nas demonstrações financeiras. Estes resultados do 1º dia são divulgados nas demonstrações financeiras e apenas reconhecidos quando os preços se tornam suficientemente observáveis ou à medida que o contrato atinge o seu termo. Os montantes de ganhos cumulativos de MTM do 1º dia não reconhecidos ascendem a €5,7 m (2022: €6,3 m). O montante cumulativo é reconhecido em resultados do exercício durante a vida do derivado.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados são designados como de cobertura contabilística se cobrirem fluxos de caixa referentes a preços de *commodities* (riscos associados com transações altamente prováveis de compras de gás). Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo para cobrir o risco de taxa de juro da dívida a taxa flutuante são designados como coberturas de fluxo de caixa qualificadas do risco de taxa de juro. Os indexantes são idênticos aos contratos celebrados com clientes e bancos, reduzindo a ineficácia da cobertura. Alguns derivados que são realizados para gerir riscos, tais como aqueles que gerem riscos globais de posições líquidas de preços de *commodities* (margens petrolíferas) e futuras compras de eletricidade e gás, não qualificam ao abrigo da norma IFRS 9, como coberturas contabilísticas e deste modo são contabilizados como derivados de negociação em que as flutuações do seu justo valor são reconhecidas de forma imediata nos resultados.

As alterações de justo valor dos instrumentos derivados designados em relações de cobertura de fluxos de caixa são reconhecidas em capital próprio na rubrica de reservas de cobertura.

Nas situações em que o instrumento derivado deixe de reunir as condições para qualificar como instrumento de cobertura de fluxo de caixa, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura são acrescidas ao valor contabilístico do ativo que deu origem à transação de cobertura, apenas se o derivado se venceu e a cobertura é eficiente. De outro modo, se a cobertura não for eficiente, as reavaliações subsequentes são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados. Se a cobertura for descontinuada porque já não se espera que a transação ocorra, todo o *Mark-to-Market* (MTM) diferido no capital próprio é reclassificado para resultados. Se houver uma alteração no objetivo de gestão de risco, mas ainda se espera que a transação coberta ocorra, o montante na reserva de cobertura de fluxo de caixa é reconhecido em resultados quando a transação anteriormente coberta afeta a demonstração de resultados. A contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence, é vendido, a Administração altera a estratégia de gestão do risco ou os seus objetivos, ou uma transação deixa de ser altamente provável.

Em 2023, a cobertura da compra prevista de eletricidade altamente provável foi descontinuada e venceu, sendo que todos os montantes anteriormente diferidos na reserva de cobertura de fluxos de caixa foram reclassificados para resultados com as operações anteriormente cobertas.

Os derivados financeiros são mensurados pelo seu justo valor.

Para mais explicações sobre os métodos de avaliação utilizados e atividades de gestão do risco de derivados vide Nota 20.

A posição financeira dos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é detalhada como segue:

Unid: € m

	2023					2022				
	Ativos (Nota 12)		Passivos		Capital Próprio	Ativos (Nota 12)		Passivos		Capital Próprio
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	
	169	**96**	**(100)**	**(99)**	**71**	**304**	**110**	**(373)**	**(48)**	**18**
Derivados designados de cobertura										
Gás										
Swaps	44	29	0	0	74	0	0	0	0	0
Eletricidade										
Futuros	0	0	0	0	0	15	0	0	0	15
Taxa de juro										
Swaps (IRS)	0	2	0	(6)	(4)	0	3	0	0	3
Derivados não designados de cobertura										
Petróleo										
Futuros	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Swaps	1	0	(1)	0	0	125	0	(205)	0	0
Gás										
Futuros	4	0	0	0	0	25	0	0	0	0
Swaps	87	36	(89)	(39)	0	60	29	(155)	(36)	0
Opções	18	2	(7)	(1)	0	0	0	0	0	0
Eletricidade										
Futuros	7	0	0	0	0	13	0	0	0	0
Swaps	8	1	(3)	(53)	0	63	38	(10)	(12)	0
Derivados sobre câmbios										
Forwards	0	0	0	0	0	4	0	(3)	0	0
Taxa de juro										
Swaps (IRS)	0	26	0	0	0	0	40	0	0	0

Os derivados são classificados como corrente e não corrente, conformidade com a data expectável para a sua liquidação.

Durante os exercícios de 2023 e de 2022, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivados com o objetivo de cobrir a exposição económica principalmente relacionada com alterações nos preços de petróleo, eletricidade e gás natural e taxas de juro. Os derivados para cobertura das taxas de juro e alguns derivados para cobertura do preço do gás foram designados como coberturas de fluxos de caixa qualificadas.

O nocional dos derivados em aberto e as respetivas maturidades são apresentados abaixo:

Unid: € m

		Dezembro 2023		Dezembro 2022	
		Vencimento		Vencimento	
		Menos de 1 ano	1 ano ou mais	Menos de 1 ano	1 ano ou mais
		34	**(418)**	**(48)**	**(437)**
Derivados designados de cobertura					
Futuros de *commodities*	Compra	0	0	(6)	0
	Vendas	0	0	0	0
Swaps de *commodities*	Compra	0	0	0	0
	Vendas	126	99	0	0
IRS	Compra	0	(130)	0	(16)
	Vendas	0	0	0	0
Derivados não designados de cobertura					
Futuros de *commodities*	Compra	(237)	(2)	(875)	(4)
	Vendas	205	2	876	4
Swaps de *commodities*	Compra	(243)	(291)	(547)	(231)
	Vendas	209	160	525	75
Opções de *commodities*	Compra	(62)	(8)	0	0
	Vendas	36	5	0	0
IRS	Compra	0	(253)	0	(265)
	Vendas	0	0	0	0
Forwards e *swaps* cambiais	Compra	0	0	(43)	0
	Vendas	0	0	22	0

Nocional = Preço Fixo x Quantidades

O impacto contabilístico em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivados é apresentado no quadro seguinte:

Unid: € m

	2023				2022			
			Demonstração dos resultados	Capital Próprio			Demonstração dos resultados	Capital Próprio
	MTM	Real (Nota 25)	MTM + Realizado		MTM	Real (Nota 25)	MTM + Realizado	
	(23)	**47**	**24**	**53**	**787**	**(983)**	**(196)**	**(13)**
Derivados designados de cobertura								
Gás								
Swaps (Cobertura de fluxo de caixa)	0	0	0	74	0	0	0	0
Eletricidade								
Futuros	0	0	0	(15)	0	35	35	(34)
Swaps	0	0	0	0	0	(12)	(12)	18
Taxa de juro								
Swaps (IRS)	0	1	1	(7)	0	0	0	3
Derivados não designados de cobertura								
Petróleo								
Futuros	0	0	0	0	0	10	10	0
Swaps	80	(77)	3	0	(84)	(363)	(447)	0
Opções	0	0	0	0	4	(4)	0	0
Gás								
Futuros	(97)	140	43	0	590	(899)	(308)	0
Swaps	95	(5)	89	0	318	153	471	0
Opções	13	0	13	0	0	0	0	0
Eletricidade								
Futuros	32	(45)	(13)	0	1	(40)	(39)	0
Swaps	(131)	20	(111)	0	(44)	78	34	0
Derivados sobre câmbios								
Forwards	0	5	5	0	(19)	59	40	0
Taxa de juro								
Swaps (IRS)	(14)	8	(6)	0	21	0	21	0

O MTM relativo a *Swaps* e *Forwards* cambiais (2023: nulo) é reconhecido em Resultados Financeiros dentro das variações cambiais e os montantes realizados são reconhecidos em Outros custos operacionais (€5 m) entre a liquidação de outras Divisas de Faturação com Clientes e Fornecedores.

A posição financeira de 2023 mostra no capital próprio, sob a rubrica de Reservas de cobertura, o montante positivo de €71 m relativo às coberturas de fluxo de caixa. A cobertura de fluxo de caixa refletida em capital próprio, quando liquidada, é reclassificada para a demonstração de resultados no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos expectáveis afetam o resultado (quando a venda do derivado de cobertura acontece). O montante de instrumentos de cobertura liquidados relativamente a coberturas de fluxos de caixa ascende a € 1m positivo em 2023 e € 23m positivos em 2022 e foi reconhecido na rubrica Custo das vendas.

Em 2022 as posições fechadas com futuros sobre commodities incluem um custo de €401 m, relacionado com futuros do gás que foram realizados fisicamente em Bolsa, que foi refletido em vendas como um ajustamento ao preço do gás vendidos (Nota 24).

Estimativa contabilística significativa

O MTM não realizado sobre *swaps* não atribuídos (no valor de €131 m) inclui MTM negativos (no valor de €119 m), relativos a Contratos de Aquisição de Energia (CAE) Sintéticos de projetos solares em Espanha, para os quais a avaliação do justo valor não se baseou em dados observáveis de mercado (Nível 3). Os derivados têm várias datas de início, sendo que o primeiro teve início no segundo semestre de 2020, e todos têm uma vida útil de cerca de 12 anos. Incluída nestes estes Contratos de Aquisição de Energia Sintéticos, encontra-se uma quantidade fixa de Garantias de Origem transferida dos projetos solares para a Galp no mesmo período. Todo o acordo é registado como uma única unidade contabilística ao Justo valor por resultados sem que haja separação contabilística respeitante às Garantias de Origem.

Os *inputs* no modelo de avaliação incluem volumes contratuais fixos, preços de eletricidade previstos, seleção do cenário para o preço *forward* e imposto sobre a produção de energia em Espanha.

A estimativa do justo valor é altamente sensível a mudanças em *inputs* não observáveis e as mudanças nesses inputs podem resultar numa mensuração do justo valor significativamente superior ou inferior. O MTM total destes CAE em 31 de dezembro de 2023 é de € 48m.

A rubrica de Rendimentos de instrumentos financeiros inclui o valor potencial de MTM de derivados de *commodities*, conforme o quadro abaixo:

Unid: € m

	2023	2022
	(22)	**806**
Swaps de *commodities*	44	170
Opções	13	4
Futuros de *commodities*	(65)	591
Swaps de taxa de juro (IRS)	(14)	41
Outras operações de negociação	(0)	0

A tabela acima inclui o MTM de todos os derivados financeiros, exceto derivados cambiais que são contabilizados na rubrica Variação cambial.

A maturidade dos derivados apresentados no passivo na demonstração da posição financeira são como segue:

Unid: € m

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	2 anos ou mais	Total
2023				
Swaps de *commodities*	93	51	41	185
IRS	0	0	6	6
Opções de *commodities*	7	1	0	7
2022				
Swaps e opções de *commodities*	370	35	13	418
Forwards de taxas de câmbio	3	0	0	3

De salientar que, apesar da atual posição passiva ser no valor de € 198 m (2022: €422 m), o Grupo Galp tem atualmente posições ativas no valor de € 165 m (2022: €414 m) relacionadas com derivados a receber. A posição líquida é uma responsabilidade de €33 m (2022: €8 m).

20. Ativos e passivos financeiros

Políticas contabilísticas

A Empresa classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;

b) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;

c) Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados (derivados).

A Administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e efetua uma reavaliação no final de cada período de relato, se, e apenas se, ocorrer uma mudança no modelo de negócio. Para passivos financeiros, a alteração da classificação não é permitida.

Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas a partir da data de negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos financeiros ao justo valor através de resultados são, subsequentemente, registados ao justo valor. As divulgações de justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no final do período de relato.

Contudo, os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao custo, como uma aproximação do seu justo valor. Uma vez que não são cotados numa bolsa de valores, não se encontra disponível informação recente que permita estimar o se justo valor de forma fiável, e os montantes em questão são imateriais.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira quando os direitos a receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e a Galp tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são compostos principalmente por investimentos em participações. Quando esses tipos dos ativos financeiros são desreconhecidos, o ganho ou a perda será mantida no capital próprio. Os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivados que são mantidos exclusivamente para pagamentos de capital e juros ("SPPI"). Se a cobrança é esperada dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se mais), eles são classificados como ativos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos não correntes.

Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo justo valor. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado através do método do juro efetivo, deduzidos de imparidades.

Hierarquia de Justo Valor

Em conformidade com as normas contabilísticas em vigor, uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor com base numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração.

A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 – O justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2 – O justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em inputs observáveis no mercado; e
- Nível 3 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Quando os justos valores dos ativos e passivos financeiros registados na demonstração da posição financeira não podem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, o seu justo valor é mensurado através de técnicas de avaliação interna, incluindo o modelo dos fluxos de caixa descontados (FCD). Os *inputs* para estes modelos são retirados de mercados observáveis sempre que possível, mas quando tal não é viável, é necessário um certo grau de julgamento para estabelecer justos valores. Os julgamentos incluem considerações de *inputs* tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas metodologias de avaliação e nos pressupostos associados a estes fatores podem afetar o justo valor reportado dos instrumentos financeiros.

Unid: € m

2023		Total do Justo valor	Mensuração do justo valor usando			Valor contabilístico
			Cotações em mercados ativos (Nível 1)	*Inputs* observáveis no mercado (Nível 2)	*Inputs* não observáveis no mercado (Nível 3)	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados	**Nota**					
Swaps	19	236	0	236	0	236
Opções	19	18	0	18	0	18
Futuros de *commodities*	19	7	7	0	0	7
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral						
Investimento de capital	12	1	0	0	1	1
		262	**7**	**254**	**1**	**262**
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado para os quais o justo valor deve ser divulgado						
Empréstimos e Capital subscrito	12	277	0	0	277	277
Clientes e outras contas a receber	11	2.631	0	0	2.631	2.631
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados						
Swaps	19	(191)	0	(149)	(42)	(191)
Opções	19	(7)	0	(7)	0	(7)
		(198)	**0**	**(156)**	**(42)**	**(198)**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado para os quais o justo valor deve ser divulgado						
Empréstimos e papel comercial	14	1.547	0	1.547	0	1.547
Fornecedores e outras contas a pagar	15	3.121	0	0	3.121	3.121
Obrigações	14	1.434	0	1.434	0	1.434
Notas	14	484	484	0	0	500

Unid: € m

2022		Total do Justo valor	Mensuração do justo valor usando			Valor contabilístico
			Cotações em mercados ativos (Nível 1)	*Inputs* observáveis no mercado (Nível 2)	*Inputs* não observáveis no mercado (Nível 3)	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados	**Nota**					
Swaps	19	355	0	265	90	355
Futuros de *commodities*	19	53	53	0	0	53
Forwards	19	4	4	0	0	4
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral						
Investimento de capital	12	3	0	0	3	3
		414	**56**	**265**	**93**	**414**
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado para os quais o justo valor deve ser divulgado						
Empréstimos e Capital subscrito	12	136	0	0	136	136
Clientes e outras contas a receber	11	2.669	0	0	2.669	2.669
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados						
Swaps	19	(418)	0	(399)	(19)	(418)
Forwards	19	(3)	(3)	0	0	(3)
		(421)	**(3)**	**(399)**	**(19)**	**(421)**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado para os quais o justo valor deve ser divulgado						
Empréstimos e papel comercial	14	1.515	0	1.515	0	1.515
Fornecedores e outras contas a pagar	15	2.609	0	0	2.609	2.609
Obrigações	14	1.474	0	1.474	0	1.474
Notas	14	959	959	0	0	1.000

21. Gestão de riscos financeiros

Política contabilística

O Grupo Galp dispõe de normas, modelos, metodologias e sistemas para apoiar a identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos diferentes riscos a que está exposto, nomeadamente os riscos financeiros, e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com diretrizes corporativas aplicáveis a toda a Empresa.

A Administração avaliou os seguintes riscos relevantes:

Tipo	Exposição ao risco
Risco de preço de *commodities*	Alto
Risco da taxa de câmbio	Médio
Risco de taxa de juro	Médio
Risco de Liquidez e Seguro	Alto
Risco de crédito	Médio

Risco da volatilidade do preço de *commodities*

Fatores como as incertezas macroeconómicas, os riscos geopolíticos (incluindo o conflito prolongado na Ucrânia e uma potencial escalada do conflito entre Israel e o Hamas), os riscos tecnológicos, as restrições de abastecimento e as circunstâncias operacionais podem ter impacto na oferta e na procura de petróleo, produtos petrolíferos, gás natural, GNL e eletricidade. Alterações nos padrões de consumo, aumento da procura de soluções com menor emissão de dióxido de carbono, catástrofes naturais e situações extremas como pandemias podem também afetar a procura e a oferta de petróleo e gás, influenciando os preços destas matérias-primas.

O risco de volatilidade nos preços de *commodities* é mitigado através de instrumentos de cobertura disponíveis na bolsa e no mercado de balcão (OTC - *Over-the-Counter*), tais como Futuros e *Swaps*. (Nota 19). A gestão destes riscos encontra-se estabelecida numa política de risco específica, incluindo estratégias de cobertura, bem como limites de exposição. O programa estratégico de cobertura é anualmente definido/revisto.

Adicionalmente e em relação às atividades petrolíferas, de gás natural e de eletricidade, o Grupo mitiga este risco pelo estabelecimento de compra e venda de brent, gás natural e eletricidade com indexantes semelhantes, para proteger a margem do negócio de movimentos adversos do mercado.

Análise da sensibilidade ao preço das commodities

A análise de sensibilidade foi efetuada para saldos relacionados com derivados financeiros sobre *commodities*. Uma desvalorização imediata de 10% no preço das *commodities* abaixo indicadas teria impacto nos resultados da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

Unid: € m

	2023		2022	
	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados
Derivados sobre *commodities* de gás natural[1]	84	(2)	13	(1)
Contratos TTF (Gás natural)	0	0	(90)	10
Derivados de *commodities* de petróleo	4	0	(79)	12
Derivados de eletricidade[2]	(42)	4	91	(31)

[1] Exclui o impacto de derivados classificados como cobertura de fluxo de caixa em 31/12/2023.
[2] Exclui o impacto de derivados classificados como cobertura de fluxo de caixa em 31/12/2022.

Risco da taxa de câmbio

Associado a fatores macroeconómicos, o risco de taxa de câmbio resulta das flutuações das taxas de câmbio das divisas em que a Empresa desenvolve a sua atividade e em que prepara as suas demonstrações financeiras. O Dólar dos Estados Unidos da América (USD) é a moeda utilizada para o preço de referência nos mercados petrolíferos e de gás natural., contudo, a Galp prepara as suas demonstrações financeiras em Euros, o que, entre outros fatores, expõe as suas operações ao risco cambial. Dado que a margem das operações se encontra relacionada principalmente com o USD, a Empresa está exposta a flutuações das taxas de câmbio, que podem originar uma contribuição positiva ou negativa nas receitas e margens.

Tendo em conta que este risco está associado a outras variáveis, como os preços do petróleo e do gás natural, e que o nível de exposição dos fluxos de caixa, e sobretudo a demonstração da posição financeira, é função destes preços.

O Grupo adota uma abordagem cautelosa na cobertura do risco cambial, uma vez que existem coberturas naturais entre a demonstração da posição financeira e o fluxo de caixa.

Face ao exposto, a Galp controla a sua exposição cambial numa base integrada e não numa base de transação individual, exceto em casos específicos. Visto que o objetivo da gestão de risco cambial é limitar a incerteza originada por variações das taxas de câmbio, a Galp gera o seu risco centralmente através de instrumentos financeiros de taxa de juro variável e fixa e derivados de cobertura. Em 31 de dezembro de 2023, para minimizar o risco de câmbio, a Galp detinha contratos derivados como FX *Forwards* e *Swaps* cambiais (Nota 19).

Análise de sensibilidade à variação cambial

A análise de sensibilidade inclui os saldos significativos de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira com impacto na demonstração dos resultados da Galp. Uma desvalorização de 10% do Euro em relação a outras moedas teria impacto nos resultados da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

Unid: € m

	2023		2022	
	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados
Empréstimos obtidos e Divida com Locações	(83)	(8)	(94)	(9)
Títulos e valores mobiliários (incluídos em Caixa e seus equivalentes)	50	4	222	22
Derivados[1]	0	0	(78)	(6)
Clientes e outras contas a receber	535	54	379	38
Fornecedores e outras contas a pagar	(290)	(29)	(830)	(83)

[1]Inclui derivados em USD e FX *Forwards*, tendo em consideração flutuações no MTM.

Taxa de câmbio das principais moedas

Unid: € m

	2023		2022	
	Média	Final do exercício	Média	Final do exercício
EUR/USD	1,08	1,10	1,05	1,07
EUR/BRL	5,40	5,36	5,44	5,64
USD/BRL	5,00	4,87	5,17	5,22
EUR/CHF	1,08	0,93	1,01	0,99

Risco da taxa de juro

O risco de taxa de juro, associado à volatilidade das taxas de juro de empréstimos bancários ou de outros instrumentos de dívida, a que a Empresa recorre para financiar as suas atividades,

a dívida da Galp, principalmente empréstimos bancários e obrigações remuneradas, está exposta à volatilidade das taxas de juro, decorrente de fatores económicos e políticos. Alterações adversas nas taxas de juro podem ter um efeito adverso material no desempenho financeiro da Galp e nos seus resultados.

Para reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados, a Galp gere o risco de taxa de juro centralmente através de instrumentos financeiros de taxa de juro variáveis e fixa, bem como derivados de cobertura, seguindo uma política de gestão de risco de taxa de juro. Em 31 de dezembro de 2023, a Galp detém posições em derivados de taxa de juro (IRS) para cobrir a variabilidade das taxas de juro dos empréstimos de financiamento de projetos.

Análise sensibilidade à taxa de juro

A análise do risco de taxa de juro inclui empréstimos com taxa de juro variável. Um aumento de 0,5% na taxa de juro teria impacto no resultado financeiro da Galp, conforme descrito na tabela abaixo:

Unid: € m

	2023		2022	
	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados	Exposição ao risco	Impacto na Demonstração dos resultados
Empréstimo obtidos	(3.600)	(9)	(4.000)	(9)
Juros a taxa fixa	(1.607)	0	(1.441)	0
Juros a taxa variável	(1.992)	(9)	(2.559)	(9)
Derivados (IRS)[(1)]	22	5	43	6
Títulos e valores mobiliários	1.316	0	864	1

Nota: Caixa e seus equivalentes na Demonstração da Posição Financeira compreende títulos e valores mobiliários
[1]Exclui o impacto de derivados classificados como cobertura de fluxo de caixa.

Os derivados de taxa de juro reduzem a exposição a flutuações da taxa de juro nos resultados relativamente a empréstimos para financiamento de projetos no Grupo Titan.

Risco de Liquidez e Seguro

O risco de liquidez está associado com a capacidade de se aceder aos mercados financeiros e de capital para obter os recursos necessários financeiros para a execução da estratégia da Galp. O risco de seguro está associado a uma menor apetência das seguradoras para o sector do Petróleo e do Gás. A incapacidade de aceder a fundos para financiar a sua estratégia e obter cotações de seguros para os seus projetos de investimento pode ter um efeito negativo no lucro e/ou fluxo de caixa do Grupo.

A Galp financia-se a si própria através do fluxo de caixa gerados pelas suas operações e mantém uma carteira diversificada de empréstimos e obrigações. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito, cujos montantes não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Os plafonds de crédito disponíveis, mas não utilizados de curto prazo e médio-longo prazo ascendem a € 1,6 mil milhões em 31 de dezembro de 2023 (€ 1,5 mil milhões em 31 de dezembro de 2022). A Galp dispõe ainda de caixa e seus equivalentes disponíveis para uso no montante de € 2,2 mil milhões em 31 de dezembro de 2023 (€ 2,5 mil milhões em 31 de dezembro de 2022). O montante agregado destes valores ascende a € 3,8 mil milhões em 31 de dezembro de 2023 (€ 4,0 mil milhões em 31 de dezembro de 2022).

No que respeita a seguros, a Galp conta com um amplo Programa de Seguros (danos materiais, responsabilidade civil de terceiros, interrupção de negócios, responsabilidade ambiental, crédito comercial, entre outros) alinhado com a sua estrutura empresarial e a apetência pelo risco.

Risco de crédito

O risco de crédito surge quando existe a possibilidade de uma contraparte puder não satisfazer totalmente as suas obrigações de pagamento contratualizadas, incluindo aquelas respeitantes a participações financeiras e instrumentos de cobertura (relacionado com taxa de câmbio, taxas de juro ou outros), bem como aquelas resultantes de relações comerciais entre a Empresa e as suas contrapartes, que estão associadas ao risco da contraparte.

O risco de crédito é mitigado através de uma carteira diversificada de ambas as contrapartes financeiras e clientes, a seleção de contrapartes financeiras de referência, a atenção cuidada na redação dos contratos incluindo termos comerciais apropriados e o estabelecimento de colaterais quando for relevante. A gestão deste risco segue normas internas, nomeadamente o Manual de Gestão de Crédito, que estabelece procedimentos para avaliar a exposição ao risco de crédito e assegura a sua gestão transversal. O *rating* de risco é atribuído a cada cliente, de modo a estabelecer o seu limite de crédito e calcular o rácio respetivo de risco-retorno (i.e. Índice de Sharpe).

Ver Nota 11 para mais avaliações de risco, especificamente no que diz respeito a Clientes e outras contas a receber.

22. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo Galp apresenta um capital próprio no valor de €5,3 mil milhões (2022: €5,1 mil milhões).

Capital social, distribuição aos acionistas e resultado por ação

Capital social

O capital social da Galp Energia SGPS, S.A. é constituído por 773.082.725 ações, com valor nominal de 1 Euro cada uma, integralmente subscrito. Durante 2023, a Galp levou a cabo o seu programa de recompra de €500 m. Foram adquiridas 42.028.823 ações a um preço médio de €11,90 por ação. Estas ações foram canceladas em 31 de dezembro de 2023 (Nota 2.2.5).

Distribuição aos acionistas

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 3 de maio de 2023, os acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A. receberam dividendos no montante de €425 m (€ 0,52/ação) relativos à distribuição do resultado líquido do exercício de 2022, o qual foi pago a 20 de setembro de 2022 (€213 m) e a 23 de maio de 2023 (€209 m), de acordo com as ações em circulação na data de pagamento. Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2023, foi pago um dividendo antecipado no valor de €213 m (€0,27/ação) relativo aos lucros do ano de 2023, a 25 de agosto de 2023. Foram pagos dividendos, no montante de €169 m (2022: €245 m), pelas subsidiárias do grupo Galp aos acionistas não-controladores durante 2023.

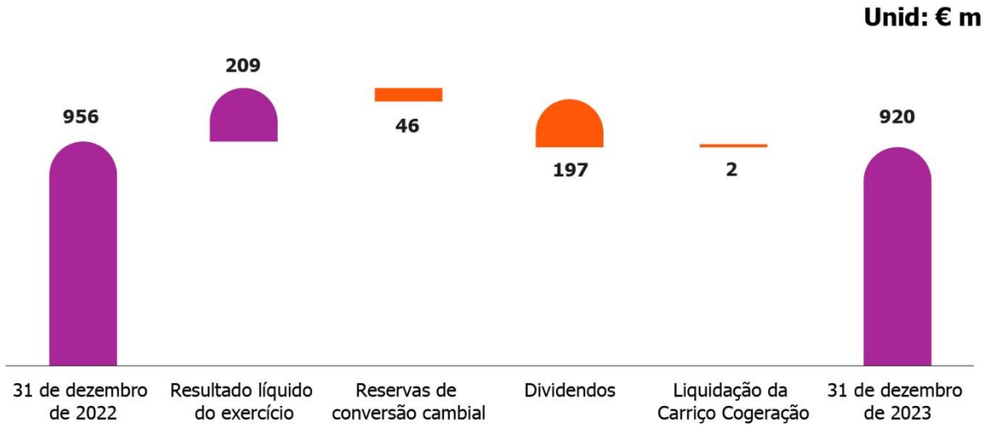
Em resultado do acima exposto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo pagou dividendos no montante de €591 m (2022: €665 m).

Outras reservas

As outras reservas da demonstração da posição financeira ascendem a €1.449 m e referem-se a reservas de conversão acumuladas de (€128 m), reservas de cobertura de fluxos de caixa de €48 m (líquidas de impostos diferidos), incentivos de pagamento com base em ações (reserva de incentivos de longo prazo (LTI)) de €25 m e outras reservas de €1.504 m.

23. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2023, a variação dos interesses que não controlam durante o ano e incluídos no capital próprio é como segue:



Os dividendos durante 2023 foram atribuídos principalmente à Sinopec (participação detida na Petrogal Brasil, S.A.).

24. Proveitos e ganhos

Políticas contabilísticas

Para os segmentos Industrial & *Midstream*, Comercial, Renováveis e Novos Negócios, o rédito é reconhecido quando a Galp satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir os produtos ou serviços prometidos ao cliente. O produto é transferido quando o cliente obtém o controlo do mesmo.

As vendas são mensuradas pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, com exceção do Imposto sobre Produtos Petrolíferos, descontos e abatimentos.

Para o segmento *Upstream*, o rédito resultante da produção de hidrocarbonetos de propriedades em que a Galp tem interesse em acordos conjuntos é reconhecido com base no interesse participativo da Galp (*entitlement method*). O rédito resultante da produção de petróleo ao abrigo de contratos de partilha de produção é reconhecido pelos montantes relativos às recuperações de custos da Galp e à parte da Galp na produção restante.

Conforme mencionado na Nota 11, a Galp realiza operações de *underlifting* e *overlifting*. No caso do *underlifting*, o parceiro efetua um levantamento de barris que já pertencem à Galp e efetua uma venda por conta do Grupo. Assim, os rendimentos de *underlifting* são reconhecidos por contrapartida de um ativo (devedor). No caso do *overlifting*, esta situação ocorre quando a Galp efetua um levantamento de barris aos quais ainda não tem direito. Estes montantes são apresentados em Outros proveitos operacionais e Outros custos operacionais (Nota 25), respetivamente.

A variação cambial decorrente dos saldos de fornecedores e clientes é reconhecida nos resultados operacionais.

O princípio contabilístico descrito na IFRS 15 considera o enquadramento Principal vs. Agente em relação ao custo incorrido e bens e serviços prestados. Tendo em conta o anteriormente exposto, a Galp analisou, entre outras, a atividade de comercialização de Gás Natural, nomeadamente no que se refere às tarifas de eletricidade e de gás pagas às entidades de distribuição e reconhecidas como custos. Os serviços prestados ou prometidos a clientes finais contêm o custo das tarifas incluídas no preço e são reconhecidos como proveito operacional. A Galp concluiu que cada prestação contratual para fornecer o bem ou serviço especificado é da responsabilidade do Grupo, controlando assim os bens ou serviços fornecidos ao cliente, antes de os entregar aos clientes finais. A Galp atua, portanto, como principal e não como Agente no cumprimento das suas obrigações contratuais.

Unid: € m

	Notas	2023	2022
		21.394	**28.188**
Total de vendas		**20.455**	**26.485**
Mercadorias		10.121	14.875
Produtos		10.333	11.609
Prestação de serviços		**314**	**355**
Outros proveitos operacionais		**441**	**321**
Underlifting		24	55
Outros		417	265
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	**9**	**49**	**152**
Proveitos financeiros	**27**	**134**	**877**

A prestação de serviços inclui, entre outros, a recarga de custos relacionados com tarifas de eletricidade e gás, serviços de armazenamento e logística, transporte de mercadorias e serviços de transporte.

Outros proveitos operacionais - outros incluem principalmente o redébito de despesas com o transporte de mercadorias e outras despesas e encargos a terceiros para a utilização de ativos de gás associados à atividade do segmento *upstream*.

Em 2022, "Vendas – Mercadorias" incluiu um efeito negativo de 401 m relacionado com um ajustamento ao preço do gás vendido devido ao fecho de posições de Futuros (Nota 19).

Os Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos no valor de €49 m incluem equivalência patrimonial de associadas e empreendimentos conjuntos de €10 m (Nota 9) e um ganho de €39 m essencialmente resultante de uma reversão parcial da provisão da CESE I assumida pela Galp em relação à Floene Energias, S.A. (€44 m) e uma imparidade de €5 m relacionada com uma participação minoritária detida numa entidade de investigação.

25. Custos e perdas

Os custos operacionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 detalham-se como segue:

Unid: € m

	Notas	2023	2022
Total de custos:		**18.807**	**24.942**
Custo das vendas		**14.580**	**20.920**
Matérias-primas e subsidiárias		3.123	4.352
Mercadorias		8.837	13.682
Imposto sobre produtos petrolíferos		2.494	2.402
Variação da produção		121	(304)
Imparidade de inventários	10	(36)	70
Custos com emissões de CO_2		74	81
Derivados financeiros	19	(33)	640
Variação cambial		(0)	(2)
Fornecimentos e serviços externos		**2.224**	**1.888**
Subcontratos - utilização de redes		88	176
Transporte de mercadorias		338	249
E&P – Custos de Produção		392	167
Royalties		282	345
E&P – Custos de Exploração		14	25
Outros custos		1.110	926
Custos com o pessoal	**26**	**450**	**370**
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos	**5/6/7**	**987**	**1.380**
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	**11/18**	**162**	**133**
Outros custos		**189**	**88**
Outros impostos		49	39
Outros custos operacionais		140	49
Custos financeiros	**27**	**215**	**164**

A rubrica Subcontratos – utilização de redes refere-se a encargos pelo uso de: (i) rede de distribuição (URD); (ii) rede de transporte (URT) e (iii) sistema global (UGS), conforme incluído no preço das tarifas.

O montante de €282 m relativo a royalties refere-se maioritariamente à exploração e produção de petróleo e gás no Brasil. Os *royalties* são calculados com base numa taxa aplicável de 10% sobre os volumes de produção na proporção da participação da Galp valorizada ao preço de referência da ANP.

"Outros custos" inclui, entre outros, subcontratos e serviços especializados, custos de transporte, aluguer, custos de seguros, eletricidade, vapor, água e combustível, custos de armazenamento e manutenção e reparação.

Os derivados financeiros incluem a liquidação financeira dos derivados, com exceção dos derivados cambiais que são reconhecidos em outros custos (€ 5m positivos) (2022: €59 m).

26. Custos com o pessoal

Políticas contabilísticas

Custos com o pessoal

Remunerações, salários, contribuições para a segurança social, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no exercício em que os serviços associados são prestados pelos empregados da Galp.

Remuneração do Conselho de Administração

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este período.

Pagamento baseado em ações

O custo das transações liquidadas com empregados com instrumentos patrimoniais é mensurado por referência ao justo valor dos instrumentos de capital na data em que são concedidos e é reconhecido como uma despesa a partir da data da concessão durante o período de aquisição com um correspondente aumento (crédito) diretamente no capital próprio. A Galp mensura o justo valor dos serviços recebidos por referência ao justo valor dos instrumentos de capital concedidos.

O custo das transações liquidadas em dinheiro é reconhecido como um custo durante o período de aquisição, mensurado por referência ao justo valor do correspondente passivo que é reconhecido na posição financeira (como outras contas a pagar). O passivo é remensurado ao justo valor em cada data de reporte até à liquidação, sendo as alterações no justo valor reconhecidas na demonstração de resultados (como custos com pessoal).

Unid: € m

	Notas	2023	2022
Custos com o pessoal		**450**	**369**
Capitalização de custos com o pessoal		0	0
Total de custos com o pessoal do exercício		**450**	**369**
Remunerações dos órgãos sociais		5	8
Remunerações do pessoal		336	274
Encargos sociais		76	63
Benefícios de reforma - pensões e seguros	17	8	4
Outros seguros		13	11
Variação cambial		0	0
Outros custos		12	10
Remunerações dos órgãos sociais		**5**	**8**
Órgãos sociais da Galp Energia SGPS		**4**	**6**
Remunerações e prémios		3	5
Contribuições para fundos de pensões		1	1
Órgãos sociais das subsidiárias		**1**	**1**
Remunerações e prémios		1	1
Número de empregados a tempo integral no final do ano		**7.054**	**6.715**

Os planos de remuneração de empregados baseados em ações são de incentivos de longo prazo (LTI). A atribuição de ações da empresa no âmbito dos LTI é garantida sob certas condições a empregados elegíveis. O número real de ações que podem ser adquiridas varia entre 0% e 160% dos prémios, dependendo do resultado das condições de desempenho prescritas durante um período de três anos com inico em 1 de janeiro do ano do plano. O plano LTI compreende um plano de incentivos continuo de 3 anos, seno que em cada ano será concluído e cumprido um plano de incentivos através da entrega de ações próprias da Galp Energia SGPS, S.A.. O valor total acumulado registado em Capitais Próprios com o plano de remuneração baseado em ações é de €25 m em 31 de dezembro de 2023 e o valor reconhecido como custo foi de €23 m. Os outros antigos plano de LTI para empregados que eram pagos em dinheiro foram cancelados.

Os planos LTI por triénio e valores acumulados reconhecidos em Capital Próprio por contrapartida de Resultados do exercício são conforme se segue:

Unid: €m

	2023
Total	**25**
Plano 1 (2021-2023)	8
Plano 2 (2022-2024)	13
Plano 3 (2023-2025)	4

27. Proveitos e custos financeiros

Políticas contabilísticas

Os proveitos e custos financeiros incluem juros suportados relativos a empréstimos e obrigações, locações e planos de benefícios de reforma e outros benefícios. Outros proveitos e custos financeiros resultantes de outros ativos ou passivos financeiros não estão incluídos nesta rubrica.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos. Os restantes são reconhecidos na rubrica de custos financeiros na demonstração dos resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis. Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

Unid: € m

	Notas	2023	2022
		(81)	**713**
Proveitos financeiros		**134**	**877**
Juros de depósitos bancários		108	51
Juros obtidos e outros proveitos relativos a partes relacionadas		21	11
Outros proveitos financeiros		5	9
Resultados de instrumentos financeiros derivados	19	0	806
Custos financeiros		**(215)**	**(164)**
Juros de empréstimos, obrigações, descobertos bancários e outros		(121)	(61)
Juros suportados relativos a partes relacionadas		0	(1)
Juros capitalizados nos ativos fixos	5	49	30
Juros relativos a locações	7	(102)	(85)
Juros líquidos com benefícios de reforma e outros benefícios	17	(7)	(3)
Encargos relacionados com empréstimos e obrigações		(10)	(10)
Ganhos/(perdas) cambiais líquidas		29	(8)
Resultados de instrumentos financeiros derivados	19	(22)	0
Outros custos financeiros		(32)	(26)

No período homólogo anterior os proveitos financeiros de €877 m referem-se maioritariamente a resultados com instrumentos financeiros derivados de €806 m. Este ganho decorreu principalmente de derivados cujo saldo era passivo em 2021 (perdas) com vencimento em 2022, sendo as perdas de MTM realizadas apresentadas em custo das vendas e vendas. O impacto negativo da liquidação de derivados (€983 m) em relação à liquidação líquida financeira encontra-se refletido no Custo das Vendas (€640 m negativos) (Nota 25), a liquidação de derivados cambiais (€59 m positivos) está refletida em outros custos (Nota 25) e a liquidação física de derivados com gás vendido (€401 m negativos) em Vendas (Nota 24).

28. Compromissos

As obrigações contratuais e os passivos não correntes reconhecidos detalham-se como se segue (pagamentos devidos em cada período):

Unid: € m

	1-3 anos	4-5 anos	Mais do que 5 anos	Total
Obrigação total reconhecida na demonstração da posição financeira	**78**	**38**	**101**	**216**
Benefícios pós-emprego	43	16	1	60
Outros benefícios	35	22	99	157
Obrigação total não reconhecida na demonstração da posição financeira	**3.092**	**861**	**10.867**	**14.820**
Compras de gás natural	4.134	1.789	13.772	19.695
Vendas de gás natural	(1.042)	(928)	(2.905)	(4.874)

Estes contratos exigem uma quantidade mínima de compra e estão sujeitos a mecanismos de revisão de preços indexados a cotações internacionais de petróleo/gás. Os valores foram calculados com base nos períodos remanescente de cada um dos diferentes contratos, e, pressupondo a gestão dos preços futuros do gás natural em 31 de dezembro de 2023.

Decorrente das suas operações comerciais, o Grupo celebrou contratos, no âmbito dos quais assumiu compromissos para fins comerciais, regulatórios ou outros fins operacionais. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as responsabilidades com garantias concedidas são as seguintes:

Unid: € m

	2023	2022
Garantias prestadas	**10.956**	**9.492**
Rio Grande LNG, LLC	1.962	2.032
Venture Global, LLC	1.810	1.875
Acordo de Afretamento FPSO	1.778	1.516
Projeto Coral South FLNG	445	472
Grenergy	155	155
Cercena Investments, S.L.U.	125	151
Garantias associadas a energia solar prestadas a organismos estatais	75	53
ANP - Brasil	50	23
Petrobras	35	38
Outras relacionadas com atividades principais	4.521	3.177

Ao abrigo dos contratos com Venture Global LLC e Rio Grande LNG LLC, relacionados com o Contrato de Compra e Venda de GNL, a Galp emitiu garantias da empresa-mãe no valor total do contrato de €1.810 m (2022: €1.875 m) e €1.962 m (2022: €2.032 m), respetivamente.

Em relação aos quatro acordos de afretamento para FPSOs, a Galp emitiu garantias da empresa-mãe no valor total de €1.778 m (2022: €1.516 m), em nome da Tupi, B.V., que representa a proporção da Galp no consórcio BM-S-11.

Ao abrigo do financiamento do projeto Coral South FLNG, a Galp Energia SGPS S.A. tem vindo a emitir garantias da empresa-mãe em relação ao contrato *Debt Service Undertaking* (DSU) sobre a totalidade do montante em dívida a cada momento na proporção da sua participação. Esta garantia expira na "data real de conclusão" (estimada para o ano 2024) caso não existam obrigações em aberto. Em 31 de dezembro de 2023, a participação da Galp na obrigação ascendia a €401 m (2022: €425 m). Também no âmbito deste financiamento, a Galp Energia SGPS SA presta uma garantia que cobre 1/9 da DSU em nome da ENH ("Empresa Nacional de Hidrocarbonetos") um dos membros do consórcio do projeto Coral Sul FLNG, o que correspondente à participação Galp sobre o total das participações excluindo a ENH. Em 31 de dezembro de 2023, a participação da Galp na responsabilidade assumida relativa à ENH ascendia a €45 m (2022: €48 m).

O Grupo celebrou um Contrato de Aquisição de Energia (CAE) com a X-Elio (também referida como Cercena Investments) e com a Grenergy por forma a fornecer energia solar e para os quais foram providenciadas garantias da empresa-mãe no valor de €125 m e €155 m, respetivamente (2022: €151 m e €155 m, respetivamente).

A garantia dada à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobrás") no montante de €35 m é devida para garantir o contrato de fornecimento de gás dos módulos de desenvolvimento do Lula Pilot e Lula NE.

As garantias dos acordos de concessão de exploração de petróleo bruto foram concedidas à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), por um montante de €50 m (2022: €23 m). A garantia foi concedida no âmbito da realização dos programas mínimos de exploração, segundo os quais a Galp, enquanto membro do consórcio, é obrigada a realizar certas atividades sísmicas assim como perfuração de poços durante o período de exploração.

As outras garantias relacionadas com as atividades principais estão essencialmente relacionadas com a atividade comercial e de *trading* de petróleo. O aumento do montante das garantias deve-se às garantias prestadas para a atividade comercial.

O Grupo Galp tem uma dívida financeira que, em alguns casos, têm cláusulas que caso sejam acionadas pelos bancos, podem levar ao reembolso antecipado dos montantes da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, a dívida total ascendia a €3,6 mil milhões dos quais €2 mil milhões com *covenants*. Os *covenants* existentes são definidos essencialmente para garantir o cumprimento dos rácios financeiros que monitorizam a posição financeira da Empresa, incluindo a sua capacidade para fazer face ao serviço da dívida. O rácio Dívida Líquida Total sobre EBITDA RC (excluindo *leasing* – IFRS 16) consolidado é o mais utilizado e, em 31 de dezembro de 2023, era de 0,37x, de acordo com a metodologia definida nos contratos de financiamento. No âmbito dos contratos celebrados é, em termos gerais, estipulado que o rácio deve ser igual ou inferior ao intervalo de 3,25 - 3,75 x EBITDA.

29. Transações com partes relacionadas

Políticas contabilísticas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas demonstrações financeiras, como segue:

(a) uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se: (i) tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora; (ii) tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora; ou (iii) for membro do pessoal-chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora.

(b) uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições: (i) a entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si); (ii) uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade); (iii) ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira; (iv) uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira; (v) a entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora; (vi) a entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a); (vii) uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal-chave de gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

O Grupo realizou as seguintes transações relevantes com partes relacionadas:

Unid: € m

	2023		2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Saldos ativos:	**64**	**168**	**53**	**29**
Associadas	61	0	48	29
Empreendimentos conjuntos	1	169	3	0
Outras entidades relacionadas	2	0	2	0

Unid: € m

	2023		2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Saldos Passivos:	**(102)**	**(26)**	**(68)**	**(53)**
Associadas	(5)	(26)	(3)	(53)
Empreendimentos conjuntos	(59)	0	(44)	0
Winland International Petroleum, S.A.R.L.	(37)	0	(20)	0
Outras entidades relacionadas	(1)	0	(1)	0

Unid: € m

	2023			2022		
	Compras	Custos/proveitos operacionais	Custos/proveitos financeiros	Compras	Custos/proveitos operacionais	Custos/proveitos financeiros
Transações:	**0**	**(36)**	**13**	**(2)**	**(18)**	**0**
Associadas	0	(28)	4	(2)	(34)	0
Empreendimentos conjuntos	0	(15)	9	0	(11)	0
Outras entidades relacionadas	0	7	0	0	27	0

30. Informação sobre matérias ambientais

Emissões de gases com efeito de estufa (Emissões de CO_2)

Políticas contabilísticas

A Galp faz julgamentos e estimativas para o cálculo das obrigações ambientais, tais como as resultantes das emissões de gases com efeito de estufa (CO_2). A Galp recebe anualmente licenças gratuitas, *Emission Unit Allowances* (EUA), da Agência Portuguesa do Ambiente, para satisfazer as emissões de gases com efeito de estufa. Se as licenças gratuitas forem insuficientes para satisfazer as emissões de gases com efeito de estufa, a Galp pode adquirir licenças complementares (EUA) assumindo um custo que é registado em "Custo das vendas - Custos com emissões de CO_2". No entanto, se as emissões de gases com efeito de estufa excederem as licenças em carteira no final do exercício financeiro, é especializado um custo para a melhor estimativa das despesas a fazer à cotação de mercado à vista das licenças.

As emissões de CO_2 realizadas pelas instalações industriais do Grupo e as licenças de CO_2 que lhe foram atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de licenças de CO_2, não dão origem a qualquer reconhecimento patrimonial, desde que: (i) a existência de custos a serem incorridos pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado não seja estimada, situação na qual uma especialização de custos é reconhecida ou; (ii) seja considerado que não são alienados. Em caso de excedentes e venda destas garantias é reconhecido um lucro.

A Galp reconheceu em "Custo das vendas - Custos com as emissões de CO_2" o montante de €74 m (Nota 25). Em 31 de Dezembro de 2023, os certificados detidos na carteira são reconhecidos em "Outras contas a receber - Custos diferidos - Outros custos diferidos", no montante de €73 m (2022: €85 m) (Nota 11) e o custo estimado para cobrir a falta de certificados em "Outras contas a pagar - Acréscimos de custos - outros acréscimos de custos", no montante de €74 m (2022: €87 m) (Nota 15). As licenças de CO_2 (licenças em carteira) e a responsabilidade pelas emissões de CO_2 são ambos desreconhecidos na liquidação da responsabilidade (a qual ocorre, por norma, no ano subsequente com a entrega das respetivas licenças) com a agência do ambiente.

Certificados de Biocombustíveis

Políticas contabilísticas

Na ausência de diretrizes específicas para a contabilização dos títulos de biocombustível, a IAS 20 permite que os subsídios governamentais não monetários e os ativos relacionados (neste caso, os títulos de biocombustível) recebidos sejam mensurados pelo valor nominal.

Os títulos de biocombustível emitidos gratuitamente pela ENSE, E.P.E. (Entidade Nacional para o Sector Energético, E.P.E.) são reconhecidos pelo valor nominal (ou seja, pelo valor zero).

A obrigação em relação aos biocombustíveis é reconhecida em "Outras contas a pagar" quando decorre de regulamentos locais. Na medida em que esteja coberta pelos títulos de biocombustível detidos para efeitos de conformidade legal, a responsabilidade é mensurada de acordo com o valor desses títulos detidos e a parte remanescente não coberta pelo valor de mercado.

Os títulos de biocombustível e a responsabilidade pelos biocombustíveis são ambos desreconhecidos na liquidação de responsabilidade com a agência portuguesa do ambiente.

Todos os anos são definidas metas e obrigações nacionais para a incorporação de biocombustível. Os biocombustíveis são misturados com combustíveis existentes, tais como a gasolina e o gasóleo, para reduzir as emissões líquidas. A quota de biocombustíveis na mistura total de vendas de combustíveis é utilizada para cumprir os requisitos regulamentares. Isto pode ser alcançado através da mistura de biocombustíveis em refinarias e/ou armazéns de distribuição, através da importação de biocombustíveis (para jurisdições que concedem títulos de biocombustível no ponto de importação) ou através da compra de títulos a terceiros (para jurisdições que têm um mecanismo de título de biocombustível comercializáveis).

Em 31 de dezembro de 2023, foram reconhecidos os seguintes impactos nas demonstrações financeiras:

- Custos operacionais - reconhecidos em "Custos das vendas": €125 m (2022: €172 m)
- Ativos (resultantes da compra de títulos) – reconhecidos em "Inventários": €17 m (2022: €20 m)
- Passivos – reconhecidos em "Outras contas a pagar – Acréscimos de custos – Outros acréscimos de custos": €0 m (2022: €0 m)

31. Empresas do Grupo Galp

Sempre que uma entidade é adquirida ou a participação modificada, é exercido julgamento por parte da Administração de forma a proporcionar uma imagem fiel e clara das demonstrações financeiras consolidadas. Nesta avaliação, são considerados diversos fatores para suportar a tomada de decisão, nomeadamente:

- Poder sobre a investida;
- Exposição ou direito a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

São ainda minuciosamente analisados os acordos parassociais e as cláusulas contratuais, no sentido de identificar se as mesmas são substantivas quanto à existência de controlo ou se apenas são conferidos direitos de proteção ao investidor. É ainda avaliada a substância sobre a forma legal destes acordos no âmbito do tratamento contabilístico a adotar.

Perímetro de Consolidação

As empresas incluídas na consolidação, de acordo com o método de consolidação integral são divulgadas abaixo:

Atividade: • *Upstream* • *Industrial & Energy Management* • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Empresa mãe		
Galp Energia, SGPS, S.A., Portugal		
Subsidiárias por grupo		
Galp Energia, S.A., Portugal	100%	•
Subgrupo Galp Energia E&P		
Galp Energia E&P, BV, Países Baixos	100%	•
Galp Sinopec Brazil Services BV, Países Baixos	70%	•
Galp E&P Brazil BV, Países Baixos	100%	•
Galp Energia Brasil, S.A., Brasil	100%	•
Cascudo Solar Energia I, Ltd, Brasil	100%	•
Cascudo II Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Cascudo III Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Cascudo IV Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Cascudo V Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Cascudo VI Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Cascudo VII Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion Solar Energia SPE Ltda, Brasil	100%	•
Murion II Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion III Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion IV Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion V Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion VI Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion VII Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Murion VIII Solar Energia, S.A., Brasil	100%	•
Ventos de Santo Antão Energias Renováveis, S.A., Brasil	100%	•
Ventos de Santo Antão II Energias Renováveis, S.A., Brasil	100%	•
Ventos de Santo Antão III Energias Renováveis, S.A., Brasil	100%	•
Ventos de Santo Antão IV Energias Renováveis, S.A., Brasil	100%	•
Chalana Solar Energia Ltda, Brasil	100%	•
Açucena Solar Energia Ltda, Brasil	100%	•
Cerrado Solar Energia Ltda, Brasil	100%	•
Vereda II Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda III Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda IV Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda V Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda VI Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda VII Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda VIII Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Vereda IX Solar Energia S.A., Brasil	100%	•
Petrogal Brasil, BV, Países Baixos	100%	•
Petrogal Brasil, S.A., Brasil	70%	•
Petrogal Brasil Comercializadora, Lda.(anteriormente denominada Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda), Brasil	70%	•
Galp East Africa BV, Países Baixos	100%	•
Galp Energia Portugal Holdings BV, Países Baixos[1]	100%	•

Atividade: • *Upstream* • *Industrial & Energy Management* • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Galp Energia Rovuma BV, Países Baixos	100%	•
Galp Energia Rovuma BV(Sucursal em Moçambique), Moçambique	-	•
Galp West Africa, S.A. (anteriormente denominada Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A.), Portugal	100%	•
Galp São Tomé e Príncipe Unipessoal, Limitada, São Tomé e Príncipe	100%	•
Windhoek PEL 23 BV, Países Baixos	100%	•
Windhoek PEL 23 BV (Sucursal na Namíbia), Namíbia	-	•
Windhoek PEL 28 BV, Países Baixos	100%	•
Windhoek PEL 28 BV (Sucursal na Namíbia), Namíbia	-	•
Galp Energia Overseas Block 14 BV, Países Baixos*(2)	100%	•
Galp Energia Overseas Block 14 BV – Sucursal em Angola*	-	•
Galp Energia Overseas Block 32 BV, Países Baixos*(2)	100%	•
Galp Energia Overseas Block 32 BV – Sucursal em Angola*	-	•
Galp Trading, S.A., Suíça	100%	•
Tagus Re, S.A., Luxemburgo	100%	•
Subgrupo Galp New Energies		
Galp New Energies, S.A., Portugal	100%	
GDP Gás de Portugal, S.A. (anteriormente denominada GDP - Gás de Portugal, S.A.), Portugal	100%	•
Enerfuel, S.A., Portugal	100%	•
Galp Bioenergy BV, Países Baixos	100%	•
Galp Parques Fotovoltaicos de Alcoutim Lda, Portugal	100%	•
GowithFlow, S.A., Portugal	100%	•
Enercapital Power Italia Uno SRL, Itália	100%	•
Fornax Energy, S.L.U., Espanha	100%	•
Magallon 400, S.L., Espanha (3)	68%	•
ISDC International Solar Development Corporation, Lda., Portugal	100%	•
QNO - Sociedade Agrícola, Unipessoal, Lda, Portugal	100%	•
Bujeo 2021, SLU (anteriormente denominada Éter Solarbay S.L.), Espanha	100%	•
Jerjes Energia, SLU (anteriormente denominada Cíclope Solarbay, S.L.), Espanha	100%	•
Duplexia Experts, S.L.U., Espanha	100%	•

*Entidades classificadas como Ativos não corrente classificados como detidos para venda em 31 de dezembro de 2023, esperando-se que sejam vendidas em 2024.

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Gastroselector Market, S.L.U., Espanha	100%	•
Pitarco Energia, S.L.U., Espanha	100%	•
Ventinveste, S.A., Portugal	100%	•
Parque Eólico de Vale Grande, S.A., Portugal	100%	•
Titan 2020, S.A.U., Espanha	100%	•
Renovables Spínola I, S.L.U., Espanha	100%	•
Energia de Suria, S.L.U., Espanha	100%	•
Energia Faetón, S.L.U., Espanha	100%	•
Logro Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar Orion, S.L.U., Espanha	100%	•
Navabuena Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
PV XXVI Rescesvinto, S.L., Espanha	100%	•
Ictio Toledo Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar Auriga, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Manzanares Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Caliza Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Taburete Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
PV XXIX Égica, S.L.U., Espanha	100%	•
Ahín PV Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar Andrómeda, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar Berenice, S.L.U., Espanha	100%	•
Alcañiz Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ictio Solar Perseus, S.L.U., Espanha	100%	•
Instalaciones y Servicios Spínola I, S.L.U., Espanha	100%	•
Instalaciones y Servicios Spínola II, S.L.U., Espanha	100%	•
Energia Sierrezuela, S.L.U., Espanha	100%	•
Titan 2020 PV, S.L.U., Espanha	100%	•
Palabra Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Planta Solar Alcázar 1, S.L.U., Espanha	100%	•
Planta Solar Alcázar 2, S.L.U., Espanha	100%	•
PE Valdecarro, S.L.U., Espanha	100%	•
Energías Ambientales de Soria, S.L.U., Espanha	100%	•
El Robledo Eólica, S.L.U., Espanha	100%	•

Atividade: • *Upstream* • *Industrial & Energy Management* • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Ribagrande Energia, S.L.U., Espanha	100%	•
Valdelagua Wind Power, S.L.U., Espanha	100%	•
Escarnes Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Envitero Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Mocatero Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Escatrón Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Ignis Solar Uno, S.L.U., Espanha	100%	•
Emoción Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Mediomonte Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Esplendor Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Hazaña Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Talento Solar, S.L.U., Espanha	100%	•
Subgrupo Petrogal		
Petrogal, S.A., Portugal	100%	• •
Petrogal, S.A. (Branch in Spain), Espanha	-	•
Galp Energia España, S.A.U., Espanha	100%	•
Galpgest – Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U., Espanha	100%	•
Galp Energia Independiente, S.L.U. (ex- Recule Investments SL), Espanha	100%	•
Galp Energia Independiente SL (Branch in Portugal), Portugal	-	•
EI Galp, S.A. (anteriormente denominada Perfeito e Empolgante, S.A.), Portugal	100%	•
Galp Açores S.A., Portugal	100%	•
Saaga – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A., Portugal	68%	•
Galp Madeira S.A., Portugal	100%	•
CLCM – Companhia Logistica de Combustíveis da Madeira, S.A., Portugal	75%	•
Sacor Marítima, S.A., Portugal	100%	•
C.L.T. – Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A., Portugal	100%	•
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda., Portugal	75%	•
Tanquisado – Terminais Marítimos, S.A., Portugal	100%	•
Galpgeste – Gestão de Áreas de Serviço, S.A., Portugal	100%	•
Portcogeração, S.A., Portugal	100%	•
Galp Marketing Internacional, S.A., Portugal	100%	•
Petrogal Guiné-Bissau, Lda., Guiné-Bissau	100%	•
Petromar – Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda., Guiné-Bissau	80%	•
Petrogás – Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda., Guiné-Bissau	65%	•
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda., Guiné-Bissau	90%	•
Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, S.A.R.L, Cabo Verde*	48%	•
Enamar – Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A., Cabo Verde	48%	•
Petrogal Moçambique, Lda., Moçambique	100%	•
Galp Moçambique, Lda., Moçambique	100%	•
Galp Moçambique, Lda. (Branch in Malawi), Malawi	-	•
Galp Eswatini (PTY) Limited, Essuatíni	100%	•
Petrogal Angola, Lda., Angola	100%	•
Galp Gás Natural, S.A., Portugal	100%	• •
GDP - Gás de Portugal, S.A. (anteriormente denominada Transgás Armazenagem, S.A.), Portugal	100%	•
Transgás, S.A., Portugal	100%	•
Lisboagás Comercialização, S.A., Portugal	100%	•
Lusitaniagás Comercialização, S.A., Portugal	100%	•
Setgás Comercialização, S.A., Portugal	100%	•
Agroger – Sociedade de Cogeração do Oeste, S.A., Portugal	100%	•
LGA – Logística Global de Aviação, Lda, Portugal	60%	•

* Durante 2023 a Enacolgest fundiu-se com a Enacol, S.A. O Grupo controla as políticas financeiras e operacionais da Enacol e espera-se que continue a fazê-lo através de uma maioria representativa de votos nas reuniões do Conselho de Administração.
(1) 73,24% da participação detida pela Galp Energia E&P, BV e 26,76% pela Petrogal, S.A.
(2) 61,84% da participação detida pela Galp Energia E&P, BV e 38,16% pela Galp West Africa, S.A.
(3) 53,24% da participação detida pela Fornax Energy, SLU, 7,14% pela Duplexia Experts, SL e 7,14% pela Gastroselector Market, SL.

Operações conjuntas não incorporadas

Operações conjuntas – Consórcios petrolíferos	
Consórcio	Participação da Galp
Consórcio no Brasil	
BM-S-8	20%

Operações conjuntas – Consórcios petrolíferos	
Consórcio	**Participação da Galp**
BM-S-11	10%
BM-S-11 A [1]	10%
BM-S-24[2]	20%
BAR-300	10%
BAR-342	10%
BAR-344	10%
BAR-388	10%
Carcará Norte	20%
Bloco Uirapuru	14%
Cabinuas	10%
Consórcio em Moçambique	
Área 4	10%
Consórcio na Namíbia	
PEL83	80%
Consórcio em São Tomé e Príncipe	
Bloco 6	45%
Bloco 11	20%
Bloco 12	41%
Consórcio em Angola	
Bloco 14**	9%
Bloco 14K**	4,5%
Bloco 32**	5%
Sonagás*	10%
Consórcio no Uruguai*	
Área 3	20%
Área 4	20%

* Operações conjuntas sem atividade durante 2023 e em processo de liquidação
** Em processo de venda
[1] Inclui o campo Atapú (participação Galp 1,7%)
[2] Inclui o campo Sépia (participação Galp 2,4%)

Operações conjuntas incorporadas

Atividade: • *Upstream* • *Industrial & Energy Management* • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E., Portugal	60,00%	•
Pergás – Armazenamento de Gás, A.C.E., Portugal	51,00%	•
Comunidad de Bienes Chiprana Este, Espanha	100,00%	•
Comunidad de Bienes Jarrina, Espanha	100,00%	•
Comunidad de Bienes Aragon Sul, Espanha	100,00%	•
Comunidad de Bienes Samper de Calanda, Espanha	100,00%	•
Comunidad de Bienes Peaker, Espanha	83,33%	•
Comunidad de Bienes El Corralito, Espanha	68,08%	•
Multiservicios Galp Barcelona, Espanha	50,00%	•

Empreendimentos conjuntos

Atividade: • *Upstream* • *Industrial & Energy Management* • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Tupi B.V., Países Baixos*	6,48%	•
Iara B.V., Países Baixos*	1,20%	•
Coral FLNG, S.A., Moçambique*	10,00%	•
Coral South FLNG DMCC, Emirados Árabes Unidos*	10,00%	•
Rovuma LNG, S.A., Moçambique*	10,00%	•
Rovuma LNG Investments (DIFC) LTD., Emirados Árabes Unidos*	10,00%	•
C.L.C. – Companhia Logística de Combustíveis, S.A., Portugal*	65,00%	•
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda., Portugal	50,00%	•
Aurora Lith, S.A., Portugal	50,00%	•
Talar Renewable Energy, S.L., Espanha	50,00%	•

*Galp detém controlo conjunto para as entidades selecionadas, mesmo que se detenha uma participação superior ou inferior a 50% das ações por meio de um acordo acionista que em substância confere poder de modo a se concluir a existência de controlo conjunto para o parceiro do consórcio ou Galp.

Investimentos em associadas

Atividade: • *Upstream* • *Industrial & Energy Management* • Comercial • Renováveis e Novos Negócios • Outros

Empresa e país	Percentagem de capital detido	Atividade
Aero Serviços, SARL - Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários, Guiné-Bissau*	50,00%	•
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd, Espanha	22,80%	•
Galp IPG Matola Terminal Lda, Moçambique	45,00%	•
Geo Alternativa, S.L., Espanha	25,00%	•
IPG Galp Beira Terminal Lda, Moçambique	45,00%	•
Metragaz, S.A., Marrocos	22,64%	•
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L, Cabo Verde	23,05%	•
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda., Angola	49,00%	•
Hytlantic, S.A., Portugal	28,50%	•
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda., Portugal	15,90%	•
Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda, Moçambique	5,88%	•
CMD – Aeroportos Canarios S.L., Espanha***	15,00%	•
SABA - Sociedade abastecedora de Aeronaves, Lda., Portugal	25,00%	•
Belem Bioenergia Brasil, S.A., Brasil	49,99%	•
Subgrupo Galp Gás Natural Distribuição		
Floene Energias, S.A. (anteriormente denominada Galp Gás Natural Distribuição, S.A.), Portugal**	2,49%	•
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A., Portugal**	1,48%	•
Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A., Portugal**	2,49%	•
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A., Portugal**	2,49%	•
Lisboagás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Portugal**	2,49%	•
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., Portugal**	2,42%	•
Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A., Portugal**	2,49%	•
Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A., Portugal**	2,49%	•
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., Portugal**	2,49%	•
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A., Portugal**	2,47%	•

* A Galp detém influência significativa, apesar de deter 50% das ações da Aero Serviços, SARL.
**A Galp detém influência significativa, apesar de deter menos de 20% das ações.
*** As ações detidas no CMD (15%) resultam do processo de liquidação da antiga Galp Disa Aviación onde a Galp teve uma participação de 50%

32. Eventos subsequentes

Política contabilística

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados, se significativos, no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Programa de recompra de ações 2024

Em 12 de Fevereiro de 2024, a Galp anunciou o início de uma recompra de €350 m em ações da Galp Energia SGPS, S.A. com o objetivo de reduzir o capital social emitido da Empresa, seguindo as diretrizes de alocação de capital relativas ao exercício de 2023 e as autorizações em vigor. A recompra está prevista para ser feita em 2024. Além disso, o Conselho de Administração da Galp aprovou um plano de remuneração baseado em ações como parte dos incentivos de longo prazo da empresa. Assim, a Galp procederá também à recompra de ações para o efeito, até 1% do capital social, conforme as autorizações em vigor.

Exploração do PEL 83, na Namíbia

A Galp em conjunto com os seus parceiros, perfurou e registou o primeiro poço de exploração (Mopane-1X) no bloco PEL83, *offshore* da Namíbia, que tinha iniciado em novembro de 2023.

A Galp confirmou a 10 de janeiro de 2024 a descoberta de uma significativa coluna de petróleo leve em areias com reservatórios de alta qualidade.

Em adição, a 14 de março de 2024, a Galp perfurou com sucesso o segundo poço exploratório (Mopane-2X), descobrindo uma coluna significativa com óleo leve em reservatórios de elevada qualidade.

Sem impacto na demonstração consolidada dos resultados, demonstração da posição financeira ou demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dos eventos acima mencionados.

33. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de abril de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Presidente:

Paula Amorim

Vice-presidente e *Lead Independent Director*

Adolfo Mesquita Nunes

Vice-presidente e CEO:

Filipe Silva

Vogais:

Maria João Carioca

Georgios Papadimitriou

Ronald Doesburg

Rodrigo Vilanova

João Diogo Silva

Marta Amorim

Francisco Teixeira Rêgo

Carlos Pinto

Jorge Seabra de Freitas

Rui Paulo Gonçalves

Diogo Tavares

Cristina Fonseca

Javier Cavada Camino

Cláudia Almeida e Silva

Fedra Ribeiro

Ana Zambelli

Contabilista:

Cátia Cardoso

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Índia, 10 – Piso 1
1349-066 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
www.ey.com

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Galp Energia, SGPS, S.A. (o Grupo ou a Galp), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 16.606 milhões de euros e um total de capital próprio de 5.329 milhões de euros, incluindo um resultado líquido de 1.451 milhões de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Galp Energia, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Recuperabilidade de ativos não correntes, incluindo os potenciais impactos das alterações climáticas e transição energética

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A 31 de dezembro de 2023, o valor contabilístico de ativos não correntes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ascende a 6.688 milhões de euros, dos quais 3.860 milhões no segmento de *Upstream* (Notas 5 e 6). A análise da recuperabilidade dos ativos não correntes é complexa, tendo em conta a quantidade significativa de julgamento envolvido na determinação da existência de indicadores de imparidade ou indicadores para a reversão de perdas por imparidade, particularmente no que diz respeito aos ativos com uma vida útil mais longa. Estes indicadores deverão refletir revisões significativas dos principais pressupostos com impacto no valor de longo prazo de um ativo, em detrimento de flutuações de valor de curto prazo. Os principais julgamentos para determinar se existem indicadores de imparidade ou reversão de perdas por imparidade incluem mudanças nas projeções de preços das *commodities* e margens de refinação, movimentos nas reservas de petróleo e gás, vida útil esperada dos ativos, mudanças no desempenho operacional dos ativos e nos pressupostos do plano de negócio, incluindo aqueles que se relacionam com objetivos do Grupo para a redução de emissões de carbono.	A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos: ► Entendimento e avaliação do processo implementado pelo Grupo para a definição das unidades geradoras de caixa e para a identificação de indicadores de imparidade ou reversão de perdas por imparidade. ► No que diz respeito às projeções de preços de petróleo e gás e margens de refinação procedemos à: ► Avaliação da razoabilidade das projeções futuras de preços de curto e longo prazo de petróleo e gás através da comparação com as projeções de preços de analistas externos e preços adotados por outras empresas internacionais do sector do petróleo e gás; ► Comparação das projeções de preços de petróleo e gás da Galp com os cenários de preço *Net Zero Emissions* 2050 (NZE50) e *Announced Pledges Scenario* (APS) publicados pela Agência Internacional de Energia como potencial evidência contraditória para melhores estimativas de preços. O APS assume que todos os compromissos climáticos feitos pelos Governos de todo o mundo, incluindo as contribuições determinadas a nível nacional (NDC's) e metas de longo prazo de neutralidade carbónica são cumpridas integralmente e nos prazos definidos; e ► Avaliação da razoabilidade das margens futuras de refinação do Grupo através da comparação com as projeções de preço de analistas externos. ► No que diz respeito às reservas de petróleo e gás procedemos à: ► Avaliação das qualificações profissionais, independência e objetividade do perito independente da Gestão responsável pela preparação da estimativa de reservas de petróleo e gás e comparação dos volumes certificados com aqueles considerados nas análises de imparidade e nas estimativas de anos anteriores; ► Realização de testes sobre dados históricos para identificar indícios de distorção da estimativa ao longo do tempo; e

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme descrito nas Notas 2 e 5, o mais complexo desses julgamentos está relacionado com a visão do órgão de gestão sobre as perspetivas de longo prazo dos preços de petróleo e gás. A previsão de preços futuros é inerentemente complexa, pois obriga a considerações que reflitam a evolução futura da procura de produtos petrolíferos tendo em consideração o crescimento económico global, a eficiência tecnológica e a atuação política e, do lado da oferta, considerações sobre investimentos e potencial dos recursos, custos do desenvolvimento de projetos futuros e sobre o comportamento dos detentores dos recursos. Estes julgamentos são particularmente complexos tendo em conta o aumento da incerteza em torno da procura e o ritmo da descarbonização motivado pelas alterações climáticas e transição energética.	▶ Análise de dados sobre a intensidade carbónica dos ativos do segmento de *Upstream* da Galp, de forma a avaliar o risco de que as reservas reconhecidas não sejam produzidas, focando-nos naqueles com maior intensidade carbónica e avaliando o potencial impacto no valor de longo prazo destes ativos. ▶ No que diz respeito às análises de imparidade de ativos individuais: ▶ De forma independente, e para os ativos materiais, avaliámos a existência ou não de indicadores de imparidade ou reversão de perdas por imparidade e considerámos a existência de evidência contraditória que indicasse um aumento ou diminuição significativa no valor recuperável dos ativos do Grupo, bem como comentários públicos ou compromissos assumidos pela Galp em relação à estratégia de descarbonização e em que medida impactam o valor recuperável dos ativos do Grupo; ▶ Análise das unidades geradoras de caixa identificadas pela Gestão tendo por base a prática da indústria e como os fluxos de caixa são gerados; ▶ Avaliação das taxas de desconto do Grupo, com o apoio de auditores com conhecimento especializado em avaliações, através da comparação com os dados relevantes de mercado e da indústria; ▶ Quando indicadores de imparidade foram identificados, analisámos os pressupostos mais significativos utilizados nas análises de imparidade através da comparação com as premissas assumidas no plano de negócios do Grupo, com o desempenho atual dos ativos e com as projeções de anos anteriores. Procedemos também à análise da consistência destes pressupostos com outros pressupostos utilizados pelo Grupo; ▶ Teste à integridade dos modelos de imparidade; e ▶ Realização de testes de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes utilizados nas análises de imparidade, nomeadamente, preços futuros de *commodities*, margens de refinação, preços de CO2 e reservas de petróleo e gás.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
	▶ No que diz respeito aos ativos em exploração e avaliação procedemos à avaliação do risco de recuperabilidade destes ativos, de acordo com os princípios contabilísticos previstos na IFRS 6 Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, inquirindo a Gestão sobre o progresso destes projetos, incluindo o plano estratégico de longo prazo, despesas de capital projetadas e a viabilidade económica destes projetos, considerando a estratégia de descarbonização do Grupo. Verificámos as divulgações apresentadas nas Notas 5 e 6 relacionadas com os ativos não correntes, incluindo a sensibilidade do valor contabilístico dos ativos a mudanças de pressupostos futuros dos preços do petróleo e gás.

2. Registo de transações complexas no *Energy Management* e a valorização de instrumentos financeiros derivados

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme descrito na Nota 19, a Galp apresenta ativos e passivos relativos a instrumentos financeiros derivados no montante de 261 milhões de euros e 199 milhões de euros, respetivamente, tendo registado no ano perdas não realizados e ganhos realizados com instrumentos financeiros derivados no valor de 23 milhões de euros e 47 milhões de euros, respetivamente.	A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos: ▶ **Entendimento e avaliação** dos processos e controlos internos relacionados com a função do *Energy Management*; ▶ Teste à plenitude do sistema repositório de contratos para garantir que inclui todas as transações materiais, complexas e de longo-prazo; ▶ Obtenção do racional de negócio de transações complexas e de longo-prazo através da análise da documentação de suporte a estas transações, incluindo acordos e discussões com a Gestão; ▶ Avaliação da conformidade da contabilização dos instrumentos financeiros derivados com os princípios contabilísticos previstos na IFRS 9 Instrumentos Financeiros, incluindo a revisão das designações de cobertura de fluxos de caixa;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A função do *Energy Management* da Galp, a qual está integrada nos diferentes negócios do Grupo e com a sua contribuição financeira reportada no segmento *Industrial & Midstream*, executa diariamente um número significativo de transações em várias localizações geográficas. O volume e a complexidade destas transações têm aumentado de ano para ano à medida que a função do *Energy Management* assume um papel importante nas atividades de fornecimento de energia da Galp e na maximização do valor dos produtos comercializados pelo Grupo. O ambiente de sistemas de informação que suporta a função é complexo o que obriga a atividades financeiras de controlo tempestivas. Os requisitos regulatórios globais para os *commodity traders* continuam a aumentar, o que, juntamente com o aumento da complexidade das transações, traduz-se num maior risco financeiro, reputacional e operacional deste negócio. A análise de ganhos e perdas não realizados nas operações de negociação é complexa devido ao julgamento significativo utilizado para determinar o tratamento contabilístico apropriado e os principais pressupostos usados na mensuração destas operações. As operações de negociação nem sempre são realizadas em mercados ativos onde os preços estão prontamente disponíveis, aumentando a subjetividade usada na determinação da curva de preços e pressupostos, os quais são fundamentais para mensurar as operações de negociação.	► Análise, através de procedimentos de revisão analítica, dos saldos relacionados com os instrumentos financeiros derivados, de forma a corroborar se as variações ocorridas são consistentes com as expectativas formadas, tendo em conta as alterações no ambiente de negócio, as alterações dos preços das principais *commodities* e o número de transações; ► Teste da curva de preços futuros e outros pressupostos relevantes usados nos modelos de valorização da Gestão, incluindo a comparação com cotações de corretores externos, agentes de mercado e as nossas avaliações independentes; ► Envolvimento de especialistas na execução de testes independentes dos modelos complexos usados na valorização de instrumentos financeiros derivados que não apresentam preços públicos e cujos avaliações são baseadas em pressupostos predominantemente não observáveis (nível 3) na hierarquia do justo valor. Os nossos testes foram baseados em pressupostos obtidos de forma independente tendo por base corretores externos e na comparação de alguns dos parâmetros não observáveis; ► Conciliação por amostragem, de posições abertas à data da Demonstração da Posição Financeira Consolidada com confirmações independentes de contrapartes; e ► Revisão, conciliação e verificação da adequabilidade e consistência dos cálculos dos relatórios gerados pelos sistemas de informação e folhas de cálculo relativas aos instrumentos financeiros derivados. Revisão da adequabilidade das divulgações, relacionadas com os instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura (Notas 19, 20 e 27), incluindo as relativas ao justo valor, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Além disso, os riscos inerentes ao negócio podem criar a oportunidade de atividade de negociação não autorizada, distorção deliberada das posições de negociação da Galp ou qualificação incorreta de posições. Isto cria um risco de perdas subvalorizadas, ganhos de negociação sobrevalorizados e/ou manipulação de bónus individuais por meio de alocações inadequadas de lucros/perdas entre períodos.	

3. Encerramento da refinaria de Matosinhos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme anunciado em dezembro de 2020, a Galp decidiu concentrar as suas atividades de refinação em Sines, descontinuando as operações de refinação em Matosinhos. Subsequentemente, a Galp anunciou o protocolo para desenvolver conjuntamente com o Município de Matosinhos e a CCDR-N uma solução integrada para a criação de um distrito de inovação que renovará a área onde a refinaria estava instalada. Em outubro de 2023, o Grupo deu início aos trabalhos de demolição da refinaria de Matosinhos no seguimento da primeira fase do plano de desativação submetido à Agência Portuguesa do Ambiente, tendo procedido à atualização dos impactos financeiros futuros com base em informação mais atualizada.	A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos: ► Entendimento do plano atualizado da Galp para a descontinuação das operações de refinação em Matosinhos, incluindo interações com o Grupo de trabalho da Galp criado para este efeito, com especial enfoque nas alterações face ao ano anterior e na adaptação da área do parque aos requisitos operacionais considerando a sua utilização futura; ► Teste à plenitude dos ativos sujeitos a imparidade e avaliação da razoabilidade dos pressupostos e dos julgamentos significativos subjacente à determinação do seu valor recuperável. Para os ativos que não foram sujeitos a imparidade, avaliámos a existência de potenciais indicadores de imparidade, nomeadamente, através do entendimento da sua utilização futura e projetando o valor recuperável desses ativos tendo por base documentação técnica; ► Entendimento do processo e das alterações à estimativa de custos a incorrer com o desmantelamento, desativação e descontaminação. Os nossos procedimentos incluíram a confirmação da consistência desta estimativa com a avaliação técnica efetuada pelos peritos independentes, prática da indústria e pressupostos utilizados pela Gestão;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Assim, em 31 de dezembro de 2023, o Grupo tem reconhecida uma provisão para desmantelamento, desativação e descontaminação da refinaria de Matosinhos no montante de 269 milhões de euros (Nota 18). A materialidade dos montantes envolvidos e o grau de julgamento associado na (i) avaliação do montante recuperável de determinados ativos situados na refinaria de Matosinhos no contexto da sua utilização futura; e (ii) estimativa dos custos de encerramento tendo em conta a experiência passada limitada em atividades que sirvam de referência às estimativas de custos futuros, que muitas vezes dependem da extensão da contaminação dos ativos a desmantelar, do impacto e calendário associados às ações corretivas necessárias bem como dos requisitos ambientais que tenham de ser cumpridos, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	► Avaliação da razoabilidade dos principais dados e pressupostos utilizados na determinação dos custos futuros com o encerramento, nomeadamente: (i) dimensão da área industrial e da capacidade de armazenamento dos tanques, comparando esses dados com fontes públicas disponíveis ou documentação técnica; (ii) fatores de custos, através da análise de estudos e de documentação relacionada com instalações ou locais previamente desativados; ► Avaliação das qualificações profissionais e objetividade dos peritos independentes do órgão de gestão responsáveis pela preparação da estimativa de custos com a descontaminação e desmantelamento; ► Análise dos contratos e outra documentação (incluindo pesquisas sobre litígios e reclamações apresentadas contra o Grupo) para avaliar potenciais obrigações ou divulgações de responsabilidades contingentes; e ► Avaliação da razoabilidade dos critérios de mensuração da provisão tendo em consideração o calendário previsto para a execução das atividades e a razoabilidade da taxa de desconto, com o apoio de profissionais com conhecimento especializado em avaliações. Verificámos a adequabilidade das divulgações apresentadas na Nota 18, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório Integrado de Gestão, Relatório de Governo Societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Integrado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Integrado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Integrado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário, inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do Relatório Integrado de Gestão, que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório Integrado de Gestão.

Sobre a relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Galp Energia, SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 12 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2022. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2023 para um segundo mandato compreendido entre 2023 e 2026;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 5 de abril de 2024; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).
O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 5 de abril de 2024

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **Rui Abel Serra Martins**
Num. de Identificação: 09133435
Data: 2024.04.05 17:43:02+01'00'

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119
Registado na CMVM com o n.º 20160731

Demonstração da posição financeira

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - k€)

	Notas	2023-12	2022-12
Direitos de uso de ativos	6	165	137
Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	5.870.011	3.914.942
Ativos por impostos diferidos	16	181	181
Outras contas a receber	11	90	90
Outros ativos financeiros	12	150	1.332.850
Ativos não correntes		**5.870.597**	**5.248.199**
Outros ativos financeiros	12	122.766	1.079.780
Clientes	11	787	3.718
Outras contas a receber	11	5.144	10.080
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	16	182.934	344.227
Caixa e seus equivalentes	13	288.918	459.061
Ativos correntes		**600.549**	**1.896.866**
Total do ativo		**6.471.146**	**7.145.065**
Capital social e prémios de emissão	22	773.083	897.117
Reservas	22	188.092	193.828
Resultados acumulados		813.800	1.143.543
Total do capital próprio		**1.774.975**	**2.234.488**
Dívida financeira	14	2.418.067	2.880.302
Responsabilidades por locações	6	96	68
Outras contas a pagar	15	1.433	2.106
Passivos não correntes		**2.419.596**	**2.882.476**
Dívida financeira	14	428.457	767.400
Responsabilidades por locações	6	73	72
Fornecedores	15	980	472
Outras contas a pagar	15	41.113	35.391
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	16	136.240	331.376
Outros passivos financeiros	12	1.669.714	893.389
Passivos correntes		**2.276.577**	**2.028.101**
Total do passivo		**4.696.171**	**4.910.577**
Total do capital próprio e passivo		**6.471.146**	**7.145.065**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira e devem ser lidas em conjunto.

Demonstração dos resultados e Demonstração do rendimento integral

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração dos resultados e Demonstração do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - k€)

	Notas	2023-12	2022-12
Prestação de serviços	23	9.002	10.363
Outros proveitos operacionais	23	4.041	269
Proveitos financeiros	23 e 26	112.659	58.209
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	9 e 23	468.220	1.020.187
Total de proveitos e ganhos		**593.921**	**1.089.028**
Fornecimentos e serviços externos	24	(5.631)	(4.776)
Custos com o pessoal	24 e 25	(6.267)	(8.293)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos e direitos de uso	6 e 24	(85)	(74)
Outros custos operacionais	24	(804)	(1.221)
Custos financeiros	24 e 26	(152.018)	(68.479)
Total de custos e perdas		**(164.805)**	**(82.843)**
Resultado antes de impostos e outras contribuições		**429.116**	**1.006.185**
Imposto sobre o rendimento	16	8.528	2.223
Resultado líquido do exercício		**437.644**	**1.008.408**
Resultado básico por ação (valor em Euros)		**0,55**	**1,24**
Resultado diluído por ação (valor em Euros)		**0,55**	**1,24**
Resultado líquido do exercício		**437.644**	**1.008.408**
Total do rendimento integral do exercício		**437.644**	**1.008.408**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados e do rendimento integral e devem ser lidas em conjunto.

Demonstração das alterações no capital próprio

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - k€)

	Notas	Capital social	Ações próprias	Prémios de emissão	Reservas	Resultados acumulados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022		**829.251**	**0**	**82.006**	**193.828**	**191.206**	**500.387**	**1.796.676**
Resultado líquido do exercício		0	0	0	0	0	1.008.408	1.008.408
Rendimento integral do exercício		0	0	0	0	0	1.008.408	1.008.408
Distribuição de dividendos	22	0	0	0	0	(420.446)	0	(420.446)
Aumento/diminuição de reservas por aplicação de resultados		0	0	0	0	500.387	(500.387)	0
Recompra de ações		0	(150.151)	0	0	0	0	(150.151)
Cancelamento de ações		(14.139)	150.151	0	0	(136.012)	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**815.112**	**0**	**82.006**	**193.828**	**135.134**	**1.008.408**	**2.234.488**
Saldo em 1 de janeiro de 2023		**815.112**	**0**	**82.006**	**193.828**	**135.134**	**1.008.408**	**2.234.488**
Resultado líquido do exercício		0	0	0	0	0	437.644	437.644
Rendimento integral do exercício		0	0	0	0	0	437.644	437.644
Distribuição de dividendos	22	0	0	0	0	(422.226)	0	(422.226)
Aumento/diminuição de reservas por aplicação de resultados		0	0	(82.006)	(30.805)	1.121.219	(1.008.408)	0
Recompra de ações		0	(500.000)	0	0	0	0	(500.000)
Cancelamento de ações		(42.029)	500.000	0	0	(457.971)	0	0
Programa de Incentivos a longo prazo		0	0	0	25.069	0	0	25.069
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**773.083**	**0**	**0**	**188.092**	**376.155**	**437.644**	**1.774.975**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio e devem ser lidas em conjunto.

Demonstração dos fluxos de caixa

Galp Energia, SGPS, S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros - k€)

	Notas	2023-12	2022-12
Recebimentos de clientes		19.694	16.413
Pagamentos a fornecedores		(10.138)	(9.779)
Pagamentos ao pessoal		(3.272)	(3.589)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(25.720)	(1.979)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional		(7.121)	(18.687)
Recebimentos de dividendos		468.420	1.020.187
Fluxos das atividades operacionais (1)		**441.862**	**1.002.566**
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		920.000	0
Juros e proveitos similares		92.558	37.404
Empréstimos concedidos		996.932	17.225
Pagamentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		(1.517.500)	(817.421)
Empréstimos concedidos		(21.027)	(771.788)
Fluxos das atividades de investimento (2)		**470.963**	**(1.534.580)**
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2.025.985	6.542.678
Pagamentos provenientes de:			
Recompra de ações	22	(500.000)	(150.150)
Empréstimos obtidos	14	(2.114.187)	(5.714.774)
Juros de empréstimos obtidos		(90.593)	(35.894)
Juros e custos similares		(1.918)	(8.407)
Locações	6	(86)	(74)
Juros de locações	6	(4)	(5)
Dividendos/Distribuição de resultados		(422.226)	(420.446)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**(1.103.029)**	**212.927**
Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(190.203)	(319.087)
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(21)	2.336
Caixa e seus equivalentes no início do período		459.061	775.812
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		**268.837**	**459.061**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto.

Notas às demonstrações financeiras

1. Informação corporativa

A Galp Energia SGPS, S.A. (adiante designada por "Galp" ou "Empresa") foi constituída sob a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de abril de 1999, com a denominação de "Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.", tendo adotado, em 13 de setembro de 2000, a denominação atual – Galp Energia, SGPS, S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações diretas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (atualmente denominada por Petrogal, S.A.); GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. (atualmente denominada por Galp New Energies, S.A.) e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. ("Transgás, S.A." atualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

A Empresa tem por objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades do sector energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas.

Ao longo dos últimos anos a estrutura acionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 31 de dezembro de 2023 evidenciada na Nota 22.

Parte das ações da Empresa representativas de 92% do capital social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

2. Informações materiais sobre a política contabilística, estimativas e julgamentos

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2023. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo Standing Interpretation Committee ("SIC") e International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros (unid: €k) moeda funcional, arredondados ao milhar mais próximo exceto se expresso em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos.

As informações materiais sobre a política contabilística adotada encontram-se, conforme o seu conteúdo, na nota respetiva do anexo. As informações materiais sobre as políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 9); (ii) imparidade para contas a receber e outros ativos financeiros (Nota 11 e 12); e (iii) ativos por impostos diferidos e estimativas sobre posições fiscais incertas (Nota 16).

Políticas contabilísticas gerais

Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras da Empresa na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício nas mesmas rubricas onde estão refletidos os réditos e perdas associados com essas transações, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

Alterações do exercício

Para melhor leitura da posição financeira e destacar assuntos que se entende como relevantes, em conformidade com a IAS 1, a demonstração da posição financeira apresenta uma rubrica nova "Outros passivos financeiros" (Nota 12), que inclui, exclusivamente, naturezas de empréstimo/cashpooling passivo da Empresa com empresas do Grupo Galp. Como tal, e para fins comparativos, foi reclassificado tais naturezas do ano anterior da rubrica "Outras contas a pagar" (Nota 15) para a nova rubrica "Outros passivos financeiros" (Nota 12).

Aquisição de ações próprias

Os instrumentos de capital próprio readquiridos (ações próprias) são reconhecidos ao custo e deduzidos ao capital próprio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Empresa.

A Galp iniciou em 15 de fevereiro de 2023 um programa de recompra de ações próprias, no montante de 500 milhões de euros.

Em 15 de dezembro de 2023 a Galp concluiu este programa de recompra de ações. No âmbito da conclusão do programa, o Conselho de Administração da Galp aprovou a redução do capital social da Empresa através da extinção de 42.028.823 ações próprias, representativas de aproximadamente 5,16% do seu capital social em 1 de janeiro de 2023. Preço médio de recompra da ação foi de 11,90€/ação.

3. Impactos resultantes da aplicação de novas normas ou alterações às normas IFRS

Normas e interpretações aprovadas e publicadas pela União Europeia

As normas IFRS aprovadas e publicados no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e com aplicação contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IFRS 16 Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação (emitida a 22 de setembro de 2022)	21/11/2023	01/01/2024	2024	Sem impactos contabilísticos relevantes.
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras: Classificação de passivos como não correntes e correntes (emitida a 23 de janeiro de 2020); Classificação de passivos como não correntes e correntes - diferimento da data efetiva (emitida a 15 de julho de 2020); Passivos não correntes com covenants (emitida a 31 de outubro de 2022)	20/12/2023	01/01/2024	2024	Sem impacto previsível.

As normas IFRS aprovadas e publicados no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) com aplicação no exercício de 2023 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reforma da tributação internacional – Regras do modelo do Pilar Dois (emitida a 23 de maio de 2023)	09/11/2023	01/01/2023	2023	Sem impacto previsível. *
Alterações à IFRS 17 Contrato de seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa (emitida a 9 de dezembro de 2021)	09/09/2022	01/01/2023	2023	Não aplicável.
Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação (emitida a 7 de maio de 2021)	12/08/2022	01/01/2023	2023	Sem impacto previsível.
Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos.
Alterações à IAS 8 Políticas contabilísticas, Alteração de estimativas, Erros, Reexpressão: Divulgação de estimativas contabilísticas (emitida a 12 de fevereiro de 2021)	03/03/2022	01/01/2023	2023	Sem impactos contabilísticos.
IFRS 17 Contratos de seguro (emitida a 18 de maio de 2017), incluindo alterações à IFRS 17	23/11/2021	01/01/2023	2023	Não aplicável.

* Transposição para a lei fiscal em Portugal ainda não ocorreu.

4. Ativos tangíveis

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos tangíveis encontravam-se totalmente depreciados.

5. Ativos intangíveis

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

6. Direitos de uso e responsabilidades por locações

Política contabilística

Reconhecimento

A Empresa reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental da Empresa. Em geral, a Empresa utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancele o contrato.

A responsabilidade por locações é mensurada pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. É remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice ou taxa, se ocorrer uma alteração na estimativa da Empresa do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso a Empresa altere a sua avaliação acerca a opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

A Empresa apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

A empresa não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Empresa reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

Amortização

O direito de uso do ativo é amortizado utilizando o método de amortização linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

Imparidades

O direito de uso do ativo é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Gestão, assim como as melhores práticas em uso pelos *peers* do setor.

Imparidade dos Direitos de uso de Ativos

Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Os Direitos de uso são detalhados como segue:

Unid: €k

	Viaturas	2023-12	2022-12
Custo	436	436	322
Amortização acumulada	(270)	(270)	(186)
Total	**165**	**165**	**137**
Saldo inicial	**137**	**137**	**149**
Adições	114	114	62
Depreciação/Amortização	(85)	(85)	(74)
Saldo final	**165**	**165**	**137**

As responsabilidades por locações são como segue:

Unid: €k

	2023-12	2022-12
Inferior a um ano	76	75
Um a cinco anos	99	69
Análise de maturidade - cash flows contratuais não descontados	**175**	**144**
Corrente	73	72
Não corrente	96	68
Responsabilidades por locações na Demonstração da posição financeira	**168**	**141**

Os montantes reconhecidos nos resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

Unid: €k

	Notas	2023-12	2022-12
Juros de locações	24 e 26	4	5
Despesas relacionadas com locações operacionais de curta duração, baixo valor e pagamentos variáveis	24	105	18
		109	23

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa são como segue:

Unid: €k

	2023-12	2022-12
Pagamentos relativos a locações	(86)	(74)
Pagamentos relativos a juros locações	(4)	(5)
Atividades de financiamento	**(90)**	**(79)**

7. Subsídios

Não aplicável.

8. Goodwill

Não aplicável.

9. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Política contabilística

As participações em empresas subsidiárias e associadas são registadas ao custo de aquisição, deduzidas, quando aplicável, de perdas por imparidade.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias e associadas são registados nos resultados do exercício quando atribuídos. Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico da participação financeira, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade na mesma rubrica.

Imparidade

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na Demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na Demonstração dos resultados na rubrica de Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos.

O valor recuperável das participações financeiras é estimado com base no valor de uso, o qual é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da respetiva unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete os riscos específicos da unidade geradora de caixa.

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são como segue:

Empresa	País	Percentagem de capital detido	
		2023-12	2022-12
Empresas subsidiárias:			
Galp Energia, S.A.	Portugal	100%	100%
Galp Energia E&P, B.V.	Holanda	100%	100%
Galp New Energies, S.A.	Portugal	100%	100%
Petrogal, S.A.	Portugal	100%	100%

				Participações financeiras	Resultados relativos a participações financeiras	
	Custo aquisição	Imparidade	Valor líquido	Dividendos	Outros	Total
Participações financeiras em subsidiárias	5.870.011	0	5.870.011	468.420	0	468.420
Galp Energia, S.A.	104.272	0	104.272	0	0	0
Galp Energia E&P, B.V.	1.278.722	0	1.278.722	355.338	0	355.338
Galp New Energies, S.A.	991.805	0	991.805	113.082	0	113.082
Petrogal, S.A.	3.495.213	0	3.495.213	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 12)				0	(200)	(200)
	5.870.011	**0**	**5.870.011**	**468.420**	**(200)**	**468.220**

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram os seguintes acontecimentos:

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Petrogal, S.A., procedeu ao reembolso de prestações suplementares, no montante de €920.000 k.

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa procedeu a um aumento de capital, na sua subsidiária Petrogal, S.A. no montante global de €2.250.000 k.

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa procedeu à entrega de prestações suplementares, no montante de €550.000 k, à sua subsidiária Galp New Energies, S.A..

- Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa procedeu à entrega de prestações suplementares, no montante de €50.000 k, à sua subsidiária Galp Energia, S.A..

No âmbito do programa de incentivos longo prazo (Notas 22 e 25), a Empresa registou os seguintes montantes, no custo de aquisição das suas subsidiárias, por contrapartida de reservas livres:

Unid: €k

Empresas subsidiárias:	
Galp Energia, S.A.	11.117
Galp Energia E&P, B.V.	2.255
Galp New Energies, S.A.	41
Petrogal, S.A.	11.656
	25.069

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da liquidação do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, a Empresa procedeu ao abate da participação detida, tendo registado uma perda de €200 k.

10. Inventários

Não aplicável.

11. Clientes e outras contas a receber

Política contabilística

As contas a receber são inicialmente registadas ao valor da transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber. Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal, nem do seu justo valor.

Clientes e outras contas a receber são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais para os fluxos de caixa (ou seja, são recebidos), quando são transferidos (por exemplo, vendidos) ou quando estão em imparidade.

Estimativas e julgamentos contabilísticos

Imparidades de contas a receber

A Empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente ocorridas.

Risco de crédito

Para fins de Risco de Crédito, se os clientes e outras contas a receber forem classificados de forma independente, essas classificações serão utilizadas. Caso contrário, se não houver classificação independente, o controle de risco avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pelo conselho. O cumprimento dos limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorizado pela Gestão.

Para futuras mitigações do risco de crédito, as garantias e apólices de seguro para um eventual incumprimento de crédito são um standard da política de risco global da Empresa.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns.

Clientes

A rubrica de clientes, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresenta o seguinte detalhe:

Unid: €k

		Corrente	
	Notas	2023-12	2022-12
Clientes	28	787	3.718
Clientes		**787**	**3.718**
Não vencidos		787	3.718
Antiguidade da dívida líquida de cliente		**787**	**3.718**

Conforme mencionado nas políticas acima, as contas a receber de clientes estão agrupadas em características de risco de crédito compartilhado e em dias de atraso. Para a Empresa, o nível de risco de crédito das contas a receber é o seguinte:

Tipo	Exposição ao risco
Não vencidos	Baixo
Vencidos até 180 dias	Médio
Vencidos entre 181 e 365 dias	Alto
Vencidos a mais de 365 dias	Muito alto

Outras contas a receber

As Outras contas a receber apresentam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Unid: €k

	Notas	2023-12		2022-12	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos		**0**	**0**	**362**	**0**
Outras contas a receber/outros devedores		**76**	**90**	**334**	**90**
Saldos devedores de fornecedores		101	0	45	0
Adiantamentos a fornecedores		1	0	1	0
Pessoal		(26)	0	114	0
Outros		1	90	174	90
Empresas relacionadas	**28**	**13**	**0**	**0**	**0**
Ativos resultantes de contrato		**1.235**	**0**	**5.721**	**0**
Juros a receber		0	0	3.510	0
Outros acréscimos de proveitos		1.235	0	2.211	0
Custos diferidos		**3.820**	**0**	**3.663**	**0**
Seguros pagos antecipadamente		140	0	674	0
Outros custos diferidos		3.680	0	2.989	0
Outras contas a receber		**5.144**	**90**	**10.080**	**90**

12. Outros ativos e passivos financeiros

Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de outros ativos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

Unid: €k

	Notas	2023-12		2022-12	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		0	150	0	350
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor - Empréstimos	28	122.766	0	1.079.780	1.332.500
		122.766	**150**	**1.079.780**	**1.332.850**

Na rubrica de Ativos financeiros não mensurados ao justo valor encontra-se incluído operações de *cashpooling* com outras entidades relacionadas, que vencem juros a taxas de mercado.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam o seguinte detalhe:

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	País	Percentagem de capital detido	
		2023-12	2022-12
ISPG Portugal	Portugal	-	66,67%
Adene - Agência para a Energia, S.A.	Portugal	10,98%	10,98%
OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente	Portugal	1,45%	1,45%
Galp Eswatini Limited	Eswatini	0,01%	0,01%
Omegas - Soc. D'etuded du Gazoduc Magrhed - Europe	Marrocos	0%	0%

Unid: €k

	Participações financeiras		
	Custo aquisição	Imparidade	Valor líquido
Galp Eswatini Limited	0	0	0
Adene - Agência para a Energia, S.A.	114	0	114
OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente	1	0	1
Omegas - Soc. D'etuded du Gazoduc Magrhed - Europe	35	0	35
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	**150**	**0**	**150**

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da liquidação do ISPG – Instituto de Petróleo e Gás, a Empresa procedeu ao abate da participação detida, tendo registado uma perda de €200 k (Nota 9).

Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de outros passivos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

Unid: €k

		Corrente	
	Notas	2023-12	2022-12
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor - Empréstimos	28	1.669.714	893.389
		1.669.714	**893.389**

Na rubrica de Passivos financeiros não mensurados ao justo valor encontra-se incluído operações de *cashpooling* com outras entidades relacionadas, que vencem juros a taxas de mercado.

13. Caixa e seus equivalentes

Política contabilística

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor significante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, na demonstração da posição financeira.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Caixa e seus equivalentes apresenta o seguinte detalhe:

Unid: €k

	Notas	2023-12	2022-12
Caixa e seus equivalentes		288.918	459.061
Descobertos bancários	14	(20.081)	0
		268.837	**459.061**

14. Dívida financeira

Política contabilística

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a dívida financeira detalha-se como segue:

Unid: €k

	Notas	2023-12		2022-12	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários		**140.081**	**841.000**	**20.000**	**1.161.000**
Empréstimos bancários e papel comercial		120.000	841.000	20.000	1.161.000
Descobertos bancários	13	20.081	0	0	0
Empréstimos por obrigações e notes		**288.376**	**1.577.067**	**747.400**	**1.719.302**
Origination fees		(2.122)	(2.933)	(2.600)	(4.453)
Empréstimos obrigacionistas e notes		290.498	1.580.000	750.000	1.723.756
Dívida financeira		**428.457**	**2.418.067**	**767.400**	**2.880.302**

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi o seguinte:

Unid: €k

	Saldo inicial	Captações	Amortizações de principal	Movimentações descobertos bancários	Diferenças cambiais e outros	Saldo final
Empréstimos bancários	**1.181.000**	**1.100.000**	**(1.320.000)**	**20.081**	**0**	**981.081**
Empréstimos bancários e papel comercial	1.181.000	1.100.000	(1.320.000)	0	0	961.000
Descobertos bancários	0	0	0	20.081	0	20.081
Empréstimos por obrigações e notes	**2.466.702**	**150.000**	**(750.000)**	**0**	**(1.260)**	**1.865.442**
Origination fees	(7.053)	0	0	0	1.997	(5.056)
Empréstimos obrigacionistas	1.473.756	150.000	(250.000)	0	(3.257)	1.370.498
Notes	1.000.000	0	(500.000)	0	0	500.000
Dívida financeira	**3.647.702**	**1.250.000**	**(2.070.000)**	**20.081**	**(1.260)**	**2.846.523**

O custo médio da dívida financeira para o período em análise, incluindo os encargos com descobertos bancários, ascendeu a 3,53% (1,68% em 2022).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa liquidou os seguintes Empréstimos obrigacionistas e Notes:

Unid: €k

Reembolsos	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
GALP ENERGIA/2017-EMTN-EUR 500.000.000 FIXED RATE NOTES	500.000	Fixed	Fevereiro 2023	Fevereiro 2023
EUR 100,000,000.00 Floating Rate Notes due 2023	100.000	Euribor 6M + spread	Fevereiro 2023	Fevereiro 2023
EUR 150,000,000.00 Floating Rate Notes due 2023	150.000	Euribor 6M + spread	Março 2023	Março 2023
	750.000			

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram emitidas os seguintes empréstimos obrigacionistas:

Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade
GALP ENERGIA 2023	150.000	Euribor 6M + spread	Março 2028
	150.000		

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos bancários, correntes e não correntes, empréstimo obrigacionista, excluindo origination fees e descobertos bancários, tinham os seguintes vencimentos:

Unid: €k

Vencimento	Empréstimos		
	Total	Corrente	Não Corrente
2024	410.498	410.498	0
2025	305.000	0	305.000
2026	747.500	0	747.500
2027	1.015.000	0	1.015.000
2028 e seguintes	353.500	0	353.500
	2.831.498	**410.498**	**2.421.000**

15. Fornecedores e outras contas a pagar

Política contabilística

Fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente mensurados ao justo valor e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Em geral, o custo amortizado não difere do valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica Fornecedores, correntes e não correntes, apresenta-se como segue:

Unid: €k

	Notas	Corrente	
		2023-12	2022-12
Fornecedores c/c		129	90
Fornecedores - faturas em receção e conferência		139	179
Fornecedores - empresas relacionadas	28	711	204
Fornecedores		**980**	**472**

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica Outras contas a pagar, correntes e não correntes, apresenta-se como segue:

Unid: €k

	Notas	2023-12		2022-12	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos		**368**	**0**	**754**	**0**
IVA a pagar		141	0	504	0
Outras tributações		227	0	250	0
Outras contas a pagar/outros credores		**64**	**0**	**161**	**0**
Saldos credores de clientes		0	0	2	0
Pessoal		76	0	168	0
Outros		(12)	0	(9)	0
Acréscimos de custos		**40.669**	**1.433**	**34.425**	**2.106**
Fornecimentos e serviços externos		1.383	0	4.576	0
Remunerações a liquidar		1.363	1.433	1.746	2.106
Juros a liquidar		37.507	0	27.736	0
Outros acréscimos de custos		416	0	367	0
Proveitos diferidos		**12**	**0**	**51**	**0**
Outros proveitos diferidos		12	0	51	0
Outras contas a pagar		**41.113**	**1.433**	**35.391**	**2.106**

16. Imposto sobre o rendimento

Política contabilística

Desde o exercício de 2001, a Empresa encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"). A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação substantivamente decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos contabilísticos

Ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expetativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados na demonstração dos resultados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

Estimativas relativas a posições fiscais incerta

No âmbito da realização de negócios a nível global, podem ocorrer disputas relacionadas com impostos e preços de transferência. A Gestão exerce o seu julgamento para avaliar o possível desfecho destas disputas. A mensuração de posições fiscais incertas respeitante a estimativas de imposto é efetuada pelo seu valor mais provável e a Galp considera que as provisões constituídas para este efeito são adequadas. No entanto, a obrigação real pode ser diferente deste montante, dependendo do resultado das litigâncias e dos acordos que se venham a celebrar com as autoridades relevantes.

Unid: k€

	Notas	Ativo		Passivo	
		2023-12	2022-12	2023-12	2022-12
		182.934	**344.227**	**136.240**	**331.376**
Empresas do grupo	**28**	**168.758**	**284.455**	**136.240**	**331.376**
Imposto sobre rendimento a receber/pagar		168.758	284.455	136.240	331.376
Estado e outros entes públicos		**14.176**	**59.771**	**0**	**0**
Imposto sobre rendimento a receber/pagar		14.176	59.771	0	0

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado como segue:

Unid: €k

	2023-12			2022-12		
	Imposto corrente	Imposto diferido	Total	Imposto corrente	Imposto diferido	Total
Imposto sobre o rendimento do período	(8.072)	0	(8.072)	(2.825)	0	(2.825)
Insuficiência (Excesso) estimativa de imposto	(14)	0	(14)	603	0	603
Restituição de impostos	(442)	0	(442)	0	0	0
Imposto do período	**(8.528)**	**0**	**(8.528)**	**(2.223)**	**0**	**(2.223)**

Segue abaixo a reconciliação do imposto sobre o rendimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Unid: k€

	2023	Taxa	Imposto sobre o rendimento	2022	Taxa	Imposto sobre o rendimento
Resultado Antes de Impostos:	429 116	21,00%	90 114	1 006 185	21,00%	211 298
Ajustamentos ao Imposto sobre o rendimento:						
Dividendos recebidos		(22,92%)	(98 368)		(21,29%)	(214 245)
(Excesso)/Insuficiência da estimativa de imposto		(0,00%)	(14)		0,06%	603
restituição de imposto anos anteriores		(0,10%)	(442)			
Tributação autónoma		0,01%	32		0,00%	85
Outros acréscimos e deduções		(0,01%)	(41)		0,00%	36
Taxa e imposto efetivo sobre o rendimento		**(1,99%)**	**(8 528)**		**(0,23%)**	**(2 223)**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de impostos diferidos ativos, não teve alterações, mantendo-se o saldo de €181 k.

17. Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios

Não aplicável.

18. Provisões

Não aplicável.

19. Instrumentos financeiros derivados

Não aplicável.

20. Ativos e passivos financeiros

Política contabilística

A Empresa classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;

b) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;

c) Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados (derivados).

A gestão determina a classificação dos investimentos no reconhecimento inicial e reavalia no final de cada período de relato, se e somente se houver uma mudança no modelo de negócios. Para passivos financeiros, a mudança da classificação não é permitida.

Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas dos investimentos são reconhecidas na data da transação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os ativos financeiros ao justo valor por resultados são subsequentemente atualizados ao justo valor, as divulgações do justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no fim do período de relato.

Desreconhecimento dos investimentos

Os Ativos Financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos e a Galp tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são compostos principalmente por investimentos em participações. Quando esses tipos dos ativos financeiros são desreconhecidos, o ganho ou a perda será mantida no capital próprio. Os dividendos recebidos são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivados que são detidos exclusivamente para pagamentos do capital e juros ("SPPI"). Se a cobrança é esperada dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se mais), eles são classificados como ativos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos não correntes.

Contas a receber e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo justo valor. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa efetiva, menos imparidades.

Hierarquia de Justo Valor

Em conformidade com as normas contabilísticas uma entidade deve classificar as mensurações de justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor segue os seguintes níveis:

- Nível 1 – o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercado líquidos ativos à data de referência da posição financeira;
- Nível 2 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em *inputs* observáveis no mercado;
- Nível 3 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Ativos financeiros ao custo amortizado incluem contas a receber, outros devedores, outras contas a receber deduzidos das imparidades.

Unid: €k

	Notas	2023-12	2022-12
Ativos financeiros ao justo valor por resultado integral	12	150	350
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor	11 e 12	128.787	2.426.168
- menos custos diferidos, garantias e imposto a receber		(3.821)	(4.026)
Caixa e seus equivalentes	13	288.918	459.061
Ativos financeiros por categoria		**414.034**	**2.881.553**

Passivos financeiros incluem contas a pagar, outros credores, e credores das empresas relacionadas.

Unid: €k

	Notas	2023-12	2022-12
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor	6, 12, 14 e 15	4.559.931	4.579.308
- menos proveitos diferidos, garantias e imposto a pagar		(380)	(804.552)
Passivos financeiros por categoria		**4.559.551**	**3.774.756**

21. Gestão de riscos financeiros

A Empresa encontra-se exposta a vários tipos de riscos de Mercado inerentes às atividades que conduz. A informação detalhada destes riscos e o impacto dos mesmos no Grupo Galp encontra-se refletido na nota 21 das Notas às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

22. Estrutura de capital

Capital social

O capital social da Galp Energia é composto por 773.082.725 ações, com valor nominal de 1 Euro e totalmente realizado. Destas, 715.003.211, ou seja, 92% do capital social, estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As restantes 58.079.514 ações, que representam cerca de 8% do capital social, são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública) e não estão admitidas à negociação.

	N.º de ações	Participação (%)	Participação imputável (%)
Amorim Energia B.V.	276.472.161	35,76%	35,76%
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	62.021.340	8,02%	8,02%
Free-float	434.589.224	56,22%	56,22%
	773.082.725	**100%**	**100%**

Ações Próprias

Os instrumentos de capital próprio readquiridos (ações próprias) são reconhecidos ao custo e deduzidos do capital próprio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou perda na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos de capital próprio da Empresa. Qualquer diferença entre a quantia escriturada e a contraprestação é reconhecida em reservas (ou seja, capital próprio).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Galp executou o seu programa de recompra de ações no montante de €500.000 k. O número de ações adquiridas foi de 42.028.823 ações, ao preço médio de €11,90 por ação. Estas ações foram canceladas em 31 de dezembro de 2023 (Nota 2).

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 3 de maio de 2023, foram atribuídos aos acionistas da Galp Energia SGPS, S.A. dividendos no montante de até €425.062 k, relativos a distribuição do resultado líquido do exercício de 2022, correspondendo a um dividendo de €0,52 por ação.

Deste montante, €213.133 k foi pago aos acionistas, em 20 de setembro de 2022 a título de adiantamento sobre lucros e o montante de €208 819 k, liquidado em 23 de maio de 2023.

Adicionalmente, em 16 de agosto de 2023, o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. aprovou o pagamento de dividendos, a título de adiantamento sobre lucros, de €0,27. Decorrente desta aprovação, a Empresa em 25 de agosto de 2023, liquidado o montante de €213.407 k.

Reservas

Esta rubrica pode ser detalhada da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Unid: €k

	2023-12	2022-12
Reservas legais	163.022	165.850
Outras Reservas	25.069	27.977
Total	**188.092**	**193.828**

Reservas legais

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica Reservas, no Capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas *todas as outras reservas.*

Plano de incentivos de longo prazo (LTI)

O montante de €25.069 k contabilizado em outras reservas durante o ano de 2023, respeita ao montante de ações próprias afetas ao plano de incentivos de logo prazo (LTI) registado por contrapartida de Participações financeiras em subsidiárias (Notas 9 e 25).

23. Proveitos e ganhos

Política contabilística

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos com exceção do imposto sobre produtos petrolíferos na atividade de distribuição de combustíveis, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros ativos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

As diferenças de câmbio originadas pelos saldos com Fornecedores e Clientes são reconhecidas em Resultados operacionais.

O detalhe dos proveitos e ganhos da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como se segue:

Unid: €k

	Notas	2023-12	2022-12
Prestação de serviços		**9.002**	**10.363**
Outros proveitos operacionais		**4.041**	**269**
Proveitos suplementares		4.019	264
Outros		22	5
Proveitos financeiros	**26**	**112.659**	**58.209**
Resultados relativos a participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	**9**	**468.220**	**1.020.187**
Total		**593.921**	**1.089.028**

24. Custos e perdas

Os custos e perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 detalham-se como segue:

Unid: €k

	Notas	2023-12	2022-12
Fornecimentos e serviços externos		**5.631**	**4.776**
Deslocações e estadas		331	448
Trabalhos especializados		3.911	3.226
Outros custos		1.389	1.102
Custos com o pessoal	**25**	**6.267**	**8.293**
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos e direitos de uso	**6**	**85**	**74**
Outros custos operacionais		**804**	**1.221**
Outros impostos		508	580
Outros custos operacionais		296	641
Custos financeiros	**26**	**152.018**	**68.479**
Total		**164.805**	**82.843**

25. Custos com pessoal

Política contabilística

Custos com pessoal

Salários, contribuições para a segurança social, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no ano em que os serviços associados são prestados pelos empregados da Empresa.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Empresa registou em custos com pessoal os seguintes montantes:

Unid: €k

	2023-12	2022-12
Remunerações órgãos sociais	4.170	5.136
Remunerações pessoal	756	1.147
Encargos sociais - pessoal	97	124
Encargos sociais - órgãos sociais	880	1.110
Outros seguros	169	173
Outros gastos	196	603
Total	**6.267**	**8.293**

Remunerações dos órgãos sociais

As remunerações dos orgãos sociais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 detalham-se como segue:

Unid: €k

	2023-12	2022-12
Remunerações	3.783	4.108
Prémios	231	723
Subsídios	157	305
Outros encargos e regularizações	880	1.110
Total	**5.050**	**6.246**

Os planos de remuneração de empregados baseados em ações são de incentivos de longo prazo (LTI). A atribuição de ações da empresa no âmbito dos LTI é concedida sob certas condições a empregados elegíveis. O número real de ações que podem ser adquiridas varia entre 0% e 160% dos prémios, dependendo do resultado das condições de desempenho prescritas durante um período de três anos com inico em 1 de janeiro do ano do plano. O plano LTI compreende um plano de incentivos continuo de 3 anos, sendo que em cada ano será concluído e cumprido um plano de incentivos através da entrega de ações próprias da Galp Energia SGPS, S.A.. Dado que os planos de remuneração de empregados baseados em ações são a nível do Grupo, relativamente às ações da Galp Energia SGPS, S.A., foi decidido que a empresa mãe iria adquirir as suas próprias ações para as entregar em espécie aos empregados das suas subsidiárias. Assim, em substância, a Galp Energia SGPS, S.A. como entidade *holding* e entidade mãe reconhece a totalidade dos planos LTI das suas subsidiárias em Capital Próprio por contrapartida de um contributo de capital (ie aumento de participação financeira) nas suas entidades mães intermédias. O montante reconhecido em Capital Próprio foi de €25.069 k por contrapartida de Participação financeira a 31 de dezembro 2023. Quando o montante dos planos altera devido a condições que não são de mercado, um ajustamento na reserva de LTI em Capital Próprio LTI é efetuado contra Participação financeira. Quando os planos são cumpridos, por entrega das suas ações próprias diretamente às subsidiárias (e subsequentemente aos empregados) um ajustamento de Capital Próprio (reserva de LTI e ações próprias contra resultados transitados) é efetuado dentro do Capital Próprio sem impactar os resultados do exercício. Os outros antigos plano de LTI para empregados que eram pagos em dinheiro foram cancelados.

Os planos LTI por triénio e valores acumulados reconhecidos em Capital Próprio por contrapartida de Participações financeiras em subsidiarias, associadas e empreendimentos conjuntos são:

Unid: €k

	2023
Total	**25.069**
Plano 1 (2021-2023)	7.812
Plano 2 (2022-2024)	12.830
Plano 3 (2023-2025)	4.427

26. Proveitos e custos financeiros

Política contabilística

Os proveitos e custos financeiros incluem juros suportados relativos a empréstimos externos, empréstimos de/a partes relacionadas, locações e planos de benefício de reforma e outros benefícios. Outros proveitos e custos financeiros resultantes de outros ativos ou passivos financeiros não estão incluídos nesta rubrica.

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento, até à entrada em funcionamento dos mesmos. Os restantes são reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são depreciados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

Unid: €k

	Notas	2023-12	2022-12
Proveitos financeiros		**112.659**	**58.209**
Juros de depósitos bancários		10.423	379
Outros juros obtidos e proveitos - Empresas relacionadas	28	98.851	57.830
Resultado líquido com diferenças de câmbio		3.232	0
Outros proveitos financeiros		153	0
Custos financeiros		**(152.018)**	**(68.478)**
Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros		(100.419)	(50.498)
Juros relativos a locações		(4)	(5)
Resultado líquido com diferenças de câmbio		0	(16.280)
Outros juros e encargos suportados - Empresas relacionadas	28	(42.608)	(1.696)
Outros custos financeiros		(8.987)	(0)
		(39.360)	(10.269)

27. Ativos e passivos contingentes

Política contabilística

Os ativos e passivos contingentes surgem de eventos não planeados ou inesperados que poderão originar influxos ou exfluxos económicos da Empresa. A Empresa não reflete nas suas contas este tipo de ativos e passivos, pois podem não se efetivar. Os ativos e passivos contingentes são divulgados em anexo às contas.

Passivos contingentes

No decorrer das suas operações comerciais, a Empresa celebrou contratos, no âmbito dos quais assumiu compromissos para fins comerciais, regulatórios ou outros fins comerciais.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades com garantias concedidas são as seguintes:

Unid: €k

	2023-12	2022-12
Venture Global, LLC	1.809.955	1.875.117
Contratos de afretamento FPSO	1.746.271	1.466.342
Contrato Rio Grande LNG, LLC	1.961.736	2.031.856
Projeto Coral South FLNG	445.435	471.689
Cercena Investments, S.L.U.	125.272	150.581
Grenergy	155.000	155.000
Direção Geral Impostos/Direção Geral do Tesouro	35.548	35.686
Oil Insurance Limited	-	16.595
Outras relacionadas com atividades principais	3.862.650	2.591.584
	10.141.867	**8.794.451**

De acordo com os contratos estabelecidos, com a Venture Global, LLC e com a Rio Grande LNG, LLC, relativo à compra de venda de LNG, a Galp emitiu cartas de conforto, no montante global dos contratos, de €1.809.955 k e de €1.961.736 k, respetivamente.

Relativamente a 6 contratos de afretamento de FPSO's a Galp emitiu cartas de conforto no montante de €1.746.271 k em nome da TUPI BV, na proporção da Galp no consórcio BM-S-11.

Adicionalmente, ao abrigo do financiamento do projeto Coral South FLNG, a Galp Energia SGPS deverá prestar uma garantia (DSU-Debt Service Undertaking) sobre a totalidade do montante em dívida a cada momento na proporção sua participação. Esta garantia deverá terminar no momento do Actual Completion Date (estimado para o ano 2024) caso não existam obrigações em aberto. A 31 de dezembro de 2023, a parcela Galp da DSU ascendia a €400.891 k. Também no âmbito deste financiamento, a Galp Energia SGPS SA presta uma garantia que cobre 1/9 da DSU em nome da ENH ("Empresa Nacional de Hidrocarbonetos" um dos membros do consórcio do projeto Coral Sul FLNG), o que correspondente à participação Galp sobre o total das participações excluindo a ENH. A 31 de dezembro de 2023, a parcela Galp da DSU relativa à ENH ascendia a €44.543 k.

Para dar cumprimento à sua estratégia de investimento em energias renováveis, o Grupo entrou em PPA's, tendo a Galp emitido cartas de conforto em nome da Galp Energia Espanha, a favor de Cercena Investments no montante de €125.272 k e da Grenergy, no montante de € 155.000 k.

Outras garantias relacionadas com as atividades principais estão essencialmente relacionadas com a atividade de comercialização de petróleo.

28. Transações com partes relacionadas

Política contabilística

Uma parte relacionada é uma pessoa ou entidade relacionada com a entidade que está a preparar as suas demonstrações financeiras:

(a) uma pessoa ou um membro íntimo da sua família é relacionado com uma entidade relatora se: (i) tiver o controlo ou controlo conjunto da entidade relatora; (ii) tiver uma influência significativa sobre a entidade relatora; ou (iii) for membro do pessoal-chave da gerência da entidade relatora ou de uma empresa-mãe dessa entidade relatora;

(b) uma entidade é relacionada com uma entidade relatora se estiver cumprida qualquer uma das seguintes condições: (i) a entidade e a entidade relatora são membros de um mesmo grupo (o que implica que as empresas-mãe, subsidiárias e subsidiárias colegas estão relacionadas entre si); (ii) uma entidade é associada ou constitui um empreendimento comum da outra entidade (ou é associada ou constitui um empreendimento comum de um membro de um grupo a que pertence a outra entidade); (iii) ambas as entidades são empreendimentos comuns da mesma parte terceira; (iv) uma entidade representa um empreendimento comum da entidade terceira e a outra entidade é associada da entidade terceira; (v) a entidade é um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados da entidade relatora ou de uma entidade relacionada com a entidade relatora. Se uma entidade relatora for ela própria um plano desse tipo, os empregadores promotores são também relacionados com a entidade relatora; (vi) a entidade é controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa identificada na alínea a); (vii) uma pessoa identificada na alínea (a)(i) detém uma influência significativa sobre a entidade ou é membro do pessoal-chave da gerência da entidade (ou de uma empresa-mãe da entidade).

Os saldos e transações com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2023 podem ser resumidos como se segue:

Saldos Ativos

Unid: €k

	Corrente				
	Clientes (Nota 11)	Outras contas a Receber (Nota 11)	Empréstimos concedidos (Nota 12)	Impostos correntes (Nota 16)	Total
Empresas do Grupo	779	1	122.766	168.758	292.304
Empresas conjuntamente controladas e associadas	8	11	0	0	19
Saldos ativos:	**787**	**13**	**122.766**	**168.758**	**292.323**

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Saldos Passivos

Unid: €k

	Corrente				
	Fornecedores (Nota 15)	Empréstimos obtidos (Nota 12)	Impostos correntes (Nota 16)	Acréscimos e Diferimentos (Nota 15)	Total
Empresas do Grupo	711	133.376	136.240	1.161	271.488
Saldos passivos:	**711**	**133.376**	**136.240**	**1.161**	**271.488**

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Transações

Unid: €k

	Gastos operacionais (Nota 24)	Rendimentos Operacionais (Nota 23)	Gastos Financeiros (Nota 26)	Rendimentos Financeiros (Nota 26)
Empresas do Grupo	(3.704)	9.482	(42.608)	98.851
Empresas conjuntamente controladas e associadas	(409)	70	0	0
Transações:	**(4.113)**	**9.552**	**(42.608)**	**98.851**

Para informação comparativa, consultar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

29. Informação sobre matérias ambientais

Não aplicável.

30. Eventos subsequentes

A 12 de fevereiro de 2024, a Galp anunciou um novo programa de recompra de ações de 350 milhões de euros com o objetivo de reduzir o capital social emitido da Galp Energia SGPS, S.A.. A recompra está prevista ser efetuada ao longo do ano.

Adicionalmente, devido à aprovação do novo plano de incentivos de longo prazo (LTI) que compreende a entrega de ações próprias aos *senior managers*, a Galp vai também proceder à recompra de ações próprias para este propósito num montante até 1% do capital social.

31. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 5 de abril de 2024, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente:

Paula Amorim

Vice-Presidente e Lead Independent Director:

Adolfo Mesquita Nunes

Vice-Presidente:

Filipe Silva

Vogais:

Maria João Carioca

Georgios Papadimitriou

Ronald Doesburg

Rodrigo Villanova

João Diogo Silva

Marta Amorim

Francisco Rêgo

Carlos Pinto

Jorge Seabra

Rui Paulo Gonçalves

Diogo Tavares

Cristina Fonseca

Javier Cavada Camino

Cláudia Sequeira

Fedra Ribeiro

Ana Zambelli

Contabilista Certificado:

Cátia Cardoso

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Índia, 10 – Piso 1
1349-066 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
www.ey.com

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Galp Energia, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 6.471.146 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.774.975 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 437.644 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados e a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Galp Energia, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Recuperabilidade dos Investimentos em empresas subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A 31 de dezembro de 2023, o montante de Investimentos em empresas subsidiárias registado nas demonstrações financeiras individuais da Galp Energia, SGPS, S.A., ascende a 5.870.011 milhares de euros (Nota 9). Os investimentos em empresas subsidiárias são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade, sendo o risco de imparidade analisado à data de balanço de forma a detetar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade. Se foram identificados indicadores, o valor contabilístico do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados das avaliações para cálculo do valor de uso são suportados por desempenhos passados e pelas expetativas de desenvolvimento económico e de mercado para cada um dos investimentos, baseado em projeções de fluxos de caixa, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade. O risco de imparidade dos Investimentos em empresas subsidiárias, foi considerado uma Matéria Relevante de Auditoria pela relevância do montante escriturado face ao total do ativo, assim como pela complexidade e julgamento inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade.	A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos: ► Avaliámos a existência de indícios de imparidade na valorização dos investimentos em empresas subsidiárias, à luz de fontes internas e externas de informação que se traduzam em impactos potencialmente negativos para o desempenho de cada uma das subsidiárias; ► Comparámos os capitais próprios das empresas subsidiárias e o seu valor de uso calculado de acordo com os modelos preparados pela Gestão com o seu valor contabilístico; ► Obtivemos e analisámos, nos casos aplicáveis, os testes de imparidade preparados pela Gestão, relativamente aos principais ativos de investimentos em subsidiárias, incluindo a coerência dos principais pressupostos utilizados com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração da Galp Energia SGPS, S.A.; ► Analisámos, com o apoio de auditores com conhecimento especializado em avaliações, os pressupostos e metodologias utilizados pela Gestão, nomeadamente o modelo utilizado para o teste, as taxas de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade; ► Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados; e ► Avaliámos a razoabilidade dos montantes de perdas por imparidade reconhecidas pela Entidade relativamente a investimentos em subsidiárias. Verificámos também a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 27 e IAS 36), incluídas nas notas 2 e 9 das Notas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório Integrado de Gestão, do Relatório de Governo Societário e do relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Integrado de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que o relatório de remunerações foi apresentado.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Integrado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Integrado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º1 do referido artigo.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Galp Energia, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 12 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2022. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2023 para um segundo mandato compreendido entre 2023 e 2026;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 5 de abril de 2024; e

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Galp Energia, SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 5 de abril de 2024

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **Rui Abel Serra Martins**
Num. de Identificação: 09133435
Data: 2024.04.05 17:43:53+01'00'

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119
Registado na CMVM com o n.º 20160731

DELIVERING ENERGY FOR LIFE



PARTE V
Anexos

galp

1. Informação não financeira consolidada

Nos termos do artigo 66.º-B e do artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais (em conformidade com o disposto na Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, relativa à divulgação de informações não financeiras e outras, transposta para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho) e do modelo de divulgação de informações não financeiras pelas entidades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado, apresentado pela CMVM.

Parte I – Informação sobre as políticas adotadas	
A. Introdução	
1. Descrição da política geral da Empresa no que diz respeito à sustentabilidade, com a indicação de quaisquer alterações em comparação com as versões previamente aprovadas.	A Galp adota uma abordagem integrada para criar valor sustentável, antecipando riscos, maximizando oportunidades e criando relações sólidas com as partes interessadas. Os princípios e boas práticas de sustentabilidade estão incorporados na estratégia, cultura e valores da Galp. O trabalho realizado pela Galp segue os mais elevados padrões de segurança e qualidade, com vista à garantia da sustentabilidade económica, ambiental e social da Empresa. O desempenho de Galp é, portanto, orientado por um conjunto de políticas ambientais, sociais e de governo que promovem a adoção das melhores práticas em cada uma destas matérias e a criação de valor sustentável a longo prazo. A Galp possui o seu próprio modelo de governo da sustentabilidade e uma Comissão de Sustentabilidade, cuja missão é apoiar o Conselho de Administração na integração dos princípios da sustentabilidade no processo de gestão do Grupo Galp, promovendo as melhores práticas do setor em todas as suas atividades, com vista à criação de valor a longo prazo. Este está alinhado com a mais recente norma interna aprovada "Modelo de Governo de Informação Não Financeira (INF)", segundo a qual a Comissão de Sustentabilidade é responsável por um órgão de supervisão, estando todas as funções detalhadas no Regulamento da Comissão de Sustentabilidade. Para mais informações, consulte a Parte III - Relatório de Governo Societário (Informação sobre a estrutura acionista, organização e governo da Empresa, Item 29 - Comissão de Sustentabilidade) deste relatório.
2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção na divulgação de informações não financeiras, bem como de quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e respetivas justificações.	O relatório de informação não financeira da Galp pretende apresentar uma visão global, transparente e rigorosa dos processos através dos quais a Galp cria valor ambiental, social e económico. A divulgação de informação não financeira está em conformidade com as regras aplicáveis e com as orientações globalmente reconhecidas, nomeadamente: • regras relativas à divulgação de informação não financeira introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho (este anexo), com a iminente implementação da Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD) em 2024 • as diretrizes da Value Reporting Foundation (VRF) para a elaboração de relatórios integrados; • as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), versão 2021, ""com base nas normas GRI para o período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023", incluindo as novas diretrizes suplementares para o setor Oil & Gas (GRI 11) relativas ao relatório de sustentabilidade; • o Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor Oil & Gas (Normas de Exploração e Produção, Midstream e Refinação, e Marketing); • as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD) do Financial Stability Board (FSB) relativas à divulgação de riscos financeiros relacionados com o clima • os princípios do United Nations Global Compact (UNGC) relativos à informação sobre sustentabilidade • as métricas e divulgações do World Economic Forum, Measuring Stakeholder Capitalism • os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável • os princípios de inclusão, materialidade, capacidade de resposta e impacto, estabelecidos na Norma AA1000 Accountability Principles Standard (AA1000AP 2018), relativos à informação sobre sustentabilidade. • os indicadores do Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR), disponíveis em https://www.galp.com/corp/pt/sustentabilidade/reporting/documentos Os aspetos materiais da Galp são todos aqueles que possam interferir significativamente na capacidade de a Empresa e as suas partes interessadas gerarem valor. A sua identificação na Galp é feita através de um processo contínuo, robusto e maduro, que orienta a Empresa na compreensão dos principais desafios e oportunidades que enfrenta, assegurando o alinhamento estratégico e a comunicação dos aspetos mais importantes. A informação não financeira da Galp é divulgada publicamente e sujeita a verificação por terceiros mediante o relatório anual integrado da Empresa, disponibilizado no website da Empresa, e noutros meios de comunicação relevantes. Consulte o nosso relatório independente sobre a informação de sustentabilidade na secção 7. da Parte V (Anexos) deste documento. Para mais informações sobre a nossa avaliação da materialidade, consulte a Parte I deste documento (2.3 Abordagem ESG).

Parte I – Informação sobre as políticas adotadas	
B. Modelo de negócio	
3. Descrição geral do modelo de negócio e da estrutura organizacional da Empresa/Grupo, com indicação das principais áreas de negócio e mercados em que opera	A Galp dispõe de uma estrutura organizacional baseada, a nível operacional, em quatro pilares de negócio: Upstream, Industrial and Midstream, Commercial, e Renewables, Innovation and New Businesses. A Galp opera nos seguintes mercados: Portugal, Espanha, Brasil, Moçambique, Angola, Namíbia, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Reino de Eswatini. Para mais informações, consulte a Parte I - 3. Pilares de Negócio e a Parte IV - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais - "Notas às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2023" deste relatório e o website da Galp https://www.galp.com/corp/pt/sobre-nos/o-que-fazemos e https://www.galp.com/corp/pt/sobre-nos/a-galp/a-galp-no-mundo
C. Principais fatores de risco	
1. Identificação dos principais riscos associados às matérias sujeitas a divulgação e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Empresa, incluindo, caso aplicável e sempre que possível, cadeias de fornecimento e subcontratantes. 2. Indicação de como estes riscos são identificados e geridos pela Empresa. 3. Explicação da divisão funcional interna de competências, incluindo órgãos sociais, comités, comissões ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento de riscos. 4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Empresa em comparação com o que foi reportado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de existir. 5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades identificadas pela Empresa no contexto das matérias sujeitas a divulgação.	Informação disponível para consulta na secção 53 da Parte III deste relatório - Relatório de Governo Societário – Detalhes e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade está exposta na execução da sua atividade comercial, e na Parte I – 2.4 Como gerimos o risco.
D. Políticas implementadas	
1. Descrição das políticas: i. ambiental, ii. social e fiscal, iii. relativa aos trabalhadores e à igualdade de género e não discriminação, iv. relativa aos direitos humanos e v. relativa ao combate à corrupção e suborno na Empresa, incluindo as políticas de *due diligence* e os resultados da sua aplicação, e os indicadores-chave de desempenho não financeiros associados, e a comparação com o ano anterior.	A Galp está empenhada em gerir de forma eficiente e transparente todas as questões relacionadas com a gestão dos riscos e impactos das suas atividades (sejam ambientais, sociais, fiscais ou de governo). Para tal, desenvolveu um conjunto de Políticas que regem o seu desempenho e que permitem a gestão sustentável do negócio e o estabelecimento e cumprimento de objetivos e metas desafiantes. Política de Saúde, Segurança e Ambiente Através da Política de Saúde, Segurança e Ambiente, a Galp compromete-se a integrar na sua estratégia aspetos relacionados com estes três temas, e a assegurar a gestão adequada dos mesmos, com o objetivo claro de agir de forma responsável, reduzindo assim os potenciais impactos negativos e maximizando os efeitos positivos das suas atividades. Requisitos Específicos de Saúde, Segurança e Ambiente Este Regulamento define os requisitos na área da saúde, segurança e ambiente (HSE) que devem ser cumpridos na tomada de decisões, ao longo do ciclo de vida dos projetos, a fim de assegurar a proteção das pessoas, do ambiente e dos bens. O Regulamento pressupõe a avaliação dos riscos de HSE e está alinhado com a Política de Saúde, Segurança e Ambiente da Galp e respetivos compromissos. Política de Alterações Climáticas A Galp considera essencial promover e contribuir para satisfazer as necessidades energéticas do futuro, em estreita cooperação com os objetivos propostos para combater as alterações climáticas. Neste contexto, e consciente de que este é um verdadeiro desafio para o futuro, a Galp atualiza a sua Política de Alterações Climáticas de acordo com o seu compromisso de seguir as boas práticas do mercado e as tendências a este respeito.

Código de Ética e Conduta

O Código de Ética e Conduta da Galp rege as ações da Empresa, dos seus colaboradores e parceiros de negócios, traçando as diretrizes éticas fundamentais da Galp relativamente às suas ações, e estabelecendo compromissos, responsabilidades e boas práticas para cada um dos princípios aqui delineados. Em 2023, foi aprovada uma revisão do Código de Ética e Conduta da Galp.

Política de Direitos Humanos

Sabendo que os Direitos Humanos são inerentes à condição humana, a Galp compromete-se a defendê-los e promovê-los, em todas as regiões geográficas e contextos em que opera.

Política de Responsabilidade Social Corporativa

Para a Galp, a responsabilidade social corporativa é uma dimensão fundamental da gestão. Esta Política, aplicável aos vários contextos e regiões em que a Galp opera, estabelece objetivos e comportamentos esperados ao longo da cadeia de valor e na sua relação com as partes interessadas.

Política de Prevenção à Discriminação e Assédio

Um dos objetivos comuns a todos os colaboradores da Galp é o de proporcionar um ambiente de trabalho seguro, livre de discriminação e assédio. Esta política promove esse ambiente, exigindo que os colaboradores ajam de acordo com princípios éticos, demonstrem um comportamento respeitoso e inclusivo, e detetem e denunciem ativamente quaisquer formas de assédio na organização da Galp.

Política Fiscal

Através da sua Política Fiscal, a Galp está empenhada em acompanhar a evolução das melhores práticas em matéria fiscal. Esta política estabelece o reconhecimento por parte da Galp da importância da adoção e implementação das melhores práticas internacionais em termos de transparência fiscal.

Política de Investimento na Comunidade

Como Empresa de referência no setor energético, presente em várias regiões geográficas, a Galp compromete-se a ser um parceiro essencial nas comunidades onde exerce a sua atividade, com o intuito de promover o seu desenvolvimento social e económico, de acordo com a sua estratégia.

Plano de Igualdade 2023

No seu Plano de Igualdade de 2023, a Galp aborda os objetivos, medidas e práticas implementadas em 2022 e a implementação da igualdade de género em 2023. Este Plano é atualizado anualmente.

Plano de Igualdade 2024

No seu Plano de Igualdade de 2024, a Galp aborda os objetivos, medidas e práticas implementadas em 2023 e a implementação da igualdade de género em 2024. Este Plano é atualizado anualmente.

Política de Diversidade nos Órgãos de Administração e Fiscalização

Na sua Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização, a Galp reconhece os benefícios da diversidade nos seus órgãos administrativos e fiscais como forma de assegurar um maior equilíbrio na sua composição, melhorar o desempenho dos seus membros, reforçar a qualidade dos processos de tomada de decisão e controlo, evitar os efeitos do pensamento de grupo e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Empresa.

Política de Prevenção da Corrupção

Na sua Política de Prevenção da Corrupção, a Galp enumera as diretrizes para a prevenção do risco de corrupção no Grupo. O compromisso assumido pela Galp neste contexto pressupõe também o acompanhamento e a melhoria contínua das boas práticas nesta matéria.

Norma de Prevenção da Corrupção

A Norma de Prevenção da Corrupção da Galp estabelece regras e procedimentos para prevenir, detetar e responder ao risco de corrupção no Grupo Galp, alcançando e desenvolvendo as metas estabelecidas no Código de Ética e Conduta e na Política de Prevenção da Corrupção, de acordo com os valores da Galp, as obrigações legais e regulamentares a que a Galp e os seus trabalhadores estão sujeitos, os riscos específicos de corrupção que a Galp enfrenta no decorrer das suas atividades nas várias regiões geográficas onde opera, e as expetativas das partes interessadas.

Parte I – Informação sobre as políticas adotadas	
	Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo A Galp considera essencial prevenir, detetar e responder aos riscos de exposição ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo no âmbito das suas transações com terceiros. Neste sentido, foi implementada uma Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, que enumera os compromissos da Galp no combate à transformação de fundos de origem criminosa em recursos legais através dos mecanismos de financiamento de uma organização de branqueamento de capitais.
	Norma de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo A Norma de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo da Galp estabelece regras destinadas a prevenir, detetar e responder aos riscos de exposição ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, de forma a alcançar as metas estabelecidas no Código de Ética e Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo. Entre os vários deveres instituídos por esta Norma destaca-se o dever geral dos colaboradores do Grupo Galp, ou de terceiros agindo em seu nome, de não negociar com contrapartes cuja intenção possa ser ocultar ou encobrir a origem, fonte, localização ou eliminação ou movimento ilícito de capitais, bens ou produtos, em violação das leis de prevenção do branqueamento de capitais aplicáveis.
	Política de Procurement Sustentável Na nossa Política de Procurement Sustentável, reforçámos os 4 princípios a serem aplicados em toda a nossa cadeia de valor: Respeito pelos Direitos Humanos e Condições Laborais, Atuar com transparência e integridade, Assumir a qualidade como um fator crítico de sucesso, e Proteção do ambiente, pessoas e ativos. A qualificação, seleção e contratação dos nossos fornecedores é regida não só pelo cumprimento dos termos e condições técnicas e comerciais, mas também pelo cumprimento da Política de Procurement Sustentável da Galp, das disposições do seu Código de Ética e Conduta e da documentação normativa que o compõem, entre outras políticas relevantes da Galp, bem como em conformidade com a legislação em vigor nos países onde opera, com o objetivo de criar valor partilhado, de forma sustentada, progressivamente de acordo com a legislação Europeia.
	Política de Biodiversidade Na nossa Política de Biodiversidade, definimos diretrizes estratégicas e ambições na dimensão da biodiversidade, incluindo-a como parte integrante da gestão empresarial e ao longo da cadeia de valor associada aos projetos do Grupo. Este documento foca-se em três principais princípios: Respeitar zonas de exclusão; Identificar, avaliar e gerir sites existente e novos projetos; Promover colaborações e disseminar conhecimento. A Galp partilha a visão de reconhecer a importância de tomar ações sustentáveis a longo prazo para conservar e proteger a biodiversidade, visando contribuir para a sua recuperação.
	Principais Indicadores e Resultados Consulte as seguintes secções deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • Parte I – 1.2. Criação de valor • Parte I – 2.2. Criação de valor sustentável • Parte I – 2.3. Abordagem ESG • Parte II - Jornada de Sustentabilidade
i. Políticas ambientais	
1. Descrição dos objetivos estratégicos da Empresa e das principais medidas a tomar para a sua implementação.	No seu plano estratégico, a Galp enumera um conjunto de objetivos estratégicos ambientais e climáticos. Consulte as seguintes secções deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • Parte I – 2.2. Criação de valor sustentável • Parte I – 2.3. Abordagem ESG • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Consulte as seguintes secções deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • Parte I – 2.2. Criação de valor sustentável • Parte I – 2.3. Abordagem ESG

Parte I – Informação sobre as políticas adotadas	
	• Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Parte V - Anexos - 2. Normas de sustentabilidade - GRI, SASB, WEF
3. Indicação, em comparação com o ano anterior, do grau de cumprimento desses objetivos.	Consulte as seguintes secções deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • Parte I – 2.3. Abordagem ESG • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular
ii. Políticas sociais e fiscais	
1. Descrição dos objetivos estratégicos da Empresa e das principais medidas a tomar para a sua implementação.	No seu plano estratégico, a Galp fornece um conjunto de objetivos sociais estratégicos, destinados à criação e distribuição de valor, direta e indiretamente, pela Empresa. Consulte as seguintes secções deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • Parte I – 2.3. Abordagem ESG • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor Consulte também: • Política fiscal da Galp
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Consulte as seguintes secções deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • Parte I – 2.3. Abordagem ESG • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor Consulte as seguintes secções da Parte V (Anexos) deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: 2. Normas de sustentabilidade - GRI, SASB, WEF; 3. Informação suplementar sobre petróleo e gás (não auditado) e 4. Relatório sobre os pagamentos a administrações públicas
3. Indicação, em comparação com o ano anterior, do grau de cumprimento desses objetivos	Consulte as seguintes secções deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • Parte I – 2.3. Abordagem ESG • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor
iii. Colaboradores e igualdade de género e não discriminação	
1. Descrição dos objetivos estratégicos da Empresa e das principais medidas a tomar para a sua implementação.	A Galp posiciona-se como um empregador competitivo e justo, com valores baseados nos princípios da diversidade, igualdade de oportunidades e formação. Consulte as seguintes secções deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • Parte I – 2.3. Abordagem ESG

Parte I – Informação sobre as políticas adotadas	
	• Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Consulte as seguintes secções deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • Parte I – 2.3. Abordagem ESG • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas • Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor • Parte V - Anexos - 2. Normas de sustentabilidade - GRI, SASB, WEF Para mais informações, consulte a Parte III - Relatório de Governo Societário deste relatório e a Política de Remuneração.
3. Indicação, em comparação com o ano anterior, do grau de cumprimento desses objetivos	Consulte as seguintes secções deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: Parte I – 2.3. Abordagem ESG Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas Parte II - Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor Consulte no website da Galp, o Plano de Igualdade 2024, que inclui as medidas implementadas em 2023. Para mais informações, consulte a Parte III - Relatório de Governo Societário deste relatório e a Política de Remuneração.
iv. Direitos Humanos	
1. Descrição dos objetivos estratégicos da Empresa e das principais medidas a tomar para a sua implementação.	Os compromissos da Galp estão definidos na Política de Direitos Humanos, que está alinhada com as normas de Direitos Humanos internacionalmente reconhecidas, nomeadamente os 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, bem como o Código de Conduta da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no que respeita aos Direitos dos Povos Indígenas (OIT 169 e IFC PS7). Além disso, a Galp é signatária do *CEO Guide on Human Rights* do BCSD Portugal. Consulte as seguintes secções da Parte II – Jornada de Sustentabilidade deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos • 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Consulte as seguintes secções da Parte II – Jornada de Sustentabilidade deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos • 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor
3. Indicação, em comparação com o ano anterior, do grau de cumprimento desses objetivos	Consulte as seguintes secções da Parte II – Jornada de Sustentabilidade deste relatório – Relatório Integrado de Gestão: • 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos • 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor Para mais informações sobre as avaliações dos direitos humanos, consulte a Avaliação Operacional dos Direitos Humanos – Atualização 2023 disponível no website da Galp (link aqui).

Parte I – Informação sobre as políticas adotadas	
v. Combate à corrupção e tentativas de suborno	
1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenir a corrupção e os subornos; políticas implementadas junto dos colaboradores e fornecedores para dissuadir estas práticas; informação sobre o sistema de conformidade, com indicação dos respetivos responsáveis, se existirem; indicação de processos judiciais que envolvam a Empresa, os seus administradores ou colaboradores e estejam relacionados com corrupção ou subornos; medidas adotadas no site de compras públicas, se relevante.	No âmbito do processo de avaliação de qualquer novo investimento potencial numa nova região, a Galp avalia os riscos de corrupção associados ao contexto socioeconómico da região em questão. A Galp também efetua procedimentos de *due diligence* relativamente aos seus parceiros comerciais e sociais, prestadores de serviços e fornecedores mais relevantes antes de efetuar transações com estes, de forma a assegurar que tais entidades também dispõem de políticas e procedimentos adequados e eficazes relacionados com a prevenção da corrupção e do suborno. Em 2023, foram avaliadas 4766 contrapartes através do processo de integridade da Empresa. Em 20 casos, foram identificados riscos significativos e, por conseguinte, as interações com as contrapartes em questão foram interrompidas. Foram também realizadas 1006 avaliações prévias a ofertas propostas/recebidas que envolvam colaboradores da Galp, através da plataforma de registo eletrónico de ofertas da Galp.
2. Prevenção do branqueamento de capitais (para os emitentes sujeitos a este regime): informação relativa às medidas para prevenir e combater o branqueamento de capitais.	Em 2020, foi publicada a Norma de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo da Galp, que estabelece regras e procedimentos destinados a prevenir, detetar e responder aos riscos de exposição ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Os vários deveres estabelecidos na Norma, incluem o dever dos colaboradores do Grupo Galp, ou de terceiros agindo em seu nome, de não efetuar transações com contrapartes cuja intenção possa ser ocultar ou encobrir a origem, fonte, localização ou eliminação ou movimento ilícito de capitais, bens ou produtos, em violação das leis de prevenção do branqueamento de capitais aplicáveis. Determinadas atividades da GALP estão especificamente abrangidas pela legislação aplicável (nomeadamente transações imobiliárias e pagamentos em numerário) e pelos procedimentos implementados para lidar com os riscos de prevenção do branqueamento de capitais nesta área específica.
3. Códigos de Ética: indicação de qualquer código de ética a que a Empresa tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos mecanismos de implementação e controlo de conformidade dos mesmos, se aplicável.	<u>Código de Ética e Conduta</u> O Código de Ética e Conduta da Galp rege ações da Empresa, dos seus colaboradores e parceiros comerciais, traçando as diretrizes éticas fundamentais das ações da Galp, e estabelecendo compromissos, responsabilidades e boas práticas para cada um dos princípios nele enumerados. Em 2023, foi aprovada uma revisão do Código de Ética e Conduta da Galp. <u>Norma de comunicação de irregularidades - Linha de Ética</u> A Galp promove a comunicação confidencial de qualquer conhecimento ou suspeita fundamentada da ocorrência de irregularidades ou circunstâncias de incumprimento em relação ao Código de Ética e Conduta ou outras Políticas e Regulamentos de Galp, através da linha ética OpenTalk. <u>Comissão de Ética e Conduta</u> A Comissão de Ética e Conduta da Galp, órgão interno e independente que reporta ao Conselho Fiscal, é responsável pelo acompanhamento da implementação dos aspetos estabelecidos no Código de Ética e Conduta, pelo esclarecimento de dúvidas sobre a sua aplicação e pelo processamento das informações transmitidas através da Linha de Ética. Para mais informações, consulte a Parte III – Relatório de Governo Societário (Informações sobre a estrutura acionista, organização e governo da Sociedade, Item 29 - Comissão de Ética e Conduta) deste relatório. <u>Regulamento da Comissão de Ética e Conduta</u> Este Regulamento estabelece as competências, deveres e regras de funcionamento da Comissão de Ética e Conduta da Galp. Para mais informações, consulte a Parte III – Relatório de Governo Societário (Informações sobre a estrutura acionista, organização e governo da Sociedade, Item 29 - Comissão de Ética e Conduta) deste relatório.
4. Gestão de Conflitos de Interesses: medidas de gestão e controlo de conflitos de interesse, nomeadamente a exigência da subscrição de declarações de interesse, incompatibilidades e impedimentos por parte de gestores e colaboradores.	<u>Norma de Gestão de Conflitos de Interesses</u> A Norma de Gestão de Conflitos de Interesses descreve o conjunto de regras e procedimentos internos de controlo adotados pela Galp a fim de evitar conflitos de interesses. <u>Norma de comunicação de irregularidades - Linha de Ética</u> Se os colaboradores se encontrarem numa situação em que os seus interesses pessoais entrem em conflito ou possam entrar em conflito com os seus deveres profissionais na Galp, devem comunicar a situação através do registo eletrónico de conflitos de interesse da Galp. Se os colaboradores tiverem conhecimento de um conflito de interesses que constitua um risco para a Galp e tiverem suspeitas fundamentadas de que este não foi comunicado à Comissão de Ética e Conduta, devem comunicá-lo através da linha ética OpenTalk.

Taxonomia da UE

Contexto

O Regulamento da Taxonomia é um dos instrumentos mais importantes da iniciativa de finanças sustentáveis da UE, que estabelece um sistema de classificação para identificar e categorizar as atividades que contribuem para os objetivos ambientais, minimizando os impactos negativos, incluindo os impactos sociais.

Em 2023, foi adotado o Ato Delegado do Ambiente, que engloba os restantes quatro objetivos ambientais. Estes incluem a utilização sustentável e a proteção dos recursos hídricos e marinhos, a transição para uma economia circular, a prevenção e o controlo da poluição e a proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas. Este ato delegado complementa o Ato Delegado do Clima, já adotado em 2021, que aborda especificamente os objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Estes documentos estabelecem critérios para avaliar se uma atividade contribui significativamente para um determinado objetivo ambiental sem prejudicar outros objetivos.

Em 2023, a Comissão Europeia publicou e aprovou revisões do Ato Delegado do Clima. Estas alterações consistiram na correção de determinados critérios e na introdução de critérios adicionais para novas atividades. Estas alterações aplicam-se também ao Ato Delegado de Divulgações, documento que define as linhas orientadoras para o cálculo e apresentação de informação relativa ao Volume de Negócios, CapEx e OpEx.

O reporte de 2023 relativamente ao alinhamento da Galp com a taxonomia da UE foi elaborado com base no Regulamento da Taxonomia (UE) 2020/852, nos Atos Delegados do Clima e do Ambiente e respetivos anexos, no Ato Delegado do Clima Complementar, no Ato Delegado de Divulgações, o Regulamento Delegado que altera o Ato Delegado do Clima, bem como a interpretação atual da Galp sobre o regulamento da Taxonomia da UE.

Além disso, foram também considerados outros documentos publicados, como as FAQs (perguntas frequentes) e os avisos da Comissão no *FAQs repository* disponível no *EU Taxonomy Navigator*.

Avaliação da Elegibilidade

Tal como no ano anterior, a metodologia adotada para avaliar a elegibilidade incluiu uma análise detalhada das atividades da Galp. Esta análise foi realizada de acordo com os Atos Delegados do Clima e do Ambiente da Taxonomia da UE, que abrangem os seis objetivos ambientais relativos à mitigação e adaptação às alterações climáticas, aos recursos hídricos e marinhos, à economia circular, à prevenção e controlo da poluição e à biodiversidade.

As atividades elegíveis identificadas são as seguintes, divididas por objetivo ambiental com o respetivo código da Taxonomia da UE:

Mitigação das Alterações Climáticas

- 3.10. Produção de hidrogénio
- 4.1. Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica
- 4.3. Produção de eletricidade a partir de energia eólica
- 4.10. Armazenamento de eletricidade
- 4.13. Produção de biogás e biocombustíveis para utilização nos transportes e de biolíquidos
- 6.5 Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros
- 7.4. Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)
- 7.6. Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis
- 9.3. Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios

Transição para uma Economia Circular

5.1. Reparação, recondicionamento e refabrico

Avaliação do Alinhamento

A avaliação do alinhamento das atividades identificadas como "elegíveis" começa com a verificação do cumprimento dos critérios de contribuição substancial para um dos seis objetivos ambientais.

Embora a maioria das nossas atividades elegíveis seja aplicável tanto ao objetivo ambiental de mitigação das alterações climáticas como ao de adaptação às alterações climáticas, consideramos que contribuímos de forma mais significativa para a mitigação das alterações climáticas, em linha com a ambição da Galp de atingir zero emissões líquidas.

Para além dos critérios de contribuição substancial, o regulamento da Taxonomia da UE inclui o critério de Não Prejudicar Significativamente (NPS). A análise do princípio NPS consistiu em verificar a conformidade da Galp com os requisitos mínimos a cumprir para evitar danos significativos em qualquer um dos objetivos ambientais relevantes.

Abaixo resumimos as principais iniciativas e compromissos da Galp que contribuem para o cumprimento do critério de NPS:

- Adaptação às alterações climáticas - A Galp tomou medidas significativas para melhorar a identificação e a quantificação dos seus riscos e oportunidades relacionados com o clima, em linha com as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD). O objetivo desta avaliação é avaliar a resiliência da estratégia da Empresa a diferentes cenários climáticos e integrar os riscos associados relevantes na estrutura de gestão de risco. Estes riscos relacionados com o clima serão monitorizados, e serão definidas e implementadas medidas de mitigação e adaptação adequadas. A Galp tem vindo a adotar

procedimentos e ferramentas para melhorar as avaliações de risco relacionadas com o clima, contribuindo assim para apoiar investimentos internos e outras decisões de gestão.

- Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos - A Galp está constantemente empenhada em avaliar e supervisionar os efeitos ambientais dos nossos projetos nas regiões onde operamos, seja a uma escala global ou nacional. Na nossa análise anual de risco associado à natureza, mapeamos e avaliamos os riscos hídricos nos ativos que operamos. Para além dos investimentos contínuos e da implementação das melhores práticas, estamos atualmente a consolidar a análise dos efeitos materiais positivos e negativos das atividades da Galp nos recursos hídricos, através do projeto do caso de estudo da TNFD. Ainda no âmbito do projeto de gestão do risco empresarial, a Galp identifica, avalia e gere os riscos e oportunidades inerentes à sua estratégia, incluindo os riscos relacionados com a água e a biodiversidade.

- Transição para uma economia circular - A Galp está focada em fazer com que os materiais durem mais tempo, utilizando os recursos de forma responsável e incorporando princípios circulares desde a conceção até à eliminação. Esforçamo-nos por colaborar com parceiros para partilhar experiências e melhores práticas e criar oportunidades alinhadas com este objetivo. Adicionalmente, reconsideramos estrategicamente o modelo de negócio tradicional através de uma lente circular, explorando soluções através de iniciativas de Inovação. Na refinaria de Sines, a Galp está a produzir um biodiesel a partir do processamento de gorduras animais e óleos alimentares usados e, no negócio das renováveis, estamos atentos a oportunidades para dar uma segunda vida aos nossos equipamentos. A joint-venture entre a Galp e a Northvolt está já a planear a criação de uma rede de *offtakers* para os subprodutos da conversão do lítio, promovendo assim uma economia circular e garantindo a mitigação do impacto desta atividade.

- Prevenção e controlo da poluição - Relativamente à utilização e presença de produtos químicos, a Galp respeita todas as normas e regulamentos aplicáveis e segue todas as diretrizes para limitar o impacto das suas atividades.

- Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas - A Galp tem como objetivo salvaguardar a biodiversidade nas regiões onde opera e garantir a conservação das áreas naturais e das espécies ao longo do ciclo de vida dos projetos. Continuamos a procurar proteger a biodiversidade nas nossas operações existentes e a ir além do princípio de "não prejudicar", promovendo um impacto positivo em novos projetos localizados em áreas protegidas. A Galp realiza uma análise anual de risco associado à natureza, abrangendo 100% dos nossos sites operados. Em 2023, começámos a incorporar a identificação de dependências e impactos materiais relacionados com a natureza associados às nossas principais atividades de negócio atuais. Cruzamos a localização dos nossos sites operados com áreas relevantes para a biodiversidade, até um raio de 50 km, usando o IBAT (*Integrated Biodiversity Assessment Tool*). Para além disso, a Galp realiza avaliações de impacte ambiental, sendo implementadas as medidas de mitigação e compensação necessárias para a proteção do ambiente, quando aplicável.

Por último, o cumprimento das salvaguardas mínimas é imperativo para que as atividades económicas sejam consideradas alinhadas pela Taxonomia. A Galp cumpre com as salvaguardas mínimas estabelecidas pela Taxonomia da UE, em conformidade com o artigo 18º do regulamento. Estas salvaguardas mínimas são avaliadas de acordo com um conjunto de normas, nomeadamente:

- As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais

- Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho

- A Carta Internacional dos Direitos Humanos

Abrangendo vários temas, o nosso Código de Ética e Conduta serve de quadro orientador para a conduta pessoal e profissional de todas s indivíduos do Grupo. Aplica-se a indivíduos em todos os cargos e funções, regendo as interações com colaboradores, acionistas, investidores, clientes, fornecedores e representantes das comunidades envolvidas com a Galp. Incentivamos a comunicação aberta relativamente a questões, preocupações ou potenciais infrações ao nosso código, tais como assédio, discriminação, fraude ou corrupção. As pessoas podem optar por fazer uma denúncia anónima através do nosso canal de denúncia. As denúncias recebidas são tratadas por uma entidade independente da linha de ética em nome da Galp, sendo posteriormente transmitidas à Comissão de Ética e Conduta da Galp, a qual assegurará o seu tratamento de forma profissional e confidencial.

- Anti-corrupção: O suborno ou a corrupção não têm lugar na Galp, e, neste sentido, promovemos ativamente a eficácia dos mecanismos de denúncia. Estabelecemos e implementamos processos e procedimentos para avaliar e minimizar o risco de corrupção, enquanto incentivamos as partes interessadas a adotar medidas para prevenir a corrupção. Mais informações sobre a nossa posição podem ser consultadas na nossa Política de Prevenção da Corrupção.

- Tributação: A tributação é um tema que abordamos meticulosamente devido à sua importância vital para a Galp, patente na nossa Política Fiscal. É prioritário garantimos o cumprimento dos requisitos fiscais e de divulgação de informação em cada jurisdição em que operamos. Também monitorizamos, avaliamos e gerimos a nossa exposição a riscos fiscais. A Galp assegura uma supervisão adequada das suas práticas fiscais com vista a minimizar os potenciais riscos financeiros e de reputação na tomada de decisões sobre questões fiscais. Quanto às relações intragrupo, a Galp rege-se pelas melhores práticas de mercado, seguindo os princípios estabelecidos a este respeito pela OCDE.

- Concorrência leal: O envolvimento em atividades que comprometam a concorrência livre e leal pode ter efeitos prejudiciais no mercado, nos nossos clientes e na nossa reputação. Abstemo-nos estritamente de quaisquer práticas que sejam anti concorrenciais, ilegais ou inconsistentes com o nosso Código de Ética e Conduta. O nosso compromisso estende-se a evitar o envolvimento em quaisquer esquemas fraudulentos, quer estejam relacionados com transações monetárias, ativos ou falsificação de documentos ou informações. As nossas práticas comerciais não incluem a adoção de estratégias comerciais destinadas a excluir, dificultar ou obstruir a concorrência na condução normal das atividades. Condenamos quaisquer ações que impliquem acordos diretos ou indiretos sobre preços de venda ou acordos de preços de revenda. Respeitamos as condições de mercado aplicáveis na negociação de contratos e parcerias, comprometendo-nos a utilizar a posição de mercado da Galp com lealdade e honestidade nessas transações. As nossas ações respeitam rigorosamente as normas legais, promovendo o comércio de serviços e produtos apenas com base na sua excelência e nas condições comerciais associadas.

- Direitos humanos: Enquanto operadora integrada de energia, a Galp está empenhada em defender e promover os direitos humanos, considerando-os intrínsecos à condição humana. Na nossa Política de Direitos Humanos, que geralmente se alinha com normas reconhecidas internacionalmente, tais como os princípios de Direitos Humanos da UNGC, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, as Diretrizes da OCDE sobre Conduta Empresarial Responsável, bem como os Princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais das comunidades indígenas (OIT 169 e IFC PS7), estabelecemos o nosso compromisso de respeito pelos Direitos Humanos junto das nossas partes interessadas - colaboradores, comunidades, fornecedores, parceiros e clientes - definindo medidas para evitar que as nossas operações e cadeia de valor provoquem, direta ou indiretamente, quaisquer abusos ou violações dos Direitos Humanos. Em 2023, desenhámos os princípios fundamentais de um programa de Devida Diligência de Direitos Humanos recentemente criado na Empresa. Embora a Galp tenha em vigor mecanismos baseados no risco relativos ao respeito pelos direitos humanos em múltiplas políticas e sistemas de gestão, decidiu reforçar os seus compromissos em matéria de direitos humanos com um projeto especializado, central e atualizado para incorporar adequadamente a diligência devida em matéria de direitos humanos nas suas operações relevantes à luz dos UNGPs e das Diretrizes da OCDE. Para garantir a eficácia do seu processo de devida diligência, a Galp constituiu uma equipa interna e recorreu a um especialista em Direitos Humanos para uma orientação especializada e alinhada com os objetivos definidos no Roadmap de Sustentabilidade.

Divulgação dos KPI

Nas tabelas que se seguem, a Galp divulga a proporção do Volume de Negócios, Capex e Opex alinhada com a Taxonomia relativa a 2023.

Proporção do volume de negócios/volume de negócios total

Objetivo ambiental	Alinhado pela taxonomia, por objetivo	Elegível para taxonomia por objetivo
MAC	1,1%	1,1%
AAC	0,0%	0,0%
RHM	0,0%	0,0%
EC	0,0%	0,0%
PCP	0,0%	0,0%
BIO	0,0%	0,0%

Proporção das CapEx/CapEx totais

Objetivo ambiental	Alinhado pela taxonomia, por objetivo	Elegível para taxonomia por objetivo
MAC	18,2%	18,3%
AAC	0,0%	0,0%
RHM	0,0%	0,0%
EC	0,3%	0,3%
PCP	0,0%	0,0%
BIO	0,0%	0,0%

Proporção das Opex/OpEx totais

Objetivo ambiental	Alinhado pela taxonomia, por objetivo	Elegível para taxonomia por objetivo
MAC	1,9%	1,9%
AAC	0,0%	0,0%
RHM	0,0%	0,0%
EC	0,0%	0,0%
PCP	0,0%	0,0%
BIO	0,0%	0,0%

Volume de negócios

Exercício financeiro 2023		2023		Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente")									
Atividades económicas	Código	Volume de negócios	Proporção do volume de negócios, 2023	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Salvaguardas mínimas	Proporção do volume de negócios alinhado pela Taxonomia (A.1.) ou elegível para Taxonomia (A.2.), ano 2022	Categoria - atividade capacitante	Categoria - atividade de transição
		€M	%	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T
A. Atividade elegíveis para taxonomia																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Produção de hidrogénio	MAC 3.10.	-	-%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%		
Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	MAC 4.1.	185,59	0,88%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,3%		
Produção de eletricidade a partir da energia eólica	MAC 4.3.	2,44	0,01%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,0%		
Produção de biogás e biocombustíveis para utilização nos transportes e de biolíquidos	MAC 4.13.	0,69	0,01%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,0%		
Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5.	-	-%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%		
Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	MAC 7.4.	3,78	0,02%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	C	
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6.	-	-%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,1%	C	
Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	MAC 9.3.	31,88	0,15%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%	C	
Reparação, recondicionamento e refabrico	EC 5.1.	-	-%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%		
Volume de negócios de A.1.		**224,37**	**1,1%**	**1,1%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	S	S	S	S	S	S	S	**0,5%**		
Dos quais, capacitantes			**0,17%**	**0,17%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	S	S	S	S	S	S	S		**C**	
Dos quais, de transição			**-%**	**-%**															**T**
A.2. Atividades elegíveis para efeitos de taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)																			
				EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL										
Armazenamento de eletricidade	MAC 4.10.	-	-%	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								-%		
Volume de negócios de A.2.		**-**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**								-%		
A. Volume de negócios de A.1. + A.2.		**224,37**	**1,1%**	**1,1%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**								**0,5%**		
B. Atividades não elegíveis para taxonomia																			
Volume de negócios de B.		**20.895**	**98.9%**																
Total (A+B)		**21.119**	**100%**																

CapEx

Exercício financeiro 2023		2023		Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente")									
Atividades económicas	Código	CapEx	Proporção do OpEx, 2023	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Salvaguardas mínimas	Proporção de OpEx alinhado pela Taxonomia (A.1.) ou elegível para Taxonomia (A.2.), ano 2022	Categoria - atividade capacitante	Categoria - atividade de transição
		€M	%	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T
A. Atividade elegíveis para taxonomia																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Produção de hidrogénio	MAC 3.10.	24,30	2,26%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0.2%		
Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	MAC 4.1.	131,89	12,26	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	31,0%		
Produção de eletricidade a partir da energia eólica	MAC 4.3.	-	-%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,5%		
Produção de biogás e biocombustíveis para utilização nos transportes e de biolíquidos	MAC 4.13.	25,59	2,38%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,8%		
Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5.	-	-%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%		
Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	MAC 7.4.	9,69	0,90%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,8%	C	
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6.	0,90	0,08%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,3%	C	
Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	MAC 9.3.	2,97	0,28%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%	C	
Reparação, recondicionamento e refabrico	EC 5.1.	3,74	0,35%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%		
CapEx de A.1.		**199,09**	**18,5%**	**18,2%**	**-%**	**-%**	**-%**	**0,3%**	**-%**	S	S	S	S	S	S	S	**33,5%**		
Dos quais, capacitantes			**1,26%**	**1,26%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	S	S	S	S	S	S	S		**C**	
Dos quais, de transição			**-%**	**-%**															**T**
A.2. Atividades elegíveis para efeitos de taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)																			
				EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL										
Armazenamento de eletricidade	MAC 4.10.	**1,63**	**0,15%**	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								-%		
CapEx de A.2.		**1,63**	**0,15%**	**0,15%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**								-%		
A. CapEx de A.1. + A.2.		**200,71**	**18,7%**	**18,4%**	**-%**	**-%**	**-%**	**0,3%**	**-%**								**33,5%**		
B. Atividades não elegíveis para taxonomia																			
CapEx de B.		**875**	**81,3%**																
Total (A+B)		**1.076**	**100%**																

OpEx

Exercício financeiro 2023		2023		Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente")									
Atividades económicas	Código	OpEx	Proporção do OpEx, 2023	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Salvaguardas mínimas	Proporção de OpEx alinhado pela Taxonomia (A.1.) ou elegível para Taxonomia (A.2.), ano 2022	Categoria - atividade capacitante	Categoria - atividade de transição
		€M	%	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S; N; N/EL	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T
A. Atividade elegíveis para taxonomia																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Fabrico de hidrogénio	MAC 3.10.	-	-%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%		
Produção de eletricidade a partir da tecnologia solar fotovoltaica	MAC 4.1.	4,60	1,16%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,2%		
Produção de eletricidade a partir da energia eólica	MAC 4.3.	0,04	0,01%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%		
Produção de biogás e biocombustíveis para utilização nos transportes e de biolíquidos	MAC 4.13.	1,00	0,25%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,2%		
Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5.	0,42	0,11%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%		
Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	MAC 7.4.	0,99	0,25%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	C	
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6.	0,00	0,00%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,0%	C	
Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	MAC 9.3.	0,56	0,14%	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%	C	
Reparação, recondicionamento e refabrico	EC 5.1.	-	-%	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	-%		
OpEx de A.1.		**7,62**	**1,9%**	**1,9%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	S	S	S	S	S	S	S	**0,5%**		
Dos quais, capacitantes			**0,39%**	**0,39%%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	S	S	S	S	S	S	S		**C**	
Dos quais, de transição			**-%**	**-%**															**T**
A.2. Atividades elegíveis para efeitos de taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)																			
				EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL	EL; N/EL										
Armazenamento de eletricidade	MAC 4.10.	-	-%	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**								**-%**		
OpEx de A.2.			**-%**	-%	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**								**-%**		
A. OpEx de A.1. + A.2.		**7,62**	**1,9%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**	**-%**								**0,5%**		
B. Atividades não elegíveis para taxonomia																			
OpEx de B.		**388,1**	**98,1%**																
Total (A+B)		**395,7**	**100%**																

Volume de negócios

O volume de negócios elegível para a taxonomia diz respeito à produção de energia renovável fotovoltaica e eólica, mobilidade elétrica, biocombustíveis e serviços relacionados com desempenho energético.

Este KPI é calculado considerando o volume de negócios líquido derivado de produtos e serviços associados a atividades económicas elegíveis e alinhadas para efeitos de taxonomia (numerador) dividido pelo volume de negócios líquido (denominador), para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. O denominador tem por base o nosso volume de negócios líquido consolidado, que inclui o total das vendas, prestações de serviços e outros proveitos operacionais, apresentado com maior detalhe na Nota 24 das demonstrações financeiras consolidadas.

Capex

O Capex elegível para a Taxonomia consiste em investimentos relacionados com a geração de energia renovável fotovoltaica, armazenamento de eletricidade, biocombustíveis, hidrogénio, tecnologias de energias renováveis, desempenho energético, mobilidade elétrica e requalificação de garrafas e tanques de GPL.

Este KPI é calculado considerando o Capex derivado de produtos e serviços associados a atividades económicas elegíveis e alinhas com a Taxonomia (numerador) dividido pelo Capex total (denominador), para o exercício financeiro de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. O denominador abrange as adições aos ativos tangíveis e intangíveis durante 2023, tal como apresentado na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.

Opex

O Opex elegível para a taxonomia refere-se à produção de energia renovável fotovoltaica e eólica, tecnologias de energias renováveis, desempenho energético, aluguer de veículos, mobilidade elétrica e biocombustíveis.

Este KPI é calculado considerando o Opex derivado de produtos e serviços associados a atividades económicas elegíveis e alinhadas com a Taxonomia (numerador) dividido pelo Opex total (denominador), para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. O denominador abrange os custos diretos não capitalizados relacionados com arrendamento de curto prazo e com manutenção e reparação.

Divulgações Voluntárias

O conceito de investimento de baixo carbono na Galp vai para além do que é abrangido pelo Regulamento Taxonomia da UE. Para além das atividades elegíveis, a Galp considera relevante reportar o investimento noutras atividades que também podem contribuir significativamente para a mitigação das alterações climáticas, tais como os investimentos na cadeia de valor das baterias e os projetos de eficiência energética industrial na Refinaria. Para mais informações, ver Parte II - Jornada de Sustentabilidade – 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor.

GRI Índice de Conteúdos 2023

Declaração de uso	A Galp reportou as informações citadas neste Índice de Conteúdos GRI para o período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 com referência aos Padrões GRI.
GRI utilizado	GRI 11: Norma Setorial Oil and Gas

- IR 2023: Relatório Integrado de Gestão 2023

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
	GRI 2: Conteúdos Gerais 2021					
2-1	Detalhes da organização	Galp Energia, SGPS, S.A. Avenida da Índia, 8, 1349-065 Lisboa, Portugal • IR 2023: Parte I - Sobre o relatório, 1.1 A presença da Galp, 1.3 A Galp nos mercados de capitais	-	✓	-	-
2-2	Entidades incluídas no reporte de sustentabilidade da organização	• IR 2023: Parte I - Sobre o relatório	-	✓	-	-
2-3	Período de reporte, frequência e ponto de contacto	A Galp publica anualmente o seu relatório integrado. O período deste relatório refere-se a 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. A publicação é datada de 8 de abril de 2024. Os pedidos de informação relativos à sustentabilidade devem ser enviados para: sustainability@galp.com	-	✓	-	-
2-4	Reformulações de informações	Quaisquer alterações em relação ao ano anterior relacionadas com aquisições, negócios ou métodos de cálculo de indicadores são indicadas ao longo do IR 2023, quando aplicável.	-	✓	-	-
2-5	Verificação externa	A garantia independente, elaborada de acordo com a *International Standard for Assurance Engagements* (ISAE) 3000, foi conduzida pela PwC Portugal (PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas). • IR 2023: Parte V – 7. Relatório independente sobre informação de sustentabilidade	-	✓	-	-
2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações comerciais	• IR 2023: Parte I – 1.1 A presença da Galp, 1.2 Criação de valor; 1.3 A Galp nos mercados de capitais; 3.2 Upstream; 3.3 Industrial & Midstream; 3.4 Commercial; 3.5 Renewables, Innovation & New Businesses • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade	-	✓	-	-
2-7	Colaboradores	Nº de Colaboradores: Total 7.054, Masculino 3.859, Feminino 3.195. Nº de Colaboradores por região: Portugal 3.843, Espanha 2.591, Brasil 115, África 496, Resto do mundo 9.	-	✓	6	8

› Índice
› Parte I
1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.
› Parte
II III IV V
2. Normas de Sustentabilidade – GRI, SASB, WEF
Anexos

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Nº de Colaboradores por tipo de contrato: Sem termo (Total 6.461, Masculino 3.565, Feminino 2.896), Termo fixo (Total 477, Masculino 230, Feminino 247), Termo incerto (Total 91, Masculino 49, Feminino 42), Tempo parcial (Total 25, Masculino 15, Feminino 10). Nº de Colaboradores por horas de trabalho: Tempo inteiro (Total 6.879, Masculino 3.816, Feminino 3.063), Tempo parcial (Total 175, Masculino 43, Feminino 132). Colaboradores sem garantia de carga horária: não aplicável Podem encontrar-se mais informações em: • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos (Promover Diversidade) • Anexo RH nesta secção • Website Galp – Sustentabilidade - Promover Diversidade				
2-8	Trabalhadores que não são colaboradores	Existem colaboradores indiretos (prestadores/contratantes de serviços) em várias instalações da Galp, em diferentes segmentos de negócio. A natureza e dimensão do trabalho realizado por colaboradores externos depende dos projetos a serem executados em cada ano nos diferentes segmentos de negócio. Em 2023, o número de trabalhadores que não são colaboradores da Galp era de 11.073, concentrados nas áreas de negócio de Comercial, Industrial & Midstream, Renováveis, Inovação e Novos Negócios e Corporativo, em Portugal, Espanha e Brasil. O aumento face ao ano passado foi maioritariamente influenciado pela paragem na Refinaria de Sines, que envolveu um elevado número de prestadores de serviço.	-	✓	-	-

Prestadores de serviços por tipo de trabalho realizado	**11.073**
Administrativo	144
Consultoria	335
Gestão de projetos	598
Limpeza	842
Logística	688
Serviços médicos	94
Catering	104
Serviços técnicos de informática	395
Segurança / Vigilância	218
Construção	4.455
Inspeção / Operação	470
Assistência técnica / Manutenção	2.730

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
2-9	Estrutura e composição do governo	• IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade, Item 21) • CDP Climate Change 2023: C1. Governance; C1.1, C1.1a	-	✓	-	-
2-10	Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governo	A Assembleia Geral Anual é responsável pela nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente. Em caso de ausência ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, este órgão deverá cooptar um membro e submeter a sua proposta para ratificação à Assembleia Geral Anual seguinte. Com o objetivo de substituir um administrador devido a ausência permanente, em conformidade com o Artigo 393 (1) do CCC (Código das Sociedades Comerciais). Os Estatutos da Empresa estabelecem que um administrador é considerado como estando permanentemente ausente quando não participa em três reuniões consecutivas ou cinco reuniões não consecutivas, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração. Além disso, o Conselho de Administração da Galp aprovou a Política de Diversidade para os Órgãos de Gestão e Fiscalização, através da qual a Galp desenvolve esforços, de acordo com as competências de cada órgão, para promover a diversidade nos seus órgãos de gestão e fiscalização, particularmente no que diz respeito aos seguintes critérios: idade, género, origem geográfica, qualificações e experiência profissional. • Website Galp – Modelo e órgãos de governo	-	✓	-	5; 16
2-11	Presidente do mais alto órgão de governo	• IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade, Item 17, 18) • Website Galp – Modelo e órgãos de governo	-	✓	-	16
2-12	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governo na supervisão da gestão dos impactos	O Conselho de Administração é responsável pela gestão das atividades da Empresa e pela tomada de decisões sobre quaisquer assuntos relacionados com a gestão da Empresa, ou quaisquer outros não abrangidos pela responsabilidade exclusiva da Assembleia Geral Anual. O Presidente do Conselho de Administração, que não é membro da Comissão Executiva, representa o Conselho de Administração e a Empresa, e é responsável pela convocação e presidência das reuniões do Conselho de Administração e pela supervisão da relação entre a Empresa e os seus acionistas. O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente da Empresa e nomeia o seu Presidente. As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas por maioria simples dos votos expressos, exceto no que diz respeito aos assuntos indicados em baixo, que requerem uma maioria de dois terços dos votos expressos, em conformidade com o artigo 17º dos Estatutos da Empresa. • Website Galp – Modelo e órgãos de governo	-	✓	-	-
2-13	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	• IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade, Item 27)	-	✓	-	16
2-14	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governo no reporte de sustentabilidade	O Relatório Integrado de Gestão é revisto e aprovado, anualmente, pelo Conselho de Administração.	-	✓	-	-
2-15	Conflitos de interesse	A fim de salvaguardar os interesses do Grupo Galp em situações de possíveis conflitos de interesses entre a Empresa e os seus administradores, na sequência de negócios realizados entre eles e a Galp ou empresas numa relação de controlo ou de grupo com a Galp, ao abrigo da norma regulamentar que rege as transações do Grupo com partes relacionadas, as transações relevantes com partes relacionadas da Galp estão sujeitas ao parecer prévio do Conselho Fiscal. Além disso, a fim de salvaguardar o interesse do Grupo Galp em situações de possíveis conflitos de interesse, foram adotados procedimentos internos para cumprir as normas contabilísticas relevantes, em particular a IAS 24, foi implementada uma norma que visa controlar as transações entre a Galp e as partes relacionadas e que estabelece as regras e procedimentos internos de identificação, comunicação interna e controlo pelo Conselho Fiscal. Foi também implementada a Norma da Empresa para a Gestão de Conflitos de Interesse, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento,	-	✓	-	16

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		prevenção, notificação e tratamento de conflitos de interesse atuais, potenciais ou aparentes que envolvam colaboradores do grupo Galp nas suas atividades. • Norma interna Transações do Grupo Galp com partes relacionadas • Norma interna Gestão de conflitos de interesses Além disso, o Departamento de Legal e Governance da Galp monitoriza o sistema de controlo interno através de investigações internas, auditorias ou avaliações de risco sobre questões de ética e conformidade, incluindo conflitos de interesse.				
2-16	Comunicação de preocupações cruciais	• IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade, Item 29 – Comissão de Ética e Conduta; 49 - Meios e políticas de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade)	-	✓	-	-
2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão do governo	• IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade, Item 19 - Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo)	-	✓	-	4
2-18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governo	• IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade, Item 24, 25, 69, 70 e 71)	-	✓	-	-
2-19	Políticas de remuneração	• Política de remuneração • IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade, Secção D – Remunerações (I a VI))	-	✓	-	-
2-20	Processos para determinação da remuneração	• IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade, Secção D – Remunerações (I a VI))	-	✓	-	-
2-21	Proporção da remuneração total anual	Remuneração anual total do CEO / Remuneração anual média total dos colaboradores: 36,11 Remuneração anual total do CEO / Mediana da remuneração anual total dos colaboradores: 57,69 % aumento da remuneração anual total do CEO / Remuneração anual média total dos colaboradores: -3,57% % aumento da remuneração anual total do CEO / Mediana da remuneração anual total dos colaboradores: -4,67%		✓	-	-
2-22	Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável	• IR 2023: Parte I – Mensagem do Conselho de Administração	-	✓	-	-
2-23	Compromissos de política	Na Galp, todas as políticas são aprovadas pelo Conselho de Administração. • Website Galp – Políticas corporativas	-	✓	-	-
2-24	Incorpora os compromissos de políticas	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade – 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos (Respeitar os Direitos Humanos) • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade – 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor (Integrar a sustentabilidade na nossa cultura; Transparência e ética como princípios-chave)	-	✓	-	-

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
2-25	Processos para remediar impactos negativos	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade – 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor (Transparência e ética como princípios-chave) • IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade, Secção B – Órgãos sociais e comissões II – Administração e supervisão; C – Organização interna II – Comunicação de irregularidades) • Website Galp – Open Talk	-	✓	-	-
2-26	Mecanismos para aconselhamento e levantamento de preocupações	• IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade, Secção B – Órgãos sociais e comissões II – Administração e supervisão; C – Organização interna II – Comunicação de irregularidades) • Website Galp – Open Talk • Website Galp - Documentos societários	-	✓	-	16
2-27	Conformidade com as leis e regulamentos	Não se registaram casos significativos de incumprimento das leis e regulamentos, nem quaisquer multas monetárias pagas durante o período abrangido pelo relatório de 2023. Nota: A Galp considera multas significativas aquelas que são superiores a €100 mil.	-	✓	-	-
2-28	Participação em associações	A Galp mantém uma rede de cooperação, partilha e desenvolvimento de conhecimento com associações e parceiros do setor. • Website Galp – Sustentabilidade – Transição energética centrada nas pessoas (Encorajar o diálogo social e o envolvimento com as partes interessadas) • Participação da Galp em Associações Setoriais – Alterações Climáticas: A Galp faz uma análise das principais associações em que participa no que respeita ao seu posicionamento climático. • CDP Climate Change 2023: C12. Engagement; C12.1d, C12.	-	✓	-	-
2-29	Abordagem para o envolvimento de stakeholders	• IR 2023: Parte I – 2.3 Abordagem ESG • Website Galp – Sustentabilidade - Transição energética centrada nas pessoas (Encorajar o diálogo social e o envolvimento com as partes interessadas) Satisfação do cliente: Net Promoter Score (NPS)	-	✓	-	16

	NPS
B2C Portugal (Estações de Serviço)	66
B2C Espanha (Estações de Serviço)	75
B2C Gas & Power	53
Customer Care Portugal (Oil)	64
Customer Care Portugal (Gas & Power)	52
Fórmula NPS: (Número de Promotores - Número de Detratores) / Número de respostas x 100	

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
2-30	Acordos de negociação coletiva	Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos coletivos de trabalho: 73,46% Número de colaboradores: 5.182 Conforme indicado no contrato de trabalho entre o colaborador e qualquer empresa do grupo, a relação de trabalho é regida pela lei e pelas regras internas aplicáveis na Galp. É de notar que existem condições de trabalho que, por constituírem direitos e deveres imperativos, não podem ser alteradas por vontade das partes, independentemente da existência de instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho (IRCT) nos quais se inclui o acordo coletivo de trabalho (ACT), regido por lei, nomeadamente pelo Código do Trabalho. Em conclusão: 1. As condições de trabalho são reguladas no contrato de trabalho assinado pelo colaborador e pelo empregador/empresa do grupo Galp; 2. Se o trabalhador não estiver abrangido pelo IRCT/ACT, no que estiver omitido no contrato de trabalho, é aplicado o que está na Lei (por exemplo, o Código do Trabalho no que respeita a regras de natureza imperativa ou de garantia mínima) e as regras internas, prevalecendo estas se forem mais favoráveis; 3. Se o trabalhador estiver abrangido pelo IRCT/ACT, no que estiver omitido no contrato de trabalho, é aplicado o que está na Lei (por exemplo, o Código do Trabalho relativamente a questões de natureza imperativa), o que prevê o IRCT e as regras internas aplicáveis, prevalecendo estas se forem mais favoráveis.	-	✓	1; 3	8
	GRI 3: Aspetos Materiais 2021					
3-1	Processo para determinar aspetos materiais	• IR 2023: Parte I – 2.3 Abordagem ESG	-	✓	-	-
3-2	Lista de aspetos materiais	• IR 2023: Parte I – 2.3 Abordagem ESG	-	✓	-	-
	GRI 200: Série Económica					
	Aspeto: Desempenho económico 2016					
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	**Valor económico direto gerado (€ m): 20.686** Receitas (net sales): 20.610 Receitas (venda de ativos): 3 Receitas (dividendos de participações societárias): 33 Receitas (juros sobre empréstimos financeiros): 40 **Valor económico direto distribuído (€ m): 19.845** Custos operacionais: 16.949	11-14; 11-21	✓	-	2; 5; 7; 8; 9

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo			GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Salários e benefícios de empregados		450				
		Pagamentos a provedores de capital		1.091				
		Pagamentos ao governo		1.320				
		Investimentos na comunidade		35				
		Valor económico direto retido (€ m)		**841**				
		Em 2023, o critério alterou, removendo o cálculo manual da taxa teórica de IVA.						
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização decorrentes das alterações climáticas	A Galp está exposta a riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas que podem potencialmente gerar alterações significativas nas operações, receitas ou despesas. Estes riscos e oportunidades, assim como os seus impactos e medidas de mitigação/ação, são descritos no "CDP Climate Change", publicado anualmente pela Galp.			-	✓	-	13
201-3	Cobertura das obrigações previstas no plano de benefícios da organização	• IR 2023: Parte IV Demonstrações financeiras consolidadas e individuais - 17. Benefícios pós-emprego e outros benefícios			-	✓	-	-
201-4	Apoio financeiro recebido do Governo	A Galp recebe auxílio financeiro do governo através do SIFIDE II- Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação Empresarial, para a obtenção de um crédito fiscal de Inovação e Desenvolvimento.			11-21	✓	-	-
				Créditos fiscais (€)				
		Portugal		8.182.001				
		Espanha		0				
				Incentivos financeiros (€)				
		Portugal		13.189.190				
		Europa		943.819				
		Total de Portugal		**21.371.191**				
		Total da Europa		**943.819**				
		Em termos da estrutura acionista, cerca de 7% das ações não são cotadas e são detidas indiretamente pelo Estado Português através da Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública).						
		• IR 2023: Parte I – 1.3 A Galp nos mercados de capitais						
	Aspeto: Presença no Mercado 2016							
202-1	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género		**Feminino**	**Masculino**	11-2	✓	-	-
		Portugal	1,08	1,00				

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo			GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Espanha	0,79	0,90				
		Brasil	5,43	7,5				
		Cabo Verde	1,16	1,11				
		Guiné-Bissau	1,16	1,49				
		Angola	6,52	7,97				
		Moçambique	2,42	1,72				
202-2	Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local	Contratados localmente: 98%; portugueses: 2%. Proporção das contratações locais em relação ao total: 84%; Portugal: 83%; Espanha: 100%; Brasil: 83%; África: 100%. As operações nos países acima identificados são entendidas como operações locais. A definição de "membros da alta direção" é feita de acordo com definições internas da Galp. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade – 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos			11-11; 11-14	✓	6	8
	Aspeto: Impactos económicos indiretos 2016							
203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade – 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos (Empoderar as comunidades através de investimento social) • Website Galp – Sustentabilidade – Transição energética centrada nas pessoas (Empoderar as comunidades através de investimento social)			11-14	✓	-	2; 5; 7; 9; 11
				€				
		Monetário		34.415.965				
		Tempo		205.550				
		In-kind: contribuições de produto, equipamento, etc.		1.493.072				
		In-kind: Contribuições de serviços pro bono		0				
		Custos de gestão		1.769.920				
		Total		**37.884.506**				
				Motivação (€)				
		Donativos		1.525.682				
		Investimento na comunidade		33.927.258				

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo		GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Iniciativas comerciais na comunidade	661.646				
		Total	**36.114.587**				
			Área de foco (€)				
		Educação	26.909.380				
		Saúde	12.905				
		Desenvolvimento económico	1.359.614				
		Ambiente	3.435.895				
		Artes/Cultura	714.977				
		Bem-estar social	3.298.977				
		Apoio à emergência	382.839				
		Outro suporte	0				
		Total	**36.114.587**				
			Área de foco – SDG (€)				
		OBJETIVO 1: Erradicar a pobreza	0				
		OBJETIVO 2: Erradicar a fome	10.026				
		OBJETIVO 3: Saúde de qualidade	29.516				
		OBJETIVO 4: Educação de qualidade	26.874.022				
		OBJETIVO 5: Igualdade de género	0				
		OBJETIVO 6: Água potável e saneamento	61.395				
		OBJETIVO 7: Energias renováveis e acessíveis	2.448.772				
		OBJETIVO 8: Trabalho Digno e crescimento económico	327.413				
		OBJETIVO 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas	0				
		OBJETIVO 10: Reduzir as desigualdades	2.919.945				

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo		GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		OBJETIVO 11: Cidades e comunidades sustentáveis	683.010				
		OBJETIVO 12: Produção e consumo sustentáveis	0				
		OBJETIVO 13: Ação Climática	2.089.857				
		OBJETIVO 14: Proteger a vida marinha	4.968				
		OBJETIVO 15: Proteger a vida terrestre	63.198				
		OBJETIVO 16: Paz, Justiça e instituições eficazes	400.159				
		OBJETIVO 17: Parcerias para a implementação dos objetivos	202.306				
		Total	**36.114.587**				
			Divisão Global (€)				
		Reino Unido	0				
		Resto da Europa	9.457.493				
		Médio Oriente e África	1.645.840				
		Ásia-Pacifico	0				
		América do Norte	23.228				
		América do Sul	24.988.027				
		Total	**36.114.587**				
		Total com custos de gestão	1.769.920				
			Outputs Comunidade				
		Número total de beneficiários diretos	1.712.092				
		Número total de organizações beneficiárias	5.101				
			Outputs de Negócio				
		Número de Colaboradores envolvidos em tempo da Empresa	1.756				
		Número de horas de colaboradores envolvidos em tempo da Empresa	8.937				

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Número de diferentes *stakeholders* a par de atividades				
		Clientes / consumidores: 2.102.003				
		Fornecedores / distribuidores: 0				
		Outros *stakeholders* influentes: 4.619.422				
		Valor de cobertura mediática gerada: 1.057.679				
		Impactos de Negócio				
		Melhoraram as suas competências profissionais: 410				
		Melhoraram a sua eficácia a nível pessoal (por exemplo, mais confiante): 400				
		Tiveram uma mudança positiva no comportamento / atitude: 771				
203-2	Impactos económicos indiretos significativos	Ver indicador 203-1.	11-14	✓	-	1; 2; 3; 8; 10; 17
	Aspeto: Práticas de compras 2016					
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	Em 2023, a Galp gastou um total de €1.022 milhões em compras, distribuídos por 3.574 fornecedores, dos quais 1.109 correspondem a fornecedores de Nível 1 (fornecedores com contratos superiores a €50k). Compras por segmento de negócio (%): Upstream (10,58%); Industrial & Midstream (46,89%); Comercial (18,10%); Corporativo (20,40%); Renováveis, Inovação e Novos Negócios (4,02%). Compras locais por país (%): Portugal (75,79%); Espanha (93,29%); Brasil (88,98%); São Tomé e Príncipe (80,77%); Países Baixos (30,88%); Namíbia (61,09%); Moçambique (93,41%). Informação da Galp por localização geográfica (país) e operações significativas nos países acima identificados.	11-14	✓	-	12
	Aspeto Material: Anti-corrupção 2016					
3-3	Gestão dos aspetos materiais	O tema "Anti-corrupção" está relacionado com o tema da "ética empresarial", que se trata de um tema material para a Galp. Os impactos relativos a este tema podem ocorrer tanto nas operações como na cadeia de valor. A Galp avalia e monitoriza indicadores associados a este aspeto, reportando-os no IR 2023 ou no canal de sustentabilidade. Esta informação é comunicada todos os anos como parte dos relatórios financeiros externos da Galp. Além disso, a informação é auditada independentemente por uma entidade externa (ver Divulgação 2-5). Mais informações em: • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor • IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (C. Organização interna II – Comunicação de irregularidades)	11-20	✓	-	-

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		• Website Galp – Sustentabilidade – Transparência e ética como princípios-chave • Website Galp – Transparência e prevenção da corrupção • Política de prevenção da corrupção • Política de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo				
205-1	Operações submetidas a avaliações de riscos relacionados com corrupção	Todas as operações que cumpram qualquer um dos 12 critérios previstos no nosso procedimento interno de verificação da integridade e da prevenção ao branqueamento de capitais são abrangidas por um dever de *due diligence* por parte da Função Compliance, a pedido das empresas da Galp ou de quaisquer outras unidades organizacionais. Os resultados das avaliações baseiam-se em critérios quantitativos e qualitativos. Em 2023, foram analisadas 4.766 avaliações a contrapartes através do nosso sistema de Conformidade. Nota: A Galp divulga parcialmente este indicador.	11-20	✓	10	16
205-2	Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	A Galp comunica regularmente aos seus Colaboradores e Parceiros informação relacionada com anticorrupção e sensibilização de ética através de formações, webinars, notícias, guias de boas-vindas, entre outros. Em 2023, foram disponibilizadas formações transversais ao Grupo Galp especificamente focadas na prevenção da corrupção.	11-20	✓	10	16

Colaboradores que receberam formação anticorrupção	**552**
Grade Sénior	19
Grade Média	51
Outra Grade	482
Colaboradores que receberam formação anticorrupção	**7,8%**
Grade Sénior	0,3%
Grade Média	0,7%
Outra Grade	6,8%
Colaboradores que receberam formação anticorrupção	**552**
Portugal	482
Espanha	44
Brasil	12
África	14
Resto do mundo	0
Colaboradores que receberam formação anticorrupção	**7,8%**

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Portugal 6,8% Espanha 0,6% Brasil 0,2% África 0,2% Resto do mundo 0,0% • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor • Website Galp – Sustentabilidade – Transparência e ética como princípios-chave				
205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	A Galp não registou quaisquer casos de corrupção em 2023.	11-20	✓	10	16
	Aspeto Material: Concorrência desleal 2016					
3-3	Gestão dos aspetos materiais	O tema da "concorrência desleal" está relacionado com o tema da "ética empresarial", que se trata de um tema material para a Galp. Os impactos relativos a este tema podem ocorrer tanto nas operações como na cadeia de valor. A Galp avalia e monitoriza indicadores associados a este aspeto, reportando-os no RI 2022 ou no canal de sustentabilidade. Esta informação é comunicada todos os anos como parte dos relatórios financeiros externos da Galp. Além disso, a informação é auditada independentemente por uma entidade externa (ver Divulgação 2-5). Mais informações em: • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor • IR 2023: Parte III – Relatório de Governo Societário (C. Organização interna II – Comunicação de irregularidades)	11-19	✓	-	-
206-1	Ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio	Em 2023, não foram intentadas quaisquer ações judiciais relacionadas com esta questão. Em relação a este processo, foi emitida uma decisão pela Direção-Geral dos Assuntos do Consumidor, a qual foi contestada em tribunal pela Galp. Estamos atualmente à espera de novidades sobre este tema.	11-19	✓	-	16
	Aspeto: Impostos 2019					
207-1	Abordagem tributária	A Política Fiscal da Galp reforça a ambição do Grupo em desenvolver a sua atividade de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com as melhores práticas e experiências de cada uma das jurisdições onde opera. Com vista à melhoria contínua, a Galp assume o compromisso e monitorizar a evolução das melhores práticas. • Política Fiscal A Direção de Contabilidade e Fiscalidade é responsável por propor e implementar a estratégia fiscal do Grupo Galp para todas as jurisdições onde opera ou pretende operar, alinhada com a Política Fiscal aprovada pelo Conselho de Administração	11-21	✓	-	-
207-2	Governo, controlo e gestão de risco fiscal	A Galp monitoriza, mede e gere a matéria fiscal de forma a assegurar uma tomada de decisão responsável nesta área e de forma a minimizar potenciais riscos financeiros e reputacionais. O Conselho Fiscal é o órgão responsável por assegurar o cumprimento das obrigações fiscais, fiscalizar as políticas contabilísticas e os	11-21	✓	-	-

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		critérios valorimétricos, fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e controlo interno, fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira, entre outros. Compete à Direção de Contabilidade e Fiscalidade promover, coordenar e acompanhar a implementação de um sistema formal de controlo interno no Grupo Galp, nomeadamente de controlo interno sobre o reporte financeiro, bem como supervisionar e fiscalizar os mecanismos necessários à sua eficácia, definindo ainda e promover o ciclo anual de atividades relevantes no âmbito de um sistema de controlo interno do relato financeiro, bem como reportar o desempenho do Grupo Galp em matéria de controlo interno do relato financeiro.				
207-3	Envolvimento de stakeholders e gestão das suas preocupações quanto a impostos	A Galp promove um conjunto de iniciativas que visam essencialmente fomentar relações adequadas com as autoridades fiscais locais, governos e outros stakeholders. Entre as iniciativas promovidas, destacam-se: participação em processos formais de consulta das autoridades fiscais, participação em discussões públicas e no desenvolvimento de propostas de índole fiscal com organizações nacionais e internacionais e partilha de informações relativos a assuntos em consulta.	11-21	✓	-	-
207-4	Relato por geografia	• IR 2023: Parte IV Demonstrações financeiras consolidadas e individuais - 16. Imposto sobre o rendimento e contribuição extraordinária para o setor energético Nota: indicador parcialmente reportado	11-21	✓	-	-
	GRI 300: Série Ambiental					
	Aspeto: Materiais 2016					
301-1	Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	Crude processado na Refinaria de Sines: 9.305.581 ton. Carga processada na Refinaria de Sines: 11.208.532 ton.	-	✓	7; 8	8; 12
301-2	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados	A Galp opera uma unidade industrial em Sines, a Enerfuel, dedicada à produção de biodiesel FAME (fatty acid methyl ester) de segunda geração através da transformação de óleos usados e gorduras animais residuais. A percentagem de materiais reciclados usados nas operações da Galp é 0,24%.	-	✓	7; 8	8; 12
301-3	Produtos e embalagens recuperados	Peso de embalagens SPV (Sociedade Ponto Verde): – Plástico (ton): 229 – Papel e cartão (ton): 96 – Aço (ton): 655 – Madeira (ton): 456 – TOTAL (ton): 1.436 Percentagem de produtos recuperados e seus materiais de embalagem: 98%	-	✓	7; 8	8; 12
	Aspeto Material: Energia 2016					
3-3	Gestão dos aspetos materiais	O tema da "Energia" está relacionado com o tema "Carteira de energia sustentável", que se trata de um tema material para Galp. Os impactos relativos a este tema podem ocorrer tanto nas operações como na cadeia de valor. A Galp avalia e monitoriza indicadores associados a este aspeto, reportando-os no IR 2023 ou no canal de sustentabilidade. Esta informação é comunicada todos os anos como parte dos relatórios financeiros externos da Galp. Além disso, a informação é auditada independentemente por uma entidade externa (ver Divulgação 2-5).	-	✓	-	-

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo		GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização, 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade - Acelerar a descarbonização em todo o nosso ecossistema • Website Galp – Sustentabilidade – Excelência operacional e transição para a circularidade					
302-1	Consumo de energia dentro da organização	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização, 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade - Acelerar a descarbonização em todo o nosso ecossistema • Website Galp – Sustentabilidade – Excelência operacional e transição para a circularidade • CDP Climate Change 2023: C8. Energy		11-1	✓	7; 8	7; 8; 12; 13
			Consumo direto de energia por fontes primárias (TJ)[1] 25.382				
			Consumo direto de energia por fontes primárias (TJ)[1] – não operados 6.786				
			Compra de eletricidade (TJ)[2] 1.506				
			Produção de eletricidade (TJ)[3] 2.756				
			Eletricidade vendida (TJ)[3] 2.130				
		[1] Os principais combustíveis utilizados são o GN e o fuelgas. Isto inclui todos os segmentos de negócio da Galp. [2] Inclui todos os segmentos de negócio da Galp (Upstream; Industrial & Midstream; Comercial; Renováveis, Inovação e Novos Negócios). [3] A produção e venda de eletricidade dizem respeito às áreas de Industrial & Midstream (refinaria de Sines); Commercial (Agroger) e Retail (estações de serviço).					
302-2	Consumo de energia fora da organização	A Galp monitoriza e reporta o consumo de energia fora da organização, nomeadamente: consumo de gasóleo da frota de prestadores de serviço (transporte rodoviário); consumo de gasóleo da frota de prestadores de serviço (transporte marítimo); consumo de fuelóleo da frota de prestadores de serviço. Consumo de energia associado aos prestadores de serviço (GJ): 2.118.318		11-1	✓	8	7; 8; 12; 13
302-3	Intensidade energética	Galp calcula rácios de intensidade energética para as suas operações mais relevantes, nomeadamente: Industrial & Midstream e Upstream (Não operados).		11-1	✓	8	7; 8; 12; 13
			Refinaria de Sines – Energy Intensity Index (EII) 100,2				
			Upstream não operados Brasil (GJ/boe) 0,13				
			Upstream não operados Moçambique (GJ/boe) 0,46				
302-4	Redução do consumo de energia	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização, 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade - Acelerar a descarbonização em todo o nosso ecossistema		-	✓	8; 9	7; 8; 12; 13

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		• Website Galp – Sustentabilidade – Excelência operacional e transição para a circularidade • CDP Climate Change 2023: C8. Energy Nota: indicador parcialmente reportado				
302-5	Reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços	• IR 2023: Parte I – 3.4 Comercial • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização, 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular	-	✓	8; 9	7; 8; 12; 13
	Aspeto: Água e Efluentes 2018					
303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado	A Galp está empenhada em adotar medidas que promovam a utilização mais eficiente e sustentável da água nas suas diversas operações. Entre as ações promovidas para a gestão sustentável deste recurso, destacamos a atualização periódica da cartografia dos riscos associados à utilização da água em 100% das operações da Galp e a monitorização da qualidade das águas subterrâneas nas suas operações Upstream, Midstream e Downstream, nomeadamente nos blocos onshore e na refinaria. As metas estabelecidas nesta área estão de acordo com os objetivos de ecoeficiência estabelecidos para as operações do Grupo. Pode consultar mais informações sobre a interação da organização com a água em: • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade - Gestão eficiente e sustentável da água • Website Galp – Sustentabilidade – Excelência operacional e transição para a circularidade • Análise de riscos associados com a natureza – Assessment 2023 • CDP Water Security 2023	11-6	✓	-	-
303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de efluentes	A Galp preocupa-se em reduzir a produção de efluentes e em minimizar a sua carga poluidora em todas as suas operações. Para assegurar uma gestão adequada dos efluentes produzidos, oferecemos sistemas de tratamento, adequados à finalidade, dependendo do tipo de instalação em questão (por exemplo: ETAR dedicada; sistemas de pré-tratamento combinados com o envio de efluentes pré-tratados para uma ETAR de terceiros). O nível de conformidade é assegurado através da monitorização periódica da qualidade dos efluentes, assegurando que estes se encontram abaixo dos valores limite de emissões definidos. A Galp tem vindo a desenvolver projetos para otimizar a qualidade das suas águas residuais e, consequentemente, alcançar uma maior eficiência nos seus sistemas, permitindo um aumento da quantidade de água reutilizada/reciclada. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade - Gestão eficiente e sustentável da água • Website Galp – Sustentabilidade – Excelência operacional e transição para a circularidade • CDP Water Security 2023: W3	11-6	✓	-	-
303-3	Captação de água	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade - Gestão eficiente e sustentável da água • Website Galp – Sustentabilidade – Excelência operacional e transição para a circularidade • Análise de riscos associados com a natureza – Assessment 2023	11-6	✓	7; 6	6

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo		GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
			mil m³				
		Captação total de água	**9.125**				
		Águas superficiais	0				
		Águas subterrâneas	487				
		Água do mar	93				
		Água produzida	0				
		Água de terceiros	8.545				
		Captação total de água de todas as áreas com stress hídrico	**8.353**				
		Águas superficiais	0				
		Águas subterrâneas	302				
		Água do mar	93				
		Água produzida	0				
		Água de terceiros	7.958				
		Captação total de água por categoria	**9.125**				
		Água doce	9.032				
		Outras águas	93				
		Os consumos de água são apurados através de metodologias standard, e.g. faturação, leitura de contador ou estimativa.					
303-4	Efluentes	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade - Gestão eficiente e sustentável da água • Website Galp – Sustentabilidade – Excelência operacional e transição para a circularidade • Análise de riscos associados com a natureza – Assessment 2023 Todos os efluentes das instalações da Galp são sujeitos ao tratamento adequado, a fim de prevenir ou minimizar o seu impacto ambiental e assegurar o cumprimento de todos os requisitos legais em vigor em cada geografia.		11-6	✓	8	6
			mil m³				
		Efluente descarregado	**6.109**				

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo		GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Águas superficiais	0				
		Águas subterrâneas	803				
		Água do mar	0				
		Água de terceiros	3.999				
		Meio hídrico	1.307				
		Efluente descarregado por categoria	**6.109**				
		Água doce	6.109				
		Outras águas	0				
		Efluente descarregado em áreas de stress hídrico	**5.569**				
		Água doce	5.569				
		Outras águas	0				
		A produção de efluentes é apurada através de metodologias standard, e.g. faturação ou estimativa.					
	Concentração de hidrocarbonetos	Concentração de hidrocarbonetos descarregados na água produzida e efluentes de processo (mg/L): 64 (Refinaria de Sines)		11-6	✓	8	6
303-5	Consumo de água	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade - Gestão eficiente e sustentável da água • Website Galp – Sustentabilidade – Excelência operacional e transição para a circularidade • Análise de riscos associados com a natureza – Assessment 2023		11-6	✓	8	6; 8; 12
			mil m³				
		Consumo total de água	3.017				
		Consumo total de água em áreas com stress hídrico	2.784				
-	Água reutilizada	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular		-	✓	8	6; 8; 12
			mil m³				
		Volume total de água reutilizada	1.112				
		Percentagem de água reutilizada	12%				

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
	Aspeto: Biodiversidade 2016					
304-1	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou adjacentes a áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental	142 dos 432 sites da Galp, equivalente a 33%, estão localizados em áreas de elevada importância para a biodiversidade. Todos estes locais encontram-se em Portugal e Espanha. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade – Proteger a biodiversidade • Análise de riscos associados com a natureza – Assessment 2023	11-4	✓	8	6; 14; 15
304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade – Proteger a biodiversidade • Análise de riscos associados com a natureza – Assessment 2023	11-4	✓	8	6; 14; 15
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade – Proteger a biodiversidade • Análise de riscos associados com a natureza – Assessment 2023	11-4	✓	8	6; 14; 15
304-4	Espécies da lista vermelha da IUCN e de listas nacionais de conservação, com habitats em áreas afetadas pelas operações da organização	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade – Proteger a biodiversidade • Análise de riscos associados com a natureza – Assessment 2023 Existem 142 instalações localizadas em áreas de grande importância para a biodiversidade. Ver 304-1.	11-4	✓	8	6; 14; 15
		Espécies				
		Critically Endangered (CR) 2.019				
		Endangered (EN) 4.620				
		Vulnerable (VU) 9.202				
		Near Threatened (NT) 10.488				
		Least Concern (LC) 144.023				
	Aspeto Material: Emissões 2016					
3-3	Gestão dos aspetos materiais	O tema de "Emissões" está relacionado com o tema "Carteira de energia sustentável", que se trata de um tema material para Galp. Os impactos relativos a este tema podem ocorrer tanto nas operações como na cadeia de valor. A Galp avalia e monitoriza indicadores associados a este aspeto, reportando-os no IR 2022 ou no canal de sustentabilidade. Esta informação é comunicada todos os anos como parte dos relatórios financeiros externos da Galp. Além disso, a informação é auditada independentemente por uma entidade externa (ver Divulgação 2-5). • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização, 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular	11-1; 11-2; 11-3	✓	-	-

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		• Website Galp – Sustentabilidade - Acelerar a descarbonização em todo o nosso ecossistema • Website Galp – Sustentabilidade – Excelência operacional e transição para a circularidade • CDP Climate Change 2023: C1. Governance; C3. Business Strategy; C4. Targets and performance; C6. Emissions data • Recomendações TCFD • Política de alterações climáticas • Política de remunerações				
305-1	Emissões diretas de GEE (âmbito 1)	Emissões diretas de GEE (âmbito 1): 2,99 mton CO_2e Percentagem de emissões brutas diretas (âmbito 1) de GEE a partir de CH_4: 0,85% • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização • Website Galp – Sustentabilidade - Acelerar a descarbonização em todo o nosso ecossistema • CDP Climate Change 2023: C5. Emissions Methodology; C6. Emissions Data; C-OG6; C7. Emissions Breakdown; C-OG7 A pegada de carbono da Galp é anualmente elaborada segundo o quadro metodológico estabelecido pelo The GreenhouseGas Protocol – Corporativo Accounting and Reporting Standard, complementado pela respetiva adaptação setorial promovida pela International Petroleum Industry Environmental Conservation Association (IPIECA) – Compendium of Greenhouse Gas Emissions Methodologies for the Oil and Gas Industries. Foram utilizados os Global Warming Potentials calculados no Fourth Assessment Report (AR4) do IPCC.	11-1	✓	7; 8	3; 12; 13; 14; 15
305-2	Emissões indiretas de GEE (âmbito 2)	Emissões indiretas de GEE (âmbito 2): 0,98 mton CO_2e • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização • Website Galp – Sustentabilidade - Acelerar a descarbonização em todo o nosso ecossistema • CDP Climate Change 2023: C5. Emissions Methodology; C6. Emissions Data; C-OG6; C7. Emissions Breakdown; C-OG7 A pegada de carbono da Galp é anualmente elaborada segundo o quadro metodológico estabelecido pelo The Greenhouse Gas Protocol – Corporativo Accounting and Reporting Standard, complementado pela respetiva adaptação setorial promovida pela International Petroleum Industry Environmental Conservation Association (IPIECA) – Compendium of Greenhouse Gas Emissions Methodologies for the Oil and Gas Industries. Foram utilizados os Global Warming Potentials calculados no Fourth Assessment Report (AR4) do IPCC.	11-1	✓	7; 8	3; 12; 13; 14; 15
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3)	Emissões indiretas de GEE (âmbito 3): 42,1 mton CO_2e • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização • Website Galp – Sustentabilidade - Acelerar a descarbonização em todo o nosso ecossistema • CDP Climate Change 2023: C5. Emissions Methodology; C6. Emissions Data; C-OG6; C7. Emissions Breakdown; C-OG7 A pegada de carbono da Galp é anualmente elaborada segundo o quadro metodológico estabelecido pelo The GreenhouseGas Protocol – Corporativo Accounting and Reporting Standard, complementado pela respetiva adaptação setorial promovida pela International Petroleum Industry Environmental Conservation Association (IPIECA) – Compendium of Greenhouse Gas Emissions Methodologies for the Oil and Gas Industries. Foram utilizados os Global Warming Potentials calculados no Fourth Assessment Report (AR4) do IPCC.	11-1	✓	7; 8	3; 12; 13; 14; 15

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
305-4	Intensidade carbónica	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização • Website Galp – Sustentabilidade - Acelerar a descarbonização em todo o nosso ecossistema • CDP Climate Change 2023: C5. Emissions Methodology; C6. Emissions Data; C-OG6; C7. Emissions Breakdown; C-OG7 A Galp calcula rácios de intensidade carbónica para as suas operações mais relevantes, nomeadamente: Refinação e Upstream. No caso da Refinação, o denominador é o CWT. No caso do Upstream, o denominador é a quantidade de hidrocarbonetos produzidos. Os rácios são calculados com emissões de GEE de Âmbito 1. **Intensidade carbónica (Refinação)** Refinaria de Sines (CO_2/CWT) 30,9 **Intensidade carbónica (Upstream)** Total ($kgCO_2$/boe) 9,1	11-1	✓	8	13; 14; 15
305-5	Redução das emissões de GEE	Ver indicador 302-4 e 302-5. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 1. O nosso caminho para a descarbonização • Website Galp – Sustentabilidade - Acelerar a descarbonização em todo o nosso ecossistema	11-2	✓	8; 9	13; 14; 15
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	A Galp não fabrica nem comercializa produtos que emitam substâncias nocivas para a camada de ozono. Por outro lado, a Galp assegura a conformidade com os regulamentos aplicáveis do equipamento por si utilizado que contém estas substâncias, verificando essa conformidade através de verificações específicas, bem como auditorias. Finalmente, a Empresa tem um Guia Regulamentar - Gestão de substâncias que empobrecem a camada de ozono. Garantimos assim que não foram identificadas fontes significativas de emissões destas substâncias nas atividades da Galp.	-	✓	7; 8	3; 12
305-7	Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativa	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade – Excelência operacional e transição para a circularidade Os fatores de emissão aceites a nível internacional (AEA; EPA) aplicados aos consumos de energia são utilizados para calcular as emissões. Na Refinação, as emissões são medidas continuamente.	11-3	✓	7; 8	3; 12; 14; 15
	Aspeto: Resíduos 2020					
306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	Para a Galp, a proteção ambiental é um tema central, presente nas diferentes fases de todas as atividades, desde a conceção e design, até ao fim da vida útil das instalações, equipamentos e produtos. Em 2024 prevê-se o estudo de uma estratégia de economia circular com vista a definir as prioridades de atuação por forma a contribuir para a mitigação na geração de resíduos nomeadamente reduzindo a quantidade de resíduos produzidos pelo aumento da reutilização e contribuindo para o aumento global da reciclagem. Nos projetos em desenvolvimento e nas operações em curso, a Galp procura promover práticas específicas para a reutilização de matérias primas e encaminhamento dos seus produtos que constituem resíduos para um novo uso.	11-5	✓	8	3; 6; 12; 14
306-2	Gestão de impactos significativos associados a resíduos	A Galp procura minimizar o consumo e maximizar a utilidade dos materiais, nomeadamente através da sua reutilização, reciclagem ou recuperação, garantindo o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em cada local onde operamos. A gestão de resíduos é apoiada por uma análise e avaliação dos riscos, tendo em conta tanto a perigosidade dos produtos/resíduos provenientes das operações como a capacidade e adequação das	11-5	✓	8	3; 6; 12; 14

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		infraestruturas e equipamentos para os processar e armazenar. A Galp garante efetivamente a gestão dos resíduos das suas atividades, através ainda do seu sistema integrado de gestão pela certificação ISO 14001 nas suas instalações principais produtoras de resíduos. Ao mesmo tempo, a Galp gere adequadamente os riscos associados à gestão de resíduos, tanto para os ecossistemas como para a saúde humana.				
306-3	Resíduos produzidos	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular • Website Galp – Sustentabilidade – Excelência operacional e transição para a circularidade **toneladas** **Produção total de resíduos** **29.240** Valorizados 15.416 Eliminados 13.824 **Percentagem de resíduos recuperados (%)** **53%** **Por categoria:** Resíduos perigosos **24.776** Valorizados 11.601 Eliminados 13.175 Resíduos não perigosos **4.463** Valorizados 3.815 Eliminados 648 A produção de resíduos é apurada através de guias de acompanhamento de resíduos fornecidos pelos prestadores de serviço.	11-5; 11-8	✓	8	3; 6; 12; 14
	Ocorrência de derrames	Perdas de contenção primária que atingiu o ambiente (n.º) (>150 litros): 5 Perdas de contenção primária que atingiu o ambiente (m^3) (>150 litros): 4,8	11-8	✓	-	-
	Eventos de segurança de processo	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas (Ser a empresa de energia mais segura do mundo) • Website Galp – Sustentabilidade – Ser a empresa de energia mais segura do mundo ***Tier* 1** Eventos de segurança no processo 2 Taxa de eventos de segurança de processo 0,07	11-8	✓	-	-

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo		GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
			Unidade de negócio				
		Upstream	0				
		Industrial & Midstream	2				
		Comercial	0				
		Renováveis, Inovação e Novos Negócios	0				
		Corporativo	0				
		***Tier* 2**					
		Eventos de segurança no processo	6				
		Taxa de eventos de segurança de processo	0,21				
			Unidade de negócio				
		Upstream	0				
		Industrial & Midstream	3				
		Comercial	3				
		Renováveis, Inovação e Novos Negócios	0				
		Corporativo	0				
		***Tier* 3**					
		Eventos de segurança no processo	60				
		Taxa de eventos de segurança de processo	2,08				
			Unidade de negócio				
		Upstream	0				
		Industrial & Midstream	52				
		Comercial	8				
		Renováveis, Inovação e Novos Negócios	0				
		Corporativo	0				

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Tier 1 é uma perda de contenção primária de grandes consequências: libertação não planeada de qualquer material, incluindo materiais não tóxicos e não inflamáveis, de um processo que resulta numa consequência muito grave. *Tier 2* é uma perda de contenção primária de menores consequências: libertação não planeada de qualquer material, incluindo materiais não tóxicos e não inflamáveis, que resulta numa consequência.				
306-4	Resíduos não destinados para disposição final	A Galp não dispõe de informação suficiente para reportar a informação necessária para este indicador. Apesar desta informação, a Galp responde parcialmente a este indicador no quadro apresentado no GRI 306-3.	11-5	✓	8	3; 6; 12; 14
306-5	Resíduos destinados para disposição final	A Galp não dispõe de informação suficiente para reportar a informação necessária para este indicador. Apesar desta informação, a Galp responde parcialmente a este indicador no quadro apresentado no GRI 306-3.	11-5	✓	8	3; 6; 12; 14
	Aspeto: Avaliação ambiental de fornecedores 2016					
308-1	Novos fornecedores avaliados com critérios ambientais	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor (Cadeia de fornecimento sustentável que conduz o nosso negócio) • Website Galp – Sustentabilidade - Cadeia de fornecimento sustentável que conduz o nosso negócio Em 2023 a Galp tinha 1.109 fornecedores nível 1, 523 críticos e 55 críticos nível n-1. Certificação de fornecedores:	-	✓	8	-

Norma Internacional	
Qualidade (ISO 9001)	3.024
Ambiente (ISO 14001)	1.808
Segurança (OHSAS 18001)	1.757
Outras certificações	699

Certificação de fornecedores de nível 1

Norma Internacional	
Qualidade (ISO 9001)	537
Ambiente (ISO 14001)	344
Segurança (OHSAS 18001)	326
Outras certificações	167

Auditorias a fornecedores:

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo		GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Auditorias					
		N.º de auditorias a fornecedores	122				
		Nº de fornecedores de nível 1 auditados	97				
		Nº de fornecedores críticos de nível 1 auditados	79				
		Nº de fornecedores críticos de nível n-1 auditados	0				
		N.º fornecedores de nível 1 com elevado risco de sustentabilidade auditados	2				
		% de fornecedores de nível 1 auditados	8,7%				
		% de fornecedores críticos de nível 1 certificados	10,1%				
		Risco de sustentabilidade:					
		Risco de sustentabilidade					
		N.º de fornecedores de nível 1 avaliados	1.053				
		N.º de fornecedores de nível 1 críticos avaliados	1.514				
		N.º de fornecedores de nível n-1 críticos avaliados	50				
		% de fornecedores de nível 1 avaliados em termos de ESG	95%				
		% de fornecedores críticos avaliados em termos de ESG	92%				
		Nº de fornecedores de nível 1 com elevado risco de sustentabilidade	26				
		Nº de fornecedores críticos de nível n-1 com elevado risco de sustentabilidade	4				
		Nº de fornecedores de nível 1 com elevado risco de sustentabilidade económica	26				
		Nº de fornecedores de nível 1 com elevado risco de sustentabilidade ambiental	0				
		Nº de fornecedores de nível 1 com elevado risco de sustentabilidade social	0				
		% de fornecedores de nível 1 de alto risco sujeitos a auditorias	7,7%				
		% fornecedores críticos de nível 1 para os quais a Galp seja um cliente major (correspondendo a >30% do turnover)	11,66%				
		Nº de fornecedores de nível 1 avaliados nos últimos 3 anos	1.062				

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo		GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		% de fornecedores de nível 1 avaliados nos últimos 3 anos	96%				
		Nº de fornecedores críticos de nível n-1 avaliados nos últimos 3 anos	50				
		% de fornecedores críticos de nível n-1 avaliados nos últimos 3 anos	91%				
		Número médio de dias de pagamento a fornecedores	43				
		Eficácia da pré-qualificação de fornecedores	99,94%				
308-2	Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas	Não foram identificados fornecedores de nível 1 (críticos ou não críticos) com elevado risco de sustentabilidade ambiental. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor (Cadeia de fornecimento sustentável que conduz o nosso negócio) • Website Galp – Sustentabilidade - Cadeia de fornecimento sustentável que conduz o nosso negócio		-	✓	8	-
	GRI 400: Série Social						
	Aspeto Material: Emprego 2016						
3-3	Gestão dos aspetos materiais	O tema do "Emprego" está relacionado com o tema "Atração e retenção de talentos", que é um tema material para a Galp. A gestão e desenvolvimento do nosso capital humano é um fator crucial para o sucesso da nossa organização. A Galp posiciona-se como um empregador competitivo, oferecendo condições para atrair, desenvolver e reter o talento dos colaboradores, considerando os desafios estratégicos e contextuais que a Organização enfrenta. Para atingir o nosso objetivo de fazer da Galp o melhor local de trabalho, ajustamos frequentemente a nossa estratégia de capital humano, concentrando-nos nas seguintes áreas de ação: Recrutamento; Desenvolvimento; Gestão de desempenho; Compensação; Acolhimento, Aprendizagem e formação; Sistemas de informação, entre outros. Os impactos relativos a este tema podem ocorrer tanto nas operações como na cadeia de valor. A Galp avalia e monitoriza indicadores associados a este aspeto, reportando-os no IR 2023 ou no website de sustentabilidade. Esta informação é comunicada todos os anos como parte dos relatórios financeiros externos da Galp. Além disso, a informação é auditada independentemente por uma entidade externa (ver Divulgação 2-5). Mais informações em: • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos, 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas • Website Galp – Sustentabilidade – Transição energética centrada nas pessoas • Website Galp – Sustentabilidade - Promover Diversidade • Website Galp – Sustentabilidade – Galp como um ótimo lugar para trabalhar		11-10	✓	-	-
401-1	Novas contratações de colaboradores e rotatividade de colaboradores	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos, 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas • Website Galp – Sustentabilidade - Promover Diversidade • Website Galp – Sustentabilidade – Galp como um ótimo lugar para trabalhar • Anexo RH nesta secção		11-10	✓	-	5; 8

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
401-2	Benefícios concedidos a colaboradores em tempo integral que não são oferecidos a colaboradores temporários ou em regime de part time	Não há distinção nos benefícios atribuídos aos colaboradores em função da natureza parcial ou integral do seu vínculo. Os colaboradores da Galp beneficiam das condições estabelecidas no Código de Trabalho. Disponibilizamos à generalidade dos nossos colaboradores e pensionistas um conjunto de seguros sociais para além dos que estão previstos no Código do Trabalho (por exemplo, seguro de saúde e seguro de vida).	11-10	✓	-	8
401-3	Licença maternidade/paternidade	Direito de tirar licença (M/F): 100% Taxa de retorno (M/F): 100%[1] Taxa de retenção (M/F): 100%[1] Colaboradores que regressaram ao trabalho após o fim da licença parental: 237 (Homens 158, Mulheres 79) Os colaboradores que regressaram ao trabalho após o fim da licença parental e que continuavam empregados 12 meses após o seu regresso ao trabalho: 237 (Homens 158, Mulheres 79) [1] Não foi encontrada qualquer relação causal entre situações de licença parental e a saída da Empresa.	11-10; 11-11	✓	3	5; 8
	Aspeto: Relações Laborais 2016					
402-1	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais	Não existe um prazo mínimo pré-definido para notificar os colaboradores e os seus representantes antes da implementação de alterações operacionais significativas. Os colaboradores são notificados de tais alterações de uma forma considerada oportuna e apropriada pela Direção.	11-7; 11-10	✓	4	8
	Aspeto material: Saúde e Segurança no Trabalho 2018					
3-3	Gestão dos aspetos materiais	O tema "Saúde e Segurança no Trabalho" está relacionado com o tema "Segurança", que é um tema material para a Galp. Os impactos relativos a este tema podem ocorrer tanto nas operações como na cadeia de valor. A Galp avalia e monitoriza indicadores associados a este aspeto, reportando-os no IR 2023 e no canal de sustentabilidade. Esta informação é comunicada todos os anos como parte dos relatórios financeiros externos da Galp. Além disso, a informação é auditada independentemente por uma entidade externa (ver Divulgação 2-5). Mais informações em: • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas (Ser a empresa de energia mais segura do mundo) • Website Galp – Sustentabilidade – Ser a empresa de energia mais segura do mundo	11-8; 11-9	✓	-	-
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	A Galp tem uma ambição: ser a empresa de energia mais segura do mundo. Como parte deste processo, decidimos rever o nosso sistema de gestão integrado, de forma a colmatar algumas lacunas e incorporar as aprendizagens do sistema anterior. O nosso sistema de gestão integrado (SIG) inclui as seguintes vertentes: • Certificação na ISO 9001 e ISO 14001 • Certificação na ISO 50001, na Refinaria de Sines • EN 12591:2009 (marcação CE) no Parque de Viana de Castelo • Health, Safety e Security - sistema integrado com as outras vertentes que inclui novas normas como, por exemplo, Segurança Rodoviária, e tem associado um Modelo de Governo onde a Comissão Executivae a *Leadership Team* desempenham um papel importante. Esta vertente tem quatro processos âncora: Gestão da Mudança, Autorização de Trabalho, Preparação para Emergências e Investigação de Acidentes. Todos eles já faziam parte do nosso sistema, mas estamos a revê-los a fim de melhorar algumas áreas.	11-9	✓	-	3; 8

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Gestão da Mudança: dispomos agora de uma plataforma de IT para registar e monitorizar os pedidos de mudança. Autorizações de trabalho: estamos a trabalhar num diagnóstico do sistema em vigor, a fim de identificar possíveis lacunas e boas práticas conhecidas que, uma vez incorporadas na revisão da norma atual, poderão resultar num processo mais robusto. Ainda no que diz respeito às autorizações de trabalho, temos um projeto de digitalização do processo, podendo desta forma desmaterializá-lo por completo. Investigação de acidentes: tivemos formação sobre a metodologia TRIPOD BETA, que será introduzida como a metodologia a aplicar durante a investigação dos acidentes mais graves, em vez da metodologia dos 5 porquês. Com o objetivo de melhorar o nosso sistema de gestão e cultura de segurança, em 2023 foi celebrado o Dia da Segurança que teve como tema o STOP WORK AUTHORITY. Paralelamente temos a decorrer um programa de Safety Champions. Continuam a decorrer os workshop para as equipas de liderança, com o objectivo do compromisso de termos uma liderança não só visível mas mais comprometida. Como parte de todo este processo, estamos a construir as bases para tornar a Galp uma Organização de Aprendizagem e a incorporar a Excelência Operacional como um passo fundamental nesta jornada. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas (Ser a empresa de energia mais segura do mundo) • Website Galp – Sustentabilidade – Ser a empresa de energia mais segura do mundo				
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	A Galp possui um processo estruturado de identificação de perigos e avaliação de riscos no Posto de Trabalho (IPARPT) transversal a toda a Organização. Os riscos identificados são avaliados em relação à sua criticidade e, para cada um, existem medidas de mitigação. O resultado desta avaliação é dado a conhecer a cada trabalhador. Este processo é periodicamente revisto e atualizado em função das aprendizagens que se adquirem por via da aplicação das várias ferramentas de gestão de Segurança disponíveis. Este exercício, é centralizado e gerido pelas áreas de HSE dos vários negócios e, tipicamente, têm pelo menos uma vez por ano, avaliação da sua adequabilidade/atualização. A principal ferramenta de reporte é o sistema informático ibpms através do qual qualquer colaborador, Galp ou externo, pode reportar atos ou condições inseguras, ou ainda quase acidentes. Todos eles são analisados, investigados onde aplicável, e as conclusões, funcionam como uma das entradas para o processo de revisão contínua da IPARPT. Adicionalmente existe uma ferramenta adicional, vocacionada sobretudo para a Segurança Comportamental mas que permite também o registos de condições inseguras, que seguem o mesmo processo de análise e resolução. No ano de 2023 o tema do Safety Day foi o "STOP WORK AUTHORITY". Esta autoridade para parar o trabalho vigorava já desde 2019 mas era muito centrada na violação das Life Saving Rules. No ano de 2023, formalizou-se como política e alargou-se o âmbito podendo agora aplicar-se a qualquer condição/ato inseguro, independentemente de estar ou não ligada uma Life Saving Rule. Simbolicamente todos os trabalhadores têm um STOP CARD, com assinatura do CEO, conferindo a cada um a referida autoridade. A GALP tem, de há muito, instituído um processo formal de investigação de todos os incidentes. Na grande maioria das situações utiliza-se a metodologia dos 5 porquês para a investigação mas, no decurso do ano de 2023, foi dada formação sobre uma nova metodologia, a TRIPOD BETA, mais vocacionada para a investigação de acidentes de maior gravidade. As conclusões das investigações dos incidentes são também, onde aplicável, uma entrada para a revisão da IPARPT. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas (Ser a empresa de energia mais segura do mundo) • Website Galp – Sustentabilidade – Ser a empresa de energia mais segura do mundo	11-9	✓	-	3; 8
403-3	Serviços de saúde no trabalho	A Medicina do Trabalho assegura a vigilância adequada da saúde dos colaboradores em função dos riscos a que se encontram expostos no local de trabalho. Esta vigilância inclui todos os procedimentos de avaliação efetuados através de exames de saúde, controlo biológico, avaliação radiológica, questionários ou entrevistas, análises de registos de saúde, etc. Em caso de exposição a riscos (ergonómicos, ambientais ou	11-9	✓	-	3; 8

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		outros), a Medicina do Trabalho faz recomendações de mitigação ou eliminação destes riscos na Ficha de Aptidão do colaborador ou nas visitas aos locais de trabalho (relatórios do Médico do Trabalho). Todos os trabalhadores são vigiados pelos serviços de saúde (de 2 em 2 anos, anualmente ou outro período inferior, por critério médico e em função dos riscos a que se encontram expostos), podendo, em qualquer altura, o próprio colaborador solicitar exame médico (ocasional) à Medicina do Trabalho, se necessário Os serviços de Medicina do Trabalho realizam auditorias internas (para assegurar a conformidade legal e a melhoria contínua) e são certificados no âmbito do sistema integrado de gestão, garantindo assim a respetiva qualidade de serviço. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas (Assumir como prioridade de topo o bem-estar das pessoas) • Website Galp – Sustentabilidade – Galp como um ótimo lugar para trabalhar				
403-4	Participação, consulta e comunicação aos colaboradores de aspetos relacionados com a saúde e segurança no trabalho	A Galp possui um processo de consulta e participação aos trabalhadores de aplicação uniforme para toda a empresa que garante o cumprimento dos requisitos da ISO 45001, transpostos para normativo interno, via PO-AQSS-017. O Sistema de Gestão é periodicamente avaliado através de auditorias, das quais se destacam as enquadradas pela Diretiva SEVESO. Adicionalmente, existe constituída para a Empresa do grupo que reúne os principais ativos industriais, a PETROGAL, uma Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho, que reúne periodicamente de 2 em 2 meses e na qual participam os Representes dos Trabalhadores formalmente eleitos através do processo existente para o efeito, e os elementos da Equipa de Liderança de cada um dos ativos abrangidos. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas (Ser a empresa de energia mais segura do mundo) • Website Galp – Sustentabilidade – Ser a empresa de energia mais segura do mundo	11-9	✓	-	3; 8
403-5	Formação de colaboradores em saúde e segurança no trabalho	Em 2023, um total de 58.073 de horas de formação em tópicos de segurança e saúde, com 20.251 participações. Destacamos como temas de relevo os primeiros socorros, atuação em emergência, condução defensiva e Safe Energy.	11-9	✓	-	3; 8
403-6	Promoção da saúde do colaborador	A Galp assegura a prestação de cuidados de saúde aos seus colaboradores e familiares, através de um Seguro de Saúde, com acesso a uma ampla rede de médicos, clínicas e hospitais e outros prestadores de cuidados de Saúde. Em Portugal, a Empresa dispõe ainda de Centros Médicos da Galp, distribuídos pelas diferentes zonas geográficas das suas operações, que permitem garantir o acesso a cuidados médicos primários (medicina geral e familiar e medicina interna) e a algumas especialidades (como a medicina dentária, oftalmologia, ginecologia, cardiologia, neurologia, otorrinolaringologia, urologia, tratamentos de enfermagem, consultas de nutrição e análises clínicas). O desempenho nesta matéria é monitorizado constantemente. A Galp promove a saúde e bem-estar dos seus colaboradores, nomeadamente através da promoção da adoção de comportamentos saudáveis e vida ativa (ex: consultas de nutrição, promoção de atividade física e cessação tabágica) e realização de campanhas de sensibilização e prevenção de doenças, como cancro da mama e da próstata, doenças cardiovasculares, obesidade). À semelhança de anos anteriores, em 2023, a Galp continuou a promover diversas iniciativas de wellbeing, como ioga e pilates, apoio psicológico, consultas de nutrição, workshops sobre alimentação e hábitos de vida saudável (sono). A Galp está focada em garantir a mesma experiência de saúde e bem-estar para cada um dos seus colaboradores, em todos os seus locais e geografias, e assegurar que todos os seus colaboradores se sintam mais saudáveis, produtivos e felizes. Mais informação em: • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas (Assumir como prioridade de topo o bem-estar das pessoas)	11-9	✓	-	3; 8

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		• Website Galp – Sustentabilidade – Galp como um ótimo lugar para trabalhar				
403-7	Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho diretamente relacionados com relações comerciais	A abordagem da Galp relativamente à prevenção ou mitigação de impactos significativos negativos na segurança e saúde ocupacional (SSO) baseia-se na Diretiva Europeia 92/57/CEE. De acordo com a transposição para a legislação portuguesa, é obrigatório para todos os empreiteiros apresentarem uma avaliação de risco das diferentes tarefas a serem realizadas para cada atividade de risco, onde os riscos correspondentes são identificados e as medidas de mitigação são definidas. Esta avaliação de risco é aprovada pela Galp, enquanto proprietária da "construção". Os resultados deste exercício são comunicados ao trabalhador imediatamente antes do início das diferentes tarefas. Além disso, a Galp dispõe de várias ferramentas de prevenção que são aplicadas diariamente para monitorizar o nível de cumprimento dos diferentes empreiteiros com as medidas de prevenção previamente definidas e aprovadas Adicionalmente, no final de cada ano faz-se a auscultação às áreas de forma a planear quais as auditorias a realizar aos fornecedores no ano seguinte. No final do ano de 2022 planeou-se para 2023 a realização de 60 auditorias a fornecedores tendo-se realizado 72. Estas auditorias podem ser realizadas na sede das respetivas empresas ou nos estaleiros e atividades que estas desempenham nas nossas instalações. O âmbito das auditorias engloba a componente de Segurança.	11-9	✓	-	3; 8
403-8	Trabalhadores cobertos pelo sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho	100% dos colaboradores da Galp estão abrangidos pelo Sistema de Gestão de Segurança interno, que se encontra atualmente em revisão, e que é aplicável a todos os negócios e geografias onde a organização opera. Colaboradores cobertos: 7.054 % de Colaboradores cobertos: 100%	11-9	✓	-	8
403-9	Acidentes de trabalho	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas (Ser a empresa de energia mais segura do mundo) • Website Galp – Sustentabilidade – Ser a empresa de energia mais segura do mundo • Anexo RH nesta secção	11-9	✓	-	3; 8
403-10	Doenças profissionais	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas (Assumir como prioridade de topo o bem-estar das pessoas) • Anexo RH nesta secção	11-9	✓	-	3; 8
	Material Aspeto: Formação e educação 2016					
3-3	Gestão dos aspetos materiais	O tema da "Formação e Educação" está relacionado com o tema "Desenvolvimento do Capital Humano", que é um tema material para a Galp. A gestão e desenvolvimento do nosso capital humano é um fator crucial para o sucesso da nossa organização. Os impactos relativos a este tema podem ocorrer tanto nas operações como na cadeia de valor. A Galp avalia e monitoriza indicadores associados a este aspeto, reportando-os no IR 2023 e no canal de sustentabilidade. Esta informação é comunicada todos os anos como parte dos relatórios financeiros externos da Galp. Além disso, a informação é auditada independentemente por uma entidade externa (ver Divulgação 2-5). Mais informações em: • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos, 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas • Website Galp – Sustentabilidade – Transição energética centrada nas pessoas • Website Galp – Sustentabilidade – Galp como um ótimo lugar para trabalhar	11-10; 11-11	✓	-	-

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo		GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos, 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas • Anexo RH nesta secção					
		Horas de formação (Total)	**223.711**				
		Grade Sénior	**10.215**				
		Masculino	6.648				
		Feminino	3.567				
		Grade Média	**30.699**				
		Masculino	18.552				
		Feminino	12.147				
		Outra Grade	**182.797**				
404-1	Número médio de horas de formação por ano, por colaborador	Masculino	102.098	11-10; 11-11	✓	-	4; 5; 8
		Feminino	80.699				
		Género	**223.711**				
		Masculino	127.298				
		Feminino	96.413				
		Formação por colaborador (h/colaborador)	**31,7**				
		Masculino	33,2				
		Feminino	30,2				
		Grade Sénior	32,6				
		Grade Média	42,2				
		Outra Grade	30,4				
404-2	Programas de gestão de competências dos colaboradores e apoio para a transição de carreira	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos, 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas • Website Galp – Sustentabilidade – Transição energética centrada nas pessoas • Website Galp – Sustentabilidade – Galp como um ótimo lugar para trabalhar		11-7; 11-10	✓	-	8

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
-	Fecho e reabilitação	Durante 2023, a Galp continuou o plano de reabilitação em vigor na refinaria de Matosinhos.	11-7	✓	-	-
404-3	Percentagem de colaboradores que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira,	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos, 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas Avaliação do desempenho: **Grade Sénior** **100%** Masculino 100% Feminino 100% **Grade Média** **100%** Masculino 100% Feminino 100% **Outras Grades** **100%** Masculino 100% Feminino 100%	-	✓	6	5; 8
	Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016					
405-1	Diversidade em órgãos de governo e colaboradores	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos (Promover Diversidade) • Website Galp – Sustentabilidade - Promover Diversidade • Anexo RH nesta secção	11-11	✓	-	5; 8
405-2	Proporção entre o salário-base e remuneração entre Feminino e Masculino	• IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos (Promover Diversidade) Remunerações: **SALÁRIO BASE ANUAL** **Rácio Médio – Colaboradores grade sénior** **0,93** Masculino 108.745 Feminino 101.068 **Rácio Médio – Colaboradores grade média** **0,97**	11-11	✓	6	5; 8; 10

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo		GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Masculino	61.549				
		Feminino	59.825				
		Rácio Médio – Colaboradores outras grades	**0,89**				
		Masculino	26.042				
		Feminino	23.173				
		REMUNERAÇÃO TOTAL ANUAL					
		Rácio Médio – Colaboradores grade sénior	**0,93**				
		Masculino	144.217				
		Feminino	134.059				
		Rácio Médio – Colaboradores grade média	**0,98**				
		Masculino	74.193				
		Feminino	72.608				
		Rácio Médio – Colaboradores outras grades	**0,87**				
		Masculino	28.350				
		Feminino	24.601				
		RÁCIO SALÁRIO MÉDIO - REMUNERAÇÕES					
		Rácio Médio – Colaboradores grade sénior	**0,75**				
		Masculino	0,75				
		Feminino	0,75				
		Rácio Médio – Colaboradores grade média	**0,83**				
		Masculino	0,83				
		Feminino	0,82				
		Rácio Médio – Colaboradores outras grades	**0,93**				
		Masculino	0,92				

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
		Feminino 0,94 Os dados acima referem-se aos países mais representativos em termos de *headcount*, englobando todas as unidades de negócio a operar nestes países (Portugal e Espanha).				
	Aspeto: Não discriminação 2016					
406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	3 casos identificados e arquivados por falta de evidência dos comportamentos. De acordo com o nosso Código de Ética e Conduta, não agimos de forma discriminatória em relação aos nossos colaboradores nem a qualquer pessoa, principalmente com base em raça, religião, sexo, orientação sexual, ascendência, idade, idioma, território de origem, política ou convicções ideológicas, situação económica ou relação contratual. Em 2023, a Comissão de Ética e Conduta recebeu 54 denúncias que foram devidamente investigadas, de acordo com a Norma Interna de Comunicação de Irregularidades. Das denúncias recebidas, 21 estavam relacionados com assédio moral no local de trabalho, 5 com potencial conflito de interesses, 3 com defesa dos consumidores e 3 com discriminação. Dos 54 casos relatados, 22 foram arquivados devido à falta de provas dos factos descritos, 6 exigiram a adoção de medidas pela Empresa, a fim de adaptar a conduta às normas estabelecidas no Código de Ética e Conduta, 11 encontram-se em curso e 15 são queixas fora do âmbito que não têm medidas de mitigação definidas.	11-11	✓	6	5; 8; 10
	Aspeto: Liberdade de Associação e Negociação Coletiva 2016					
407-1	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violada ou haja risco	0 (zero) casos. A Galp não tem qualquer registo deste tipo de situação em 2023. • Código de Ética e Conduta (Documentos societários)	11-13	✓	3	8
	Aspeto: Trabalho infantil 2016					
408-1	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil	0 (zero) casos. A Galp não tem qualquer registo deste tipo de situação em 2023. • Código de Ética e Conduta (Documentos societários)	-	✓	5	8; 16
	Aspeto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo 2016					
409-1	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo	0 (zero) casos. A Galp não tem qualquer registo deste tipo de situação em 2023. • Código de Ética e Conduta (Documentos societários)	11-12	✓	4	8
	Aspeto: Práticas de Segurança 2016					
410-1	Pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos	O serviço de *security* na Galp é fundamentalmente contratado a entidades externas e o seu alinhamento com os princípios da Empresa em matéria de direitos humanos é assegurado através da Política de Compras.	11-18	✓	1	16
	Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas 2016					
411-1	Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito	0 (zero) casos. A Galp não tem qualquer registo de ocorrências deste tipo em 2023.	11-17	✓	1	2

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
	Operações onde comunidades indígenas estão presentes ou são afetadas pelas atividades da empresa e estratégias específicas em curso	A Galp avalia os potenciais impactos nas comunidades indígenas, tendo em vigor um guia que incorpora requisitos ambientais, sociais, de saúde e segurança ao longo do ciclo de vida dos projetos. Este guia assegura tanto os direitos humanos da população como a proteção das comunidades indígenas no desenvolvimento de cada etapa das atividades da Empresa (segmento Upstream). • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos (Transição energética centrada nas pessoas) • Website Galp – Sustentabilidade - Transição energética centrada nas pessoas	11-17	✓	1	2
	Aspeto: Comunidades Locais 2016					
413-1	Operações com programas implementados de envolvimento com a comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	Ver indicador 203-1. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade – 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos (Empoderar as comunidades através de investimento social) • Website Galp – Sustentabilidade – Transição energética centrada nas pessoas (Empoderar as comunidades através de investimento social)	11-15	✓	1	-
413-2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	Em todos os projetos da Galp são analisados os impactes ambientais e sociais no âmbito dos Estudos de Impacte Ambiental (EIA). Como resultado destes processos de avaliação de impacte ambiental, são definidas medidas de mitigação e compensação associadas a cada projeto. Em relação à Namíbia, em alinhamento com o nosso compromisso com a responsabilidade ambiental e o envolvimento da comunidade, concluímos com sucesso uma Avaliação Ambiental, Social, de Saúde e de Impacto (ESHIA), levando à emissão de um Certificado de Autorização Ambiental (ECC) do Governo da Namíbia. Também garantimos uma extensão ao nosso ECC e conduzimos um Levantamento de Base Ambiental (EBS) offshore da Namíbia. Estas iniciativas são passos cruciais nos nossos esforços contínuos para garantir operações responsáveis e sustentáveis. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade – 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos (Empoderar as comunidades através de investimento social) • Website Galp – Sustentabilidade – Transição energética centrada nas pessoas (Empoderar as comunidades através de investimento social)	11-15; 11-16	✓	1	1; 2
-	Operações que causaram ou contribuíram para a deslocação involuntária ou onde tal deslocação está em curso	A Galp não teve conhecimento de ocorrências deste tipo em 2023.	11-16	✓	-	-
	Aspeto: Avaliação social de fornecedores 2016					
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Todos os novos fornecedores da Galp são avaliados com base em critérios sociais. Ver indicador 308-1	11-10; 11-12	✓	-	-
414-2	Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	O número de fornecedores de nível 1 (críticos e não críticos), onde foi identificado um elevado nível de risco de sustentabilidade social, é de 0. • IR 2023: Parte II – Jornada de Sustentabilidade - 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor (Cadeia de fornecimento sustentável que conduz o nosso negócio) • Website Galp – Sustentabilidade - Cadeia de fornecimento sustentável que conduz o nosso negócio	11-10	✓	1	-

GRI Standard	*Disclosure*	Referência ou conteúdo	GRI Norma do Sector	Verificação Externa	Princípios UNGC	ODS
	Aspeto: Políticas Públicas 2016					
415-1	Contribuições políticas	A Galp não fornece quaisquer contribuições políticas, sejam elas diretas ou indiretas.	11-22	✓	-	-
	Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente 2016					
416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	100% dos produtos produzidos pela Galp e com marca Galp, maioritariamente lubrificantes, químicos e combustíveis, assim como os produtos químicos adquiridos para as nossas instalações são avaliados em termos de impactos na saúde e segurança, ao abrigo do regulamento REACH, da União Europeia. Gerimos permanentemente a informação de segurança relativa aos produtos que produzimos, utilizamos e comercializamos, tendo em conta os seus perigos e o modo de manuseamento seguro. O diálogo com os clientes e os fornecedores é realizado sistematicamente, no sentido de promover a troca de informação sobre os perigos dos produtos e as medidas de gestão de risco a aplicar em função das suas utilizações. Os nossos colaboradores e prestadores de serviços são informados sobre os perigos dos produtos existentes nas nossas instalações e sobre a maneira de os manusear em segurança. Utilizamos as Fichas de Dados de Segurança e a rotulagem das embalagens como veículo privilegiado de comunicação de informação de segurança relativa aos produtos que comercializa, destacando os perigos que estes apresentam e a forma de manuseamento mais segura. • Website Galp – Sustentabilidade – Ser a empresa de energia mais segura do mundo	11-3	✓	-	-
416-2	Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	0 (zero) casos. A Galp não teve conhecimento de ocorrências deste tipo em 2023.	-	✓	-	16
	Aspeto: Marketing e Rotulagem 2016					
417-1	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	100% dos produtos produzidos pela Galp e com marca Galp, maioritariamente lubrificantes, químicos e combustíveis, possuem instruções de rotulagem, de acordo com o aplicável segundo o regulamento CLP, da União Europeia. Gerimos permanentemente a informação na rotulagem nos produtos que produzimos, utilizamos e comercializamos, tendo em conta os requisitos do regulamento CLP. O diálogo com os clientes e os fornecedores é realizado sistematicamente, no sentido de promover a troca de informação sobre os nossos produtos, assegurando o alinhamento com as Fichas de Dados de Segurança de cada produto e comunicando as medidas de gestão de risco em função das suas utilizações. • Website Galp – Sustentabilidade – Ser a empresa de energia mais segura do mundo	-	✓	-	12; 16
417-2	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	0 (zero) casos. A Galp não teve conhecimento de ocorrências deste tipo em 2023.	-	✓	-	16
417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	0 (zero) casos. A Galp não teve conhecimento de ocorrências deste tipo em 2023.	-	✓	-	-
	Aspeto: Privacidade do cliente 2016					
418-1	Queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	1 (um) caso identificado. Em 2023 ocorreu um incidente que envolveu perda de dados de uma chamada telefónica com clientes. No entanto, este aguarda ainda conclusão por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados. A Galp já procedeu à avaliação das consequências do incidente, não tendo existido quebras da violação de dados de integridade ou de confidencialidade. A Galp avaliou também já medidas a implementar para minimizar o impacto deste incidente.	-	✓	-	-

Anexo RH

Notas: Gestes - Colaboradores das estações de serviço.

GRI 2-7 Colaboradores

	2023
Total nº. de Colaboradores	**7.054**
Distribuição por género	
Masculino	3.859
Feminino	3.195
Distribuição por idade	
<30 anos	894
30-50 anos	4.382
>50 anos	1.778
Distribuição por segmento de negócio	
Upstream	108
Industrial & Midstream	1.259
Comercial	4.665
Renováveis, Inovação e Novos Negócios	140
Outros	882
Distribuição por região e género	
Portugal	3.843
Masculino	2.311
Feminino	1.532
Espanha	2.591
Masculino	1.091
Feminino	1.500
Brasil	115
Masculino	65
Feminino	50
África	496
Masculino	388
Feminino	108
Resto do mundo	9
Masculino	4
Feminino	5
Nº. de Colaboradores por tipo de contrato	
Termo certo	**477**
Gestes	371
Não-gestes	106
Masculino	230
Feminino	247
África	7
Brasil	1
Espanha	219
Portugal	250
Resto do mundo	0
Termo incerto	**91**
Gestes	61
Não-gestes	30
Masculino	49
Feminino	42
África	24
Brasil	0
Espanha	0
Portugal	67
Resto do mundo	0
Sem termo	**6.461**
Gestes	2.773
Não-gestes	3.688
Masculino	3.565
Feminino	2.896
África	465
Brasil	114
Espanha	2.372
Portugal	3.501
Resto do mundo	9
Contrato *Part-time*	**25**
Gestes	25
Não-gestes	0
Masculino	15
Feminino	10
África	0
Brasil	0
Espanha	0
Portugal	25
Resto do mundo	0
Nº. de Colaboradores por tipo de horário de trabalho	
Part-time	**175**
Masculino	43
Feminino	132
África	0
Brasil	0
Espanha	145
Portugal	30
Resto do mundo	0
Full-time	**6.879**
Masculino	3.816
Feminino	3.063
África	496
Brasil	115
Espanha	2.446
Portugal	3.813
Resto do mundo	9
Antiguidade média	**12**
Feminino	11
Masculino	13
Efetivo médio	**7.076**
Feminino	3.202
Masculino	3.874

GRI 401-1 Número total e taxas de novas contratações de colaboradores e rotatividade de colaboradores por faixa etária, género e região

Entradas e taxa de novas contratações

	2023
Entradas (com gestes)	**1.002**
<30 anos	**419**
Feminino	200
África	6
Brasil	3
Espanha	65
Portugal	126
Resto do mundo	0
Masculino	219
África	3
Brasil	1
Espanha	68
Portugal	147
Resto do mundo	0
30-50 anos	**506**
Feminino	271
África	5
Brasil	7
Espanha	139
Portugal	120
Resto do mundo	0
Masculino	235
África	15
Brasil	14
Espanha	69
Portugal	137
Resto do mundo	0
>50 anos	**77**
Feminino	44
Africa	0
Brasil	3
Espanha	23
Portugal	18
Resto do mundo	0
Masculino	33
África	1
Brasil	2
Espanha	13
Portugal	17
Resto do mundo	0
Entradas (sem gestes)	**392**
<30 anos	**145**
Feminino	62
África	6
Brasil	3
Espanha	7
Portugal	46
Resto do mundo	0
Masculino	83
África	2
Brasil	1
Espanha	15
Portugal	65
Resto do mundo	0
30-50 anos	**229**
Feminino	84
África	4
Brasil	7
Espanha	14
Portugal	59
Resto do mundo	0
Masculino	145
África	13
Brasil	14
Espanha	21
Portugal	97
Resto do mundo	0
>50 anos	**18**
Feminino	6
Africa	0
Brasil	3
Espanha	2
Portugal	1
Resto do mundo	0
Masculino	12
África	1
Brasil	2
Espanha	0
Portugal	9
Resto do mundo	0
Taxa de novas contratações (com gestes)	**14,16%**
<30 anos	**48%**
Feminino	48%
África	30%
Brasil	38%
Espanha	40%
Portugal	55%
Masculino	48%
África	14%
Brasil	25%
Espanha	46%
Portugal	53%
30-50 anos	**12%**
Feminino	14%

	2023
África	8%
Brasil	17%
Espanha	15%
Portugal	13%
Masculino	10%
África	6%
Brasil	27%
Espanha	12%
Portugal	9%
>50 anos	**4%**
Feminino	5%
África	0%
Brasil	60%
Espanha	5%
Portugal	5%
Masculino	3%
África	1%
Brasil	17%
Espanha	4%
Portugal	4%
Taxa de novas contratações (sem gestes)	**10,34%**
<30 anos	**40%**
Feminino	37%
África	33%
Brasil	38%
Espanha	28%
Portugal	40%
Masculino	42%
África	12%
Brasil	25%
Espanha	41%
Portugal	47%
30-50 anos	**9%**
Feminino	10%
África	7%
Brasil	17%
Espanha	10%
Portugal	10%
Masculino	9%
África	7%
Brasil	27%
Espanha	12%
Portugal	8%
Resto do mundo	0%
>50 anos	**2%**
Feminino	2%
África	0%
Brasil	60%
Espanha	3%
Portugal	0%
Masculino	2%
África	1%
Brasil	17%
Espanha	0%
Portugal	2%

Saídas e taxa de rotatividade

	2023
Saídas (com gestes)	**663**
<30 anos	**191**
Feminino	80
África	1
Brasil	0
Espanha	32
Portugal	47
Resto do mundo	0
Masculino	111
África	4
Brasil	0
Espanha	35
Portugal	72
Resto do mundo	0
30-50 anos	**331**
Feminino	179
Africa	0
Brasil	5
Espanha	106
Portugal	68
Resto do mundo	0
Masculino	152
África	9
Brasil	10
Espanha	57
Portugal	75
Resto do mundo	1
>50 anos	**141**
Feminino	58
África	1
Espanha	38
Portugal	19
Resto do mundo	0
Masculino	83
África	14
Brasil	0
Espanha	39
Portugal	30
Resto do mundo	0
Saídas (sem gestes)	**236**
<30 anos	**42**
Feminino	18
África	1

	2023
Brasil	0
Espanha	4
Portugal	13
Resto do mundo	0
Masculino	24
África	1
Brasil	0
Espanha	11
Portugal	12
Resto do mundo	0
30-50 anos	**129**
Feminino	51
África	0
Brasil	5
Espanha	16
Portugal	30
Resto do mundo	0
Masculino	78
África	3
Brasil	10
Espanha	18
Portugal	47
Resto do mundo	1
>50 anos	**65**
Feminino	17
África	1
Brasil	0
Espanha	3
Portugal	13
Resto do mundo	0
Masculino	48
África	12
Brasil	0
Espanha	9
Portugal	27
Resto do mundo	0
Taxa de rotatividade (com gestes)	**9,37%**
Região	
África	5,84%
Brasil	12,50%
Espanha	11,62%
Portugal	8,17%
Resto do mundo	12,50%
Género	
Masculino	8,93%
Feminino	9,90%
Idade e Região	
<30 anos	21,83%
África	11,90%
Brasil	0,00%
Espanha	21,54%
Portugal	23,38%
30-50 anos	7,55%
África	2,92%
Brasil	16,30%
Espanha	10,77%
Portugal	5,80%
Resto do mundo	0,00%
>50 anos	7,76%
África	10,20%
Brasil	0,00%
Espanha	9,41%
Portugal	5,89%
Resto do mundo	0,00%
Taxa de rotatividade (sem gestes)	**6,25%**
Região	
África	4,35%
Brasil	12,40%
Espanha	11,51%
Portugal	5,22%
Resto do mundo	12,50%
Género	
Masculino	6,10%
Feminino	6,53%
Idade e Região	
<30 anos	11,54%
África	5,71%
Brasil	0,00%
Espanha	24,19%
Portugal	9,80%
30-50 anos	5,15%
África	1,20%
Brasil	16,30%
Espanha	10,59%
Portugal	4,14%
Resto do mundo	25,00%
>50 anos	7,20%
África	10,00%
Brasil	0,00%
Espanha	8,11%
Portugal	6,61%
Resto do mundo	0,00%
Taxa de rotatividade – iniciativa própria	**4,11%**

GRI 403-9 Acidentes de trabalho

Fatalidades, Acidentes de trabalho e Horas trabalhadas

	2023
Colaboradores (número)	
Fatalidades resultantes de acidentes de trabalho	**1**
Feminino	0
Masculino	1
Acidentes de trabalho com consequência grave	**0**
Feminino	0
Masculino	0
Geografia	
América do Sul	0
África	0
Europa	0
Segmento de Negócio	
Upstream	0
Industrial & Midstream	0
Comercial	0
Renováveis, Inovação e Novos Negócios	0
Corporativo	0
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	**28**
Feminino	13
Masculino	15
Geografia	
América do Sul	0
África	4
Europa	24
Segmento de Negócio	
Upstream	0
Industrial & Midstream	6
Comercial	18
Renováveis, Inovação e Novos Negócios	2
Corporativo	2
Horas trabalhadas	**12.235.547,46**
Feminino	5.340.582,63
Masculino	6.894.964,83
Geografia	
América do Sul	353.450,94
África	1.057.583,00
Europa	10.824.513,52
Segmento de Negócio	
Upstream	400.195
Industrial & Midstream	2.317.377
Comercial	8.047.906,72
Renováveis, Inovação e Novos Negócios	205.900,24
Corporativo	1.264.168,50
Colaboradores (rácios)	
Fatalidades resultantes de acidentes de trabalho	**0,08**
Feminino	0,00
Masculino	0,15
Acidentes de trabalho com consequência grave	**0,00**
Feminino	0,00
Masculino	0,00
Geografia	
América do Sul	0,00
África	0,00
Europa	0,00
Segmento de Negócio	
Upstream	0,00
Industrial & Midstream	0,00
Comercial	0,00
Renováveis, Inovação e Novos Negócios	0,00
Corporativo	0,00
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	**2,29**
Feminino	2,43
Masculino	2,18
Geografia	
América do Sul	0,00
África	3,78
Europa	2,22
Segmento de Negócio	
Upstream	0,00
Industrial & Midstream	2,59
Comercial	2,24
Renováveis, Inovação e Novos Negócios	9,71
Corporativo	1,58
Prestadores de serviço (número)	
Fatalidades resultantes de acidentes de trabalho	**0**
Feminino	0
Masculino	0
Acidentes de trabalho com consequência grave	**0**
Feminino	0
Masculino	0
Geografia	
América do Sul	0
África	0
Europa	0
Segmento de Negócio	
Upstream	0
Industrial & Midstream	0
Comercial	0
Renováveis, Inovação e Novos Negócios	0
Corporativo	0
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	**41**
Feminino	5
Masculino	36
Geografia	
América do Sul	0
África	2

	2023
Europa	39
Segmento de Negócio	
Upstream	2
Industrial & Midstream	27
Comercial	4
Renováveis, Inovação e Novos Negócios	8
Corporativo	0
Horas trabalhadas	**16.573.211,54**
Feminino	1.800.716,42
Masculino	14.772.495,12
Geografia	
América do Sul	93.897,00
África	1.923.493,00
Europa	14.555.821,54
Segmento de Negócio	
Upstream	317.901,00
Industrial & Midstream	9.014.870,40
Comercial	6.067.356,00
Renováveis, Inovação e Novos Negócios	851.798,00
Corporativo	321.286,14
Prestadores de serviço (rácios)	
Fatalidades resultantes de acidentes de trabalho	**0,00**
Feminino	0,00
Masculino	0,00
Acidentes de trabalho com consequência grave	**0,00**
Feminino	0,00
Masculino	0,00
Geografia	
América do Sul	0,00
África	0,00
Europa	0,00
Segmento de Negócio	
Upstream	0,00
Industrial & Midstream	0,00

	2023
Comercial	0,00
Renováveis, Inovação e Novos Negócios	0,00
Corporativo	0,00
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	**2,47**
Feminino	2,78
Masculino	2,44
Geografia	
América do Sul	0,00
África	1,04
Europa	2,68
Segmento de Negócio	
Upstream	6,29
Industrial & Midstream	3,00
Comercial	0,66
Renováveis, Inovação e Novos Negócios	9,39
Corporativo	0,00

Principais tipos de acidente de trabalho (Colaboradores e Prestadores de Serviço)

Em 2023 ocorreram 69 acidentes com baixa (28 com colaboradores, incluindo 1 fatalidade, e 41 com prestadores de serviço). O top 3 das tipologias destes acidentes são: quedas ao mesmo nível, esforço excessivo ou distensão e choques contra objetos.

Perigos que apresentam risco de acidente de trabalho (Colaboradores e Prestadores de Serviço)

Todos os acidentes são investigados de acordo com o normativo interno o qual obriga a uma investigação detalhada com a identificação de causas imediatas e raízes. Após a identificação das causas, a equipa de investigação propõe as respetivas ações corretivas direcionadas à resolução da(s) causa(s) raíz identificada(s). O top 3 das causas raíz foi: planeamento de trabalho, procedimentos e ferramentas e equipamentos.

Ações tomadas ou em andamento para eliminar esses perigos e minimizar os riscos usando a hierarquia de controlos

Agimos de acordo com as melhores práticas de segurança, fazendo uso das principais diretrizes internacionais, garantindo a integridade dos bens, em todas as fases do seu ciclo de vida. Além disso, a Galp assume as competências e a capacitação dos seus colaboradores e parceiros como condição básica para o cumprimento do seu compromisso e responsabilidade relativamente à segurança. Apesar destes esforços, em 2023 registou-se um acidente fatal, sendo considerado um acidente rodoviário envolvendo uma colisão frontal que resultou na morte de um trabalhador que transportava combustível na Guiné Bissau.

2023
Outra informação (Colaboradores e Prestadores de Serviço) Em Todos os acidentes é aplicada uma checklist de verificação da investigação onde se avalia inúmeros aspetos como por exemplo se foi feita a correta identificação das causas e posteriormente a definição de ações corretivas que previnem as causas identificadas. Cada acidente possui uma investigação independente e as ações desenvolvidas/propostas são definidas tendo em conta a hierarquia de controlos e o local/ Unidade Organizacional onde aconteceu o acidente.

IFA – Índice de Frequência de Acidentes e IFAT – Índice de Frequência de Acidentes Totais

	2023
IFA – Índice de Frequência de Acidentes	
IFA – Colaboradores Galp	1,55
IFA – Prestadores de serviço	1,63
IFA – Total	**1,60**
IFAT – Índice de Frequência de Acidentes Totais	
IFAT –Colaboradores Galp	2,37
IFAT – Prestadores de serviço	2,47
IFAT – Total	**2,43**

Absentismo

	2023
Dias de ausência - absentismo	**107.914**
Masculino	42.399
África	2.699
Brasil	5
Espanha	22.312
Portugal	17.383
Feminino	65.515
África	434
Brasil	23
Espanha	42.992

	2023
Portugal	22.066
Taxa de absentismo	
África	2,60%
Brasil	0,10%
Espanha	10,21%
Portugal	4,28%
Masculino	4,52%
África	2,85%
Brasil	0,03%
Espanha	8,26%
Portugal	3,13%
Feminino	8,45%
África	1,69%
Brasil	0,18%
Espanha	11,63%
Portugal	6,04%
Taxa de absentismo – valor Galp	**6,30%**

GRI 403-10: Doenças ocupacionais

Doenças ocupacionais

	2023
Colaboradores (número)	
Fatalidades resultantes de doenças profissionais	**0**
Feminino	0
Masculino	0
Doenças profissionais participadas	**1**
Feminino	0
Masculino	0
Doenças profissionais declaradas / certificadas	**0**
Feminino	0
Masculino	0
Principais tipos de doenças ocupacionais	
Lesões musculoesqueléticas.	
Perigos que apresentam risco de doenças profissionais	
Movimentos repetitivos, posturas desadequadas, esforços ou movimentos extremados, utilização de equipamentos dotados de visor; riscos ergonómicos.	
Como foram identificados esses perigos	
Conforme carta de riscos realizada pela Segurança e em IBPMS, e em consulta médica.	
Quais desses perigos causaram ou contribuíram para casos de doença profissional durante o período de relato	
Lesões traumáticas cumulativas.	
As medidas tomadas ou em desenvolvimento para eliminar a periculosidade e minimizar os riscos	
Melhorias ergonómicas nos equipamentos, adequação do equipamento de trabalho, substituição do mobiliário de trabalho, reorganização e restruturação do posto de trabalho, formação| informação do trabalhador, vigilância da saúde, implementação de pausas	
Trabalhadores excluídos	
No processo não excluímos colaboradores. Todos os doentes com doença profissional (que temos conhecimento) foram observados e tratados| Em adicional, apenas os colaboradores em situação de ausência prolongada poderão não ser alvo de avaliação, pelo motivo da ausência	

GRI 404-1: Outros indicadores de formação

	2023
Investimento total em formação (€)	**3.555.485**
Investimento total em formação/Colaborador (€/colaborador)	**504**
Formação por área (horas)	**223.711**
Formação por área (%)	**100%**
Técnica (horas)	45.773
Técnica (%)	20,46%
Comportamental e liderança (horas)	28.008
Comportamental e liderança (%)	12,52%
Recursos Humanos (horas)	8.025
Recursos Humanos (%)	3,59%
Línguas (horas)	29.395
Línguas (%)	13,14%
AQS (horas)	58.073
AQS (%)	25,96%
Gestão geral (horas)	9.305
Gestão geral (%)	4,16%
Contabilidade e finanças (horas)	5.972
Contabilidade e finanças (%)	2,67%
Gestão comercial de marketing (horas)	13.849
Gestão comercial de marketing (%)	6.19%
Sistemas de IT (horas)	10.922
Sistemas de IT (%)	4,88%
Jurídica (horas)	2.478
Jurídica (%)	1,11%
Aprovisionamento & Logística (horas)	1.308
Aprovisionamento & Logística (%)	0,58%
Administrativa e secretariado (horas)	540
Administrativa e secretariado (%)	0,24%
Outros (horas)	10.064
Outros (%)	4,50%

GRI 405-1: Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de colaboradores por categoria funcional, de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade

	2023
Colaboradores grade sénior	**313 | 4%**
Masculino	221 | 71%

	2023
Feminino	92 | 29%
<30 anos	0 | 0%
30-50 anos	201 | 64%
>50 anos	112 | 36%
Portugueses	246 | 79%
Outras Nacionalidades	67 | 21%
Colaboradores grade média	**728 | 10%**
Masculino	454 | 62%
Feminino	274 | 38%
<30 anos	6 | 1%
30-50 anos	545 | 75%
>50 anos	177 | 24%
Portugueses	574 | 79%
Outras Nacionalidades	154 | 21%
Colaboradores outras grades	**6.013 | 85%**
Masculino	3.184 | 53%
Feminino	2.829 | 47%
<30 anos	888 | 15%
30-50 anos	3.636 | 60%
>50 anos	1.489 | 25%
Portugueses	2.855 | 47%
Outras Nacionalidades	3.158 | 53%
Nº. Colaboradores por nacionalidades	
Brasileira	205
Cabo-Verdiana	268
Espanhola	2.394
Gambiana	0
Guineense	108
Moçambicana	98
Portuguesa	3.675
Outros	306
Nº total de nacionalidades	**52**
Incapacidade acima de 60% - Portugal	47
Feminino	20
Masculino	27
Incapacidade acima de 33% - Espanha	41
Feminino	22
Masculino	19
Incapacidade acima de 60% - Outras geografias	1
Feminino	0
Masculino	1

Reporte SASB 2023

Declaração de uso	A Galp reportou as informações citadas neste Reporte SASB para o período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 com referência às Normas SASB.
SASB utilizado	Normas SASB Oil & Gas Exploration & Production, SASB Midstream e SASB Refining & Marketing.

- IR 2023: Relatório Integrado de Gestão 2023

Código SASB[1]	Métricas	2023	Referência	Detalhes adicionais
Emissões de gases com efeito de estufa				
EM-EP-110a.1 EM-MD-110a.1 EM-RM-110a.1	Emissões Globais Brutas de Âmbito 1 ($mtCO_2e$)	3,0 [i]	IR 2023: Parte II – 1. O nosso caminho para a descarbonização	
EM-EP-110a.1 EM-MD-110a.1	Âmbito 1, percentagem de metano (%)	0,85 [i]	IR 2023: Parte II – 1. O nosso caminho para a descarbonização	
EM-EP-110a.1 EM-MD-110a.1 EM-RM-110a.1	Âmbito 1, percentagem abrangida pelos regulamentos de limitação de Emissões (%)	79	-	
EM-EP-110a.2	Quantidade de emissões globais brutas de hidrocarbonetos queimados de âmbito 1 ($ktCO_2e$)	318 [i]	-	
	Quantidade de emissões globais brutas de outras combustões de âmbito 1 ($ktCO_2e$)	1.825 [i]	-	
	Quantidade de emissões globais brutas de emissões de processo de âmbito 1 ($ktCO_2e$)	857 [i]	-	
	Quantidade de emissões globais brutas de outras emissões ventiladas de âmbito 1 ($ktCO_2e$)	0 [i]	-	
	Quantidade de emissões globais brutas de outras emissões fugitivas de âmbito 1 ($ktCO_2e$)	6 [i]	-	
EM-EP-110a.3	Discussão da estratégia a longo e curto prazo ou plano para gerir as emissões de âmbito 1, objetivos de redução de emissões, e análise do desempenho em relação a esses objetivos	-	IR 2023: Parte II – 1. O nosso caminho para a descarbonização	
Qualidade do ar				
EM-EP-120a.1 EM-MD-120a.1 EM-RM-120a.1	Emissões atmosféricas dos seguintes poluentes: NOx (excluindo NO_2) (t)	918 [i]	IR 2023: Parte II – 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular	
	Emissões atmosféricas dos seguintes poluentes: SOx (t)	1.394 [i]	IR 2023: Parte II – 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular	
	Emissões atmosféricas dos seguintes poluentes: compostos orgânicos voláteis (COV) (t)	-	Website Galp – Sustentabilidade - Reporting	
	Emissões atmosféricas dos seguintes poluentes: material particulado (t)	13 [i]	IR 2023: Parte II – 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular	
EM-RM-120a.2	Número de refinarias em áreas de população densa ou próximas das mesmas	0	-	
Gestão da água				
EM-EP-140a.1 EM-RM-140a.1	Total de água captada (mil m^3)	9.032 [i]	IR 2023: Parte II – 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular GRI 303-3	
	Percentagem de água captada em regiões com stress hídrico de base elevada ou extremamente elevada (%)	91 [i]	IR 2023: Parte II – 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular GRI 303-3	
	Total de água consumida (mil m^3)	3.017 [i]	GRI 303-3, GRI 303-4	

Código SASB[1]	Métricas	2023	Referência	Detalhes adicionais
	Percentagem de água consumida em regiões com stress hídrico de base elevada ou extremamente elevada (%)	92 [i]	GRI 303-3, GRI 303-4	
EM-EP-140a.2	Volume de água produzida e fluxo de retorno gerado (mil m^3)	n.a.	-	A produção de água pelo segmento "Upstream" ocorre apenas em blocos não operados pela Galp.
	Percentagem descarregada (%)			
	Percentagem injetada (%)			
	Percentagem reciclada (%)			
	Teor de hidrocarbonetos na água descarregada (t)			
EM-EP.140a.3	Percentagem de poços fraturados hidraulicamente com divulgação pública de todos os produtos químicos fluidos fraturados utilizados (%)	n.a.	-	Não verificado nos blocos em que Galp participa em 2023.
EM-EP-140a.4	Percentagem de locais de fraturação hidráulica onde a qualidade das águas subterrâneas ou superficiais se deteriorou em comparação com o valor base (%)	n.a.	-	Não verificado nos blocos em que Galp participa em 2023.
EM-RM-140a.2	Número de incidentes de não conformidade associados a licenças, normas e regulamentos de qualidade da água	0 [i]	GRI 2-27	A Galp não apresentou quaisquer processos, ordens de execução, e/ou sanções por violações de regulamentos relacionados com a água
Gestão de Materiais Perigosos				
EM-RM-150a.1	Quantidade de resíduos perigosos gerados (t)	24.776 [i]	GRI 306-3	
	Percentagem reciclada (%)	47 [i]	GRI 306-3	Considerando o total de resíduos a percentagem reciclada é de 53%
	Número de reservatórios subterrâneos (UST)	5.625	-	A Galp dispõe de 5.625 UST em estações de serviço localizadas em Portugal e Espanha..
EM-RM-150a.2	Número de descargas de UST que exigiram limpeza	0	-	Em 2023, não foram reportadas quaisquer emissões de UST que exigissem limpeza.
	Percentagem em estados com fundos de garantia financeira para UST (%)	n.a.	-	Em 2023, não foi reportado qualquer incidente em UST
Biodiversidade e Impactos Ecológicos				
EM-EP-160a.1 EM-MD-160a.1	Descrição das políticas e práticas de gestão ambiental para instalações ativas	-	IR 2023: Parte II – 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular	
EM-EP-160a.2 EM-MD-160a.4	Número de derrames de hidrocarbonetos	5 [i]	IR 2023: Parte II – 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular	5 perdas de contenção significativas que atingiram o ambiente
	Volume de derrames de hidrocarbonetos (bbls)	30 [i]	IR 2023: Parte II – 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular	4,8 m^3 impactaram o ambiente (26% do volume total de derramamentos significativos de hidrocarbonetos)
	Volume no Ártico (bbls)	0		
	Volume com impacto nas linhas costeiras com classificação ESI 8-10 (bbls)	0		
	Volume em Áreas Excecionalmente Sensíveis (USA) (bbls)	0		
	Volume recuperado (bbls)	86 [i]		13,7 m^3 (c. 86 bbls) do total de 19,3 m^3 libertados, foram recuperados
EM-EP-160a.3	Percentagem de reservas comprovadas em instalações com estatuto protegido de conservação ou habitat de espécies ameaçadas ou perto das mesmas (%)	0	Análise de riscos associados com a natureza - Assessment 2023	Não existem blocos E&P *in situ* ou num raio de 5 km de uma área protegida pela IUCN

Código SASB[1]	Métricas	2023	Referência	Detalhes adicionais
	Percentagem de reservas prováveis em instalações ou perto das mesmas com estatuto protegido de conservação ou habitat de espécies ameaçadas (%)	n.a.	-	A Galp não divulga esta informação para reservas prováveis
EM-MD-160a.2	Percentagem de terra detida, arrendada e/ou explorada dentro de áreas com estatuto protegido de conservação ou habitat de espécies ameaçadas (%)	33	Análise de riscos associados com a natureza - Assessment 2023	Apenas 6% estão in situ ou dentro de uma Área Protegida da Categoria I-IV da IUCN
EM-MD-160a.3	Área terrestre perturbada (ac)	n.a.		A Galp não divulga publicamente esta informação
	Percentagem de área afetada recuperada (%)	n.a.		A Galp não divulga publicamente esta informação
Segurança, Direitos Humanos e Direitos dos Povos Indígenas				
EM-EP-210a.1	Percentagem de reservas comprovadas em áreas de conflito ou perto das mesmas (%)	0	-	
	Percentagem de reservas prováveis em áreas de conflito ou perto das mesmas (%)	0	-	
EM-EP-210a.2	Percentagem de reservas comprovadas em terras indígenas ou perto das mesmas (%)	0	-	
	Percentagem de reservas prováveis em terras indígenas ou perto das mesmas (%)	0	-	
EM-EP-210a.3	Discussão dos processos de envolvimento e práticas de *due diligence* no que diz respeito aos direitos humanos, direitos indígenas e operação em áreas de conflito	-	IR 2023 Parte II – 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos	

Código SASB[1]	Métricas	2023	Referência	Detalhes adicionais
Relações Com a Comunidade				
EM-EP-210b.1	Discussão do processo de gestão dos riscos e oportunidades associados aos direitos e interesses da comunidade	-	IR 2023: Parte II – 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos Requisitos específicos de Saúde, Segurança e Ambiente	
EM-EP-210b.2	Número e duração dos atrasos não técnicos	-	A situação de segurança evoluiu favoravelmente durante o ano de 2023 em Moçambique. Deste modo, é expectável que a Área 1 levante a Força Maior durante o 1T 2024 e por consequência o levantamento também da Força Maior da A4. Neste sentido, é convicção do Operador que o calendário existente será cumprido o que pressupões a entrada no FEED em 2Q 2024, FID em Q4 2025 e first gas em 2029. No entanto, como é sabido, o levantamento da Força Maior é crítico e não controlável pelos parceiros da Área 4. A Galp sabe que a Área 1 se encontra em negociações comerciais com os contractors para poder retomar o projecto e que assim que um acordo seja obtido a Força Maior deverá ser levantada.	
Saúde e Segurança dos Colaboradores				
EM-EP-320a.1 EM-RM-320a.1	Índice de Frequência de Acidentes Totais (TRIR)	2,4 [i]	IR 2023: Parte II – 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas GRI 403-9	A Galp divulga o número total de acidentes / milhão de horas trabalhadas
	Taxa de fatalidades	- [i]	IR 2023: Parte II – 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas GRI 403-9	Em 2023 registou-se 1 acidente fatal.
	Taxa de frequência de quase acidentes (NMFR)	9	IR 2023: Parte II – 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas	Em 2023, foram reportados 259 quase acidentes. A Galp divulga os quase acidentes / milhão de horas trabalhadas
	Taxa de frequência de quase acidentes (NMFR) para colaboradores a tempo inteiro	n.a.	-	A Galp não divulga publicamente esta informação
	Taxa de frequência de quase acidentes (NMFR) para colaboradores contratados	n.a.	-	

Código SASB[1]	Métricas	2023	Referência	Detalhes adicionais
	Taxa de frequência de quase acidentes (NMFR) para colaboradores a curto prazo	n.a.	-	
	Média de horas de formação em saúde, segurança e resposta a emergências para colaboradores a tempo inteiro (h)	58.073 [i]	GRI 403-5	
	Média de horas de formação em saúde, segurança e resposta a emergências para colaboradores contratados (h)	n.a.	-	A Galp não divulga publicamente esta informação
	Média de horas de formação em saúde, segurança e resposta a emergências para colaboradores a curto prazo (h)	n.a.	-	A Galp não divulga publicamente esta informação
EM-EP-320a.2 EM-RM-320a.2	Discussão dos sistemas de gestão utilizados para integrar uma cultura de segurança	-	Política de Segurança, Saúde e Ambiente Requisitos específicos se Saúde, Segurança e Ambiente IR 2023: Parte II – 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas; 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor	
Especificações de produtos e Misturas de combustível limpas				
EM-RM-410a.1	Percentagem de Obrigação de Volume Renovável (RVO) cumprida através da produção de combustíveis renováveis (%)	-	IR 2023: 3.3. Industrial & Midstream (Combustíveis renováveis)	Em 2023, a Galp cumpriu a Renewable Energy Directive (RED), atualizada de acordo com a legislação nacional, incorporando 11,5% de biocombustíveis no seu conteúdo energético em Portugal, e 10,5% em Espanha.
	Percentagem de Obrigação de Volume Renovável (RVO) cumprida através da compra de números de identificação renováveis (RIN) "separados" (%)	-	IR 2023: 3.3. Industrial & Midstream (Combustíveis renováveis)	
EM-RM-410a.2	Mercado total disponível (€)	n.a.	-	Informação indisponível para 2023
	Quota de mercado para biocombustíveis avançados e infraestruturas associadas (%)	41	-	Valor para Portugal, calculado com base nos certificados de emissão publicados (pressupondo uma incorporação total devido ao incentivo fiscal) e alinhado com o conceito de biocombustíveis avançados de acordo com o Anexo IX-Parte A da REDII.
Avaliação de reservas e Despesas de capital				
EM-EP-420a.1	Sensibilidade dos níveis de reserva de hidrocarbonetos a futuros cenários de projeção de preços que representam um preço sobre as emissões de carbono (MMbbls)	-	IR 2023: 3.2. Upstream	
EM-EP-420a.2	Estimativa das emissões de dióxido de carbono incorporadas nas reservas comprovadas de hidrocarbonetos (tCO_2)	-	-	A Galp não divulga publicamente esta informação
EM-EP-420a.3	Montante investido em energias renováveis (m€)	142 [i]	IR 2023: 4.4. Investimento	
	Receitas geradas pelas vendas de energias renováveis (m€)	n.a.	-	Informação indisponível para 2023
EM-EP-420a.4	Discussão sobre como o preço e a procura de hidrocarbonetos e/ou a regulamentação climática influenciam a estratégia de despesas de capital para a exploração, aquisição e desenvolvimento de ativos	-	IR 2023: 2. Enquadramento estratégico	
Ética Empresarial e Transparência				
EM-EP-510a.1	Percentagem de reservas comprovadas em países que têm as 20 classificações mais baixas no Índice de Perceção de Corrupção da Transparency International (%)	0	-	A Galp não tem reservas comprovadas ou prováveis localizadas em países com as 20 classificações mais baixas

Código SASB[1]	Métricas	2023	Referência	Detalhes adicionais
	Percentagem de reservas prováveis em países que têm as 20 classificações mais baixas no Índice de Perceção de Corrupção da Transparency International (%)	0	-	em Índices de Transparência
EM-EP-510a.2	Descrição do sistema de gestão para a prevenção da corrupção e do suborno ao longo de toda a cadeia de valor	-	Política de prevenção da corrupção IR 2023: Parte II – 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor	A Galp está empenhada em monitorizar a evolução das melhores práticas na prevenção do risco de corrupção, a fim de alcançar uma melhoria contínua
Comportamento competitivo				
EM-MD-520a.1	Montante total das perdas monetárias em resultado de processos jurídicos associados aos regulamentos federais sobre gasodutos e armazenamento (€)	0 [i]	GRI 2-27	A Galp tem 0 casos identificados de não conformidade com as leis e regulamentos na esfera socioeconómica associados a regulamentos federais sobre gasodutos e armazenamento.
Integridade e transparência na fixação de preços				
EM-RM-520a.1	Montante total das perdas monetárias em resultado de processos jurídicos associados à fixação ou manipulação de preços (€)	0 [i]	GRI 2-27 GRI 206-1	A Galp tem 0 casos identificados de não conformidade com as leis e regulamentos na esfera socioeconómica associados à fixação ou manipulação de preços.
Gestão do quadro jurídico e regulamentar				
EM-EP-530a.1 EM-RM-530a.1	Discussão de posições empresariais relacionadas com regulamentos governamentais e/ou propostas políticas que abordam fatores ambientais e sociais que afetam o setor	-	IR 2023: Parte II – 3. Pessoas, Comunidades, Direitos Humanos; 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor	
Gestão do Risco de Incidentes Críticos				
EM-EP-540a.1 EM-RM-540a.1	Taxas de Eventos de Segurança no Processo (PSE) para Perdas de Contenção Primárias (LOPC) de consequências graves (Tier 1)	0,07 [i]	IR 2023: Parte II – 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas GRI 306-3	A Galp divulga o número total de PSE Tier 1 / milhão de horas trabalhadas
EM-RM-540a.1	Taxas de Eventos de Segurança no Processo (PSE) para Perdas de Contenção Primárias (LOPC) de consequências menores (Tier 2)	0,21 [i]	IR 2023: Parte II – 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas GRI 306-3	A Galp divulga o número total de PSE Tier 2 / milhão de horas trabalhadas
EM-EP-540a.2	Descrição dos sistemas de gestão utilizados para identificar e mitigar os riscos extremos ou catastróficos	-	IR 2023: Parte II – 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas	
EM-RM-540a.2	Desafios à taxa de indicadores dos Sistemas de Segurança (Tier 3)	2,1 [i]	GRI 306-3	A Galp divulga o número total de PSE Tier 3/ milhão de horas trabalhadas
EM-RM-540a.3	Discussão da avaliação da Disciplina Operacional e do Desempenho do Sistema de Gestão através de Indicadores de Nível 4	-		A Galp não divulga publicamente esta informação
Segurança operacional, preparação e reposta a emergências				
EM-MD-540a.1	Número de incidentes reportáveis com oleodutos	n.a.		A Galp não divulga publicamente esta informação
	Percentagem de incidentes significativos reportáveis com oleodutos (%)	n.a.		
EM-MD-540a.2	Percentagem de gasodutos de gás natural inspecionados (%)	n.a.		A Galp não divulga publicamente esta informação
	Percentagem de condutas de líquidos perigosos inspecionadas (%)	n.a.		
EM-MD-540a.3	Número de descargas acidentais provenientes do transporte ferroviário	-		A Galp não divulga publicamente esta informação
	Número de descargas não acidentais (NAR) do transporte ferroviário	-		A Galp não divulga publicamente esta informação

Código SASB[1]	Métricas	2023	Referência	Detalhes adicionais
EM-MD-540a.4	Discussão dos sistemas de gestão utilizados para integrar uma cultura de segurança e de preparação para emergências ao longo da cadeia de valor e dos ciclos de vida dos projetos	-	Política de Segurança, Saúde e Ambiente IR 2023: Parte II – 4. Proteger e empoderar as nossas pessoas Website Galp: Ser a empresa de energia mais segura do mundo	A Galp está empenhada em criar condições para que a organização permaneça continuamente preparada para responder a emergências de forma eficaz.
Métricas de atividade				
EM-EP-000.A	Produção de petróleo (kboepd)	101,8	IR 2023: 3.2. Upstream (Panorama geral da produção em 2023)	
	Produção de gás natural (kboepd)	20,5	IR 2023: 3.2. Upstream (Panorama geral da produção em 2023)	
	Produção de óleo sintético (Mbbl/dia)	n.a.		Não aplicável
	Produção de gás sintético (MMscf/dia)	n.a.		Não aplicável
EM-EP-000.B	Número de instalações offshore	19 [i]	IR 2023 – 3.2. Upstream (Portefólio atual de projetos Upstream)	Este número refere-se a projetos
EM-EP-000.C	Número de instalações terrestres	0 [i]	IR 2023 – 3.2. Upstream (Portefólio atual de projetos Upstream)	
EM-MD-000.A	Total de toneladas métricas quilométricas de gás natural transportadas, por meio de transporte	n.a.		Informação indisponível
	Total de toneladas métricas quilométricas de petróleo bruto transportadas, por meio de transporte	n.a.		O transporte de petróleo bruto é feito por uma terceira parte
	Total de toneladas métricas quilométricas de produtos petrolíferos refinados transportados, por meio de transporte	n.a.		Informação indisponível
EM-RM-000.A	Refinação de todo o petróleo bruto e outras matérias-primas (mboe)	78,9 [i]	IR 2023: 3.3. Industrial & Midstream (Destaques 2023)	
EM-RM-000.B	Capacidade operacional de refinação (milhões de bpd)	0,226 [i]	IR 2023: 1.2 Criação de valor	

[1] Esta tabela contém uma coluna com o código SASB para identificar elementos comuns de informação entre as Normas SASB associadas. Conforme refletido no quadro, a Galp divulga atualmente dados sobre várias questões recomendadas nas Normas SASB Oil & Gas Exploration & Production, SASB Midstream e SASB Refining & Marketing. Os indicadores de Exploração e Produção referem-se a blocos operados pela Galp.
[i] Verificado por terceira parte

WEF Stakeholder Capitalism Metrics 2023

Declaração de uso	A Galp reportou as informações citadas neste Relatório *WEF Measuring Stakeholder Capitalism* para o período de 1 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023.

- IR 2023: Relatório Integrado de Gestão 2023

Tema	Principais métricas e *disclosures*	Descrição	Referência ou Conteúdo
Princípios de *Governance*			
Objetivo geral	Definição do objetivo	O objetivo declarado da Galp, que espelha como a Empresa propõe soluções para as questões económicas, ambientais e sociais.	IR 2023: Parte I - 1.2. Criação de valor; 1.3. A Galp nos mercados de capitais
Qualidade de Órgãos de governação	Composição do órgão de governação	Composição do mais elevado órgão de governação e das suas comissões por: competências relacionadas com temas económicos, ambientais e sociais; executivos ou não executivos; independência; tempo de permanência no órgão social; número de outros cargos e compromissos significativos de cada indivíduo, e a natureza dos mesmos; género; filiação em grupos sociais sub-representados; representação das partes interessadas.	IR 2023: Parte I - 5.1. Modelo de governo; 5.2. Órgãos sociais; Parte II – 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor
Envolvimento das partes interessadas	Questões significativas com impacto nas partes interessadas	Uma lista dos temas que são considerados materiais para as principais partes interessadas e para a Empresa, incluindo como foram identificados e como foram envolvidas as partes interessadas.	IR 2023: Parte I – 2. Enquadramento estratégico
Comportamento ético	Anti-corrupção	Percentagem total de membros de órgãos de governação, colaboradores e parceiros comerciais que receberam formação sobre as políticas e procedimentos anticorrupção da organização, repartidos por região.	GRI 205-2
		Número total e natureza dos incidentes de corrupção confirmados durante o ano em curso mas relacionados com anos anteriores.	A Galp não registou este ano casos de corrupção relativos ao ano anterior.
		Número total e natureza dos incidentes de corrupção confirmados durante o ano em curso, relacionados com este ano.	GRI 205-3
		Discussão de iniciativas e envolvimento das partes interessadas para melhorar o ambiente operacional global e a cultura de combate à corrupção.	IR 2023: Parte II – 5. Promover um negócio consciente e gerador de valor Website Galp – Sustentabilidade - Transparência e ética como princípios-chave
	Aconselhamento ético protegido e mecanismos de informação	Descrição dos mecanismos internos e externos para procurar aconselhamento sobre comportamentos éticos e lícitos e integridade organizacional, e comunicar preocupações acerca de comportamentos pouco éticos ou ilícitos e falta de integridade organizacional.	GRI 2-26
Supervisão de riscos e oportunidades	Integrar os riscos e oportunidades no processo empresarial	Divulgação por parte da Empresa dos fatores de risco e oportunidades, onde identifica claramente os principais riscos e oportunidades materiais específicos que enfrenta (por oposição aos riscos genéricos do setor), a apetência da Empresa em relação a esses riscos, a forma como esses riscos e oportunidades evoluíram ao longo do tempo e a resposta a essas mudanças.	IR 2023: Parte I - 2.2. Criação de valor sustentável, 2.4. Como gerimos o risco, 5. Governo Societário, Parte III – Relatório de Governo Societário– Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da sociedade: C- Organização interna, III – Controlo interno e gestão de risco CDP Climate Change 2023: C1. Governance: C1.1, C1.1a

Tema	Principais métricas e *disclosures*	Descrição	Referência ou Conteúdo
Planeta			
Alterações climáticas	Emissões de gases com efeito de estufa (GEE)	Para todos os gases com efeito de estufa relevantes (por exemplo, dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, gases fluorados, etc.), comunicar em toneladas métricas de dióxido de carbono equivalente (tCO_2e) as emissões do Protocolo de GEE de Âmbito 1 e 2. Estimativa e comunicação das emissões materiais do Upstream e Downstream (âmbito 3 do protocolo de GEE) quando aplicável.	GRI 305-1, 305-2, 305-3
	Implementação TCFD	Implementar integralmente as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).	Recomendações TCFD 2023
Perda da natureza	Uso da terra e sensibilidade ecológica	Comunicar o número e a área (em hectares) das instalações detidas, arrendadas ou geridas em áreas protegidas e/ou áreas chave de biodiversidade (KBA) ou adjacentes às mesmas.	IR 2023: Parte II – 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular GRI 304-1
Disponibilidade de água doce	Consumo e extração de água em zonas com stress hídrico	Relatório de operações em casos materiais: megalitros de água captada, megalitros de água consumida e a percentagem de cada caso em regiões com um nível base de stress hídrico elevado ou extremamente elevado, de acordo com a ferramenta do atlas de risco de água WRI Aqueduct. Estimar e comunicar esta informação a toda a cadeia de valor (Upstream e Downstream) quando apropriado.	IR 2023: Parte II – 2. Biodiversidade, Água, Economia Circular GRI 303-3
Pessoas			
Dignidade e igualdade	Diversidade e inclusão	Percentagem de colaboradores por categoria de colaboradores, por faixa etária, género e outros indicadores de diversidade (por exemplo, etnia).	GRI 405-1
	Igualdade salarial	Rácio entre o salário base e a remuneração de cada categoria de colaboradores por locais de operação significativos para áreas prioritárias de igualdade: mulheres para homens, minorias étnicas para maiorias, e outras áreas relevantes de igualdade	GRI 405-2
	Nível salarial	Rácios do salário padrão de entrada por género, em comparação com o salário mínimo local.	GRI 202-1
		Rácio entre a remuneração total anual do CEO e a mediana da remuneração total anual de todos os seus colaboradores.	GRI 2-21
	Riscos de incidentes de trabalho infantil, forçado e obrigatório	Explicação das operações e fornecedores considerados como tendo um risco significativo de incidentes de trabalho infantil, trabalho forçado ou obrigatório.	GRI 408-1, 409-1
Saúde e bem-estar	Saúde e segurança	O número e a taxa de fatalidades na sequência de ferimentos relacionados com o trabalho; ferimentos relacionados com o trabalho com consequências graves (excluindo acidentes mortais); ferimentos relacionados com o trabalho registáveis; principais tipos de ferimentos relacionados com o trabalho; e o número de horas trabalhadas.	GRI 403-9
		Explicação de como a organização facilita o acesso dos colaboradores a serviços médicos e de saúde além da medicina do trabalho, e o âmbito de acesso previsto para os trabalhadores e colaboradores.	GRI 403-6

Tema	Principais métricas e *disclosures*	Descrição	Referência ou Conteúdo
Competências para o futuro	Formação prestada	Média de horas de formação por pessoa prestada aos colaboradores da organização durante o período abrangido pelo relatório, por género e categoria de colaboradores (número total de horas de formação fornecidas aos colaboradores dividido pelo número de colaboradores).	GRI 404-1
		Despesas médias de formação e desenvolvimento por colaborador a tempo inteiro (custo total da formação prestada aos colaboradores dividido pelo número de colaboradores).	GRI 404-1 504 €/colaborador
Prosperidade			
Emprego e geração de saúde	Número absoluto e taxa de emprego	Número total e taxa de novas contratações de colaboradores durante o período do relatório, por grupo etário, género, outros indicadores de diversidade e região.	GRI 401-1
		Número total e taxa de rotatividade dos colaboradores durante o período do relatório, por grupo etário, género, outros indicadores de diversidade e região.	GRI 401-1
	Contribuição económica	Valor económico direto gerado e distribuído (EVG&D), numa base de acumulação, abrangendo os componentes básicos para as operações globais da organização, idealmente divididos por: Receitas, Custos operacionais, Salários e benefícios dos colaboradores, Pagamentos a provedores de capital, Pagamentos ao governo, Investimento comunitário.	GRI 201-1, 201-3
		Auxílio financeiro recebido do governo: total valor monetário do auxílio financeiro recebido pela organização de qualquer governo durante o período abrangido pelo relatório.	GRI 201-4
	Contribuição de investimento financeiro	Despesa de capital total (CapEx) menos a depreciação, apoiado numa narrativa que descreva a estratégia de investimento da Empresa.	IR 2023: Parte I - 1.2. Criação de valor; 1.3. A Galp nos mercados de capitais; 4.4. Investimento
		Recompras de ações mais pagamentos de dividendos, apoiado numa narrativa que descreva a estratégia da Empresa para o retorno do capital aos acionistas.	IR 2023: Parte I - 1.3. A Galp nos mercados de capitais
Inovação de melhores produtos e serviços	Total de despesa de I&D	Custos totais relacionados com a investigação e desenvolvimento.	IR 2023: Parte I - 1.2. Criação de valor
Vitalidade comunitária e social	Imposto total pago	Imposto global total incorrido pela Empresa, incluindo impostos sobre o rendimento das sociedades, impostos sobre a propriedade, IVA não creditável e outros impostos sobre vendas, impostos sobre os salários pagos pelo empregador, e outros impostos que constituem custos para a Empresa, por categoria de impostos.	GRI 207-4 (A Galp reporta parcialmente este indicador)

3. Informação Suplementar sobre Petróleo e Gás (Não auditado)

A informação constante nesta nota foi produzida de acordo com o Tópico 932 – Atividades de Extração – Petróleo e Gás, do Financial Accounting Standards Board (FASB) e reflete o portfólio atual da Galp, excluindo portanto os ativos detidos para venda em Angola em 2023.

Resultados das operações de atividades de exploração e produção

Os resultados das operações das atividades de exploração e produção por zona geográfica dos anos de 2023, 2022 e 2021 são os seguintes:

unid: €k

	África	América Latina	Resto do Mundo	Total
31 de dezembro de 2023				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	119 271	2 774 638	-	2 893 909
Custos de produção	(99 223)	(83 219)	-	(182 443)
Royalties	(2 488)	(279 446)	-	(281 934)
Outros custos operacionais	(26 376)	(135 330)	-	(161 707)
Custos de exploração	(11 785)	(13 248)	-	(25 033)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(24 689)	(499 214)	-	(523 902)
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	**(45 291)**	**1 764 180**	-	**1 718 890**
Impostos	5 210	(1 008 102)	-	(1 002 892)
Resultado operacional para atividades de E&P	**(40 080)**	**756 078**	**-**	**715 998**
31 de dezembro de 2022				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	371 792	3 450 825	-	3 822 616
Custos de produção	(64 615)	(56 284)	-	(120 899)
Royalties	-	(345 340)	-	(345 340)
Outros custos operacionais	(401)	(244 876)	88	(245 190)
Custos de exploração	(43 799)	(12 266)	-	(56 065)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(108 241)	(705 354)	3 017	(810 578)

unid: €k

	África	América Latina	Resto do Mundo	Total
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	**154 736**	**2 086 704**	**3 105**	**2 244 544**
Impostos	(4 438)	(1 210 080)	(931)	(1 215 449)
Resultado operacional para atividades de E&P	**150 298**	**876 624**	**2 173**	**1 029 095**
31 de dezembro de 2021				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	242 548	2 179 977	-	2 422 526
Custos de produção	(31 143)	(30 616)	-	(61 759)
Royalties	-	(219 188)	-	(219 188)
Outros custos operacionais	(3 984)	(89 077)	(36)	(93 097)
Custos de exploração	(4 609)	(75 732)	(19)	(80 359)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(121 614)	(435 465)	1 110	(555 968)
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	**81 199**	**1 329 900**	**1 056**	**1 412 155**
Impostos	(19 411)	(799 466)	(317)	(819 194)
Resultado operacional para atividades de E&P	**61 787**	**530 435**	**739**	**592 961**

As receitas da produção incluem receitas da produção e venda de petróleo e gás natural.

Os custos de produção incluem os custos diretos de produção associados a blocos em produção, tais como custos de operação e manutenção de poços, equipamentos relacionados e instalações de apoio, utilizadas em operações de extração de petróleo e gás, sistema de coleta e outros custos gerais e administrativos relacionados com a produção. Esta rubrica é apresentada líquida dos proveitos referentes ao aluguer de equipamentos de produção registados em empresas que não são consolidadas pelo método integral.

Com efeitos a 1 de janeiro de 2019, foi adotada a norma contabilística IFRS 16. Esta metodologia não foi aplicada retroativamente aos anos anteriores. A partir de outubro de 2023 foi adotada a norma contabilística IFRS 16 para Moçambique, estando os custos não técnicos de financiamento e leasing da unidade antes da implementação do IFRS 16 contabilizados como custos de produção.

Os outros custos operacionais incluem a responsabilidade de I&D decorrente das atividades de produção no Brasil, bem como os custos de estrutura relacionados com áreas, diretamente relacionadas com as atividades de exploração e produção. Esta rubrica exclui custos de gestão relativos a empresas do Grupo, de acordo com o Tópico 932 do FASB e inclui custos registados em empresas não consolidadas pelo método integral no valor de €-31.893 k em 2023, €15.110 k em 2022 e €-3.694 k em 2021.

Os custos de exploração correspondem às imparidades de exploração, nomeadamente custos com poços secos ou imparidade de ativos decorrentes da decisão de devolução de licenças de exploração, conforme política contabilística descrita na nota 5 Ativos Tangíveis do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Os resultados operacionais não incluem custos de gestão e custos financeiros, de acordo com o Tópico 932 do FASB.

A rubrica "Impostos" inclui: Participação Especial (SPT) e o pagamento extraordinário de imposto sobre exportação no Brasil bem como o imposto de renda calculado de acordo com as taxas de imposto estatuário de cada país.

Os resultados das operações excluem as despesas de juros atribuíveis às atividades de petróleo e gás.

Despesas de investimento do ano em atividades de exploração e produção

As despesas de investimento do ano, que representam os dispêndios efetuados nas atividades de exploração e produção, por zona geográfica, para os exercícios de 2023, 2022 e 2021 são os seguintes:

unid: €k

	África	América Latina	Resto do Mundo	Total
31 de dezembro de 2023				
Contribuições totais consolidadas				
Aquisições sem reservas provadas	-	-	-	-
Exploração	118 052	15 560	-	133 612
Desenvolvimento	67 032	384 766	-	451 798
Total incorrido no exercício	**185 084**	**400 326**	**-**	**585 410**
31 de dezembro de 2022				
Contribuições totais consolidadas				
Aquisições sem reservas provadas	-	-	-	-
Exploração	34 814	19 033	-	53 847
Desenvolvimento	142 368	367 511	-	509 878
Total incorrido no exercício	**177 181**	**386 544**	**-**	**563 725**
31 de dezembro de 2021				
Contribuições totais consolidadas				-
Aquisições sem reservas provadas	-	73 323	-	73 323
Exploração	7 056	(2 373)	118	4 802
Desenvolvimento	112 779	373 035	-	485 815
Total incorrido no exercício	**119 836**	**443 985**	**118**	**563 939**

Os valores reportados como custos incorridos incluem os custos capitalizados e os custos imputados à despesa quando incorridos para atividade de aquisição, exploração e desenvolvimento de propriedade de petróleo e gás. Os custos de exploração apresentados acima incluem os custos de perfuração e equipamento de poços de exploração e despesas geológicas e geofísicas.

A partir de 1 de janeiro de 2018, os custos geológicos e geofísicos (G&G) e despesas gerais e administrativas (G&A) relacionados principalmente com atividades de exploração, passaram a ser contabilizados como custos operacionais do período em que ocorreram e deixaram de ser capitalizados.

Os custos de desenvolvimento incluem os custos de perfuração e equipamentos de poços de desenvolvimento, bem como a construção de equipamentos relacionados.

Os investimentos são expressos em moeda funcional do grupo Galp, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respetivo, em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2.1 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Em 2023, foi considerada uma taxa de câmbio EUR:USD de 1,11, para ativos em África e no Brasil.

Investimentos acumulados em atividades de exploração e produção

Os investimentos acumulados representam a totalidade de dispêndios efetuados na aquisição de reservas provadas ou não provadas e nas atividades de exploração e desenvolvimento dos blocos nos quais a Galp detém uma participação.

Os custos de exploração são capitalizados na totalidade de acordo com a política contabilística descrita na nota 5 de Ativos Tangíveis do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Os poços secos são reconhecidos como custo e refletidos nestas tabelas juntamente com as imparidades. Os blocos devolvidos são abatidos aos ativos e, como tal, não constam desta informação.

Os investimentos acumulados na área de exploração e produção que se encontravam refletidos na posição financeira do Grupo Galp são os seguintes:

unid: €k

	África	América Latina	Resto do Mundo	Total
31 de dezembro de 2023				
Contribuições totais consolidadas				
Ativos com Reservas Provadas	227 593	6 772 048	-	6 999 641
Ativos Fixos	215 521	5 294 000	-	5 509 520
Ativos em curso	12 073	1 478 049	-	1 490 121
Ativos sem Reservas Provadas	554 472	161 076	-	715 549
Equipamento de suporte	54	2 602	-	2 656
Investimentos acumulados brutos	**782 120**	**6 935 727**	**-**	**7 717 847**
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(97 148)	(3 017 662)	-	(3 114 810)
Investimentos acumulados líquidos	**684 971**	**3 918 065**	**-**	**4 603 037**
31 de dezembro de 2022				
Contribuições totais consolidadas				
Ativos com Reservas Provadas	2 446 511	4 901 437	-	7 347 949
Ativos Fixos	2 197 850	4 045 878	-	6 243 727
Ativos em curso	248 662	855 559	-	1 104 221
Ativos sem Reservas Provadas	439 921	651 042	-	1 090 963
Equipamento de suporte	53 838	8 450	-	62 287
Investimentos acumulados brutos	**2 940 270**	**5 560 929**	-	**8 501 199**
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(1 843 419)	(2 238 347)	-	(4 081 766)
Investimentos acumulados líquidos	**1 096 851**	**3 322 582**	**-**	**4 419 433**

unid: €k

	África	América Latina	Resto do Mundo	Total
31 de dezembro de 2021				
Contribuições totais consolidadas				
Ativos com Reservas Provadas	2 221 527	3 843 828	-	6 065 355
Ativos Fixos	2 035 051	3 643 562	-	5 678 613
Ativos em curso	186 476	200 266	-	386 742
Ativos sem Reservas Provadas	379 517	1 030 290	-	1 409 807
Equipamento de suporte	50 698	6 831	-	57 528
Investimentos acumulados brutos	**2 651 742**	**4 880 948**	-	**7 532 691**
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(1 599 861)	(1 692 765)	-	(3 292 626)
Investimentos acumulados líquidos	**1 051 881**	**3 188 183**	-	**4 240 065**

Os investimentos foram classificados de acordo com os seguintes pressupostos:

1. Ativos com Reservas Provadas (RP ou 1P): Ativos relacionados com campos que detém RP, no final de cada ano.

    1.1. Ativos com RP – Fixos: Ativos relacionados com campos que detêm RP, no final de cada ano já em produção e sujeitos a amortização;

    1.2. Ativos com RP - Poços incompletos (ativos em curso): Ativos relacionados com campos com RP, no final de cada ano que ainda não estão em produção.

2. Ativos sem RP: Ativos relacionados com campos sem RP, no final de cada ano.

3. Equipamento de suporte: Equipamento básico e administrativo atribuído às atividades de exploração e produção.

Os investimentos acumulados, no quadro acima, são expressos em moeda funcional do grupo Galp, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respetivo em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2.1 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Em 2023, foi considerada uma taxa de câmbio EUR:USD de 1,11 para ativos em África e no Brasil.

Reservas de petróleo e de gás

As RP totais (1P) em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 que são evidenciadas nos quadros seguintes, incluem as RP desenvolvidas e não desenvolvidas. As reservas provadas foram apuradas por entidade independente DeGolyer and MacNaughton (DeMac), cuja metodologia adotada se encontra de acordo com o Petroleum Resources Management System (PMRS), aprovado em março de 2007 e revista em Junho de 2018 pela Society of Petroleum Engineers (SPE), o World Petroleum Council (WPC), American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

Reservas provadas são as quantidades de petróleo que, por análise de dados de geociências e engenharia podem ser estimadas com razoável certeza para serem comercialmente recuperáveis de acordo com as considerações económicas definidas, métodos operacionais e regulamentos governamentais.

Reservas provadas incluem quantidades estimadas relacionadas com contratos de partilha de produção (PSCs) que são reportadas sob o método de *net entitlement* o qual está sujeito a flutuações nos preços de *commodities* e custos recuperáveis, bem como regime de royalties. A 31 de Dezembro de 2023, aproximadamente 5% das reservas provadas são provenientes dos contratos de partilha de produção (PSCs) da região de África.

Conforme exigido pelo Tópico 932, o limite económico das reservas é baseado nos preços médios dos últimos 12 meses e atuais custos. A data de limite económico afeta a estimativa de reservas. Portanto, como os preços e os níveis de custos mudam de ano para ano, a estimativa das reservas provadas também sofre alterações.

O preço de referência para o apuramento das reservas pertencentes à Empresa numa ótica de *net entitlement*, que são as reservas a extrair de acordo com o definido nos contratos celebrados para a atividade de exploração e produção, foi de $82,6/bbl, $101,2/bbl e $70,8/bbl que corresponde ao preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2023, 2022 e 2021 respetivamente.

As reservas associadas aos blocos no Brasil correspondem a 100% da participação que a Petrogal Brasil detém nos blocos, visto que esta empresa é consolidada pelo método integral nas contas do grupo Galp Energia.

Os impactos dos PSA (efeito preço e/ou alteração de custos recuperáveis) nas reservas associadas a este tipo de contrato estão refletidos na rubrica "Revisões de estimativas anteriores".

Reservas de petróleo (reservas provadas 1P)

unid: milhares de barris

	África	América Latina	Total
2023			
Reservas em 31 de dezembro 2022	**2 274**	**293 203**	**295 477**
Desenvolvidas	2 274	130 950	133 224
Não desenvolvidas	-	162 253	162 253
Extensões e descobertas	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	157	11 947	12 104
Produção	(131)	(37 173)	(37 304)
Reservas em 31 de dezembro 2023	**2 300**	**267 977**	**270 277**
Desenvolvidas	2 300	117 995	120 295
Não desenvolvidas	-	149 982	149 982
2022			
Reservas em 31 de dezembro 2021	**16 265**	**316 728**	**332 993**
Desenvolvidas	12 051	164 086	176 137

Não desenvolvidas	4 214	152 642	156 856
Extensões e descobertas	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	3 039	13 641	16 680
Produção	(4 400)	(37 166)	(41 566)
Reservas em 31 de dezembro 2022	**14 913**	**293 203**	**308 116**
Desenvolvidas	12 975	130 950	143 925
Não desenvolvidas	1 938	162 253	164 191
2021			
Reservas em 31 de dezembro 2020	**16 855**	**270 925**	**287 780**
Desenvolvidas	12 711	170 116	182 827
Não desenvolvidas	4 144	100 809	104 953
Extensões e descobertas	-	67 117	67 117
Aquisições e vendas	-	(106)	(106)
Revisões de estimativas anteriores	3 474	15 674	19 148
Produção	(4 065)	(36 882)	(40 947)
Reservas em 31 de dezembro 2021	**16 265**	**316 728**	**332 993**
Desenvolvidas	12 051	164 086	176 137
Não desenvolvidas	4 214	152 642	156 856

Reservas de gás (reservas provadas 1P)

As reservas de gás são apresentadas em milhões de pés cúbicos (mmscf), sendo que 1 boe corresponde a 6.000 pés cúbicos de gás.

unid: milhões de pés cúbicos

	África	América Latina	Total
2023			
Reservas em 31 de dezembro 2022	**304 231**	**125 663**	**429 894**
Desenvolvidas	304 231	89 394	393 625
Não desenvolvidas	-	36 269	36 269
Extensões e descobertas	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	18 276	25 084	43 360

Produção	(14 724)	(28 731)	(43 455)
Reservas em 31 de dezembro 2023	**307 783**	**122 013**	**429 796**
Desenvolvidas	307 783	89 359	397 142
Não desenvolvidas	-	32 654	32 654
2022			
Reservas em 31 de dezembro 2021	**310 748**	**151 933**	**462 681**
Desenvolvidas	-	118 161	118 161
Não desenvolvidas	310 748	33 772	344 520
Extensões e descobertas	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	(5 516)	1 011	(4 505)
Produção	(1 001)	(27 284)	(28 285)
Reservas em 31 de dezembro 2022	**304 231**	**125 663**	**429 894**
Desenvolvidas	304 231	89 394	393 625
Não desenvolvidas	-	36 269	36 269
2021			
Reservas em 31 de dezembro 2020	**349 081**	**231 961**	**581 042**
Desenvolvidas	-	149 163	149 163
Não desenvolvidas	349 081	82 798	431 879
Extensões e descobertas	-	-	-
Aquisições e vendas	-	(3 445)	(3 445)
Revisões de estimativas anteriores	(38 333)	(49 727)	(88 060)
Produção	-	(26 855)	(26 855)
Reservas em 31 de dezembro 2021	**310 748**	**151 933**	**462 681**
Desenvolvidas	-	118 161	118 161
Não desenvolvidas	310 748	33 772	344 520

Medidas *standard* de desconto de fluxos de caixa futuros

As medidas *standard* de desconto de fluxos de caixa futuros, foram elaboradas de acordo com as regras do Tópico 932 do FASB e correspondem a uma tradução económica das reservas provadas 1P apresentadas no ponto anterior elaborada pela entidade independente DeGolyer and MacNaughton (DeMac).

As receitas de caixa futuras, representam as receitas futuras da produção associada às RP, calculadas aplicando o preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2023: $82,6/bbl.

Os custos de produção futuros correspondem às estimativas de custos de produção associados às RP.

Os *royalties* futuros representam as estimativas de *royalties* a pagar relativos às receitas de produção.

Os custos de desenvolvimento e abandono futuros correspondem a estimativas de custos para desenvolvimento das RP (perfuração e instalação de plataformas de produção), assim como a estimativas para custos de abandono dos campos.

Os impostos sobre rendimento futuros representam estimativas de IRP (aplicável a blocos em África e calculados de acordo com o PSA em vigor); Participação Especial (aplicável a blocos no Brasil) e imposto sobre rendimento, de acordo com as regras em vigor em cada país.

Os fluxos de caixa foram calculados em dólares americanos e convertidos para euros à taxa de câmbio média do ano de 2023 (1,08 €/$).

unid: €k

	África	América Latina	Total
31 de dezembro 2022			
Receitas de caixa futuras	2 703 497	21 153 621	23 857 118
Custos de produção futuros	(605 559)	(3 392 471)	(3 998 031)
Royalties futuros	(8 136)	(2 622 860)	(2 630 996)
Custos de desenvolvimento e abandono futuros	(19 600)	(1 824 641)	(1 844 241)
Fluxo de caixa líquido antes de imposto futuros	**2 070 202**	**13 313 648**	**15 383 851**
Imposto sobre rendimentos futuros	(554 156)	(6 581 439)	(7 135 595)
Fluxos de caixa líquidos futuros	**1 516 047**	**6 732 209**	**8 248 256**
Fator de desconto (10%)	(796 738)	(2 243 310)	(3 040 048)
Medidas standard de desconto de fluxos de caixa líquidos futuros, a 31 de dezembro 2021	**719 308**	**4 488 900**	**5 208 208**

Os princípios aplicados são os requeridos pelo Tópico 932 e não refletem as expectativas dos reais proveitos das reservas nem o seu valor presente, desta forma não constituem critério para decisão de investimento. Uma estimativa do justo valor das reservas, deverá igualmente ter em consideração, entre outras variáveis, a recuperação de reservas presentemente não classificadas como provadas, os riscos inerentes à estimativa de reservas, a expectativa de variação futura do preço dos hidrocarbonetos e da estrutura de custos, bem como a consideração de um fator de desconto adequado.

4. Relatório sobre os pagamentos a administrações públicas

Nos termos do artigo 29º-I do Código dos Valores Mobiliários (em conformidade com o disposto na Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu relativa às demonstrações financeiras anuais, demonstrações financeiras consolidadas e relatórios anexos de certos tipos de empresas, transposta para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho)

1. Introdução

A Galp acredita que valores como a atuação responsável e a boa governança saem reforçados quando a transparência nos fluxos de receitas das atividades de petróleo e gás é evidenciada, pois tal princípio permite aos cidadãos aceder à informação de que necessitam para poderem responsabilizar as Administrações Públicas pelo modo como utilizam os fundos recebidos através de impostos e participações governamentais recebidos no âmbito dos acordos celebrados com o setor empresarial privado.

A Galp tem vindo a trabalhar com Administrações Públicas, organizações não governamentais e agências internacionais para aumentar a transparência, a divulgação e a responsabilização nos Pagamentos efetuados às Administrações Públicas.

Para além dos Pagamentos indicados no presente relatório, a Galp contribui para a economia dos países onde opera através de atividades diferentes de Atividades Extrativas mediante pagamentos a Administrações Públicas – por exemplo, em atividades decorrentes do transporte, comercialização, produção e distribuição de derivados de petróleo e gás. Adicionalmente, a Galp contribui para as economias dos países onde opera criando oportunidades de trabalho, adquirindo produtos e serviços a fornecedores locais e realizando atividades de investimento social.

2. Objeto

O presente relatório estabelece um resumo dos Pagamentos (definido abaixo) a Administrações Públicas (definido abaixo) realizados pela Galp Energia SGPS, S.A. e pelas suas subsidiárias (doravante referidas em conjunto como «Galp») durante o ano de 2023, sempre que estas empresas realizem pagamentos em resultado das suas atividades de exploração, prospeção, pesquisa, desenvolvimento e extração de depósitos de petróleo e de gás natural ou outros materiais (aqui referidos como «Atividades Extrativas»).

3. Enquadramento legal

O presente relatório foi preparado em conformidade com o disposto no artigo 245-B do Código de Valores Mobiliários português e o seu conteúdo respeita o disposto no capítulo 10 da Diretiva 2013/34/EU do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às declarações financeiras anuais, demonstrações financeiras consolidadas e relatórios anexos relativos a certos tipos de empresas, transposta para a legislação portuguesa pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho (aqui referidos em conjunto como a «Legislação aplicável»).

4. Entidades abrangidas

O presente relatório inclui pagamentos feitos a Administrações Públicas pela Galp. São excluídos do presente relatório os pagamentos feitos por entidades sobre as quais a Galp tem controlo conjunto e os Pagamentos feitos por entidades nas quais a Galp não é operador.

5. Administrações públicas

Para efeitos do presente relatório, Administrações Públicas incluem qualquer autoridade nacional, regional ou local de um estado-membro da União Europeia ou de um país terceiro, e inclui qualquer departamento, agência ou entidade que seja subsidiária do mesmo, incluindo uma empresa petrolífera nacional.

6. Projeto

Os Pagamentos são reportados a nível de projeto, exceto os pagamentos que não possam ser atribuídos a um projeto específico, os quais são comunicados ao nível de entidade.

Um «Projeto» é definido como um conjunto de atividades operacionais que são reguladas por um só contrato, licença, locação, concessão ou acordo similar, e constitui a base das responsabilidades de pagamento a uma Administração Pública. Se tais acordos estiverem substancialmente interligados, serão tratados como um só projeto.

Para um Projeto totalmente integrado, que não tenha um ponto contratual de separação onde possa ser atribuído separadamente um valor às Atividades Extrativas e a outras atividades de processamento, os pagamentos às Administrações Públicas serão divulgados integralmente.

7. Pagamentos

Para efeito do presente relatório, considera-se Pagamentos os montantes pagos em dinheiro ou em espécie ao abrigo das seguintes modalidades:

Direitos de produção

Incluem a quota de produção atribuída à entidade governamental do país onde a atividade se desenvolve no período reportado, relativa aos projetos operados pela Galp. Esta inclui a quota do governo como entidade soberana ou através da sua participação no capital social ou da titularidade de interesses participativos em projetos dentro da sua jurisdição soberana (país de origem). Os Direitos de Produção emergentes de atividades ou interesses participativos fora do seu país de origem são excluídos.

Impostos

São impostos pagos pela Galp sobre o seu rendimento, lucros ou produção (que incluem o Imposto sobre Rendimento do Petróleo em Angola ou o Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas – IRPJ e Participação Especial no Brasil), incluindo os liquidados por uma Administração Pública em nome da Galp ao abrigo de uma concessão isenta de impostos. Os Pagamentos são reportados líquidos de reembolsos. São excluídos do presente relatório impostos sobre transações e sobre o consumo (incluindo, mas não limitando aos Impostos sobre o Valor Acrescentado), os impostos sobre os rendimentos individuais, impostos sobre vendas e impostos sobre a propriedade.

Royalties

São pagamentos feitos por conta dos direitos de extração de recursos de petróleo e gás, estabelecidos tipicamente como uma percentagem das receitas subtraída de quaisquer deduções que se possam verificar.

Bónus

Estes são pagos normalmente na celebração de um acordo ou contrato, quando uma descoberta comercial de petróleo e gás é declarada ou quando a produção tiver começado ou atingido um determinado marco.

Taxas sobre licenças, taxas sobre arrendamento, taxas de entrada e outras taxas por contrapartida de licenças e/ou concessões

São taxas e outros valores pagos pela aquisição de uma licença de acesso a uma área onde serão realizadas as Atividades Extrativas. São excluídas deste relatório as taxas administrativas governamentais que não estejam relacionadas especificamente com Atividades Extrativas, ou com o acesso a recursos extrativos.

Melhoria de infraestruturas

São Pagamentos relacionados com a construção de infraestruturas não substancialmente dedicadas à utilização nas Atividades Extrativas.

8. Outras disposições

Quando a Galp efetua um Pagamento diretamente a uma Administração Pública relacionado com um Projeto, o montante total pago é divulgado, mesmo quando a Galp, como operador, é reembolsada proporcionalmente pelos seus parceiros não operadores através de um processo de faturação (cash-call).

Pagamentos em dinheiro e em espécie

Os pagamentos são reportados numa base de caixa, significando isso que são comunicados no período em que são pagos, em oposição a serem reportados num regime de acréscimo (o que significaria serem reportados no período no qual se constituíram os deveres).

Nível de materialidade

O presente relatório inclui todos os tipos de pagamentos a Administrações Públicas, numa base de pagamento único ou como parte de uma série de pagamentos relacionados, desde que sejam superiores a €100.000.

Taxa de câmbio

Para a finalidade do presente relatório, os pagamentos feitos noutras moedas que não o Euro, são convertidos com base na taxa de câmbio média anual.

Síntese do relatório (€k)

	Direito de Produção	Impostos	*Royalties*	Bónus	Taxas	Melhorias de Infraestruturas	Total
	a	b	c	d	e	f	
Angola	-	32.694	-	-	-	-	32.694
Brasil	-	570.196	280.682	-	775	-	851.653
Timor-Leste	-	-	-	-	-	-	-
Namíbia	-	2.436	-	-	-	-	2.436
Moçambique	-	-	-	-	-	-	-
Portugal	-	-	-	-	-	-	-
São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	605.326	280.682	-	775	-	886.784

Relatório por país: Angola

Relatório por administração pública (€k)

	Direito de Produção	Impostos	*Royalties*	Bónus	Taxas	Melhorias de Infraestruturas	Total
Administrações Públicas							
Ministério das Finanças	-	32.694	-	-	-	-	32.694
Total	**-**	**32.694**	**-**	**-**	**-**	**-**	**32.694**

Relatório por projeto (€k)

	Direito de Produção	Impostos	*Royalties*	Bónus	Taxas	Melhorias de Infraestruturas	Total
Block 14	-	3.103	-	-	-	-	3.103
Block 14k	-	115	-	-	-	-	115
Block 32	-	29.476	-	-	-	-	29.476
Total	**-**	**32.694**	**-**	**-**	**-**	**-**	**32.694**

Relatório por país: Brasil

Relatório por administração pública (€k)

	Direito de Produção	Impostos	*Royalties*	Bónus	Taxas	Melhorias de Infraestruturas	Total
Administrações Públicas							
Ministério das Finanças	-	570.196	280.682	-	775	-	851.653
Total	**-**	**570 .196**	**280.682**	**-**	**775**	**-**	**851.653**

Relatório por projeto (€k)

	Direito de Produção	Impostos	*Royalties*	Bónus	Taxas	Melhorias de Infraestruturas	Total
Tupi	-	552.682	203.086	-	646	-	756.414
Berbigão	-	6.290	-	-	40	-	6.330
Sururu	-	11.224	29.854	-	83	-	41.161
Sépia	-	-	10.159	-	3	-	10.162
Atapu	-	-	6.092	-	2	-	6.094
Iracema	-	-	31.492	-	-	-	31.492
Total	**-**	**570.196**	**280.682**	**-**	**775**	**-**	**851.653**

Relatório por país: Moçambique

Relatório por administração pública (€k)

	Direito de Produção	Impostos	Royalties	Bónus	Taxas	Melhorias de Infraestruturas	Total
Administrações Públicas							
Ministério das Finanças	-	2.436	-	-	-	-	2.436
Total	**-**	**2.436**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.436**

Relatório por projeto (€k)

	Direito de Produção	Impostos	Royalties	Bónus	Taxas	Melhorias de Infraestruturas	Total
Área 4	-	2.436	-	-	-	-	2.436
Total	**-**	**2.436**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.436**

5. Declaração de conformidade dos membros do Conselho de Administração

Nos termos e para os efeitos do artigo 29.º-G, n.º 1, alínea c), do Código de Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração abaixo indicados declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório Integrado de Gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas relativos a 2023 foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, passando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e que o Relatório Integrado de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios e do desempenho e posição da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade.

Lisboa, 5 de abril de 2024

O Conselho de Administração:

Presidente:

Paula Amorim

Vice-Presidente e *Lead Independent Director*:

Adolfo Mesquita Nunes

Vice-Presidente:

Filipe Silva

Vogais:

Maria João Carioca

Georgios Papadimitriou

Ronald Doesburg

Rodrigo Vilanova

João Diogo Silva

Marta Amorim

Francisco Teixeira Rêgo

Carlos Pinto

Jorge Seabra

Rui Paulo Gonçalves

Diogo Tavares

Cristina Fonseca

Javier Cavada Camino

Cláudia Almeida e Silva

Fedra Ribeiro

Ana Zambelli

6 Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Parecer sobre o relatório de gestão e contas de 2023

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos Estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o Relatório Integrado de Gestão, que inclui o Relatório do Governo Societário (que inclui a informação sobre remunerações), a informação não financeira, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas, acompanhando o desempenho da sua função, e avaliámos o seu desempenho durante 2023.

Acompanhámos o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, bem como a certificação legal das contas, com particular destaque para os efeitos e desafios resultantes do contexto internacional. Tanto quanto é do nosso conhecimento, a revisão legal de contas contribuiu positivamente para a integridade do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

Verificámos e acompanhámos a independência do Revisor Oficial de Contas, nos termos legais, em especial, verificando a adequação e aprovando a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria.

Apreciámos a certificação legal das contas do Revisor Oficial de Contas e o relatório de auditoria do Auditor Externo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2023, que não expressam qualquer reserva ou ênfase, e com os quais concordamos.

Nos termos e para os efeitos do artigo 420.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, cada um dos membros do Conselho Fiscal abaixo indicados declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório Integrado de Gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas, o relatório de auditoria e demais documentos de prestação de contas relativos a 2023 foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Cada membro do Conselho Fiscal declara, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório Integrado de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios e do desempenho e posição da Galp e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade.

No âmbito das nossas funções, verificámos e declaramos ainda que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

- Os princípios contabilísticos e os critérios valorimétricos estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, e são adequados, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta representação do património e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;

- O capítulo do Relatório Integrado de Gestão de 2023, relativo ao governo societário, inclui toda a informação requerida no n.º 1 do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos departamentos da Sociedade, bem como as conclusões constantes da certificação legal das contas e do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exprimimos a nossa concordância com o Relatório Integrado de Gestão, que inclui o Relatório de Governo Societário (onde se apresenta a informação sobre remunerações), a informação não-financeira, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2023 da Galp Energia SGPS, S.A., designadamente tendo em consideração o disposto no artigo 32.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que somos do parecer que nada obsta à sua aprovação em Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento, tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S.A., cuja constante colaboração simplificou de forma significativa o exercício das funções do Conselho Fiscal.

Lisboa, 5 de abril de 2024.

Presidente

José Pereira Alves

Vogais

Maria de Fátima Geada

Pedro Antunes de Almeida

Relatório anual de atividades do Conselho Fiscal de 2023

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais ("Código das Sociedades Comerciais" ou "CSC") e na alínea g) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por "Galp" ou "Sociedade"), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida durante 2023.

I. Introdução

De acordo com o modelo de governo societário adotado pela Galp, correspondente ao modelo latino previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º, ambos do CSC, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da atividade da Sociedade.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da Assembleia Geral realizada em 3 de maio de 2023, para o mandato de 2023-2026, tendo na sua constituição dois membros independentes, em face dos critérios definidos no n.º 5 do artigo 414.º do CSC.

Todos os membros do Conselho Fiscal observam os critérios de compatibilidade para o exercício da respetiva função que se encontram previstos no n.º 1 do artigo 414.º-A do CSC.

As principais funções do Conselho Fiscal decorrentes da legislação aplicável e do respetivo Regulamento podem ser integradas nas áreas principais seguintes:

1. acompanhamento contínuo da atividade da Sociedade, vigilância do cumprimento da lei e dos Estatutos e fiscalização da administração da Sociedade;
2. fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira, e supervisão da revisão/auditoria dos documentos contabilísticos da Sociedade;
3. fiscalização da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno, compliance e de auditoria interna, avaliação dos procedimentos de controlo interno e de auditoria, e das questões que sejam suscitadas, dirigindo as consequentes recomendações que entenda justificadas;
4. acompanhamento e fiscalização do sistema de governo societário;
5. receção e tratamento, através da Comissão de Ética e Conduta, das comunicações de irregularidades apresentadas por colaboradores e outros stakeholders da Sociedade;
6. avaliar anualmente a atividade do Revisor Oficial de Contas da Sociedade, bem como fiscalizar a sua independência, nomeadamente no que respeita à prestação de serviços adicionais.

II. Atividades desenvolvidas pelo Conselho Fiscal relativamente ao exercício de 2023

No cumprimento dos seus deveres, o Conselho Fiscal teve acesso a toda a informação relacionada com a Sociedade e os seus colaboradores, o que lhe permitiu avaliar o desempenho, a situação atual e as perspetivas futuras de desenvolvimento da Sociedade, tendo obtido, de todas as pessoas, os documentos e esclarecimentos que solicitou.

Durante 2023, o Conselho Fiscal realizou 15 reuniões e aprovou uma deliberação através de votos expressos por comunicações eletrónicas, tendo desenvolvido várias ações no âmbito das suas atribuições, das quais destaca as seguintes:

1. Acompanhamento contínuo da atividade da Sociedade, vigilância do cumprimento da lei e dos Estatutos e fiscalização da administração da Sociedade

O acompanhamento contínuo da Sociedade durante o ano de 2023 foi realizado, designadamente, através de reuniões com os responsáveis pelos departamentos do centro corporativo da Galp, mais regularmente a Direção de Auditoria Interna, a função de Compliance e a Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno. Além disso, o Conselho Fiscal reuniu-se com o CEO e a CFO, bem como com outros quadros superiores da empresa.

O Conselho Fiscal reuniu, ainda, trimestralmente com o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, com a CFO e com o responsável pelo Departamento de Contabilidade e Fiscalidade, para análise das contas da Sociedade.

Além disso, durante 2023, o Conselho Fiscal esteve presente em todas as reuniões do Conselho de Administração, nomeadamente aquelas onde se analisaram as contas da Sociedade, se discutiram e atualizaram as linhas estratégicas da Galp, se aprovou o orçamento para 2024 e se apresentou o plano de negócios para 2024-2028, se definiram os objetivos e níveis relativos à assunção de riscos, bem como, foram apresentados os trabalhos desenvolvidos pelas suas comissões.

O acesso do Conselho Fiscal aos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, aos colaboradores e aos documentos relevantes da atividade do Grupo Galp foi realizado de forma regular e sem constrangimentos, contribuindo para a fiscalização da Sociedade e evidenciando um adequado relacionamento entre o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e o Conselho Fiscal.

2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e do processo de preparação e divulgação da informação financeira e da revisão legal de contas

O Conselho Fiscal fiscalizou o cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira com

base na informação prestada pela CFO e pelo Departamento de Contabilidade e Fiscalidade e nos relatórios apresentados pelo Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo para apreciação das contas trimestrais e anuais. Teve, igualmente, em linha de conta, as conclusões das auditorias e das avaliações de procedimentos efetuadas durante o ano pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem assim como, pelo departamento de Auditoria Interna.

O Conselho Fiscal procedeu à fiscalização dos documentos de prestação e revisão legal de contas relativos a 2023 e emitiu parecer favorável relativamente aos mesmos.

3. Acompanhamento e fiscalização da eficácia do sistema de controlo interno

O Conselho Fiscal realizou, durante o ano de 2023, diversas ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação do sistema de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna da Galp, quer através do reporte de informação pelos Departamentos de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e Controlo Interno, quer através do relatório sobre o controlo interno emitido pelo Auditor Externo.

Durante 2023, o Conselho Fiscal tomou conhecimento trimestralmente do status do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno sobre o Relato Financeiro ("SCIRF"), com vista à sua certificação por uma entidade externa.

4. Acompanhamento e fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos

O Conselho Fiscal realizou, durante o ano de 2023, diversas ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação do sistema de gestão de riscos, através do reporte trimestral de informação pelo Departamento de Gestão de Risco e Controlo Interno, tendo tomado conhecimento regular da situação de matérias relacionadas com cibersegurança, das recomendações da Comissão de Gestão de Risco, dos top risks e dos planos de disaster recovery.

O Conselho Fiscal aprovou o plano anual de atividades de gestão do risco para o próximo ano.

No âmbito da função fiscalizadora do Conselho Fiscal, coube-lhe ainda supervisionar a adoção pela Sociedade dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais associados à atividade da Galp, bem como rever as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos, de acordo com os objetivos estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Na reunião do Conselho Fiscal que teve lugar a 15 de dezembro de 2023, o Conselho Fiscal emitiu parecer favorável sobre a análise de risco realizada pelo Departamento de Gestão de Risco e Controlo Interno e a declaração de apetite ao risco, objetivos e níveis de risco subjacentes ao Plano de Negócios 2024-2028 do Grupo, apresentado ao Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2023.

5. Acompanhamento e fiscalização da eficácia do sistema de auditoria interna

O Conselho Fiscal supervisionou a atividade de auditoria interna desenvolvida pelo Departamento de Auditoria Interna durante 2023, através do acompanhamento mensal da execução do plano anual de atividades de auditoria aprovado pelo Conselho Fiscal, dos trabalhos de auditoria realizados, do follow-up das recomendações e da informação sobre a afetação dos recursos, tendo recebido deste Departamento relatórios mensais sobre o ponto de situação acerca das recomendações emitidas e das auditorias realizadas.

O Conselho Fiscal deu o seu contributo para a avaliação de desempenho do Departamento de Auditoria Interna relativa a 2023.

A avaliação do adequado funcionamento dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno e auditoria interna e a avaliação da efetividade e eficácia da implementação de controlos e de sistemas de mitigação foi realizada pelos Departamentos de Gestão de Risco e Controlo Interno e de Auditoria Interna. Estas atividades foram realizadas de forma independente e sistemática, tendo estes departamentos informado e alertado regularmente o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes, juntamente com a identificação de oportunidades de melhoria e medidas corretivas.

O Conselho Fiscal também avaliou o compliance interno, nomeadamente na sua contribuição para o desempenho do sistema de controlo interno, e fez uma avaliação positiva do mesmo, tendo em consideração as suas componentes, os controlos existentes e a evolução positiva registada durante 2023.

O Conselho Fiscal considera, ainda, que o plano de atividades do Departamento de Gestão de Risco e Controlo Interno e do Departamento de Auditoria Interna, a avaliação do sistema de controlo interno e a utilização dos recursos afetos foram executados de forma eficiente e em conformidade com os procedimentos estabelecidos.

No dia 12 de dezembro de 2023, os membros do Conselho Fiscal reuniram-se com os membros da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração, para discutir o Plano Anual de Auditoria Interna para 2024.

6. Acompanhamento do funcionamento do sistema de governo societário

Durante 2023, o Conselho Fiscal acompanhou o funcionamento do sistema de governo societário e a observância por este das normas legais, dos regulamentos e dos Estatutos da Sociedade, e acompanhou a evolução legislativa e regulamentar em matéria de governo societário.

Ainda no contexto do acompanhamento das matérias de governo societário, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Governo Societário relativo a 2023, tendo confirmado que este relatório inclui

os elementos previstos no n.º 1 do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento n.º 4/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

7. Acompanhamento e fiscalização da eficácia do sistema de compliance

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da execução dos trabalhos da área de compliance previstos no plano e aprovou o plano anual de atividades de compliance, obtendo informações sobre a afetação de recursos aos serviços de compliance.

8. Acompanhamento e avaliação anual da atividade do Auditor Externo da Sociedade

O Conselho Fiscal procedeu, na sua reunião de 7 de fevereiro de 2023, à avaliação anual do desempenho da atividade do Auditor Externo com referência a 2022, nos termos do artigo 8.º, n.º 1, alínea q) e n.º 2, alínea c), do Regulamento do Conselho Fiscal.

Os serviços do Auditor Externo foram prestados de acordo com o plano de trabalhos definido e em cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis. O desempenho do Auditor Externo revelou rigor técnico e qualidade, oportunidade e eficiência nas conclusões e recomendações apresentadas.

O Auditor Externo confirmou ao Conselho Fiscal que não detetou nenhuma irregularidade relevante relacionada com o cumprimento dos seus deveres, e que não se defrontou com obstáculos à realização dos seus trabalhos.

Durante 2023, o Auditor Externo esteve presente em várias reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal, nas quais se analisaram as contas da Sociedade e os riscos de auditoria identificados, se discutiram temas de controlo interno, se procedeu à revisão do plano anual de auditoria para 2023 e se discutiram com o Auditor Externo os principais pontos e recomendações de auditoria.

O Conselho Fiscal exerceu a sua função como interlocutor da Sociedade junto do Auditor Externo e como destinatário da informação por este elaborada, fazendo o acompanhamento regular da sua atividade, nomeadamente através da apreciação dos relatórios e da documentação produzidos por este no desempenho das suas funções.

O Conselho Fiscal garantiu a disponibilização ao Auditor Externo da informação e das demais condições apropriadas ao eficaz desempenho da sua atividade.

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Auditor Externo, o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício de 2023, a prestação de serviços não relacionados com serviços de auditoria, para a qual é necessário parecer prévio do Conselho Fiscal, tendo analisado o cumprimento dos requisitos de independência associados, a possibilidade de eventuais serviços prestados pelo mesmo e o seu enquadramento nos critérios legalmente previstos, tendo confirmado que foi salvaguardada a sua independência.

Em 2023, os serviços não relacionados com serviços de auditoria representaram 43% da média dos honorários pagos ao Auditor Externo em 2022, 2021 e 2020 pelos serviços de auditoria financeira prestados à Galp e às entidades sob o controlo da Galp no mesmo período, abaixo do limite de 70% estabelecido pelo artigo 4.º, n.º 2, do Regulamento (EU) n.º 537/2014 (Regulamento Europeu de Auditoria).

9. Negócios da Sociedade com partes relacionadas

Os reportes de transações com partes relacionadas do Grupo Galp em 30 de junho e em 31 de dezembro de 2023 foram apresentados ao Conselho Fiscal, evidenciando que as transações com partes relacionadas foram realizadas dentro do escopo da atividade atual da Galp e em condições normais de mercado.

Durante o ano de 2023, o Conselho Fiscal procedeu à análise prévia de uma transação com partes relacionadas.

10. Comunicação de irregularidades

No decurso de 2023, a Comissão de Ética e Conduta da Galp realizou várias reuniões com o Conselho Fiscal para reportar a sua atividade relativa à comunicação de infrações ao Código de Ética e Conduta. Esta Comissão reportou ainda diversas iniciativas sobre o tema da ética, incluindo a divulgação do novo Código de Ética e Conduta.

Em cumprimento do dever de informação previsto no ponto 8 do Regulamento da Comissão de Ética e Conduta da Galp, esta Comissão apresentou ao Conselho Fiscal os relatórios sobre as comunicações recebidas até 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro em 2023, os procedimentos adotados e as ações/medidas propostas.

Lisboa, 5 de abril de 2024.

Presidente

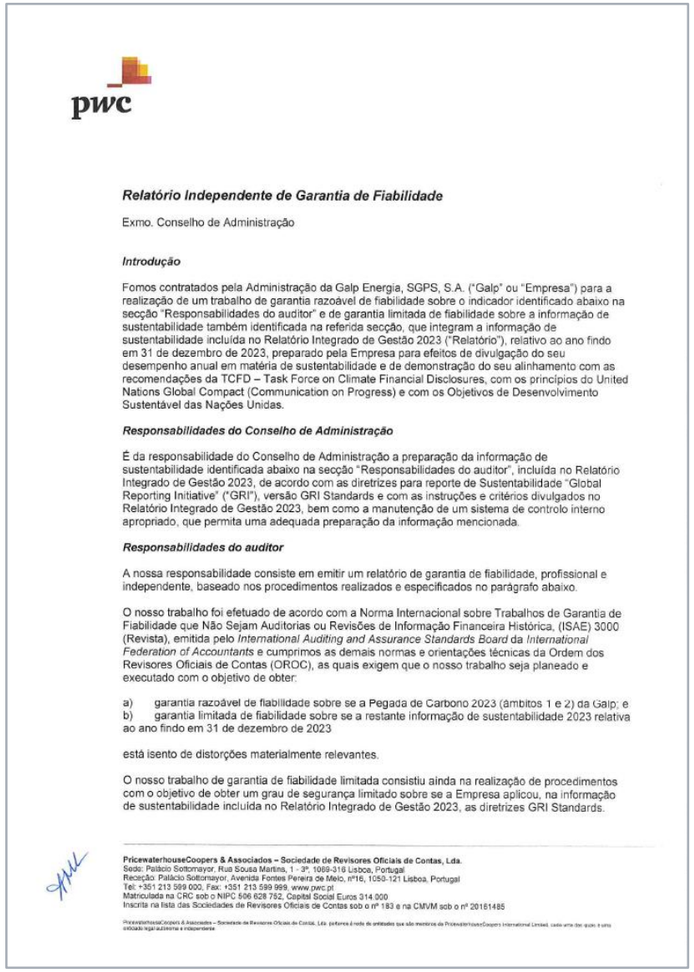
José Pereira Alves

Vogais

Maria de Fátima Geada

Pedro Antunes de Almeida

7 Relatório independente sobre informação de sustentabilidade



Relatório Independente de Garantia de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração

Introdução

Fomos contratados pela Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. ("Galp" ou "Empresa") para a realização de um trabalho de garantia razoável de fiabilidade sobre o indicador identificado abaixo na secção "Responsabilidades do auditor" e de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade também identificada na referida secção, que integram a informação de sustentabilidade incluída no Relatório Integrado de Gestão 2023 ("Relatório"), relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, preparado pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade e de demonstração do seu alinhamento com as recomendações da TCFD – Task Force on Climate Financial Disclosures, com os princípios do United Nations Global Compact (Communication on Progress) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação da informação de sustentabilidade identificada abaixo na secção "Responsabilidades do auditor", incluída no Relatório Integrado de Gestão 2023, de acordo com as diretrizes para reporte de Sustentabilidade "Global Reporting Initiative" ("GRI"), versão GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no Relatório Integrado de Gestão 2023, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica, (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter:

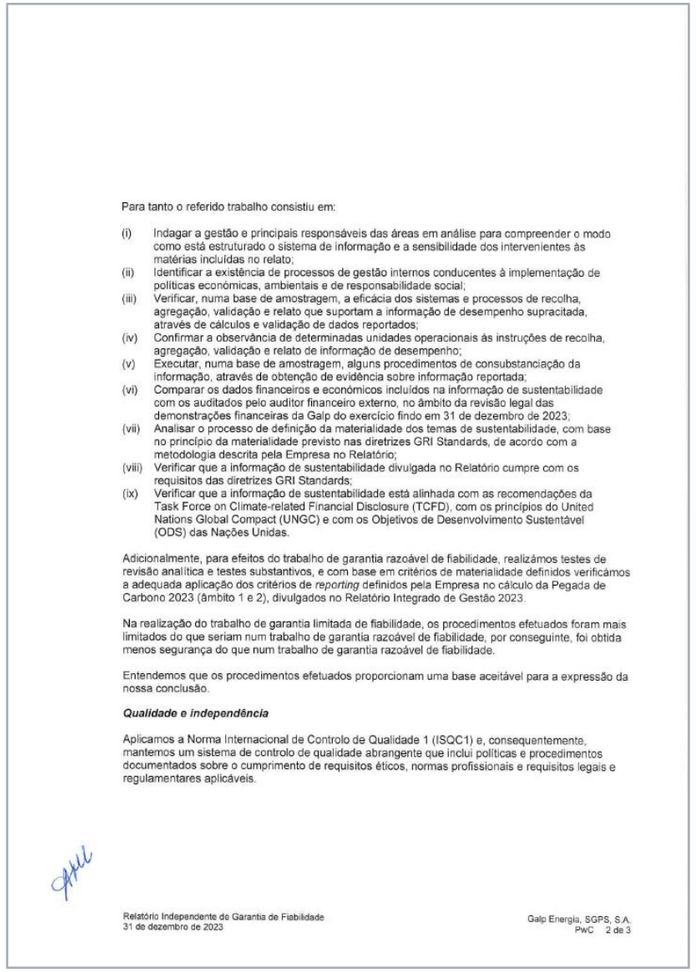
a) garantia razoável de fiabilidade sobre se a Pegada de Carbono 2023 (âmbitos 1 e 2) da Galp; e
b) garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação de sustentabilidade 2023 relativa ao ano findo em 31 de dezembro de 2023

está isento de distorções materialmente relevantes.

O nosso trabalho de garantia de fiabilidade limitada consistiu ainda na realização de procedimentos com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se a Empresa aplicou, na informação de sustentabilidade incluída no Relatório Integrado de Gestão 2023, as diretrizes GRI Standards.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



Para tanto o referido trabalho consistiu em:

(i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
(ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;
(iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
(iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
(v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
(vi) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pelo auditor financeiro externo, no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras da Galp do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
(vii) Analisar o processo de definição da materialidade dos temas de sustentabilidade, com base no princípio da materialidade previsto nas diretrizes GRI Standards, de acordo com a metodologia descrita pela Empresa no Relatório;
(viii) Verificar que a informação de sustentabilidade divulgada no Relatório cumpre com os requisitos das diretrizes GRI Standards;
(ix) Verificar que a informação de sustentabilidade está alinhada com as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD), com os princípios do United Nations Global Compact (UNGC) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

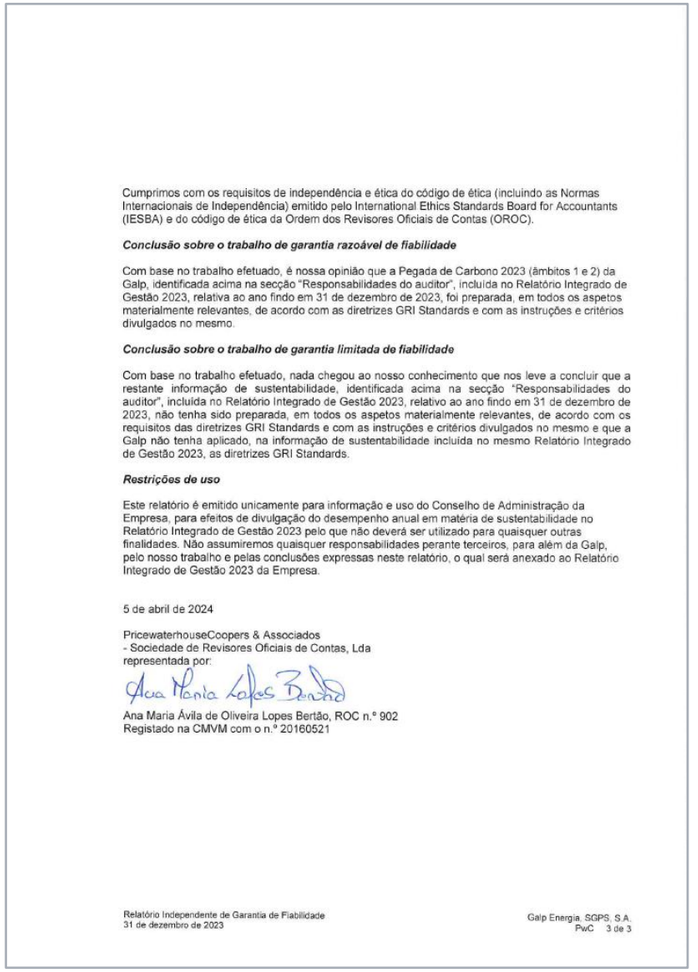
Adicionalmente, para efeitos do trabalho de garantia razoável de fiabilidade, realizámos testes de revisão analítica e testes substantivos, e com base em critérios de materialidade definidos verificámos a adequada aplicação dos critérios de *reporting* definidos pela Empresa no cálculo da Pegada de Carbono 2023 (âmbito 1 e 2), divulgados no Relatório Integrado de Gestão 2023.

Na realização do trabalho de garantia limitada de fiabilidade, os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.



Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão sobre o trabalho de garantia razoável de fiabilidade

Com base no trabalho efetuado, é nossa opinião que a Pegada de Carbono 2023 (âmbitos 1 e 2) da Galp, identificada acima na secção "Responsabilidades do auditor", incluída no Relatório Integrado de Gestão 2023, relativa ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, foi preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com as diretrizes GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no mesmo.

Conclusão sobre o trabalho de garantia limitada de fiabilidade

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a restante informação de sustentabilidade, identificada acima na secção "Responsabilidades do auditor", incluída no Relatório Integrado de Gestão 2023, relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que a Galp não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no mesmo Relatório Integrado de Gestão 2023, as diretrizes GRI Standards.

Restrições de uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Empresa, para efeitos de divulgação do desempenho anual em matéria de sustentabilidade no Relatório Integrado de Gestão 2023 pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da Galp, pelo nosso trabalho e pelas conclusões expressas neste relatório, o qual será anexado ao Relatório Integrado de Gestão 2023 da Empresa.

5 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

Ana Maria Lopes Bertão

Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, ROC n.º 902
Registado na CMVM com o n.º 20160521

8. Glossário e abreviaturas

Glossário

Absentismo

Rácio entre o número de horas de trabalho perdidas por ausência e o potencial máximo anual de horas trabalháveis (número de trabalhadores x 21 dias x 11 meses x 8 horas).

CO_2

Dióxido de carbono, gás incolor e mais pesado do que o ar, sendo um dos seus componentes naturais. É produzido por certos processos naturais, como o ciclo do carbono, e pela combustão completa do carbono contido nos combustíveis fósseis.

Cogeração

Tecnologia de geração de energia que permite a produção combinada de calor e de eletricidade. A vantagem da cogeração é a capacidade que tem de reaproveitar o calor produzido pela queima do combustível, para geração de energia térmica para, por sua vez, a geração de eletricidade. Este processo permite que a mesma instalação satisfaça as necessidades de calor (água quente ou vapor) e de eletricidade, tanto de clientes industriais, como de aglomerações urbanas. Este sistema melhora a eficiência energética do processo de geração e reduz a utilização de combustível.

Complexidade

A complexidade de uma refinaria é a capacidade de esta processar petróleo bruto e outras matérias-primas e é medida através do índice de complexidade, calculado separadamente por diferentes organizações do sector, como os consultores para o sector da energia Solomon Associates e Nelson. O índice de complexidade de uma refinaria é calculado através da atribuição de um fator de complexidade a cada uma das unidades da refinaria, que se baseia sobretudo no nível de tecnologia utilizado na construção da unidade, tomando como referência uma instalação de destilação primária de petróleo bruto a que é atribuído um fator de complexidade de 1,0. O índice de complexidade de cada unidade é calculado através da multiplicação do fator de complexidade da unidade pela capacidade da unidade. A complexidade de uma refinaria é equivalente à média ponderada do índice de complexidade de cada uma das suas unidades, incluindo a unidade de destilação. Uma refinaria com um índice de complexidade de 10,0 é considerada 10 vezes mais complexa do que uma refinaria equipada apenas com destilação atmosférica de petróleo bruto, para a mesma quantidade de produto processado.

Conversão

Conjunto de vários tratamentos (catalíticos ou térmicos) cuja reação principal se efetua sobre as ligações de carbono, podendo esta ser mais ou menos profunda em função das condições impostas. Este processo está tipicamente associado à conversão do fuelóleo em fracotes mais leves (gasóleos, gasolinas e gases) e que são mais nobres do ponto de vista da sua utilização. Numa refinaria moderna, estes processos têm uma importância crescente.

Cracking

Transformação por rotura das moléculas de hidrocarbonetos de cadeias longas, com o objetivo de se obterem moléculas de cadeias mais curtas, aumentando, assim, a proporção dos produtos mais leves e voláteis. Distinguem-se o *cracking* térmico e o *cracking* catalítico. O *cracking* térmico é realizado apenas pela ação do calor e da pressão. O *cracking* catalítico utiliza catalisadores que permitem, a igual temperatura, a transformação mais profunda e mais seletiva de frações que podem ser mais pesadas.

Dated Brent

Preço de remessas de *Brent* conforme anunciado pelas agências de fixação de preços. É o preço de referência para a grande maioria dos petróleos brutos vendidos na Europa, em Africa e no Médio Oriente, e é uma das referências mais importantes para os preços do mercado spot. O *dated* Brent é o petróleo bruto leve do mar do Norte que, desde julho de 2006, incorpora as ramas Fortis e Oseberg. Este cabaz de crude tem uma densidade API média aproximada de 38,9°.

Densidade API

Densidade expressa em graus API, definida pelo American Petroleum Institute, pela seguinte fórmula: API=(141,5/g) – 131,5, em que g é a densidade do petróleo a 60°F (15,6 °C). É utilizada internacionalmente para determinar a densidade do petróleo bruto. Quanto maior for a densidade API, mais leve será o petróleo bruto.

Destilação

Método de separação de substâncias (líquidas ou solidas) por vaporização seguida de condensação. A destilação pode ser efetuada à pressão atmosférica ou no vácuo, consoante o produto final a obter. Deste processo, resultam os produtos destilados.

Destilação atmosférica

Destilação do petróleo bruto efetuada à pressão atmosférica, da qual resultam frações petrolíferas (gasolina leve, gasolina pesada, gasóleos e produtos pesados, por exemplo). Após tratamento adequado, estas frações são os componentes dos produtos acabados.

Emissões

Libertação de gases para a atmosfera. No contexto das alterações climáticas, as emissões incluem a libertação de gases com efeito de

estufa (GEE). Um exemplo típico desta tipologia de emissões é a libertação de CO_2 durante a queima de combustível.

Emissões diretas (A1)

Emissões de GEE provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pela Empresa. Esta categoria inclui as emissões decorrentes da combustão estacionária em fornos ou caldeiras em instalações controladas pela Empresa ou da utilização de combustíveis em veículos da sua frota, entre outros.

Emissões indiretas (A2)

Emissões de GEE resultantes da aquisição de energia elétrica, frio, calor ou vapor produzido por outras empresas.

Emissões indiretas (A3)

Emissões de GEE que são consequência indireta das atividades da Empresa, ocorrendo em fontes que não são geridas ou controladas por esta. Esta categoria inclui as emissões decorrentes de atividades relacionadas com uso de produtos vendidos, transportes, viagens de negócios, atividades logísticas, entre outros.

Energia eólica

Energia cinética – isto é, gerada através do movimento – que se obtém da deslocação do ar, ou seja, do vento. Pode ser convertida em energia mecânica para o acionamento de bombas, de moinhos e de geradores de energia elétrica.

Energia renovável

Energia disponível a partir de processos de conversão energética permanentes e naturais e economicamente exploráveis nas condições atuais ou num futuro previsível.

Energia solar

Energia proveniente da luz e do calor do sol.

FPSO

Uma unidade *floating, production, storage and offloading*, ou unidade flutuante de produção, armazenagem e transferência,é um sistema flutuante de produção, construído com base em estrutura de navio, dotado de capacidade de processamento da produção de petróleo e gás natural, armazenamento de liquido e transferência de petróleo para navios aliviadores.

FLNG

Uma unidade flutuante de gás natural liquefeito é um sistema de liquefação de gás natural, construído com base em estrutura de navio, dotado de capacidade de produção, liquefação e armazenamento de gás natural líquido. O produto armazenado é escoado via transferência para navios metaneiros.

Fuelóleo

Mistura de hidrocarbonetos destinada à queima num forno ou caldeira para a geração de calor ou usado num motor para a geração de energia. Há vários tipos de fuelóleos, em função da viscosidade, a qual condiciona a utilização dos mesmos.

Gás de petróleo liquefeito (GPL)

Hidrocarbonetos gasosos, nas condições normais de temperatura e de pressão, e líquidos, por elevação da pressão ou por redução da temperatura, cujo transporte e armazenamento são permitidos. Os mais comuns são o propano e o butano.

Gás natural

Mistura de hidrocarbonetos leves encontrada no subsolo, na qual o metano tem uma participação superior a 70% em volume. A composição do gás natural pode variar em função do campo em que é produzido e dos processos de produção, condicionamento, processamento e transporte.

Gás natural liquefeito (GNL)

Gás natural que é passado para o estado líquido para facilitar o transporte. A liquefação é operada por redução da temperatura do gás, à pressão atmosférica, para valores inferiores a -160 ºC.O volume do GNL é de aproximadamente 1/600 do volume do gás natural.

Gasóleo

Mistura de hidrocarbonetos líquidos destinada à alimentação dos motores de ignição por compressão (ciclo Diesel). O comportamento do gasóleo depende das temperaturas a que é utilizado.

Gasolina

Combustível para automóveis equipados com motores que utilizam o ciclo Otto. Deve satisfazer especificações precisas quanto às suas características físicas e químicas, das quais a mais importante é a resistência à auto-inflamação.

Hydrocracking

Processo de *cracking* com a utilização de hidrogénio e sob a ação de catalisadores que permite converter frações petrolíferas com elevado ponto de ebulição e pouco valorizadas em frações leves e mais valorizadas. O hidrogénio permite trabalhar a temperaturas inferiores e com maior seletividade e, portanto, com melhores rendimentos. Os produtos da reação são compostos saturados, o que lhes confere características importantes de estabilidade.

Jet fuel

Combustível para motores a jato utilizados na aviação.

Lubrificantes

Produtos obtidos por mistura de um ou mais óleos-base e aditivos. Este processo obedece a formulações especificas, em função da utilização do lubrificante. A percentagem de aditivos nos óleos lubrificantes chega a atingir 40%. Os óleos lubrificantes têm três grandes utilizações: automóveis, indústria e marinha.

Mercado spot

Designação, relativa a mercadorias como o petróleo, utilizada para descrever o comercio internacional em cargas únicas de expedição de mercadorias, tais como o petróleo bruto, cujos preços acompanham de perto a respetiva procura e disponibilidade.

Nafta

Fração petrolífera que se situa entre os gases e o petróleo. É também uma matéria-prima da industria petroquímica, cujo *cracking* fornece uma grande variedade de produtos. Pode ainda entrar na composição das gasolinas para motor (nafta leve) ou servir, no caso da nafta pesada, de matéria-prima para a produção de reformado.

Parque de armazenagem

Instalação utilizada por empresas gestoras de oleodutos principais e coletores, produtores de crude e operadores de terminais (exceto refinarias) para armazenamento de crude e de produtos petrolíferos.

Parque eólico

Conjunto de aerogeradores para produção de energia elétrica interligados num sistema de rede comum através de um sistema de transformadores, linhas de distribuição e, habitualmente, uma subestação. As funções de exploração, controlo e manutenção são normalmente centralizadas através de um sistema informático de monitorização, complementado por inspeção visual.

Produção *net entitlement*

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, apos o efeito dos contratos de partilha de produção.

Produção *working interest*

Percentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, antes do efeito dos contratos de partilha de produção.

Recursos contingentes

De acordo com as definições aprovadas pela Society of Petroleum Engineers (SPE) e pelo World Petroleum Council (WPC), recursos contingentes são quantidades de petróleo e gás estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas conhecidas, mas que ainda não são comercialmente recuperáveis. Isto pode verificar-se por várias razões como, por exemplo, as relacionadas com a maturidade do projeto (a descoberta precisa de mais avaliações no sentido de suportar o plano de desenvolvimento), as tecnológicas (é necessário desenvolver e testar nova tecnologia que permita explorar comercialmente as quantidades) ou as de mercado (os contratos de venda ainda não estão em vigor ou é necessário instalar infraestruturas para levar o produto até aos clientes).

Os recursos contingentes 2C são aqueles calculados com base na melhor estimativa (*best estimate*), enquanto os recursos contingentes 3C correspondem à mais elevada estimativa *(high estimate*), refletindo, portanto, um grau de incerteza mais elevado. As quantidades classificadas como recursos contingentes não podem ser consideradas reservas.

Recursos prospetivos

Recursos prospetivos referem-se a quantidades de petróleo e gás estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas desconhecidas, pela aplicação de projetos de desenvolvimento futuro. A estimativa dos volumes de determinado prospeto está sujeita a incertezas comerciais e tecnológicas. Os recursos prospetivos *mean estimate risked* têm subjacentes um maior grau de certeza que os recursos prospetivos *mean unrisked estimate*. As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser consideradas reservas, nem recursos contingentes.

Refinaria

Instalação onde se realizam os processos industriais destinados a transformar o petróleo bruto em produtos adaptados às necessidades dos consumidores (combustíveis, lubrificantes, betumes etc.) ou em matérias-primas para outras indústrias ditas de «segunda geração» (por exemplo, indústria petroquímica).

Reservas provadas (1P)

De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas provadas são as quantidades de petróleo e gás que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, comercialmente recuperáveis de jazidas conhecidas e nas atuais condições económicas, métodos operacionais e regulamentos governamentais. No caso de ser utilizada metodologia determinística, o termo «certeza razoável» destina-se a exprimir um elevado grau de confiança na recuperação das quantidades. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 90% de as quantidades recuperadas, de facto, serem iguais à estimativa ou de a excederem. A definição das condições económicas atuais deve incluir preços históricos do petróleo e os custos associados. Normalmente, as reservas são consideradas provadas se a capacidade de produção da jazida for suportada pela produção atual ou por testes de formação. Neste contexto, o termo «provada» refere-se às quantidades reais de reservas de petróleo e gás e não apenas à produtividade do poço ou jazida. A área da jazida considerada como provada inclui: (1) a área delineada por perfuração e definida por contactos fluidos, se aplicável, e; (2) as partes não-perfuradas de reservatório que podem ser razoavelmente consideradas comercialmente produtivas com base nos dados geológicos e de engenharia disponíveis. As reservas podem ser classificadas como provadas se as instalações de processamento e transporte dessas reservas para o mercado se encontrarem operacionais no momento da estimativa ou se houver uma expectativa razoável de essas instalações virem a ser criadas.

Reservas provadas e prováveis (2P)

As reservas 2P correspondem à soma das reservas provadas (1P) e prováveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas prováveis são uma categoria de reservas não-provadas. As reservas não-provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas prováveis são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, têm menor probabilidade de ser recuperadas do que as reservas provadas, mas maior probabilidade do que as reservas possíveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 50% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 2P ou de a excederem.

Reservas provadas, prováveis e possíveis (3P)

As reservas 3P correspondem à soma das reservas provadas, prováveis e possíveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas possíveis são uma categoria de reservas não-provadas. As reservas não-provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas possíveis têm uma probabilidade de recuperação menor do que as reservas prováveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 10% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 3P ou de a excederem.

Replacement Cost (RC)

De acordo com este método, o custo das mercadorias vendidas é avaliado a *replacement cost*, isto é, à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou no fim dos períodos. O *replacement cost* não é um critério aceite pelas IFRS, não sendo consequentemente adotado para efeitos de avaliação de existências e não refletindo o custo de substituição de outros ativos.

***Replacement Cost* Ajustado (RCA)**

Além da utilização da metodologia *replacement cost*, os itens RCA excluem determinados eventos de carater não recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de ativos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de restruturação, que podem afetar a análise dos resultados da Empresa e que não traduzem o seu desempenho operacional regular.

Sísmica

A aquisição sísmica envolve a geração e captação de dados sísmicos através de um emissor e de uma fonte. As fontes de energia sísmica podem ser unidades vibradoras, dinamite ou canhões de ar comprimido onde são emitidas ondas acústicas ou elásticas que se propagam pelo interior da Terra, onde são refletidas e refratadas nas interfaces que separam as rochas de diferentes constituições petrofísicas, e retornam à superfície para serem captadas como dados sísmicos. O recetor pode incluir diferentes configurações, tais como a disposição de geofones ou sismómetros na superfície terrestre ou fundo do mar, arrastando os hidrofones com a ajuda de um navio, suspendendo-os verticalmente no mar ou posicionando-os no interior do poço (sísmica de perfil vertical) para que possam receber o sinal sísmico.

Social Return on Investment (SROI)

Análise custo-benefício do valor social gerado pela intervenção de uma organização. Esta ferramenta de avaliação do impacte social compara o valor social gerado pela intervenção com a despesa necessária para este benefício, através de um rácio entre o valor atual líquido dos benefícios e o valor atual líquido do investimento.

Abreviaturas, acrónimos e siglas

%: percentagem

3D: três dimensões

4D: quatro dimensões

oC: Celsius

ACS: *Actividades de Construcción y Servicios S.A.*

ACT: *Assessing Low-Carbon Transition initiative*

ADS: Agenda para o Desenvolvimento Sustentável

AIE: Agência Internacional de Energia

Amorim Energia: Amorim Energia, B.V.

ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasil)

AQS: Ambiente, Qualidade e Segurança

AQSS: Ambiente, Qualidade, Segurança e Sustentabilidade

AU: Acordos de Unitização

B2B: *Business to Business*

B2C: *Business to Consumer*

b.p.: *basis points*, ou seja, pontos-base

BAP: *Biodiversity Action Plan,* ou seja, Plano de Ação de Biodiversidade

bbl: barril de petróleo

BBLT: Benguela-Belize-Lobito-Tomboco

bcf: *bilion cubic feet*

bcm: mil milhões de metros cúbicos

BCSD: Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

bn: *billion*, ou seja, mil milhões

boe: barril de petróleo equivalente

BRL (ou R$): reais do Brasil

c.: circa

CA: Conselho de Administração

CC: *Corporate Centre,* ou seja, Centro Ccorporativo

CCGT: *Combined Cycle Gas Turbine,* ou seja, Turbina de Gás de Ciclo Combinado

CE: Comissão Executiva

C&Q: consumos e quebras

CCS: *carbon capture and storage*, ou seja, captura e armazenamento de carbono

CDP: *CDP Institution*

CEO: *Chief Executive Officer*

CESE: Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (Portugal)

CCUS: captura, utilização e armazenagem de carbono

CFO: *Chief Financial Officer*

CFFO: *cash flow* das atividades operacionais

CH_4: metano

CLCM: Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.

CMP: custo médio ponderado

CMVM: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CNPD: Comissão Nacional de Proteção de Dados

CO_2: dióxido de carbono

COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Brasil)

COO: *Chief Operating Officer*

COP15: Conference of the Parties for the Convention on Biological Diversity

CPO: *Charging Point Operators*, ou Operadores de Pontos de Carregamento

CPS: *current policies scenario*

CSC: Código das Sociedades Comerciais

CVM: Código dos Valores Mobiliários

CWT: *complexity weighted tonne*

d: dia

DCF: *discounted cash flow*, ou seja, fluxos de caixa descontados

DD&A: *depreciation, depletion and amortization*

DeMac: DeGolyer and MacNaughton

DJSI: Dow Jones Sustainability Index

DOC: data da operação comercial

DST: *drill stem test*, ou seja, teste de formação

DSU: *debt service undertaking*

e: equivalente

E&P: Exploração & Produção

Ebit: *earnings before interest and taxes*, ou seja, resultados antes de juros e impostos

Ebitda: *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*; ou seja, resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações

EIA: estudo de impacto ambiental

ELLA: *Energy Lean & Live Advisor*

EMPL: *Europe-Maghreb Pipeline*

EMTN: *Euro Medium Term Note*, ou seja, Programa de Emissão de Títulos a Médio Prazo

ENH: Empresa Nacional de Hidrocarbonetos

Eni: Eni, S.p.A.

EOI: *Expression of Interest,* ou seja, manifestação de interesse

EPC: *Engineering, Procurement and Construction*

EPCI: *Engineering, Procurement, Construction and Installation*

ERSE: Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

ERM: *Enterprise Risk Management,* ou seja, Gestão de Risco Empresarial

ERM&IC: *Enterprise Risk Management and Internal Control,* ou seja, Gestão de Risco Empresarial e Controlo Interno

ESCO: *Energy Service Company*, ou seja, Contratos de *Performance* Energética

ESG: *Environmental, Social and Governance*

EUA: Estados Unidos da América

EUR (ou €): Euro

EWT: *extended well test*, ou seja, teste de longa duração

FASB: Financial Accounting Standards Board

FAME: *Fatty Acid Methyl Ester*

FCC: *fluid catalytic cracking*

FCF: *free cash flow*, ou seja, fluxo de caixa livre

FEED: *front-end engeneering design*

FID: *final investment decision*; ou seja, decisão final de investimento

FLNG: *floating, liquefied natural gas*, ou seja, unidade de liquefação de gás natural flutuante

FPSO: *floating, production, storage and offloading,* ou seja, unidade flutuante de produção, armazenagem e transferência

FSB: *Financial Stability Board*

g.: gramas

G&A: gastos gerais e administrativos

G&G: *Geological & Geophysical*

G&P: Gas & Power

Galp: Galp Energia, SGPS, S.A., Empresa, Grupo ou Sociedade.

GEE: gases com efeito de estufa

GGND: Galp Gás Natural Distribuição, S.A.

GIIP: *gas initially in place*, ou seja, gás na jazida

GN: gás natural

GNL: gás natural liquefeito

GNV: gás natural veicular

GPL: gás de petróleo liquefeito

GRI: *Global Reporting Initiative*

GW: *gigawatt*

GWh: *gigawatt*-hora

HVO: *hidrogenated vegetable oil*

I&D: Investigação & Desenvolvimento

I&T: Investigação & Tecnologia

IAS: Normas Internacionais de Contabilidade

IASB: International Accounting Standard Board

IASC: International Accounting Standards Committee

IBAT: Integrated Biodiversity Assessment Tool

IC: *internal control,* ou seja, controlo interno

ICF: Inclusive Community Forum

IEA: Agência Internacional de Energia

IFA: Índice de Frequência de Acidentes com Baixa e Mortais

IFAT: Índice de Frequência de Acidentes Totais

IFRIC: International Financial Reporting Interpretation Committee

IFRS: International Financial Reporting Standards, ou seja, Normas Internacionais de Relato Financeiro

iGen: Fórum de Empresas para a Igualdade de Género

IIRC: International Integrated Reporting Council

IMO: Organização Marítima Internacional

IOGP: International Association of Oil and Gas Producers, ou seja, Associação Internacional dos Produtores de Petróleo e Gás

IPCG: Instituto Português de *Corporate Governance*

IPIECA: Global Oil and Gas Industry Association for Environmental and Social Issues, ou seja, Associação Internacional de Conservação Ambiental da Indústria Petrolífera

IRC: imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas

IRP: imposto sobre o rendimento do petróleo (Angola)

IRPJ: imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (Brasil)

ISIN: *international securities identification number*, ou seja, número internacional de identificação de títulos

ISO: International Organization for Standardization, ou seja, Organização Internacional de Normalização

IT: *Information technology*

IUCN: União Internacional para a Conservação da Natureza

JFT: Consórcio composto por JGC, Fluor e TechnipFMC

JNCC: Joint Nature Conservation Committee

k: mil/milhares

kboepd: milhares de barris de petróleo equivalente por dia

kbbl: milhares de barris de petróleo

kbpd: milhares de barris de petróleo por dia

km/km^2: quilómetro / quilómetro quadrado

Kosmos: Kosmos Energy

kt: mil toneladas

l: litros

LDAR: deteção e reparação de fugas

LNEG: Laboratório Nacional de Energia e Geologia

LNG: *liquified natural gas*

LRO: *local risk officer*

m: metros

m: milhão

m^3: metro cúbico

M&A: *mergers and acquisitions*

MIBEL: Mercado Ibérico de Electricidade

MJ: megajoule

mm^3: milhões de metros cúbicos

mmbbl: milhões de barris de petróleo

mmboe: milhões de barris de petróleo equivalente

mmbpd: milhões de barris de petróleo por dia

MMO: observadores de mamíferos marinhos

mmscf: milhões de pés cúbicos

MPDP: Plataforma de Dados de Produção de Mercado

mt: milhões de toneladas

MTM: *mark-to-market*

mtpa: milhões de toneladas por ano

MW: *megawatt*

MWh: *megawatt*-hora

N.º (#): número

NO_x: óxidos de azoto

NPS: new policies scenario

NPV: net present value

O&G: *oil and gas*

O&P: Orçamento e Planeamento

OCF*: operational cash flow*, ou seja, fluxo de caixa operacional

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OHSAS: normas britânicas para sistemas de gestão e certificação da segurança e saúde ocupacionais

OMEL: Mercado *spot*

Omip: Mercado a prazo

ONU: Organização das Nações Unidas

Op.: operador

p.p.: pontos percentuais

Parpública: Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A

PCN: Pontos de Carregamento Normal

PCR: Pontos de Carregamento Rápido

PE: imposto de participação especial (Brasil)

Petrobras: Petróleo Brasileiro, S.A.

Petrogal: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

PMRS: *Petroleum Resources Management System*

POS: *probability of success*

PPA: *purchase power agreement*, ou seja, contrato de aquisição de energia

PPSA: Pré-Sal Petróleos S.A.

PSC: processo seletivo contínuo

PSI-20: índice de referência do mercado acionista português

PSI-20 TR: índice de referência do mercado acionista português que inclui a distribuição de dividendos efetuada pelas empresas

PV: fotovoltaico

PwC: PricewaterhouseCoopers & Associados

PWN: Professional Women's Network de Lisboa

R&D: Refinação & Distribuição

RAB: *regulatory asset base*

RC: *replacement cost*

RCA: *replacement cost adjusted*

RED: *renewable energy directive*, ou seja, diretiva da energia renovável

RETGS: regime especial de tributação de grupos de sociedades

RGPD: Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

ROACE: *return on average capital employed*

ROC: Revisor Oficial de Contas

ROI: *return on investment*

RP: reservas provadas

RSP: responsabilidades por serviços passados

S: enxofre

s.s.: sem significado

SAF: combustível de aviação sustentável

SBE: *school of business and economics*

SDS: *sustainable development scenario*

SGPS: Sociedade Gestora de Participações Sociais

SIG: Sistema Integrado de Gestão

SO_2: dióxido de enxofre

SPA: *sale and purchase agreement*

SPE: *Society of Petroleum Engineers*

SSA: Segurança, Saúde e Ambiente

SSS&A: Saúde, Segurança Social e Ambiente

SURF: *subsea, umbilical, risers e flowlines*

SXEP: *STOXX Europe 600 Oil & Gas Index*, ou seja, índice de referência do sector de *Oil & Gas*

SXEGR: *Gross return of the STOXX Europe 600 Oil & Gas Index*

T: trimestre

t: tonelada

tcf: biliões de pés cúbicos

TCFD: *Task Force on Climate-related Financial Disclosure*

tCO_2: toneladas de dióxido de carbono

$tC0_2e$: toneladas de dióxido de carbono equivalente TJ: terajoule

TL: Tômbua – Lândana

toe: toneladas de petróleo equivalente

ToR: transferência de direitos

TSR: *total shareholder return*, ou seja, retorno total para o acionista

TTF: *Title Transfer Facility*

TWh: *terawatt*-hora

UE: União Europeia

UGC: unidade geradora de caixa

UGS: utilização global de sistema

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura

UNGC: United Nations Global Compact

Unid.: unidades

UoP: unidade de produção

URD: utilização da rede de distribuição

URT: utilização da rede de transporte

USD (ou $): dólar americano

VB: *visbreaker*

VUCA: V*olatility, Uncertainty, Complexity, Ambiguity*

VLSFO: *very low sulphur fuel oil*

VGO: *vacuum gas oil*

VOC: *volatile organic compounds*

WACC: *Weighted Average Cost of Capital*

WBCSD: World Business Council for Sustainable Development

WEF: World Economic Forum

WEST: Western European Time Zone, ou seja, horário da Europa ocidental

WI: *working interest*

WPC: World Petroleum Council

WWF: World Wildlife Fund

WRI: World Resources Institute

x.: vezes

YoY: *year-on-year*; ou seja, variação *annual*